UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

SANDRA HELENA GONÇALVES COSTA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL*

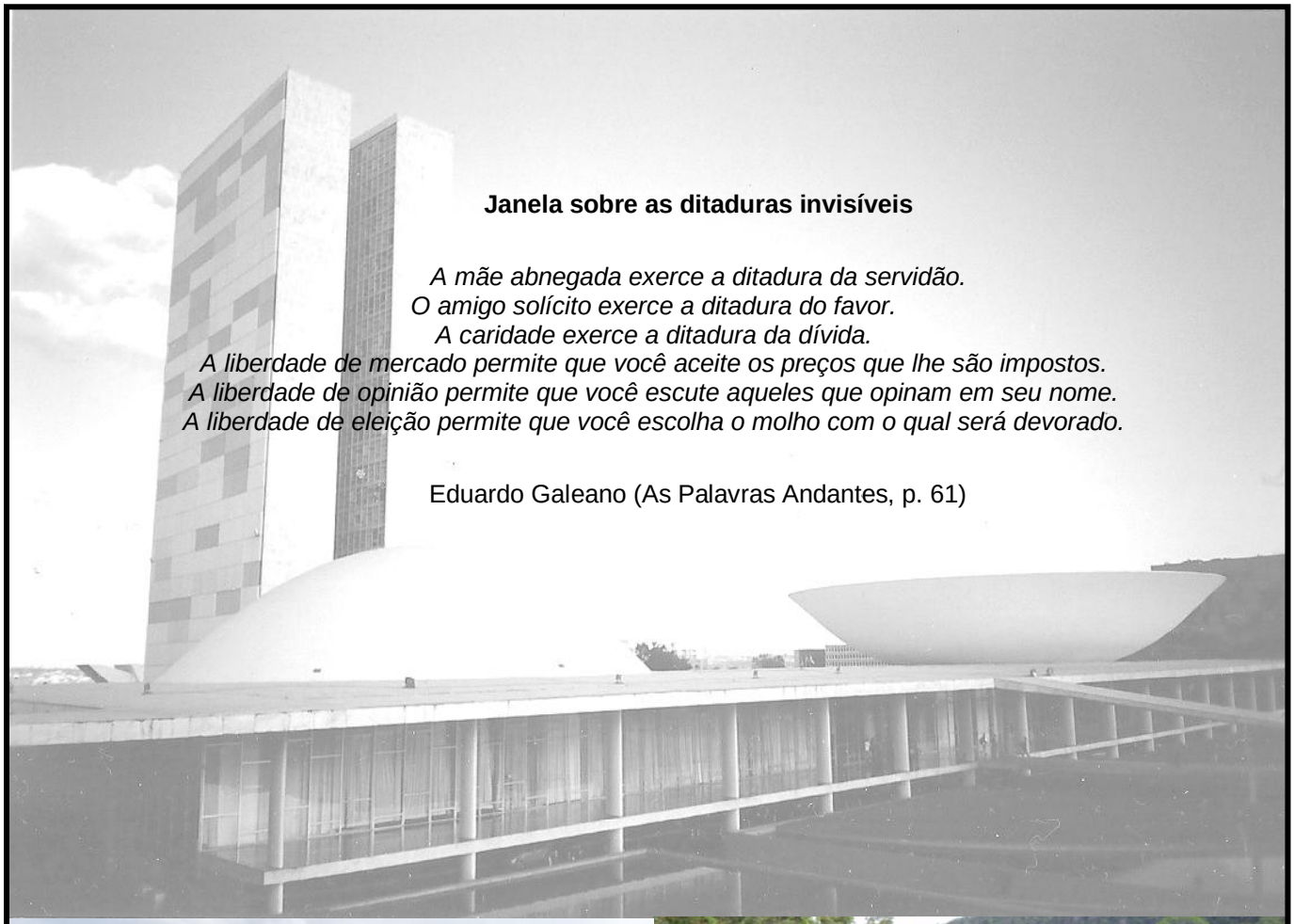
SANDRA HELENA GONÇALVES COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para Obtenção do Título de Mestre em Geografia Humana

*Esta é uma versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica):

"De acordo": _____
Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

SÃO PAULO
2012



Janela sobre as ditaduras invisíveis

A mãe abnegada exerce a ditadura da servidão.
O amigo solícito exerce a ditadura do favor.
A caridade exerce a ditadura da dívida.
A liberdade de mercado permite que você aceite os preços que lhe são impostos.
A liberdade de opinião permite que você escute aqueles que opinam em seu nome.
A liberdade de eleição permite que você escolha o molho com o qual será devorado.

Eduardo Galeano (As Palavras Andantes, p. 61)

Dedicado este trabalho a três casais

Minhas referências na vida em comunidade
E na luta cotidiana de nosso povo,
Ana Maria Gonçalves Ferreira e Orozino Vila Costa
(meus pais, camponeses resistentes de Jequitinhonha, MG);
Aos amigos caiçaras D. Vilma e Seu Erenor (in memoriam deste pescador) e
À arte educadora e amiga Cida Ivanov e ao seu companheiro Cacho (in memoriam deste militante latino americano)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador querido, o Professor Ariovaldo, pela confiança, pelo estímulo e sintonia, pelos ensinamentos valorosos da autonomia, da liberdade e do compromisso social, princípios que carregarei em minha bagagem de aprendiz...

A minha família mamãe e papai (Ana e Orozino), irmãos (Angélica, João, Wilson), minha cunhada Adriana e meu amado sobrinho Gabriel, por terem permanecido no Jequitinhonha e resistirem com alegria e coragem às dificuldades históricas desta escolha. À minha irmã Vera, pela animadora coragem de enfrentar o mundo junto comigo. Aos meus tios Sidney e Valéria, grata pelo retorno à vida no campo e todo vigor que trouxeram consigo. Agradeço ao povo da minha terra, aos meus antepassados ao nosso chão!

Ao Cláudio Severino, amigo e professor generoso que me deu livros (inclusive, *"O poder do atraso")* e com eles questionamentos sobre o Brasil... Às Profª. Drª. Marta Inês Medeiros Marques e Profª. Drª. Valéria De Marcos por terem contribuído com este estudo através de uma leitura atenta na banca de qualificação. À professora Valéria e ao Drº. Carlos Alberto Feliciano, cujas contribuições na defesa valorizaram a apresentação da dissertação levando-me a pensar mais questões sobre os ruralistas.

Agradeço as amizades e toda forma transcendente de arte que pude encontrar, mesmo na inconstância permitida pelo processo da pesquisa: Grupo de Capoeira Cordão de Ouro, a Martine Blain e o Grupo de Teatro e Dança Guadalquívir, ao Grupo de Capoeira Raiz Negra, ao samba dos amigos da Acadêmicos de São Francisco. À arte terapia, almoços, colo, risos e choros compartilhados nas aulas de barro do Ateliê de Cerâmica do Bairro São Francisco (Cida, Cláudia, Márcia, Paulino, Jovânio e Cacho, sempre com vocês no coração). Ainda não tenho as palavras certas para expressar a minha gratidão pela amizade incondicional e solidária de vocês Vilma Rocha e toda sua família, Rodrigo Macedo, Patrícia e Sílvia do Pontal do Paranapanema, Bruno de Ladainha (MG) e Rê Castani, amiga de todos os cantos. Mesmo distante, me ouviram e incentivaram tantas vezes, Cris, Mari, Rodrigo Nogueira, André Luis, Marília Damascena e família, Ró, Verônica, Renan, Warley, Fabrício, Gis, Manu, Rê do Carmo, Aníbal, Wilson, Samuel, as queridas Alê, Elaine, Alexa. Meu abraço agradecido às amizades com os professores resistentes do Litoral Norte. Aos aguerridos militantes da educação Patrícia, Bruno, Sílvia, Elaine, Douglas, Everton, Bet, Perla e Rodolfo (amigos fraternos). Aos queridos estudantes do litoral norte paulista, caiçaras, migrantes mineiros e aos vindos do nordeste. Grata por darem sentido às nossas aulas de Geografia, e além de tudo por confrontarem as minhas convicções... A vocês que nestas andanças, trago sempre no coração, e sonho com nossos reencontros em Jequitinhonha, BH e Viçosa, minha gratidão! São muitos e significativos, me esquivo de dizer os nomes... Ao Daniel, por tudo que juntos passamos e aprendemos nestes anos.

Ao programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP e aos funcionários (Rosângela e Firmino). As amizades que estamos construindo Fernanda Thomaz, Mayca, Luciana. Camila Faria grata pelas dicas com os mapas, Paulo Roberto pelos debates sobre os ruralistas. Nesta fase final, ao apoio de Mariana Castro e a pequena Amélie, Philipe Branquinho, Carol Ramkrabes e Henrique, Aline e Rodrigo.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo auxílio financeiro da bolsa.

Grata a todas e todos com quem compartilho este momento e este estudo.

SUMÁRIO

Lista de Siglas **6**
Lista de Tabelas **8**
Lista de Gráficos **8**
Lista de Mapa **9**
Resumo **10**
Abstract **11**
Introdução **12**
1. O ruralismo e o Brasil - a Geografia e o ruralismo **30**
1.1. Propriedade da terra e ruralismo 30
1.2. Das organizações de representação de interesses ao Congresso Nacional 39
1.3. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira 45
2. A Bancada Ruralista: tradição e perpetuação na política **67**
2.1. Os políticos 67
2.2. Laços de família, política e propriedade 85
3. Os proprietários: terras, capital e poder **234**
3.1. As terras dos políticos ruralistas 234
3.2. Disputas pelo território e conflitos com a classe camponesa, os indígena e os quilombolas 252
4. Territorialização da ação ruralista **281**
4.1. De terno, chapéu e trator: a extensão do latifúndio ruralista 281
4.2. Deitado nas redes do poder: de onde chegam e para onde levam as tramas dos congressistas 300
5. Considerações Finais **304**
6. Bibliografia **309**
7. Anexos **324**

Lista de Siglas

ABREVIS - Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança da Regional de São Paulo
APG - Associação de Produtores de Grãos
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAT - Clube Amigos da Terra
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNC - Conselho Nacional do Café
COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda.
CEAGRO - Clube dos Engenheiros Agrônomos
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FAET - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado Tocantins
FRENCOOP - Frente Parlamentar de Cooperativismo
FUNCAFE – Fundo Nacional de Defesa da Economia Cafeeira
INESC – Instituto de Estudos Sócio Econômico
ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins
ITERON - Instituto de Terras de Rondônia
LAB - Liga Agrícola Brasileira
LCP - Liga dos Camponeses Pobres
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
PL - Projeto de Leis
PRODECER - Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados.
PROPERTINS - Programa de Perenização das Águas do Tocantins
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
DEM - Democratas
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PTC - Partido Trabalhista Cristão
PSC - Partido Social Cristão
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PRP - Partido Republicano Progressista
PPS - Partido Popular Socialista
PV - Partido Verde
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PP - Partido Progressista
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

SPA - Sociedade Paulista de Agricultura
SRB - Sociedade Rural Brasileira
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos

Lista de Tabelas

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Parlamentares ruralistas, partido, e profissão declarada na atividade agrícola e agropecuária.....68
Tabela 02 - Parlamentares que não possuem vínculo direto com a questão agrária.....74
Tabela 03 - Ruralista da ARENA: Nome, Filiações Partidárias e Unidade da Federação.....81
Tabela 04 - Registro de imóveis no sobrenome “Ferreira Gomes” no estado do Tocantins, INCRA (2003).....161
Tabela 05 - Ruralistas: os 20 maiores proprietários de terra (Declaração de Bens)...248
Tabela 06 - Ruralistas: as 20 maiores propriedades de terra (INCRA, 2003).....250
Tabela 07 **-** Bancada Ruralista: os 20 maiores patrimônios declarados.....251

Lista de Gráficos

GRÁFICO 01 – Parlamentares Ruralistas: área de atuação profissional e política ou fonte de renda patrimonial.....78
GRÁFICO 02- Região Norte: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área.....243
GRÁFICO 03 - Região Centro-Oeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área.....244
GRÁFICO 04 - Região Nordeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área.....245
GRÁFICO 05 - Região Sudeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área.....246
GRÁFICO 06 - Região Sul: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área.....247

Lista de Mapa

MAPA 01- RURALISTAS: Localização e Área das Terras, INCRA (2003).....282

Mapa 02 - RURALISTAS: Concentração do Latifúndio Improdutivo, (INCRA, 2003).....284

MAPA 03 - RURALISTAS: Localização e Área das Terras, Declaração de Bens (1998, 2002, 2006 ou 2010).....292

MAPA 04 - RURALISTAS: Concentração das Terras das Empresas Ruralistas, (INCRA, 2003).....295

MAPA 05 - RURALISTAS: Fluxos Estaduais e Regionais de Apropriação de Terras.....301

MAPA 06 - RURALISTAS: Conflitos no Campo e Disputas por Território.....303

Resumo

Esta dissertação tem foco na ação dos deputados e senadores que compuseram e ainda compõem a Bancada Ruralista do Congresso Nacional, em um contexto de consolidação do neoliberalismo da economia e de acirramento das disputas políticas e dos conflitos territoriais que marcam a questão agrária no Brasil nas últimas décadas (1995-2010). As questões abordadas discutem a importância do estudo deste sujeito social na Geografia Agrária brasileira, também o papel das organizações de representação dos interesses da classe dos proprietários de terra, como a União Democrática Ruralista (UDR). Analisa também a constituição de relações de poder em torno do patrimônio, parentesco e política, que resultam na acumulação de bens e renda, principalmente a renda fundiária. Destarte, foi imprescindível considerar os desdobramentos históricos da formação da propriedade privada da terra no Brasil, e o papel das oligarquias estaduais na qual foram gestadas determinadas lideranças políticas tradicionais que fazem parte desta bancada. A partir da análise das biografias e do estudo sistemático dos dados declarados pelos parlamentares ao Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2003 e dos bens declarados à Receita Federal e entregues a Justiça Eleitoral, nos pleitos de 1998, 2002, 2006 ou 2010 constatou-se a inserção destes políticos ruralistas nas dinâmicas territoriais de apropriação de terras em meio à lógica do desenvolvimento contraditório, desigual e combinado no modo capitalista de produção na agricultura, e as distinções de cada político no "processo de territorialização dos monopólios e na monopolização dos territórios", porque além de políticos a maioria atua diretamente no campo. Foi construída uma cartografia da concentração fundiária ruralista, que mostra que os parlamentares, nos municípios brasileiros, concentram a maior parte de suas terras na propriedade improdutiva, mas também acumulam além da grande propriedade, as médias, pequenas e minifúndios. Esta complexa dinâmica envolve atuação de empresas do agronegócio, relações de parentesco e tramas inter-regionais entre os políticos da bancada que resultam na apropriação de terras, especialmente nas áreas de expansão do agronegócio, e também em conflitos com a classe camponesa, os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Propriedade da Terra, Questão Agrária no Brasil, Território, Política Agrária e Bancada Ruralista.

Abstract

This study aims at important aspects of the rural issues in Brazil for the last decades, such as the former and current Brazilian Congressional Rural Caucus members' performance- congressmen's and senators' - inside a context of stability of the neoliberal economy, intense political disputes, and territorial conflicts. This article also presents the importance of the study on the mentioned social beings' and the representative organization for landlord's roles in the Brazilian Rural Geography, such as the Rural Democratic Union (UDR).The patrimonial power, kinship, and politics relationship constituting, which has resulted in the accumulation of property and income, especially in land income, will also be pointed out. Therefore, it was extremely necessary to take the Brazilian land private property formation historical development and the state oligarchies' role, in which specific traditional political leadership was first elaborated, being it a part of the rural caucus basis, into consideration. Through biographical analysis and systematic study of the Income Tax Return declared by the parliamentarians to the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) by the year 2003, and the property and vehicles Income Tax Return declared to the Brazilian Federal Revenue (FRB) and delivered to the Electoral Justice, in the elections of 1998, 2002 or 2010, it was possible to verify the integration of these rural politicians in the land ownership dynamics through the logic of uneven and combined development in the capitalist production in agriculture, as well as the distinctions of each politician in territorialization processes of the monopolies and monopolization of the territories. The conclusion is that, although they are politicians, most of them act directly in the field. A Cartography of the rural land concentration was prepared in order to display that the parliamentarians have concentrated most part of their lands in the non productive large properties, but they have also accumulated the medium, small ones and minifundios. This complex dynamics involves the performance of agribusiness companies, kinship relationships and inter regional transactions among the politicians. It ends up resulting in conflicts with the peasantry class, the indigenous peoples, the maroon communities and ownership of lands, especially in the expansion areas of agribusiness.

Key-words: Land Ownership, Agrarian Issue in Brazil, Territory, Agrarian Policy and Rural Caucus.

Introdução

De passagem pela cozinha da sede da fazenda, de propriedade daquele que fora até a década de 1990, o maior latifundiário do município de Jequitinhonha/MG pude ouvir e presenciar as práticas políticas dos proprietários de terra. Ali, nos fartos banquetes eram traçadas estratégias e ditados os acordos políticos necessários à condução dos indicados pelos fazendeiros aos cargos de prefeito e vereadores. Nesta mesma fazenda foram oferecidos jantares, almoços, churrascos e festas para recepcionar políticos cuja envergadura ultrapassa os limites do renegado Baixo Jequitinhonha, já passaram por esta fazenda o ex- presidente Juscelino Kubitschek, o ex - Governador Hélio Costa, Deputados Estaduais e Federais. A reverência dos eleitores às aparições tão ilustres foi traduzida não só por uma fotografia do político na parede da sala, em lugar de destaque, para que todos possam ver, mas principalmente pela duradoura gratidão pela visita, manifestada nas urnas com o voto. Nas vivências pelas cercanias desta fazenda, foi que tive o primeiro aprendizado de como o poder político é também um legado da propriedade da terra. Neste estudo, saindo deste lugar para olhar para o Brasil, buscarei debater o latifúndio que é a política neste país.

Do curral ao plenário, foi como analisei, em um primeiro trabalho[1], as estratégias dos parlamentares ruralistas mineiros, para manterem-se no poder através do voto. Nesta dissertação, trago a propriedade da terra, como elemento central na análise dos parlamentares que compõem a Bancada Ruralista do Congresso Nacional. No complexo percurso da acumulação rentista onde se cruzam as práticas políticas atrasadas, a geopolítica ruralista e a contraditória questão agrária que se desenvolve no Brasil.

Parto da premissa de que os políticos ruralistas (senadores e deputados federais) são sujeitos sociais ativos na dinâmica de expansão capitalista da agricultura. Ocupam posição de destaque na questão agrária brasileira, quando se apropriam das

1 COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *Do curral ao plenário: a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional***,** Monografia de conclusão de curso de bacharelado em Geografia pelo Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, 2007 orientado por Cláudio Francisco Severino. Em que obtive os primeiros resultados sobre a ação dos ruralistas no estado de Minas Gerais, com o foco na questão da política de curral eleitoral e de estratégias em defesa dos projetos voltados para a expansão do agronegócio.

terras do território para auferir a renda da terra ou as dispõe para a expansão do capital na agricultura.

Com intuito de defender seus interesses de classe, que no Congresso Nacional, senadores e deputados federais se organizam na Bancada Ruralista. Esta é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa da propriedade da terra ou da expansão capitalista na agricultura. Ou seja, um grupo de parlamentares que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da autoidentificação como ruralistas, em geral, tem diferentes formações profissionais e ao longo de suas trajetórias políticas exerceram ou exercem cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Os deputados federais podem ascender a outras posições no Senado, nos Ministérios e manterem suas articulações com a bancada da Câmara. Portanto, são considerados neste trabalho os políticos ruralistas que pertenceram à Câmara dos Deputados e Senado Federal e transitaram para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura.

A análise inicia-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) marco na consolidação e avanço das políticas neoliberais no país, como também das ações dos movimentos sociais no campo, que se opuseram às políticas deste período, dentre elas as de privatizações do setor energético e das telecomunicações, bem como de expansão do agronegócio pressionando a fronteira agrícola sobre o domínio amazônico. O recorte prossegue no governo seguinte, do presidente Luiz Inácio da Silva, quando as políticas ruralistas inconclusas no governo anterior, foram levadas a cabo pela bancada de representação dos interesses da classe dos proprietários de terra no Congresso Nacional (Bancada Ruralista) avalizadas por este governo. Este recorte temporal inclui também, as novas questões que são foco de demandas no sentido de entravar o avanço da justiça social no campo, alargando assim, as possibilidades de ampliação do agronegócio no território brasileiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a primeira renegociação da dívida agrícola através da Lei nº. 9.138, de 29/11/95 e posteriormente, no segundo mandato, a 2ª renegociação das dívidas agrícolas Lei nº. 9.866, de 9/11/99. A renegociação das dívidas agrícolas foi incorporada como pauta da Bancada Ruralista naquela legislatura e teve sequencia no governo Luis Inácio, assim como o Projeto de Lei 1876/99 que trata de assuntos relativos à criação do novo Código Florestal Brasileiro (que após conflituosa tramitação ao longo desta última década, em 06/07/12 recebeu parecer favorável nas comissões do Senado e da Câmara, pela sua alteração, foi sancionado foi aprovado pelos ruralistas e vetado parcialmente da presidente Dilma Rousseff). A consolidação do neoliberalismo no governo FHC influenciou nos desdobramentos para a política agrícola do país, reforçando a posição privilegiada das elites agrárias, neste contexto de transformações da política econômica mundial com a consolidação das políticas neoliberais. Por sua vez, se for considerada a imbricada posição que ocupa na defesa dos interesses da classe dos proprietários de terra, a bancada ruralista, naquele governo promoveu avanços em pautas que tiveram reflexos imediatos sobre a territorialização do capital na agricultura.

No governo do presidente Luiz Inácio da Silva, teve sequência esse processo, e, ainda são reforçadas por novas pautas que estão expressas na articulação ruralista diante de projetos que impedem o avanço da justiça social no campo e alargam as possibilidades do avanço do agronegócio. Entre esses projetos estão: **I)** Projeto de Emenda Constitucional nº 265/2004 a PEC do Trabalho Escravo (que prevê a expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo, do mesmo modo que a PEC 438/2001 que propõe dar nova redação ao art. 243 da Constituição Federal e altera o termo gleba para imóvel rural na desapropriação onde ocorram as irregularidades; **II)** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana - CPMI da Terra (objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras; **III)** Medidas Provisória 422 convertida na LEI Nº 11.763, de 1º de agosto de 2008 (que instituiu normas para licitações e contratos da administração pública e teve como objetivo permitir a regularização de áreas até quinze módulos rurais (1.500 hectares) na

Amazônia Legal, com dispensa de licitação); **IV**) Medida Provisória 458 convertida na LEI Nº 11.952, de 25 de junho de 2009 (Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal) e **V)** CPI do MST - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar supostos repasses de verbas públicas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nas referências encontradas sobre o conceito - Bancada Ruralista - parece haver poucos estudos sobre o mesmo. Nota-se que na ditadura militar a ação dos ruralistas se dava pela forma de ação direta de determinadas lideranças de cada segmento ou produto nas negociações com os governos. O que quer dizer que durante os governos militares o termo ruralista como auto nominação ou como termo identificador não era usado, e sim *'nós os proprietários'*, '*nós os empresários*[2]. Ou seja, a autodenominação e identificação de ruralista, irrompem com Ronaldo Caiado e a União Democrática Ruralista, a UDR, no bojo da democracia formal e representativa, que ocorreu durante a Nova República, quando começaram a atuar de forma organizada no Congresso Nacional (Constituinte 1986-1988). Concordo com Oliveira (2001: 192-200) quando escreve que se refere a um contexto de crescimento brutal da violência no campo como reação "militarizada" dos latifundiários para frear a implementação do IPNRA[3]. Neste momento parece ter sido criado esse conceito de Bancada Ruralista e aparece em uma nova forma de ação parlamentar, a organização da Frente Parlamentar da Agropecuária foi um momento em que a Bancada Ruralista procurou como o nome diz ampliar suas alianças, superando algumas divergências internas.

---

2 Em sua tese de doutorado Bruno (2002) apresenta o discurso adotado pelos proprietários de terra na construção de uma identidade entre eles, através de uma "retórica patronal" que evoca a figura do produtor e empresário rural capitalista como legítima e que, ao mesmo tempo, desqualifica o "trabalhador rural" nos anos 1980. BRUNO, Regina Ângela Landim." O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na nova república". 2002. 316p. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

3 Refere-se ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA)- Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *"A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária"* Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001. Pp. 185-206.
Sobre este contexto de organização dos latifundiários frente ao IPNRA, ver também o texto de Regina Bruno (2009) *"Um novo campo de conflito agrário. As associações patronais em defesa da propriedade e o movimento de ocupação de terra durante a Nova República"* In: Um Brasil Ambivalente - Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder, Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. Pp.63-112

No primeiro semestre de 2011, no contexto de votação das mudanças no Código Florestal, o Deputado Federal Deputado Moreira Mendes (PPS/RO) em resposta à entrevista realizada pelo repórter da Câmara Hoje (mídia institucional), expõe em sua fala um novo discurso adotado frente à pauta em questão, cabe reproduzir o diálogo, no sentido de situar as mudanças de estratégias da bancada:

"-(...) nós vamos conversar agora sobre essas mudanças com o Deputado Moreira Mendes (PPS/RO), que é um dos que se chama até Bancada Ruralista dos defensores do agronegócio aqui no Congresso, deputado essas mudanças que o relator Aldo Rebelo fez, ele mesmo classificou assim, não era como a gente gostaria, mas é o que é possível para se votar o projeto e eu to feliz simplesmente por nós colocarmos em votação, na visão do senhor e dos outros deputados que tem essa mesma visão defensora do agronegócio que o senhor tem essas mudanças foram exageradas se cedeu demais ou tá dentro do esperado e é realmente o necessário para que o projeto seja votado?" Deputado: *"- primeiro fazer aqui um, uma correção, não é mais a Bancada Ruralista, é a bancada que defende os produtores de alimentos."* Repórter: - *"O senhor falou isso no plenário outro dia".* Deputado: *"-Exatamente, nós temos que desmistificar esta história de achar que produtor rural é vilão, produtor rural produz alimentos, aquilo que tá na mesa do brasileiro, de todos os brasileiros e sem as quais nós não podemos viver, bem eu quero primeiramente louvar o esforço do Deputado Aldo Rebelo, ele fez um esforço extraordinário junto com todos nós de encontrar um caminho de consenso com o governo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, MDA, entidades, não se, não paramos ao longo desta nova legislatura esse novo mandato, o tempo todo negociando (...)".*

Os aspectos do contexto de formação da Bancada Ruralista e da UDR serão apresentados no Capítulo 1 – O ruralismo e o Brasil particularmente, na parte sobre a Geografia e o ruralismo. Neste capítulo, discutirei também o resultado do levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, em que pude constatar que nos estudos de geografia agrária, mesmo em poucos trabalhos, há uma emergente preocupação com a questão ruralista, encontradas nas análises de problemáticas ligadas a questão agrária inseridas no contexto pós Assembleia Nacional Constituinte. É importante lembrar que, naquele momento foi articulada, em 1986, a Frente Ampla da Agropecuária, e na

mesma década de 1980, também foi constituída a União Democrática Ruralista (UDR). Foi este o contexto destas articulações dos latifundiários que projetaram nacionalmente estes sujeitos (Bancada Ruralista e UDR) na aparente desordem dos conflitos agrários no Brasil, já na tentativa da transição para a consolidação do vindouro período democrático. E continuam, mesmo com pouca centralidade a serem discutidos no atual contexto das questões que envolvem as disputas por políticas e terras no campo brasileiro. Ou seja, na análise da questão agrária no Brasil realizada por um determinado grupo de estudiosos da Geografia Agrária tem se escrito cada vez mais trabalhos que consideram a ação da UDR e da Bancada Ruralista. Embora não seja um número tão expressivo, são contribuições que apontam para uma crescente consideração destes sujeitos na questão agrária brasileira. Este tema será explorado no item 1.3. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira.

No que tange ao estudo das questões ruralistas cabe evidenciar, que as análises de Sônia Regina de Mendonça e de Regina Landim Bruno tem sido citadas como referência no estudo dos desdobramentos de tais questões. Esta produção reúne livros, artigos e teses que serão referenciados ao longo da exposição deste trabalho, uma vez que se encontram entre as poucas referências bibliográficas que discutem de forma central a representação das elites patronais. Portanto, parto da compreensão de que um número maior de estudos referentes à ação parlamentar ruralista é encontrado na Sociologia e na História. O movimento ruralista no Brasil foi analisado por Mendonça (1997 e 2005)[4] e de Regina Landim Bruno (2009). Mendonça (1997) discutiu representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro na República Velha, bem como a denominação de ruralismo entendido como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante na estrutura agrária do Brasil. Tanto em instituições de organização civil, quanto na estrutura burocrática da política do Estado, bem como no tocante aos

4 Para Mendonça, o ruralismo brasileiro, entre finais do século XIX e o início do século XX**,** esta inserido no contexto das mudanças ocorridas no espaço agrário internacional. Neste período foram ressaltadas inúmeras contradições inerentes ao sistema capitalista realçadas pela chamada Grande Depressão, dos anos 1870-90. Como desdobramentos desta crise, Mendonça (2005), situa o surgimento do movimento de *'retour à la terre',* característico do campo político francês em fins do século XIX que deu origem ao chamado agrarismo ou ruralismo. Poucos trabalhos abordam especificamente o ruralismo, quando o fazem sugerem um grande consenso a seu respeito, diz a autora que fica reduzido esquematicamente à defesa da "*vocação eminentemente agrícola do país*", palavra de ordem do movimento desde a Primeira República.

conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele fazem parte. Mendonça e Bruno compartilham das análises sobre o ruralismo no Brasil.

Considero que a constituição do ruralismo encontra-se no bojo da expansão dos processos capitalistas que se desenvolveram na sociedade brasileira. Além do diálogo com outras correntes teóricas Mendonça (1997) e Bruno (2009), terão referência nos trabalhos de José de Souza Martins (1980, 1981, 1984, 1986, 1994, 2000 1996), dentre os quais nesta dissertação também adoto como aporte teórico as análise deste autor contidas nas obras *"Cativeiro da Terra"* em *"O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta"* para discutir a expansão do capitalismo na agricultura no Brasil. Além destas teses de Martins (1979 e 1994), apoiar-me-ei também na compreensão do desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil elaborada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999). Estes autores analisam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como sendo contraditório e combinado, pois, à medida que reproduz relações especificamente capitalistas, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, necessárias à sua lógica de desenvolvimento. Conforme Oliveira (1999:73):

> O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção pela presença e aumento do trabalho familiar no campo. (OLIVEIRA, 1999: 73)

Martins (1994) mostra que a história da sociedade brasileira está marcada por determinações estruturais que demarcam uma realidade configurada por um tempo singular, o tempo do inacabado. Este, por sua vez, tem como núcleo central do sistema político persistente, a propriedade da terra, como escreveu o autor:

> A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros [...]. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder [...]. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. No modelo

> brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação licita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado [...], portanto, [...] comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. Martins (1994: 13,79-80)

A configuração territorial do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura pode ser expressa na lógica de monopolização do território e territorialização dos monopólios desenvolvida por Oliveira:

> O que esse processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo revela, é que [...] o capital territorializa-se. Estamos, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. [...], esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se. Estamos, pois, diante do processo de monopolização do território pelo capital (Idem, 1996:24-25).

Então, neste processo de *"monopolização do território pelo capital"* ou de *"territorialização do capital monopolista"* são admitidas as seguintes hipóteses conforme desenvolve Ariovaldo Umbelino de Oliveira;

a) *"Monopolização do território pelo capital"* – quando a circulação comanda a produção, como no caso dos produtores de fumo no sul do Brasil que entregam a sua produção às multinacionais, neste caso cinco hipóteses são admitidas:

1ª Hipótese: o capitalista industrial e/ou o capitalista comercial estão separados, ou seja, são distintos, enquanto isso, o capitalista da agricultura e proprietário de terra (latifundiário) são outras pessoas físicas ou jurídicas;

2ª Hipótese: o capitalista industrial e/ou o capitalista comercial estão separados, ou seja, são distintos, enquanto isso, o capitalista da agricultura (arrendatário) é outra pessoa física ou jurídica, e, o proprietário de terra (latifundiário) também é outra pessoa física ou jurídica;

3ª Hipótese: o capitalista industrial e/ou o capitalista comercial estão separados, ou seja, são distintos, enquanto isso, proprietário de terra (camponês) é outra pessoa física;

4ª Hipótese: o capitalista industrial e/ou o capitalista comercial estão separados, ou seja, são distintos, enquanto isso, proprietário de terra (latifundiário) também é outra pessoa física ou jurídica, e o camponês (parceiro ou rendeiro) também é outra pessoa física;

5ª Hipótese: o capitalista industrial e/ou o capitalista comercial estão separados, ou seja, são distintos, enquanto isso, é outra pessoa física.

O que se tem quando o processo de monopolização do território atua na agricultura é a controle parcial do modo capitalista de produzir na agricultura.

b) *"Territorialização do capital monopolista"* - a produção comanda a circulação, ou seja, o capitalista industrial, o capitalista da agricultura e o proprietário de terras constituem a mesma pessoa física ou jurídica, neste caso se tem a hegemonia no modo capitalista de produzir na agricultura. O exemplo utilizado por Oliveira é das usinas ou destilarias, *"indústria e agricultura são partes de um mesmo processo, capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome são a mesma pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos boias-frias."* Utilizando-se desta forma de trabalho promovem a concentração da terra.

Assim, para que se possa fazer a distinção da "origem de classe" dos políticos da Bancada Ruralista, eles serão submetidos a um olhar distinto, quanto ao pertencimento à classe dos proprietários de terras (quando os dados revelam que são proprietários de terras) quer quanto à classe capitalista que atua na agricultura (quando os dados revelarem esta outra condição). Ou que reúnem as duas condições em uma mesma figura. Através da caracterização sistemática dos parlamentares, biografias, patrimônio e terras objetivei diferenciar além de sua ação política, a inserção destes sujeitos sociais na lógica de produção capitalista da agricultura brasileira.

Esta dissertação reúne o estudo de trezentos e setenta e quatro (374) parlamentares ruralistas que representam os estados das Regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, cuja condição material investigada permite afirmar que se trata de um conjunto de políticos capitalistas industriais, capitalistas comerciais, proprietários de terras (grileiros e latifundiários), que em determinados casos estes sujeitos se fundem em um mesmo político. Deste grupo, apenas vinte e três (23) parlamentares, não possuem ações, cotas em empresas, capital investido, nenhuma

declaração de imóvel rural, ou ligações diretas com atividade agropecuária ou com o agronegócio. Os demais trezentos e cinquenta (351) parlamentares, juntos reúnem estas características, além de concentrarem, de acordo com os dados do INCRA, oitocentos e sessenta e três mil e seiscentos e quarenta e seis hectares e cinquenta e três ares (863.646,53) de terras em seus nomes, de seus familiares e de empresas das quais são proprietários, cotistas ou acionistas.

Para chegar a este conjunto de senadores e deputados federais que fizeram ou ainda fazem parte da da Bancada Ruralista, primeiramente utilizei como referência as Radiografias do Congresso divulgados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar[5] (DIAP) a partir do pleito de 1994. Até a mais recente divulgada em 2010. Nesta gestão (2011-2014), houve um fortalecimento da Bancada Ruralista, novos sujeitos assumiram a posição de membros desta bancada, nomes de relevo na política ruralista, como o Senador José Sarney PMDB/AP e José Renan Vasconcelos Calheiros PRN/AL, assumiram participar desta bancada. Identificada esta questão, foi que em um segundo momento procurei identificar concretamente a condição de proprietário de terra, ou capitalista da agricultura dos demais parlamentares que não assumiram pertencer a Bancada Ruralista, mas que no plano da representação da classe não se oporiam ao projeto de manutenção do poder da mesma no Congresso Nacional e que reúnem todas as condições materiais de um ruralista. Assim, foram analisadas as Declarações de Bens entregues à Justiça Eleitoral dos anos de 2002 (foi escolhido este pleito porque permite uma situação cronológica intermediária no recorte temporal analisado) e 2010, declaração mais recente. Aos duzentos e noventa e nove (299) nomes formados pela lista do DIAP acrescentei o nome de setenta e quatro (74) parlamentares - que denominei por “parlamentares ruralistas identificados”, (vide Anexo

5 De acordo com o DIAP, este departamento classifica como integrante da Bancada Ruralista aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área de agronegócios, **ASSUME** sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e outras manifestações públicas. O DIAP procura, ainda durante a disputa eleitoral, identificar os potenciais candidatos à eleição e sua origem. Ao longo de cada legislatura pode haver aumento ou diminuição da quantidade de parlamentares já que alguns parlamentares eleitos são convidados e passam a ocupar cargos nos executivos federal, estadual ou municipal. Com isso, será convocado o suplente mais votado de determinada coligação, que nem sempre é integrante de determinada bancada, como no caso, da ruralista. procuram identificar os parlamentares e após a divulgação do resultado eleitoral atualizam a sua formação quantitativa.

A – Parlamentaes Ruralistas Identificados: terras, bens e vínculos com a questão agrária) é conveniente dizer que estes políticos podem futuramente assumir publicamente a participação na Bancada Ruralista, uma vez que são proprietários de terras ou capitalistas da agricultura - neste conjunto passa a fazer parte da análise expoentes da elite agrária como o deputado federal e usineiro de tradição no Alagoas Teotônio Brandão Vilela Filho PSDB/AL, os latifundiários Rogério Lúcio Soares da Silva PMDB/MT e Joao Castelo Ribeiro Gonçalves PSDB/MA, inclui também o agropecuarista Reditário Cassol (suplente e pai do Senador ruralista Ivo Cassol) dentre outros[6].

A participação destes representantes ou pertencentes das elites agrárias do país no processo de territorialização do capital na agricultura no Brasil se dá via controle da estrutura burocrática legal do Estado e uso de instrumentos jurídicos (através da proposição, votação e disputa por a participação em Comissões, Projeto de Emenda Constitucional - PECs, Projeto de Leis - PLs; Medidas Provisórias - MPs; Planos e Orçamentos; Fundos, etc.). Como também, via burla da Constituição Federal (grilagem de terras públicas, cerco e posse de terras, proposição de projetos de lei inconstitucionais). De acordo com Oliveira (2007:148):

> Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado

6 Os parlamentares Olávio Rocha PSDB/PA, João Thomé Mestrinho PMDB/AM, Ernandes Amorim PTB/RO que não foram eleitos para o Congresso em 2002 e 2010, e não fazem parte da lista do DIAP foram nomes indicados por Cunha (2012) em seu estudo sobre o Novo Código Florestal.
Vale ressaltar que na análise dos bens dos parlamentares que não se declaram ruralistas quatro (4) dentre estes declararam bens ligados a atividade rural, mas que aliados a biografia do parlamentar não reúnem características suficientes para incluí-lo na análise como parlamentar ruralista, são eles; a professora Neyde Aparecida Da Silva PT/GO ("*80 rezes da raça nelores"* no valor de R$ 20.000,00); o engenheiro mecânico e analista de sistemas Eduardo Brandão de Azeredo PSDB/MG (*1/6 da Fazenda Paineiras de 446 ha, Fazenda da Lapa 124 ha* ambas em Sete Lagoas, MG ; o industrial, engenheiro civil e empresário Paulo Salim Maluf PP/SP *("4.233 Quotas de Sociedade de Adm. Agric. Ind. E Com"*, no valor R$ 0,83 centavos); O advogado e professor Michel Miguel Elias Temer Lulia PMDB/SP - que em 2002 declarou "*direitos hereditários na Fazenda Mangue e Brejo, GO"*, "*direitos possessórios referentes a ½ ideal e terreno em Alto Paraíso, GO – área aproximada de 500 HA*", além de Chácara em Tietê, SP (valor total dos bens R$ 2.716.816,74). Porém na declaração de 2010 não declarou nenhum bem rural além desta mesma chácara (valor total dos bens R$ 6.052.779,19).

> mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (Idem, 2007:148)

No bojo destas questões, os deputados federais ruralistas, portam-se como defensores das grandes empresas do agronegócio, as empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores, tais como: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantin, Nestlé, Pepsico, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin, etc. Ou, como representantes de entidades, organizações, agências que representam os interesses dos ruralistas tais como Confederação Nacional da Agricultura; Sociedade Rural Brasileira; Organização das Cooperativas do Brasil, União Democrática Ruralista, Conselho Nacional do Café, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, dentre outras. A caracterização dos parlamentares que será exposta nesta dissertação pretende mostrar as nuances desta representação ruralista no Congresso, as motivações individuais ou de grupos familiares que se desdobram e territorializam a defesa de um interesse ou projeto de classe.

Para desnudar este sujeito social, entender a articulação destes parlamentares da Bancada Ruralista (1995-2010), com suas bases e melhor qualificar sua origem de classe, foi que reuni um conjunto de dados, que contém a história de vida e a trajetória política destes deputados. As tabelas que foram organizadas e utilizadas como fonte documental para caracterização do perfil desses parlamentares agrupam os dados da biografia disponibilizada no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, a declaração de bens à Receita Federal (e disponibilizados pela Justiça eleitoral) e informações disponíveis em sítios eletrônicos das Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e bem como outros órgãos oficiais que possam ser indicados pelas fontes mencionadas.

O uso das biografias apresentadas pelos deputados é importante para o estudo de suas ações. Como constatou Bruno (2007:04), elas expressam “a auto-identificação que o parlamentar faz de si próprio; como ele se define e define sua história pessoal e pública; reflete também o que considera importante tornar público*”.* E acrescento, quando as informações que complementam as biografias partem das Câmaras Legislativas, Prefeituras e Câmaras Municipais evidencia também o que as bases articuladas localmente consideram interessante divulgar sobre os feitos dos “seus”

deputados, ou mesmo o que os deputados consideram ser a concepção, das bases sobre eles, os “seus” deputados. E, ainda a articulação com suas bases governamentais via forte relação com governos de prefeituras municipais, e da capacidade dos deputados na mobilização de recursos em diferentes ministérios para projetos pontuais de infraestrutura para os municípios. Tais articulações com os governos municipais podem ser detectadas nas 'biografias', onde podem ser reunidas informações sobre a mobilização de verbas em defesa de interesses destas bases. Em um estudo anterior, pude constatar que no caso dos deputados ruralistas que representam o estado de Minas Gerais no Congresso, este tipo de ação influencia, em certa medida, garante a eleição, ou reeleição por mandatos consecutivos e configura os seus espaços de ações eleitorais.

Ainda no que concerne a organização dos dados, utilizei como instrumento de análise, os dados agrupados nas tabelas, onde constam as informações extraídas dos registros de terras, da declaração dos bens e informações extraídas das 'biografias', para proceder a uma caracterização dos parlamentares, destacando a sua ação territorial na expansão da agricultura capitalista, na contraditória dinâmica da expansão do agronegócio e da apropriação de terras do território brasileiro. Além do levantamento dos bens patrimoniais declarados, ligações com empresas, foi possível organizar os dados acerca do tempo de permanência na Câmara dos Deputados a vinculação com as agências de representação dos interesses da classe dos proprietários de terra e dos capitalistas da agricultura e os laços de família na política. Devido ao grande volume de dados e tempo que esta tarefa exigiria não foi possível organizar as informações relacionadas à participação em Comissões, Projeto de Emenda Constitucional (PECs), Projeto de Leis (PLs), a postura assumida no Congresso na representação de interesses profissionais.

Acerca do elemento, o parentesco na política (que pode ter origem em uma tradição oligárquica ou em uma projeção mais recente de seus familiares na política) é pertinente trazer à discussão a tríade: patrimônio, parentesco e política. Minha hipótese é que ela constitui-se no modo, pelo qual, determinadas lideranças políticas tradicionais tem se valido para aumentar o seu patrimônio particular, e também, o patrimônio fundiário. Na ação política ruralista, além da imbricada questão fundiária e as relações

não capitalistas intrínsecas a esta questão, outra marca do fazer político, que revelam, mais uma vez, as marcas do poder e do atraso nas relações sociais desenvolvidas neste país. É a perpetuação na política por parte de determinadas lideranças ruralistas, um perpetuamento que se dá de forma direta quando um político permanece praticamente "a vida inteira" ocupando os cargos legislativos e executivos e, concomitantemente, a esta atuação ocorre a difusão dos cargos eletivos entre os familiares ao projetarem filhos, netos, sobrinhos. Na atualidade, se vê também nos contornos da política a projeção da mulher para além da posição de "primeira dama", ocupando os cargos deixados pelo marido, para que este possa pleitear outros postos, ou mesmo quando o patriarca está impedido judicialmente de participar de algum pleito e encontrou uma forma de se manter no poder ao tentar eleger a cônjuge (como fez, por exemplo, o ruralista Joaquim Roriz do PSC/DF). Na ação ruralista além de uma marca de tradicionalismo e atraso na política e no controle do Estado, combinam-se também como mais um artifício, o de controle das terras e expansão do latifúndio. Estas questões serão analisadas no Capítulo 2 – *Tradição e perpetuação na política,* quando no item *2.3. Ruralistas: laços de família, política e propriedade* discuto a tradição herdada pelos políticos e seus familiares. Através da organização de dados em organogramas com o ciclo político e familiar dos parlamentares e os cargos por eles ocupados, sem, contudo, ter neste trabalho a pretensão de trabalhar uma genealogia política. Esta seria uma tarefa ainda mais complexa que exigiria reflexões conceituais no campo da antropologia e da política que foge às pretensões deste trabalho. Neste item analisarei o patrimônio declarado pelos parlamentares ruralistas evidenciando a condição de proprietários de terra e a acumulação capitalista.

Neste segundo capítulo já começo a evidenciar, através da análise dos bens declarados, o patrimônio capitalista acumulado pelos ruralistas ao longo do exercício de cargos políticos eletivos (terras, rebanhos, empresas de agronegócio, construção civil, capital financeiro, comunicações) sobretudo as contradições que aparecem quando são confrontados os dos dados INCRA (2003) e Bens Declarados da Justiça Eleitoral que revelam a tônica da acumulação rentista dos parlamentares.

A partir do Capítulo 3 – "*Os proprietários: terras, capital e poder"* apresento a questão central deste trabalho que se refere à posição dos parlamentares ruralistas na

condição de pertencimento e defesa da classe dos proprietários de terras. Através de gráficos e tabelas apresento um panaroma nacional e regional, da concentração das terras em nome dos ruralistas e de suas empresas, cujos dados revelam o problema da concentração das terras declaradas na grande propriedade improdutiva reproduzindo na lógica ruralista a lógica da concentração do latifúndio e as *"Disputas pelo território e conflitos com a classe camponesa,os indígenas e os quilombolas*", que serão tratados no item 3.2 deste capítulo.

Visando entender o alcance territorial da ação ruralista que no *Capítulo 4 – "Territorialização da ação ruralista"* através de mapas cartográficos apresento a localização municipal das terras dos ruralistas, e das terras das empresas, no item *4.1. De terno, chapéu e trator: a extensão do latifúndio ruralista,* mostrando a grande concentração do latifúndio improdutivo. Enquanto no item *4. 2. Deitado nas redes do poder: de onde chegam e para onde levam as tramas dos congressistas* apresento as territorialidades do poder ruralistas, um mapa da apropriação das terras para além dos estados que os elege e os focos dos conflitos e disputas pelo território. Ver-se-á que os ruralistas acumulam terras em municípios onde a produção para o agronegócio encontra-se em expansão, focos no Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Paraíba, Piauí, São Paulo e Rio Grande do Sul, um adensamento da concentração das propriedades no Mato Grosso, Goiás e Tocantins, no estado de Alagoas, no oeste da Bahia e no sul do Maranhão, Triângulo Mineiro e oeste paranaense.

Os materiais que sistematicamente permitiram realizar as discussões nesta pesquisa foram alvo de uma detalhada investigação que se concentrou no levantamento das terras declaradas pelos deputados e senadores ruralistas e, por conseguinte o estudo de sua condição de proprietário de terras. Este levantamento foi feito, a partir das declarações de propriedade de terras que constam no Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2003) e na Declaração de Arrecadação de Bens entregues a Justiça Eleitoral 2010 (para aqueles deputados e senadores que não disponibilizaram na Justiça Eleitoral a declaração de bens em 2010, por não participarem deste pleito ou por não terem declarado seus bens tornou-se necessário recorrer a declarações de 2006 e quando esta também não se encontrou disponível utilizei a de 2002, e raramente quando, estas não estiveram também

disponíveis utiliza-se a declaração de 1998), em alguns casos foi necessário comparar as declarações de anos diferentes objetivando clarificar a análise. A Declaração de Bens passou a ser divulgada pelo TSE a partir das eleições de 2006, enquanto isso, antes deste período, de acordo com o próprio TSE podem ser recolhidas junto ao TRE nos escritórios regionais. O endereço eletrônico "*Políticos do Brasil"* é outra fonte que disponibiliza de forma sistemática as declarações de bens (a partir das eleições de 1998). Nestas duas fontes (INCRA e Declaração de Bens entregues à Justiça Eleitoral) encontram-se além dos registros de propriedades de terras, posses, prováveis grilos, e eventualmente as desapropriações. Contém, também, além de registros de bens empresariais e aplicações financeiras, bancárias e em setores agroindustriais, maquinários agrícolas e posses de animais e granjas (estes somente na Declaração de Bens). São, portanto, dados substanciais para a caracterização do envolvimento do parlamentar na dinâmica capitalista. Até o mês de julho de 2010, reuni os dados das Declarações de Bens entregues à Receita Federal em 2006, mas durante a pesquisa estes dados precisaram ser revistos em razão do processo eleitoral ocorrido em 2010 quando foram divulgadas as declarações de 2010, a partir destas, portanto, os dados foram atualizados. De acordo com a Assessoria de Imprensa do TSE (2011), *"a declaração de bens dos candidatos disponibilizada no site do TSE é de responsabilidade dos próprios candidatos, com base em um formulário por eles preenchido no momento do pedido de registro da candidatura".*

É indispensável nesse momento discutir os procedimentos de análise deste material. De mão da lista dos trezentos e setenta e três (374) parlamentares ruralistas realizou-se uma busca no Cadastro do INCRA (2003) pelos seus nomes e de familiares, de suas empresas declaradas, Foram investigados os registros de propriedade e "posse" em nome destes deputados e senadores da Bancada Ruralista do Congresso Nacional. Então procedida uma busca no banco de dados desta instituição pelo nome do deputado/senador, no estado por onde se elegeu, a rigor, no caso do estado do Tocantins a busca também foi feita em Goiás e vice e versa. Ou quando o parlamentar é nascido em outro estado, ou na declaração de bens declarou terras em outra Unidade da Federação também foi realizada uma busca nestes outros estados vinculados. Pela indisponibilidade dos dados do INCRA referentes aos estados do estado do Paraná,

Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, os dados de propriedade de terras destes parlamentares destas Unidades da Federação serão incluídos na análise apenas pelo cômputo dos bens declarados a Justiça Eleitoral.

Os dados de propriedade da terra, para serem apresentados nos mapas, tabelas e gráficos foram agrupados de acordo com a classificação indicada pelo INCRA que considera: minifúndio (menos de um módulo fiscal), pequena propriedade (1 a menos de 4 módulos fiscais), média propriedade (4 a menos de 15 módulos fiscais, e, grande propriedade (15 e mais módulos fiscais). Para tanto, foi preciso verificar o valor do módulo fiscal de cada município onde os parlamentares declararam terras nos bens entregues a Justiça Eleitoral.

Estas duas fontes (INCRA e Declaração de Bens à Justiça Eleitoral) são substanciais para afirmar a condição de proprietários de terras dos parlamentares ruralistas. Entretanto, o entrave à interpretação da realidade desta questão fundiária decorre do fato de que os dados foram declarados pelos próprios políticos. Este procedimento permite ao declarante esconder a realidade sobre suas terras, embora seja ilegal, parto da hipótese de que muitos dados declarados ou omitidos não condizem com a realidade que se impõe para as porções do território onde os deputados e senadores são também proprietários de grandes extensões de terras, ou mesmo grilaram tais terras. Ou seja, faz se necessário que em outros estudos, ou que os órgãos competentes se preocupem em elucidar a ocultação ou contradição entre os dados declarados à Justiça Eleitoral e ao Cadastro do INCRA. Especialmente nas áreas de expansão da agricultura capitalista e onde os conflitos agrários se fazem mais latentes. Pois, o Cadastro do INCRA e a Declaração de Bens entregues à Justiça Eleitoral, são as únicas fontes formais, disponíveis para obtenção destes dados de propriedade individualizada e em nível municipal. E, nesta escala, do município discutiremos de forma clara esta contradição que aparece entre os dados no território nacional.

A rigor o que se almejou fazer, a contento, foi uma análise das propriedades dos senadores e deputados federais ruralistas que representaram todos os estados brasileiros entre 1995 e 2010 e debater a geopolítica ruralista, e também a autodenominação como membro da Bancada Ruralista. Uma vez que, a condição de

proprietário de terras e a defesa da propriedade e da expansão do agronegócio não é uma pauta exclusiva dos políticos assumidamente membros da Bancada Ruralista.

Assim, este estudo enfatiza a questão da apropriação da renda da terra capitalista pela classe dos proprietários de terras no Brasil e tem como mote a ação política e territorial. Uma vez que se considera que o estudo da ação ruralista perpassa o estudo de classes relativo aos capitalistas industriais e comerciais, aos proprietários de terra e aos capitalistas que atuam na agricultura. Neste sentido busquei nas teorias marxianas da renda da terra, e sobre a classe dos proprietários de terra, como também as leituras sob o modo capitalista de produção na agricultura, o arcabouço para entender que a questão parlamentar ruralista não envolve apenas questões políticas na ação sobre o território. Trata-se de um objeto mais complexo imerso em um processo dialético e contraditório. Ou seja, os deputados ruralistas estão envolvidos diretamente na agricultura capitalista no Brasil, e, tem suas raízes históricas no âmbito do controle das elites agrárias sobre o Estado, cujos interesses na atualidade coadunam com a formação dos monopólios na agricultura com todas as implicações especulativas e rentistas impostas pelo mercado financeiro globalizado.

Considero que o estudo da atuação dos proprietários de terra, que foram ou ainda são senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos nos diferentes contextos históricos, indica uma contribuição para o entendimento do processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil e ao mesmo tempo contribui para a compreensão do projeto de classe no que tange à apropriação do Estado, e ao controle do território.

Atualmente, as denúncias de corrupção que tem sacudido o governo da presidente Dilma Roussef, a maioria deles envolveu políticos ruralistas, mas não me ocupei no contexto analisado desta arguta missão, arrisco dizer que me esquivei destes meandros, que são muitos, para focar na acumulação rentista que decisivamente é face da mesma moeda do *"poder e do atraso"* na expansão da agricultura capitalista no Brasil.

1. O ruralismo e o Brasil - a Geografia e o ruralismo

O estudo da Bancada Ruralista requer um olhar para a importância atribuída às análises das questões ruralistas nos estudos de Geografia Agrária. A produção acadêmica sobre o tema, na produção geográfica brasileira (livros, periódicos, teses e dissertações). A organização das elites agrárias em torno de agências de representação dos interesses de classe se deu frente ao processo de industrialização na virada do século XX e tem sido retomada ao longo de determinados contextos e disputas políticas e territoriais no campo no Brasil. Como se dá no presente contexto econômico neoliberal de avanço do agronegócio, em que a representação ruralista costura os acordos e imposições políticas e econômicas visando expandir suas terras e a produção de commodities. Como será exposto, os levantamentos apontam que apesar do pouco número dos trabalhos, emerge nos estudos de Geografia Agrária, uma preocupação com a representação ruralista no Brasil.

1.1. Propriedade da terra e ruralismo

Os parlamentares ruralistas são proprietários de terra, esta hipótese foi constatada nesta dissertação tentaremos entender qual dimensão territorial da ação. E o projeto da classe dos proprietários de terra se insere em um movimento com determinações históricas mais amplas, o ruralismo no Brasil.

Está no cerne da organização dos proprietários de terra o controle da renda da terra[7], uma vez que a reprodução social está centrada na acumulação. É através do acesso a terra que uma parte dos capitalistas se reproduz:

> A única coisa certa em tudo isso é a seguinte: partindo da existência do regime de produção capitalista, o capitalista não só é um funcionário necessário, senão

[7] A renda da terra, desde sua exposição por Marx (no livro III de O Capital) tem sido central para a interpretação dos conflitos entre as classes sociais no campo. Apresentou-se como sólida base teórica para as reivindicações dos programas agrários socialistas, inclusive no que se refere à nacionalização da propriedade fundiária. Dado que, está no cerne da organização dos proprietários de terra o controle da renda da terra. “Uma vez que na época da Primeira e Segunda Internacionais, até o aparecimento do leninismo, não se desenvolveram no quadro teórico do marxismo polêmicas particularmente significativas em torno da primeira problemática teórica - “a teoria da renda fundiária” – a disputa sobre a concentração de capital que se verifica na agricultura serviu como divisor de águas entre as várias tendências do marxismos. “ HEDEGÜS, Adrás, A questão agrária. In: Historia do Marxismo IV: o marxismo na época da segunda internacional, (terceira parte). Org. Erick Hobsbawn, tradução Carlos Nelson e Henriques, Sergio N. . Editora Paz e terra, RJ, 1984, p.149-171

> o funcionário mais importante da produção. Em troca, **o proprietário de terras** é uma figura perfeitamente supérflua neste sistema de produção. Tudo que este necessita é que o solo não seja objeto de livre disposição, que se enfrente com a classe trabalhadora como um meio de produção que não lhe pertence e esta finalidade se alcança perfeitamente declarando o solo propriedade do Estado e fazendo, portanto, que o Estado perceba a renda do solo. O proprietário de terras que era um funcionário importante da produção no mundo antigo e na Idade Média é hoje, dentro do mundo industrial, um aborto parasitário. Por isto o burguês radical, olhando com atenção a supressão de todos os demais impostos, dá um passo para frente e nega teoricamente a propriedade privada do solo, que deseja ver convertida em propriedade comum da classe burguesa do capital, sob a forma de propriedade do Estado. Sem dúvida, na prática sente enfraquecer seu valor, pois sabe que todo o ataque a uma forma de propriedade – a uma das formas de propriedade privada dos meios de produção – poderia acarretar consequências muito delicadas para a outra. Além disso, os próprios burgueses se têm convertido também em proprietários de terras. (Marx, 1969:259 apud LENZ, 2007:16) [8]

Na obra "*A questão agrária",* Kautsky se refere ao antagonismo imposto pelo surgimento da figura capitalista do proprietário fundiário na passagem para o modo de exploração (capitalista) desarticulando o comunismo fundiário e a propriedade privada, representado pelo sistema de cultivo da Idade Média.

> Agora, surgia o mercado com as suas exigências instáveis, desenvolvia-se a desigualdade entre companheiros da aldeia, entre os quais alguns produziam, quando produziam em suas terras, apenas o indispensável para si mesmo, ao passo que outros produziam em excesso. Uns, os pequenos, continuavam a colher para o seu consumo próprio, agarrando-se com unhas e dentes à comunidade.
> Para outros, esta se transforma em um entrave. Qualquer que fosse a procura do mercado, só podiam plantar nas suas lavouras o que a comunidade territorial prescrevia. Do mesmo modo, desenvolveu-se um antagonismo do interesse em relação ao resto da pastagem comum. O pequeno camponês dela dependia, pois não tinha meios para passar a uma forma mais alta de exploração. A subdivisão da pastagem comum lhe impedia quase a posse de animais. O que procurava, principalmente, era uma maior quantidade de esterco. A partilha lhe daria, talvez, mais terra, mas diminuiria as suas provisões de adubo, porque obrigava a reduzir o número de suas cabeças de gado. Os camponeses abastados, ao contrário, consideravam um desperdício criminoso o emprego, como pastos, de glebas que poderiam, com seus recursos, explorar de maneira muito mais produtiva [...] Para a passagem a esse modo de exploração (capitalista) impunha-se a ruptura do compromisso entre o comunismo fundiário e a propriedade privada, representado pelo sistema de cultivo da Idade Média. Impunha-se o estabelecimento da propriedade privada completa, a partilha da pastagem comum, a supressão da comunidade territorial e da coerção da folha (ou campo), a eliminação do emaranhamento dos lotes disseminados, e a sua reunião em uma unidade. O proprietário fundiário se tornaria assim o proprietário completo de suas terras dispostas em uma superfície contínua,

[8] A referência MARX, Karl. *Theories of surplus value*. London, Lawrence and Wishart, 1969, não foi consultada.

> superfície que poderia então explorar de modo exclusivo segundo as regras da concorrência e do mercado". (KAUTSKY, 1980:48-49)

Embora o campesinato e a classe dos proprietários de terra tenham sua existência anterior ao capitalismo, são classes que o compõem [9]. Embora, o próprio autor anteriormente citado aponte o desaparecimento do campesinato como caminho necessário ao desencadeamento da revolução socialista, eles não desapareceram no capitalismo. Os camponeses e os proprietários de terra são classes sociais do capitalismo, e são classes que se opõem dentro deste sistema de produção.

> A base teórica para se compreender o campo brasileiro, está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e a sua conseqüente expansão no campo, se fazem de forma heterogênea, complexa e, portanto plural. Este quadro de referência teórica está, portanto, no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno.
> Dessa forma, o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas sim, um sujeito social de dentro do capitalismo." (OLIVEIRA, 2007:131)

Quando trazemos esta discussão para a formação do território brasileiro cabe analisar *"O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil"* e o seu caráter rentista como escreveram Oliveira e Salles (2009:02-03);

> É, pois, esta relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária que permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir possa se enriquecer. Sobretudo, quando ele se apropria de uma parcela de terra sem despender dinheiro algum por ela, como ocorre no processo de grilagem. Ou seja, o grileiro apropria-se ilegalmente de uma terra pública e, a partir desta apropriação passa a se apropriar da renda fundiária que ela gera. Neste processo ele, pode com a sua venda também ilegal, obter dinheiro que pode ser convertido em capital. Assim, se dá o processo de produção do capital

[9] Sabe-se que a discussão acerca do surgimento do direito de propriedade aparece nas teorias clássicas do Direito Absoluto e do Liberalismo Econômico, nas obras de Thomas Hobbes, John Locke, Jean Jack Rosseau, assim como a categoria renda da terra fora trabalhada pelos escritores do pensamento clássico: David Ricardo, Malthus e Adam Smith. Mas, nesta análise reviso a classe dos proprietários de terra na sociedade capitalista sobre o ponto de vista da corrente socialista (Marx e Engels).

> através da apropriação legal ou ilegal da renda fundiária. Está, pois, neste processo de busca do acesso ilegal da terra pública devoluta ou não, pelas elites brasileiras, um dos caminhos da produção não capitalista do capital. (OLIVEIRA; SALLES, 2009:02)

A reprodução da classe dos proprietários de terra no Brasil possui suas particularidades, sobretudo porque a ocupação e formação do território, ao contrário não se inicia com a propriedade privada da terra e sim, com o direito de uso concedido pela coroa portuguesa;

> A discussão sobre a origem da propriedade da terra e da questão agrária no Brasil não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira é consequência do processo através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica exploração.
> De início deve-se sucintamente afirmar que a área territorial do país tem suas origens nos modos pelos quais os povos indígenas, através do estabelecimento de relações comunitárias de produção, desenvolveram suas culturas. Dessa forma, o modo de se relacionar com a natureza das populações indígenas contém, simultânea e intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena. Nele, portanto, não se separa a natureza da vida. É por isso que estes povos precisam de extensões significativas de terra para realizar o processo social de suas reproduções. Aliás, é fundamentalmente por isso que os povos indígenas lutam pela demarcação de seus territórios, mesmo que muitas vezes, eles estejam transformadas pela ocupação dos não índios.
> Porém, coube ao processo de ocupação colonial fundada na escravidão iniciar o processo de destruição dos territórios dos povos indígenas face à nova sociedade que se formava no país pela ação colonialista portuguesa. Entretanto, cabe destacar que este processo não trouxe consigo de início, a constituição da propriedade privada capitalista da terra, isto porque a Coroa portuguesa emitiu para os exploradores colonialistas os títulos de sesmarias que lhes davam apenas, o direito de uso das terras reais. Inclusive, caso não as explorassem, a Coroa podia retomá-las, como estava expresso no texto da Lei de 26 de Junho de 1375, que obrigava a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários arrendatários, foreiros, etc. (Ibidem, p.02-03)

No limiar da tentativa de regulação das terras do território e consolidação do Estado, a constituição da propriedade privada da terra e a delimitação das terras devolutas e das terras particulares, surge, como um foco de disputas por parte das elites políticas que controlavam o poder Legislativo. Esta questão foi analisada por Ligia Osório Silva (2008);

> (...) No período entre 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na

> história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a 'fase áurea do posseiro'
> Mantidas a possibilidade de apossamento e a escravidão, não havia razão para que o senhoriato rural pressionasse o Estado a regulamentar a questão da terra. Entretanto, sem a expedição de títulos de propriedade por parte das autoridades competentes, ficava faltando um elemento importante para a constituição da classe dos proprietários de terra. Para que tal ocorresse, foi preciso que se consolidasse o processo que o ato de dom Pedro apenas inaugurara, ou seja, o processo de formação do Estado Nacional. Com o desatamento de vínculos coloniais, abriu-se na verdade um período de transição, em que os proprietários de terras, embora exercendo um papel importante na organização do novo Estado, ainda estavam sendo regidos pelas normas estipuladas no regime colonial. Na realidade, os dois processos – a consolidação do Estado nacional e a formação da classe dos proprietários de terras – ocorrem simultaneamente, embora nem sempre de forma tranqüila, implicando conflitos e acomodações que estão registrados nos desdobramentos da história da apropriação territorial e em seu ordenamento jurídico. (OSÓRIO SILVA, 2008:90-91)

Neste estudo, esta mesma autora, examinou a atuação de senadores e deputados representantes de fazendeiros latifundiários nas disputas pela regulação das terras cujo projeto de lei melhor representasse seus anseios. Como, por exemplo, no *"O primeiro projeto de lei de terras"* em que Ligia Osório Silva expôs na atuação legislativa a representação dos cafeicultores do Rio de Janeiro, assim escreveu:

> O problema da terra voltou a ser considerado pelo primeiro gabinete conservador depois da maioridade. Nesse gabinete era forte a presença de representantes da cafeicultora do Rio de Janeiro. Em 1842, o ministro do Império Cândido José de Araújo Viana solicitou à Seção de Negócios Império do Conselho de Estado a elaboração de propostas concernentes às sesmarias e à colonização. Além de regulamentar a questão da terra tratava-se também de retomar diretivas do povoamento, relegadas durante o período regencial em razão das dificuldades políticas (...)
> A proposta formada por dez artigos dispondo sobre sesmarias, posses e imigração. Obrigava os sesmeiros a cumprir as condições das datas de sesmarias, sob pena de perda de da concessão e dava ao governo a possibilidade de dilatar o prazo para esse cumprimento de um a seis anos. Proibia novas concessões de sesmarias e novas posses, mas mandava respeitar as posses tomadas depois da Resolução de 1823 (na verdade 1822), 'enquanto o poder Legislativo outra coisa não resolver somente na parte cultivada, em dois terços mais, havendo terrenos devolutos no mesmo lugar, de extensão suficiente. (Ibidem, p.105-107)

Osório Silva (2008:153-179), ainda evidenciou a participação do poder Legislativo, quando analisou a tramitação da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras. Como também procedeu no contexto posterior da *"Consolidação das leis civis",* assim escreveu:

> Em 1880, foi apresentado à câmara um projeto de reforma da lei, que chegou a ser aprovado em primeira discussão, mas não teve sequência. Em 1886, nova tentativa foi feita, patrocinada pelo ex-ministro da Agricultura e senador, Antonio Parado, genuíno representante da cafeicultura paulista. O projeto passou pela Câmara e parou no Senado. (Ibidem, p.105-107)

Esta autora nos mostra o protagonismo dos parlamentares nos debates desde os primeiros anos da República cuja grande questão foi a incapacidade dos proprietários de terra de institucionalizarem o poder sobre as terras do território nacional, a participação dos parlamentares foi decisiva nesta histórica passagem das terras públicas ao domínio privado.

No limiar deste contexto, que se desdobram contornos da formação da classe dos proprietários de terra no Brasil, também na virada do século XIX, a historiografia analisa o surgimento do ruralismo no Brasil.

A ação dos parlamentares ruralistas encontra-se situada pela bibliografia revisada em movimento político mais amplo, o ruralismo brasileiro. Que é delimitado por Mendonça, entre finais do século XIX e o início do século XX**,** e inserido no contexto das mudanças ocorridas no espaço agrário internacional. Neste período foram ressaltadas inúmeras contradições inerentes ao capitalismo, realçadas pela chamada Grande Depressão, dos anos 1870-90. Como desdobramentos desta crise, Mendonça (2005), situa o surgimento do movimento de *'retour à la terre',* característico do campo político francês em fins do século XIX que deu origem ao chamado agrarismo ou ruralismo.

Ampliando o sentido do termo, Mendonça também propõe que o ruralismo deva ser tomado, sobretudo, como um movimento político, constituído a partir de uma rede de posições, agentes e agências. Nesta concepção, trata de ruralismos historicamente verificados, em vez de reduzidos à condição de mera ideologia quando referida a grupos agrários, que são sempre definidos de forma vaga e pouco estudados, ou ainda refere-se a representações trans-históricas como as de saudosismo agrário ou mitos de idade do ouro. Então,

> [...] ruralismo(s) significa identificar os grupos que, nos inúmeros contextos históricos, constituíram-se concretamente como os principais responsáveis pela defesa dos interesses desta ou daquela fração da classe dominante agrária, organizados por intermédio desta ou aquela instituição da sociedade civil ou da sociedade política. (MENDONÇA, 2005, p.412)

A autora afirma que na explicação do ruralismo brasileiro persiste um equívoco que é reforçado quando o situam como parte de um conjunto geral de transformações suscitadas pela emergência do processo de industrialização, em um país de bases agrárias, processo acompanhado pela revalorização do "mundo rural" até então predominante. Uma vez que, as mudanças costumam ser tratadas pela historiografia a partir de estudos acerca da expansão cafeeira em São Paulo, a industrialização ou ainda pela imigração europeia, quer dizer, sempre priorizando os interesses da grande burguesia paulista.

Entendido assim, o ruralismo, para além de uma mera idealização do passado, desempenharia importante papel na configuração da nova ordem industrial então emergente, balizando seus contornos possíveis e dando o tom à chamada "modernização conservadora" que, no caso brasileiro, sobrepôs-se à passagem da escravidão para a dominância do trabalho juridicamente livre, ainda que preservadas outras formas de trabalho compulsório.

Poucos trabalhos abordam especificamente o ruralismo, e quando o fazem sugerem um grande consenso a seu respeito, isto segundo a autora reduz esquematicamente à defesa da "*vocação eminentemente agrícola do país*", palavra de ordem do movimento desde a Primeira República.

Mendonça (2005) propõe recortar o ruralismo brasileiro ao longo da Primeira Republica em contraposição à grande burguesia cafeeira paulista, identificada ou não com as "oligarquias" dos estados da federação, para desvendar a materialidade dos canais específicos de organização, expressão e difusão das demandas dos proprietários rurais vinculados a setores/regiões distintos.

O processo foi materializado, no tocante à Primeira República, pela atuação incisiva da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) uma entidade da sociedade civil – e outras a ela ligadas ou concorrentes – que, além de veicular a crítica à monocultura exportadora ou à imigração publicamente subvencionada, respondeu pela inscrição dos interesses nela representados junto ao próprio Estado mediante a recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (em 1906), fornecendo a este Ministério os quadros e diretrizes de ação ao menos até a implementação do Estado Novo.

No que tange aos estudos específicos sobre a Bancada Ruralista, Regina Bruno nas pesquisas desenvolvidas no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, tem se dedicado atualmente a compreender a ação dos deputados da Bancada Ruralista, refletindo sobre a questão da representação patronal dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e do agronegócio na Câmara dos Deputados, discutindo a problemática da representação de classe e da organização de interesses no âmbito da sociedade política e do Estado.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) [10], estruturado para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional tem apresentado levantamentos periódicos sobre a atuação dos deputados no Congresso Nacional, também seus trabalhos apresentam ações da bancada ruralista, mas não têm objetivos de teorizar sobre os dados e questões apresentadas.

> O Departamento classifica como integrante da bancada ruralista aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócios, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário. DIAP,2011)

Também o INESC – Instituto de Estudos Sócio Econômico publica perfil de representantes no parlamento (INESC, 2007). Esta organização não governamental considera como membro potencial da bancada ruralista o deputado que declarou, entre as suas principais fontes de renda, alguma forma de renda agrícola e considera a bancada como “bancada de interesse particular”.

Com relação ao estudo da ação parlamentar duas obras merecem destaque; um livro produzido nas Ciências Sociais “*Partidos, ideologia e composição social - Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados”*, de Leôncio Martins Rodrigues, publicado pela EDUSP, que utiliza também como material empírico o

[10] Cabe esclarecer que o DIAP, a partir de 1990 deu início à publicação *Radiografia do Congresso Nacional*, no qual passou a identificar a origem, a profissão e segmentos sociais que representam os parlamentares, portanto as Radiografias das gestões de 1991-1995 e 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 ainda não reúnem a listagem única da Bancada Ruralista, mas mencionam a Bancada Ruralista perdas e ganhos de quadros, assim através destas informações do DIAP já foi possível fazer prévia identificação da composição da Bancada Ruralista, a *Radiografia do Congresso Nacional 2007-2011* apresenta a lista com os nomes dos parlamentares que compõem a Bancada Ruralista do Congresso Nacional.

relatório Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico, referente ao período 1999-2003, e os dados retirados de declarações de bens dos candidatos a deputado federal. O autor analisou as bancadas de seis dos principais partidos com assento na Câmara: PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT. E destacou como variáveis principais: a composição social das bancadas dos partidos (apreendidas por meio das profissões / ocupações de seus integrantes) e os partidos focalizados do ângulo de suas bases sociais e regionais. É um livro cujo objetivo aproxima-se mais com o aprimoramento do processo eleitoral brasileiro.

A outra obra levantada no tocante à ação parlamentar é "*Em nome das bases: política favor e dependência pessoal",* de Marcos Otávio Bezerra (1999), produzido no Núcleo de Antropologia Política (NuAP) fazendo parte de estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. A partir da perspectiva da antropologia social, o autor toma como ponto de partida uma dimensão particular da política, que se refere à atuação dos parlamentares (deputados e senadores) no Congresso Nacional orientada para a liberação de recursos federais. Com isso discute a questão de condutas particulares dos parlamentares e as relações de interdependência, da relação com as bases, do clientelismo e da patronagem.

Na recente dissertação *"Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural – o caso da Bancada Ruralista"* Camargo (2009), também produzida na sociologia, o autor escreve sobre o processo de endividamento rural, através das diversas renegociações das dívidas do crédito rural, apresentadas pelo Executivo da MPV nº 114/03 e a discussão dessa medida provisória ocorrida no Congresso Nacional em 2003. Neste trabalho apresenta um breve histórico das renegociações das dívidas do crédito rural desde meados dos anos 1990, reúne informações sobre o processo que resultou na Lei nº 10.696/03 que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e outras fontes.

Diante dos estudos feitos sobre o ruralismo e das abordagens adotadas, em que o conteúdo da representação prevalece sobre as questões territoriais, reforço que uma análise da questão ruralista sob a ótica da apropriação do território contribuirá para o

entendimento das relações de controle do Estado. Relações de poder gestadas na constituição histórica da classe dos proprietários de terra no Brasil. Espera-se que com este enfoque, esta dissertação permita trazer uma análise da geopolítica[11] da Bancada Ruralista.

1.2. Das organizações de representação de interesses ao Congresso Nacional

O surgimento do movimento ruralista brasileiro se confunde com a organização dos ruralistas em torno de entidades de representação de seus interesses na condução de projetos para a agricultura.

Moraes (1987: 17-33) situa no período 1889-1930, o surgimento de algumas tentativas de organizações por parte dos fazendeiros; alguns clubes de Lavoura e da aristocrática Sociedade Brasileira para animação da Agricultura (com sede em Paris), até o aparecimento de um Partido da Lavoura. No período republicano, em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), surgiu em São Paulo, com a participação do governo do estado, na organização da Sociedade de Agricultores Paulistas (SAP). Para o autor a finalidade destas entidades era de enfrentar o poder que as casas comissárias de café estavam assumindo na comercialização do produto**,** cuja influência do capital estrangeiro associado ao nacional, ou exclusivamente brasileiro, através da bolsa de comissários, já dominava o mercado e tendia a ter influência decisiva nos próprios negócios de Estado.

A partir do Clube da Lavoura surgiu o programa do Partido da Lavoura, que teve pontos bem definidos de promoção, cooperação e auxílio permanente da defesa dos interesses de comercialização, produção e acesso ao crédito agrícola para a lavoura de café. Porém, o partido não vingou e as reivindicações foram incorporadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), que por sua vez teve longa duração conseguindo organizar a defesa especifica dos interesses dos fazendeiros. De uma dissidência do

[11] De maneira simplificada podemos entender a geopolítica como a política do Estado Nacional. O aprofundamento teórico e epistemológico nas questões de Geografia Política, na constituição do território e nas relações de poder, podem ser lidas nas referências: COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: Hucitec Editora da Universidade de São Paulo, 1992 e RAFFESTIN, C. “Por uma Geografia do Poder”, Ática, São Paulo, 1993.

PRP, em 1926, surge o Partido Democrático (PD), cuja pretensão era também de defender os vários interesses urbanos e rurais.

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) surgiu por iniciativa de integrantes da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), que integravam também a Secretaria de Estado de Agricultura. Também em São Paulo, criou-se a União dos Lavradores, a partir dos Clubes da Lavoura, apresentando-se como sindicato patronal.

Nas primeiras décadas (até os anos 20) do século XX, foi recriado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o Centro Agrícola Paulista e em, 1919, a fundação da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Esta foi fundada com o intuito de proteger a produção e comercialização do mercado de carne e tem a participação de representantes de frigoríficos internacionais. Também na década de 1920 apareceu a Liga Agrícola Brasileira (LAB), que pretendia dar apoio aos pequenos produtores, propondo a criação de imposto territorial proporcional, em substituição ao imposto sobre as exportações, além de acabar com o latifúndio improdutivo.

Das associações e partidos políticos ligados aos interesses de proprietários rurais nos primeiros anos da República, o que Moraes (1987) apontou é que a totalidade das organizações visava à defesa da política do café, em torno de um só produto.

Em relação ao período compreendido entre 1930 e 1964**,** Moraes chama a atenção para as transformações do papel do Estado e predomínio da burguesia industrial com a colocação de novos produtos agrícolas voltados ao mercado interno e os prenúncios de uma industrialização acelerada. No âmbito da defesa dos interesses ligados à agropecuária, a burguesia agrária perde o seu papel praticamente hegemônico junto ao Estado brasileiro, não deixando, contudo, de participar do bloco do poder.

A Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), a Liga Agrícola Brasileira (LAB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) se reúnem em torno da última e são ligadas ao Partido Democrático, que foi constituído a partir da cisão do PRP que havia apoiado o golpe de 1930.

No período da ditadura de Getúlio Vargas até os anos 50, o governo enfatizou a transformação estatal, visando políticas sociais de cunho corporativista, além de apoio

à industrialização pesada, e no governo de Juscelino Kubistchek, o destaque foi para a indústria automobilística. Moraes (1987) coloca que nestes anos pouco se pode apontar de destaque na organização dos proprietários agropecuários. Segundo este autor:

> O que, sem dúvida merece ser lembrado é a organização, agora a nível nacional, dos sindicatos e federações patronais da agricultura em torno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a partir das estaduais. A de São Paulo, a mais importante, surgiu em 1942 na cidade de Barretos com o nome de Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central [...] (MORAES, 1987:23)

Esta instituição, após alterações de sede e nome foi reconhecida, então, como entidade sindical patronal, e passou a denominar-se por Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1963.

Em seu texto, o mesmo autor enumera uma lista constando um número significativo de associações por produto, altamente especializadas, que começaram a surgir nas décadas de 50 e 60 e se acentuaram na década de 70, como por exemplo, as indústrias de insumos, maquinarias e processamento de matérias-primas. Dentre as entidades representativas das classes dominantes na agropecuária brasileira foi contabilizado, entre associações, organizações, federações, confederações e sindicatos um total de 207 entidades, estas foram subdivididas - por temas gerais (12); por multiprodutos (21); por produto (152); por insumos, máquinas e processamento (22).

Algumas pistas relevantes sobre a importância desta inserção já foram tratadas no trabalho anterior (Costa, 2007), quando, por exemplo, considerei que a territorialidade de maior influência ruralista no estado de Minas Gerais, foi das regiões produtoras de café do Sul de Minas e Triângulo Mineiro, da qual tem dois grandes líderes ruralistas mineiros ligados ao Conselho Nacional do Café (CNC)[12].

[12] CNC - é uma entidade privada que reúne produtores, cooperativas e associações de cafeicultores, o CNC é membro do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC) e faz parte da delegação oficial brasileira na Organização Internacional do Café (OIC). Por meio de acordos institucionais, trabalha integrado com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representando-as em alguns fóruns, como o Rural Brasil. Fonte consultada: http://www.cncafe.com.br).

Outros autores tais como Ortega (1995); Antonio César Ortega (1998); José Graziano da Silva (1991); Charles Curt Mueller (1988) tentam resgatar o processo de organização das entidades representativas e corporativas na agricultura no Brasil.

A mobilização das organizações patronais, como representação de classe ficou evidente diante da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), como escreveu Regina Bruno (2002);

> A reação patronal partiu, fundamentalmente, das regiões Sul e Sudeste, em especial dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo cair por terra a suposição de que viriam dos latifundiários "atrasados" do Norte e do Nordeste, as principais forças anti-reformistas. Da parte do INCRA E DO Mirad, havia a expectativa de que os latifundiários não contariam com o apoio do empresariado agroindustrial, preocupados com a produtividades e menos feito com a especulação fundiária.
> Nesse momento são os porta-vozes da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e os representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que mais aparecem na imprensa comandando a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, estabelecendo os parâmetros de argumentação e os orientando como agir. Pela SRB temos Flávio Teles Menezes, sem dúvida a figura mais importante de todo esse processo e o mentor ideológico da nova retórica patronal. Além dele vemos também, Renato Ticoulart e Ney Bitencourt de Araújo; esse último aparece na imprensa, ora como diretor de grão da SRB, ora como presidente da Agroceres.
> Em nome da representação sindical patronal têm grande destaque na imprensa, Flávio Brito, Presidente da CNA, Ernesto de Salvo, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Fábio Meireles da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e Ari Marimon, da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) que, nos anos 70, havia passado por um intenso processo de renovação de seus quadros
> Representando os usineiros do Nordeste temos Gilson Machado, "empresário rural e presidente de sindicato patronal", (...) As modernas associações por produto e multiproduto e o cooperativismo empresarial se fazem representar pela Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), por Roberto Rodrigues, então presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Cotriexport .
> Finalmente, os tradicionais porta-vozes da pecuária brasileira, como por exempli, a Associação Brasileira de Gado Zebú (ABGZ) e José Resende Peres vêm a público marcar posição sobre a proposta do PNRA da Nova República (BRUNO, 2002: 78-79)

No contexto atual, a articulação ruralista em torno das entidades de classe utiliza uma retórica estratégica em defesa da elite agrária, através de um discurso e uma prática atuante e reacionária quanto às transformações urgentes para o campo no Brasil (reforma agrária, soberania alimentar, preservação dos domínios morfoclimáticos e ecossistemas e todos os recursos energéticos que abrigam). Basta, por exemplo, acompanhar as defesas em plenário e nas comissões, a favor da "classe dos

produtores", do agronegócio, da alteração do Código Florestal (PL1876/99) realizadas, principalmente, pela Senadora Kátia Abreu PSD/TO, presidente da Confederação Nacional da Agricultura. O "Código Florestal Ruralista" pretendeu basicamente ao longo destes treze anos de tramitação, a expansão agrícola na Amazônia, a isenção da responsabilidade pelo desmatamento e transferência da recomposição de áreas para o Estado. Conforme decorreu na fase final em que a relatoria esteve sob o comando do ruralista mineiro, deputado federal e "produtor rural" Paulo Piau PMDB/MG e os *lobbistas* já anunciam que os desmatadores seriam anistiados e o ônus da recomposição das áreas desmatadas ficariam para o Estado. Após análise presidencial foi convertido em LEI ORDINÁRIA Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 que vetou 12 artigos e determinou 32 mudanças em trechos que, *"em linhas gerais, buscam anular a anistia a desmatadores, beneficiar o pequeno produtor e favorecer a preservação ambiental" (Agência Câmara, 2012).* A expectativa dos ambientalistas e da sociedade civil organizada é que o veto fosse total, uma vez que os vetos ainda serão analisados pelo Congresso, que pode derrubá-los. Além do mais os ruralistas terão a oportunidade de disputa a edição de mais uma Medida Provisória (MPV 571/2012) que regula sobre os pontos vetados.

A representação ruralista organizada tanto na Bancada Ruralista quanto nas entidades de representação conseguiu direcionar a política agrária no governo Luis Inácio de modo a realizar uma *"contra reforma agrária*", como denominou Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010: 287-328), através das já mencionadas MPs 458 e 422 institucionalizaram a grilagem de terras Amazônia.

Seguindo esta linha reacionária a União Democrática Ruralista recriada no Pontal do Paranapanema no interior de São Paulo, tem sede em Brasília no Distrito Federal conforme mostra a página eletrônica da entidade;

> A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País. O atual presidente da entidade é o agropecuarista, Luiz Antonio Nabhan Garcia, que preside as UDR's de São Paulo e a nacional em Brasília-DF.
> A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO, em seguida foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF. Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para

> conscientizar o Congresso Nacional a criar uma Legislação que assegurasse os direitos de propriedade. Na época, uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil. A reação dos ruralistas foi imediata, decidiram então fundar a União Democrática Ruralista - UDR. Foi a maior mobilização do setor já visto neste país. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988 a Lei que preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas.
> De 1994 a 1996 a UDR ficou desativada devido a desmobilização da classe, que sentiu-se mais segura após as conquistas na Constituinte e o afastamento dos riscos sobre o direito de propriedade. No final de 1996 a entidade foi reativada em Presidente Prudente-SP, região conhecida também por Pontal do Paranapanema.
> Atualmente, a União Democrática Ruralista - Nacional, também foi reativada e tem sua sede em Brasília-DF. (UDR, 2012)

Através desta *"Home Page"* a UDR divulga informações sobre os principais acontecimentos no campo desapropriações, "invasões", leilões, exposições, cotações e anuncia seus objetivos em torno da defesa incondicional da propriedade privada;

> A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade sem fins lucrativos, **organizada para defender incondicionalmente os direitos e interesses do produtor rural brasileiro, patrocinando sempre que necessário a manutenção do Instituto de propriedade "imóvel rural" como direito privado**, de acordo com a Constituição do País.
> A UDR exerce um papel fundamental em promover, por todos os meios Legais, a conscientização em amplitude nacional de que a propriedade privada e a liberdade de produzir são direitos inalienáveis, como também manter fórum permanente de estudos jurídicos voltados para a formulação da política fundiária, inclusive da produção e comércio da agropecuária e do agro-negócio brasileiro, sempre defendendo a manutenção e aperfeiçoamento dos direitos e deveres junto aos Poderes Constituídos. (UDR, 2012 os grifos são nossos)

Obviamente que as consequências históricas e embates sobre a UDR são bem mais complexas. No decorrer deste texto serão apontadas e indicadas bibliografias sobre a ação desta entidade.

O contexto atual tem sido de intensa mobilização dos ruralistas, sobretudo dos membros Bancada Ruralista, evidente que as lideranças estão atuando nas duas frentes de representação, tanto no Congresso Nacional quanto nas entidades de classe Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e União Democrática Ruralista (UDR) [13].

[13] Outras produções que encontrei no estudo da CNA e UDR são as referências;
LEAL, Juliana Franco *"Guardiões da propriedade : organizações da burguesia agraria e reforma agraria : um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuaria no Brasil - CNA (1995-2001)*" / Giuliana Franco Leal. Orientador Lourenço, Fernando Antonio, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Desse modo, ressalto a importância de identificar nos agentes da bancada ruralista, que ao mesmo tempo são participes dentro das referidas entidades, procurando destacar qual a relação entre estas estruturas de representação dos interesses patronais no Estado e na sociedade civil. E como porta vozes de uma estratégia discursiva destas entidades difundem a ideologia da classe, na mídia e nos debates e disputas travadas no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tarefa que este estudo não deu conta de esgotar, embora identifique algumas lideranças protagonistas nestas agências.

1.3. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira

Neste tópico desenvolverei uma síntese de um levantamento sistemático acerca da busca por estudos produzidos na Geografia brasileira que tenham se proposto a analisar a ação da Bancada Ruralista, e mais amplamente estudos sobre o Ruralismo, que antecedam ao surgimento da bancada. Trata-se de uma revisão bibliográfica com o objetivo de destacar na análise sobre a questão agrária no Brasil, a importância da ação e da organização da classe dos proprietários de terra, na estrutura burocrática legal do Estado brasileiro. Com este intento, realizei um levantamento bibliográfico em periódicos da Geografia e em Banco Digital de Teses e Dissertações[14]. A busca,

---

RAMOS, Marília Patta. "O novo e o velho ruralismo no Rio Grande do Sul : um estudo sobre os integrantes da UDR" / Marilia Patta Ramos. Santa Cruz do Sul, RS: Ed. da UNISC, 1995. 263p. ; 21 cm.
PILATTI. Adriano. *"Marchas de uma contra-marcha:transição UDR e Constituinte".* Dissertação (mestrado) - Pontificia Universidade Catolica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Jurídicas 268 p., 1988 (não tive acesso direto a esta produção).
SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. "O campo da UDR: Projeto e atuação da elite rural brasileira. 1985-1988. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Neto. São Paulo, 1994Deste mesmo autor SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo, foi publicado o livro. *"Os campos dos senhores UDR e elite rural - 1985/1988",* Londrina, UEL, 1998.
Em seu artigo "*Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação"* Bruno (2007), referencia nove (9) artigos que falam sobre a UDR, são citados por ela Bruno (1987;1989); Buzanello (1991); Freitas (1992); Gomes da Silva (1987;1989); Graziano (1992); Reinz (1991); Pádua (1988); Ramos (1993 e Tavares (1989).
O site da UDR também está disponível em: http://www.udr.org.br/ acesso 23 de Abril de 2012

[14] Foram consultados por estes termos de busca o Banco de Dados Biblioteca da USP "Dedalus – USP", "SBU - Sistema de Biliotecas da UNICAMP", Banco de Digital de Teses da Capes. http://capes.gov.br/servicos/banco-de-teses

primeiramente foi feita pelos títulos dos trabalhos, e constatada no título de artigos e teses a ausência dos termos “Ruralismo”, “Ruralista”, “Bancada Ruralista” a busca passou a ser feita no conteúdo dos trabalhos através dos termos de busca (ruralismo, ruralista, agrarismo, estado, políticos, políticas, parlamentares, proprietários de terras).

A produção consultada compreende os anos de 1949 a 2010. Vale considerar que o surgimento da bancada ruralista no Congresso Nacional foi contextualizado no prenúncio da Assembleia Nacional Constituinte, quando foi articulada, em 1986, a Frente Ampla da Agropecuária. Na mesma década de 80, foi articulada a União Democrática Ruralista (UDR) como já foi indicado. Na busca pela produção anterior a este contexto, não foi possível encontrar análises sobre as organizações de interesses ruralistas tais como a SRB, SNA, CNA, OCB, ou acerca de personagens que atuaram por uma política ruralista, e demais formas de organização e práticas por parte dos proprietários de terra frente a algum contexto específico dos arranjos da classe.

Nos referidos periódicos analisados, vinte e dois (22) artigos abordaram ou tangenciaram questões que considero estar ligadas à ação política organizada dos proprietários de terra ou capitalistas da agricultura, quando estes trabalhos discutem as políticas agrícolas, o papel do Estado na implementação das mesmas e sobre a ação política dos proprietários de terra. Não aparece no título de nenhum artigo o enunciado ruralista, ou ruralismo. Embora cinco (5) dentre estes artigos analisados discutiram diretamente a ação ruralista. Farei uma breve discussão sobre os estudos encontrados.

O Quadro I a seguir apresenta a relação de todos os volumes dos periódicos de Geografia que foram consultados no levantamento[15].

[15] Este levantamento revisa a primeira sistematização feita no trabalho de monografia (Costa;2007) onde consultei Boletim Paulista de Geografia (ano, n°), Revista de Geografia da UNESP/SP (ano, vol), considerados neste Quadro, mas que não encontram-se disponíveis no formato digital, também neste levantamento a Revista da SOBER foi consultada, considerada na produção fora da Geografia.

Quadro I: Relação do volumes dos periódicos de Geografia consultados na pesquisa bibliográfica

Boletim Paulista de Geografia (ano, n°)	1949-61 (1-28, 30-39); 1964-68 (40-45); 1971-74 (46-49); 1976-80 (50-57); 1982 (59); 1983/84 (60-61); 1985-1992 (62-71); 1994 (72-73); 1996 (74); 1998-2001 (75-79)
Revista de Geografia da UNESP/SP	1982, 1; 1983, 2; 1984, 3; 1985, 4; 1986/87, 5/6; 1988, 7; 1989/1990, 8/9; 1991, 10; 1992, 11; 1993, 12; 1996, 13
Boletim Goiano de Geografia Goiânia – UFG	1981-v1, nº01; 1981-v1, nº02; 1982-v2, nº01; 1982-v2, nº02; 1983-v3, nº01e2; 1984-86-v4, nº01e02; 1987-88-v7/8, n°01 e 02;1990-v8/8 n°01 e 02; 1991-v11 e n°01; 1992-v12 n°1; 1993-v3 n°01; 1994-v14, n°01;1995-v15, nº01; 1996-v16, nº01;1997-v17, n°01; 1998-v18, n°01; 1999-v19, n°01; 1999-v19, n°02;2000-v20,n°01; 2001-v21,n°01; 2002-v22,n°01; 2002-v22,n°02; 2003-v23,n°01; 2003-v23,n°02; 2004-v24,n°01; 2005-v25,n°01; 2006-v26,n°01; 2006-v26,n°02; 2007-v27,n°01; 2007-v27,n°02; 2007-v27,n°03; 2008-v28,n°01; 2008-v28,n°02; 2009-v29,n°01; 2009-v29,n°02; 2010-v30,n°01.
Campo-Território: revista de geografia agrária – USP	2006-v1,n°01; 2006-v1,n°02; 2007-v2,n°03; 2007-v2,n°04; 2007-v3,n°05; 2008-v3,n°06; 2009-v4,n°07; 2009-v4,n°08; 2010-v5,n°09; 2010-v5,n°10.
Revista de Geografia. Recife: UFPE	Vol. 22, No 1 (2005); Vol. 22, No 2 (2005); Vol. 23, No 3 (2006); Vol. 23, No 2 (2006); Vol. 23, No 1 (2006) ; Vol. 24, No 3 (2007); Vol. 24, No 2 (2007);Vol. 24, No 1 (2007); Vol. 25, No 3 (2008); Vol. 25, No 2 (2008);Vol. 25, No 1 (2008);Vol. 26, No 3 (2009): Vol. 26, No 2 (2009): 2010-Vol. 27, No 12010-Vol. 27, No 1.
Caminhos de Geografia – UFU	V. 1, N. 1 (2000); V. 2, N. 2 (2001); V. 2, N. 3 (2001); V. 2, N. 4 (2001); V. 3, N. 7 (2002);v.3,n.5 (2002); v.3,n.6 (2002); v.3,n.7 (2002); v.4,n.8 (2003); v.4,n.9 (2003); v.4,n.10 (2003); v.5,n.11 (2004); v.5,n.12 (2004); v.5,n.13 (2004); v.6,n.14 (2005); v.6,n.15 (2005); v.6,n.16 (2005); v.7,n.17 (2006); v.7,n.18 (2006); v.7,n.19 (2006); v.8,n.20(2007); v.8,n.21(2007); v.8,n.22(2007); v.8,n.23(2007); v.8,n.24(2007); v.9,n.25(2008); v.9,n.26(2008); v.9,n.27(2008); v.9,n.28(2008); v.10,n.29(2009); v.10,n.30(2009); v.10,n.31(2009); v.10,n.32(2009); v.11,n.33(2010); v.11,n.34(2009);
Revista do Departamento de Geografia – USP	Nº 14;Nº 15; N° 16; N°17; N° 18; Nº19
Revista Eletrônica de Geografia: Estudos Geográficos UNESP/Rio Claro	Vol. 1, No 1 (2003); Vol. 1, No 2 (2003); Vol. 2, No 2 (2004); Vol. 2, No 1 (2004); Vol. 3, No 2 (2005);Vol. 3, No 1 (2005); Vol. 4, No 1 (2006); Vol. 4, No 2 (2006); Vol. 5, No 1 (2007); Vol. 5, No 2 (2007); Vol. 6, No 1 (2008); Vol. 6, No 2 (2008).

A autora Helena Angélica de Mesquita[16] (2000, 2008a, 2008b) levantou a temática ruralista nos estudos *"Os meninos vão à luta"; "Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social"; "A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores: Rondônia, 1995"* são três textos que discutem o Massacre de Corumbiara e os conflitos gerados pela exclusão no

[16] Além destes três trabalhos Helena A. Mesquita (1991) em *"A modernização da Agricultura: um caso em Catalão"* a autora analisa detalhadamente o caso da aquisição das terras pela empresa capitalista Fazenda Maringá fará uma análise detalha as fazendas a passagem dos donos que além de discutir a política, escreve que *"Catalão foi palco de lutas sangrentas e conflitos violentos por questões políticas sociais e econômicas, mas o pano de fundo sempre foi a questão das terras, principalmente posso e a propriedade de grandes fazendas"*embora a autora não se detenha às questões da política local. (BGG.11(1). 56-59 jan/dez. 1991)

campo e que demonstram preocupação com o contexto político além de contextualizar a surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) como sujeito político na complexa questão agrária brasileira.

No primeiro trabalho *"Os meninos vão à luta"* a autora analisou a inserção dos "jovens, quase meninos" no Massacre de Corumbiara, ocorrido em 09 de Agosto de 1995[17], e demonstrou uma preocupação com o contexto político do Governo Fernando Henrique Cardoso reforçando a importância das questões da política na questão agrária no Brasil:

> (...) Questão agrária, no sentido mais amplo, que vai, além da própria reforma agrária, que no dizer de José de Souza Martins, seria a solução da questão, daquela que diz respeito às políticas agrícolas e agrárias e até mesmo ambientais que acabam por privilegiar o latifúndio. (MESQUITA,2000:10)

Também citou a participação do deputado Daniel Pereira/PT de Rondônia (atualmente no PSB), (representante da Assembléia Legislativa e do Executivo na comissão formada para resolver o impasse da ocupação da Fazenda Santa Elina, Corumbiara/RO. A comissão também incluía o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras de Rondônia (ITERON).

No caminho da discussão do massacre de Corumbiara os textos *"Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social", e, a "A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995"* apresentaram a questão ruralista através da ação da UDR.

> Para se compreender que tais pressupostos são mais compatíveis com a realidade brasileira, basta ver os sujeitos sociais e políticos que se apresentam como a UDR, o MST, os posseiros, os índios, os grileiros, os colonos, os latifundiários, os ruralistas etc., evidenciando que a questão é mais complexa do que parece. (...) A "Nova República" (1985) já nasceu velha, velha e rançosa, pois a nova "arrumação" do poder continuou calcada na influência dos latifundiários que para legitimar a violência no campo criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para contrapor ao MST e à maioria da sociedade, na Constituinte. A UDR, gestada quando Iris Rezende era Ministro da Agricultura, 1985, teve como seu primeiro presidente o médico ortopedista Ronaldo Caiado. Este deputado federal votou contra o *impeachment* de Collor e

[17] No artigo "*Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondonia/Brasil 1995*" publicado na Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova - Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (41), 1 de agosto de 2002. Periódico (internacional) que não analisei nos levantamentos, Helena Mesquita realça as ações políticas e além do Deputado estadual Daniel Pereira, se refere a participação omissa com relação ao massacre, do Governador de Rondônia Valdir Raupp de Matos (PMDB/RO), atual senador pelo estado.

> faz parte de uma sangrenta oligarquia agrária de Goiás (SILVA, 1991, p. 47). A UDR utilizava uma retórica modernista, em um fantástico poder midiático que o dinheiro lhe conferia, procurava convencer até pequenos produtores a empunhar a bandeira da integridade pessoal, a propriedade, a moral e contra a corrupção. A UDR prosperou rapidamente e atingiu o seu principal objetivo, que foi interferir na Constituinte, e foi sob esta influência que a proposta de reforma agrária, inserida na Constituição de 1988, não correspondeu aos anseios de milhões de trabalhadores que não puderam "marchar sobre Brasília" para fazer ouvir suas vozes. Com a criação da UDR, institucionalizou-se o crime no campo, pois foi grande o envolvimento dela com a violência e sua ingerência também na impunidade. (Idem, 2008:127-142)

Enquanto isso, no estudo *"As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX",* Elir Battisti (2006) discutiu a luta pela posse da terra, no Sudoeste, colocando como dois marcos fundamentais desta disputa a Revolta de 1957 e os conflitos da década de 1980. Em ambos o autor destacou a ação política e a atuação dos expoentes ruralistas, frente a estes dois contextos.

Na Revolta de 1957 (*Revolta Camponesa, Levante dos Posseiros* ou *Revolta dos Colonos)* início da colonização enfatizou a ação do Governador Moisés Lupion[18], que de acordo com o autor, o marco estava na criação do Território Federal do Iguaçu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina.

> Para Veronese (1998, p. 71), a iniciativa e a organização da Revolta foi obra dos colonos posseiros, a partir da constatação da ausência de uma ação do Estado para efetivá-los como proprietários legais das terras que vinham explorando (...)Segundo Wachovicz, os planejadores do *Levante* e expulsão das companhias colonizadoras, foram Edu Potyguara Bublitz13 e o Senador oposicionista Othon Maeder (UDN). Para esse autor (1987, p. 190), a intenção dos planejadores da revolta era provocar a intervenção Federal no Paraná, derrubando Lupion – considerado conivente com a situação - e expulsando as companhias colonizadoras. (...) A disputa pelas terras do Sudoeste agravou-se depois da vitória jurídica de José Rupp, em 1945, em uma ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa *Brazil Railway Co.*, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a *Brazil Railway Co.* havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. Frustradas várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, criando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste.

[18] O ex-governador Moisés Lupion é avô do agropecuarista e deputado federal membro da bancada ruralista, Abelardo Lupion (DEM/PR), que está no quinto mandato. Fundador e Presidente, UDR no estado do Paraná (1987-1990) e foi indicado pelo DIAP, por treze vezes como um dos "100 Cabeças do Congresso Nacional".

Diante da repercussão da escritura passada à CITLA que se referia a quatrocentos e setenta e cinco mil e duzentos (475.200) hectares, e incluía o território da CANGO, com mais de três mil colonos assentados, além das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema, a oposição reagiu:

> A oposição estadual, liderada pelo PTB, denunciou a negociata, obtendo grande repercussão na imprensa nacional. Em função disso, o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando inconstitucionalidade.(...) (...) Para sustentar a negociata, o Governo Lupion criou um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício chegasse. (BATTISTI,2006:69)

Segundo Battisti os conflitos da década de 1980 tem a retomada da luta pela terra, no Sudoeste do Paraná, em 1983, quando seiscentos e cinqüenta famílias de "sem terra" da região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina ocuparam 4 mil hectares de terras da "Fazenda Annoni" - localizada no município de Marmeleiro/PR).

> (...). Os resultados das mobilizações e a realidade local fizeram o movimento expandir-se rapidamente, saltando de 9 municípios organizados/articulados, em 1985, para 20, apenas um ano depois. Nesse período, os latifundiários do Paraná, a partir da visita de Ronaldo Caiado - futuro coordenador nacional -, organizaram-se e formaram a União Democrática Ruralista (UDR), com a intenção de, aliados a setores do Estado e a grupos paramilitares, reprimir e isolar o movimento, cortando o apoio da sociedade. Para o movimento, este foi o recomeço de uma aliança entre governos, forças repressivas e fazendeiros, desta vez, para contê-lo. Os despejos violentos, passaram a fazer parte da estratégia dos governantes. A repressão também veio sob a forma de lei e o Judiciário, com raras exceções, tornou-se instrumento para legitimar os despejos, processar e prender lideranças e militantes do movimento. (Ibidem,p.68-80)

No artigo *"Novos territórios da reforma agrária na Campanha Gaúcha"* Marcelo Cervo Chelotti (2010) discutiu o embate entre os ruralistas em São Gabriel/RS e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

> Na década de 1990, a Campanha Gaúcha tornou-se um grande foco de luta pela terra no Rio Grande do Sul. O deslocamento da luta pela terra para essa região constitui uma das estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para conquistar novos territórios para a reforma agrária. No final do ano de 2008, o anúncio da aquisição de parcela da Fazenda Southall, localizada no município de São Gabriel, representou mais uma conquista do MST dentro do território latifundiário gaúcho, que fora considerada um símbolo de resistência da classe ruralista. Tornam-se, pois, evidentes as novas (re)

> configurações territoriais em curso na região. (...) Em função das constantes manifestações realizadas pelo MST na região, objetivando pressionar o estado a realizar a desapropriação da Fazenda Southall e, com isso conquistar mais um assentamento na região, um grupo de vereadores do município de São Gabriel criou a Frente Parlamentar Ruralista (FPR), denominada antiinvasionista e de defesa do direito de propriedade. (CHELOTTI, 2010:220)

Fora do levantamento sistemático nos periódicos citados encontrei outros sete estudos que discutiram as práticas ruralistas.

Nos ANAIS do *"V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária"*, o SINGA 2011 encontrei o artigo "Tocantins, um estado criado pela UDR" (L. K. da Costa, S. Bringel; M. A. Graciliano da Silva, 2011) sob orientação de Eliseu Pereira de Brito. Este autor também escreveu no mestrado a dissertação *"O papel de Palmas - TO na rede de integração regional"*, em um estudo de Geografia urbana e regional vai discutir os interesses econômicos e políticos que se desdobraram na criação da capital tocantinense. Este é mais um trabalho que menciona os interesses da União Democrática Ruralista na criação do estado do Tocantins;

> Os 'vanguardistas' da política conservadora no campo, sustentada pelos Caiados, criou em 1985 a UDR para impedir qualquer proposta inovadora no campo. Foi a concretização do sonho de Ronaldo Caiado em criar um partido voltado para atender a oligarquia tradicional agrária, contrapondo ao movimento de reforma agrária e social no campo. Segundo Barbosa (1999, p.90), esta entidade se alterou tanto para defender seus interesses, que "os associados mais exaltados chegaram a afirmar: para cada fazenda invadida, um padre morto". E a questão mais séria é que validaram o que falaram, um exemplo foi a morte do Padre Josino.
>
> Os ruralistas representantes do Norte Goiano ocuparam os cargos do legislativo de Goiás e passaram a defender a criação do estado do Tocantins como uma necessidade de manutenção no poder, uma vez que ia aumentar a bancada ruralista na Câmara e no Senado Federal, já que se criava um estado totalmente dominado pela UDR. (BRITO, 2009:166)

Na tese *"Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense"* Jean Carlos Rodrigues (2008) além de ressaltar o protagonismo do deputado federal Siqueira Campos[19], na busca da autonomia política do Tocantins no decorrer da década de 1980, na Assembléia Nacional Constituinte,

[19] Os antecedentes históricos e todo processo político até a criação do estado do Tocantins podem ser consultados no livro de SILVA, Otávio Barros da, "Breve história do Tocantins e de sua Gente: uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Brasília: Solo Editores, Araguaína, Tocantins, 1996, 262 p.p.

aliás, ele inclusive foi eleito o primeiro Governador do Estado. Rodrigues através da análise de notícias de jornais de grande circulação como a *Folha de São Paulo*, mostrará também o papel fundamental da UDR neste processo.

De acordo com este autor em 27 de junho de 1988, o jornal *Folha de São Paulo* estampou uma reportagem intitulada *"criação do Estado do Tocantins leva UDR ao poder"* (vide o Anexo B). Foram enfatizadas as questões ruralistas e os conflitos agrários existentes na região.

> Segundo Aroldo Rastoldo (*apud* Amaral, 1988), então presidente da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) " 'o Estado do Tocantins é a UDR no poder' ". Sem rodeios, Rastoldo destaca ao longo da reportagem a implantação de diversos sindicatos rurais no norte goiano e anuncia as próximas metas da organização: eleger o governador e pelo menos 80% dos prefeitos da nova unidade da federação brasileira. E vai além disso: Rastoldo arremata as ambições da UDR ao afirmar ao jornal que só se elege no estado quem se identifica com as posições políticas da organização. Segundo ele, os políticos os obedecem. (Idem: 117)

Para Rodrigues A UDR estava inserida nos dois lados:

> (...) tanto exercia influência sobre o candidato Siqueira Campos, do PDS, como sobre José Freire, do PMDB. O objetivo da organização era de eleger deputados e senadores que tivessem presença em Brasília (DF), conforme orientação de Ronaldo Caiado na época, demonstrando a articulação de escalas para a construção de uma representação política da uma representação política da organização com forte poder de influência e estabelecimento de relações de poder nos níveis nacional e regional. (...) César Moura (*apud* Jornal Folha de São Paulo, 1987), na época diretor nacional de operações da UDR, afirmou à reportagem que a organização "'[...] é plenamente favorável ao novo Estado, porque o norte goiano representa uma realidade administrativa e política totalmente diferente das demais regiões de Goiás'", mas não descartou as propostas nesse sentido advindas das regionais da UDR do norte goiano. Aqui se reforça a representação de que a emancipação política e administrativa do então norte de Goiás significa a possibilidade de desenvolvimento social e econômico a essa região, como preconizam os discursos oficiais. Essa posição da UDR é corroborada por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo da mesma reportagem. Carlos Furlan (*apud* Amaral, 1988), na época um dos coordenadores da CPT do Araguaia-Tocantins, afirmou que "'a criação do novo Estado vai oficializar o poder que a UDR já exerce de fato na região'". Odete Ghannam, naquela ocasião membro do diretório do Partido Comunista do Brasil (PC do B) da cidade de Araguaína, confirmou as afirmações de Furlan ao destacar que "'a criação do Tocantins, enquanto o latifúndio estiver no poder, não será a redenção do povo, mas a redenção de alguns poucos. (Idem:118)

Nos ANAIS do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária localizei a referência aos artigos *"A Geopolítica do patronato rural no parlamento brasileiro: uma análise da*

Bancada Ruralista" (Berriel, Barcelos e Pimentel:2009) e também destes autores (Barcellos e Berriel:2009) "*Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro".* Neste trabalho os autores problematizam a baixa produção que priorizasse o exame da constituição das classes dominantes agrárias no país;

> A análise do patronato rural brasileiro e suas representações políticas no plano das instituições do Estado, receberam impulso significativo nos últimos anos, desde as contribuições teóricas e metodológicas das Ciências Sociais, até as análises de cunho historiográfico e conjuntural apresentadas pela História. Contudo, em um país como o Brasil, onde a "vocação agrária" e a tradição rural são narrativas recorrentes em nossa sociedade, é no mínimo curioso encontrarmos um número restrito de trabalhos e aportes teóricos que priorizem o exame da constituição das classes dominantes agrárias no país, bem como seus mecanismos de inserção nos canais institucionais do Estado (BRUNO, 1991; 1997; 2002; MENDONÇA, 2005a; 2005b). Nesses relevantes estudos, significativos de um movimento pioneiro no Brasil, a análise teórica encontra algumas limitações quando procura operacionalizar seus procedimentos teóricometodológicos deslocados de uma *dimensão geográfica* e dos *processos espaciais*, até porque esses trabalhos estão alicerçados em outros referenciais epistêmicos. Nesse sentido, observa-se uma tendência sutil em considerar o *espaço geográfico* como um simples acessório, um ente adicional e secundário das trilhas investigativas, como se o espaço geográfico não fosse uma *dimensão constitutiva do social*, e assim descolado temporal e historicamente dos processos sociais. (BARCELLOS E BERRIEL,2009:2)

Na dissertação de Rafael Medina Ribeiro (2009), *"Questão agrária e territórios em disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000"* e no artigo sobre a mesma pesquisa, publicado nos ANAIS do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, no texto de Ribeiro e Cleps Júnior (2008) *"Recente questão agrária e os modelos de desenvolvimento do campo brasileiro"* os autores trazem os elementos recentes que configuram a questão agrária brasileira e escrevem sobre a ação da Bancada Ruralista discutindo o embate político entre Bancada ruralista e Frente Parlamentar da Terra. Assim resumem o seu trabalho:

> Os elementos que compõem ou expressam a questão agrária brasileira ao longo da década de 2000, evidenciam o embate existente entre dois modelos de desenvolvimento que se reproduzem no campo brasileiro: a agricultura camponesa e o agronegócio. Este tem se manifestado de forma bastante clara nos últimos anos, envolvendo uma diversidade de atores sociais, com destaque para as organizações sociais que representam a agricultura camponesa/familiar e o agronegócio e o poder público (executivo, legislativo e judiciário) nas esferas local, estadual e federal. No âmbito do Governo Federal e no

> Congresso Nacional, se constatam a atuação de duas representações políticas organizadas: a bancada ruralista (Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária) e a Frente da Terra. (RIBEIRO E CLEPS JUNIOR, 2008:1-32)

Ribeiro (2009) reforça esta noção da pouca produção dos estudos sobre o ruralismo no Brasil ao afirmar que:

> Embora a trajetória da bancada ruralista no cenário político brasileiro seja relevante — afinal, é porta-voz das classes rurais dominantes na arena político-institucional do Estado —, a academia não tem se atido de modo sistemático à reflexão sobre esse ator político. É escassa a produção nos campos da história, sociologia, ciência política e geografia sobre assuntos associados com sua presença e atuação na vida política nacional na década de 1990 e nesta. (Ribeiro, 2009:67)

E, em nota à afirmação escreve *"Os trabalhos notórios de Mendonça (2006), Bruno (1997) e Silva (1989; 1987) enfocam o período anterior (1987–8), que alguns autores vêem como "fase embrionária" da bancada ruralista."*(Ribeiro,2009:67). Para os antecedentes históricos da UDR e da Bancada Ruralista recorreram aos estudos de Bruno (1997; 2003; 2006; 2008), INESC (2000; 2007) e Mendonça (2005). Além de levantamentos da atuação legislativa dos parlamentares ruralistas, em outro capítulo escreveram sobre *"a ofensiva política dos ruralistas na legislação ambiental e no Código Florestal brasileiro*" [20]. Discutiram a repercussão da investida ruralista nas ações políticas das entidades ambientalistas e a contrapartida de setores organizados da sociedade civil no combate à aprovação de propostas dos parlamentares ruralistas.

Outra produção que tomei conhecimento fora do levantamento nos periódicos consultados foi artigo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira *"A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária"* [21] neste texto ao traçar um percurso histórico da luta desenvolvida pelos camponeses pela terra no

---

[20] Em (COSTA, 2007:73-77) há um capítulo discutindo a tramitação do projeto submetido como pauta da bancada ruralista - O Projeto de Lei 1876/99 que Propõe um Novo Código Florestal.
A articulação da Bancada Ruralista constitui preocupação no trabalho de Paulo Roberto Cunha sobre *"Os processos de formatação do mecanismo de compensação de reserva legal do Código Florestal Brasileiro: Política Ambiental e Ambiente Político*", Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM-USP) (no prelo)

[21] Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *"A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária"* Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001. Pp. 185-206. Este contexto será aprofundado pelo autor nos capítulos "*O I PNRA e o governo da "Nova República"* e "*A Constituinte de 1988 e a derrota do I PNRA"* In: *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária,* Oliveira (2007).

Brasil, no contexto da “Nova República” descreveu a mobilização dos latifundiários frente ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) e o aumento da violência no campo a partir da ação da UDR.

> A estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra. (...) Entretanto, a resposta do governo Fernando Henrique ao incremento dos conflitos foi o aumento da repressão policial. Este governo entra para a História marcado por um tipo de violência que não ocorrera ainda de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra foram as forças policiais dos estados. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldam. (...) Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldam. (...) início à movimentação contrária dos setores ruralistas que faziam parte do governo da Nova República visando a impedir sua implantação. A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que praticamente “militarizou” os latifundiários visando frear a implantação do plano. Como conseqüência, houve uma sucessão de ministros no Ministério da Reforma Agrária, que culminou com a morte de Marcos Freire, e de toda a alta cúpula do Incra, no episódio do Aeroporto de Carajás no Sudeste do Pará, quando o avião em que estavam caiu. (...) No governo Collor, a UDR praticamente assumiu o controle da Reforma Agrária no Brasil. O ministro Antonio Cabrera Mano assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da Reforma Agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou, pois ele era vice de Collor. Até 1994, o resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou um política de acesso à terra aos camponeses. (OLIVEIRA,2001: 192-200)

Esta mesma referência foi citada na tese de Alexandra Maria de Oliveira "*A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará*"[22]*, n*o capítulo que a autora escreveu sobre a Nova República e a questão fundiária.

Na tese de Eraldo. S. Ramos Filho (2008) *"Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006")* contextualizou a ação da UDR durante as disputas políticas por reforma agrária nos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, este autor ressaltou a ação truculenta desta organização;

> Frente à possibilidade de alteração da questão da propriedade da terra, os ruralistas se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR). Reuniram-se, nesta, tanto latifundiários antigos quanto grandes proprietários modernos que passaram a exercer pressão sobre o governo, contestando, dentre outras questões, os critérios para a desapropriação por interesse social. Estes argumentavam, delirantemente, que a Proposta era uma armação da CIA e da KGB para destruir a possibilidade do Brasil chegar à condição de potência, dado a pujança da agricultura (SILVA, 1987, p. 76). A entidade "orquestrou onda de violências armadas" contras os camponeses e lideranças religiosas no campo, com o intuito de desestabilizar o governo e os movimentos, forjando uma falsa condição de que, se o Plano fosse levado a cabo, haveria uma explosão de violência no campo. (RAMOS FILHO, 2008:202-203)

Neste trabalho trará elementos para entender a reação dos proprietários de terra no Sergipe e ação do governo estadual do Sergipe.

Por fim, na tese de doutorado de Carlos Alberto Feliciano (2009:77-83), *"Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema"* contextualizando as disputas travadas frente ao I PNRA, ele trará articulação ruralista diante deste contexto. Buscou situar o surgimento da UDR e da Bancada Ruralista. Mais adiante em seu texto (Feliciano, op.cit.: 114-153) vai questionar a não realização da reforma agrária no governo do ex-presidente Luis Inácio da Silva e realça o protagonismo da Bancada Ruralista neste contexto debatendo a ação da Bancada Ruralista diante da questão da CPMI da Terra. Tanto na projeção da UDR naquele contexto de redemocratização quanto na ação da Bancada Ruralista, o referencial utilizado são os textos de Edélcio Vigna de Oliveira publicados pelo INESC. Neste trabalho Carlos Feliciano trouxe uma importante contribuição para o entendimento da

[22] Oliveira, Alexandra Maria de. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará* - São Paulo,2005, 379 p.Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

ação do Estado diante dos conflitos de terra no Pontal do Paranapanema, pois discutiu a ação da UDR no Pontal frente a organização dos movimentos de luta pela terra na década de 1990. *"Mas a divisão e formas de atuação da classe ruralista, esteve nítida no Pontal. De acordo com um ex-secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, houve um racha dentro da classe, e o Estado aproveitou para convencer os proprietários a negociar a terra."* (FELICIANO, op.cit.:395) Em seguida, o autor cita arquivos que mostram as posturas e posicionamentos adotados pela UDR, MST e ITESP diante das disputas e posicionamento com a política do governo no final dos anos de 1990.

Considero que estes textos debateram diretamente a temática da representação ruralista, ao analisarem estratégias de atuação das elites agrárias no poder institucionalizado em forma de organizações como a UDR, e frente a algum contexto de conflito com a classe camponesa. São exemplos, o caso do I PNRA ou nas questões da ocupação da Fazenda Santa Elina que resultou no Massacre de Corumbiara/RO, e, a ocupação da Fazenda Southall, de São Gabriel/RS, como também nos conflitos no sudoeste do Paraná como se deu na Revolta Camponesa de 1957. Eles expressam ainda através de relações pessoais e familiares que trazem no seu cerne as relações de classe que terão seus desdobramentos mais complexos para a questão agrária e a disputa de terras do país quando os sujeitos ocupam posições de poder na estrutura do Estado e dispõem de favores políticos. Ou mesmo, quando formulam institucionalizam os interesses da classe na forma de uma União Democrática Ruralista e na forma de uma Frente Parlamentar da Agropecuária como Bancada Ruralista. Considero que apesar do pouco número de trabalhos, eles reúnem uma preocupação com as questões da ação política ruralista, ou a ação política da classe dos proprietários de terra. Sobretudo, no contexto e pós formação da UDR e da Bancada Ruralista.

Analiso que nos estudos de Geografia reunidos neste mesmo levantamento, a preocupação com as questões da representação da classe dos proprietários de terra não se restringem a esta produção. Embora a representação ruralista não apareça nas questões centrais de outros trabalhos, o termo ruralismo ou ruralista também não sejam expressos, há uma disposição para as questões vinculadas à ação política organizada dos proprietários de terra, pois há uma produção que discute as políticas agrícolas, o

papel do Estado na implementação das mesmas, por esta razão é que apresento dentro da sistematização os trabalhos encontrados aqueles artigos que vão neste sentido. Quero ressaltar no debate, a importância que se deve dar no processo de desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, o controle da estrutura burocrática legal do Estado pelas elites agrárias. Portanto, tentarei expor esta produção que foi encontrada no referido levantamento.

Em *"A expansão Canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômicas-ambientais (exemplo de Santa Helena de Goiás)"* Mello e Cunha Santos (1984/85/86:63-75) destacaram a significância assumida pelo Estado de Goiás com relação à expansão da agroindústria canavieira, que se constituiu em motivo de preocupação, o que exigiu na opinião dos autores um melhor conhecimento dessas implicações tendenciais. Os autores discutiram Leis e Decretos a partir de 1971 que favoreceram os grupos usineiros e a expansão destes grupos. Outro artigo que discute a questão da ação do Estado em Goiás, *"Fronteira e Conflito: O processo de ocupação de terras em Goiás"* de Cyro Lisita (1996), o autor traça os principais aspectos da apropriação das terras do estado de Goiás, desde as políticas implementadas pelo governo federal enfatizando as condições econômicas e, sobretudo políticas que as antigas e novas oligarquias que possibilitaram as oligarquias começarem de maneira sistemática e organizada, e, seu processo de grilagem de terras no estado de Goiás. Além do destaque para a questão política na expansão da agricultura capitalista em Goiás, o autor identificou os interventores e às políticas assumidas por eles durante o governo. Deste mesmo autor Cyro Lisita em co-autoria com Denise Paiva Ferreira (LISITA; FERREIRA, 1997) o estudo *"A busca de mundos possíveis: democracia e reformas no Brasil"* discutem a reforma do Estado e a consolidação da democracia, argumenta que a transição da democracia favoreceu as mudanças institucionais e postergou a solução da crise do Estado. Discutiram a questão eleitoral e partidária, mas não escreveram especificamente sobre a Bancada Ruralista.

Outro texto que explicitou as vantagens políticas auferidas no processo de apropriação das terras no território brasileiro, devido à ocupação de cargos públicos ou posição de poder foi *"Conflito pela posse da terra, posseiros X a grande empresa Fazenda Pantanal de Cima"* de Ycarim Melgaço Barbosa (1989/90)

> Fazenda Pantanal de Cima, localiza-se no Médio-Araguaia, às margens do rio Javaés, braço menor do Araguaia, na Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins. Constituiu mais um dos muitos exemplos de apropriação fraudulenta de terras na Amazônia legal com incentivos governamentais. Com penetração do capitalismo no Médio-Araguaia a terra transforma-se em mercadoria, em seguida, passa a ser instrumento de apoio ao recebimento de financiamentos internos de órgãos do Governo Federal – BASA via SUDAM e de organismos internacionais, Banco Mundial. Há 103 famílias de posseiros ocupando área seca na Fazenda Pantanal. Foram os primeiros a desbravaram as matas, como frente de expansão no início dos anos sessenta quando a terra pertencia ao Estado (...). O início dos conflitos – O IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) loteou o Médio-Araguia no final dos anos 50 (...) mesmo com o loteamento a área continuou pertencendo ao Estado, que era o responsável pela destinação dos lotes. (BARBOSA, 1989/90:122-123)

Dando seguimento ao relato do processo de passagem das terras públicas para empresas e particulares, o autor relatou os conflitos desencadeados entre posseiros, chegando ao extremo da família do presidente da república ser favorecido, como escreve Barbosa

> Com este primeiro atrito, os posseiros dos outros lotes resolvem certificar-se da origem daquelas terras. Pedem ao IDAGO para medir os lotes daquelas terras. Para medir os lotes e separá-los de acordo com as ocupações. Os agrimensores percorrem o local em 1967 e entregaram aos posseiros o registro de medição da área, feito no Cartório de Formoso do Araguaia. Os lotes pertencentes ao Indaiá passam em 1968 para a Debrasil. Esteve na área representantes do ex-presidente Juscelino Kubistchek para conhecer a fazenda, a Debrasil passou a pertencer ao genro de Juscelino. (Ibidem, p.123)

Em a *"Ação do Estado na Produção do Espaço Rural: transformações territoriais"* Alencar e Menezes (2009) realizaram uma sistematização acerca das políticas voltadas para a agricultura e agronegócio (1960-2008), analisaram a ação do Estado, explicitaram as políticas agrícolas e os governos, se concentraram no debate do papel do Estado. Não foi foco da análise destas autoras, a discussão sobre os arranjos e as disputas internas na elaboração destas políticas, não mencionaram os sujeitos elaboradores destas políticas. Outro trabalho que não determinou os sujeitos sociais envolvidos foi o estudo de Sampaio (2010) "*Manipulação do Território: o agronegócio e o campesinato na Amazônia":*

> (...) o desenvolvimento desigual e contraditório do capital na agricultura brasileira, em especial no município de Capixaba no estado do Acre, onde se territorializa a Agroindústria Álcool Verde com implicações na estrutura fundiária

> local, principalmente nos projetos de assentamento Alcobrás e Zaqueu Machado. Para tanto, buscamos descrever como o Estado influi nesse processo de desorganização/manipulação do território, através do discurso de modernização e desenvolvimento regional, destacando qual é papel do agronegócio e do camponês no processo descrito. (...) O avanço do plantio de cana-de-açúcar em direção à Amazônia contrariou a opinião pública nacional e internacional, e mesmo com toda a pressão sobre a origem do etanol produzido no Brasil, foi durante a gestão da ex-ministra do meio ambiente a acreana Marina Silva, que por força de vários parlamentares e do próprio governo estadual que a agroindústria Álcool Verde territorializou-se no município de Capixaba. (SAMPAIO, 2010:1-70)

Escreveu também, que houve apoio dos parlamentares *"que por força de vários parlamentares e do próprio governo estadual"*, mas não detalhou como o mesmo se deu.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010) [23] no texto "*Agricultura e Indústria no Brasil"* escrito e publicado no início dos anos 80 e, republicado em 2010, ressaltou a participação da classe no poder do Estado na representação dos setores (agroindústria canavieira, silvicultor, oleaginosas, pecuária), através de decretos e criação de instituições que favorecem à agricultura monopolista. Veja-se o que escreveu o autor ao analisar os dados da produção capitalista no Brasil;

> (...) Esses dados revelam não a generalização sumária do progresso técnico, mas, sim, a concentração do mesmo, quer espacial, quer setorial, pois a média do Estado se faz em maior escala em benefício de um segmento preciso da população, como é óbvio, **em decorrência da posição das classes e segmentos no poder do Estado**. (Oliveira, 2010:13)

Oliveira discorreu sobre a atuação do Estado nos vários setores, sobre a agroindústria açucareira, explica que;

> (...) **É importante lembrar que este setor tem vivido dos subsídios do Estado e tem-se firmado ampliando o monopólio, de certa forma colocando-se no poder do Estado, através da "fatia do bolo" que lhe tocou na atual estrutura de poder no país**. E, como é bom frisar, **o Estado se incumbiu de preparar todas as condições necessárias para que tal ocorresse.** Veja se o que Mendes, um dos autores do famoso Programa de Racionalização (este é o nome que recebeu o processo de monopolização) da Agroindústria Açucareira afirma, segundo Bray: "Para a execução do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira - Decreto-Lei n 8 1.186, de 27 de agosto de 1971, Mendes, um dos autores desse Programa, colocou que foi

[23] Este texto foi publicado originalmente em: Boletim Paulista de Geografia, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64. E neste volume da Revista Campo território. Foi publicado em 2010 como Textos Clássicos. Todos os grifos são nossos.

> proposta a necessidade de se eliminar as pequenas usinas de açúcar do país (consideradas as mais ineficientes do sistema), como também de se eliminar uma quantidade muito grande de pequenos fornecedores de cana, considerados "Marginais" do ponto de vista econômico. (Ibidem, p.21-22)

E ainda identificou o papel do Estado e as instituições que foram criadas a serviço do monopólio capitalista da agricultura, detalhando a participação expansão da produção agropecuária, produção de oleaginosas e silvicultura;

> Quando analisamos os produtos de origem animal, vemos que o Estado, através do seu serviço sanitário, se incumbiu de viabilizar o monopólio do capital industrial sobre esse setor. É assim que, ao depararmos com a pecuária de corte, sabemos que o capital multinacional desde o início do século está entre nós e participa da prática do monopólio, porém tem sabido dividir o bolo com os emergentes industriais nacionais do setor. **O Estado, através da SUNAB**, cuja origem está no monopólio da distribuição da carne "verde", por grupos de frigoríficos (Tião Maia, por exemplo), se incumbiu de mediatizar os mecanismos de sujeição da renda da terra ao capital, que tem momentos de profundas crises como decorrência do próprio processo de produção capitalista do boi para o corte (...) Há momentos em que o Estado tem por objetivo intervir no setor, mas como esses capitalistas participam do bloco no poder, sua fatia já está reservada, e, conseqüentemente, as medidas nada mais são do que reforços ao processo monopolista existente no setor. **Mesmo a formação de estoques para a entressafra formados pelo governo só atende aos interesses dos pecuaristas, frigoríficos e marchantes que não têm que investir na infraestrutura de estocagem, que já está garantida pelo Estado**. E mais, com essa medida o pecuarista vende todo o seu rebanho no período em que o boi tem seu maior peso, o frigorífico produz na sua capacidade plena, e o marchante terá, já nos grandes centros, a carne estocada para os períodos de entressafra. (...)
>
> **A atuação do Estado nesse setor não tem faltado com o apoio, por exemplo, ao Instióleos (Instituto Privado para o Fomento de Oleaginosas) instituição sem fins lucrativos (sic),** criado e mantido pelas indústrias do setor de óleos vegetais, com sede em São Paulo e área de ação nos Estados de São Paulo e Paraná. **Este instituto tem por objetivo cooperar com órgãos de pesquisa, experimentação e extensão agrícola mantidos pelos governos federal e estadual e, obviamente, a iniciativa privada. Esta instituição tem atuado junto ao Estado no sentido de elaborar o zoneamento da aptidão ecológica para a cultura de oleaginosas**. (...)
>
> **A silvicultura é outro setor que tem crescido ligado diretamente à indústria e submetida pelo Estado, através de sua política de incentivos fiscais. Assim, o Estado tem criado as condições necessárias para o aparecimento das grandes indústrias de papel e celulose** que, ora aparecem como comparadoras caso como comparadoras da produção, ora como proprietárias das plantações. Aparecendo, pois, em um caso como agroindústria e em outro como indústria que subordina o cultivo de árvores. (Ibidem, p.29-47)

Este trabalho demonstra a preocupação em deslindar a ação do Estado, ao identificar as políticas e as instituições que foram criadas no processo de expansão

monopolista da agricultura capitalista no Brasil, em que na relação indústria e agricultura também estão envolvidas as relações com o Estado e que podem ser claramente identificadas.

Hespanhol (2010), em *"A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil"* ressaltou a importância de identificar quem são os agentes no Estado que promovem as políticas;

> Um dos pressupostos principais dessa forma de intervenção do Estado via políticas públicas era alterar a base técnica da agricultura brasileira, por meio da criação de um mercado consumidor de produtos industrializados (...) O espaço rural, nesse contexto, era apreendido apenas como *locus* da produção agropecuária. Além do seu caráter setorial, essas políticas eram concebidas a partir dos interesses (*lobbies*) econômicos dominantes, especialmente das oligarquias rurais e de setores urbano-industriais ligados à agricultura, sem que houvesse qualquer tipo de discussão e/ou participação no âmbito institucional dos demais segmentos sociais (pequenos produtores, trabalhadores rurais etc.) que compõem o espaço rural. As políticas (agrícolas) implementadas nesse período (1960 a 1980) de enfoque setorial, devem ser analisadas como parte de um conjunto mais amplo de ações comandadas pelo Estado brasileiro. (HESPANHOL, 2010:129-130)

Ainda no caminho da identificação dos agentes que atuam no Estado, Antonio Thomaz Junior (2010) no texto *"O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI"* ressaltou a importância de identificar quem são os agentes no Estado que promovem as políticas. Apresentou procedimentos que passam pela política no estado de São Paulo;

> [...] Os bancos estatais, tais como Banco do Brasil e BNDES, têm fomentado e apoiado grandes somas de investimentos públicos para a agricultura tecnificada. Se isso não bastasse, historicamente têm também perdoado, renegociado (via de regra com rolagem das dívidas grandes proprietários de terra) e abonado dívidas junto a credores privados. O mais recente pacote do governo federal, mediante a Medida Provisória n. 432, de 27/05/2008, atinge R$ 75 bilhões e envolve 2,8 milhões de contratos em todo o país, sendo que, destes, 700.000 são enquadrados como familiares e atingem apenas R$5 bilhões.
>
> A extensão desse pacote compreende a soja, o café, a cana-de-açúcar e diversos quesitos, desde a compara de equipamentos, investimento, custeio, e ainda descontos, ampliação de prazos e redução de juros, novos prazos e descontos para dívidas antigas, contraídas na década de 1990, mas manterá os prazos de quitação dos débitos até 2005, hoje calculados em R$24,5 bilhões. Se não bastasse, a MP prescreve que os débitos já incluídos na Dívida Ativa da União, orçados em R$7 bilhões, terão abatimento de 40% a 75%, e o que sobrar poderá ser pago em cinco anos. E, para honrar essa benevolência,

> segundo informações extra-oficiais, divulgadas pela grande imprensa, o Estado desembolsará R$8 bilhões do caixa do Tesouro. (THOMAZ JUNIOR, 2010:113)

Mais um autor que reforça a necessidade de identificar a ação do Estado na elaboração das políticas públicas foi Marcos Antonio de Souza (2010) em *"a dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate".* Ele escreveu:

> Nesse contexto, o Estado brasileiro lança em setembro de 2009 o ZAE - Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar-, através do decreto nº. 6.961/2009, que segundo seus idealizadores objetiva '[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando o ordenamento da expansão e a produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro. (EMBRAPA, 2009, p.08)'. (...) E ao desfrutar da melhor localização geográfica, classes ou frações de classe passam a auferir renda em patamares diferenciais, além de controlar a terra, os recursos naturais, a força de trabalho, as políticas públicas etc, em uma demonstração incontestável de controle e capacidade de ordenamento territorial conforme interesses privados, que ficaram intactos com a aprovação desse zoneamento. (SOUZA, 2010:154-162)

Outro texto que traz a discussão das políticas públicas é artigo de ALBANO e SÁ (2008) "P*olíticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN".* O autor discutiu o processo histórico de implementação das políticas públicas voltadas para a inserção de uma região semi-árida - o Vale do Açu-RN- na globalização da agricultura através da fruticultura irrigada" embora não mencionasse as articulações políticas que resultaram na implantação das mesmas. Assim concluíram os autores:

> (...) as políticas públicas implantadas no Vale do Açu ao longo do tempo incrementaram as vantagens locacionais e atraíram grandes grupos para a produção de frutas para o mercado global. Esse processo se intensificou na década de 1980 com a construção da Barragem de Açu (garantia hídrica para os investimentos em fruticultura irrigada) e teve seu desfecho com a entrada da multinacional *Del Monte Fresh Produce*. Ultimamente as políticas públicas implantadas no Vale visam facilitar a logística de comercialização mundial das frutas da multinacional, ao mesmo tempo se nota tentativas por parte do governo de inserir a pequena agricultura no contexto das políticas públicas. (ALBANO E SÁ, 2008: 78)

No semestre de 2012, foi lançado pelo jornalista Alceu Luis Castilho, o livro "*Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro"* um texto jornalístico (não acadêmico) que revela a quantidade de terras no território brasileiro

que estão nas mãos de políticos. A investigação foi resultado de pesquisa em mais de 13 mil declarações de bens de políticos eleitos em 2008 e 2010. Castilho se debruçou especialmente sobre os bens rurais declarados pelos prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores. O autor concluiu que pelo menos 2,03 milhões de hectares pertencem a políticos e propõe o debate de que não há apenas uma Bancada Ruralista e propõe denominar por "Sistema Ruralista", toda a rede estruturada pelos políticos-proprietários de terra nos vários níveis da política nacional.

Encerro esta exposição dos trabalhos que discutem políticas agrícolas com o texto *"O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80"* de Lilian Leandra Silva (2000) que traçou um resgate das políticas agrícolas de ocupação do Cerrado implementadas pelo Estado, apresentando os programas que promoveram a capitalização da agricultura no Cerrado, Leis, Decretos e Instituições criadas. Não se referiu aos políticos e articulações.

> O desempenho do Estado foi decisivo para o processo de ocupação do Cerrado, promover a modernização e a capitalização da agricultura através da implantação de política governamental. Esse fato teria contribuído muito nestas transformações significativas nesta região nos últimos 30-40 anos. (LEANDRA SILVA, 2000:26)

Este procedimento de buscar uma produção na Geografia que contivesse a ação ruralista e seus desdobramentos como questão central a ser estudada, leva-me a discutir dois aspectos que considero relevantes.

O primeiro aspecto refere-se à dificuldade de encontrar a melhor forma de proceder a exposição dos estudos encontrados, embora saiba que há uma enorme possibilidade de não ter citado todo o universo dos trabalhos produzidos e publicados. É possível que entre as teses e dissertações, anais de congressos, simpósios, conferências, e demais publicações em que os geógrafos e geógrafas brasileiras pode ter ocorrido citações, questionamentos ou manifestações com os rumos que as elites agrárias tem dado à condução da política agrária e agrícola no país. Penso que esta é uma preocupação já existente na Geografia Agrária, embora os sujeitos da política pareçam não estar na centralidade desta discussão. Para as temáticas estudadas na Geografia Agrária existem outras questões que ocupam esta centralidade do debate,

por haver materialidades mais evidentes nas contraditórias relações capitalistas que se desenvolvem no Brasil. A questão está nos desdobramentos que as relações de poder e política evidenciam nos conflitos com a classe camponesa e com a expansão capitalista da produção na agricultura. Daí penso que este trabalho possa contribuir para as análises da Geografia Agrária, quando desvenda a condição material dos parlamentares da Bancada Ruralista (políticos-proprietários de terras), e a complexa inserção destes sujeitos na dinâmica da expansão dos monopólios da agricultura, bem como no processo de expansão do capitalismo rentista no território brasileiro. Vimos que a discussão predomina nos artigos publicados nos periódicos, Campo Território e no Boletim Goiano de Geografia de Goiás (BGG), e vejo com ressalvas ter encontrado poucos trabalhos dentre as produções analisadas, voltados para a questão ruralista no nordeste, região onde são fortes as questões da tradição e do domínio político dos grandes proprietários de terra. Cabe então investigar melhor o que foi produzido nos cursos de pós-graduação de Geografia nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba, etc., pois as publicações da Revista de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco consultadas não foram suficientes para esgotar esta preocupação.

O segundo cuidado, fonte de preocupação nesta investigação é o de não reafirmar uma tautologia da ausência dos estudos sobre o ruralismo na Geografia, e da pouca produção sobre ruralismo no Brasil, pois considero que podem ter sido feitas análises que levem em conta as ações organizadas dos latifundiários, as articulações políticas na estrutura jurídico-politica do Estado embora, não utilize a denominação de ruralismo.

Não se pode negar que após o surgimento da União Democrática Ruralista e da Bancada Ruralista, a projeção do movimento ruralista no cenário político agrário e midiático, despertou maior interesse na academia acerca da temática ruralista. Ou seja, como já mencionado, apesar do pouco número de trabalhos, eles reúnem uma preocupação com as questões da ação política ruralista, ou a ação política da classe dos proprietários de terra. Sobretudo, pós formação da UDR e da Bancada Ruralista. Ou seja, o ruralismo como “movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária”, gestado ao longo da

Primeira República, pode não constituir uma preocupação dos estudos de Geografia Agrária, mas a ação da UDR e da Bancada Ruralista, penso que é possível afirmar que, está em curso uma produção voltada para análise destes sujeitos, mesmo que de forma adjacente às questões centrais pesquisadas. E quando analisadas na Geografia aparecem, em geral, descoladas do "movimento ruralista" diferente do que se observa nas interpretações da Sociologia e da História, que fizeram a análise destas duas formas de organização como um desdobramento do ruralismo em um contexto específico da questão agrária no Brasil ou como o desdobramento que realça um continuísmo ou ressurgimento da força do ruralismo.

Por fim, na monografia "Do curral ao plenário: a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional" (Costa: 2007) obtive os primeiros resultados sobre a ação dos ruralistas no estado de Minas Gerais, com o foco na questão da política de curral eleitoral e de estratégias em defesa dos projetos voltados para a expansão do agronegócio. Nesse trabalhos levantados encontram-se as produções na Geografia sobre os parlamentares ruralistas, e a UDR.

A proposta desta pesquisa é inserir a Bancada Ruralista no debate das relações capitalistas na agricultura e a apropriação contraditória do território no modo capitalista de produção. E, entender a concentração da terra e a consequente apropriação da renda da terra pelos parlamentares ruralistas, e com isso evidenciar a inserção dos mesmos no processo de "monopolização do território" e "territorialização dos monopólios pela agricultura".

2. A Bancada Ruralista: tradição e perpetuação na política

2.1. Os políticos

Uma vez situada a posição histórica e epistemológica do sujeito social em estudo convém apresentar a caracterização dos deputados federais e senadores ruralistas. Para tanto farei uma identificação destes políticos, olhando conjuntamente por área de atuação profissional, tradição oligárquica, como também por legislatura durante o período militar. Assim fica expressa a heterogeneidade da Bancada Ruralista, pois nas diferentes características deste grupo de parlamentares pode conter as nuances que justificam posturas mais radicais de algumas lideranças, ou o empenho de algum conjunto de parlamentares perante alguma pauta específica nas Casas Legislativas.

Primeiramente apresentarei os parlamentares ligados ao agronegócio e agropecuária. Dentre os trezentos e setenta e quatro (374) parlamentares analisados, cento e dezoito (118) declararam as seguintes profissões ligadas ao setor agrícola, Agropecuarista; Agricultor(a); Produtor Rural; Fazendeiro; Pecuarista; Avicultor; Cafeicultor; Cacauicultor; Citricultor; Agrônomo; Engenheiro Agrônomo; Técnico Agrícola; Técnico em Agropecuária; Extensionista Rural; Empresário (a) Rural; Médico Veterinário; Técnico em Laticínios; Agricultor Cooperativista; Engenheiro Florestal; Empresário na Área Pecuarista; Empresário Rural, Lavrador, Engenheiro Agrimensor e Administrador Rural. A Tabela 01 a seguir identifica os parlamentares que declararam profissão ligada à atividade agrícola ou agropecuária por estado.

Tabela 01: Parlamentares ruralistas, partido, e profissão declarada na atividade agrícola e agropecuária

PARLAMENTAR	PARTIDO UF	PROFISSÃO DECLARADA
MARCIO MIGUEL BITTAR	PSDB AC	Agropecuarista
SERGIO SEBASTIÃO DE BARROS	PSDB AC	Engenheiro Agrimensor, Agropecuarista e empresário
JOAQUIM BELTRÃO SIQUEIRA	PMDB AL	Agricultor e Engenheiro Eletricista
JOSÉ THOMAZ NONÔ NETTO	PMDB AL	Agricultor, Advogado e Promotor de Justiça
LUIZ DANTAS LIMA	PTB AL	Agrônomo
ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA	PP AL	Agropecuarista, Bacharel em Direito e Empresário
OLAVO CALHEIROS FILHO	PMDB AL	Engenheiro Agrônomo
JOÃO THOMÉ VERÇOSA MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO	PMDB AM	Empresário Rural
GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA	PMDB BA	Administrador de Empresas e Pecuarista
OZIEL ALVES DE OLIVEIRA	PDT BA	Agricultor e Administrador
PAULO ROBERTO LUZ BRAGA	PFL BA	Agropecuarista e Administrador de Empresas
SAULO PEDROSA DE ALMEIDA	PSDB BA	Agropecuarista e Médico
JOÃO DURVAL CARNEIRO	PDT BA	Cirurgião-Dentista e Pecuarista
JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA	PR BA	Educadora e agricultora
FRANCISTÔNIO ALVES PINTO (07/10/1943 a 16/02/2010)	PFL BA	Pecuarista
JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS	PP BA	Pecuarista, Empresário e Administrador
LUCIO QUADROS VIEIRA LIMA	PMDB BA	Pecuarista, Engenheiro Agrônomo e Cacauicultor
EDSON SAMPAIO PIMENTA	PC do B BA	Agricultor
ANIBAL FERREIRA GOMES	PMDB CE	Agropecuarista e Cirurgião Dentista
EUNICIO LOPES OLIVEIRA	PMDB CE	Agropecuarista e Empresário
ROBERTO SOARES PESSOA	PL CE	Agropecuarista, Economista e Contador
JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO	PTB DF	Fazendeiro e Comerciante
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB ES	Agricultor e Bancário
MARCELINO AYUB FRAGA	PMDB ES	Agropecuarista
CAMILO COLA	PMDB ES	Industrial, Administrador Rural e Empresário de Transporte
IRIS REZENDE MACHADO	PMDB GO	Advogado e Agropecuarista
LEANDRO VILELA VELLOSO	PMDB GO	Agricultor
JOSÉ GOMES DA ROCHA	PMDB GO	Agropecuarista e Fazendeiro
ROBERTO EGÍDIO BALLESTRA	PP GO	Agropecuarista, Industrial, Advogado, Comerciante e Técnico em Laticínios
LEONARDO MOURA VILELA	PSDB GO	Médico, Pecuarista e Professor
RONALDO RAMOS CAIADO	DEM GO	Médico, Professor e Produtor Rural
HEULER ABREU CRUVINEL	DEM GO	Não Informou (Agronomia, Universidade de Rio Verde, FESURV, Rio Verde, GO, Brasil)
HÉLIO BATISTA DOS SANTOS	PSDB MA	Agropecuarista
FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM	PFL MA	Agropecuarista e Engenheiro Agrônomo
ELISEU BARROSO DE CARVALHO MOURA	PP MA	Engenheiro Civil e Pecuarista
JOSÉ VIEIRA LINS	PR MA	Pecuarista e Empresário
ARACELY DE PAULA	PR MG	Advogado e Pecuarista
JOSE SANTANA DE VASCONCELOS	PR MG	Advogado, Empresário e Produtor Rural
CLEUBER BRANDÃO CARNEIRO	PTB MG	Advogado, Professor, Produtor Rural e Comerciante
JOSÉ SILVA SOARES (ZÉ SILVA)	PDT MG	Agricultor, Agrônomo e Extensionista Rural
ROMEL ANÍZIO JORGE	PP MG	Agropecuarista e Empresário Rural
LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA	PP MG	Agropecuarista, Empresário, Administrador e Engenheiro Mecânico
ODELMO LEÃO CARNEIRO SOBRINHO	PP MG	Bancário e Produtor Rural
HERCULANO ANGHINETTI	PP MG	Corretor de Seguros e Produtor Rural
CARLOS CARMO ANDRADES MELLES	DEM MG	Empresário e Engenheiro Agrônomo
EDMAR BATISTA MOREIRA	PR MG	Empresário e Produtor Rural
SILAS BRASILEIRO	PMDB MG	Empresário e Produtor Rural
AELTON JOSÉ DE FREITAS	PR MG	Empresário, Engenheiro Agrônomo e Produtor Rural
PAULO PIAU NOGUEIRA	PMDB MG	Engenheiro Agrônomo e Produtor Rural
ANTONIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA	PMDB MG	Engenheiro Civil e Produtor Rural
DOMINGOS SÁVIO CAMPOS RESENDE	PSDB MG	Médico Veterinário
JOÃO MAGALHÃES BIFANO	PMDB MG	Pecuarista e Cafeicultor
FLÁVIO AUGUSTO COELHO DERZI	PMDB MS	Agricultor, Administrador de Empresas e Pecuarista
REINALDO AZAMBUJA SILVA	PSDB MS	Agropecuarista
WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES	PR MT	Comerciante e Médico Veterinário
JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS	PFL MT	Empresário e Engenheiro Agrônomo

Conclusão

JONAS PINHEIRO DA SILVA (22/01/1941 a 19/02/2008)	PFL MT	Extensionista Rural e Médico Veterinário
HOMERO ALVES PEREIRA	PR MT	Produtor Rural e Técnico em Agropecuária
ROGÉRIO LUCIO SOARES DA SILVA	PP MT	Agricultor e Empresário
GIOVANNI CORREA QUEIROZ	PDT PA	Agropecuarista e Médico
ANIVALDO JUVENIL VALE	PSDB PA	Agropecuarista e Servidor Público
JOAQUIM DE LIRA MAIA	DEM PA	Engenheiro Agrônomo
WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES	PSDB PA	Engenheiro Agrônomo
OLÁVIO SILVA ROCHA	PSDB PA	Pecuarista
JOSÉ TARGINO MARANHÃO	PMDB PB	Advogado, Pecuarista e Empresário
CARLOS MARQUES DUNGA	PTB PB	Advogado, Pecuarista e Professor
ADAUTO PEREIRA DE LIMA	PFL PB	Agropecuarista e Industrial
OSWALDO DE SOUZA COELHO	PFL PE	Advogado, Industrial e Pecuarista
JOSE MENDONÇA BEZERRA (18/01/1936 a 24/04/2011)	DEM PE	Advogado, Pecuarista, Bacharel em Direito, Empresário e Avicultor
ANTONIO CARLOS VIEIRA DOS SANTOS	PFL PE	Agropecuarista e Médico Veterinário
SEVERINO SÉRGIO ESTELITA GUERRA (SÉRGIO GUERRA)	PSDB PE	Economista, Pecuarista e Professor
JÚLIO CESAR DE CARVALHO LIMA	DEM PI	Advogado, Professor e Produtor Rural
THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA	PMDB PI	Agricultor, Advogado e Pecuarista
WERNER WANDERER (Inativo)	PFL PR	Agricultor e Empresário
NELSON MEURER	PP PR	Agropecuarista
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	DEM PR	Agropecuarista e Empresário
ODILLIO BALBINOTTI	PMDB PR	Agropecuarista e Empresário
CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI	PPS PR	Agropecuarista e Engenheiro Civil
LUIZ CARLOS SETIM	DEM PR	Agropecuarista, Advogado e Administrador de Empresas
DILCEU JOÃO SPERAFICO	PP PR	Agropecuarista, Industrial Bacharel em Direito e Filósofo
DILSO SPERAFICO	PSDB PR	Engenheiro Agrônomo e Produtor Rural
LUCIANO PIZZATTO	DEM PR	Empresário e Engenheiro Florestal
MOACIR MICHELETTO	PMDB PR	Engenheiro Agrônomo, Administrador Rural e Extensionista Agrícola
JOSÉ RODRIGUES BORBA	PMDB PR	Pecuarista e Comerciante
LEONARDO CARNEIRO PICCIANI	PMDB PR	Empresário na Área Pecuarista
NELIO SILVEIRA DIAS (22/01/1945 a 20/07/2007)	PP RN	Agropecuarista
CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROSADO	DEM RN	Economista, Professor Universitário e Engenheiro Agrônomo
RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	PPS RO	Agropecuarista e Advogado
REDITÁRIO CASSOL	PP RO	Agropecuarista e Industrial
CONFÚCIO AIRES MOURA	PMDB RO	Médico, Pecuarista e Professor
ERNANDES SANTOS AMORIM	PTB RO	Pecuarista
PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO	DEM RR	Engenheiro Agrônomo
FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	DEM RR	Engenheiro Agrônomo
ADOLFO ANTONIO FETTER JUNIOR	PPB RS	Administrador de Empresas e Engenheiro Agrônomo
ONYX DORNELLES LORENZONI	DEM RS	Empresário e Médico Veterinário
JOSÉ AFONSO EBERT HAMM	PP RS	Engenheiro Agrônomo
LUIZ CARLOS HEINZE	PP RS	Engenheiro Agrônomo e Produtor Rural
HUGO MATHIAS BIEHL	PPB SC	Administrador de Empresas e Técnico Agrícola
EDSON BEZ DE OLIVEIRA	PMDB SC	Agricultor, Professor, Bancário e Contador
ODACIR ZONTA	PP SC	Contabilista, Professor, Escriturário, Secretário e Agricultor Cooperativista
VALDIR COLATTO	PMDB SC	Engenheiro Agrônomo
JOSÉ CLEONÂNCIO DA FONSECA	PP SE	Agropecuarista e Citricultor
JOSÉ TELES DE MENDONÇA	PSDB SE	Agropecuarista e Empresário
NELSON MARQUEZZELLI	PTB SP	Agricultor e Empresário
ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	PSDB SP	Agricultor, Pecuarista e Engenheiro Agrônomo
FRANCISCO GRAZIANO NETO	PSDB SP	Agricultor, Professor Universitário e Engenheiro Agrônomo
JUNJI ABE	DEM SP	Empresário Rural e Consultor
JOÃO HERRMANN NETO (07/03/1946 a 12/04/2009)	PDT SP	Engenheiro Agrônomo
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	PMDB SP	Engenheiro Civil, Jornalista, Pecuarista, Empresário e Educador
ETIVALDO VADÃO GOMES	PP SP	Pecuarista e Empresário
JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JUNIOR	PSDB TO	Agropecuarista e Economista
IGOR PUGLIESI AVELINO	PMDB TO	Agropecuarista e Empresário
KATIA REGINA DE ABREU	PFL TO	Empresária Rural e Psicóloga
IRAJÁ SILVESTRE FILHO (IRAJÁ ABREU)	DEM TO	Empresário e Produtor Rural
CESAR HANNA HALUM	PPS TO	Médico Veterinário
LAZARO BOTELHO MARTINS	PP TO	Pecuarista e Empresário
VICENTE ALVES DE OLIVEIRA	PR TO	Agropecuarista, Empresário e Piloto Comercial Multimotores e IFR
JOAQUIM DE LIRA MAIA	DEM PA	Engenheiro Agrônomo

Destes cento e dezoito (118) parlamentares cinquenta e nove (59) declararam a profissão de pecuarista, ou agropecuarista. Em geral associada a outra ramo de atividade tal como Empresário, Administrador, Contador, Economista, Médico, Bacharel em Direito, Engenheiro, Industrial, dentre outros. Associada à pecuária e agropecuária também declararam atividade profissional de outros ramos agrícolas, tais como citricultor, avicultor, cafeicultor, cacauicultor, profissão de pecuarista aparece declarada junto com outra profissão, com exceção do deputado Francistônio Alves Pinto PFL/BA (já falecido) que declarou "Pecuarista" como profissão isolada. E a profissão de "Agropecuarista" foi declarada como atividade exclusiva, pelos políticos Marcio Miguel Bittar, PSDB/AC; Hélio Batista dos Santos PSDB/MA; Reginaldo Azambuja Filho PSDB/MS; Nelson Meurer PP/PR; Nélio Silveira Dias PP/RN (também falecido) e Marcelino Ayub Fraga PMDB/ES. Os parlamentares ruralistas da Região Nordeste somam o maior número de pecuaristas e agropecuaristas são vinte e cinco (25), enquanto as regiões Norte, Sudeste, Centro Oeste Sul somam respectivamente treze (13), sete (7), cinco (5), sete (7) sendo que nesta região todos os pecuaristas estão no estado Paraná.

Porém, no cruzamento dos dados de profissão declarada com os bens declarados à Justiça Eleitoral, o que se verifica é que nem todo agropecuarista, ou pecuarista declarou o rebanho, mais uma vez exemplificando com o parlamentar Deputado Federal Francistônio Alves Pinto cuja única profissão declarada foi Pecuarista, declarou seis (6) imóveis rurais e nenhum rebanho. O oposto também ocorre, o parlamentar que não declarou profissão de agropecuarista, mas declarou rebanho, como ocorre no caso do Deputado Carlos Alberto Leréia PSDB/GO, embora tenha declarado como profissão "Radialista" no conjunto dos bens declarados (*Gado Bovino Nelore Macho R$ 36.960,00; 370 Bovinos Na Fazenda Esplanada, Minaçu - Go R$ 220.000,00; 175 Bovinos Na Fazenda Santa Rita, Minaçu - Go R$ 105.000,00*). O mesmo ocorre com o parlamentar Paulo Celso Fonseca Marinho PL/MA que na Biografia da Câmara Federal declarou como profissão "Advogado e Servidor Público" e a condição de Pecuarista aparecerá nas Atividades Profissionais e Cargos Públicos (informação desta mesma biografia), como também a empresa **"**Estrela Agropecuária e Indústria Ltda., Caxias" que aparece na Biografia, mas não foi registrada nos bens

declarados à Justiça Eleitoral (2010). Este parlamentar também declarou “cabeças de gado Vacum” e “reprodutores P.O Nelore”. Ainda no estado do Maranhão, o Deputado Pedro Fernandes Ribeiro “Engenheiro Civil e Bancário”, declarou nos bens cinco (5) propriedades rurais e quatrocentas (400) cabeças de gado bovino. No estado do Tocantins, o Senador Leomar de Melo Quintanilha PPR/TO, cuja profissão declarada foi “Bancário”, na declaração de bens assumiu três Fazendas e “rebanho de bovinos e bubalinos 1.453 cabeças”. E o Deputado Osvaldo de Souza Reis PMDB/TO, cuja profissão declarada foi “Empresário”, nos bens declarou “*1.241 cabeças de bezerro*”, “*1.340 cabeças de vaca de cria*”, “*65 cabeças de cavalos*” e “*1.250 cabeças de bois para abate*”. Em Minas Gerais, Marcio Reinaldo Dias Moreira declarou “Duzentas Cabeças De Gado”, no valor de R$ 300.000,00, além de “Sete Asininos Equinos E Muares”, embora tenha declarado como profissão *“Economista e Analista de Orçamentos”* em sua biografia. Neste estado, outro exemplo, é o de Domingos Sávio PSDB/MG que declarou a profissão de Médico Veterinário e nos bens “Cento E Dez Cabeças De Gado” no valor de R$ 100.000,00 além de outros bens que revelam sua também sua condição de cafeicultor (“*Tuia Para Estocagem De Café*” e “*Sistema De Irrigação Para Café*”).

Estes exemplos evidenciam que isoladamente a profissão declarada nas biografias não mostram dados suficientes para identificar os pecuaristas e agropecuaristas. Ou seja, somente o uso da Biografia da Câmara ou do Senado não permite revelar a real condição do parlamentar na agricultura e no agronegócio. Esta deve ser conjugada com a análise de outras fontes de dados, como no caso da fonte utilizada (Declaração de Bens à Receita Federal entregues à Justiça Eleitoral). Esta questão também foi trabalhada pelo INESC, 2007, embora em uma perspectiva de “grupo de interesse”, que difere da análise da ação da classe dos proprietários de terra mote deste estudo;

> A bancada ruralista, ao agregar interesses que perpassam diversas profissões, não deve ser considerada uma “bancada de profissão”, mas sim uma “bancada de interesse particular”. Como a representação sociopolítica dos indivíduos não é exclusiva, mas partilhada, os ruralistas também se apresentam sob uma variedade de profissões, tendo os parlamentares, em geral, pelo menos duas profissões, como por exemplo, agropecuarista/ empresário; agropecuarista/médico; agropecuarista/advogado; agropecuarista/comerciante,

> entre outras. Como não é usual dissociar representações, computamos esses parlamentares como membros da bancada ruralista. Este é um dos critérios que nos permite associar o parlamentar como membro potencial da bancada. Assim, os ruralistas são os que expressaram seus vínculos de forma direta ou indireta com a agricultura. Há uma gama de parlamentares que não expressam profissionalmente sua relação com essa bancada, mas, por vínculos familiares, acabam se situando em sua órbita e representam o grupo mobilizável, que, nos momentos de votação/pressão, faz com que o número de participantes pareça maior do que o real. (INESC, 2007:5)

Os parlamentares que se situam na órbita ruralista, não se situam somente pelos vínculos familiares, como verificamos, o parlamentar pode não evidenciar na profissão declarada uma ligação com a produção capitalista na agricultura. Mas, sua condição fica explícita na declaração dos bens, em que declarada terras rebanhos, ações em empresas do agronegócio.

Os demais 56 parlamentares que declararam profissão ligada à agropecuária treze (13) se denominaram Agricultores, e (1) um Agricultor Cooperativista, doze (12) se denominaram Produtores Rurais, dois (2) Empresários Rurais, dezenove (19) Engenheiros Agrônomo, apareceram outras profissões como Técnico Agrícola, Extensionista Rural, Engenheiro Florestal, Médico Veterinário comporão o grupo dos parlamentares que declararam profissão ligada à agricultura e ao agronegócio.

Novamente, ao utilizar o recurso do cruzamento dos dados, verificamos que dezessete (17) parlamentares que declaram uma profissão vinculada à pecuária e agropecuária na última declaração de bens apresentada, não consta nenhuma propriedade rural declarada (como pode ser visto no Anexo C: Nome, partido, gestão, profissão, área das terras, valor das terras, valor do patrimônio, ou seja, esta planilha mostra a profissão do parlamentar, a quantidade de hectares de terras declaradas e a soma dos respectivos valores em reais destas terras e o percentual que este valor representa no total de bens). Esta evidência conduz às hipóteses de arrendamento de terras, ou das terras serem registradas em nome de familiares ou de empresas, como também não devemos descartar a hipótese das terras utilizadas para a prática da pecuária não serem terras legítimas, daí, portanto não terem sido declaradas. Vale ressaltar, que atuando na produção no campo, o conjunto dos pecuaristas, compõem um grupo de grande expressão dentro da Bancada Ruralista nacional, incluindo nome de lideranças políticas, como Ronaldo Caiado DEM/GO; Abelardo Lupion Luiz de Mello

DEM/PR; Romel Anízio Jorge PP/MG; Aracely de Paula PR/MG; Reinaldo Azambuja Silva PSDB/MS; Homero Alves Pereira PR/MT; Giovanni Queiroz PDT/PA; Oswaldo de Souza Coelho PFL/PE; os irmãos Geddel e Lúcio Quadros PMDB/BA que têm orientado discursos e práticas ruralistas no âmbito regional ou nacional, como por exemplo, no caso de indicações de nomes, geralmente parentes para eleições estaduais e municipais.

As demais ocupações dos parlamentares na atividade agrícola, se agrupadas por ramos de atividade comportam um número menor de parlamentares, as ocupações declaradas ou bens declarados permitiram identificar arrozeiros, citricultores, cafeicultores, avicultores, sojeiros, algodoeiros, silvicultores.

O maior número de profissões declaradas são Advogados, Engenheiros, Médicos, Empresários, Agropecuaristas, estas podem aparecer combinadas ou não com atividades e profissões ligadas a atividade agrícola. Todas estas características trabalhadas podem expressar a heterogeneidade bancada, bem como as características aglutinadoras, como, por exemplo, a escolha de profissões que tradicionalmente os filhos da elite tiveram a oportunidade de se formar.

Do total de trezentos e setenta e quatro (374) parlamentares estudados, vinte e sete (27), que pertencem à lista do DIAP, não apresentaram nenhum dado que os vinculam diretamente à questão agrária, seja propriedade da terra, capital em empresas agrícolas, equipamentos agrícolas, rebanhos, profissão declarada. Os nomes, partidos, estados, último cargo no Congresso Nacional, profissão declarada e valor total do patrimônio declarado são apresentados na Tabela 02: Parlamentares que não possuem vínculo direto com a questão agrária, a seguir. Para estes parlamentares seria necessário deslindar as motivações para manifestarem este apoio ideológico à Bancada Ruralista. Outros dois parlamentares que poderiam compor esta lista, por não terem declarado os bens em questão, mas não foram nela inseridos porque declararam a profissão de Pecuarista e Produtor Rural, foram Edmar Moreira PR/MG (Empresário e Produtor Rural) e Leonardo Vilela PSDB/GO (Empresário, Pecuarista e Professor).

Edmar Moreira nasceu em São João Nepomuceno, MG, se formou perito contador, no município de Juiz de Fora, MG, onde também cursou a faculdade de Direito, UFJF 1964-1968. Exerceu diversas atividades empresariais no estado de São

Paulo, é também capitão do quadro de oficiais da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais. Exerceu como atividades sindicais, representativas de classe e associativas, presidência do Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Estado de São Paulo; presidência da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança da Regional de São Paulo, ABREVIS ramo onde também atua como empresário. Edmar Moreira ficou conhecido como o Deputado do "Castelinho" [24].

Tabela 02 - Parlamentares que não possuem vínculo direto com a questão agrária

NOME	PARTIDO	UF	ÚLTIMO CARGO NO CONGRESSO	PROFISSÃO DECLARADA	VALOR PATRIMÔNIO TOTAL
LUIZ JOSE BITTENCOURT	PMDB	GO	DEPUTADO FEDERAL	Engenheiro Civil e Professor Universitário	R$ 490.836,31
GASTÃO DIAS VIEIRA	PMDB	MA	DEPUTADO FEDERAL	Advogado	R$ 421.180,19
CUSTODIO ANTONIO DE MATTOS	PSDB	MG	DEPUTADO FEDERAL	Servidor Público	R$ 933.468,40
ELISEU RESENDE (07/02/1929 a 01/02/07)	DEM	MG	SENADOR	Engengeiro Civil	R$ 2.918.546,50
VITTORIO MEDIOLI	PV	MG	DEPUTADO FEDERAL	Empresário	R$ 36.756.876,28
WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITO	PMBD	MS	DEPUTADO FEDERAL	Médico e Professor	R$ 340.997,41
ASDRUBAL MENDES BENTES (TRABALHOU NO INCRA E GETAT)	PMDB	PA	DEPUTADO FEDERAL	Advogado e Servidor Público	R$ 443.617,40
RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA	PSDB	PB	DEPUTADO FEDERAL	Advogado, Promotor de Justiça, Professor	R$ 0,00
JOÃO VICENTE DE MACÊDO CLAUDINO	PSDB	PI	SENADOR	Economista	R$ 656.399,77
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	DEPUTADO FEDERAL	Bacharel em Ciências Contábeis	R$ 348.983,00
HOMERO BARBOSA NETO	PDT	PR	DEPUTADO FEDERAL	Jornalista e Radialista	R$ 544.489,73
JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER	PSDB	PR	DEPUTADO FEDERAL	Não Informou	R$ 95.728.260,00
ALCESTE MADEIRA DE ALMEIDA	PMDB	RR	DEPUTADO FEDERAL	Médico	R$ 859.893,44
DARCI POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	DEPUTADO FEDERAL	Advogado e Bancário	R$ 1.430.812,21
DARCISIO PAULO PERONDI	PMDB	RS	DEPUTADO FEDERAL	Médico	R$ 215.962,52
JULIO CESAR REDECKER (12/07/1956 a 17/07/2007)	PSDB	RS	DEPUTADO FEDERAL	Advogado, Professor Universitário e Empresário	R$ 675.630,00
LEONEL ARCANGELO PAVAN	PDT	SC	SENADOR	Comerciante	R$ 2.468.266,48
LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO	PL	SP	DEPUTADO FEDERAL	Metalúrgico e Torneiro Mecânico	R$ 131.169,11
LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO	PTB	SP	DEPUTADO FEDERAL	Advogado	R$ 1.032.132,60
RODRIGO GARCIA	DEM	SP	DEPUTADO FEDERAL	Não Informou	R$ 4.391.456,34
RUBENEUTON OLIVEIRA LIMA (NEUTON LIMA)	PTB	SP	DEPUTADO FEDERAL	Advogado	R$ 1.527.587,66
VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO	DEM	SP	DEPUTADO FEDERAL	Advogado, Professor e Técnico em Contabilidade	R$ 609.885,73
CARLOS EDUARDO TORRES GOMES (EDUARDO GOMES)	PSDB	TO	DEPUTADO FEDERAL	Empresário e Funcionário Público	R$ 481.100,00

Enquanto o histórico de Leonardo Moura Vilela acumula uma considerável experiência na representação ruralista, são cargos em entidades de representação do patronato rural, honras recebidas e atuação política, que aliado à declaração da profissão de pecuarista, torna contraditório, o mesmo não possuir nenhuma propriedade ou empresa no campo. As honrarias recebidas incluem; *"Troféu de agradecimento pela honrosa visita à Fazenda Califórnia, GO de propriedade dos Srs. Sebastião Flor e*

[24] A rede Globo noticiou no dia 15/02/09 através do Portal G1.com o escândalo da luxuosa propriedade de Edmar Moreira *"O castelo da família do deputado federal Edmar Moreira tem mármore por toda a parte - inclusive nos banheiros e na sauna. São 36 suítes, e uma delas ocupa três andares de uma torre. Há piscinas, lago e jardins. Ele foi eleito no início deste mês para ser corregedor da Câmara dos Deputados. O corregedor é responsável por fiscalizar os colegas. Mas, Moreira assumiu avisando que não ia fiscalizar ninguém. (...) Depois disso, o Brasil ficou sabendo da polêmica propriedade. Pressionado, Edmar renunciou à corregedoria. Ele foi acusado de não declarar o castelo em seu Imposto de Renda. O caso chegou à Justiça Eleitoral".* (Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1003171-5601,00-CONHECA+O+CASTELO+DA+FAMILIA+DO+DEPUTADO+EDMAR+MOREIRA.html)

Romão Flor; Homenagem Troféu Trigo do Cerrado, do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro Oeste, SINDTRIGO, 2003; Homenagem da Embrapa Gado de Leite de JF, 11/2004; Troféu Nelore de Ouro, Associação dos Criadores de Nelore em reconhecimento ao engrandecimento promovido à agropecuária, 12/2004; Agradecimento da COAPRO, Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona, 7/2004" as Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas: *Presidente, Sindicato Rural de Mineiros, 1991-1994; Segundo-Vice-Presidente, FAEG, Goiânia, GO, 1995-1998; Primeiro-Vice-Presidente, FAEG, Goiânia, GO, 1998-2001; Diretor de Marketing, Associação Brasileira dos Produtores de Leite, São Paulo, SP, 1998-2002."* Além da participação em eventos de agronegócio; feiras, exposições, encontros, simpósios e congressos.

Ainda no que tange ao protagonismo dos pecuaristas na Bancada Ruralista, verifica-se através da análise Gráfico 01- Parlamentares Ruralistas: área de atuação profissional e política ou fonte de renda patrimonial, produzido a partir do cruzamento dos dados biográficos e da declaração de bens, que os pecuaristas representam 30% dos políticos estudados, esta maior representação refletirá numa considerável apropriação de terras pelos pecuaristas. O segundo maior número é de parlamentares cuja principal atividade exercida ao longo de sua vida profissional foi a carreira política, não expressando nas fontes consultadas outra fonte de renda considerável, ou outra carreira profissional.

Os dados reunidos neste gráfico (e detalhados no ANEXO M – Parlamentar, UF, Profissão declarada e atuação profissional e política ou fonte de renda patrimonial) mostram que os parlamentares empresários são a terceira maior representação (7%). Vale ressaltar que dentre estes "ruralistas empresários", seis deles formam grandes grupos empresariais, que são:

I) O Grupo Sperafico agrega a Clean Farm do Brasil Ltda, controla a Sperafico da Amazônia S.A., e a Sperafico Agroindustrial atua na agroindústria de grãos (Grãos). Pertence a família Sperafico dos políticos Dilso Sperafico DEM/MS e Dilceu João Sperafico PP/PR.

II) O Grupo Mabel no ramo alimentício (produção de biscoitos, bolachas e doces) uma empresa da família Scodro de Sandro Antônio Scodro PR/GO.

III) O Grupo Andre Maggi atua na agroindústria de grãos (soja e milho), pertence a família Maggi, do senador Blairo Maggi PR/MT.

IV) O Grupo Itapemirim (transporte rodoviário) que pertence a Camilo Cola PMDB/ES este parlamentar também atua na agropecuária.

V) O Grupo Newton Cardoso – um conglomerado de empresas que atuam na mineração e siderurgia, agropecuária, silvicultura, construção civil e bebidas, pertence ao deputado federal Newton Cardoso PMDB/MG.

VI) O Grupo Carlos Lyra – com atividades agropecuária, agroindústria e sucroalcoleira (usinas) o grupo é presidido por Carlos Lyra que é irmão de João José Pereira de Lyra PTB/AL.

Os políticos ligados a construtoras e que declaram empreendimentos imobiliários ocupam a quarta posição com vinte cinco parlamentares envolvidos nesta dinâmica, embora este número não inclua um grande número de parlamentares que declararam uma quantidade considerável de imóveis urbanos, que parecem ser destinados para fins de especulação imobiliária. Em seguida, devido ao elevado número de médicos fica evidente o apoio desta bancada aos ruralistas, são vinte seis os parlamentares que além de médicos ocuparam cargos públicos e administrativos na área da saúde. No Gráfico 01 esta ocupação foi denominada por medicina, por se tratar de uma grande contradição denominar por saúde, o colapso enfrentado pela população ao utilizar o Sistema Único de Saúde, além do nível demeritório do comprometimento destes políticos com esta questão social.

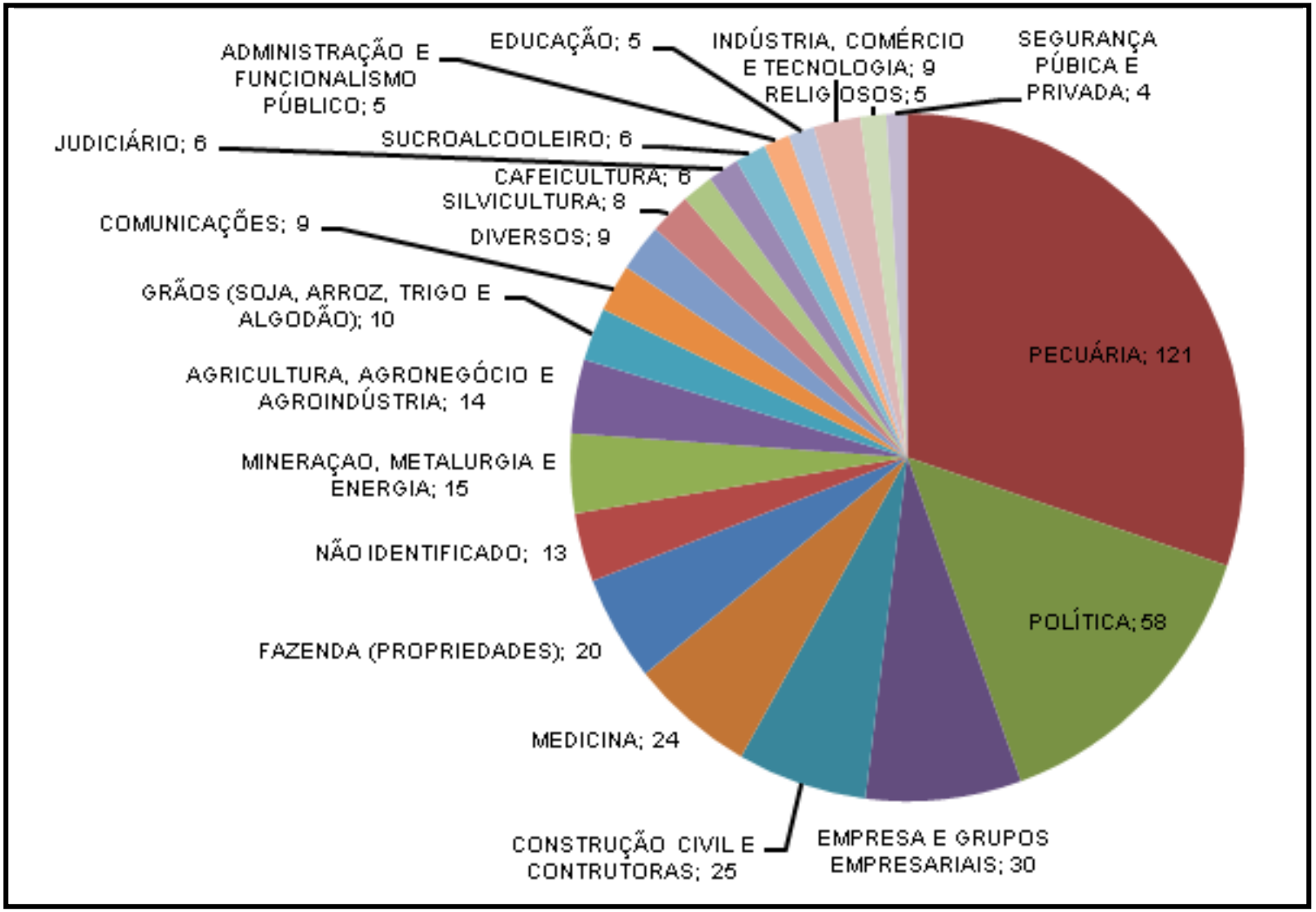
Somam um número de vinte parlamentares (fazendeiros, latifundiários), são aqueles políticos ruralistas cuja atuação profissional não ficou explícita tanto na biografia quanto nos bens, foi necessário verificar se declararam propriedades rurais. Considerando que a renda patrimonial destes “fazendeiros”possa ter origem na produção agrícola nestas fazendas mas tal produção não foi explicitada nas declarações de bens, estas terras podem ser também uma fonte de renda fundiária. Não foi possível identificar a área de atuação de treze parlamentares (estes nem terras declaram nos bens), lembrando que para a construção deste agrupamento, pelos

argumentos já mencionados no início deste capítulo, a profissão declarada não é considerada argumento suficiente para entender a atuação do parlamentar, ou seja, estes trezes parlamentares mesmo tendo declarado uma determinada profissão na biografia, quando cruzados os dados da atuação no Congresso e os bens declarados não foi suficiente para entender a área de atuação, estes parlamentares ainda não construíram uma carreira política duradoura.

Os parlamentares que atuam na mineração, metalurgia, siderurgia e na área exploração de energia formam um número de quinze políticos. No comércio, indústria e tecnologia são nove, em igual número na área de comunicação. Em menor quantidade a bancada ruralista também conta com o apoio de religiosos (padre e pastores evangélicos), educação (empresários do ensino superior e políticos com trajetória acadêmica), judiciário, segurança pública e privada, além de profissionais versados na administração pública e privada.

Por fim, somam trinta e oito, os políticos ruralistas que praticam a silvicultura, produção de grãos (soja, arroz, trigo e algodão), são também usineiros e cafeicultores. Somam neste número aqueles políticos que praticam o agronegócio, agricultura e agroindústria, mas o tipo de produção não foi possível evidenciar. Embora estes trinta e oito nomes representem uma quantidade não muito expressiva de políticos, reúne lideranças representativas dentro da Bancada Ruralista, em seus partidos e na política regional e nacional, os nomes podem ser consultados no Anexo M e a importância deles como líderes na questão agrária atual ficará explícita no decorrer deste trabalho.

GRÁFICO 01 – Parlamentares Ruralistas: área de atuação profissional e política ou fonte de renda patrimonial



Organizado por (Costa, S. H. G.:2012)

Assim, feitas estas considerações acerca da atuação profissional e patrimônios declarados pelos parlamentares, e de atuação na produção agrícola é relevante trazer para discussão outro elemento caracterizador da Bancada Ruralista – o vínculo ou a atuação no Congresso Nacional durante as ditaduras militares (1964 - 1985). Neste contexto, temos evidência do pacto político costurado entre os latifundiários e os militares que governaram o país.

Temos evidências de famílias que tem se consolidado na política ao longo do último século, e que paulatinamente tem construído uma tradição, e também aquelas que formam as oligarquias regionais ou estaduais[25], como por exemplo; família Caiado no estado de Goiás, família Cassol em Rondônia, família dos usineiros do Alagoas (Calheiros, Brandão Vilella e Pereira de Lyra), Bezerra Coelho no Pernambuco, Ferreira Gomes e os Bezerra de Menezes no Ceará, a oligarquia da família Rosado Mossoró/RN, a família Lupion no Paraná. Todas tidas como referências na política e na atividade agrícola em seus respectivos estados. A maioria destes políticos citados é dissidente da Aliança Renovadora Nacional/ARENA, partido conservador que constituiu a base de sustentação do governo militar.

São cinquenta e quatro (54) os parlamentares que declararam terem sido filiados diretamente ao partido da Aliança Renovadora Nacional/ARENA conforme a Tabela 03 – Ruralista da ARENA: Nome, filiações partidárias e unidade da federação. Vinte dentre estes foram identificados com parentesco na política eletiva. Reforçando a tradição destes ruralistas *"linha dura*" através da concentração do poder através da dispersão dos cargos públicos entre os familiares (conforme será apresentado no próximo item 2.2 – Laços de Família, Política e Propriedade).

É possível afirmar que os deputados federais e senadores de tradição consolidada na política possuem um enorme patrimônio fundiário, capital e poder.

---

25 Para mais informações sobre a trajetória destas oligarquias ruralistas consultar; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de, "*Poder e Paixão: a saga dos Caiado*" 2 Volumes, Goiânia, GO, Cânone Editorial, 2009 FELIPE, José Lacerda Alves. "*A (re) invenção do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró"* – João Pessoa, PB: Grafset, 2001. p. 126-139. FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. Tempo, memória e cidade. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza (Org.). Os Rosado em Tese. Coleção Mossoroense, Mossoró, set. 2001. LEMENHE, Maria Auxiliadora. "*Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis"* Annablume/edições UFC, 1995, 1ª edição São Paulo, SP,1996. P.55 EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

No âmbito da representação, as nomeações para o cargo de Prefeito durante a ditadura militar legou a este grupo grande influência na política local. Especialmente sobre áreas de terras a serem colonizadas em municípios do Norte e Centro-Oeste. Como por exemplo, ocorreu com o território de Rondônia, que a partir do município de Colorado do Oeste para o qual foi nomeado administrador o sulista Reditário Cassol este ganhou condições de estender para o controle de sua família a administração de outros municípios no estado, até chegar ao governo estadual e galgar as instâncias superiores como as casas legislativas, em que o mesmo já foi senador e agora é suplente de seu filho Ivo Cassol, também Senador da República, além de ser considerado *"o maior gerador privado de hidroeletricidade da Região Norte".*

Ademais, temos exemplos de municípios criados durante o período militar pelas famílias dos oligarcas, ou que tiveram os nomes das localidades alteradas demarcando o poder e o controle político nas regiões: o município "Governador Dix-Sept Rosado" localizado na microrregião da Chapada do Apodi no estado do Rio Grande do Norte, (emancipada de Mossoró Pela Lei no 2.878, de 4 de abril de 1963), reduto da família Rosado. Também a criação de Santa Luzia do Oeste/RO, no loteamento que era do INCRA, cujo primeiro administrador foi César Cassol (irmão de Reditário Cassol). Campo Mourão,PR emancipada durante o Governo estadual de Moyses Lupion, dentre outros casos. Outro exemplo da ação ruralista na redivisão municipal, este no Governo de Juscelino Kubitschek diz respeito ao antigo povoado de "Tacima" que era distrito de Araruna/PB, que através da Lei 2138 de 30 de abril de 1959, de autoria do então deputado estadual, o ruralista José Targino Maranhão.

Tabela 03 – Ruralista da ARENA: Nome, Filiações Partidárias e Unidade da Federação

NOME	PARTIDO	UF
JOÃO TOTA SOARES DE FIGUEIREDO	ARENA, 1970-1979; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003; PL, 2003-2005; PP, 2005	AC
BENEDITO DE LIRA	ARENA, 1965-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-2002; PTB, 2002-2003; PPB, 2003; PP, 2003	AL
ATILA SIDNEY LINS ALBUQUERQUE	ARENA, 1979; PDS, 1980-1986; PFL, 1986-2003; PPS, 2003-2005; PMDB, 2005	AM
JOSE ALVES ROCHA	ARENA, 1970-1980; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-2007; PR, 2007	BA
JOSE LOURENÇO MORAIS DA SILVA	ARENA, 1971-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-1989; PDS, 1989-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-1997; PFL, 1997-2000; I	BA
LEUR ANTONIO DE BRITO LOMANTO	ARENA, 1975-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-2000; PMDB, 2000	BA
JOÃO DURVAL CARNEIRO	PSD (1954-1965); ARENA (1966-1980); PDS (1980-1991); Partido da Mobilização Nacional (1991-1998) PDT (1998-presente)	BA
FELIX DE ALMEIDA MENDONÇA	ARENA, 1967-1971; PTB, 1982-2003; PFL, 2003-2007; DEM, 2007, PTN; UDN; PDS;	BA
CAMILO COLA	ARENA, 1964-; PDS, 1980-; PMDB, 1986	ES
JOÃO MIGUEL FEU ROSA	ARENA, 1974-1980; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-1988; PPS, 1993; PSDB, 1993-2003; PP, 2003	ES
MARCUS ANTONIO VICENTE	ARENA; PFL; PSDB, 2001; PPB, 2001-2003; PTB, 2003	ES
ROBERTO EGÍDIO BALLESTRA	ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PDC, 1986-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003	GO
PEDRO NOVAIS LIMA (LICENCIADO)	ARENA, 1977-1979; PMDB, 1980-1989; PDC, 1989-1993; PPR, 1993-1994; PMDB, 1994	MA
EDISON LOBÃO	ARENA; PDS, 1980-1981; PFL (1987); PDS	MA
ROMEL ANÍZIO JORGE	ARENA, 1971-1979; PDS, 1980-1990; PRN, 1990-1994; PP, 1994-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003	MG
CLEUBER BRANDÃO CARNEIRO	ARENA; PDS; PFL, 1985-2005; PTB, 2005	MG
ARACELY DE PAULA	PFL, -2003; ARENA; PDS; PL, 2003-2007; PR, 2007	MG
JOSE SANTANA DE VASCONCELOS	PSD, 1962-1965; ARENA, 1970-1980; PDS, 1981-1985; PFL, 1986-2003; PL, 2003-2007; PR, 2007	MG
BONIFACIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA	UDN, 1954-1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1993; PTB, 1994-1996; PSDB, 1997	MG
JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS	ARENA, 1972-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986	MT
GIOVANNI CORREA QUEIROZ	ARENA, 1975-1983; PDT, 1986	PA
ASDRUBAL MENDES BENTES	ARENA, 1976-1979; PMDB, 1980	PA
CARLOS MARQUES DUNGA	ARENA, 1970-1982; PDS, 1982-1986; PFL, 1986-1990; PRN, 1990-1992; PMDB, 1992-2001; PTB, 2001	PB
ENIVALDO RIBEIRO	ARENA, 1974-1987; PDS, 1987-1991; PDT, 1991-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003	PB
ARMANDO ABILIO VIEIRA	ARENA, 1982-1988; PMDB, 1989-1990; PFL, 1991-1992; PMDB, 1993-2001; PSDB, 2001-2006; PTB, 2006	PB
ADAUTO PEREIRA DE LIMA	ARENA; UDN; PDS, 1979-1990; PFL, 1990	PB
JOSE MENDONÇA BEZERRA (18/01/1936 a 24/04/2011)	ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-2007; DEM, 2007	PE
RICARDO FERREIRA FIUZA	ARENA, 1970-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-2001; PPB, 2001-2003; PP, 2003	PE
INOCÊNCIO GOMES DE OLIVEIRA	ARENA, 1975-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-2005; PMDB, 2005; PL, 2005-2007; PR, 2007	PE
OSWALDO DE SOUZA COELHO	PSD, 1954-1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985	PE
SEVERINO JOSÉ CAVALCANTI FERREIRA	UDN, 1962-1966; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1987; PDC, 1987-1990; PL, 1990-1992; PPR, 1992-1993; PFL, 1994-1995;	PE
HERACLITO DE SOUZA FORTES	ARENA, 1970-; PP, 1979-1982; PMDB, 1982-; PFL, 1994	PI
JÚLIO CESAR DE CARVALHO LIMA	ARENA; PDS; PFL, 1985-2007; DEM, 2007	PI
ATILA FREITAS LIRA	MDB, 1973-1974; ARENA, 1976-1979; PDS, 1980-1984; PFL, 1986-1999; PSDB, 1999-2007; PSB, 2007	PI
MOACIR MICHELETTO (25/11/1942 a 30/01/2012)	ARENA, 1973-1980; PP, 1981-1982; PMDB, 1982	PR
ODILLIO BALBINOTTI	ARENA, 1973-1988; PFL, 1988-1992; PDC, 1992-1993; PDT, 1993-1995; PTB, 1996-1997; PSDB, 1997-2003; PMDB, 2003	PR
JOSÉ RODRIGUES BORBA	ARENA; PMDB; PTB, 1993-1999; PMDB, 1999	PR
AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	PSDB, 2001	PR
NELSON MEURER	PSD; ARENA; PDS, 1981-1993; PP, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003	PR
WERNER WANDERER (Inativo)	PTB, 1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985	PR
REDITÁRIO CASSOL	ARENA, 1966-1979; PMDB, 1986-1988; PTB, 1990-1991; PTR, 1991-1993; PFL, 1992-; PSD, 1993-1994; PP, 1994	RO
RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	ARENA, 1976-; PDT, 1995-; PFL, 1999-; PPS, 2005	RO
FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI	PFL, -1990; ARENA, 1970-1979; PDS, 1980-1984; PL, 1990	RR
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES	ARENA – 1970 (atual PP); PDS - 1986 -1990 (atual PP); PPR – 1991-1995 (atual PP); PPB - 1995 (atual PP); PP - 2003 até 20	RS
TELMO JOSÉ KIRST	ARENA, 1972-1979; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995	RS
ADOLFO ANTONIO FETTER JUNIOR	ARENA, 1972-1982; PDS, 1982-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995	RS
JULIO CESAR REDECKER (12/07/1956 a 17/07/2007)	ARENA, 1974-1980; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PSDB, 2003	RS
ODACIR ZONTA	ARENA, 1967-1981; PDS, 1981-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003	SC
HUGO MATHIAS BIEHL	ARENA, 1977-1979; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995	SC
JOSÉ TELES DE MENDONÇA	ARENA, 1973-1979; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-1999; PSDB, 1999	SE
JOSÉ CLEONÂNCIO DA FONSECA	UDN, 1962-1966; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1984; PFL, 1985-1990; PRN, 1990-1994; PPR, 1994-1995; PSDB, 1995;	SE
JUNJI ABE	ARENA, 1967-1982; PDS, 1982-1991; PFL, 1991; PL, 1991-1995; PFL, 1995-1999; PSDB, 1999-2009; DEM, 2009	SP
EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO	ARENA, 1971-1980; PMDB, 1980-1999; PPS, 1999-2009; PMDB, 2009	SP
VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO	ARENA, 1976-1982; PDS, 1982-1985; PFL, 1985-1994; PL, 1994-1995; PFL, 1995	SP
RICARDO NAGIB IZAR (28/06/1938 - 02/05/2008+)	PL, 1963-1966; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-1989; PL, 1989-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-1999;	SP
NELSON MARQUEZZELLI	PSD, 1961-1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PTB, 1985	SP

Tendo em vista as questões expostas acima, fica evidente que durante o período militar os políticos ruralistas também tiveram as condições de se converterem em latifundiários. Como foi decorrente na geopolítica[26] empreendida durante os governos militares, conforme escreve Oliveira (2001);

> Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi "nacionalizado" no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a "peonagem", relação de trabalho também chamada de "escravidão branca". Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 2001:186)

Esta é uma tese também corroborada por José de Souza Martins;

> [...] agora e aqui estamos diante de um modelo antidemocrático de desenvolvimento capitalista, apoiado em um pacto político, gestado durante a ditadura militar, que casou em uma só figura única latifundiários e capitalistas." (Martins,1994: 15)

Com referência a este contexto, o próprio Martins (2009) escreve que através do Banco da Amazônia;

> O governo militar oferecia aos empresários dos outros setores a recompensa dessa doação de 75% do capital de que necessitavam para o novo

26 O Profº. Drº. Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta um estudo indispensável que contém informações substanciais para o entendimento da geopolítica sobre a Amazônia, as políticas públicas e territoriais do Estado neste período, e trará também nomes de congressistas envolvidos diretamente nas articulações dos militares - na sua tese de livre docência *"A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência"*. apresentada no concurso de LIVRE DOCÊNCIA da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1997.

> empreendimento, cabendo-lhes entrar com 25% de recursos próprios. Ou podiam se associar a grandes proprietários de terra para estabelecer as novas atividades econômicas.
> Essa opção era também política: por esse meio, o governo assegurava a sobrevivência econômica e políticas das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte. Assim, não ficavam privadas da renda da terra, privação que seria a solução alternativa, por meio de uma reforma agrária que abrisse o território à expansão capitalista. O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não – realização de uma reforma agrária, isto é, opção por um modelo concentracionista de propriedade, e não por um modelo distributivista, este último reivindicado nas pressões sociais anteriores ao Golpe de Estado. O sentido dessa opção estava no próprio fato de que a classe dos proprietários de terra e as oligarquias tradicionais de base fundiária foram uma importante base social de sustentação do Golpe de Estado e do regime militar. Golpe que fora dado para conter uma suposta revolução agrária, de orientação comunista, levada a cabo por camponeses pobres, sobretudo do nordeste do Brasil. (Martins, 2009:75-76)

Mesmo distanciando-se do pensamento de que no desenvolvimento do Estado burguês estariam as soluções para o desenvolvimento da sociedade. Considero válido pensar que a burguesia brasileira e os partidos conservadores não tem um projeto de desenvolvimento territorial para o país entendendo-o como uma nação. Os interesses e as alianças de classe, no sentido da manutenção dos privilégios das elites se sobrepõem inclusive aos programas que os partidos poderiam construir e disputar. Em razão deste arranjo na política no Brasil, o que se assiste no contexto após os governos militares são alianças com a elite agrária que cada vez mais premia os proprietários de terra. E a Bancada Ruralista por reunir políticos e lideranças de vários partidos reflete este contexto mais amplo da hegemonia histórica da classe dos proprietários de terra, e da identificação ou submissão dos grupos da sociedade com esta classe em detrimento das lutas e organizações de base. Neste sentido, cabe retomar a crítica que foi feita por José de Souza Martins (1993:79) no livro *"A chegada do estranho*";

> (...) À luta pela terra os partidos contrapuseram, sem muita convicção, a bandeira da reforma agrária. Mostraram-se divorciados dos movimentos camponeses e não conseguiram traduzir a luta pela terra em um projeto político. Essa dificuldade está relacionada com o fato de que os nossos partidos políticos são, em geral, frentes partidárias, combinações heterogêneas de interesses variados em nome de identificações ideológicas muito débeis. Se considerarmos que os vários partidos de esquerda, inclusive os partidos de esquerda inclusive os partidos comunistas, durante a ditadura, abrigaram-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), onde abrigaram também proprietários de terra, pode-se entender por que o Partido, ao "chegar ao poder, não teve a menor condição de efetivar um programa agrário e, menos ainda, um projeto de mudança política que reconhecesse a importância das bases e

> dos movimentos sociais na nova realidade política brasileira. Nem o quis. Caíram, assim, sob hegemonia da própria burguesia rentista, que, no que se refere à questão agrária, tem posições muito atrasadas em relação á dos próprios governos militares. (Martins,1993:79)

E a relação subsidiária dos proprietários de terra com o Estado persiste nos dias atuais, atrelados a este contexto de expansão da agricultura monopolista, como, por exemplo, ocorre para a produção de agro combustíveis conforme explicitou Oliveira (2010:22-23);

> "É importante lembrar que este setor tem vivido dos subsídios do Estado e tem-se firmado ampliando o monopólio, de certa forma colocando-se no poder do Estado, através da "fatia do bolo" que lhe tocou na atual estrutura de poder no país. quais destaca-se o trabalho de Bray: 1980, o processo de expansão da agroindústria açucareira alcança hoje os limites da barranca do Rio Paraná, indo "vazar" até o Mato Grosso do Sul (onde o grupo OMETTO construirá uma grande destilaria para produção de álcool combustível). Tomada a chamada região de Campinas e Ribeirão Preto, avançando pela região de Rio Preto, Bauru e Marília, hoje de fato, o Oeste paulista tem sido a área onde boa parte dos projetos de destilaria de álcool combustível estão sendo implantados. E não tem faltado os idolatradores dessa expansão dos "novos reis do petróleo tupiniquim". Tornando-se praticamente monocultura quando se expande a agroindústria açucareira paulista está, sobretudo, concentrada na região de Ribeirão Preto, hoje responsável por cerca de 40% do açúcar e 45% do álcool produzido no Estado."

No decorrer deste trabalho identificaremos neste sujeito social - os parlamentares ruralistas - a combinação contraditória do empresário moderno, atrelado ao mesmo tempo, com o que de mais atrasado a história de nossa sociedade tem produzido, o latifundiário, o grileiro de terras, e a violência contra a classe camponesa. Neste sentido trata-se de um sujeito social tão diverso quanto a classe dos proprietários de terra a que pertence, como escreveu Martins (1988);

> (...) Ela vai desde o latifundiário tradicional, que utiliza mal a sua terra e que dela faz um instrumento de poder, até o empresário moderno, frequentemente sem raízes agrárias antigas, basicamente o capitalista que se tornou proprietário de terras. Mas, se isso é verdade, é verdade também que a diversidade dessa classe está de fato organizada sobre o alicerce da renda fundiária. Qualquer ação relativa à propriedade da terra atravessa todas as outras mediações econômicas e sociais para chegar à raiz de todas elas, que é a renda territorial, um elemento econômico completamente diferente do lucro capitalista. O proprietário pode até ser um característico e moderno empresário capitalista, mas por ser proprietário não pode deixar de viver a contradição que há entre o capitalista e o rentista. Seria procedimento inadequado supor que o caráter fundamental da mediação representada pela renda fundiária suprime a

> importância sociológica das outras mediações. Não a suprime. Como não suprime a sua determinação no processo do capital.
> (...) A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira. (...) Pode-se dizer, por isso, que só aparentemente a propriedade territorial, sob forma de latifúndio extensivo e mesmo sob forma de empresa capitalista, deixou de ser um problema central na história deste país. A junção da propriedade da terra com o capital, que se acelerou enormemente durante a ditadura, só na aparência suprimiu a contradição entre a terra e o capital. Se o capitalista se tornou proprietário de terra ou se o proprietário de terra tornou-se um empresário rural, isso não suprime a contradição que a terra representa no desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, desfigura o papel do empresário. Ele passa a ter que apostar em duas coisas opostas ao mesmo tempo: como capitalista, no lucro; como rentista, na renda fundiária.(...) (Martins, 1988:66-68)

Portanto, é decorrência deste processo o grande número de terras improdutivas identificadas neste trabalho em nome destes representantes do Estado. Como são emblemáticos alguns exemplos dentre os vários que discutiremos ao longo do trabalho; a projeção da Senadora Kátia Regina Abreu PSD/TO, como *"a mulher mais influente do agronegócio*" que profere no plenário e nas comissões discursos que apelam para modernidade da produção agrícola, ao mesmo tempo ser acusada de grilar terras, e por ter recebido terras *"doadas*" pelo governo do estado do Tocantins. Outro exemplo é do empresário e Deputado Federal Sandro Scodro, (o Sandro da Mabel[27]), latifundiário (declarou mais de 10.000 hectares, dentre os quais "posses" de 9.000 hectares e terras improdutivas) que representam apenas 1,03% do total do seu patrimônio milionário. Os políticos ruralistas do Congresso Nacional escolheram o moderno Estado Democrático de Direito para o exercício das suas práticas atrasadas de classe.

2.2. Laços de família, política e propriedade

Trazer a discussão as relações de parentesco e, portanto, da família na representação ruralista contribui para entender a acumulação patrimonial e também a concentração do poder municipal até o nível federal de forma vertical, e também difusa horizontal quando os tentáculos do poder dos ruralistas são ramificados na estrutura de

27 O Grupo Mabel, atua na produção alimentícia de biscoitos, o primeiro Parque Industrial foi inaugurado no ano de 1975, em Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás; em 1998 foi construída mais uma unidade industrial em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; no ano de 1989 no Rio de janeiro; em 2000 em Itaporanga D'Ajuda, Sergipe; e em 2004 a sua quinta unidade em Araquari, Santa Catarina. Está Presente em cinco estados brasileiros, o Grupo ainda exporta para mais de 35 países em 4 continentes. Em 2011 a multinacional "PEPSICO" comprou o Grupo Mabel.
.

governo estadual, articulando nestes diferentes níveis a tríade: patrimônio, parentesco e política.

Para discutir *"a dominação política patrimonial"* e analisar a transferência das relações familiares para o controle da política, de modo a transformar tais relações em controle de esferas do poder do Estado convertendo-se em controle da propriedade foi indispensável a compreensão da gênese destas relações na sociedade capitalista, para tanto recorri à leitura de Friedrich Engels (1975) *"A origem da família, da propriedade privada e do Estado"*. Este autor assim escreveu no prefácio à primeira edição deste livro em 1884:

> De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho de um lado, e da família, de outro. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por conseqüência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso das gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em conseqüência do choque das classes sociais e do Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história *escrita*, até nossos dias. (ENGELS, 1975:2-3)

Para explicar este fenômeno político patrimonialista constituído por determinadas lideranças ruralistas e suas famílias, que persistem no contexto atual da política e da economia no Brasil, também dialogo com Martins quando escreve:

> Por outro lado, qualquer tentativa de interpretar a dinâmica do processo político passa pelo reconhecimento de que as mudanças só ganham sentido nas crises e descontinuidades do clientelismo político de fundo oligárquico que domina o País ainda hoje. Passa também pelo reconhecimento de que a tradição do mando pessoal e da política do favor desde há muito depende do seu

> acobertamento pelas exterioridades e aparências do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. (...) (MARTINS, 1994:20)

Tentarei demonstrar esta condição através dos organogramas a seguir, onde apresento os laços de família e política daqueles parlamentares ruralistas que foram projetados na política ou projetaram parentes em cargos públicos, a maioria, eletivos. A identificação do parentesco se deu, principalmente através do sobrenome nos registros de candidaturas do TSE, pesquisa bibliográfica e também foi auxiliada pelos artigos do Congresso em Foco *"Quase 300 deputados têm parentes na política"* e do DIAP, *"DIAP identifica parentesco político dos eleitos em 2010 ao Congresso"*. Nestes levantamentos do DIAP são listados os parlamentares eleitos em 2010 que possuem parentes em cargos públicos.

Após esta identificação foram feitos os organogramas onde organizo hierarquicamente por descendência, os nomes dos membros da família vinculados a política. Eventualmente aparece membros da família (geralmente filhos e filhas) que não seguiram a carreira política, para explicitar que o parlamentar em questão não possui apenas aquele filho, filha, sobrinhos, primos, o que não elimina possibilidade destes, no futuro, se projetarem na carreira política ou serem nomeados para cargos públicos. Nos organogramas apresento dados biográficos (naturalidade, filiação, profissão) e dados referentes à carreira política (filiação partidária, cargos eletivos, legislaturas no congresso) e *"outras informações*" que merecem destaque na trajetória de político, de "pessoa do agronegócio", ou de proprietário de terras, tais como cargos para os quais foi nomeado, associações de que faz parte, dentre outras. Estas informações foram obtidas nos *sítios* de Biografias da Câmara e do Senado, Biografias das Assembléias Legislativas Estaduais, Câmaras Legislativas das Prefeituras Municipais, e quando necessárias complementadas com outras fontes de informações oficiais ou estudos acadêmicos que quando recorridas são citadas nos organogramas.

A apresentação dos dados em forma de organogramas (reforço que a rigor não constitui uma genealogia dos políticos) permite visualizar um conjunto extenso de informações sobre a trajetória do político ruralista e de seus parentes. A visualização e análise destes dados permite colocar à baila os novos protagonistas da ação ruralista, nova geração de políticos ruralistas (os ruralistas novos), que representam as mesmas oligarquias. E os novos ruralistas, ou seja, políticos da Bancada Ruralista que não têm tradição na política, mas que podem a partir daí iniciar a sua trajetória na consolidação do poder e na construção de um patrimônio. Também como novos ruralistas podem ser considerados políticos que tem atrelado o papel de capitalista na agricultura com a inserção na política (podemos citar como exemplo a trajetória da Senadora Kátia Regina Abreu PSD/TO), que da condição de pecuarista, partiu para o caminho da representação, primeiro no Sindicado Rural de Gurupi/TO, depois a presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), e enfim a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), além dos cargos eletivos de deputada federal e senadora. Atualmente, trouxe para política seu filho empresário e produtor rural Irajá Silvestre Abreu DEM/TO eleito deputado federal nesta última legislatura.

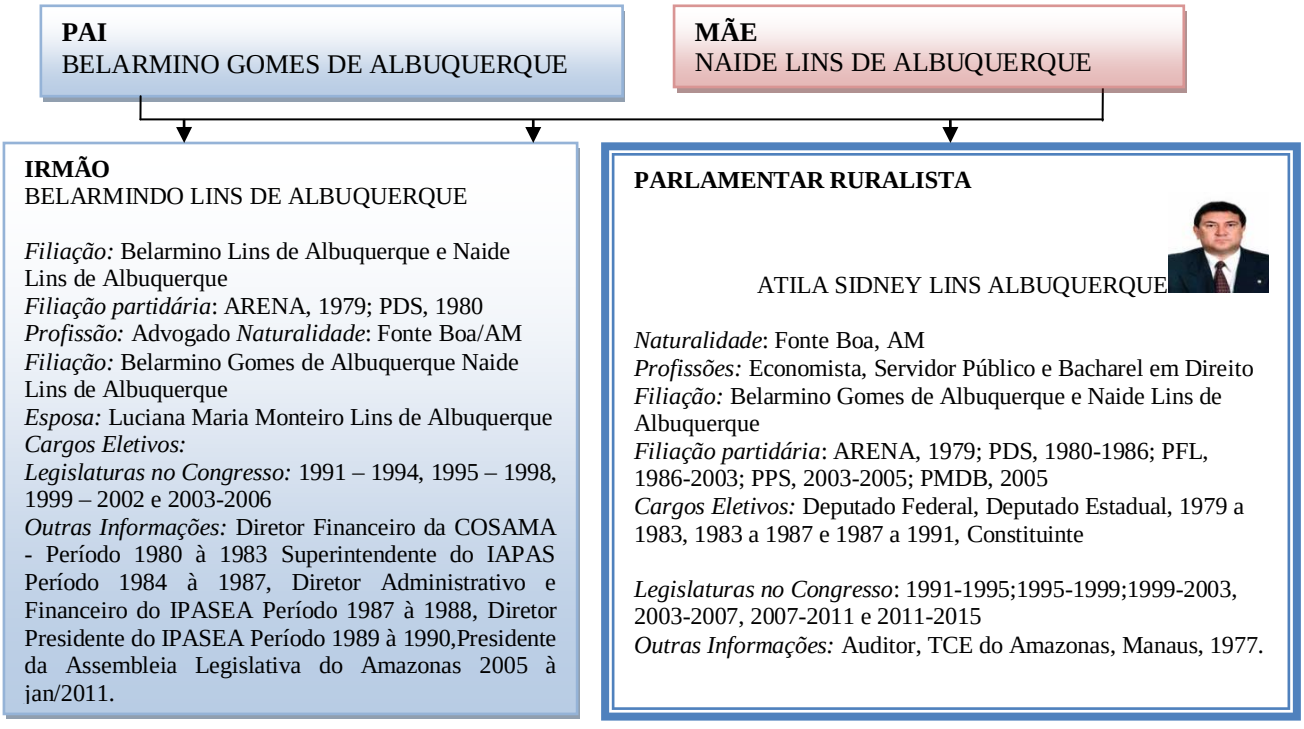
A seguir, os dados serão apresentados, por estados nas suas respectivas regiões (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul). Nos organogramas os quadros representam os membros das famílias. O parlamentar ou a parlamentar ruralista em torno do qual se estrutura o organograma possui identificação distinta dos demais membros da família. A orientação das setas de fluxo representa a hierarquia da descendência, dos pais para os filhos, dos tios para os sobrinhos, assim por diante. As informações que constam dos organogramas serão relacionadas a uma breve descrição do patrimônio que os parlamentares declararam nos bens entregues a Justiça Eleitoral e também ao INCRA, bem como outras informações bibliográficas levantadas e que permitam explicitar a acumulação patrimonial dos políticos e quando possível de seus familiares. Desta forma, a apresentação poderá ser mais ou menos extensa, conforme a disponibilidade de dados e a trajetória de cada político. Esta pode ser uma tradição oligárquica que envolve mais membros na política, até laços que só envolvam dois membros, como o pai e o filho, ou o marido e a esposa.

Obviamente, que além de criticar a acumulação patrimonial e a concentração da renda, também critico a noção de uma herança política, ou seja, ao que parece além dos bens patrimoniais herdados de seus ascendentes, no sobrenome “herdam” toda uma trama de relações de poder institucionalizado, que o eleitorado vai reconhecer através do voto. É este elo que precisa ser quebrado, pois representa para o caso dos ruralistas estudados fonte de acumulação rentista e de manutenção dos conflitos no campo.

Região Norte:

No estado do Amazonas identifiquei o parentesco entre os dissidentes do partido da ARENA Belarmino e Átila Lins de Albuquerque PMDB, este é o único político que é assumidamente, representante da Bancada Ruralista neste estado. Apesar de terem o mesmo sobrenome do ex-Senador pelo estado do Ceará José Lins de Albuquerque, natural de Crateús/CE, que legislou no período de 1979 a 1987, através das fontes pesquisadas, não foi possível identificar o parentesco entre eles. A Figura 01, a seguir apresenta a trajetória dos irmãos Belarmino e Abelardo Lins de Albuquerque;

Figura 01 – Parentes na Política: Ruralista Abelardo Lins de Albuquerque



Denúncias envolvendo os membros da família dos irmãos Lins de Albuquerque foram divulgadas pela ONG Transparência Brasil (2012) que apontou o escândalo de nepotismo envolvendo os Lins de Albuquerque nos chamados “Tribulins”:

> O ‘Tribulins’ também foi chamado de "República dos Parentes", porque havia familiares empregados de outros conselheiros como Élson Farias (um sobrinho recebia para estudar música em São Paulo), Nissim Benoliel (uma filha de 14 anos era auditora e um filho de 15 era técnico de contas), Mustafá Milton Amed, José Araújo Cavalcante, Carlos Alberto Lopes Paiva, Felismino Soares Filho, Vinícius Raposo da Câmara e Euler Ribeiro. No total, eram cerca de 70 familiares no "Tribulins". Entre os parentes de "Belão", que é procurador aposentado do TCM, estavam empregados o cunhado Douglas Galvão Monteiro, as sobrinhas Eliana Monteiro e Elisângela M. Vasconcelos, a filha Lívia Lins de Albuquerque (que tinha 16 anos), a mulher, Luciana Lins de Albuquerque e o cunhado Sidney Galvão Monteiro. Entre os parentes do irmão de "Belão", o deputado federal Átila Lins (PMDB) estavam a mulher, Rita C. Albuquerque e os cunhados Ana Botinely Cunha, Maria de Fátima Botinely e Mozart Santos S. Aguiar.” (TRANSPARÊNCIA BRASIL,2012 – Reportagem “Escândalo do ‘Tribulins’ já completou 13 anos”)

Estes dois parlamentares Átila Lins (que assumiu ser da Bancada) e Belarmino Lins, não declararam nenhuma propriedade rural nos bens declarados à Justiça Eleitoral (2010). Economista e administrador de empresas o Deputado Atila Lins, é um exemplo de parlamentar que aparentemente não têm vínculo direto com a questão agrária, mas é um apoiador da classe.

No estado do Amapá que pode eleger oito parlamentares para a Câmara de Deputados e três senadores, foram encontrados os registros de candidatura ao cargo de Deputado Estadual de Eleilson Pelaes e Edilson Pelaes, contudo não encontrei registros que comprovassem o parentesco com a Deputada Federal Fátima Lúcia Pelaes PMDB/AP. Esta parlamentar também não declarou imóveis rurais na declaração de bens e nem ao INCRA. Entretanto, é preciso registrar que o sobrenome Pelaes aparece em muitas pessoas que ocupam cargos públicos no Amapá.

Outro político deste estado que tem familiares na política é o Senador maranhense José Sarney PMDB/AP, devido a sua origem e trajetória na política maranhense, os seus dados serão analisados na região nordeste, no estado Maranhão, onde também a sua filha, a Governadora Roseana Sarney será considerada como “ruralista identificada”.

Na Bancada Ruralista do estado do Pará foram analisados doze políticos ruralistas. Este estado tem direito a eleger oito deputados federais e três senadores a cada gestão, três parlamentares têm parentes na política (Joaquim de Lira Maia DEM/PA, que não pertence a lista do DIAP, José Benito Priante Júnior PMDB/PA e Elcioni Therezinha Zahluth Barbalho PMDB/PA).

Embora não seja considerado pelo DIAP Joaquim de Lira Maia DEM/PA foi Deputado Federal na gestão 2007-2011 e ocupou outros cargos eletivos como mostra a Figura 02, é tio do vereador de Santarém Erasmo Maia (DEM). Além de ter declarado 10 imóveis rurais (sendo que cinco somam 313,91 e os outros cinco não tiveram suas áreas reveladas), Lira Maia possui quatrocentos e setenta mil reais (R$ 470.000,00) em *"Máquinas e Implementos Agrícolas, Adquiridos com o Financiamento do Basa" "Animais Bovinos e Outros Bens Rurais"*. Como discutirei no último capítulo territorialização da ação ruralista, este parlamentar exerce uma forte influência na região de Santarém no oeste do Pará, onde é bem votado, por lá também tem sido eleito para o cargo de Vereador o seu sobrinho Erasmo Maia, como mostra o organograma a seguir.

Figura 02 – Parentes na Política: Ruralista: Joaquim de Lira Maia

PARLAMENTAR RURALISTA
JOAQUIM DE LIRA MAIA

Naturalidade: Santarém, PA
Profissões: Engenheiro Agrônomo
Filiação: Joaquim Cavalcante Maia e Raimunda de Lira Maia
Filiação partidária: PFL, 1993-2003; PMDB, 2003-2005; PFL, 2005-2007; DEM, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Estadual, 1955-1959, 1959-1963.
Deputado Federal, Deputado Federal, Deputado Federal, Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1979-1983, 1983-1987 e 1987-1991.
Outras Informações: Instrutor de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, Capitão Poço, PA, 1976; Agente de Extensão II, EMATER-Pará, Maracanã, PA, 1977-1978; Auxiliar de Escrita/Subchefe de Carteira, Banco do Estado de São Paulo S.A, Belém, PA, 1978-1982; Executivo/Chefe da Área Agrícola do Projeto Tucumã, Construtora Andrade Gutierrez S.A, Tucumã, PA, 1982-1986; Secretário Municipal de Agricultura, Prefeitura Municipal de Santarém, PA, 1986-1988; Agente de Extensão Rural, EMATER-Pará, Santarém, PA, 1986-, (permanece licenciado para exercer cargos públicos); Secretário de Estado de Agricultura, Governo do Estado do Pará, Belém, PA, 1989-1991; Diretor, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Região Norte, 2003-2004; Assessor Especial, Governo do Estado do Pará, Belém, PA, 2005-2006.

SOBRINHO
JOSÉ ERASMO MAIA COSTA

Naturalidade: Santarém, PA
Profissões: Técnico em Agropecuária Bacharel em Direito
Filiação: ?
Filiação partidária: PFL
Cargos Eletivos: Vereador 2000-2002; 2004-2008 e 2008-2012
Legislaturas no Congresso: -
Outras Informações:
Em 1987 exerceu a Profissão de Técnico em Agropecuária na Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Santarém. Em 1990 exerceu a função de Extensionista Rural na EMATER – Pará (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Trabalhou em diversas comunidades rurais do município de Santarém e Exerceu cargo de chefe no Escritório Local do Município de Belterra.
Nos anos de 1997 a 2000, exerceu o cargo de Assessor do Prefeito Municipal de Santarém, PA. No período de Abril de 2002 a Dezembro de 2003, se licenciou da Câmara e passou a exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração no segundo Governo da Administração Lira Maia. (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, PA)

No Pará é reconhecida a ação de Jader Barbalho PMDB/PA. Vejamos os imóveis rurais que ele declarou nos bens entregues a Justiça Eleitoral: *"Imóvel Rural Denominado Fazendo Modelo"*, *"Imovel Rural Retiro Chão Preto",* em Aurora do Pará/PA *"Imovel Rural Denominado, Cinderela"* em Paragominas/PA. Em seu patrimônio milionário R$ 4.583.434,21, as suas propriedades correspondem a 39,90% deste patrimônio. Ele não assumiu ser ruralista, mas contraditoriamente sua ex-esposa Terezinha Barbalho que assumiu esta posição não tem terras declaradas nem ao INCRA nem a declaração de bens. Enquanto, seu afilhado e primo, o deputado também da Bancada Ruralista José Benito Priante Júnior não declarou terras ao INCRA, tampouco na declaração mais recente de bens. Mas, em 1998 declarou imóveis rurais, foram alegadas cinco propriedades que somavam três mil, oitocentos e cinquenta

(3.850) hectares em Santa Luzia, PA. Este é um dos casos em que na última declaração do parlamentar que foi analisada não tinha propriedades rurais declaradas, no caso de dúvida e da possibilidade do mesmo possuir estas terras foi necessário recorrer a uma declaração de outro ano. Em resumo, Jader, Terezinha, Helder e Priante não declararam terras ao INCRA no estado do Pará em 2003. Vejamos as relações de parentesco e trajetória desta família de ruralistas na Figura 03, que destaca também que durante o governo do presidente José Sarney (ruralista que também faz parte deste estudo), que Jader Barbalho foi Ministro do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), entre 1987-1988 e presidente do INCRA, 1987-1988.

Figura 03 – Parentes na Política: Ruralistas Jader e Therezinha Barbalho

EX-MARIDO
JADER FONTENELLE BARBALHO

Naturalidade: Belém, PA
Filiação: Laércio Wilson Barbalho e Joanelle Fontenelle Barbalho
Profissão: Advogado e Empresário
Filiação Partidária: MDB, 1966-1981; PMDB, 1981
Cargos Eletivos: Vereador, 1967 a 1971 Deputado Estadual, Belém, PA, 1971 a 1975 Governador, PA, 1983 a 1987, 1991 a 1995 Deputado Federal, Senador.
Legislaturas no Congresso: 1975-1979, 1979-1983, 1995 a 2001, 2003-2007, 2007-2011
Outras Informações:
Empresário, Belém, PA, 1972-; **Ministro, MIRAD, Brasília, DF, 1987-1988; Presidente, INCRA, Brasília, DF, 1987-1988; Ministro, MPAS, Brasília, DF, 1988-1990.**

PARLAMENTAR RURALISTA
ELCIONI THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO

Naturalidade: Belém, PA
Profissões: Pedagoga
Filiação: Domingos Salim Zahluth e Nair Rodrigues de C. Brito Zahluth
Filiação partidária: PMDB, 1981
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1995-1999;1999-2003, 2007-2011 e 2011-2015
Outras Informações: Secretária de Departamento, 1968, e Inspetora de Educação, 1968-1969, Secretaria de Educação, Belém, PA; Supervisora Educacional, Johnson & Johnson do Brasil, Belém, PA, 1970; Diretora de Educação e Cultura, SESI, Belém, PA, 1971-1975; Diretora Administrativa e Financeira, jornal Diário do Pará, Belém, PA, 1987-1988; Coordenadora Estadual, LBA/PRONAV, Belém, PA, 1983-1987; Diretora, Rede Brasil Amazônia de TV Ltda., Belém, PA, 1990-1994; Presidente, Ação Social Integrada Governo Estadual, Belém, PA, 1983-1987 e 1991-1994.

PRIMO E AFILHADO DE JADER BARBALHO
JOSÉ BENITO PRIANTE JÚNIOR

Naturalidade: Belém, PA
Filiação: José Benito Priante e Maria Lienne Barbalho Priante
Profissão: Advogado
Filiação Partidária: PMDB, 1984
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Vereador, 1989 a 1991, Constituinte Deputado Estadual, 1991 a 1995.
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2011-2015.

FILHO
HELDER BARBALHO

Naturalidade: Belém, PA
Filiação:
Profissão: Advogado
Filiação Partidária: PMDB, 1984
*Cargos Eletivos:*Vereador, 2000-2002, Deputado Estadual, 2002-2004, Prefeito de Ananindeua, PA 2005-2008; 2008-2012

No estado de Rondônia que elege a cada pleito oito deputados e três senadores, são dez os parlamentares ruralistas eleitos entre 1995-2010. O exemplo de parentesco de ruralista na política emblemático é Ivo Cassol e seu pai e suplente no Senado, Reditário Cassol. A origem da ação desta família catarinense no estado de Rondônia já foi mencionada no item anterior, vindos do estado de Santa Catarina, são considerados "desbravadores" em Rondônia, consolidando a atividade madeireira, pecuária e a indústria. A busca por terras através do sobrenome "Cassol" no Cadastro do INCRA indicou 13 imóveis no estado que somam mil novecentos e quarenta e oito (1.948) hectares, sendo que mil cento e oitenta e quatro (1.184) hectares foram declarados como posse. Reditário Cassol declarou patrimônio de R$ 8.972.914,00, enquanto a soma dos bens de seu filho Ivo Cassol é de R$ 29.874.832, este patrimônio envolve dentre outros bens a Hidrelétrica *"Hidroeletrica Angelo Cassol Ltda*", *"Empresa Hidrossol Hidroeletricas Cassol Ltda*", "*Empresa Cassol Centrais Eletricas Ltda*". Em nome da "CASSOL AGROPECUARIA LTDA", no cadastro do INCRA, são sete (7) imóveis que somam sete mil e setecentos e trinta (7.730) hectares, todas localizadas em Santa Luzia do Oeste, sendo que seis propriedades foram declaradas propriedades improdutivas. Outra empresa encontrada no cadastro do INCRA é a "ELETROSOL CENTRAIS ELETRICAS CASSOL LTDA" com duzentos e setenta e um (271) hectares em Alta Floresta D'oeste, e cento e setenta e cinco (175) hectares em Vilhena, RO. Também encontrei menção a um processo no Tribunal de Justiça de Rondônia (nº 00720030041941 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal), em que são mencionados sócios da *"Cassol Indústria e Comércio de Madeiras Ltda"* Ivone Mezzomo Cassol, Elga Bergamin Cassol, Reditário Cassol e Darcila Terezinha Cassol. Esta empresa não aparece nas declarações de Ivo e Reditário Cassol. Os três filhos do agropecuarista e Industrial Reditário Cassol, deram continuidade ao controle político dos municípios rondonienses de Alta Floresta do Oeste, Santa Luzia do Oeste e Rolim de Moura sendo que Ivo Cassol, além de prefeito deste município, foi governador do estado até chegar ao Senado, cargo que ocupará até 2019, como mostra a Figura 04.a. A imbricada teia de relações que envolve a prática política nas gestões da família Cassol, é permeada por várias denúncias de irregularidades cometidas pelos seus membros, por isso torna-se emblemático ressaltar o que noticiou o Ministério Público do estado de Rondônia.

Método empregado por Nega Cassol em Alta Floresta foi o mesmo utilizado em Rolim de Moura pelo então prefeito Ivo Cassol para entregar obras públicas às empreiteiras dos parentes.

A suposta fraude em licitações para beneficiar empreiteiras da família do governador Ivo Cassol (PPS) foi prática rotineira no período de 1998 a 2002, quando o atual chefe do Poder Executivo estadual rondoniense era prefeito do município de Rolim de Moura. A informação consta da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mas nem a denúncia do MPF recebida pelo STJ foi suficiente para evitar fraude semelhante em outra prefeitura administrada por membro da família Cassol, no caso, Alta Floresta do Oeste.

Segundo acórdão do Tribunal de Contas da União, no período de 2000 a 2004, a prefeita daquele município, Darcila Terezinha Cassol, irmã do governador Ivo Cassol, loteou as obras públicas entre três empresas de seus parentes já envolvidas nas irregularidades de Rolim de Moura quando Cassol era prefeito daquele município.

Em Rolim de Moura, as empresas que venceram a maior parte das licitações do município eram ligadas entre si e ligadas ao governador Ivo Cassol. Diz a denúncia do MPF que oito empresas se revezaram na execução de obras de engenharia. Entre 1998 e 2001, de um total de 29 licitações, essas empresas conseguiram obter o contrato em 22 delas. O valor das licitações foi de R$ 2.783.240,15, sendo destinado a tais empresas o montante de R$ 2.569.020,20, ou seja, 92,3% do total dos recursos.

No período de 2001 a 2002, a situação se agravou. Em 55 licitações, 34 foram vencidas por essas empresas, em um total de 81,83% do total de recursos. Para o MP, a estratégia montada para que as empresas fossem as vencedoras foi a distorção da modalidade de licitação exigida por lei. Pelo valor envolvido, a modalidade seria a tomada de preços. Mas os objetos foram fracionados para que as licitações fossem feitas mediante convite, portanto a fim de que essas mesmas empresas viessem a ser reiteradamente convidadas. A relação que haveria entre as empresas também foi esmiuçada. Para o MP, existiria uma ligação íntima entre elas e o governador Cassol.

O mesmo artifício para direcionar licitações às empreiteiras da família foi utlizado pela então prefeita de Alta Floresta, Darcila Terezinha Cassol, a Nega Cassol, que comandou o município de 2000 a 2004.

“Com efeito, ficou comprovado nos autos a ocorrência de um verdadeiro loteamento dos contratos celebrados à custa dos recursos conveniados, posto que foram chamadas, sistematicamente, para participar dos certames licitatórios, as mesmas empresas, cujos sócios mantêm vínculo de parentesco com a ex-Prefeita municipal. O expediente utilizado para burlar a competitividade dos certames, direcionando-os para a contratação das empresas que se pretendia favorecer, foi o seu indevido fracionamento”, diz acórdão do TCU sobre os métodos empregados pela irmã de Cassol em Alta Floresta do Oeste, onde três empresas da família Cassol abocanharam R$ 4.370.000,00 transferidos por meio do convênio 714/2001, firmado com o Ministério da Integração Nacional para melhoria da infraestrutura urbana no município. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA, 2009)

Figura 04.a – Parentes na Política: Ruralistas Ivo Cassol e Reditário Cassol

PARLAMENTAR RURALISTA
REDITÁRIO CASSOL

Naturalidade: Concórdia, SC
Profissões: Agropecuarista e Industrial
Filiação: Angelo José Cassol e Rosalia Juliane Cassol
Filiação partidária: ARENA, 1966-1979; PMDB, 1986-1988; PTB, 1990-1991; PTR, 1991-1993; PFL, 1992-; PSD, 1993-1994; PP, 1994
Cargos Eletivos: Vereador, Maravilha/SC, 1967 a 1971, 1973 a 1977 Deputado Estadual, RO, 1987 a 1991, Constituinte
Legislaturas no Congresso: 1979-1983;1983-1987; 1995-1999;1999-2003; 2007-2011; 2011-2015 e 2011-2019.

Outras Informações:
Administrador, São Miguel, RO, 1965-1966; Administrador, Colorado do Oeste, RO.
"É o maior gerador privado de hidroeletricidade da Região Norte, comercializando energia, inclusive, para o governo federal. São Seis(06) Pequenas Centrais Hidrelétricas em plena atividade e uma quinta prestes a entrar em operação."

ESPOSA
Não Identificada

NORA
IVONE MEZZOMO CASSOL

Primeira Dama envolvida em esquemas de corrupção (MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA, 2009)

FILHO (PARLAMENTAR RURALISTA)
IVO NARCISO CASSOL

Naturalidade: Concórdia (SC)
Profissões: Agropecuarista e Industrial
Filiação: Reditário Cassol e ?
Filiação partidária: PSDB
Cargos Eletivos: Prefeito de Rolim de Moura1997 a 2001, Governador de Rondônia, Senador
Legislaturas no Congresso: 2011-2015 e 2011-2019.

FILHO
CÉSAR CASSOL

Naturalidade: Maravilha, SC
Profissões: Pecuarista e Industrial (madeira e eletricidade)
Filiação: Reditário Cassol e ?
Filiação partidária:
Cargos Eletivos: Prefeito nomeado de Santa Luzia do Oeste-1986 a 1987; Prefeito eleito pelo voto popular de Santa Luzia do Oeste-1988 a 1992; Deputado estadual; 1994 a 1997 - 1998 a 2002.
Legislaturas no Congresso: -
Outras Informações
1985 - Chefe de Gabinete da Casa Civil no governo Angelo Angelim;
2003 - Diretor geral do DETRAN

FILHA
NEGA CASSOL

FOI PREFEITA DE ALTA FLORESTA D'OESTE

Também com origem catarinense o casal de ruralistas, Valdir Raupp e Marinha Raupp, ambos do PMDB/RO, embora não sejam mencionados pelo DIAP, ocupam cargos eletivos a muito tempo na representação por Rondônia. O patrimônio de Valdir Raupp R$ 728.607,29 e de sua esposa é de R$ 1.979.751,88. Nos bens ele declarou "*Lote Rural Gleba Vinte E Dois Localizado Na Linha Cento E Setenta E Dois Km Doze Em Santa Luzia Do Oeste"*. As terras declaradas ao INCRA aparecem em condições conflituosas foram identificadas terras improdutivas e até grilada em nome do empresário João Raupp (irmão de Valdir Raupp e cunhado de Marinha Raupp), enquanto Valdir Raupp registrou "posses" de minifúndios em Nova Brasilândia do Oeste,RO.

Figura 04.b – Parentes na Política: Ruralistas Valdir e Marinha Raupp

PARLAMENTAR RURALISTA
VALDIR RAUPP
DE MATOS

Naturalidade: São João do Sul
Profissões: Administrador
Filiação:
Filiação partidária: PMDB, RO
Cargos Eletivos: Vereador Cacoal, Prefeito Rolim de Moura 1984 a 1990, Governador 1994, Senador
Legislaturas no Congresso: 2003- 2007, 2007-2011; 2011-2015 e 2011-2019

PARLAMENTAR RURALISTA
MARINHA CÉLIA ROCHA RAUPP DE MATOS

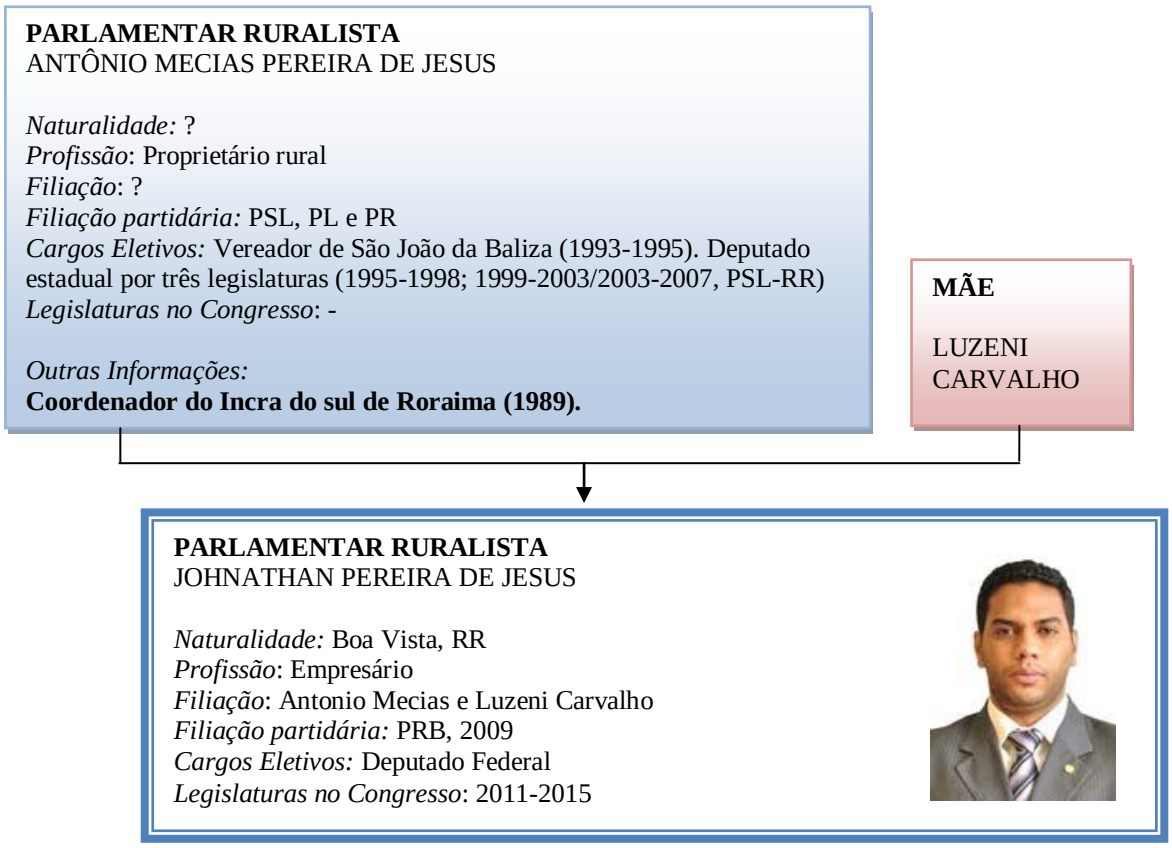
Naturalidade:
Profissões: Servidora Pública, Professor Assuntos Educacionais e Psicóloga
Filiação: Pedro de Souza Rocha e Marinha Andrade Rocha
Filiação partidária: PMDB, 1986-1994; PSDB, 1994-2001; PMDB, 2001
Cargos Eletivos: Legislaturas no Congresso: 1995- 1999, 1999-2003, 2003- 2007, 2007-2011; 2011-2015 e 2011-2019
Outras Informações: Psicóloga, Centro de Reabilitação Sol Nascente, Marília, SP, 1984-1985; Centro Clínico Educacional Bem-Me-Quer, Álvares Machado, SP, 1985-1986; Professora, SEDUC, Rolim de Moura, RO, 1986-1994; Secretária Especial de Integração Regional e Assessoramento e Apoio Direto, Governador do Estado de Rondônia, 1996; Secretária Especial de Desenvolvimento Social do Estado de Rondônia, 1998.

IRMÃO E CUNHADO
JOÃO RAUPP DE MATOS

Naturalidade: Concórdia (SC)
Profissões: Empresário em Cacoal, RO proprietário da empresa Baterias Reifor

No estado de Roraima, que também tem três senadores e oito cadeiras na Câmara Federal possui nove (9), representantes ruralistas incluindo um senador. Identifiquei apenas com parentes na política o ruralista Johanathan Pereira de Jesus PRB/RR, o mesmo é filho do Proprietário Rural três vezes Deputado Estadual Antônio Messias PR/RR. Este declarou cinco (5) imóveis rurais, mas não detalhou a área e a localização deste imóveis. A imprecisão dos dados também é um traço de seu filho, o parlamentar ruralista Johnathan de Jesus declarou dois (2) imóveis não indicou a localização e apenas a área de um imóvel, que é de novecentos e cinquenta e oito (958,2) hectares. Ambos, pai e filho não declararam terras no cadastro do INCRA. Sendo que o primeiro já ocupou cargo neste instituto, conforme mostra a Figura 05. Somados os patrimônios declarados pelos dois é de R$ 882.815,86, podemos considerar que se trata de um novo ruralista, uma vez que está na sua primeira legislatura e seu pai ainda não passou pelo Congresso Nacional.

Figura 05 – Parentes na Política: Ruralista Johanathan Pereira de Jesus



No estado do Tocantins como os demais estados mais novos tem direito a três senadores e oito cadeiras na Câmara de Deputados. São dezessete os políticos ruralistas que representam este estado sendo que três destes não são considerados pelo DIAP. Dentre estes são oito os parlamentares que identifiquei com parentes na política. Iniciarei a exposição pela liderança de maior projeção na atualidade, a Senadora Kátia Abreu PSD/TO, evidentemente seu filho Irajá Silvestre DEM/TO. Façamos uma progressão dos bens de Kátia Abreu entre 1998 e 2006 (última declaração disponibilizada). Em 1998 a então, suplente de Deputado Federal assumiu mandato posteriormente, declarou *"um loteamento Crixás em Aliança do Tocantins*", dois veículos, "*1.170 cabeças de gado bovino*" e "*um lote multifamiliar, ARSE 72*", nesta declaração os valores dos bens não foram disponibilizados. Na eleição seguinte (2002) ela declarou os bens descritos na Figura 06 – Declaração de Bens de Kátia Abreu 2002,a seguir:

Figura 06 – Declaração de Bens de Kátia Abreu 2002

.DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

EM	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO DO BEM OU DIREITO	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
			ANO DE 2000	ANO DE 2001
1	UMA AREA NO LOTEAMENTO CRIXAS, MUNICIPIO DE ALIANCA DO TOCANTINS			
	BRASIL	14	187.008,85	187.008,
2	TERRENO RURAL COM AREA DE 1268,84 HA, MUNICIPIO DE CAMPOS LINDOS, LOTES 30 A 65 DO LOTEAMENTO SANTA CATARINA, ADQUIRIDO ATRAVES DO PROCESSO 0455/99 DE LICENCA PARA OCUPACAO E EXPLORACAO DE TERRAS PUBLICAS CEDIDO PELO ITERTINS			
	BRASIL	14	5.000,00	5.000,
3	DEPOSITO BASA			
	BRASIL	61	1.515,41	6.520,
4	BANCO DO BRASIL S/A			
	BRASIL	61	24.332,52	25.600,
5	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			
	BRASIL	63	50.000,00	65.200,
TAL			267.856,78	289.328,

Nesta Declaração de Bens não aparece mais o rebanho da pecuarista. E já foi declarado o terreno rural em Campos Limpos que foi cedido pelo Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS "*O Projeto Agrícola Campos Lindos, criado em 1999, expulsou dezenas de pequenos posseiros de suas terras para entregá-las a figurões políticos e endinheirados, entre eles, a presidente da Confederação Nacional de Agricultura*

(CNA)" (JORNAL BRASIL DE FATO, 2010), falaremos mais desta questão no capítulo 3, no item 3.2 que debate os "Conflitos com a classe Camponesa".

Dando prosseguimento à análise dos bens, na última declaração de 2006, quando concorreu ao cargo de senadora, Kátia Abreu, declarou um patrimônio R$ 437.182,19, ou seja, houve um aumento considerável de seu patrimônio, além dos bens descritos nas declarações anteriores mais terras foram adquiridas e declaradas, são elas "*CHÁCARA 24, SEOTR LESTE, COM ÁREA DE 10,31 HÁ", "LOTE RURAL 02/1 COM ÁREA DE 1.205,96 HA, CAMPOS LINDOS*" além de uma disponibilidade financeira de R$120.000, 00. Nesta última declaração foram dois mil quatrocentos e oitenta e cinco hectares e onze ares (2.485,11) declarados e 2 propriedades cujas áreas não foram reveladas, as terras correspondem a 62,87% do valor total dos bens.

O que intriga na condição desta senadora ruralista, é o fato dela mesma discursar em prol do agronegócio e de um tal setor produtivo, e da produtividade agrícola. Ser tratada como pecuarista, mesmo que desde o ano de 1998 não tenha mais declarado nenhuma cabeça de gado. Ela declara como profissão ser Empresária Rural, mas não declarou nenhuma ação, ou cota em empresas. O valor total do seu patrimônio também não evidencia este potencial de acumulação, ou poderia não ser este o total real dos bens da senadora Kátia Abreu, ou estaria amparado no latifúndio improdutivo, ao invés do agronegócio?

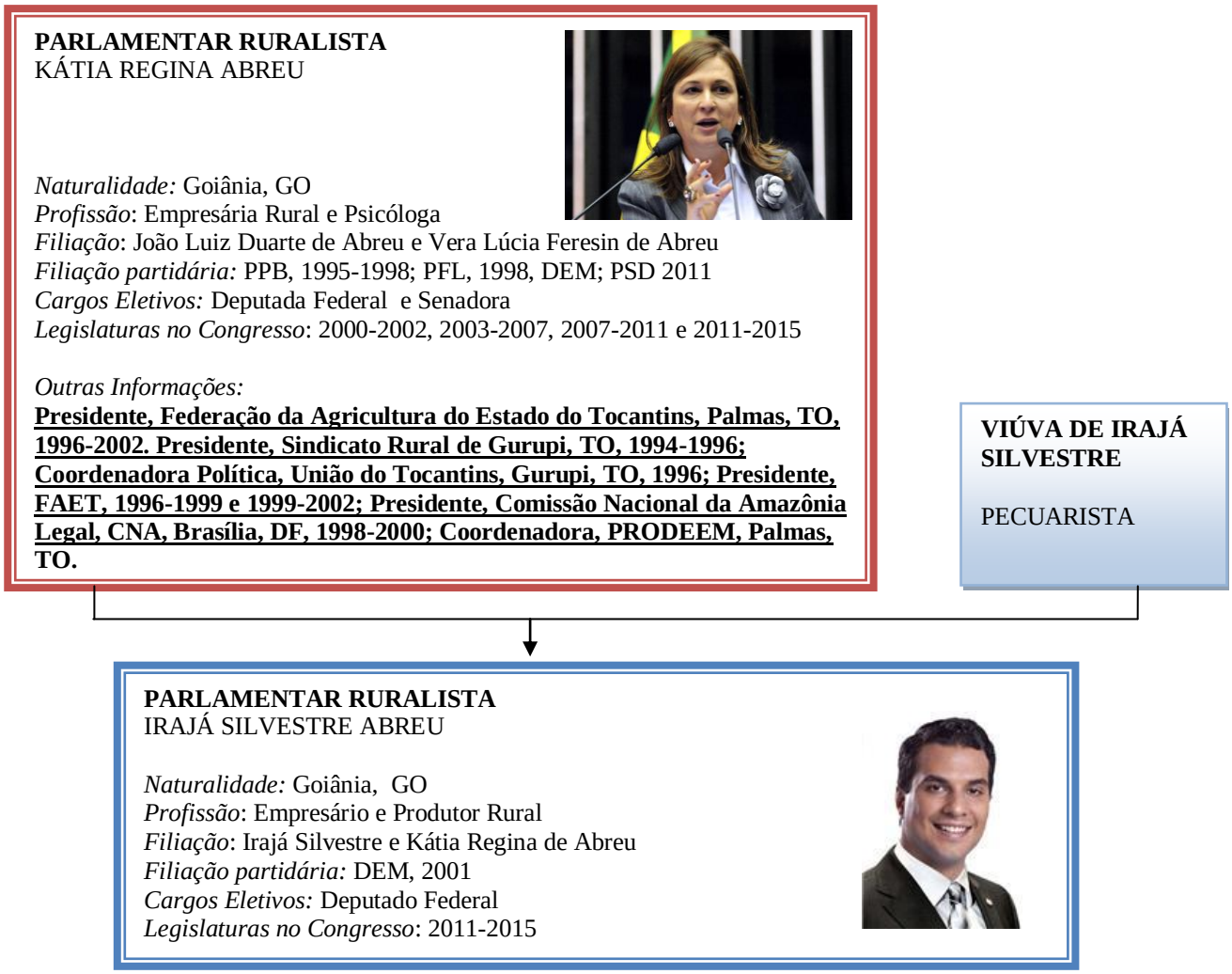
Seu filho Irajá Silvestre Filho que se declarou Empresário e Produtor Rural também não declarou rebanho nem quotas em empresas do setor. Destaque para o valor de R$ 640.333,33 correspondente a "1*/3 Da Fazenda Aliança Município De Aliança Do Tocantins*". Os demais imóveis rurais declarados são *"Loteamento Ponte Alta, Gleba 1-1 Etapa No Município De Ponte Alta Do To, Sendo Lote N. 21, Lote 21-A*", *"Imovel Rural, Lote 20-B, Loteamento Crixás, Gleba 1, No Municipio De Aliança Do Tocantins".* O valor total de seus bens somam R$ 1.386.738,95, e os dois imóveis rurais, correspondem a 72,80% do valor de seu patrimônio, as áreas dos imóveis não foram reveladas.

Vejamos o que ambos, mãe e filho declararam ao Cadastro do INCRA (2003), Kátia Abreu declarou uma pequena propriedade de cento e vinte e nove (129) hectares,

em Aliança do Tocantins/TO e Irajá Abreu Silvestre não declarou nenhuma propriedade rural.

Na Figura 07, a seguir que mostra a trajetória dos Ruralistas Kátia Abreu e Irajá Abreu, cabe destacar que Irajá Abreu já iniciou a sua carreira eletiva no topo, já no Congresso Nacional como Deputado Federal, assim como a sua mãe. Esta por sua vez, buscou os caminhos da representação nas instituições que representam a classe dos proprietários de terra, como já foi dito anteriormente.

Figura 07 – Parentes na Política: Ruralistas Kátia Abreu e Irajá Silvestre



O agropecuarista José dos Santos Freire Júnior PSDB/TO, é filho do político José dos Santos Freire que além de Deputado Federal e Estadual por várias gestões foi também entre 1983 a1986 Secretário de Estado da Segurança Pública Goiás durante o Governo do ruralista Iris Rezende (ruralista analisado neste estudo). Os vínculos políticos entre os ruralistas de Goiás e Tocantins, cada vez mais reforçam o debate de que a criação do estado do Tocantins foi de fato uma trama bem articulada pelos ruralistas.

José dos Santos Freire Júnior PSDB/TO declarou duas propriedades, uma não informou a área e a outra tem a área de mil cento e quarenta e cinco hectares (1.145,40). Em 1998 o mesmo havia declarado propriedade rural em Cocos/BA e outra em Divinópolis de Goiás/GO. Declarou também*"1.868 Cabeças De Gado Bovino, R$ 1.120.000,00", e "51% Cotas Da Agropipa Sociedade Com Conjuge Jacqueline Peres De Almeida Freire".* Enquanto no Cadastro do INCRA em nome de "José dos Santos Freire" foram declaradas seis fazendas que somam 13.332,00 hectares de terras no município de Arraias/TO. Na Figura 08 apresento a trajetória política de pai e filho.

Figura 08 – Parentes na Política: Ruralista José Dos Santos Freire Júnior

PARLAMENTAR RURALISTA
JOSÉ DOS SANTOS FREIRE

Naturalidade: Arraias, GO.
Profissão: Advogado e Funcionário Público Estadual.
Filiação: Diolino dos Santos Feire e Maria de Almeida Freire.
Cônjuge: Lourdes de Castro Bahia Freire.
Filhos: Teresa Cristina, José dos Santos Freire Júnior e Eduardo Henrique.
Filiação partidária: PSD, 1955-1965; MDB, 1966-1979; PMDB, 1980
Cargos Eletivos: Deputado Estadual, 1955-1959, 1959-1963.
Deputado Federal, Deputado Federal, Deputado Federal, Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1979-1983, 1983-1987 e 1987-1991.
Outras Informações: **Secretário de Estado da Segurança Pública Governo Iris Rezende, 1983-1986.** Presidente da Assembléia Legislativa, 1960.
Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Governo Mauro Borges, 1961.
Fiscal de Renda do Estado de Goiás; Chefe Seção de Fiscalização, Departamento de Receita, GO, 1950; Chefe de Gabinete, Secretaria da Fazenda, GO, 1951.
Diretor do Banco de Crédito da Amazônia, 1962.
Produtor rural no Estado de Tocantins.

MÃE
LOURDES DE CASTRO BAHIA FREIRE

PARLAMENTAR RURALISTA
JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR

Naturalidade: Goiânia, GO
Profissões: Agropecuarista e Economista
Filiação: José dos Santos Freire e Lourdes de Castro Bahia Freire
Filiação partidária: MDB, 1973-1979; PMDB, 1980-1989; PRN, 1989-1993; PMDB, 1993-2005; PSDB, 2005
Cargos Eletivos: Deputado Estadual e Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1989-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2007-2011
Outras Informações: Diretor de Crédito Rural, 1983-1986, e Vice-Presidente, 1987-1988, BEG, Goiânia, GO; Funcionário, MAer e CEF.Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1995-1999, de 26 de junho a 19 de outubro de 1996, para disputar a Prefeitura de Palmas, TO

Outro pecuarista que tem parentes na política no Tocantins é Lázaro Botelho Martins PP/TO, ele e sua esposa Valderez Castelo Branco que foi Prefeita de Araguaína/TO, tem origens no Maranhão. Valderez foi candidata a vice-governadora em 2010, mas não foi eleita. Ela declarou *"Gleba de Terras Rurais no Município de Araguaína, denominada Fazenda Ipê, Com Área Total De 2.129,9 Ha*" a mesma declarou cotas em empresas de construção civil e engenharia.

Lázaro Botelho Martins declarou dois mil cento vinte e nove (2.129,9) hectares que corresponde a 32,64% do valor dos bens.

Figura 09 – Parentes na Política: Ruralista Lázaro Botelho

PARLAMENTAR RURALISTA
LÁZARO BOTELHO MARTINS

Naturalidade: Loreto, MA
Profissões: Pecuarista e empresário
Filiação: Joel Martins dos Reis e Luzia Botelho Martins Reis
Filiação partidária: PP, 2003
Cargos Eletivos:
Legislaturas no Congresso: 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Empresário, Laboratório de análises clínicas, 1979-1998; Pecuarista, 1982; Secretário Municipal de Fazenda, Araguaína, TO, 2001-2005; Secretário Municipal de Governo, Araguaína, TO, 2005-2006. Sócio Fundador, Lions Clube, Araguaína, TO, 1976-2006; Venerável Mestre, Loja Maçônica Cláudio Neto nº 27, 1983-1994; Grão-Mestre Adjunto, Grande Loja Maçônica, TO, 1989-1995; Grão-Mestre, Grande Loja Maçônica, TO, 1995-2001; Diretor, Sindicato Rural, Araguaína, TO, 1997-2006

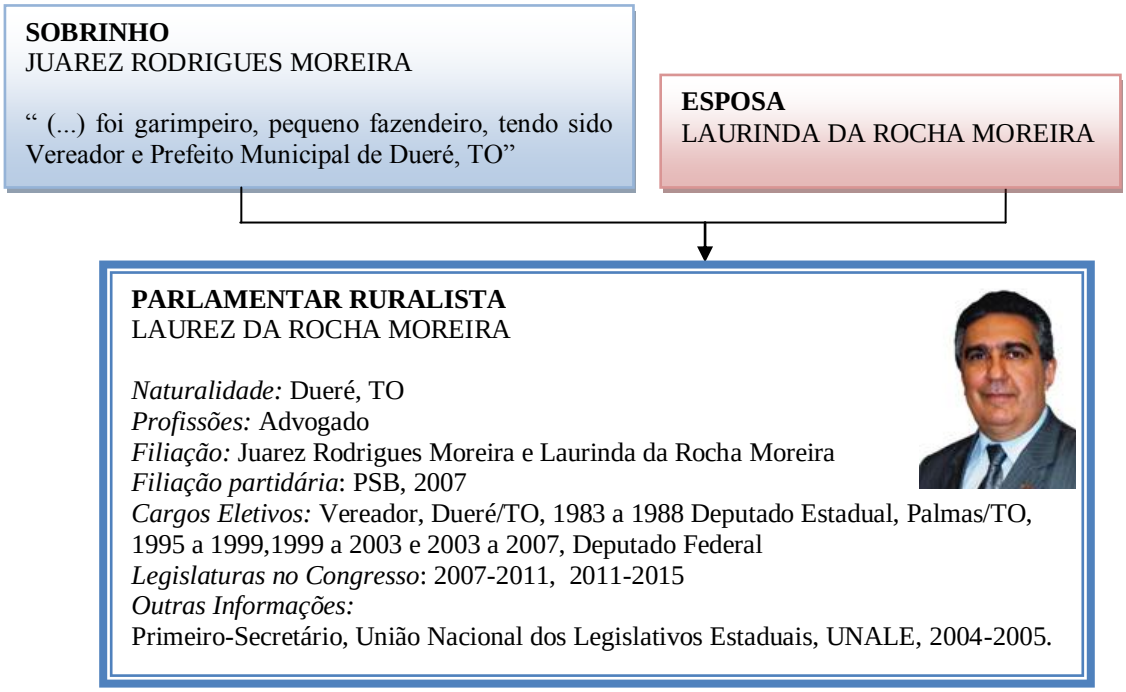
ESPOSA
VALDEREZ CASTELO BRANCO

Naturalidade: Carolina, MA
Profissões: Servidora Pública Aposentada
Filiação: ?
Filiação partidária: PP
Cargos Eletivos: Prefeita de Araguaina, TO

Outro parlamentar ruralista que é filho de político no Tocantins é Laurez Moreira PSB/TO, ele é filho do ex-vereador e ex-prefeito de Dueré (TO) Juarez Rodrigues Moreira. Nos bens declarados pelo parlamentar, constam duas propriedades que somam setecentos e oitenta e seis hectares (786,75) hectares em Duere,TO, as terras correspondem a 66, 72% do total do valor do seu patrimônio. Ele também declarou *"270.000 Quotas De Capital Da Empresa Indústria E Comércio De Cereais Moreira Ltda".* Ao Cadastro do INCRA (2003) declarou que em Dueré possui as médias

propriedades produtivas “FAZENDA VALE DO TUCUM” com quinhentos e quarenta e seis (546) hectares, e “FAZENDA BOM JARDIM” e novecentos e sessenta seis (966), sendo que toda esta área foi declarada como posse.

Figura 10 – Parentes na Política: Ruralista Laurez Moreira



A seguir, o parlamentar Carlos Eduardo Torres Gomes irmão do ex-vereador de Miracema do Tocantins (TO) André Gomes, que não declarou nenhuma propriedade nem ao INCRA tão pouco na declaração dos bens. Mas, nesta última se referiu a *“Valor (R$70.000) referente a adiantamento para aquisição de uma área rural do Sr. Amarildo Martins da Silva”,* os bens declarados somam R$ 481.100,00 reais, e também *“Um lote residencial de nº 4, localizado na ARSO 22, QI 6, em Palmas/To; Três Lotes Residenciais De N° 6, 8 E 9, Localizados Na ARSO 22, Qi L, Em Palmas/To (Adquiridos Junto ao Governo do Tocantins)”* no valor declarado de R$ 115.200,00.

Figura 11 – Parentes na Política: Carlos Eduardo Torres Gomes

PARLAMENTAR RURALISTA
CARLOS EDUARDO TORRES GOMES

Naturalidade: Estância, SE
Profissões: Empresário e Funcionário Público
Filiação: José Gomes Sobrinho e Gilda Torres Gomes
Filiação partidária: PPB, 1995-1997; PSB, 1997-1999; PSDB, 1999
Cargos Eletivos: Vereador, Palmas/TO, 1997 a 2001, 2001 a 2003. Prefeito, Palmas/TO, 2002 a 2002
Legislaturas no Congresso: 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Secretário Municipal da Educação e Cultura, Xambioá, TO, 1986-1988; Secretário Municipal de Cultura, Araguaína, TO, 1988-1989; Chefe de Gabinete, ALTO, Palmas, 1989-1996; Secretário Municipal de Articulação, Palmas, TO, 1997-1998.

IRMÃO
ANDRÉ GOMES
Ex-vereador de Miracema do Tocantins (TO)

O senador João Batista de Jesus Ribeiro DEM/TO declarou um patrimônio no valor de R$ 2.170.911,03 deste patrimônio 33,01% corresponde a soma do valor de suas terras. Além das terras seus bens incluem *"680 cabeças de gado"* uma quantidade considerável de lotes e terrenos urbanos, automóveis "37.500 QUOTAS DE CAPITAL DA FIRMA UNEST" "QUOTAS DE CAPITAL DA FIRMA ARAGUAINA MOVEIS". O senador foi acusado de manter trabalhadores em condição escrava em de suas fazendas no município de Piçarra, PA, conforme será apresentado no capítulo 3. Na Assembleia Legislativa do Tocantins sua filha Luana Ribeiro ocupa o segundo mandato como deputada estadual, como mostra a Figura 12 a seguir. Esta, por sua vez, declarou um patrimônio no valor de R$ 654.000,00, incluindo casa residencial, automóveis e Participação Com *"90% Do Capital Da Empresa Stage Vestuários E Acessórios Ltda, Cnpj Nº 11.588.414/0001-08".*

Figura 12 – Parentes na Política: João Batista de Jesus Ribeiro

PARLAMENTAR RURALISTA
JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO

Naturalidade: Campo Alegre de Goiás, GO
Profissões: Empresário
Filiação: Jesus Francisco da Silva e Tereza Hilario Ribeiro
Filiação partidária: PDS, 1982-1986; PFL, 1986-1995; PPB, 1995-1997; PFL, 1997
Cargos Eletivos: Vereador, Araguaína/TO, 1983 a 1987 Deputado Estadual, GO, 1987 a 1988 Prefeito, Araguaína/TO, 1989 a 1993, Deputado Federal 1995-2003, Senador, 2003-2011
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011
Outras Informações:
Empresário, Óticas Araguaína Ltda., Araguaína, TO, 1973; Secretário de Turismo Ecológico do Estado do Tocantins, 1997; Secretário de Governo do Estado do Tocantins, 2001-2002; Secretário do Interior e Justiça do Estado de Tocantins, 2002

FILHA
LUANA MATILDE RIBEIRO LIMA GAYER

Naturalidade: Goiânia, GO
Profissões: Empresário
Filiação: Jesus Batista de Jesus Ribeiro e Belisa (Empresária)
Cônjuge: Empresário Frederico Gayer
Filiação partidária: PR
Cargos Eletivos: Deputado Estadual, TO 2006-2010; 2010-2014

Região Centro - Oeste:

O estado de Goiás pode eleger dezessete Deputados Federais e três Senadores. No contexto estudado identifiquei dezesseis políticos ruralistas, entre deputados e senadores. Iniciarei apresentação dos dados desta região, com a expressiva liderança ruralista neste estado Ronaldo Ramos Caiado.

Através da reconstrução da Biografia de Ronaldo Caiado consegui chegar ao século XIX, em seu tataravô Antônio José Caiado, que já naquela época concentrou cargos de poder regional e nacional como Comandante Superior da Guarda Nacional de Goiás, Deputado Estadual (1891); Vice-presidente de Província (1892 a 1895); Senador (1896 a 1897,1897 a 1899). Nas próximas seções apresento Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade.

Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade

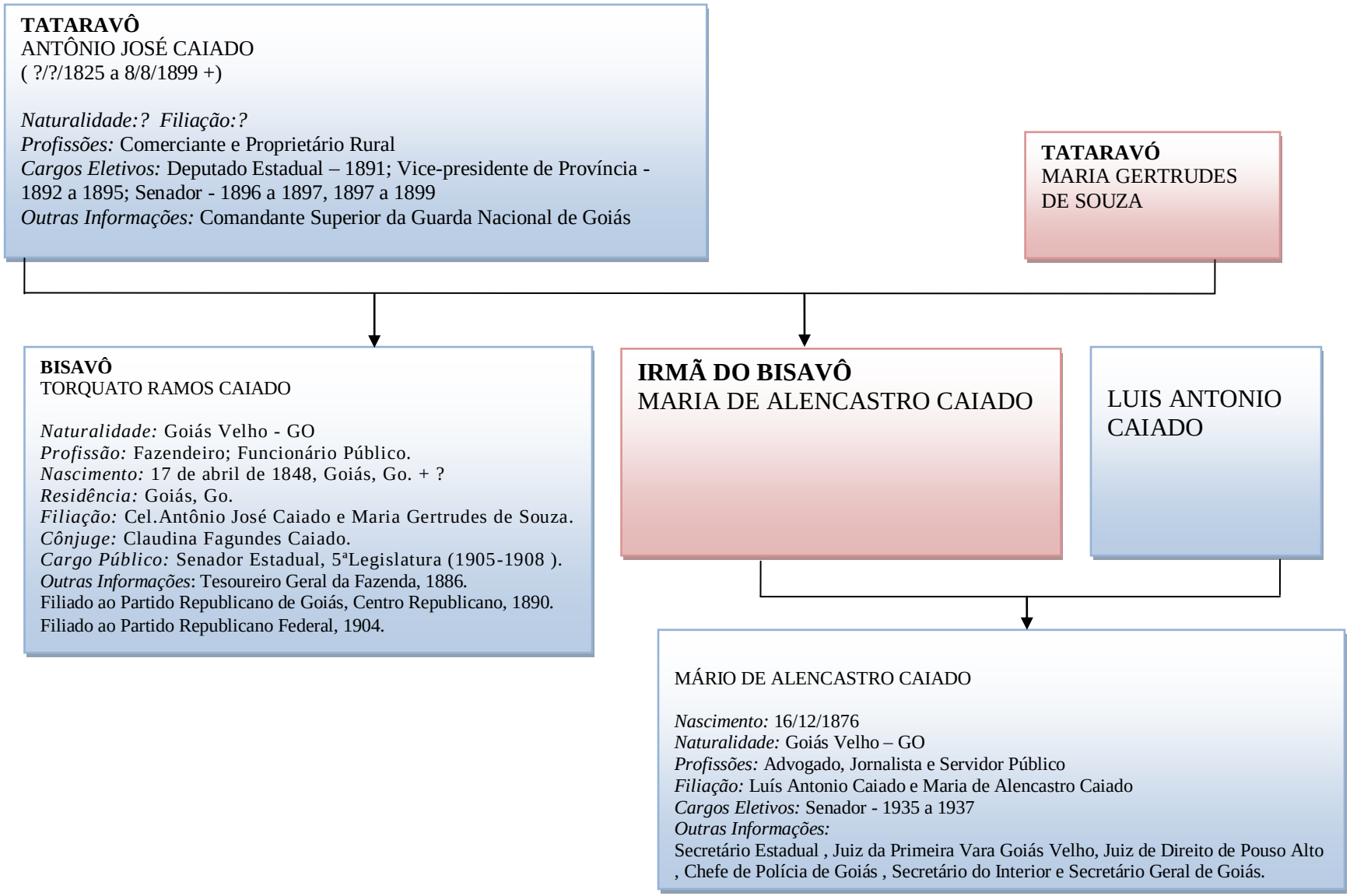


Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade (Continuação)

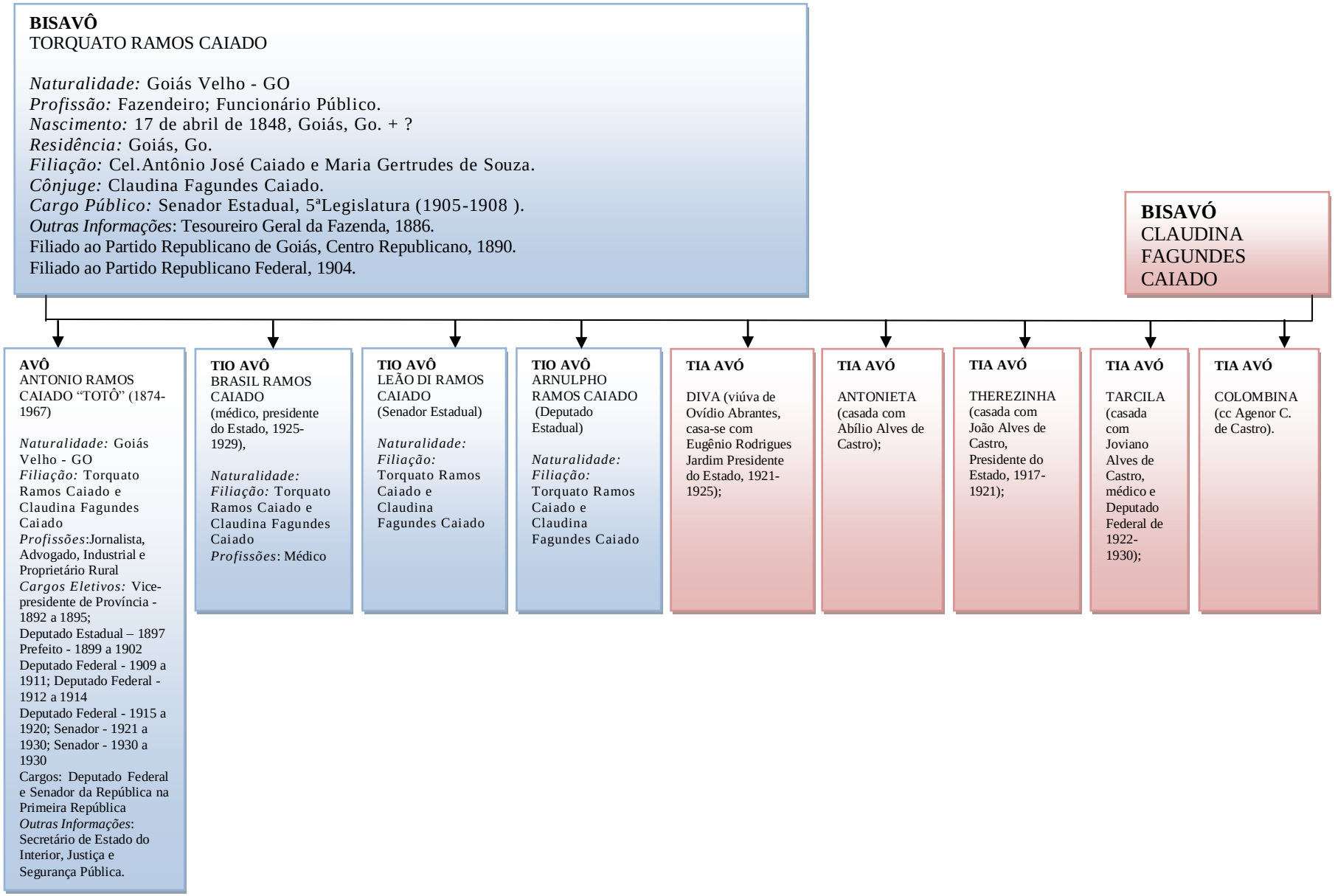


Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade (Continuação)

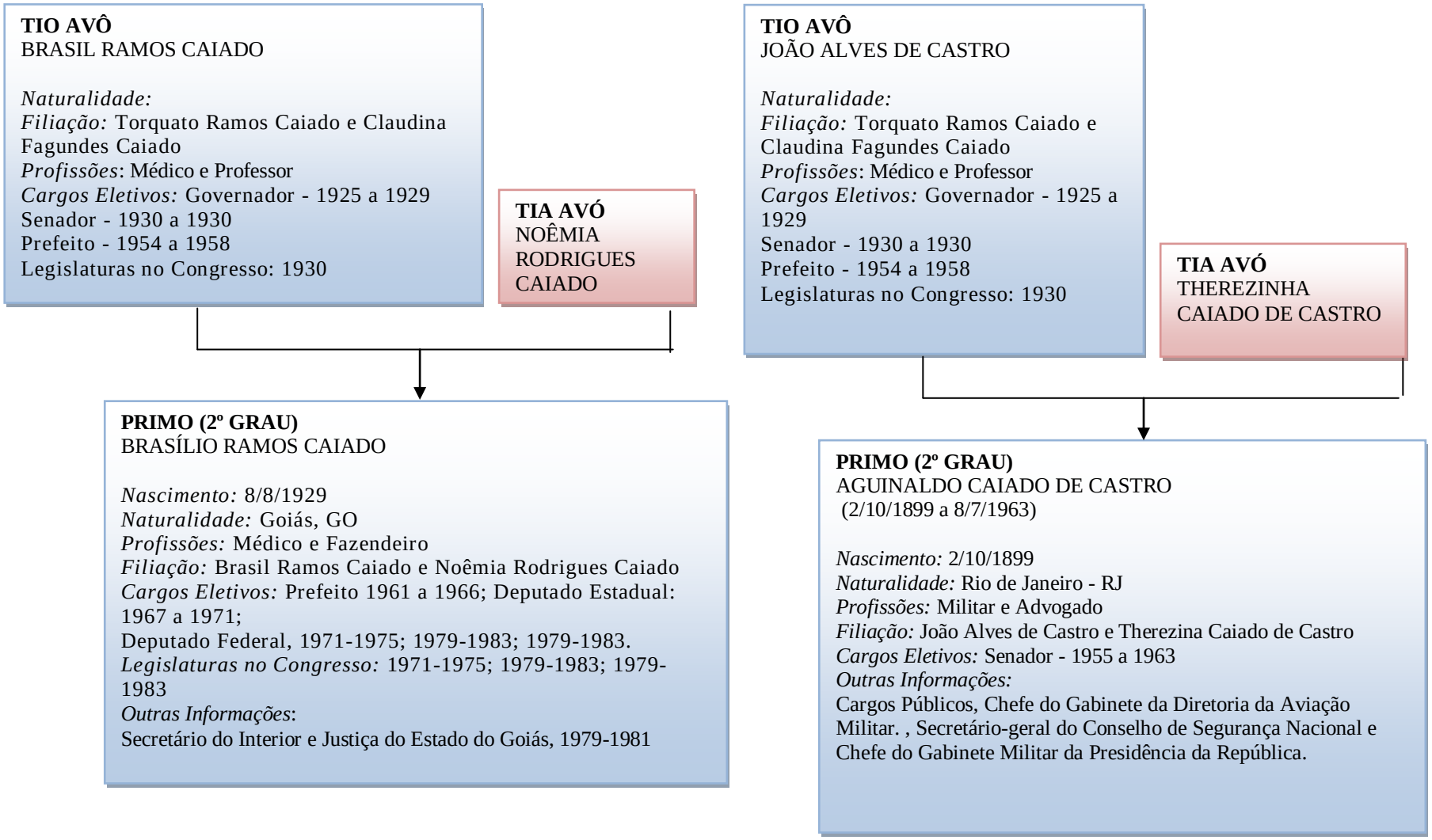


Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade (Continuação)

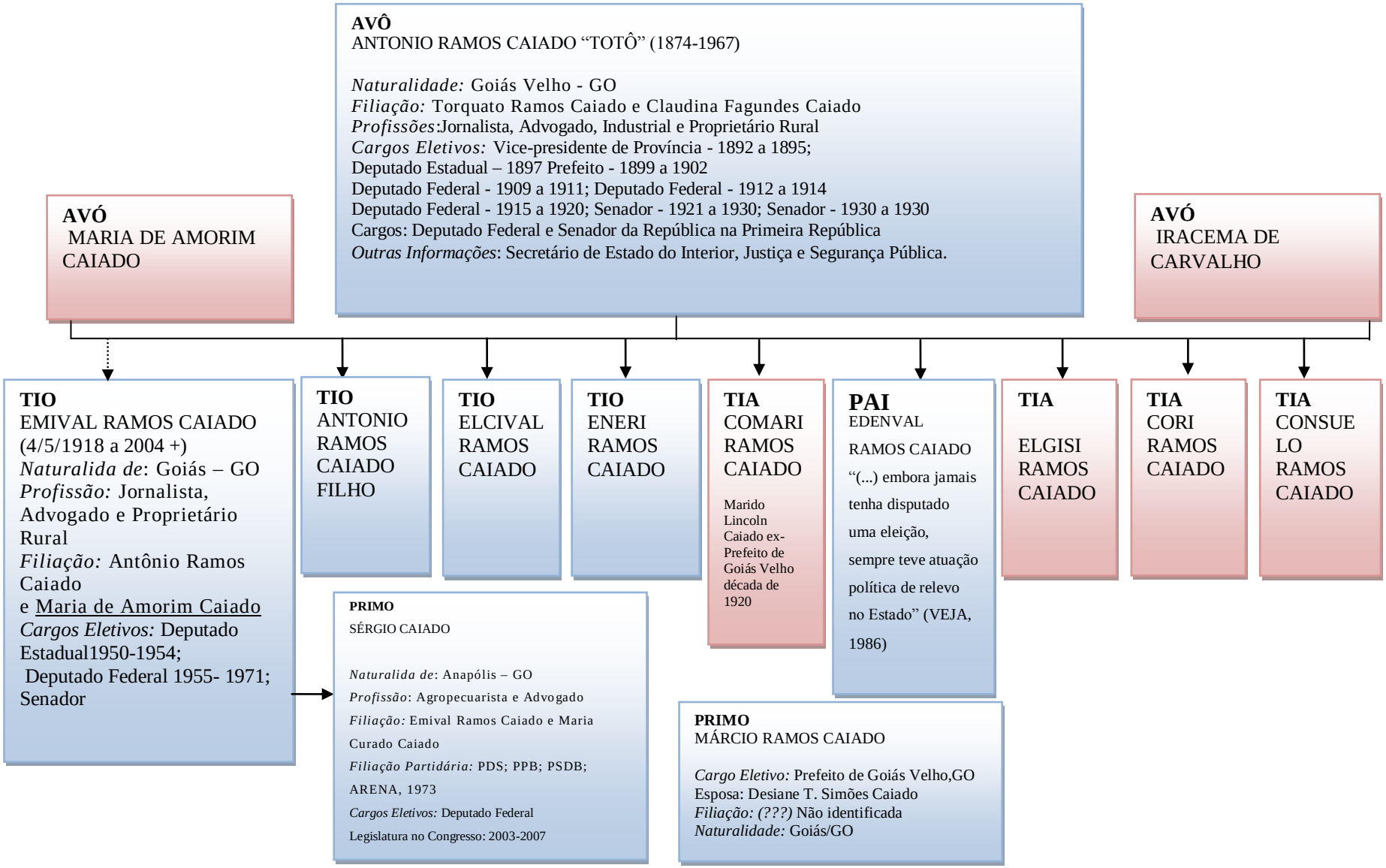
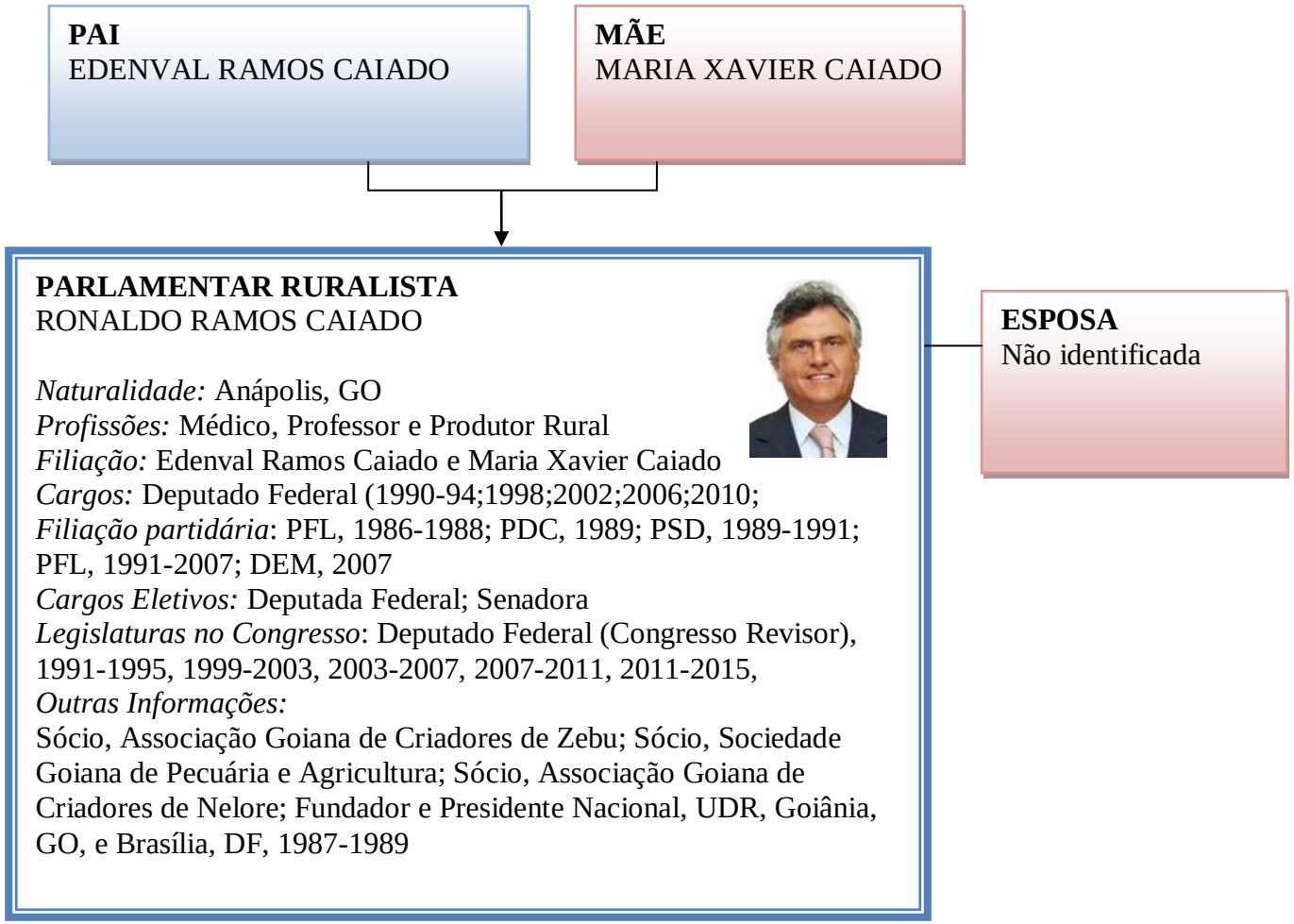


Figura 13 – Família Caiado: Laços de Família, Política e Propriedade (Continuação)



O Coronel Antônio José Caiado, é pai do Bisavô de Ronaldo Caiado, o fazendeiro e funcionário público, Torquato Ramos Caiado. Este por sua vez foi Senador Estadual (1905-1908), na República Velha quando esta era uma das Casas do poder legislativo estadual. Como pode ser visto na Figura 13, ele teve três filhas casadas com políticos, e quatro filhos com cargos que lhes conferiu poderes no estado. Os tios avôs de Ronaldo Caiado, Brasil Ramos Caiado e João Alves de Castro ocuparam e difundiram os tentáculos do poder da família Caiado entre os seus descentes. O poder desta oligarquia[28] prossegue entre os filhos e netos de Torquato Ramos Caiado. Sendo que o Jornalista, Advogado, Industrial e Proprietário Rural, Antonio Ramos Caiado "Totô" (1874-1967), avô de Ronaldo Caiado é quem tem uma trajetória mais extensa no controle do poder desde Vice-presidente de Província entre 1892 a 1895, passando por várias legislaturas como Deputado Federal até chegar ao Senado Federal da Primeira República. O patrimônio dos Caiado foi construído pelas práticas do tropeirismo, pecuária, engenho de cana-de-açúcar, também pela participação na política onde permanecem até a atualidade, conforme explicou Freitas (2011):

> (...) além da agropecuária passaram a exercer o tropeirismo, a agroindústria através do engenho de cana. Ingressaram na política provincial por cerca de 1860 e chegaram à política nacional por cerca de 1895 com permanência até a atualidade. Foram vários os pactos que marcam a inserção dos Caiado nas redes de sociabilidade e poder em Goiás, através da posse da terra, o exercício da atividade agropecuária continuada, através de alianças políticas no império e na República, com destaque para a aliança com os 'Bulhões' que sempre em evidência a família. A obtenção de educação formal de nível superior para os homens, as mulheres receberam educação formal sobretudo a partir da instalação do Colégio Fontana em Goiás e através de estratégias matrimoniais que foram muito interessantes para que confirmasse o poder da família. A primeira delas, o casamento de Belmiro Manoel Caiado com Brígida Ribeiro de Almeida, que era filha de um enfermeiro vizinho de Manoel Caiado, então somaram as propriedades, e ainda hoje existe a Fazenda Europa que foi erguida exatamente na propriedade que Brígida trouxe para este casamento." (Trecho da palestra *"Os Caiados em Goiás*", ministrada pela professora Doutora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG) Lena Castello Branco Ferreira de Freitas no dia 20 de outubro de 2011 no Cine UFG em Goiânia)

28 Recentemente, tomei conhecimento da referência FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de, *"Poder e Paixão: a saga dos Caiado"* 2 Volumes, Goiânia, GO, Cânone Editorial, 2009. Mas a mesma não foi consultada para este trabalho.

Ronaldo Caiado tem uma origem social privilegiada como político e como proprietário de terras, vale destacar que seu tio ex-deputado federal Emival Caiado UDN/GO foi um dos protagonistas da violência contra os camponeses goianos e posseiros envolvidos no confronto de Formoso e Trombas em Goiás, como analisou Esteves (2007), na dissertação *"Nas trincheiras: luta pela terra em Formoso e Trombas (1968-1964) uma resistência ampliada*."

Analisemos o patrimônio declarado por Ronaldo Caiado. Ao Cadastro do INCRA declarou quatro (4) fazendas que somam dois mil e trezentos e vinte e cinco (2.325) hectares, localizadas nos municípios goianos de Formoso do Araguaia, Mara Rosa e Itaberaí. A Fazenda Conquista declarada neste último município, teve área declarada de setecentos e noventa e cinco (795) hectares, toda a área desta propriedade foi declarada como posse.

Na declaração de bens entregue a Justiça Eleitoral no ano de 2006, Caiado declarou sete (7) propriedades que somam cinco mil cento e setenta e dois hectares (5.172,2), distribuídas nos municípios de Americano do Brasil, Itaberaí, Mara Rosa, Nova Crixás e Itumbiara.

Além destas propriedades ele declarou 61 cabeças de equinos, 2.478 cabeças de bovinos, quotas de capital Goiás Carne, 5 tratores, um apartamento e dois lotes no Alphaville Flamboyant.

Em 2010 houve uma considerável evolução deste patrimônio. O total de seu patrimônio aumentou de R$ 3.671.539,53 para R$ 5.950.666,62, e as terras correspondem a 28,95% do valor deste patrimônio. O rebanho aumentou *"bovinos e bufalinos quantidade 3.246 cabeças"*, "*2.484 asininos, equinos, muares*". Outros bens foram adquiridos por Ronaldo Caiado *"capital social na Cooperativa de Credito Rural", "15 quotas (1000) de capital social na Coopercampi", "Ações da Companhia Colonizadora".*

Ao longo deste texto já falamos de Ronaldo Caiado, e retomaremos sempre que sua figura política ou de liderança dos proprietários de terra no Brasil, se colocar como

articuladora, ou o mesmo protagonizar uma ação no campo, como no caso da articulação da União Democrática Ruralista (UDR) [29].

A propósito da alusão à UDR, o próximo político a ser analisado com parentesco na política também fez parte da articulação desta entidade no estado de Goiás, trata-se do Senador Iris Resende Machado, agropecuarista e advogado, é casado com a Deputada Federal homônima a Dona Iris Resende de Araújo Machado, ambos são filiados ao PMDB e declararam a mesma renda à Justiça eleitoral.

Figura 14 - Parentes na Política: Ruralistas Iris Resende Machado e Dona Iris de Araújo Resende Machado

PARLAMENTAR RURALISTA (MARIDO)
IRIS DE ARAUJO REZENDE MACHADO

Profissão: Advogado e Agropecuarista.
Naturalidade: Cristianópolis, GO.
Filiação: Filostro Machado Carneiro e Genoveva Rezende Carneiro.
Cônjuge: Iris Araújo Rezende (Homônima).
Filiação partidária:
Cargos Eletivos: Vereador - 1959 a 1962; Prefeito - 1966 a 1969; Deputado Estadual - 1962 a 1966; Governador - 1983 a 1987, 1991 a 1994; Senador -1995 a 2003
Legislaturas no Congresso: 1995 a 2003
Outras Informações: **Ministro de Estado da Agricultura no Governo Sarney; Ministro de Estado da Justiça no Governo Fernando Henrique; Ministro Extraordinário do Mirad; Ministro Extraordinário do Mirad.**

PARLAMENTAR RURALISTA (ESPOSA)
DONA IRIS DE ARAUJO REZENDE MACHADO
Profissão: Administrador Público
Naturalidade: Três Lagoas/MS
Filiação: Severiano Araújo e Maria Aparecida Gonçalves de Araújo
Cônjuge: Iris Araújo Rezende (Homônimo).

Filiação partidária: PMDB
Cargos Eletivos: Deputada Federal; Senadora
Legislaturas no Congresso: 1995 a 2003
Outras Informações: Fundadora e 1ª Presidente da Fundação Legionárias do Bem Estar Social, Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966-1969; Presidente da Fundação Legionárias do Bem Estar Social como 1ª Dama do Estado de Goiás, acumulando Presidência da OVG, 1983-1986; Presidente da OVG, 1991-1994.

FILHOS

Não identificados

29 No bojo da ação da UDR, no dia 06/10/1986 Ronaldo Caiado compareceu para entrevista e debate no Programa Roda Viva, nela podemos nos apropriar do discurso reacionário desta liderança naquele contexto. A entrevista está disponível em www.rodaviva.fapesp.br/.../entrevistados/ronaldo_caiado_1986.htm Acesso em 24 de Abril de 2012

Como pode ser visto na Figura 14, Iris Resende encontra-se a muito tempo no poder. Iniciou sua carreira como Vereador de Goiânia em 1959, até chegar ao Senado em 1995. Pela sua biografia, passou mais tempo no controle da política de Goiás. No que se refere a representação na agricultura, além das posições radicais sobretudo, por ter participado da articulação da UDR, ele foi também Ministro de Estado da Agricultura no Governo Sarney; Ministro Extraordinário do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), Ministro de Estado da Justiça no Governo Fernando Henrique. Ou seja, ocupou cargos decisivos para a política agrária e agrícola, em um momento de grande tensão e disputas no campo.

Não bastasse todo o poder político consolidado, projetou sua esposa, Dona Iris de Araujo Rezende Machado, que já foi eleita direto para os cargos no Congresso Nacional como Senadora e Deputada Federal, cargo que ocupa atualmente.

No que se refere ao patrimônio fundiário, ao cadastro do INCRA declararam três grandes propriedades produtivas que somam três mil novecentos e oitenta (3.980) hectares localizadas em Britânia e Trindade (GO).

Na declaração de bens mais recente 2010, foram declaradas 15 propriedades rurais. O patrimônio do casal soma R$ 14.638.948,31, sendo que 19,96% é o valor que correspondem os seus vinte e cinco mil e trezentos e oito (25.308,9) hectares de terras. As propriedades rurais encontram-se localizadas em Goiás (Britânia e Guapo), e no Mato Grosso (Canarana). Este patrimônio envolve também automóveis, onze mil cabeças de gado, asininos, equinos e moares, equipamentos agrícolas, terrenos para loteamento.

A teia das relações patrimoniais, políticas e familiares envolvem o seu irmão, o empresário do agronegócio e minerador Orlando Alves Carneiro (falecido em 2006), na ocasião da morte deste, os ruralistas, Leandro Vilella PMDB/GO e Luis Bitterncourt (PSDB –GO) o homenagearam, no plenário exaltando a sua trajetória na exploração mineral e na representação da classe;

> (...) na década de 70, sem o moderno mapa utilizado pelas empresas, Orlando Alves Carneiro descobriu que Goiás estava vocacionado para vários ramos da mineração e concentrou seus esforços na constituição da Mineração Catalão Goiás, cujo grupo explora o mineral nióbio, um dos mai caros do mundo. As reservas de pericloro (Nb205) se concentram em Minas Gerais (96,3%), Amazonas (2,7%) e Goiás (1%), mas o detalhe é que a empresa localizada no

> meu Estado cuida de 21,7% da produção brasileira de pericloro, enquanto a campanha brasileira de Metalurgia e Mineração lidera a produção mundial com 78,3%.
> O mineral que o empresário Orlando Alves Carneiro tanto incentivava está no espaço e nos veículos automotores mais caros do mundo. Até a década de 50 o uso do nióbio seguia a oferta limitada e custo elevado, eis que pouquíssimas regiões do mundo produziam o mineral. A Mineração Catalão têm participação acionária dá multinacional Anglo American e Bonzano Simonsen. A capacidade nominal instalada na empresa estava entre 670 mil toneladas ao ano em 2000. Pare se ter idéia da importância atual da mineradora, ela exposta 36% de sua produção para a Alemanha, 29% para os EUA e 22% para o Japão, dentre outros mercados de destino.
> Nascido na cidade de Caldas Novas, ele passou a infância na fazenda do pai, Filostro Carneiro Machado, em Cristianópolis, foi proprietário da fábrica de Laticínios Jerivá e era sócio-fundador do Frigorífico Vera Cruz, além da mineração que explora nióbio e fosfato no Sul do Estado.
> Conselheiro da Federação das Indústrias de Goiás, representava o baluarte da indústria goiana, principalmente no setor da mineração, segundo opinião expressa pelo empresário Paulo Afonso, presidente da referida entidade de classe. (DISCURSO DO DEPUTADO LUIS BITTERNCOURT EM HOMENAGEM A ORLANDO ALVES CARNEIRO, 2006)

Ainda neste estado, a Senadora Lúcia Vânia Abrão Costa PSD/GO, foi dentre as mulheres ruralistas, a primeira a ingressar no Congresso, já no período da Constituinte de 1988. Ela teve identificados os seguintes parentes em cargos eletivos ex-marido, primo e irmão. Além dos cargos eletivos exercidos por seus parentes inclusive no Congresso Nacional que podem ser vistos na Figura 15, seu irmão Moisés Abrão Neto participou ativamente de entidades representativas de classe (na Sociedade Algodoeira de Goiânia Ltda, SOALGO – Sociedade de Armazéns Gerais Ltda, Presidente da ALGOFIBRA desde 1974 e Presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Estado de Goiás).

No cadastro do INCRA seu primo Pedro Abrão Filho possui cinco (5) propriedades declaradas em Goiás nos municípios de Cumari, Goiânia e Indiara. Seu pai Abdala Abrão também declarou duas (2) propriedades em Goiânia, sendo que uma foi declarada grande propriedade improdutiva.

Lúcia Vânia não declarou propriedades no cadastro do INCRA, enquanto na declaração de bens, esta parlamentar declarou nove (9) propriedades, mas revelou a área de somente duas pequenas propriedades que somam pouco mais que trinta e quatro (34,7) hectares.

Figura 15 - Parentes na Política: Ruralistas Lúcia Vânia Abrão Costa

PAI
ABDALA ABRÃO

MÃE
RITA GONÇALVES ABRÃO

EX-MARIDO
IRAPUAN COSTA JÚNIOR

Naturalidade: Goiânia, GO
*Profissão:*Engenheiro
Filiação: Irapuan Sardinha Costa e Raynerita de Queiroz Costa
Filiação Partidária: MDB; PMDB, 1980
Cargos Eletivos: Prefeito, Anápolis/GO, 1973 a 1973 Governador, GO, 1975 a 1979 Senador, GO, 1987 a 1995, Constituinte
Legislaturas no Congresso: 1983-1987
Outras Informações:
Professor da Escola de Engenharia da UFGO; Fundador e Diretor da Construtora Incorporadora de Goiás Ltda; Fundador e Diretor da ENCOL, Engenharia e Comércio Ltda; Fundador e Diretor da WCA - S/A Crédito Imobiliário; Presidente do Banco Brasileiro Comercial S/A, BBC; Diretor e Técnico da Centrais Elétricas de Goiás - CELG; Presidente da Centrais Elétricas de Goiás - CELG.

PARLAMENTAR RURALISTA
LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA

Naturalidade: Cumari, GO
Profissões: Jornalista
Filiação: Abdala Abrão e Rita Gonçalves Abrão
Filiação partidária: PMDB, 1987-1993; PP, 1993-1995; PPB, 1995-1997; PSDB, 1997
Cargos Eletivos: Deputada Federal, Senadora, 2003
Legislaturas no Congresso: 1987-1991, 1991-1995, 1999-2003
Outras Informações:
Secretária Nacional de Assistência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1995-1998.

PRIMO
PEDRO ABRÃO JÚNIOR

Naturalidade: Goiânia, GO
Profissão: Empresário
Filiação: Pedro Abrão Filho e Maria Esperidião Abrão
Filiação partidária: PMDB, 1990-1992; PTR, 1992-1993; PP, 1993; PTB, 1993
Cargos Eletivos: Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, Deputado Federal, 1995-1999
Legislaturas no Congresso:
Outras Informações:
Proprietário, Voar Táxi Aéreo e Vilatur, GO. Vice-Presidente, Associação Nacional de Armazéns Gerais, Goiânia, GO; Diretor, ACIEG, Goiânia, GO, 1984-1986; Membro, Câmara Comercial Árabe-Brasileira, São Paulo, SP.

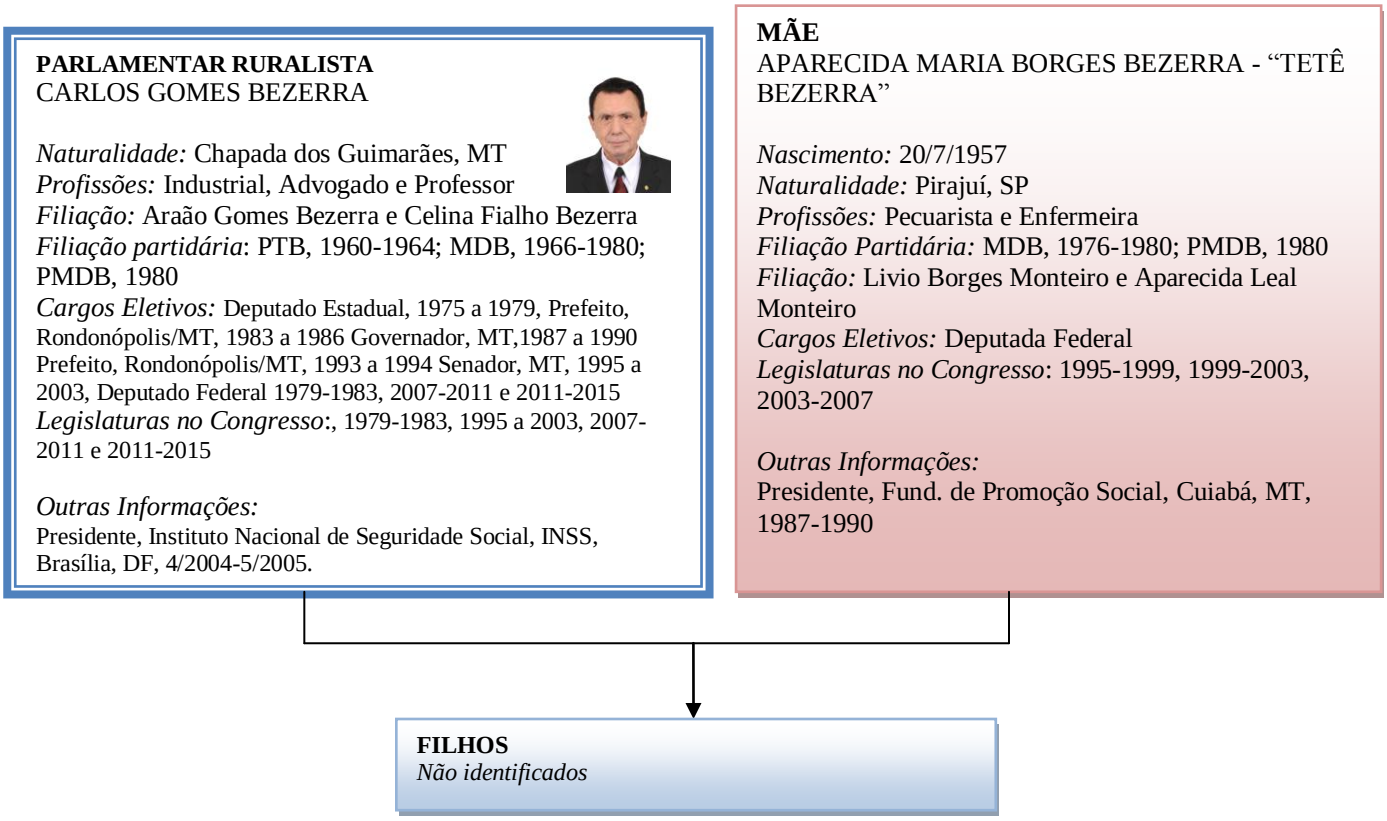
IRMÃO
MOISÉS ABRÃO NETO

Naturalidade: Cumari,GO
Profissão: Professor, Empresário e Economista
Filiação partidária:
Cargos Eletivos: Deputado Estadual (1982 a 1986), Deputado Federal e Senador
Legislaturas no Congresso: 1987, 1989 a 1995
Outras Informações: Professor de Programação Econômica, Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, 1972-1973. Sócio-Fundador: Transportadora Apolo Ltda; **Sociedade Algodoeira de Goiânia Ltda; e SOALGO – Sociedade de Armazéns Gerais Ltda. Presidente da ALGOFIBRA desde 1974. Presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Estado de Goiás**, 1978-1980 e 1980-1983. Conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Goiás, 1976-1978 e 1980-1982. Diretor da Associação Comercial e Industrial de Goiás,

O estado do Mato Grosso pode eleger três senadores e oito parlamentares a cada gestão, e, foram estudados entre eles os ruralistas. Identifiquei com parentes na política, os parlamentares Carlos Gomes Bezerra PMDB/MT, e os irmãos Jayme Veríssimo Campos DEM/MT e Júlio José de Campos DEM/MT. Além de parentes na política, eles também são fazendeiros, são latifundiários, e concentraram extensas áreas de terras em seu poder.

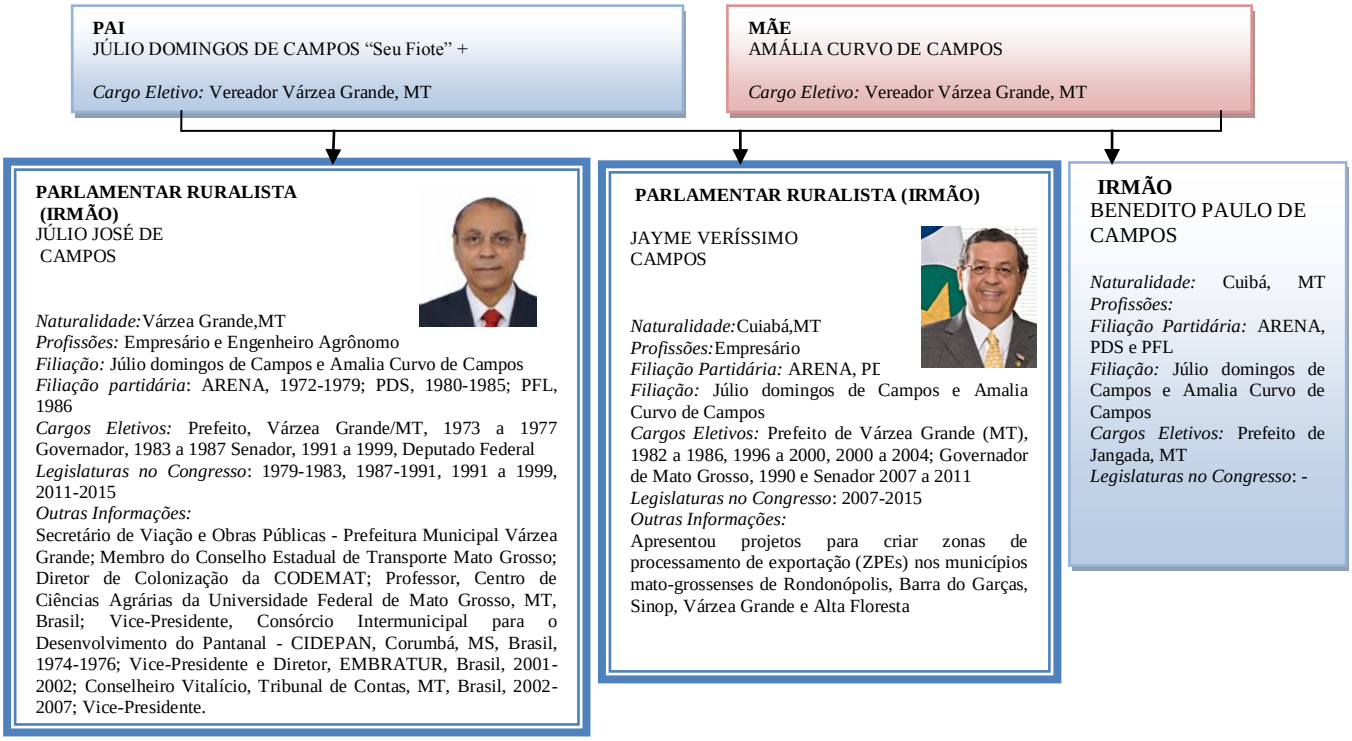
Carlos Gomes Bezerra PMDB/MT declarou três grandes propriedades improdutivas, ao cadastro do INCRA. Carlos Gomes Bezerra que construiu sua trajetória a partir de Rondonópolis/MT como Prefeito, projetou sua esposa a pecuarista "Tetê Bezerra" que já se elegeu diretamente como Deputado Federal.

Figura 16 - Parentes na Política: Ruralistas Carlos Gomes Bezerra



Jayme Veríssimo Campos DEM/MT, declarou ao INCRA em Rosário do Oeste/MT e Alta Floresta/MT seis mil setecentos e quarenta e nove (6.749) hectares, com destaque para a Fazenda Eldorado em Alta Floresta de dois mil e oitocentos e sessenta e quatro (2.864) hectares. Entretanto, nos bens declarados a Justiça eleitoral R$ 14.142.116,37 afirmou possuir vinte e quatro mil e setecentos e noventa e seis (24.796) hectares, além de quatro propriedades cujas áreas não foram reveladas. Os imóveis rurais correspondem a 48, 04% do valor de seus bens, que incluem imóveis urbanos, automóveis, equipamentos agrícolas, *"aquisição cota capital Fritanser Frigorífico Tangara da Serra Ltda uas terras".* Automóveis, *"31.000 Quotas-Capital Da Friaf-Frigorifico Alta Floresta Ltda"* dentre outras coisas. Júlio José de Campos declarou onze mil e seiscentos e cinquenta e dois (11.652) hectares, três são grandes propriedades improdutivas, em Cuiabá e Jangada/MT. Ele declarou R$ 12.894.052,71, as propriedades rurais correspondem a 11,31% do valor dos bens. Além de grande número imóveis urbanos e participação em empresa de mineração. Uma característica que geralmente é comum aos políticos da bancada ruralista e que também é comum aos irmãos Júlio e Jayme Campos, é o controle dos meios de comunicação local, ambos irmãos declararam bens em empresas de radiodifusão.

Figura 17 - Parentes na Política: Ruralista Júlio José de Campos e Jayme Veríssimo Campos



No Mato Grosso do Sul, que também pode eleger três senadores e oito parlamentares na Câmara Federal, são sete os ruralistas analisados. Mas, com parentes na política, somente o já falecido Deputado Federal Flávio Augusto Coelho Derzi PMDB/MS, que declarou como profissão agricultor, administrador de empresas e pecuarista. Como não tive disponibilidade dos dados do Mato Grosso do Sul no cadastro do INCRA, só foi possível analisar os dados da declaração de bens de Flávio Derzi. Em sua declaração de bens R$ 3.082.056,08 o então parlamentar declarou quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois (45.572) hectares. Estas terras correspondem a 56,25% do valor total de seus bens. Vale destacar as grandes propriedade por ele declaradas em Corumbá, MS,*"50% da Fazenda Mandioré sendo 3.921 Ha de Posse Comum com Carlos Magno Derzi"* possui oito mil cento e setenta e nove (8.179) hectares. E especialmente a Fazenda de trinta e dois mil, oitocentos e oito (32.808) hectares, referente a *"50% do Imóvel Rural Fazenda Conceição, Município de Corumbá-MS, doada pelos seus pais, em 12/80, matrícula 6724/25/26, em comum com Carlos Magno Derzi (31%) e seu sobrinho Fábio V. Derzi (19%)",* (Declaração de Bens Entregue à Justiça Eleitoral, 2002).

Flávio Derzi foi um grande proprietário de terras, representante da Associação dos Criadores do Mato Grosso, e pertenceu ao grupo da ARENA, além de ser filho de Saldanha Derzi, *"o Senador biônico",* conforme escreveu Regina Bruno:

> Enquanto, no plano corporativo, quem reage são basicamente os representantes patronais das regiões Sul e sudeste, no campo político, ao contrário, são basicamente os deputados e senadores do Norte e Nordeste que vem a público posicionar-se contra o PNRA. Dentre os políticos mais assíduos na imprensa destacam-se, pelo PMDB, Saldanha Derzi (MS), líder do governo Sarney no Senado, senador biônico, Prefeito de Ponta Porã e vice – presidente da subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária na Constituinte e Roberto Cardoso Alves (SP), membro da SRB e, posteriormente, uma das figuras mais atuantes na Constituinte de 88. Saldanha Derzi é considerado pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), como "um político sem sensibilidade para os pleitos dos movimentos sindicais e populares, que preferiu apoiar a tese da UDR" (Diap, 1988:275). Temos também Carlos Alberto di Carli (AM), industrial e grande proprietário de terras, "simpatizante da UDR" e signatário do Centrão (idem, 83), e Wilson Martins, o único a votar a favor da reforma na Constituinte de 88. (BRUNO, 2002:126-127)

Figura 18 - Parentes na Política: Ruralista Flávio Augusto Coelho Derzi

(Cunhado de Saldanha Derzi)

LÚDIO MARTINS COELHO (22/9/1922 a 22/3/2011+)

Naturalidade: Rio Brilhante - MS
Filiação: Laucídio Coelho
e Lúcia Martins Coelho
Naturalidade: Rio Brilhante - MS
Profissão: Agropecuarista
Filiação partidária: UDN; PMDB; PTB
Cargos Eletivos: Prefeito de Campo Grande- 1983 a 1985, 1989 a 1992
Senador - 1995 a 2003
Legislaturas no Congresso: 1995 a 2003
Outras Informações: Presidente do Banco Agrícola de Dourados Mato Grosso do Sul

PAI
RACHID SALDANHA DERZI (21/10/1917 a 10/2/2000)

Naturalidade: Ponta-Porã-MS
Profissão: Proprietário Rural, Jornalista e Médico (Senado), Industrial, Médico e Pecuarista (Câmara dos Deputados)
Filiação: Chenin Derzi e Estefânia Saldanha Derzi
Filiação partidária: ARENA; UDN; PDS; PP; PMDB
Cargos Eletivos: Prefeito - 1942 a 1945; Vereador - 1947 a 1950
Prefeito - 1950 a 1954; Deputado Federal - 1955 a 1959; 1959 a 1963; 1963 a 1967; Deputado Estadual - 1967 a 1971; Senador - 1971 a 1978; 1979 a 1987; 1987 a 1995.
Legislaturas no Congresso: 1955 a 1959; 1959 a 1963; 1963 a 1967; 1971 a 1978; 1979 a 1987; 1987 a 1995.
Outras Informações: No Senado participou das comissões: Primeiro-Vice-Presidente; Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Suplente; Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária: Primeiro-Vice-Presidente; Reforma Agrária: Primeiro-Vice-Presidente.

ESPOSA
EDVIGES COELHO DERZI

PARLAMENTAR RURALISTA
FLÁVIO AUGUSTO COELHO DERZI

Naturalidade: Campo Grande/MS
Profissão: Agricultor, Administrador de Empresas e Pecuarista
Filiação: Rachid Saldanha Derzi e Edviges Coelho Derzi
Filiação partidária: ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-2007; DEM, 2007 PST, 1990-1991; PFL, 1991-1993; PST, 1993; PP, 1993-1995; PPB, 1995-1999; PMDB, 1999-2001
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, PE, Partido: ARENA, Período: 1967 a 1979
Legislaturas no Congresso: 1991-1995; 1995-1999; 1999-2001
Outras Informações: Secretário de Estado, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo, Campo Grande, MS, 1987-1988; Secretário de Estado, Secretaria da Fazenda do Governo, Campo Grande, MS, 1988-1989. Diretor, Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul, 1981-1982; Presidente, Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul, 1985-1987; Diretor, Sindicato Rural de Campo Grande, MS

O Distrito Federal, também elege três senadores e oito deputados federais. São cindo os ruralistas sendo que três foram identificados como políticos proprietários de terras, contudo não identifiquei familiares na política. Enquanto os dois representantes ruralistas que assumiram para o DIAP pertencerem a Bancada Ruralista, fazem parte da mesma família. Trata-se de Joaquim Roriz/PSC e sua filha Jaqueline Roriz do Distrito Federal. Como já mencionado na Introdução, este parlamentar foi cassado pela Lei da Ficha Limpa[30].

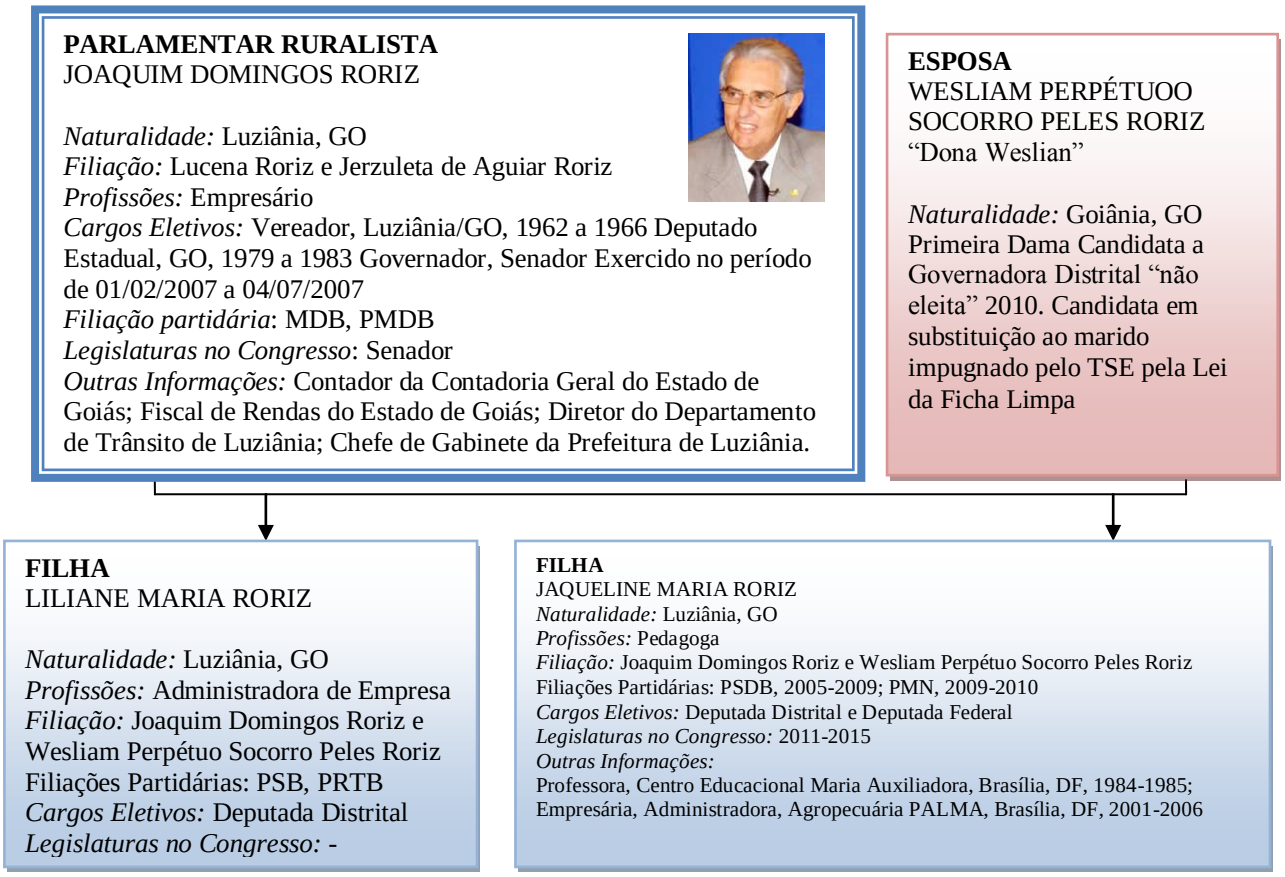
> Para se manter como uma referência política viva, o ex-governador Joaquim Roriz (PSC), banido de mandatos eletivos pelos próximos 16 anos em decorrência da Lei da Ficha Limpa, precisa provar que o rorizismo não se extingue com a sua distância do poder. Apesar de ter transferido para a mulher, Weslian Roriz, na disputa ao segundo turno, 440 mil votos, correspondente a 25% do eleitorado do Distrito Federal, (...) A sobrevivência do rorizismo como perspectiva de poder depende do sucesso das duas herdeiras políticas do ex-governador — Jaqueline (PMN) e Liliane Roriz (PRTB). As duas filhas se elegeram, respectivamente, deputada federal e distrital, e travam uma luta familiar pela chance de concorrer no futuro a um mandato majoritário como sucessora do pai. (...) Na base de Roriz, nove candidatos se elegeram, mas pelo menos quatro — Eliana Pedrosa (DEM), Raad Massouh (DEM), Benedito Domingos (PP) e Wellington Luís (PSC) — não devem travar com o governo embates ferrenhos. (...) Liliane terá como parceira na oposição a deputada eleita Celina Leão (PMN), aliada de Jaqueline na disputa familiar pelo espólio de Roriz. As duas neófitas terão de estrear na política já com a tarefa de incomodar o governo com discursos no plenário e mobilização da sociedade contra medidas impopulares a serem adotadas pela gestão de Agnelo. (CORREIO BRAZILIENSE, 2010) (Grifo meu)

O mesmo jornal informou que "*Quando deixou o governo em 1994, Roriz se afastou da cena política. Passou meses nos Estados Unidos ou em sua fazenda Palma, em Luziânia (GO).*" A estratégia de eleger sua esposa Weslian, não funcionou, pois a mesma teve a candidatura impugnada pelo TSE. Em sua declaração de bens ele assumiu possuir seis mil, cento e dezessete (6.117) cabeças de gado e 51 suínos à Receita Federal (2006), rebanho não declarado em 2010. Declarou a propriedade Fazenda Inhuma, contudo não declarou a área. Outra propriedade, que não constou na

30 Lei Ficha Limpa - Lei Complementar 135/10 | Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

soma final (por ser de 2006), foi a área de mais de seiscentos e sessenta e dois hectares (662,74) hectares - Loteamento No Rio Bagagem - Niquelândia/Go, que em 2010 apareceu somente como loteamento e o valor do bem, portanto, não tem uma distinção clara se é um imóvel rural, ou urbano. Também declarou a Fazenda Jurema, no valor de cem mil reais (R$ 100.000) com área e local não identificados. Enquanto sua filha Jaqueline Roriz tem vínculo com atividade agríciola quando declarou "*Direito A Receber Sobre As Contas Da Agropecuaria Palma Ltda, Cevada Prod Agropecuarios Ltda"* também declarou "*18 Lotes Em Luziania*". Embora não tenha sido possível identificar propriedades rurais em seu patrimônio a soma do valor dos bens de Jaqueline e joaquim Roriz é de oito milhões e oitenta e oito mil reais (R$ 8.088.104,00).

Figura 19 - Parentes na Política: Ruralista Joaquim Roriz e Jaqueline Roriz



Região Nordeste:

Identifiquei na Região Nordeste, quarenta e três (43) parlamentares da Bancada Ruralista cujos familiares ocupam cargos eletivos, com exceção do estado de Sergipe, em todos outros estados do Nordeste os ruralistas elegem parentes, ou foram eleitos pela força do sobrenome. Analisemos os parlamentares nesta situação.

O estado de Alagoas elege na Câmara a cada quatro anos nove Deputados Federais e a cada oito anos três Senadores. A representação ruralista deste estado, no período analisado possui dez parlamentares, sendo que em seis destes identifiquei parentes na política.

Iniciemos a análise pelo Deputado Federal Arthur Lira PP/AL, que declarou quatro propriedades rurais na declaração de bens (2010), que correspondem a 64,79%, do valor total de seus bens. Este agropecuarista é filho do também ruralista e pecuarista Benedito de Lira, mas ambos não declararam nenhum rebanho e nenhuma propriedade ao Cadastro do INCRA (2003). Benedito de Lira possui uma tradição gestada em sua cidade natal, Junqueiro/AL, no partido da ARENA onde foi Vereador e Prefeito, depois foi Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Dos bens do Senador 65,23% do valor correspondem à suas Fazendas em Quipapa/PE e Major Isidoro/AL. A trajetória política do pai e do filho podem ser analisadas na Figura 20 a seguir.

Figura 20 - Parentes na Política: Ruralista Arthur César Pereira De Lira e Benedito de Lira

PARLAMENTAR RURALISTA
BENEDITO DE LIRA

Naturalidade: Junqueiro, AL
Profissões: Advogado, Servidor Público e Pecuarista
Filiação: Francelina Maria da Conceição
Filiação partidária: ARENA, 1965-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-2002; PTB, 2002-2003; PPB, 2003; PP, 2003
Cargos Eletivos Vereador, Junqueiro/AL, 1966 a 1970, 1972 a 1976; Prefeito, Maceió/AL, 1977 a 1977, Interino Vereador, Maceió/AL, 1977 a 1982 Governador, AL, 1983 a 1983, Interino Deputado Estadual, AL, 1983 a 1987, 1987 a 1991, 1991 a 1995; Governador, AL, 1993 a 1993, Interino; Deputado Federal, Senador
Legislaturas no Congresso: 2011-2015
Outras Informações:
Escriturário, Banco do Povo S.A., Maceió, AL, 1962-1967; Membro Efetivo da Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia, Maceió, AL; Secretário, Col. Cenesista Élio Lemos, Maceió, AL, 1963-1982; Funcionário, Secretaria da Fazenda, Maceió, AL, 1967-1993; Consultor Jurídico, Governo do Estado de Alagoas, 1985; Procurador do Estado, Governo do Estado de Alagoas, 1988.

ESPOSA
IVANETE PEREIRA DE LIRA

FILHO PARLAMENTAR RURALISTA
ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA

Naturalidade: Maceió, AL
Profissões: Agropecuarista, Bacharel em Direito e Empresário
Filiação: Benedito de Lira e Ivanete Pereira de Lira
Filiação partidária: PFL, 1991-1995; PSDB, 1995-2001; PTB, 2001-2005; PMN, 2005-2009; PP, 2009
Cargos Eletivos: Vereador, Maceió/AL, 1993 a 1996, 1997 a 1999; Deputado Estadual, 1999 a 2003 , 2003 a 2007, 2007 a 2011, Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 2011-2015

Enquanto isso, o Deputado Federal João Lyra PTB/AL declarou em 2010, um patrimônio no valor de R$ 240.395.155,75. Seus bens incluem seis (6) fazendas, sendo que uma delas encontra-se localizada no município de Canápolis no Triângulo Mineiro. As áreas das propriedades não foram informadas. As demais propriedades estão localizadas nos municípios alagoanos de Pilar, Atalaia, Coruripe. Ao cadastro do INCRA declarou quatro (4) propriedades em Maceió, Coruripe e União dos Palmares também no estado de Alagoas.

Este parlamentar informou a profissão de industrial, e, entre seus bens declarou as usinas “LAGINHA AGRO INDUSTRIAL SA GUAXUMA” e “LAGINHA AGRO INDUSTRIAL SA URUBA”. São ao todo, 97 propriedades que somam vinte e sete mil e

seiscentos e quarenta hectares (27.640 ha). Destas vinte e seis (26) foram declaradas grandes ou médias propriedades improdutivas.

João Lyra é irmão do ex-senador Carlos Lyra, eles são filhos do usineiro Salvador Pereira de Lira, como pode ser visto na Figura 20.

Carlos Lyra é presidente do grupo Carlos Lyra, este grupo possui cinco Usinas (Caeté, Cachoeira, Volta Grande, Marituba e Delta). A Varella Agropecuária também pertence ao grupo Carlos Lyra

> A Varella Agropecuária é, atualmente, um dos grande nomes da criação e seleção de gado Nelore de alta linhagem. É promotora, juntamente com outros criadores, de um dos maiores leilões da raça, internacionalmente conhecidos, o ORIGENS DA RAÇA, em Uberaba, durante a tradicional EXPOZEBU. Ao longo destes anos de seleção, a Varrela conquistou importantes premiações nas principais exposições da raça, dentre elas a EXPOINEL - Exposição Internacional de Nelore e EXPOZEBU - Exposição Nacional de Uberaba. Onde vários de seus animais alcançaram o posto de Grandes Campeões, a exemplo do reprodutor SISO de FC, que foi Grande Campeão em 1992 e Carona do Varrela, que foi inúmeras vezes Grande Campeã. Atualmente, a Varrela possui três núcleos seletivos: em São Miguel dos Campos (AL) que além da seleção de Nelore, desenvolve um trabalho de Seleção / Cruzamento Industrial com ovinos das raças Polled Dorset x Santa Inês, Barra do Corrente (GO) e outro em Uberaba (MG), onde possui uma grande estrutura de venda de touros, matrizes e sêmem, além do plantel de exposições. (FAZENDA VARRELLA GRUPO CARLOS LYRA, 2002)

A área das terras destas empresas do Grupo Carlos Lyra somam vinte e três mil e oitocentos e vinte e três (23.823) hectares em vinte e oito (28) propriedades rurais.

Figura 21 - Parentes na Política: Ruralista João José Pereira de Lyra

PAI
SALVADOR PEREIRA DE LIRA

Naturalidade: Usina Serra Grande, em São José da Lage, AL
Filiação: Carlos Benigno de Lyra e ?
Filiação: Salvador Pereira de Lira e Maria da Conceição Diniz Pereira de Lira
"Foi diretor-gerente da Usina Serra Grande, de 1924 a 1945 e diretor-presidente de 1945 a 1954. Em 1953 comprou a Usina Laginha, posteriormente transferida a seu filho João José Pereira de Lyra e em 1946 fundou a firma Cia Abastecedora Norte Alagoas (CANA), depois transferida ao seu filho Carlos de Lyra Neto". (COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA, AÇÚCAR NO BRASIL, 2012)

MÃE
MARIA DA CONCEIÇÃO DINIZ LYRA

IRMÃ
MARGARIDA PEREIRA DE LYRA

"Margarida casou com Fernando pessoa de Melo, filho de José Joaquim de Melo Filho, fundador de usinas, sendo a última a Usina Água Branca, em Pernambuco(...) tiveram dois filhos, João Carlos e Eduardo, da Usina Água Branca, que quando da morte do pai Fernando, já era proprietário exclusivo dessa Usina."

IRMÃO
CARLOS BENIGNO PEREIRA DE LYRA NETTO

Industrial e Empresário Presidente do Grupo Carlos Lyra

Naturalidade: Recife, PE
Filiação: Salvador Pereira de Lyra e Maria da Conceição Diniz Lyra
Cargos Eletivos: Senador (suplente)
Legislaturas no Congresso: 1983-1987; 1990-1991

Outras Informações: Casou com uma norte americana, Nancy Virginia Harns tiveram dois filhos, Roberto Carlos Lyra, Diretor superintendente do Grupo Carlos Lyra Neto e Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias.

PARLAMENTAR RURALISTA
JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA

Naturalidade: Recife, PE
Profissões: Industrial e Advogado
Filiação: Salvador Pereira de Lyra e Maria da Conceição Diniz Lyra
Filiação partidária: PDS, 1982-1985; PMDB, 1985-1990; PSC, 1990-1991; PMDB, 1990-1991; PMDB, 1991-1995; PSDB, 1995-1997; PTB, 1997-.
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual e Senador
Legislaturas no Congresso: 2003-2007; 2011-2015

Outras Informações: Casou com Solange Pessoa de Queiroz, filha de José Pessoa de Queiroz (sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República em 1922), exerceu o cargo de Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco. ((COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA, AÇÚCAR NO BRASIL, 2012)

IRMÃO
FERNANDO PEREIRA DE LYRA

Ainda no estado de Alagoas o Deputado Federal Joaquim Beltrão e sua a família tem controlado a política na região de Coruripe/AL, seu irmão e sobrinhos ocupam cargos desde a política local até o poder federal conforme apresenta a Figura 21. Em decorrência dos cargos públicos nestas diferentes esferas se encontrarem sob o poder dos políticos desta família a verba pública através da receita orçamentária também acaba sendo controlada por seus membros conforme explicou Pimentel;

> [...] Em Coruripe o prefeito Marx Beltrão Siqueira é filho do deputado, em Feliz Deserto a prefeita da época Rosiana Beltrão também é filha do deputado, atualmente o prefeito de Feliz Deserto é Maycon Beltrão também filho do mesmo deputado. Em Penedo o prefeito era Marcius Beltrão Siqueira também filho do deputado e desde 2009 em Jequiá da Paraia o prefeito é Marcelo Beltrão Siqueira. Em dados atualizados de 2010, mais de 130 milhões de reais em receitas orçamentárias estão sob administração da família Beltrão Siqueira. (PIMENTEL, 2011)

Joaquim Beltrão PMDB/AL declarou 15 propriedades em seus bens, apenas uma propriedade não teve a área revelada. Elas correspondem a 73,51% do valor dos bens. Contraditoriamente ao Cadastro do INCRA ele não declarou nenhuma propriedade. Em seus bens declarou “Cotas De Capital Da Cooperativa De Crédito Da Região De Iturama Ltda.” vale ressaltar que o município de Iturama, MG tem sido tomado pela expansão canavieira.

Figura 22 - Parentes na Política: Ruralista Joaquim Beltrão Siqueira

PARLAMENTAR RURALISTA
JOAQUIM BELTRÃO SIQUEIRA

Naturalidade: Maceió, AL
Profissões: Agricultor e Engenheiro Eletricista
Filiação: Djalma Barros Siqueira e Maria Alice Beltrão Siqueira
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: Prefeito, Coruripe/AL, 1997 a 2000; 2001 a 2004; Deputado Federal,
Legislaturas no Congresso: 2007-2011; 2011-2015
Outras Informações:
Agricultor Setor Público; Engenheiro Eletricista, Companhia Energética de Alagoas, CEAL, Maceió, AL, 1986; Diretor de Operação, Companhia Energética de Alagoas, CEAL, Maceió, AL, 1988-1989; Diretor Adminstrativo, Companhia Energética de Alagoas, CEAL, Maceió, AL, 1994-1996; Diretor de Operação, Companhia Energética de Alagoas, CEAL, Maceió, AL, 2005-2006.

IRMÃO
JOÃO BELTRÃO SIQUEIRA

Naturalidade: Maceió, AL
Profissões: Agricultor e Engenheiro Eletricista
Filiação: Djalma Barros Siqueira e Maria Alice Beltrão Siqueira
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: Deputado Estadual, 2007-2011; 2011-2015

Legislaturas no Congresso: 2007-2011; 2011-2015
Outras Informações:
Investigado pela "Operação Taturana", que investiga esquema de fraudes ocorridos em 2007 na Assembléia Legislativa de Alagoas.

SOBRINHO
MAX BELTRÃO

Naturalidade: Coruripe, AL
Profissões: Advogado
Filiação: João Beltrão e ?
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: Prefeito, Coruripe/AL, 2003-2007; 2008-2012
Outras Informações:
" (...) seu sonho profissional era partir para a magistratura e tornar-se juiz na comarca de Coruripe. Porém, ao ser nomeado como secretário municipal de Habitação na administração do ex-prefeito e hoje deputado federal Joaquim Beltrão, Marx tomou gosto pela política e antes de lançar sua candidatura a prefeito de Coruripe, ocupou o cargo de secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento." (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIPE – PREFEITO, 2012)

SOBRINHO
MARCELO BELTRÃO

Naturalidade: Jequiá da Paraia, AL
Profissões:
Filiação: João Beltrão e ?
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: Prefeito, Jequiá da Paraia, AL, 2008-2012

SOBRINHO
MARCIUS BELTRÃO

Naturalidade: Penedo, AL
Profissões:
Filiação: João Beltrão e ?
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: ex-prefeito de Penedo, AL

SOBRINHO
MAYCON BELTRÃO

Naturalidade: Penedo, AL
Profissões:
Filiação: João Beltrão e ?
Filiação partidária: PMDB, 1982
Cargos Eletivos: ex- prefeito de Penedo, AL

SOBRINHA
ROSIANA LIMA BELTRÃO SIQUEIRA

Naturalidade: Camaru, PE
Profissões: Contadora
Filiação: João Beltrão e ?
Filiação
Cargos Eletivos: ex-de Prefeita de Feliz Deserto, AL
Outras Informações:
Candidata a Deputada Estadual, não eleita em 2010.

A família Calheiros também compartilha do seu quinhão no poder alagoano, os irmãos Renildo, Olavo e Renan Calheiros, além do filho deste último, Renan Calheiros Filho já ocuparam concomitantemente cadeiras no Congresso Nacional, conforme ilustra a Figura 23.

Figura 23 - Parentes na Política: Ruralista José Renan Vasconcelos Calheiros e Olavo Calheiros Filho

Renan e Olavo Calheiros declararam respectivamente um patrimônio de R$4.143.165,51 e R$ 2.182.870,98 e ambos não declararam nenhuma propriedade rural na declaração de bens. Mas, ao INCRA, o Senador Olavo Calheiros declarou mil duzentos e dezenove (1.219) hectares em Murici, AL. Renan Calheiros declarou *"Quotas De Capital Da Sociedade Agropecuária Alagoas Ltda, Cnpj 09.355.788/0001-23; Quotas De Capital Da Sociedade Agropecuária Alagoas Ltda, Cnpj 09.355.788/0001-23, Em Nome Da Esposa Maria Verônica Rodrigues Calheiros"*

Outra família de usineiros de tradição na política alagoana é a do Senador Teotônio Brandão Vilela Filho ele declarou um patrimônio de R$14.623.903,60, do qual declarou as empresas *"AÇÕES: USINAS REUNIDAS SERESTA S.A.; SOCÔCO S.A. INDUSTRIA ALIMENTICIA; SOCÔCO AGROCINDUSTRIA DA AMAZONIA; QUOTAS DE CAPITAL DE ADUBOPS BOA SORTE; CAPITAL DA AGROPECUARIA INDIANA; QUOTAS CAPITAL AGUA MINERAL FONTES DAS MADEIRAS LTDA"* em nome da Usinas Seresta S.A foram identificadas vinte e uma (21) propriedades rurais que somam seis mil, novecentos e oitenta e sete (6.987) hectares, localizadas nos municípios alagoanos de Coruripe, Junqueiro, São Sebastião e Teotônio Vilela.

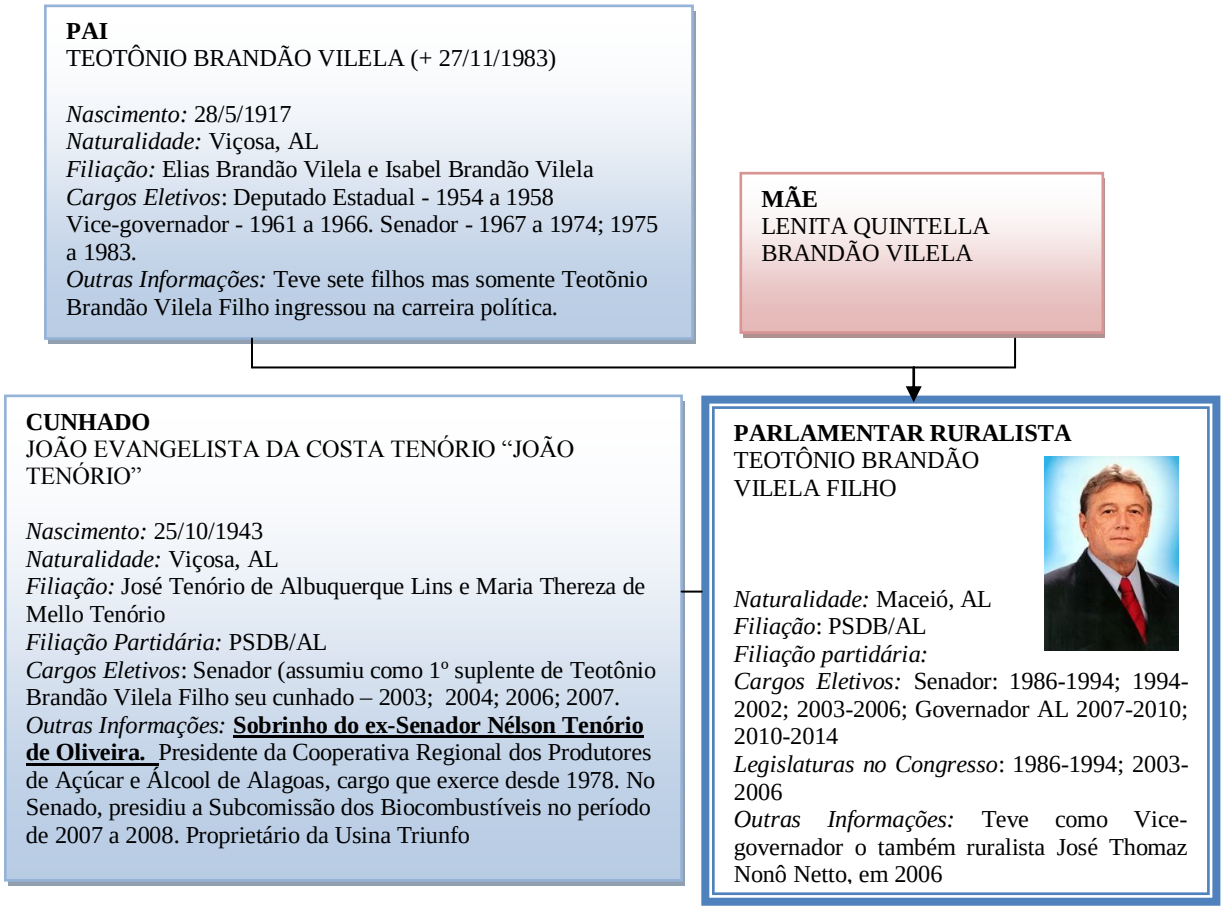
Teotônio Brandão Vilela Filho PSDB/AL é cunhado João Evangelista Da Costa Tenório "João Tenório" PSDB/AL (sobrinho do ex-Senador Nélson Tenório de Oliveira)

Teotônio Brandão Vilela (o pai) foi um dos articuladores da emancipação política de Feira Nova, localidade que se desenvolveu em torno da instalação da Usina Seresta de processamento de cana-de-açúcar, no histórico do município *"os Vilela"* são exaltados inclusive nomeando por "Teotônio Vilela" o município do leste alagoano:

> Naquele período, apenas pequenos comerciantes haviam se instalado por aqui, até que, apareceu um industrial e político muito influente no Estado, que no inicio da década de 70 com a crise da usina Boa Sorte no município de Viçosa e da Usina Santa Amália dos Gomes de Barros, passou a visitar o povoado e a estudar as possibilidades de implantação de uma unida açucareira que seria o somatório dos esforços dos Gomes de Barros e dos Vilelas que fechariam suas usinas e com o prestigio do velho menestrel das Alagoas, Senador da Republica viabilizaram a construção e consequentemente soergueram a economia da região, com o inicio da construção da Usina Seresta em 1973.
> A década de 70, em Feira Nova, refletia bem o que acontecia ao Brasil. O país, por um lado massacrado pela ditadura militar, amordaçado por leis-generais, por outro vivia um momento de ligeira estabilidade econômica.
> Aqui, com a economia alavancada pela chegada da Usina Seresta, a população seguia o seu caminho de desenvolvimento. Um pequeno comércio dito "formal",

já se erguia, com Feira Nova ganhando mercearias, bares e barracões. Surgiu também, nessa primeira parte da década, a primeira farmácia.
Acontecendo todos os domingos, a feira trazia pessoas – comerciantes e consumidores – de todas as cidades vizinhas. Arapiraquenses e coruripenses, comparadores e vendedores assíduos. O povoado, agora já basicamente urbanizado, criava traços e condições necessárias ao seu mais valoroso passo. A exemplo dos gritos pela liberdade dos anos 70, o povo agora sentia a necessidade de gozar de seu próprio universo, de gerar progresso para seu habitat. Surgia o movimento pró-emancipação.
Em 1983, um duro golpe nas pretensões libertárias de Feira Nova. Morria, no mês de novembro, um dos maiores articuladores da emancipação, Teotônio Vilela. Seja pelo interesse econômico ou pelo valor político, Teotônio foi uma das figuras centrais em todo o processo de independência política. Em Brasília, encaminhou todos os projetos necessários, deixando caminho livre à emancipação. A indústria instalada, levando a longínquos torrões o apito como a chamar a responsabilidade para o futuro daquele povoado que perdeu a figura do seu patrono e ganhou status de Distrito Industrial Senador Teotônio Vilela, uma homenagem ao menestrel.
Sem Teotônio, o caminho da independência passou já a ser trilhado por representantes da sociedade local. José Francisco Cavalcante (José Vítor), Otávio Macário, João Eudes, (este três foram os vereadores que representavam os feira-novenses na luta pela independência), José Maria Paranhos, Florentino Santana, Lauro Artomiro de Araújo, Adelson Pereira e muitos outros fizeram os nomes do plebiscito.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOTÔNIO VILELA, AL, 2012)

Figura 24 - Parentes na Política: Ruralista Teotônio Brandão Vilela Filho



No estado da Bahia o parlamentar Arthur de Oliveira Maia da Silva PMDB/AL não declarou terras ao INCRA, mas assumiu na declaração dos bens, não informando a área. Este parlamentar iniciou sua carreira em Guanambi/BA e foi prefeito de Bom Jesus da Lapa/BA, onde atualmente seu irmão é Prefeito. Além das terras Arthur Maia declarou *"cotas De Capital Da Sociedade Agrícola", "400 Cabeças De Gado Bovino".*

Figura 25 - Parentes na Política: Ruralista Arthur de Oliveira Maia da Silva

PARLAMENTAR RURALISTA
ARTHUR DE OLIVEIRA
MAIA DA SILVA

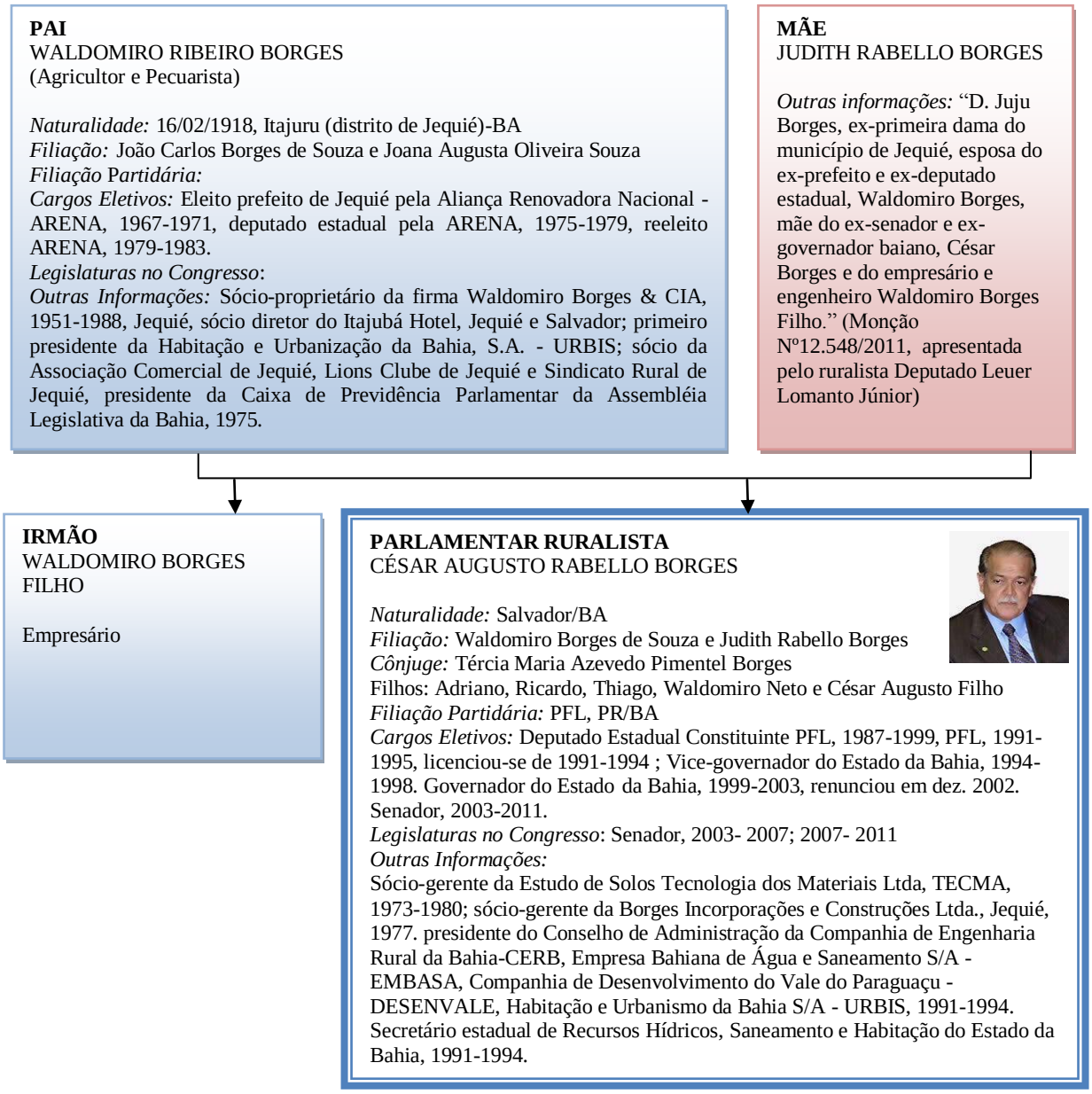
Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Advogado
Filiação: Roberto Maia da Silva e Lícia Margarida Oiveira da Silva
Filiação partidária: PSC, 1988-1989; PMDB, 1989-1997; PSDB, 1997-2007; PMDB, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Vereador, Guanambi/BA,1989 a 1991, Constituinte Deputado Estadual, 1991 a 1993, 1999 a 2003; 2003 a 2007, 2007-2011; Prefeito, Bom Jesus da Lapa/BA, 1993 a 1996
Legislaturas no Congresso: 2011-2015
Outras Informações:
Assessor, Vice-Governadoria, BA, Brasil, 1987-1988.

IRMÃO PARLAMENTAR RURALISTA
ROBERTO OLIVEIRA MAIA DA SILVA

Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Empresário
Filiação: Roberto Maia da Silva e Lícia Margarida Oiveira da Silva
Filiação partidária: PMDB
Cargos Eletivos: Prefeito de Bom Jesus da Lapa, BA 2008-2012

O Senador Cesar Augusto Rabelo Borges DEM/BA é filho do pecuarista e agricultor Waldomiro Ribeiro Borges, e, foi Prefeito e Deputado Estadual pela ARENA. Seguindo a tradição Cesar Borges foi eleito para vários cargos até chegar ao Senado. No que tange ao seu patrimônio declarou mil duzentos e sessenta e seis (1.266,96) hectares, *"Fazenda Provisão com 645,36 Ha incorporada ao Conjunto Maravilha/Silencio; Condomínio Fazenda Corcovado/Cj Maravilha/Silencio e Condomínio de Imóveis Waldomiro Borges; Fazenda Corcovado, 73,10 Ha, Ipiau, Ba; Fazenda Cachoeirinha, 265 Ha, Ibirataia, BA; Do Imóvel Cj Maravilha/Silencio Com 548,50 Ha, Jequie, BA".*

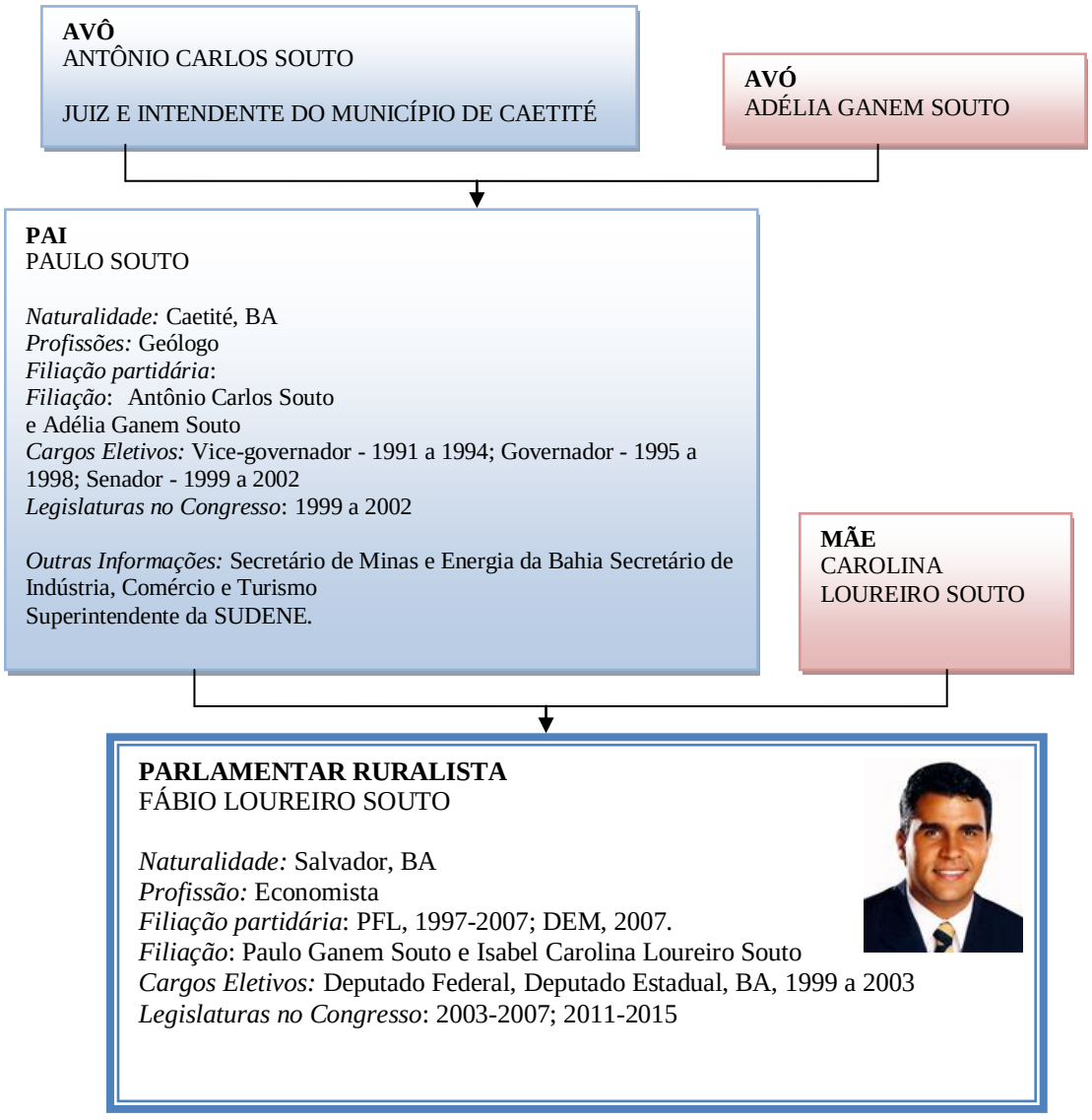
Figura 26 - Parentes na Política: Ruralista César Augusto Rabello Borges



A Figura 27 a seguir, apresenta o laço de paternidade do ex-governador e ex-senador Paulo Souto, com o ruralista Fábio Loureiro Souto DEM/BA, que é um proprietário de cinco imóveis rurais cujas áreas não foram reveladas. No cadastro do INCRA foram declaradas oito Fazendas nos municípios de Canavieiras e Santa Luzia, na Bahia, sendo que duas são improdutivas. Estão em nome do pai (Paulo Ganem Souto) e da filha de Fábio Souto (Izabela Carolina Loureiro Souto). Seu patrimônio

declarado é de quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil seiscentos e um, reais e vinte um centavos (R$ 4.552.601,21)

Figura 27 - Parentes na Política: Ruralista Fábio Loureiro Souto



Na Figura 28 mostra mais um caso de pai e filho na Bancada Ruralista, Felix de Almeida Mendonça depois de permanecer no Congresso Nacional desde 1983 até 2011, saiu e deixou seu filho Felix de Almeida Mendonça Júnior. Ambos não declararam imóveis rurais ao INCRA nem na declaração de bens entregue a Justiça Eleitoral.

Eles atuam no ramo da construção civil, declararam "*Participação No Capital Social De Ssa Engenharia Ltda; Participação No Capital Social De Ssa Engenharia Ltda; 25% Do Capital Social Da Empresa Nordeste Factorig Ltda Registrada Na Juceb; 22,50% Do Capital Social Da Empresa Gás Online , Comercio E Serviços Ltda; Cotas Do Capital Social Da Empresa Grão Para Participações Ltda Em Função Da Incorporação Da Empreendimentos Mrm Ltda"*

No ramo das comunicações *"COTAS DA TV BAHIA*", e do agronegócio *"1 % Do Capital Social Da Empresa Agropecuaria Rio Una Ltda; Adquiriu 1 % Da Empresa Agropecuaria Lua Nova Ltda.; CODOVERDE CIA DE DESENVOLVIMENTO RIO VERDE; "* Além de empreendimentos imobiliários. Felix Mendonça também elegeu uma filha Vereadora em Salvador, Andréa Mendonça.

Figura 28 - Parentes na Política: Ruralista Felix De Almeida Mendonça

Fernando Dantas Torres (Figura 29) está em seu primeiro mandato no Congresso, e, é irmão do político Osmar Rodrigues Torres. Não tem terras registradas no INCRA (2003), nos bens declarou uma propriedade rural em Feira de Santana, cuja área não foi revelada, mas que corresponde a 26,89% de seu patrimônio que no total é de R$ 2.685.806,69. Possui também a *"Empresa Fazenda Marquise Ltda*" e "*Participação No Capital Social Da Empresa Piraí Construção E Incorporação Ltda".*

Figura 29 - Parentes na Política: Ruralista Fernando Dantas Torres

PARLAMENTAR RURALISTA
FERNANDO DANTAS TORRES

Naturalidade: Feira de Santana, BA
Profissões: Empresário
Filiação: Osmar Rodrigues Torres e Sônia Dantas Torres
Filiação partidária: PTdoB, 2000-2005; PRTB, 2005-2009; DEM, 2009
Cargos Eletivos: Vereador, Feira de Santana/BA, 2001 a 2004; Deputado Estadual, Feira de Santana/BA, 2007 a 2010
Legislaturas no Congresso: 2011-2015
Outras Informações:
Empresário, Construção Civil e Postos de Combústivel, BA, Brasil

IRMÃO PARLAMENTAR RURALISTA
OSMAR RODRIGUES TORRES

Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Empresário
Filiação: PMN; PRN; PTdoB.
Filiação partidária: PMDB
Cargos Eletivos: Deputado Estadual 1991-1995; Prefeito de Central 2001-2004.

A Figura 30 apresenta a família "Alves Pinto" no sul da Bahia, que tinha como patriarca Francistônio Alves Pinto PMDB/BA, nascido em Felisburgo, MG, próximo desta região. São vários os familiares que se disseminaram na política nos municípios de Ibirapuã, Porto Seguro, Medeiros Neto e Teixeira de Freitas, e até em Serra dos Aimorés no estado de Minas Gerais. Nos três primeiros municípios encontram-se localizadas as fazendas declaradas por Francistônio na declaração de bens (1998). No cadastro do INCRA ele mencionou apenas a Fazenda Senhor do Bonfim, em Ibirapuã "média propriedade produtiva" com quinhentos e doze (512) hectares. Ele é irmão do ex-Deputado Federal Uldorico Alves Pinto, que tem uma trajetória que chama a atenção. Legislou no Congresso (1987-1995) e foi Prefeito de Medeiros Neto/BA, como

também ocupou cargos de confiança na Prefeitura do município de Almas, quando este pertencia a Goiás, onde depois foi médico. Quando o município de Almas já pertencia ao estado do Tocantins, trabalhou em Natividade (TO). Uldorico também é criador de cavalos mangalarga machador, conforme explicita entrevista por ele concedida a entidade Cavalos do Sul de Minas (2011);

> José Ubaldino Alves Pinto, conhecido por Bahiano, há décadas, criador de cavalos Mangalarga Marchador, no Extremo Sul da Bahia. Hoje, a frente do Haras do Bahiano localizado, no povoado de Santo Antonio, na Bahia, conta que começou a criar cavalos, com 21 anos de idade.
> *"Criar cavalos é gratificante, na juventude, passei a pesquisar, comparar e me dedicar à criação de cavalos, apaixonado, chegava fugir da escola para montar",* disse Bahiano. Bahiano começou a criar cavalos, da raça, Mangalarga Marchador no ano de 1965, quando comprou seus primeiros animais. No ano de 1971, associou-se e passou a registrar seus cavalos na Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga – ABCCMM. O plantel do Bahiano iniciou, na cidade Vila Progresso, próximo à Teixeira de Freitas, na Bahia, com descendentes do cavalo V8 JB. Em 1979, adquiriu o cavalo Omelete JB, "*Fiz questão de amansá-lo, Omelete era um bom cavalo, era pampa. Os técnicos na época não quiseram registrar o Omelete, alegando que o animal estava fora dos padrões da época"*, lembra Bahiano.
> No ano de 2002, na Exposição Nacional, Bahiano foi condecorado, como um dos criadores de cavalos da raça Mangalarga Marchador com mais de 30 anos de filiação na ABCCMM. Onde conheceu vários filhos do Omelete JB, já com outro nome, Palhaço de Ituverava, todos vencedores nas pistas e vários campeões nacionais. A partir deste momento, voltou a adquirir matrizes escolhidas a dedo, comprou o garanhão Dólar da Selva Morena, com a mesma genética, e usando outros reprodutores como Caxambu Xeik, Dante das Minas Gerais e Thor da Selva Morena, excelentes marchadores de origem diferente, formou um novo time de altíssima qualidade. Após os investimentos na aquisição de garanhões extraordinários nos últimos anos, originaram-se bons resultados nas especialidades, no Ranking Nacional de 2008, foi classificado como segundo melhor expositor da Bahia e décimo terceiro do Brasil. (...) Na atualidade o plantel do Haras do Bahiano conta com 50 matrizes, 30 doadoras e 150 receptoras. Além de 8 garanhões e 3 futuros garanhões, todos de muita boa genética e Marchadores. (...) *O Haras possui Central de Embriões própria, com bom veterinário, produzimos mais de 100 Embriões e vários produtos de matrizes, fazemos leilões Regionais com vendas dos machos para usuários e criadores exigentes, selecionamos alguns para enfrentar as pistas do Brasil, acesse o site, www.harasdobahiano.com.br*". Bahiano, finalizou. (CAVALOS SUL DE MINAS, 2011)

Figura 30 - Parentes na Política: Ruralista Francistônio Alves Pinto

IRMÃO
ULDURICO ALVES PINTO (PHS/BA)

Naturalidade: Medeiros Neto, BA
Filiação: Uldurico Pinto e Aracy Alves Pinto

Cargos Eletivos: Deputado Federal, o prefeito de Medeiros Neto, Beto Pinto
Legislaturas no Congresso: 1987-1991; 1991-1995; 07/02/2007-13/11/2008
Outras Informações: Chefe da Unidade Sanitária de Almas, GO, 1978-1979; Diretor Científico, Fundação Cardiológica de Goiás, 1983; Médico, Prefeitura Municipal de Almas, TO; Médico, Prefeitura Municipal de Natividade, TO; Secretário de Saúde, Prefeitura Municipal de Porto Seguro, BA.

PARLAMENTAR RURALISTA
FRANCISTÔNIO ALVES PINTO (Falecido)

Naturalidade: Felisburgo/MG
Filiação partidária: PMDB, 1985-2000; PFL, 2000
Filiação: Uldurico Pinto e Araci Alves Pinto
Cargos Eletivos: Deputado Federal; Prefeito, Teixeira de Freitas/BA, Partido: PMDB, Período: 1988 a 1992
Legislaturas no Congresso: 1999-2003

ESPOSA
Não identificada

GRAU DO PARENTESCO NÃO IDENTIFICADO
ADALBERTO ALVES PINTO (PHS/BA)
Cargos Eletivos: Prefeito de Medeiros Neto; 1989-1992; 1997-2000;2009-2012

FILHO
FRANCISTÔNIO ALVES PINTO Júnior (Falecido)

Cargos Eletivos: Prefeito de Ibirapuã/BA. *Outras Informações:*O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-prefeito de Ibirapuã (BA) Francistônio Alves Pinto Júnior a devolver o valor atualizado de R$ 262.684,45 aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social. (TCU,2010)

GRAU DO PARENTESCO NÃO IDENTIFICADO

JOSÉ UBALDINO ALVES PINTO, "O Baiano"
Cargos Eletivos: Prefeito de Porto Seguro 01/01/1989 31/12/1992
Outras Informações:
Criador de cavalos Mangalarga Marchador Proprietário do Haras do Baiano, localizado no povoado de Santo Antonio da

GRAU DO PARENTESCO NÃO IDENTIFICADO
CELIO ALVES PINTO (PTB/MG)
Cargos Eletivos: Prefeito de Serra dos Aimorés/MG.

GRAU DO PARENTESCO NÃO IDENTIFICADO
JOSÉ UBALDINO ALVES PINTO JÚNIOR

Cargos Eletivos: Prefeito de Porto Seguro 01/01/1997 31/12/2000; 01/01/2001

Outro sobrenome relevante na política baiana é dos pecuaristas Vieira Lima, tanto os ascendentes quanto os descendentes são pecuaristas e políticos, como mostra a biografia na Figura 31, a seguir.

As dez propriedades rurais declaradas nos bens por Geddel na Bahia somam oito mil e novecentos hectares (8.900,7). Correspondem a 20,53% de seu patrimônio R$ 3.798.442,64, enquanto que ao INCRA declarou apenas em Ibicuí/BA três Fazendas (Recreio, Rio Bonito e Pancadinha). Elas somam setecentos e sessenta e dois hectares (772), sendo que “Fazenda Rio Bonito” foi declarada como posse uma área de duzentos de sessenta e dois (262) hectares. Não é demais repetir que, uma vez que ele tem outras propriedades registradas e cadastradas, fica a posse aparentemente descaracterizada.

Por sua vez, Lúcio Quadros, que está na primeira legislatura no Congresso (2011-2015) declarou doze propriedades, a maioria, em consórcio com seu irmão Geddel, mas não informou a área. Em nome de Afrísio Vieira Lima, o pai, são oito propriedades que somam três mil, seiscentos e sessenta e cinco (3.665) hectares.

Figura 31 - Parentes na Política: Ruralista Geddel e Lúcio Quadros Vieira Lima

TIO PARLAMENTAR RURALISTA
JAYME DE SOUZA VIEIRA LIMA

Naturalidade: Remanso, BA
Profissões: Advogado
Filiação: Alfredo Luiz Vieira Lima e Afra de Souza Vieira Lima
Filiação partidária: ARENA; PDS; PFL; PMN; PRN
Cargos Eletivos: Vereador Salvador 1971-1972, 1973-1976, 1977-1979, Deputado estadual 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995
Legislaturas no Congresso: -
Outras Informações:
Presidente da Liga da Mocidade Trabalhista do Estado da Bahia, 1963; oficial de gabinete da Secretaria de Educação, 1963-1966; oficial de gabinete do Corregedor Geral da Justiça, 1967; chefe de seção de administração da Corregedoria Geral da Justiça, 1968-1969; secretário da Corregedoria da Justiça, 1969-1970. Funcionário do Tribunal de Justiça, 1959-1990. Empresário e presidente do Instituto Planeta Zoo, Lauro de Freitas-BA.

PAI PARLAMENTAR RURALISTA
AFRÍSIO DE SOUZA VIEIRA LIMA

Naturalidade: Remanso, BA
Profissões: Advogado, Pecuarista e Comunicólogo em Televisão
Filiação: Alfredo Luiz Vieira Lima e Afra de Souza Vieira Lima
Filiação partidária: UDN; ARENA; PDS; PMDB
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Vereador, Itaquara/BA, 1963 a 1967 Deputado Estadual, BA, 1971 a 1975.
Legislaturas no Congresso: 1975-1979, , 1979-1983, 1983-1987, 1989-1991

Outras Informações:
Superintendente do Centro Industrial de Aratu - Cia, 1987-1988; Chefe do Cartório do Tribunal Regional Eleitoral, BA, 1949-1954; Assistente Jurídico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1955-1956; Diretor do Fórum Rui Barbosa, BA, 1956-1960; Indicado pelo Tribunal de Justiça da Bahia para Compor, como Jurista, o Tribunal Regional daquele Estado; Procurador de Salvador, BA, 1960-1975; Revisor da Imprensa Oficial, BA, 1947-1948.

MÃE
MARLUCE QUADROS VIEIRA LIMA

IRMÃO PARLAMENTAR RURALISTA
GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA

Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Administrador de Empresas e Pecuarista
Filiação: Afrisio de Souza Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima *Filiação partidária*: PMDB, 1990
Cargos Eletivos Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011
Outras Informações:
Assistente Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1979-1981; Diretor, BANEB, BA, 1983-1984; Assessor da Casa Civil, Prefeitura Municipal, Salvador, BA, 1988-1989; Diretor, EMBASA, BA, 1989-1990; Presidente, EMATER, BA, 1989-1990; Ministro de Estado da Integração Nacional, 2007 a 2010.

IRMÃO PARLAMENTAR RURALISTA
LUCIO QUADROS VIEIRA LIMA

Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Pecuarista, Engenheiro Agrônomo e Cacauicultor
Filiação: Afrísio de Souza Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima
Filiação partidária: PMDB, 1993
Cargos Eletivos:
Legislaturas no Congresso: 2011-2015
Engenheiro Agrônomo, Construtora Ceará Mendes Ltda, Salvador, BA; Leiloeiro Rural Oficial, Federação da Agricultura do Estado da Bahia, Salvador, BA; Estagiário, Dilson Agropecuária Ltda, Salvador, BA, 1981; Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1981-1987; Assistente de Gabinete Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1989-1990; Assessor Especial, do Secretário de Cultura do Estado da Bahia, Salvador, BA, 1989-1990; Superintendente Regional, Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, Salvador, BA, 1994-1994; Gerente Administrativo, Posto Alameda da Paraia Ltda, Salvador, BA, 2007-2010.

Empresários na construção civil e agronegócio, João Carlos Paolilo Bacelar e seu filho João Carlos Paolilo Bacelar Filho mantêm a tradição da família na política, seguindo Joaquim Ruy Paulilo Bacelar, que tem origem na ARENA, e ocupou cadeira no Congresso entre 1971 a 1995. Conforme mostra a Figura 31.

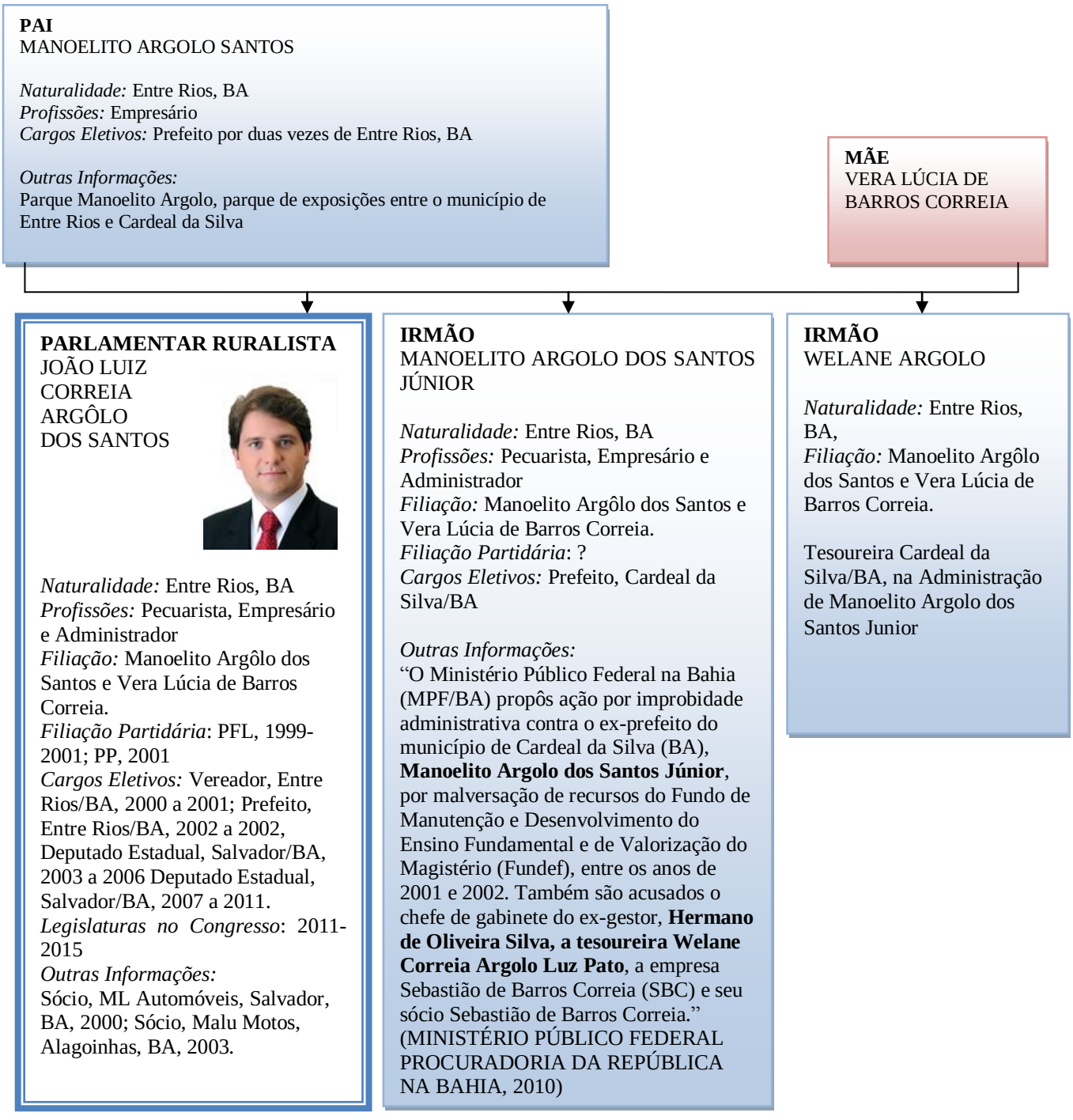
Ruy Paulilo Bacelar declarou sete propriedades ao Cadastro do INCRA que somam mil quinhentos e oitenta e três (1583) hectares, sendo que três foram declaradas como posse. João Paolilo declarou 2 imóveis rurais, cujas áreas não foram reveladas, não declarou terras ao INCRA. Seus bens incluem *"Quota De Participação Na Cris Construções E Participação Ltda"* e *"Participação No Capital Social Da Empresa Masterlub Distribuidora De Combustiveis"*.

Figura 32 - Parentes na Política: Ruralista João Carlos Paolilo Bacelar

Na Figura 33 trago os dados do jovem parlamentar que está em seu primeiro mandato como Deputado Federal, o pecuarista João Argôlo PP/BA. É o primeiro de sua família a ocupar cargo na esfera estadual e federal, ou seja, ele é um exemplo de como se constrói uma tradição desde o local a partir da família nos cargos eletivos municipais. Declarou três imóveis rurais, mas só revelou a área de um deles com treze (13) hectares. Enquanto no cadastro do INCRA declarou a Fazenda Maringá (242 ha), em Cardeal da Silva/BA, mesmo município onde seu pai e irmão foram Prefeitos, e sua irmã tesoureira. O Ministério Público da Bahia propôs ação por improbidade adminitrativa na Administração de Manoelito Argolo Júnior:

> Manoelito Argolo dos Santos Júnior favoreceu empresa de parente e fracionou despesas indevidamente, entre outras irregularidades.
> O Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) propôs ação por improbidade administrativa contra o ex-prefeito do município de Cardeal da Silva (BA), Manoelito Argolo dos Santos Júnior, por malversação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), entre os anos de 2001 e 2002. Também são acusados o chefe de gabinete do ex-gestor, Hermano de Oliveira Silva, a tesoureira Welane Correia Argolo Luz Pato, a empresa Sebastião de Barros Correia (SBC) e seu sócio Sebastião de Barros Correia.
> As irregularidades foram detectadas por meio de auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) no município localizado a 153 km de Salvador. De acordo com o relatório da auditoria que embasou a ação do MPF, houve diversas irregularidades na contratação da empresa SBC, pertencente ao tio do ex-prefeito. A empresa sagrou-se vencedora em todos os processo licitatórios na modalidade convite realizados para prestação de serviços de transporte escolar e de locação de veículos. A CGU constatou favorecimento da empresa, fracionamento indevido de despesas e o consequente enquadramento em modalidade licitatória inadequada.
> Os fiscais do órgão detectaram, ainda, que uma parte da verba do Fundef foi transferida irregularmente para a conta bancária destinada ao recebimento de recursos do Fundo de Participação do Município, o que não é permitido. É exigência do Fundef que os valores repassados sejam mantidos em contas bancárias específicas.
> De acordo com a procuradora da República Melina Montoya Fores, as transferências de recursos do Fundef para conta corrente diversa inviabiliza a comprovação das despesas, fragiliza o controle financeiro e favorece a ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos públicos, como, de fato, aconteceu no município de Cardeal da Silva. Verifica-se que foram identificados desembolsos irregulares na importância de 91,6 mil reais. E mais: a prefeitura pagou 11,4 mil reais a mais na contratação de serviços de locação de cinco veículos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e ao transporte de alunos do ensino municipal. O valor devido era de 9,2 mil reais, mas a prefeitura pagou 20.6 mil reais. (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA, 2010)

Figura 33 - Parentes na Política: Ruralista João Luiz Correia Argôlo Dos Santos



Na Figura 34, a seguir, apresento o empresário José Nunes Soares que é um empreendedor imobiliário, tem um patrimônio financeiro maior que o fundiário *"Cotas Da Fátima Nunes Confecções Ltda; Cotas Da Rádio Cidade Euclides Da Cunha Ltda;*

Cotas Da Comercial Pneus Ltda; Cotas Da Firma Nunes Comercial Pneus Ltda; Cotas Da Iguatemi Pneus Ltda imobiliários; Cotas Integraliz do Da Nunes Patrimonial Ltda; Cotas Da Empresa Nunes Patrimonial Ltda Em Nome Da Esposa; Cotas Da Empresa Iguatemi Comercial Ltda; Cotas Da Empresa Iguatemi Comercial Ltda Em Nome Da Esposa" seu patrimônio declarado é de R$4.893.779,12.

Declarou uma fazenda e um terreno na BR-116 em Euclides da Cunha, que correspondem a 2,20% de seu patrimônio. O eleitorado de Euclides da Cunha, BA elegeu sua esposa prefeita, enquanto isso, o mesmo passou a ocupar pela primeira vez uma cadeira no Congresso Nacional. Este parlamentar que aparenta ser um modelo de empreendedorismo declarou ao Cadastro do INCRA quatro mil, duzentos e sete (4.207) hectares, são sete (7) fazendas as três maiores em Euclides da Cunha, sendo que duas destas são declaradas improdutivas. As outras quatro encontram-se localizadas em Nova Viçosa e Serra Dourada, também na Bahia; uma pequena propriedade e três minifúndios, sendo que dois deles "FAZENDA PONTA D'AGUA" com três (3) hectares, "FAZENDA BAIXO" com cinquenta hectares (50) tem sua área total declarada como posse.

Nestes casos é preciso reforçar que a posse está aparentemente descaracterizada, o Deputado Federal José Nunes Soares, é um empresário e um latifundiário, ele controla pequenas e grandes propriedades. Não seria demais que os órgãos competentes e que uma investigação voltada para este fim verificasse o tamanho real destas "Fazendas" que são classificadas como minifúndios, e destinasse para a reforma a agrária as posses ilegítimas, como também as propriedades improdutivas.

Figura 34 - Parentes na Política: Ruralista José Nunes Soares

PARLAMENTAR RURALISTA
JOSÉ NUNES SOARES

Naturalidade: Feira de Santana, BA
Profissões: Empresário
Filiação: Otacilio Soares e Eliza Nunes Soares
Filiação partidária: DEM, 1996
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito, Euclides da Cunha/BA, 1988 a 1992
Legislaturas no Congresso: 2011-2015

ESPOSA
FÁTIMA NUNES

Prefeita de Euclides da Cunha, BA 2008-2012

No próximo organograma (Figura 35) apresento os dados de mais um casal de políticos ruralistas, Oziel Oliveira e Jusmari Oliveira PR/BA vindos do Paraná para o município de Barreiras, BA. As terras de Oziel Oliveira correspondem a 95,86% de seu patrimônio que tem o valor de R$5.74.432,83, enquanto ela declarou além de uma chácara "*Sócio da Empresa Ndovale Distr de Óleos Vale Do Rio Grande*", *"Socio Da Empresa Perola Do Oeste Comercio E Representação Ltda"; "26,5% Das Cotas Da Empresa Radio Cidade Luis Eduardo Magalhães"* empresas também declarada por sua esposa. Além de "*95% Das Cotas Do Hospital Constantino Catarino De Souza; 50% Das Cotas Da Escolinha Vermelho E Preto em Barreiras*".

No ano de 1998, Jusmari Oliveira, que é a atual Prefeita de Barreiras, declarou um rebanho com "2 éguas, 1 cavalo garanhão, 10 potros e potras (quarto de milha po); 5 éguas, 2 cavalos garanhões, 15 potros e potras (raça crioulo). Em 2006 e 1998 declarou "200 vacas, 100 novilhas e 80 garrotes (nelore); 1 trator CBT.

Figura 35 - Parentes na Política: Ruralista Jusmari Terezinha De Souza Oliveira

MARIDO PARLAMENTAR RURALISTA
OZIEL ALVES DE OLIVEIRA

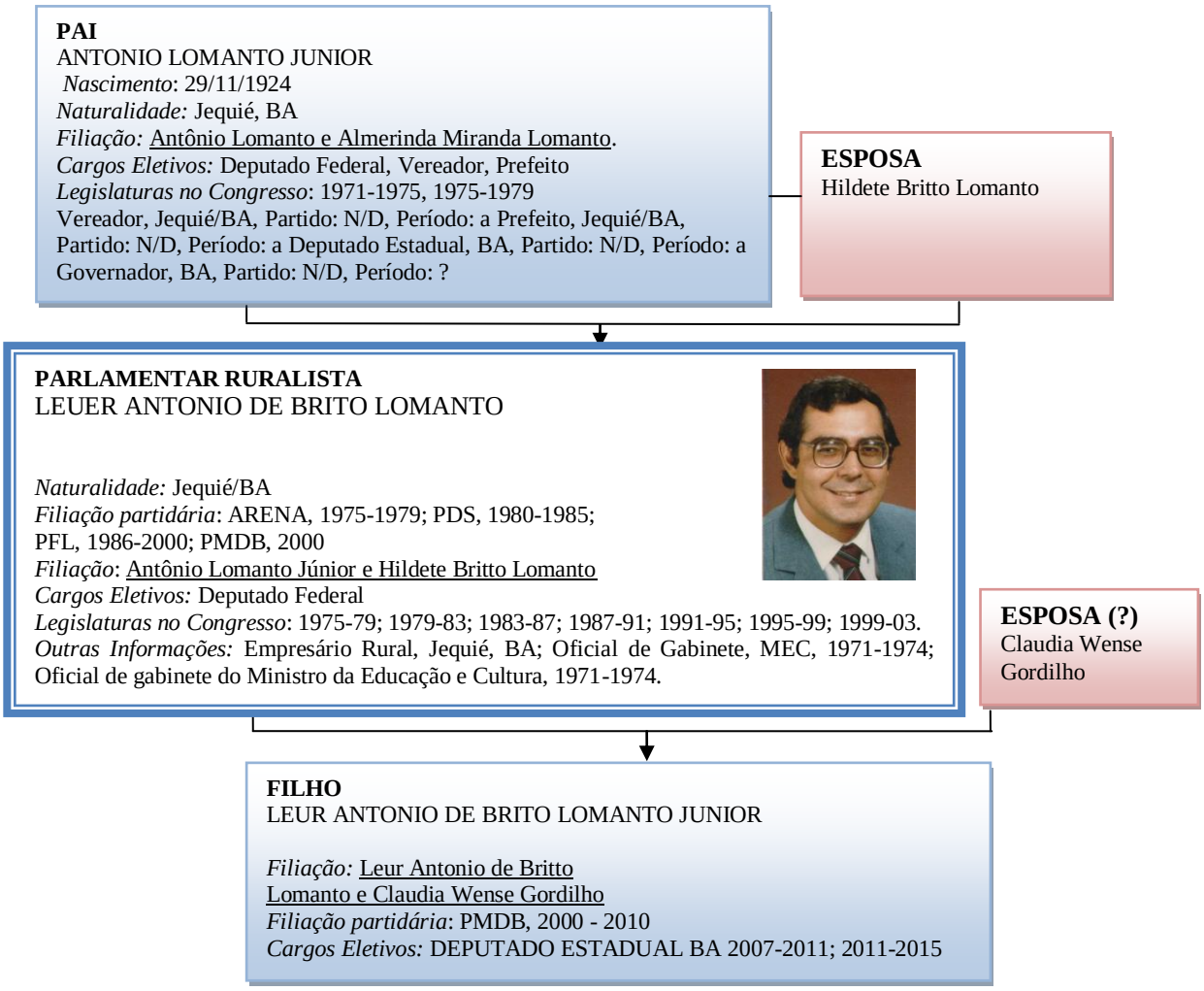
Naturalidade: Itaquaje, PR
Profissões: Agricultor e Administrador
Filiação: José Joaquim de Oliveira
Filiação Partidária: PP, 1990-1999; PDT, 2009
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito, Luís Eduardo Magalhães/BA, 2001 a 2008
Legislaturas no Congresso: 2011-2015
Outras Informações:
Conselheiro de Honra, Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, BA.

ESPOSA PARLAMENTAR RURALISTA
JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA

Naturalidade: Pérola D'oeste, PR
Profissões: Agricultora e Educadora
Filiação: Constantino Catarino de Souza e Lidia Maria de Souza
Filiação Partidária: PFL, 1988-2007; PR, 2007
Cargos Eletivos: Vereadora, Barreiras/BA, 1988 a 1991, 1992 a 1996; Deputada Estadual, Barreiras/BA, 1997 a 1998, 1999 a 2003, 2003 a 2007; Prefeita, Barreiras/BA, 2009 a 2012
Legislaturas no Congresso:
Outras Informações:
Comerciante e agricultora, Barreiras, BA

Na Figura 36, a seguir, temos o ruralista Leuer de Brito Lomanto do PMDB/BA, que é filho do ex - Deputado Federal o Antônio Lomanto Júnior, filiados à ARENA eles estiveram no Congresso Nacional durante o período militar. Também Leur Antonio de Brito Lomanto Junior já se elegeu deputado estadual. Declarou ao INCRA uma propriedade improdutiva com duzentos e oito (208) hectares, em Ibicuí, BA e nos bens assumiu área de terras denominadas Fazenda Água Santa em Venceslau Guimarães.

Figura 36 - Parentes na Política: Ruralista Leur Antonio De Brito Lomanto



A família Negromonte (Figura 37) acumula cargos públicos nas esferas estadual, federal e municipal, e, nos bens declarados pelo patriarca da família, revelam a concentração imobiliária urbana "*5 Lotes no Loteamento Panorama e 1 lote no Loteamento Jardim Aeroporto e 1 Lote Urbano em- Paulo Afonso-Ba; Lote Urbano, Loteamento Expansão Do Costa Azul - Alcobaça-Ba, Vilage Nº 13; Empreendimento Vilas Da Paraia".* Também inclui áreas no campo como a Fazenda em Jeremoabo, BA com dez mil, trezentos e seis (10.306,8) hectares, apesar de não ter declarado terras ao INCRA.

Figura 37 - Parentes na Política: Ruralista Mário Sílvio Mendes Negromonte

PARLAMENTAR RURALISTA
MÁRIO SÍLVIO MENDES NEGROMONTE

Naturalidade: Recife, PE
Profissões: Advogado
Filiação: Adarico Negromonte e Natércia Mendes Negromonte
Filiação Partidária: PMDB, 1986-1988; PSDB, 1988-2001; PPB, 2001-2003; PP, 2003
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, BA 1991-1995
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015

Outras Informações:
Empresário da Construção Civil, Jomafi Construções Ltda., Paulo Afonso, BA, 1979; Secretário Municipal de Transportes, Salvador, BA, 1993-1994.

ESPOSA
ENA VILMA PEREIRA DE SOUZA NEGROMONTE

Naturalidade: Paulo Afonso, BA
Profissões: Odontóloga
Filiação Partidária: PP
Cargos Eleitivos: Prefeita do Município de Glória, BA

FILHO
MARIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR

Naturalidade: ?
Profissões: Advogado
Filiação: Mário Silvio Mendes Negromonte e Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte
Filiação partidária: PP, 2003
Cargos Eletivos: Deputado Estadual, 2011-2015
Outras Informações:
Estagiário na Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2002-2003; assessor jurídico da Secretaria de Economia, Emprego e Renda de Salvador, 2008; assessor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador, 2009; assessor especial da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia, 2009- abr.2010.

O organograma da Figura 38 mostra Paulo Paranhos que está no Congresso desde 1999 até atual legislatura declarou um patrimônio de R$ 14.046.149,19, seus bens incluem doze propriedades rurais, que correspondem a 78,75% do valor de seus bens. Ao INCRA declarou cinco propriedades, em Uruçuca e Itacaré na Bahia, sendo que as duas maiores propriedades são improdutivas.

Figura 38 - Parentes na Política: Ruralista Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães

PAI
PAULO SÉRGIO PARANHOS DE MAGALHÃES

Naturalidade: Salvador, BA
*Profissões:*Administrador de Empresas
Filiação: Ângelo Mario Peixoto de Magalhães e Amalia Augusta Paranhos de Magalhães
Filiação Partidária: PFL, -2007; DEM, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, BA, 1991 a 1995 e 1995 a 1999
Legislaturas no Congresso: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Diretor, Construtora Adolpho Lindenberg, Salvador, BA; Diretor-Presidente, Rádio Clube de Salvador, BA; Presidente, Esporte Clube Vitória, Salvador, BA

ESPOSA
NÃO IDENTIFICADA

FILHO
PAULO SÉRGIO PARANHOS DE MAGALHÃES JÚNIOR

Naturalidade: Salvador, BA
Profissões: Administrador de Empresas
Filiação: Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães e ?
Filiação Partidária: PSC,BA
Cargos Eletivos: Vereador, Salvador 2005-2009;2009-2012

Na Figura 39 apresento os dados de Sérgio Lacerda de Brito, filho do pecuarista ex-deputado durante o regime militar Henrique Brito. Sérgio Brito, trilhou todo o caminho de Vereador até chegar a Deputado Federal, cargo que ocupa a quatro legislaturas. Este deputado declarou quatro (4) Fazendas que somam oito mil (8.000) hectares, em Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia, na Bahia, mas não declarou nenhuma propriedade ao INCRA.

Figura 39 - Parentes na Política: Ruralista Sérgio Luís Lacerda De Brito

PAI
HENRIQUE BRITO FILHO

Naturalidade: São Gonçalo dos Campos, BA
Profissões: Contabilista, Pecuarista e Administrador
Filiação: Henrique Antônio de Brito e Raquel Lacerda Brito
Filiação Partidária: ARENA
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, BA, Partido:, Período: 1967 a 1975 Prefeito, Itororó/BA, Vereador, Astorga/PR, Prefeito, Itororó/BA
Legislaturas no Congresso: 1975-1979, 1979-1982.
Outras Informações:
Proprietário de uma rede de hotéis em Salvador, BA.
Presidente, Associação Brasileira de Municípios (ABM), 1977.

MÃE
DORALICE ATILIA BRITO

PARLAMENTAR RURALISTA
SÉRGIO LUÍS LACERDA DE BRITO

Naturalidade: Vitória da Conquista
Profissões: Servidor Público, Administrador de Empresas e Empresário
Filiação: Henrique Brito Filho e Doralice Atilia Brito
Filiação Partidária: PFL, 1985-1989; PRN, 1989-1990; PDC, 1990-1993; PSD, 1993-2003; PDT, 2003-2007; PMDB, 2007; PDT, 2007-2009; PSC, 2009
Cargos Eletivos: Vereador, Salvador/BA, 2005 a 2007, Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1987-1991, 1991-1995, 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Diretor-Presidente, Rádio Fascinação Ltda.; Diretor-Presidente, Piatã Paraia Hotel, Salvador, BA; Assessor, Casa Civil do Governo, BA, 1983; Assessor da Presidência, Emater, Salvador, BA, 1983; Secretário Municipal de Governo, Prefeitura da Cidade de Salvador, BA, 2005-2006.

O estado do Ceará elege três senadores e vinte e dois parlamentares na Câmara Federal a cada legislatura, entre eles, a representação ruralista analisada possui treze

parlamentares. Entretanto, o único parlamentar identificado foi o ex-governador e senador Tasso Ribeiro Jereissati PSDB/CE, os demais assumiram esta posição no DIAP.

Este político é filho do Carlos Jereissati que foi deputado federal (1955-1963) e senador em 1963 (Figura 40), ano que faleceu. Tasso foi governador em três legislaturas no Ceará, em seguida foi Senador entre 2003 e 2011, em 2010 não conseguiu se eleger e assumiu a direção do Instituto Teotônio Vilela (ITV) o órgão de estudos e formação política ligado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Além de político, Tasso Jereissati é empresário, declarou ações em empresas de telecomunicações, também nas rádios e TV Jangadeiro, *"Quotas de Capital na Empresa Shopping Center Juazeiro Ltda"*

No que se refere ao seu vínculo com a questão agrária, a decisão de incluí-lo na lista dos ruralistas passou por uma avaliação criteriosa até a decisão de considerá-lo um ruralista. Em 2002 Jeressati declarou um imóvel denominado "Lagoa" em Paracurú, **(91.4475 Ha).** Escrito desta forma nota-se uma imprecisão no tamanho da área deste terreno, cujo valor declarado é de R$ 124.915,10. Também não especificou se o terreno era rural, declarou apenas terreno. Então, em um primeiro momento não foi considerado ruralista.

Destarte na declaração de 2010, ano em que declarou um patrimônio no valor de R$ 63.537.081,27 - no conjunto de seus bens que inclui todos seus imóveis urbanos, empreendimentos imobiliários também a *"compara de dois aneis 18k com safira e diamante, um brinco com diamantes, duas pulseiras e um colar com safira e diamantes"* – consta a "*Agropecuaria Jereissati Saldo De Emprestimo"* no valor de R$ 4.007.561,70.

No cadastro do INCRA Tasso Jereissati não possui terras em seu nome, mas em nome desta empresa foram localizadas neste cadastro três médias propriedades improdutivas, que somam quinhentos e vinte (520) hectares. Nos municípios de Guaramiranga, Maranguape e Pacoti, no Ceará.

Figura 40 - Parentes na Política: Ruralista Tasso Ribeiro Jereissati.

PAI
CARLOS JEREISSATI

Nascimento: 2/12/1916 +9/5/1963
Natural de: Fortaleza – CE
Profissões: Industrial, comerciante e banqueiro
Filiação: Aziz Kalil Jereissatie Maria José Boutala Jereissati
Falecimento:
Filiação Partidária: ARENA
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Senador
Legislaturas no Congresso: 1955-1960 e 1963

MÃE
MARIA DE LOURDES RIBEIRO JEREISSATI

PARLAMENTAR RURALISTA
TASSO RIBEIRO JEREISSATI

Nascimento: 15/12/1948
Natural de: Fortaleza – CE
Profissão: Empresário
Filiação: Carlos Jereissati e Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati
Filiação Partidária: PSDB
Cargos Eletivos: Governador - 1987 a 1991, 1995 a 1999, 1999 a 2002 e Senador
Legislaturas no Congresso: 2002-2006 e 2007 a 2011

A Figura 41 mostra o organograma da família de Vicente Arruda Coelho PR/CE. Deputado Federal por cinco mandatos consecutivos (1995-2015), devido sua ação política no município de Caucaia no Ceará garante vários familiares em cargos eletivos esposa, filho e primos. As propriedades rurais da família também se concentram nesta localidade. Na declaração de bens este parlamentar declarou quatro propriedades em Caucaia, mas não revelou as áreas. Enquanto no cadastro do INCRA em nome do seu irmão (Eliezer Arruda Coelho e outro possível parente Luciano Arruda Coelho) são cinco propriedades que somam mil quinhentos e noventa e sete (1.597) hectares. Sendo que a Fazenda Salgadinho e Fazenda Baixa Escura declaradas por Eliezer Arruda Coelho, tem áreas declaradas como posse, mas são posses ilegítimas, uma vez que ele já possui duas outras propriedades registradas em seu nome.

Figura 41 - Parentes na Política: Ruralista Vicente Ferreira De Arruda Coelho

PARLAMENTAR RURALISTA
VICENTE FERREIRA DE
ARRUDA COELHO

Naturalidade: Granja, CE
Profissões: Advogado, Jornalista e Cientista Político
Filiação: Vicente Ferreira de Arruda Coelho e Inácia Oliveira de Arruda Coelho
Filiação partidária: PSDB, 1993-2007; PR, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015

ESPOSA
INÊS MARIA CORREIA DE ARRUDA

Naturalidade: Caucáia, CE
Profissões: Terapeuta Ocupacional
Filiação: Danilo Dalmo da Rocha Corrêa e Maria Lúcia Magalhães Corrêa
Filiação partidária: PMDB
Cargos Eletivos: Deputada Estadual 1998-2002; 2002-2004; Prefeita de Caucáia, CE.
Outras Informações: Neta do Deputado Edson da Mota Corrêa

PRIMA
LÍVIA ARRUDA

Deputada Estadual

Parentesco Não Identificado
CARMEM ARRUDA
Prefeita de Granja

Parentesco Não Identificado
ESMERINO ARRUDA
Deputado Estadual

Parentesco Não Identificado
GONY ARRUDA
Deputado Estadual

SOBRINHO
JOSÉ GERARDO OLIVEIRA DE ARRUDA FILHO

Naturalidade: Caucaia, CE
Profissões: Empresário
Filiação: José Gerardo Oliveira de Arruda e Raimunda Coelho de Arruda
Filiação partidária: PMDB, 1985-1991; PSC, 1993-1994; PSDB, 1994-2000; PMDB, 2000
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito, Caucaia/CE, 1997 a 2000
Legislaturas no Congresso: 1995-1997, 2003-2007, 2007-2011
Outras Informações:
Diretor-Supervisor de Obras, Construtora SANCOL, 1980-1982, e ELETRONOR, 1982-1985, Fortaleza, CE; Sócio-Gerente e Diretor-Presidente, Lívia Construtora Ltda., Caucaia, CE, 1993-1994; Sócio-Gerente, Rádio Metropolitana Ltda., Caucaia, CE, 1990-1994; Sócio-Gerente e Diretor-Presidente, ZGA Limpeza e Conservação, Caucaia, CE, 1990-1994; Sócio-Gerente, Rádio Caiçara de Sobral, CE, 1993-; Sócio-Gerente e Diretor-Presidente, ZGA Mineração e Britagem Ltda., Caucaia, CE, 1988-1994.

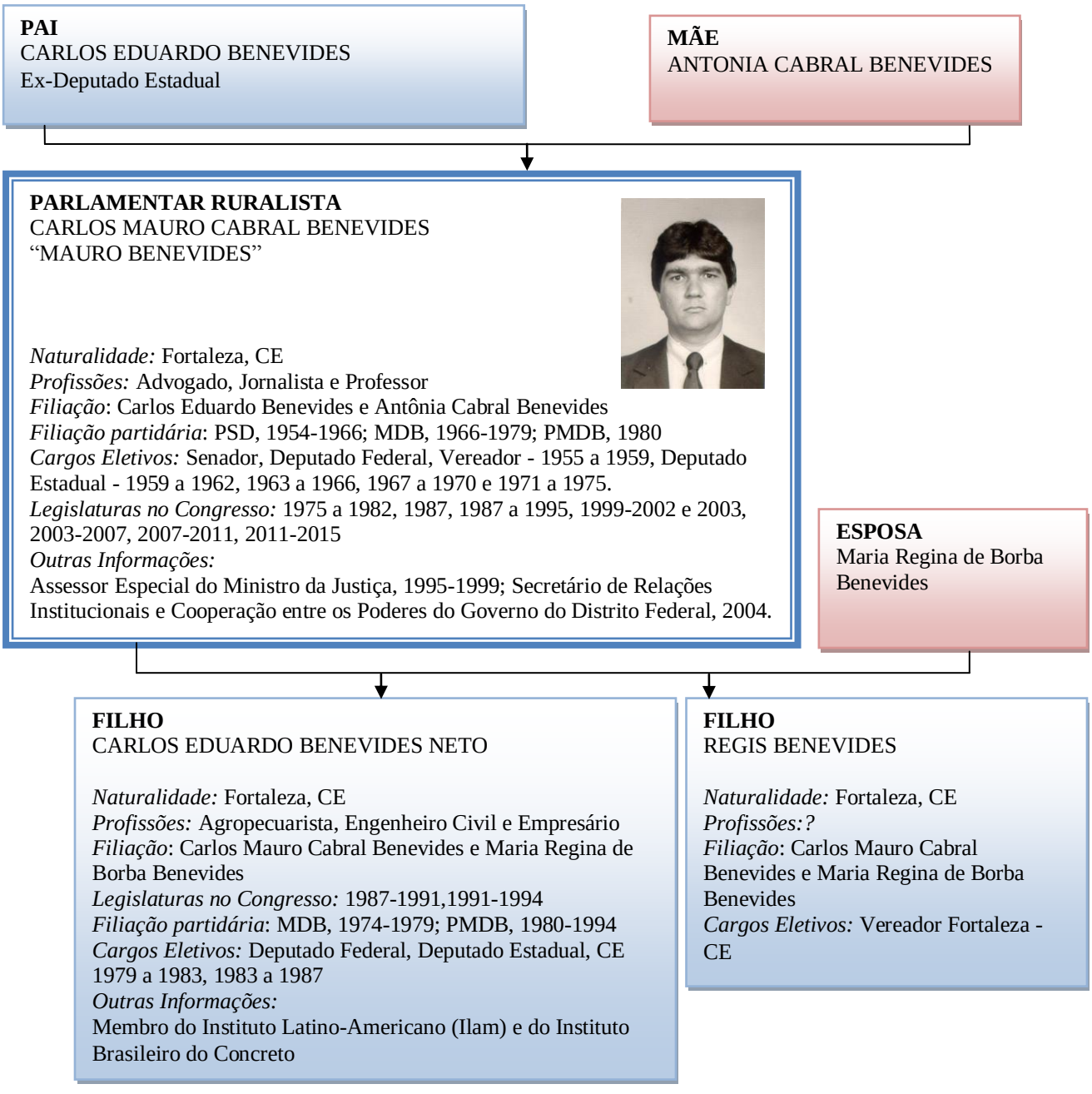
O sobrenome Benevides também é conhecido da política no Ceará, a Figura 42 apresenta as três gerações que legislam neste estado, onde são “três Carlos”; o avô, pai (Deputado Ruralista) e o neto. Mauro Benevides PMDB/CE é conhecido pelos seus discursos eloquentes e inflamados no Congresso, a apologia à tradição de sua família na política é enfatizada no estado, como mostro em trechos da entrevista que o parlamentar concedeu ao Jornalista João Soares Neto:

> **JOÃO SOARES NETO** Mauro Benevides é de família política. Seu pai foi duas vezes deputado estadual, uma delas, substituindo o filho que se candidatara ao senado. É formado em direito, filosofia e provisionado em administração e jornalismo É o político mais longevo do Ceará. Não necessariamente, em idade, mas em atuação política. Começou em 1955, há exatos 54 anos, como vereador de Fortaleza, pelo velho Partido Social Democrático. Na eleição seguinte, já era deputado estadual. Foi reeleito e escolhido presidente da Assembléia Legislativa do Ceará. Obteve, já no MDB, a única facção que integrou a partir da reforma partidária, vitória expressiva para Senador da República, atingindo a presidência do Congresso Nacional e do Senado, ocupando, inclusive – em interinidade - a Presidência da República, Hoje é deputado Federal.
> A herança que recebeu do pai, repassou para os filhos. Régis já foi vereador em Fortaleza. Mauro Filho tem sido, sucessivamente, eleito Deputado Estadual. Seu filho mais velho, Carlos Benevides, foi Deputado Estadual e Federal, sendo hoje empresário. (...)
> **JOÃO SOARES NETO:** Seus filhos Carlos (dep. Federal), Mauro (dep. Estadual) e Régis (vereador), ingressaram na política. Foram incentivados pelo pai, herança genética do avô deputado ou fruto da convivência familiar?
> **MAURO BENEVIDES:** Tanto o Carlos, como o Mauro Filho, em três mandatos, o Régis – este com atuação restrita à Câmara de Fortaleza, decidiram, sem a minha interferência, ingressar na carreira política, obtendo sucessivos mandatos. Todos eles, com titularidade universitária, cumpriram a respectiva missão, cabendo ao Mauro Filho manter-se no campo da batalha política, no desempenho, também, de cargos no Executivo, como agora, à frente da Secretária da Fazenda. Se é certo que o avô(Carlito Benevides) o pai, o tio (Eduardo Benevides – três vezes Prefeito de Pacatuba) – refletissem uma tendência, a eles próprio sempre coube a decisão de postular o voto popular. Em 1974, disputando o Senado, incentivei o retorno de Carlito Benevides – meu saudoso pai – à Assembléia, para o seu segundo mandato, já que o primeiro ocorrera em 1935, quando era ele filiado à Liga Eleitoral Católica (LEC), sob aconselhamento do Padre Helder Câmara, impregnado pelas diretrizes da Legião Cearense do Trabalho, da qual o saudoso Severino Sombra foi fundador em nossa Unidade Federada. (TRECHO DA ENTREVISTA DE JOÃO SOARES NETO A MAURO BENEVIDES, 2012)

O repórter se refere à experiência política algo a ser herdado pelos descendentes de Mauro Benevides, *“a herança que recebeu do pai, repassou para os filhos”* como se o aprendizado político assemelhasse a um bem, ou a um patrimônio a ser herdado. Contraditoriamente Mauro Benevides PMDB/CE declarou apenas como

propriedade rural um *"Lote C 06 Na Fazenda Soledade Havido por Herança de Seu Pai Falecido em 1968",* e um patrimônio de R$ 854.559,42. Não declarou propriedade no INCRA. Caberia uma investigação mais detalhada desta família, cuja trajetória sobretudo, em torno de uma prática política tão arraigada na tradição, é paradoxal que não tenha um patrimônio e terras, especialmente porque Carlos Benevides Neto, que já foi Deputado Estadual durante a ditadura militar, e Deputado Federal na Constituinte, declarou como profissão ser Agropecuarista, Engenheiro Civil e Empresário.

Figura 42 - Parentes na Política: Ruralista Carlos Mauro Cabral Benevides



Para falar da família do Deputado Federal José Arnon Bezerra de Menezes PTB/CE optei por referenciar o livro de Maria Auxiliadora Lemenhe (1996), *"Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis"* neste trabalho a autora analisa a formação do patrimônio e do poder oligárquico dos Bezerra de Menezes na região de Juazeiro do Norte, no Ceará. Lemenhe explica que;

> Nas análises sobre o poder tradicional no Brasil, realizadas em diferentes épocas, firmou-se a idéia de que esta forma de domínio se funda em uma economia de base agrária, não tipicamente capitalista, e, em uma ordem institucional autoritária, centralizada. No passado, no passado como no presente, os coronéis e ou/oligarcas, proprietários de terras ou seus representantes diretos são os agentes políticos do mando personalista e sustentáculos do poder central nas regiões periféricas do país. Nesta perspectiva, a sobrevivência desta forma de domínio, em uma região como a do Nordeste, se configura como reminiscência política de uma ordem sócio-econômica comandada por interesses agrários latifundiários. (LEMENHE, 1996:229)

Com base no levantamento desta autora que apresento os Laços de Família, Política e Propriedade: Ruralista José Arnon Cruz Bezerra De Menezes através da Figura 43.a:*"Trajetória política dos Bezerra de Menezes (1947-1992)*" e na Figura 43.b "*Genealogia política dos Bezerra de Menezes (séculos XVIII e XIX)",* pela Figura 43.c *"Patrimônio dos Bezerra de Menezes (1954)"* e Figura 43.d *"Patrimônio dos Irmãos Menezes (1979)"* .

Figura 43.a: *"Trajetória política dos Bezerra de Menezes (1947-1992)*"

TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS IRMÃOS BEZERRA
(1947-1992)

ANO	NOME	CARGO	PARTIDO
1947	Leandro Bezerra	Vereador (JN)	UDN
1954	Orlando Bezerra	Vereador (JN)	UDN
1958	Orlando Bezerra	Vereador (JN)	UDN
	Adauto Bezerra	Deputado estadual	UDN
1962	Adauto Bezerra	Deputado estadual	UDN
	Humberto Bezerra	Prefeito (JN)	UDN
1966	Adauto Bezerra	Deputado estadual	Arena
	Humberto Bezerra	Deputado federal	Arena
1970	Orlando Bezerra	Prefeito (JN)	Arena
	Adauto Bezerra	Deputado estadual	Arena
	Humberto Bezerra	Vice-governador	Arena
1974	Orlando Bezerra	Deputado estadual	Arena
	Humberto Bezerra	Deputado federal	Arena
1975	Adauto Bezerra	Governador	Arena
	Humberto Bezerra	Sec. Ass. Municipais	Arena
1978	Orlando Bezerra	Deputado estadual	Arena
	Adauto Bezerra	Deputado federal	Arena
1982	Jarbas Bezerra*	Deputado estadual	PDS
	Orlando Bezerra	Deputado federal	PDS
	Adauto Bezerra	Vice-governador	PDS
	M. Alacoque Bezerra	Senadora (suplente)	PDS
1986	Jarbas Bezerra*	Deputado estadual	PFL
	Orlando Bezerra	Deputado federal	PFL
1990	José Arnon Bezerra*	Deputado estadual	PFL
	Orlando Bezerra	Deputado federal	PFL
1992	José Arnon Bezerra*	Vice-prefeito (JN)	PFL

* Respectivamente, filhos de Orlando Bezerra e Leandro Bezerra

Fonte: Atas Gerais de Apuração e *Boletins Eleitorais* do TRE/CE, vários, para os anos 1948 a 1978; Aldenor N. Freire. *Eleições estaduais* — Ceará 1982 [s.ed] e [s.d]; e *Eleições estaduais — Ceará 1986*, [s.ed.], [s.d.]; Mauro Benevides Filho, *Ceará Eleições 89/90*, Fortaleza, Stilus Comunicações, 1991; *Jornal O Povo* de 20/11/92, respectivamente, para os anos 1982, 1986, 1988, 1990 e 1992.

Fonte: (LEMENHE, 1996:55)

Figura 43.b: "*Genealogia política dos Bezerra de Menezes (séculos XVIII e XIX)*

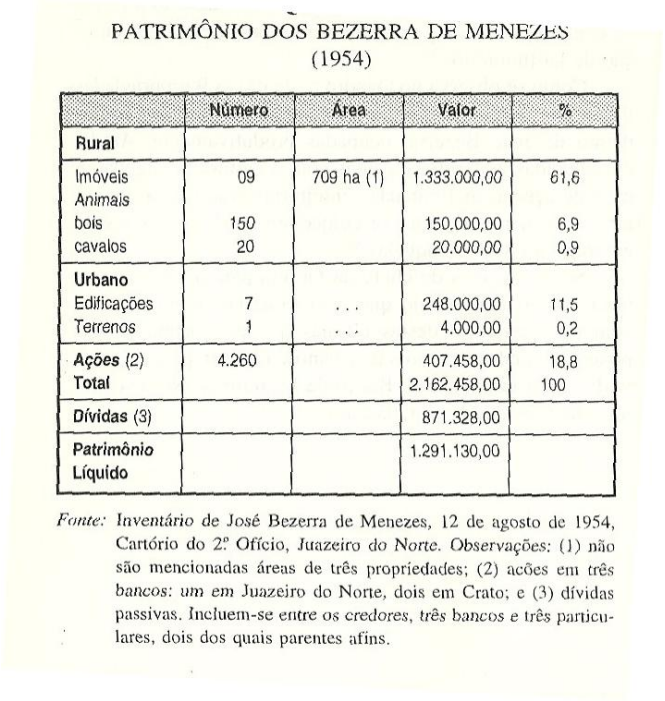
GENEALOGIA POLÍTICA DOS BEZERRA DE MENEZES (SÉCULO XVIII-XIX)

PATRIARCA E DESCENDENTES	POSIÇÕES/TÍTULOS
1. Leandro Bezerra Monteiro (patriarca — 1740-1831)	Sargento-mor (1780) Tenente-coronel Coronel Brigadeiro
2. Semeão Telles de Menezes (filho — 1776-1813)	Sargento-mor
3. Gonçalo L. Telles de Menezes (filho — 1779-1839)	Tenente-coronel Coronel comandante
4. Joaquim A. Bezerra de Menezes (filho — 1784-1868)	Capitão-mor Capitão de ordenanças (1829) Juiz de órfãos Coronel comandante superior da Legião da Guarda Nacional (1818) Vereador Deputado provincial (1838-1839, 1842-1843 e 1844-1845) Cavalheiro da Ordem da Rosa e do Cruzeiro Cavalheiro do Hábito de Cristo
5. José Geraldo Bezerra de Menezes (filho — 1786-1856)	Tenente-coronel
6. Manoel Leandro B. de Menezes (filho — 1790-1835)	Tenente Capitão
7. Joaquim B. de Menezes (neto — 1835-1879)	Tenente-coronel Delegado de Polícia
8. Leandro Bezerra Monteiro (neto — 1826-1911)	Deputado geral — Ceará (1872-18??) Deputado geral — Sergipe (1860-63) Candidato a senador, derrotado Vereador (Paraíba do Sul-RJ)
9. Aristides F. de Menezes (neto — 1847-1919)	Tenente-coronel da Guarda Nacional Deputado provincial Ceará (1886-87)
10. José P. B. de Menezes (neto — 1835-1903)	Capitão Tenente-coronel Vereador (1891) Juiz de direito
11. Leandro Bezerra de Menezes (neto — 1842-?)	Capitão
12. Leandro C. Ratisbona (bisneto — 1824-1900)	Deputado provincial — Ceará (1858-59) Deputado geral — Ceará (1864-1889)
13. Joaquim S.de Chaves Melo (bisneto — 1828-1902)	Tenente-coronel Vereador (1870)

Fonte: Rocha Filho, 1978, *passim;* e Bezerra de Menezes, 1980, *passim.*

Fonte: (LEMENHE, 1996:71)

Figura 43.c: *"Patrimônio dos Bezerra de Menezes (1954)"*



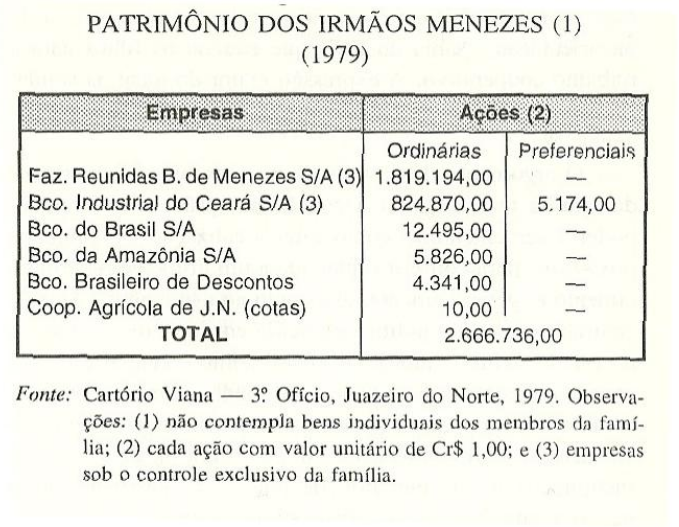
PATRIMÔNIO DOS BEZERRA DE MENEZES
(1954)

	Número	Área	Valor	%
Rural				
Imóveis	09	709 ha (1)	1.333.000,00	61,6
Animais				
bois	150		150.000,00	6,9
cavalos	20		20.000,00	0,9
Urbano				
Edificações	7	...	248.000,00	11,5
Terrenos	1	...	4.000,00	0,2
Ações (2)	4.260		407.458,00	18,8
Total			2.162.458,00	100
Dívidas (3)			871.328,00	
Patrimônio Líquido			1.291.130,00	

Fonte: Inventário de José Bezerra de Menezes, 12 de agosto de 1954, Cartório do 2º Ofício, Juazeiro do Norte. Observações: (1) não são mencionadas áreas de três propriedades; (2) ações em três bancos: um em Juazeiro do Norte, dois em Crato; e (3) dívidas passivas. Incluem-se entre os credores, três bancos e três particulares, dois dos quais parentes afins.

Fonte: LEMENHE, 1996:154)

Figura 43.d *"Patrimônio dos Irmãos Menezes (1979)"*.



PATRIMÔNIO DOS IRMÃOS MENEZES (1)
(1979)

Empresas	Ações (2)	
	Ordinárias	Preferenciais
Faz. Reunidas B. de Menezes S/A (3)	1.819.194,00	—
Bco. Industrial do Ceará S/A (3)	824.870,00	5.174,00
Bco. do Brasil S/A	12.495,00	—
Bco. da Amazônia S/A	5.826,00	—
Bco. Brasileiro de Descontos	4.341,00	—
Coop. Agrícola de J.N. (cotas)	10,00	—
TOTAL	2.666.736,00	

Fonte: Cartório Viana — 3º Ofício, Juazeiro do Norte, 1979. Observações: (1) não contempla bens individuais dos membros da família; (2) cada ação com valor unitário de Cr$ 1,00; e (3) empresas sob o controle exclusivo da família.

Fonte:(LEMENHE,1996:161)

Contraditoriamente, e apesar desta origem oligárquica, o Deputado Arnon Bezerra não declarou imóveis rurais, nos seus bens e no Cadastro do INCRA, embora tenha declarado R$ 248.000,00, em cabeças de gado, fato que induz à hipótese de arrendamento ou ocultação das terras de pastagem deste rebanho declarado. Seus bens incluem três apartamentos - R$ 820.000, e dinheiro em caixa R$ 554.000,00.

Por fim, no Ceará o Deputado Federal Aníbal Ferreira Gomes PMDB/CE tem uma linhagem política que reúne avô, tio, pai e irmão nos cargos de Deputado Estadual pelo Ceará, além da passagem pela Prefeitura de Acaraú,CE (conforme mostra a Figura 43). O controle da política de Acaraú por esta família não poupou as disputas no interior da própria família que resultou inclusive no assassinato do primo de Aníbal Ferreira Gomes, o ex-prefeito Jaime Ferreira Gomes Filho, em razão de disputa pela administração municipal conforme escreveu Barreira (2007);

> É importante mencionar que o avô do Prefeito vitimado, coronel José Philomeno Ferreira Gomes, chefe do Executivo municipal em 1936, iniciou uma espécie de linhagem familiar baseada no exercício de cargos políticos repartidos entre parentes de uma mesma geração, reproduzindo um capital simbólico que era transmitido de pai para filho. O prefeito assassinado, João Jaime Ferreira Gomes Filho, por exemplo, representava, nessa genealogia política, a terceira geração de chefes do Executivo municipal, tendo-se em conta que seu avô havia sido prefeito em 1936, deputado constituinte em 1947, pelo PSD, e seu pai prefeito durante três mandatos. (BARREIRA, 2007)

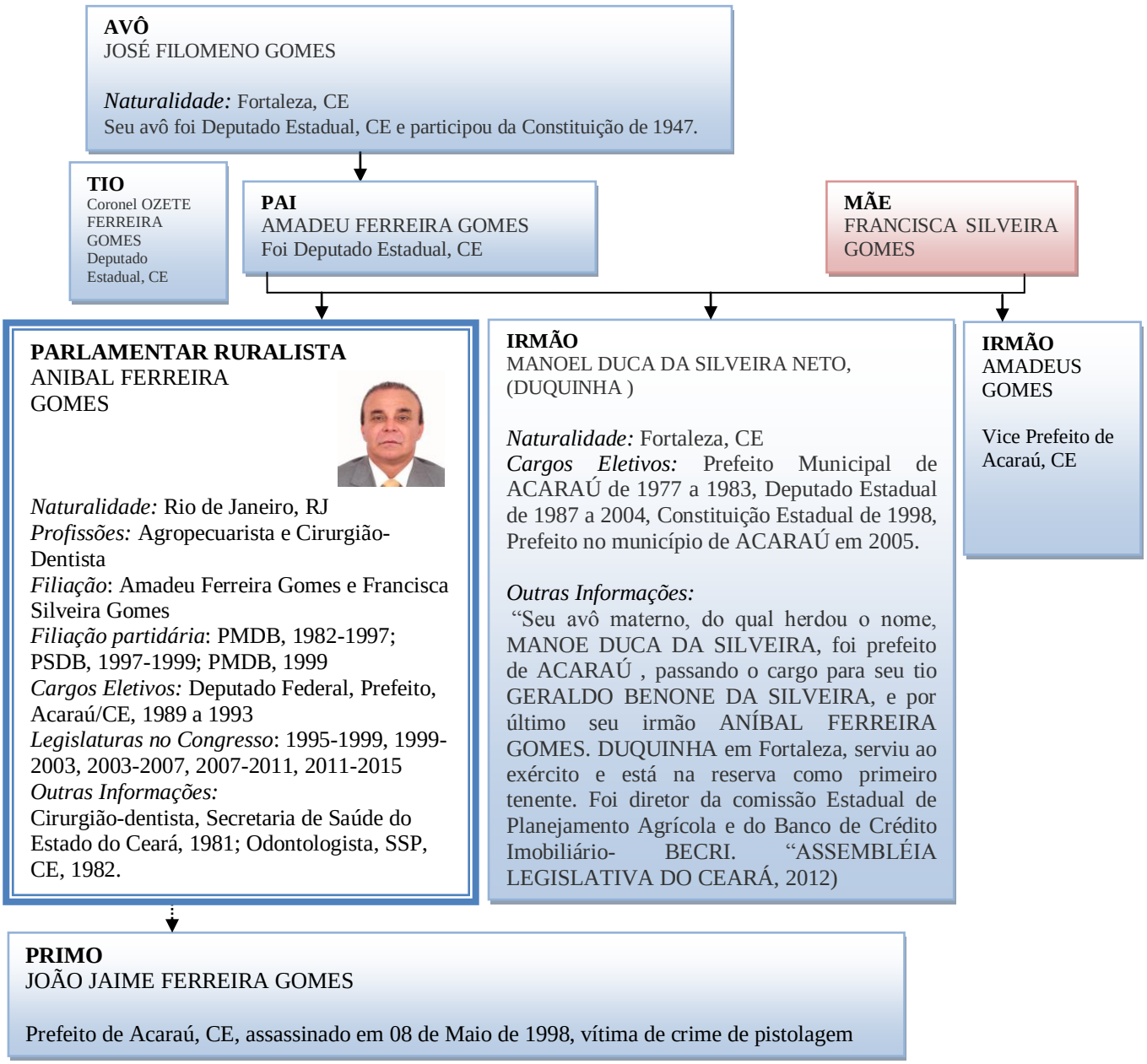
O Anibal Gomes declarou nos bens oito propriedades rurais das quais não revelou a área de sete delas. A maioria fora de seu estado de origem, as Fazendas *"Fazenda Denominada Barreiro Fundo Em Tocantins", "Fazenda Denominada Novo Mundo Em Tocantins", "Fazenda Denominada Angical Em Tocantins", "Fazenda Denominada Santa Edwirgens Em Tocantins", "Fazenda Denominada Campina Verde Em Tocantins"*. Ao fazer a busca no cadastro do INCRA pelo nome do parlamentar não foi encontrado nenhum registro. Mas pelo sobrenome "Ferreira Gomes" foram encontrados os seguintes registros a seguir (Tabela 04):

Tabela 04 - Registro de imóveis no sobrenome “Ferreira Gomes” no estado do Tocantins, INCRA (2003)

IMÓVEL	MUNICÍPIO	UF	ÁREA	CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	AREA REGISTRADA	DECLARADA COMO POSSE	PROPRIETÁRIO
FAZENDA SAO PEDRO	ABREULÂNDIA	TO	108	PEQUENA PROPRIEDADE	108	0	JOSE FERREIRA GOMES
FAZENDA BACURI	ARAGUATINS	TO	80	PEQUENA PROPRIEDADE	80	0	ANTONIO FERREIRA GOMES
FAZENDA CANTINHO	ARRAIAS	TO	1425	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1425	0	LEONIDIO FERREIRA GOMES
FAZENDA BURITI CUMPRIDO LOTE 01'	DIANÓPOLIS	TO	206	PEQUENA PROPRIEDADE	206	0	ISRAEL FERREIRA GOMES
FAZENDA SANTA TEREZA	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	TO	264	PEQUENA PROPRIEDADE	264	0	ALEXANDRE FERREIRA GOMES
FAZENDA SANTA LUIZA	GURUPI	TO	228	PEQUENA PROPRIEDADE	228	0	GESSIMAR FERREIRA GOMES
FAZ MALIBU	ITACAJÁ	TO	1967	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1967	0	JOSE FERREIRA GOMES
FAZ MALIBU	ITACAJÁ	TO	678	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	678	0	JOSE FERREIRA GOMES
FAZ MALIBU	ITACAJÁ	TO	1819	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1838	0	JOSE FERREIRA GOMES
FAZENDA XANADU	ITACAJÁ	TO	186	PEQUENA PROPRIEDADE	186	0	LUCAS FERREIRA GOMES
CHACARA VISTA RICA	ITAPORÃ DO TOCANTINS	TO	13	MINIFÚNDIO	13	0	ANTONIO FERREIRA GOMES

Não posso afirmar que as propriedades sejam do parlamentar, mas como o mesmo não indicou o município de localização das suas propriedades nos bens declarados, não posso descartar totalmente a possibilidade de que os proprietários sejam seus parentes e que alguma destas propriedades possam ter sido aquelas adquiridas por ele. Os vínculos do político cearense Aníbal Gomes com o estado do Tocantins também aparece em sua Biografia (Câmara, 2012), onde está escrito que ele recebeu *“Ordem do Mérito: Grão Mestre do Tocantins, Governo do Estado, TO”.*

Figura 44 - Parentes na Política: Ruralista Aníbal Ferreira Gomes



No estado do Maranhão a Bancada Ruralista é formada por dezoito parlamentares, sendo que oito destes foram identificados, ou seja, não assumiram diante o DIAP pertencerem a bancada. Cinco destes possuem parentes na política, são eles Edson Lobão e sua esposa Nice Lobão, Paulo Marinho, Roseana Sarney e seu pai José Sarney (eleito pelo estado do Amapá).

Para a interpretação do mando oligárquico formado pela família Sarney no Maranhão é interessante referenciar três trabalhos que trazem vários elementos para debater a constituição do poder de seus membros, Gonçalves (2006) e Coutinho (2001) e Costa (2006) [31].

Maria de Fátima Gonçalves (2006:278-288) organizou uma genealogia política completa sobre a família Sarney, neste trabalho pode ser consultada a biografia dos membros, atuação profissional, intelectual, na burocracia e na política. Razão pela qual, na Figura 45, apresento apenas os três políticos desta família que estão em atividade atualmente, o Senador José Sarney e seus dois filhos a Governadora Roseana e o Deputado Federal Sarney Filho. E também discutirei a questão das terras e dos bens declarados.

Ao inserir a questão da apropriação territorial do Maranhão (Gonçalves, op. cit., 54:56) escreve:

> Apresentando o Maranhão como "a frente lógica de desenvolvimento", para a constituição de processos de integração da Amazônia, José Sarney marca, com a Lei de Terras nº 7.929 de 1969, o ponto alto de suas práticas de poder dinásticas: contrariando as pretensões da SUDENE de tornar parte da região úmida do Maranhão área de povoamento para o contingente oriundo das faixas áridas do Nordeste, José Sarney instituiu, pela referida lei o mercado formal de terras no Maranhão.
> Com isso, favoreceu o início do processo de ocupação das terras por grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão. (...)
> Ainda pelas sucessivas posições que ocupa nos diversos campos do poder, notadamente no campo político, (...) ele ultrapassa o sentido da consaguinidade (*gene*)." (GONÇALVES Op. Cit. 56)

A autora mostra que os políticos que governaram o Maranhão após Sarney, entre 1987 a 2006, assumiram negociações políticas com o governo federal, através de José Sarney, ou também tinham vínculos familiares estreitos com este político, *"como*

31 Faço referência aos trabalhos de:
GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa, A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na política do Maranhão Dinástico, São Luiz, 2006 285 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Orientadora Profª Drª Maria Elizabete Beserra Coelho
COUTINHO, Milton. Desembargador Sarney: Memória do Primeiro Centenário, Brasília, Charbel, 2001.
O estudo de COSTA, Wagner C. da, "*Sob o signo da morte*: o poder oligárquico de Victorino a Sarney". São Luis: EDUFMA, 2006 analisa a passagem do comando político do Maranhão de Victorino Freire ao controle da família Sarney.
Na Geografia Humana, a tese de FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas Territoriais e a reorganização do Espaço Maranhehense (Tese apresentada ao Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Orientador Prof. Drº Antônio Carlos Robert de Morais, São Paulo 2008.

por exemplo, João Castelo Branco e José Sarney são compadres", e também resultam de alianças regionais e partidárias entre eles.

> Antônio Jorge Dino assumiu na qualidade de vice-governador do Maranhão para que Sarney se candidatasse, em 1970, ao cargo de Senador da República, pela extinta ARENA.
> (...) José Sarney pertencente aos quadros da ARENA que era a base de sustentação do Governo Militar, indicou para o governo do estado do Maranhão, seu ex-secretário da Fazenda (GONÇALVES, 2000), o médico Pedro Neiva de Santana, seu compadre João Castelo e seu aliado político, o então Deputado Federal Luiz Alves Rocha. Anterior aos governos de João Castelo e Luiz Rocha, o presidente da República, Ernesto Geisel, escolheu para governar o Maranhão um desafeto político de José Sarney, o médico Oswaldo da Costa Nunes Freire (1974-1979). Exceção ao que parecia uma regra. (Idem)

Esta autora escreve que outro ruralista em questão, neste estado, que governou o Maranhão foi Edison Lobão também aliado político de Sarney, este fora sucedido por Roseana Sarney Murad não só *filha política*, de José Sarney, também filha *biológica e social* .

> Não se tem notícia de nenhum benefício importante destinado pelo clã Sarney ao município de Santo Amaro do Maranhão (a 212 km de São Luís), nem nos anos em que José Sarney foi presidente da República (1985 a 1990) nem durante os governos de sua filha Roseana (1995 a 2002). Mas de um ano e meio para cá, algumas áreas desse município miserável da região paradisíaca dos Lençóis Maranhenses – que detém o 2º pior Índice de Desenvolvimento Humano do estado (0,530, segundo dados de 2006 divulgados pelo professor José Lemos, da Universidade Federal do Ceará) – vêm sendo objeto da cobiça da família Sarney. O motivo é dinheiro, muito dinheiro.
> Tendo à frente Ronald Augusto Furtado Sarney (o "Rony", irmão do ex-oligarca, marido da desembargadora Nelma Sarney e proprietário de uma casa em Santo Amaro), o clã deu início, há cerca de um ano e meio, a uma intensa pressão sobre lavradores pobres do município, instigando-os a vender suas terras por valores irrisórios. "Coincidentemente", as incursões de "Rony" começaram semanas antes de a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) promover leilões para a exploração de três campos de Santo Amaro, inativos há quase 40 anos (Espigão, Oeste Canoas e São João). Também por coincidência, claro, Silas Rondeau (afilhado político de José Sarney) era ministro das Minas e Energia quando os leilões aconteceram.
> De acordo com "Fiapo", outros moradores de Santo Amaro – todos lavradores pobres – também sofreram fortes pressões de Ronald Sarney para vender suas terras "a preço de banana". "Teve caboclo que, iludido com o dinheiro vivo, vendeu por R$ 10 mil, R$ 12 mil, R$ 15 mil, deu a terra quase de graça".
> O JP apurou que não só gente humilde da cidade foi convencida por Ronald Sarney a se desfazer de suas propriedades. O vereador Francisco Ramos de Jesus Aguiar Garcia e o Pastor Salustiano são duas dessas pessoas. Ramos Garcia vendeu a Ronald um terreno de aproximadamente 300 hectares e o pastor um de 600. Os valores da transação não foram confirmados, mas deduzindo-se da "tabela-padrão" instituída por Ronald Sarney em Santo Amaro, ele não desembolsou mais de R$ 80 mil para se apossar das duas áreas.

> Artifícios ilegais – O mais grave é que, além de pressionar os proprietários a vender, a valores subfaturados, seu patrimônio arduamente conquistado – laborando pelos interesses econômicos futuros do clã –, Ronald Sarney se utilizou de alguns artifícios claramente ilegais para adquirir os imóveis.
> Um deles foi comparar terrenos limítrofes aos locais nos quais as perfurações da Petrobras foram realizadas e simplesmente incorporar a área que realmente lhe interessava na hora de cercar o terreno. (JORNAL PEQUENO, 2007)

Figura 45 - Parentes na Política: Ruralista José Sarney

Contraditoriamente, após tantos anos governando o estado a família Sarney não declara um patrimônio à altura dos anos de governo. Sarney na declaração de 2006 assumiu um patrimônio total de R$ 4.632.263,45

Na declaração de bens de 2008, os bens ligados ao campo declarados por Sarney foram; *"Fazenda São José Do Pericumã Pericumã Reg INCRA 931071015210-3 E 931071017540; Luiziânia Goiás, com área de duzentos e sessenta e oito (268) hectares. Um terreno denominado Jaguarema, localizado à margem esquerda da BR*

MA-53, no trecho olho dágua-Araçari, no município de Paço do Lumiar, MA. E benfeitorias, máquinas e equipamentos agrícolas existem no sítio do Pericumã."

Na Declaração de Bens, entregues a Justiça Eleitoral em 2006, assumiu *"Um Terreno Denominado Jaguarema, Localizado À Margem Esquerda da Rodovia Ma-53, no Trecho Olho D'água-Araçagi, Paço do Lumiar, MA; Terreno de 200 Hectares de Terra Nua, Santo Amaro, Ma, Adquirido de Clodoaldo Garcia Lira; Terreno em Santo Amaro, MA, Adquirido de Zeferino de Souza Marreiros; Terreno em Santo Amaro, MA, Adquirido de Salustiano da Silva Souza".* Estas terras declaradas em 2006 correspondem a 0,27 % do valor total de seus bens.

Enquanto Roseana declarou em 2002: *"área rural com 9,12 hectares no município de Luziânia – GO e Distrito Federal (Fazenda Pericumã), 25% da Fazenda Curupu no município de Paço do Lumiar-MA, sendo 20,833% havidos por doação conforme escritura pública de 31/12/1986, no cartório de 1º ofício de notas, e 4,167% por compara em 22/04/1987".* Esta mesma propriedade foi registrada no cadastro do INCRA em nome de Fernando Jose Macieira Sarney "*Fazenda Curupu*", localizada em Paço do Lumiar, MA, uma GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA, cuja área é de um mil e seiscentos (1.600) hectares. Sarney Filho não declarou nenhum bem que o vinculasse à questão agrária.

Também registrada no INCRA possibilidade de um registro de propriedade ser o mesmo que o Senador José Sarney declarou nos bens, um minifúndio de oito (8) hectares chamado "Fazenda Água Quente, em nome de J. A. do B. (por não ser tratar de uma figura pública o nome foi mantido em sigilo) a matrícula (9310710175405) coincide com a mesma declarada por Sarney em São José do Pericumã, em Luiziânia, GO, (*931071017540)* faltou apenas o dígito 5 no final.

A próxima família maranhense na política, também aliados de Sarney é apresentada na Figura 46 o organograma da família Lobão que mostra a esposa que é Deputada Federal, um filho que ocupa a vaga de Suplente, o pai no Senado, e, tem também uma nora como assessora parlamentar.

O Senador Edson Lobão PDS/MA e sua esposa não declararam terras no Cadastro do INCRA, mas, nos bens declarou duas glebas de terras em Monte Alegre do Piauí, não revelou as áreas das mesmas. Declarou também *"Ações Preferenciais*

Escrituras Da Empresa Petrolio" e "*Ações da Petrobrás*". Edson Lobão é o atual Ministro das Minas e energia, neste governo da Presidente Dilma Roussef. Nice Lobão não declarou nenhuma propriedade rural seus bens somam R$ 2.209.719,78, originados de carros e contas bancárias.

O poder conferido a este político ultrapassa os limites da administração pública, na região do Bico do Papagaio, à margem direita do Rio Tocantins, através da Lei Nº 6.194, de 10 de novembro de 1994, foi criado o município de Governador Edison Lobão, MA, com sede no Povoado de Ribeirãozinho, que foi desmembrado do município de Imperatriz, subordinado à Comarca de Imperatriz. O eleitor maranhense desta localidade agora responde pelo gentílico de lobanense. É preciso registrar, que a Constituição de 1988 proíbe a homenagem em vida.

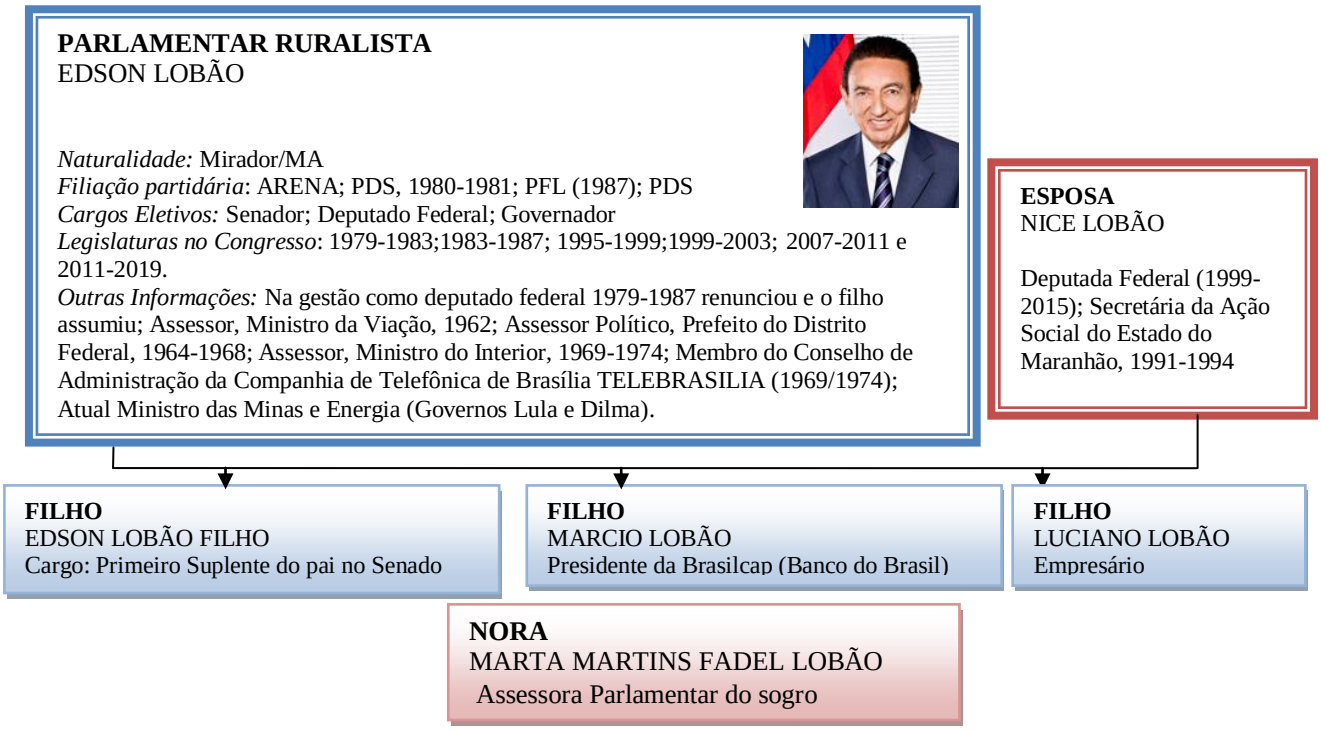
A criação de novos municípios deveria promover o desenvolvimento e a estruturação de microregiões, ademais o "*desenvolvimento territorial endógeno*" dos municípios tem sido mote discursivo do Ministério da Integração Nacional nos últimos governos. Entretanto, desmembrar para a administração ruralista significa "fatiar" o território de forma a repartir o quinhão entre a elite que comanda as localidades. Como ocorreu no município de Governador Edison Lobão, conforme explicita a reportagem de Oswaldo Viviani, no Jornal Pequeno (2006);

> *"**Com a decisão da desembargadora, prossegue a 'farra em família' no município de Governador Edison Lobão***
>
> Na contramão da ação moralizadora do Ministério Público, que vem combatendo o nepotismo nas Prefeituras e nas Câmaras Municipais do Maranhão, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa (cunhada de José Sarney) deferiu o pedido de liminar, de autoria do prefeito de Governador Edison Lobão, Washington Luís Silva Plácido (PFL), que o desobriga de ter de cumprir a determinação do juiz Joaquim da Silva Filho, da Fazenda Pública, de demitir os parentes. Contrário à iniciativa do MP, que vem seguidamente exigindo que os gestores municipais demitam parentes do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e de todos os vereadores, Washington Plácido (assim como o prefeito de Imperatriz, Ildon Marques) recorreu ao Tribunal de Justiça com Agravo de Instrumento, que agora foi deferido pela desembargadora Nelma Sarney.
> Em sua argumentação, o prefeito Plácido, cuja gestão é uma verdadeira "farra em família" (veja abaixo), alegou, entre outras coisas, que "a decisão não dá prazo para se encontrar funcionários capazes de suprir os servidores a serem demitidos, além de violar o princípio de isonomia entre os munícipes". Já a desembargadora Nelma Sarney afirma, em seu despacho: "(...) o que se vê realmente é a tentativa de se estender para os poderes Executivo e Legislativo mesmo efeito de Resolução Administrativa formulada e aprovada pelo Conselho

> Nacional de Justiça, que tem sua eficácia restrita aos órgãos a ele subordinados, quais sejam, os Juízos de Direito, Tribunais Estaduais e Federal e Tribunais Superiores". Para a desembargadora, o prazo estipulado para as exonerações (cinco dias) comprometeria a continuidade dos serviços públicos, já que, no entender da desembargadora, esse não é um tempo considerado hábil para a escolha dos substitutos. A liminar tem validade até que seja efetuado o julgamento do Agravo de Instrumento interposto por Washington Plácido.
> **'Farra em família'** – O **município de Governador Edison Lobão** praticamente institucionalizou o nepotismo e o "transnepotismo" (contratação de parentes de um poder por outro). Pelo menos 45 parentes do prefeito, do vice, dos secretários e dos vereadores, contratados sem concurso, embolsam dinheiro público na Prefeitura e na Câmara.
> Segundo informações que chegaram às mãos dos promotores Marcos Valentim Pinheiro Paixão e Giovanni Papini Cavalcanti Moreira, o prefeito Washington Plácido tem cinco parentes empregados na Prefeitura: sua mulher, Maria Telma Silva Plácido (secretária de Promoção Humana); a filha, Samia (secretária de Finanças); um cunhado, Horácio Vila Nova (secretário de Agricultura); uma cunhada, Maria de Fátima; e um genro, conhecido como Silveira.
> O vice-prefeito, Enoque Batista (PTB), **também tem parentes na Prefeitura de Edison Lobão:** sua mulher, Dinalva dos Santos Silva (secretária de Relações Institucionais); e sua nora, Joice de Melo Sousa (assessora).
> Onze parentes da secretária Albertina Neiva (Educação) igualmente constam na folha da Prefeitura: (...)
> Os vereadores da cidade de Governador Edison Lobão empregaram "apenas" dois parentes na Câmara Municipal (Edna Gonçalves Pereira de Moraes e Marizete Pereira Lima, ambas sobrinhas da mulher do vereador José Pereira Nunes). Em compensação, arranjaram um "lugarzinho ao sol" para nada menos do que 26 familiares seus na Prefeitura. O "campeão do nepotismo" é o vereador Valdimar Rodrigues dos Santos, que emplacou nove parentes no Executivo Municipal. (...) (JORNAL PEQUENO, 2006)

Como já foi questionado neste texto, a que servem as regionalizações dos ruralistas? A criação de municípios, a própria criação de estados como o Tocantins, ou mesmo a tentativa de controlar os novos estados criados, como o estado de Rondônia, e Roraima, dentre tantos exemplos que procurarei citar ao longo do texto. É possível afirmar que trata-se de uma geopolítica do poder e do atraso, da corrupção e da acumulação rentista. Como se lê na reportagem citada anteriormente, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa responsável pelo cargo, é cunhada do Senador José Sarney, como acabei de mencionar integra uma oligarquia ruralista maranhense.

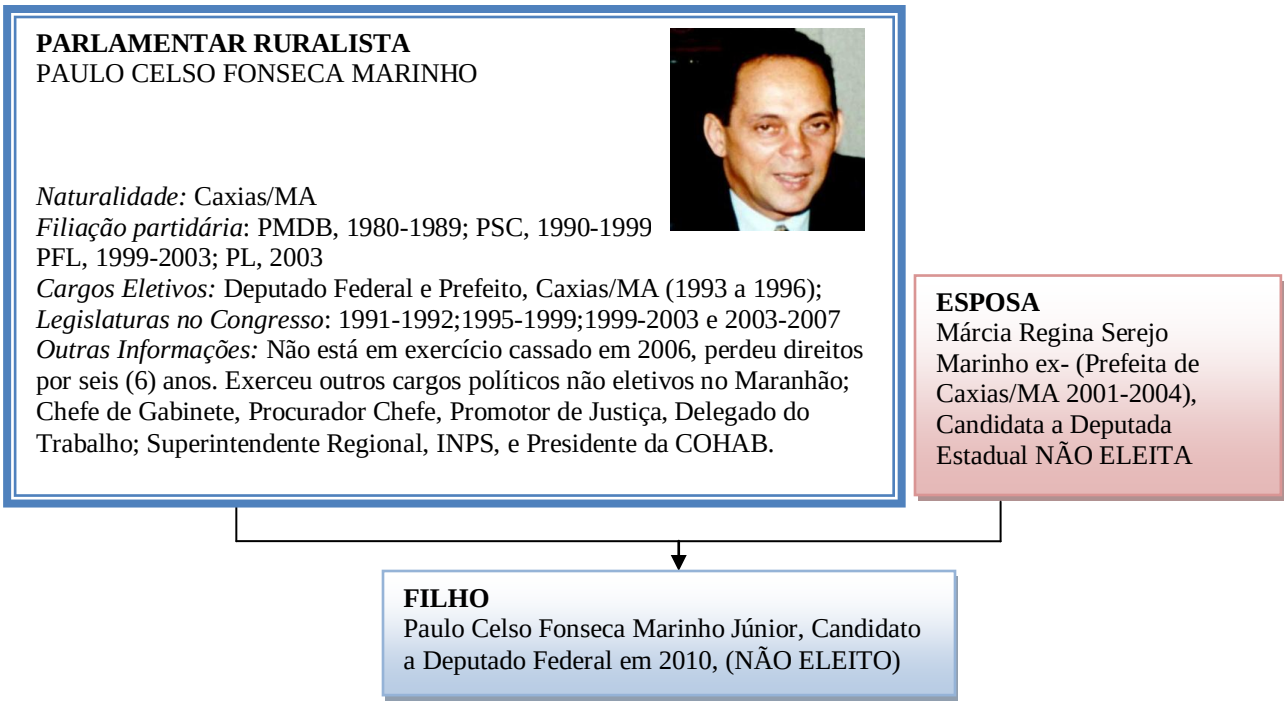
Figura 46 - Parentes na Política: Ruralista Edson Lobão



O ex- Deputado Federal Paulo Marinho PR/MA, que não está em exercício por foi cassado em 2006, perdendo os direitos por seis anos, tentou eleger o filho e a esposa, que já ocupou o cargo de Prefeita Municipal de Caxias, MA (Figura 46 a seguir), mas não conseguiu.

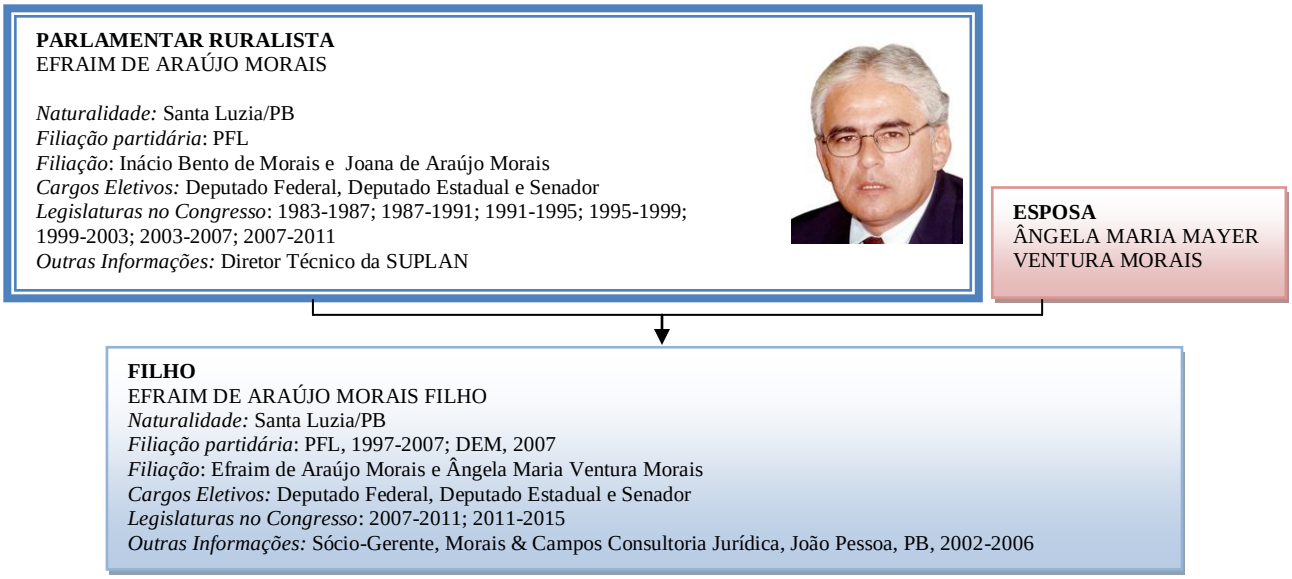
Paulo Marinho declarou sete imóveis, glebas e terrenos rurais, nos municípios de Caxias em Imperatriz, MA não distinguiu quais são na área rural. Declarou rebanho *"CABEÇA DE GADO VACUM, ADQ DE FREDERICO PARAZERES", "REPRODUTORES P.O. NELORE ADQ DE EDSON TAJARA DE MELO"* (DECLARAÇÃO DE BENS 2002). Ao cadastro do INCRA, declarou a grande propriedade improdutiva "Fazenda Retiro" em Caxias, MA, com dez mil e setenta e cinco (1.075) hectares.

Figura 47 - Parentes na Política: Ruralista Paulo Celso Fonseca Marinho



O estado da Paraíba tem direito a eleger três senadores e doze parlamentares a cada gestão, os ruralistas deste estado são doze, sendo que três foram identificados (José Maranhão, Benjamin Gomes Maranhão Neto e Aguinaldo Ribeiro). A Figura 48 apresenta a família de Efraim Araújo de Morais

Figura 48 - Parentes na Política: Ruralista Efraim Araujo de Morais



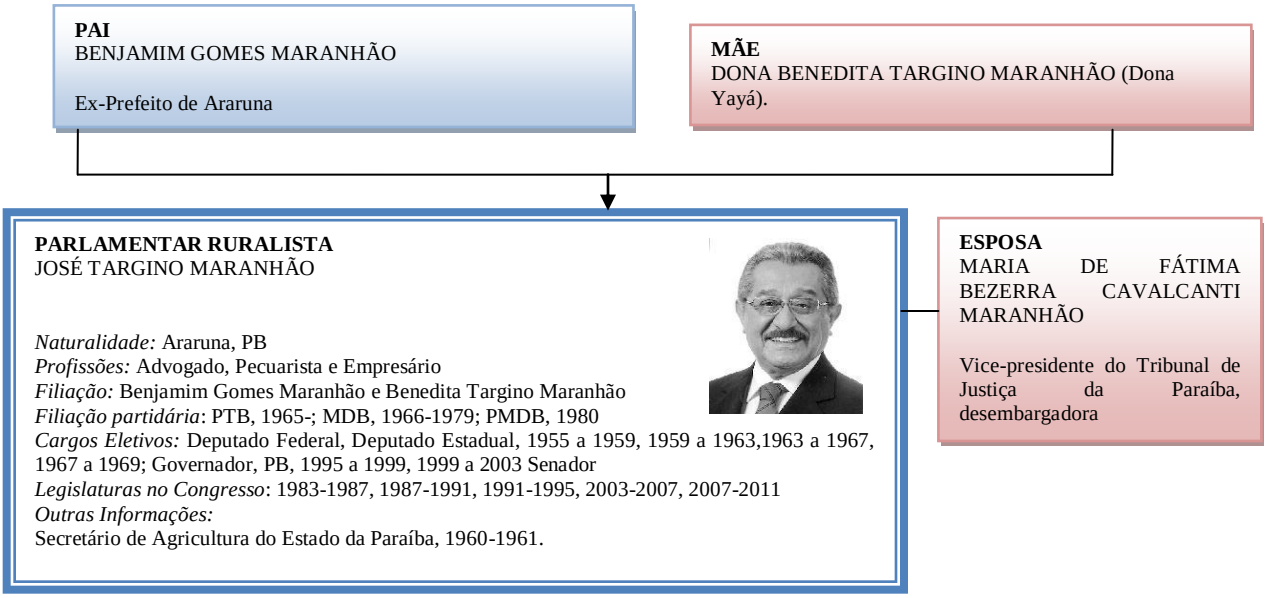
O ex- Senador que permaneceu no Congresso durante vinte anos consecutivos (1991 a 2011) declarou dá continuidade na casa legislativa através de seu descendente Efraim Morais Filho. O pai declarou um patrimônio no valor de R$ 2.550.576, que inclui cinco propriedades rurais em Várzea na Paraíba, elas somam mil e cinquenta e nove (1.059) hectares.

A Figura 49 representa a família do ex-governador e atual Senador José Maranhão PMDB/PB, não foi identificado entre seus filhos e netos cargos públicos. Mas, dois dos seus sobrinhos são deputados: Benjamin Maranhão, na Câmara Federal, e Olenka Maranhão, na Assembléia Legislativa.

Eles são netos do ex-prefeito e ex-chefe político de Araruna, Banjamin Gomes Maranhão, pai do ex-governador José Maranhão e da atual prefeita de Araruna, Wilma Maranhão (mãe dos dois deputados).

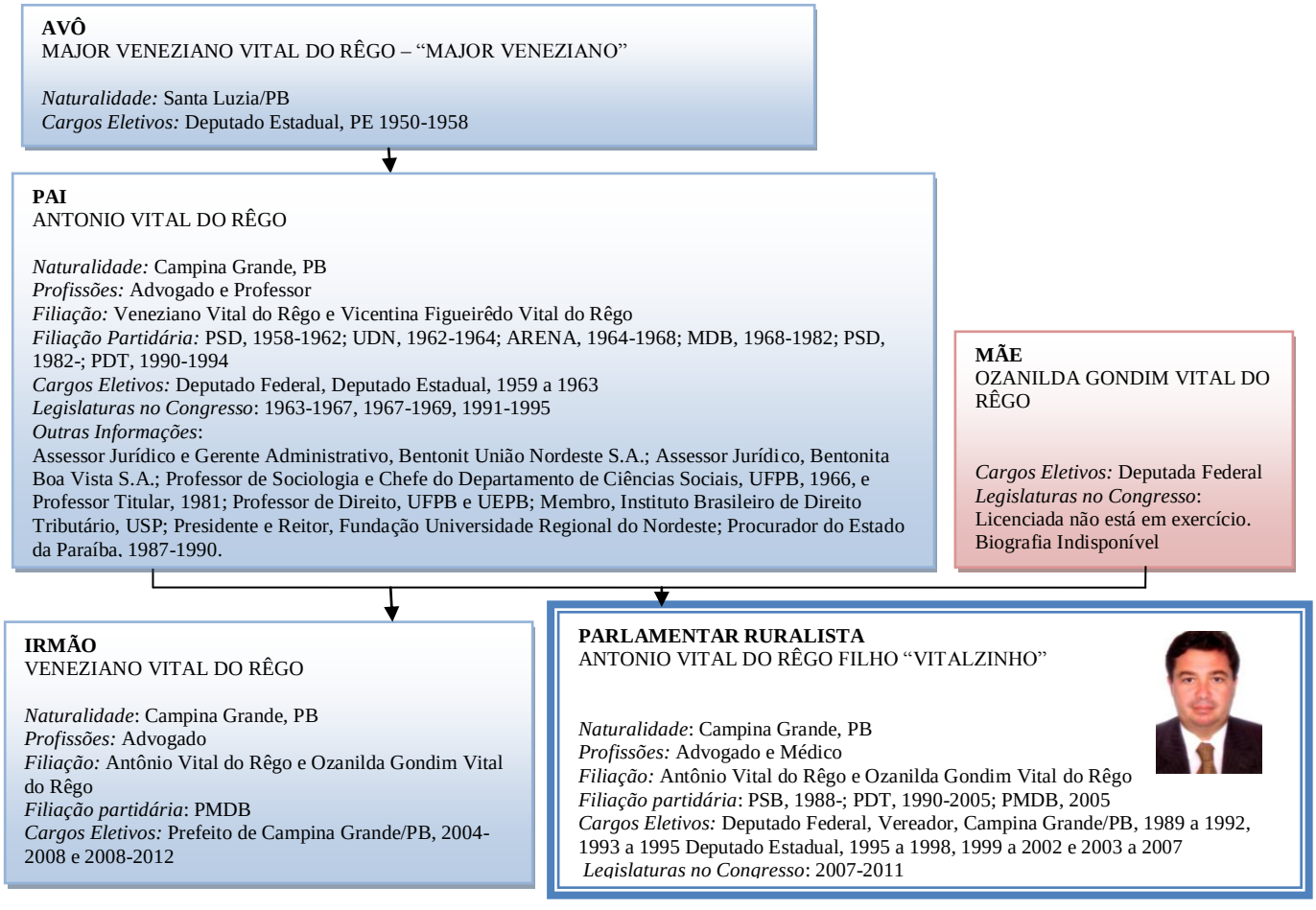
Pecuarista, advogado e empresário, Zé Maranhão, esteve na Câmara Legislativa entre 1983 a 1995. Candidato não eleito a Governador nesta gestão, no registro dos bens declarou onze propriedades rurais e um patrimônio no valor de R$ 7.429.880,68. As terras representam 23,44% do valor total dos bens, sendo que uma destas propriedades *"Propriedade Rural Denominada São Judas Tadeu, Araguatins-To"* está localizada no estado do Tocantins, as demais em Tacima, Araruna, Dona Inês e Campo de Santana na Paraíba.

Figura 49 - Parentes na Política: Ruralista José Targino Maranhão



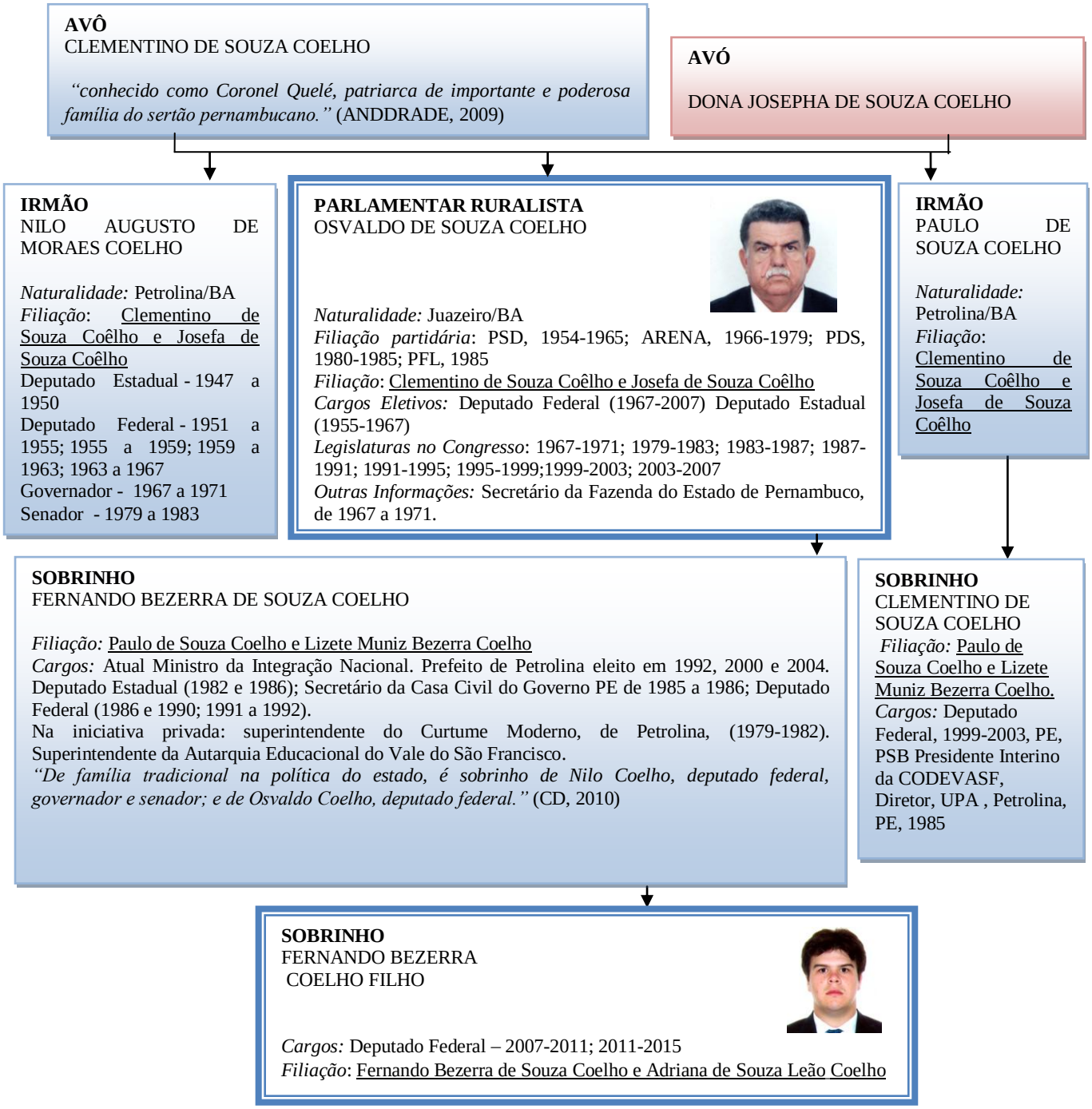
Na Figura 50 apresento o núcleo familiar e político do Senador Vital do Rêgo Filho, gestado em Campina Grande, reúne seu irmão prefeito Veneziano Vital do Rêgo. Os dois têm como avô materno o ex-governador Pedro Moreno Gondim. São filhos do ex-deputado Vital do Rêgo (já falecido), e netos do Major Veneziano, ex-deputado estadual duas vezes pelo Estado de Pernambuco. Major Veneziano era pai do Vital do Rêgo. Os irmãos campinenses também carregam nas veias o sangue de outro ex-governador importante: Argemiro de Figueiredo. Argemiro era tio de Vital do Rego (o pai), este filho de Vicentina Figueiredo Vital do Rêgo (irmã de Argemiro). Os irmãos Veneziano e Vital Filho são netos de Vicentina e também sobrinhos-netos de Argemiro Figueiredo, um dos governadores mais importantes que a Paraíba já teve. O Senador Vital do Rêgo declarou em 2010 *"150 Bezerros Girolando"* e a "*Fazenda Denominada Campo De Boi"*, em Queimadas, PB não informou a área desta propriedade, que corresponde a 16,8% do valor total de seus bens declarados.

Figura 50 - Parentes na Política: Ruralista Vital do Rêgo Filho



No estado de Pernambuco, que elege 25 deputados na Câmara, durante o período analisado foram estudados quinze parlamentares, sendo que três foram identificados. A oligarquia dos Coelhos tem origem na região de Petrolina, na figura do Coronel Quelé, onde dois de seus filhos fizeram uma carreira muito duradoura na Câmara dos Deputados. Veja como mostra a Figura 51.

Figura 51.a –Laços de Família, Política e Propriedade: Ruralista Osvaldo Coelho



Nilo Peçanha entre 1947 a 1983 ocupou sucessivamente os cargos de Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e Senador. Seu irmão Osvaldo Coelho seguiu a mesma trajetória entre 1955 a 2007, foram cinquenta e dois anos na política. Cabe indicar um estudo mais aprofundado da relação destes parlamentares com os governos militares, uma vez que legislaram neste período e também porque compuseram a ARENA, partido que compôs a base destes governos.

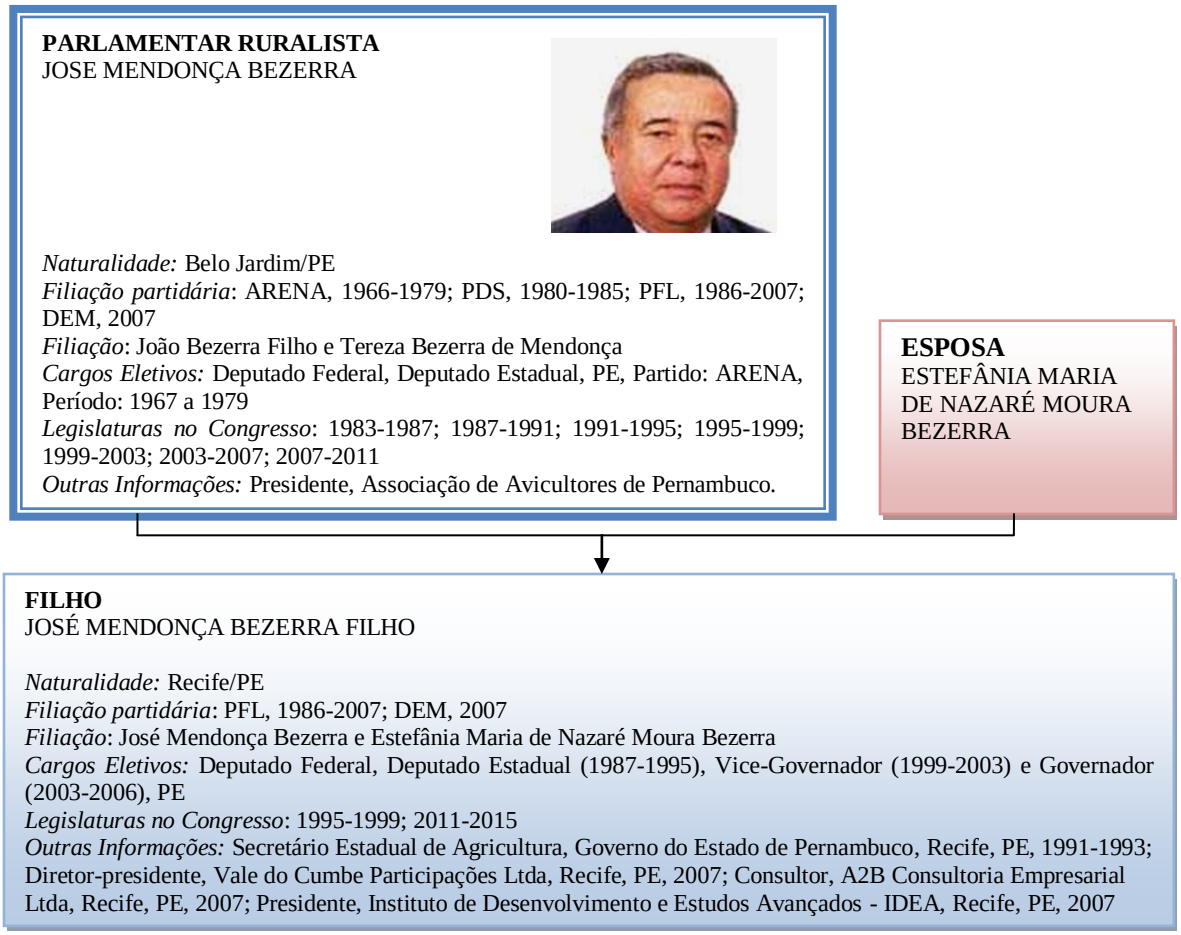
A aposentadoria de Osvaldo Coelho e Nilo Coelho não significou a saída da família Coelho do poder. A Figura 50.b ilustra a face dos seus membros, na posição central está Fernando Bezerra, que atualmente ocupa no ponto alto da estrutura do poder, um cargo na equipe ministerial da presidente Dilma Rousseff como Ministro da Integração Nacional. Ou seja, é o responsável pela coordenação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, obras tais que além do volume de recursos públicos investidos, se volta para atender o produção capitalista, sobretudo agroexportadora e mineradora estão promovendo transformações infraestruturais pelo território brasileiro, e tem gerado graves impactos socioterritoriais.

O ex-deputado federal e pecuarista Osvaldo Coelho declarou seis propriedades nos bens declarados que somam mil e novecentos (1.900) hectares, no Cadastro do INCRA declarou somente a "FAZENDA CACHOEIRINHA" a média propriedade improdutiva com cento e cinquenta e dois (152) hectares, localizada em Vereda, BA.

Figura 51.b –Laços de Família, Política e Propriedade: Ruralista Osvaldo Coelho

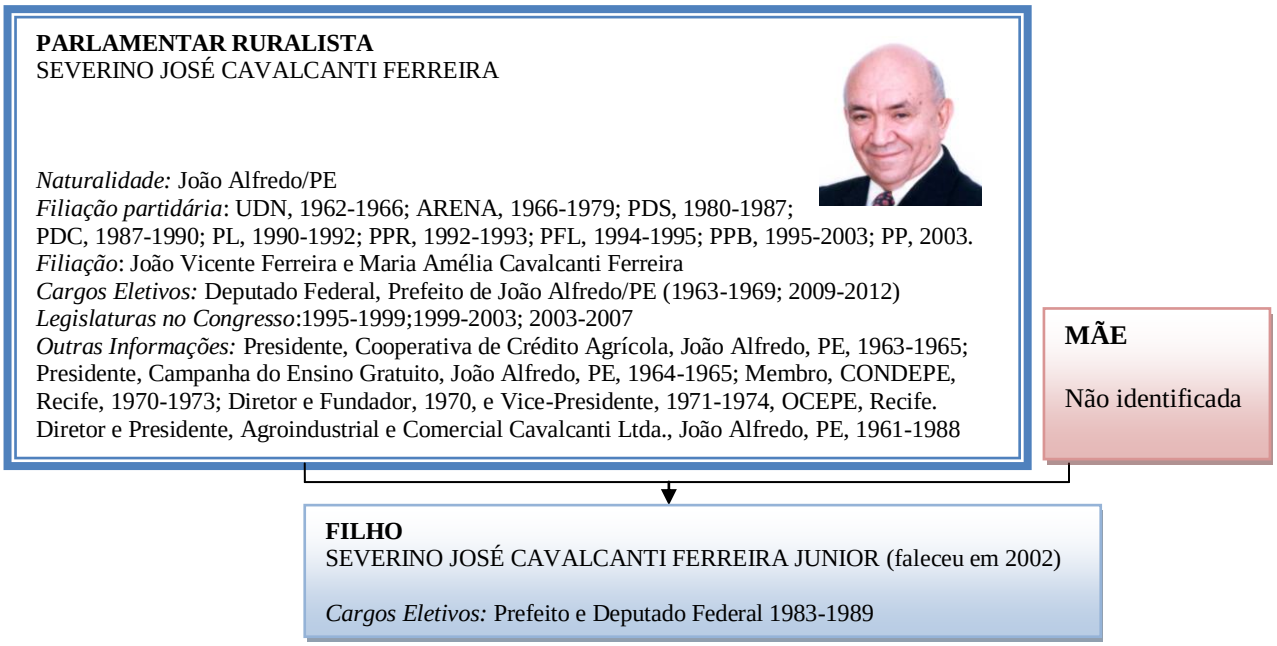
José Mendonça Bezerra permaneceu no Congresso, consecutivamente, entre 1979 a 2011 (ano em que faleceu), dentre outras profissões declarou ser pecuarista e avicultor (declarou ter sido presidente da Associação de Avicultores de Pernambuco) o patrimônio declarado foi de R$ 1.393.238,55. Mas, durante este tempo reuniu um patrimônio bastante diversificado. Na área de comunicação *"17.060 Ações Da Empresa Jornal Do Commercio; 23.074 Quotas Da Rádio Jornal Do Comercio Brasil"; 27.922 Da Tv Jornal Do Comercio Brasil"*, No comércio "*2.000.000 Quotas Da Firma Agreste Pneus Ltda*."; No agronegócio e pecuária *"395.374 Ações Da Fribesa - Frigorífico De Belo Jardim S/A", "657.421 Quotas Da Granja São José Ltda; 4.303.495 Ações Da Belasa - Belo Jardim Aves S/A Brasil", além de "220 Cabeças De Gado*". Na construção civil "*Construtora E Incorporadora Ipojuca Ltda, Quotas Da Jmb Construção Incorporação Brasil".*

Figura 52 - Parentes na Política: Ruralista Jose Mendonça Bezerra



O ex-deputado federal Severino Cavalcanti PP/PE tem um patrimônio declarado com baixo valor se comparado com demais parlamentares em seu estado R$ 173.174,99. Não declarou nenhuma propriedade no cadastro do INCRA e na declaração de bens. Declarou na Biografia da Câmara (2012) ter sido Diretor e Presidente, Agroindustrial e Comercial Cavalcanti Ltda., João Alfredo, PE, 1961 a1988 também foi Presidente da Cooperativa de Crédito Agrícola, João Alfredo, PE, 1963-1965, município onde também ele e seu filho Severino Cavalcanti Ferreira Júnior foram prefeitos (Figura 53).

Figura 53 - Parentes na Política: Ruralista Severino José Cavalcanti Ferreira



No estado do Piauí que pode eleger dez parlamentares para a Câmara a cada gestão, no período estudado teve igual o número de ruralistas (dez), todos fazem parte da lista do DIAP. Quatro destes possuem familiares na política eletiva (Ciro Nogueira DEM/PI e sua esposa Iracema Portella PP/PI, Marcelo Castro PMDB/PI, Atila Lira PSDB/PI).

A Figura 54 apresenta os dois eixos de estruturação da família do ruralista Ciro Nogueira Lima Filho PP/PI a partir dos ascendestes de seus ascendentes e dos ascendentes de Iracema Portela.

Figura 54 - Parentes na Política: Ruralista Ciro Nogueira Lima Filho

PAI
CIRO NOGUEIRA LIMA

Naturalidade: Pedro II, PI
Profissões: Agropecuarista, Advogado e Empresário
Filiação: Manoel Nogueira Lima e Maria de Lourdes Lima
Filiação Partidária: PTB; MDB, 1979-; PMDB, 1980-1986; PFL, 1986
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1983-1987, 1991-1995
Outras Informações:
Auditor Fiscal da Previdência Social, Teresina, PI, 1953-1984.

MÃE

ELIANE SILVA NOGUEIRA

PARLAMENTAR RURALISTA
CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Naturalidade: Teresina, PI
Profissões: Advogado
Filiação: Ciro Nogueira Lima e Eliane e Silva Nogueira Lima
Filiação Partidária: PFL, 1994-2004; PP, 2004
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011

Outras Informações:
Declarou nas atividades profissionais - empresário.

PAI
LUCÍDIO PORTELLA NUNES

Naturalidade: Valença do Piauí, PI
Profissões: Médico
Filiação: Eustáchio Portella Nunes e Maria Ferreira de Deus Nunes
Filiação Partidária:
Cargos Eletivos: Governador - 1979 a 1983, Vice-governador - 1987 a 1991, Senador - 1991 a 1999
Legislaturas no Congresso: 1991-1999

TIO
PETRÔNIO PORTELLA NUNES
Falecimento: 6/1/1980

Naturalidade: Valença do Piauí, PI
Profissões: Advogado e Servidor Público
Filiação: Eustáchio Portella Nunes e Maria Ferreira de Deus Nunes
Filiação Partidária:
Cargos Eletivos: Deputado Estadual - 1954 a 1958
Prefeito - 1958 a 1962
Governador - 1962 a 1966
Senador
Legislaturas no Congresso: 1967 a 1974 , 1976 a 1980
Outras Informações:
Ministro de Estado da Justiça
Recebeu 35 honrarias, a maioria delas da maçonaria.

MÃE

MYRIAM NOGUEIRA PORTELLA NUNES

TIO
ELOI PORTELLA NUNES SOBRINHO

Naturalidade: Valença do Piauí, PI
Profissões: Médico
Filiação: Eustáchio Portella Nunes e Maria Ferreira de Deus Nunes
Filiação Partidária: PPB/PI
Cargos Eletivos: Senador - 1991 a 1999
Legislaturas no Congresso: 1995-2003

PARLAMENTAR RURALISTA
IRACEMA MARIA PORTELLA NUNES NOGUEIRA LIMA

Naturalidade: Teresina, PI
Profissões: Professora e Empresária
Filiação: Lucídio Portella Nunes e Myriam Nogueira Portella Nunes
Filiação Partidária:
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 2011-2015

O senador Ciro Nogueira Lima PP/PI é filho do ex-deputado federal e agropecuarista Ciro Nogueira Lima. O primeiro está no Congresso a vinte e quatro anos, entre 1995 a 2019, na última gestão assumiu cadeira no Senado, mas a sua esposa ocupou uma vaga na Câmara Federal. Esta também vem de larga tradição na política seu pai é Lucídio Portela Nunes que foi governador do estado do Piauí (1979 a 1983). É o irmão mais velho do falecido Petrônio Portela Nunes, articulador político nos governos de João Figueiredo e Ernesto Geisel. Também são parentes desta parlamentar, os políticos cearenses Flávio Portela Marcílio, Helvídio Nunes (cujas biografias oficiais não foram localizadas).

No cadastro do INCRA, em nome de Ciro Nogueira Lima Filho foram localizadas quatro propriedades improdutivas que correspondem a quatro mil, novecentos e noventa e cinco (4.995) hectares, nos municípios piauienses de Elesbão Veloso, Valença do Piauí e Teresina e Tibério Nunes. Além das anteriores, há também duas grandes propriedades improdutivas Fazenda Junco e Serafina Junco em nome da empresa “CIRO NOGUEIRA AROPECUARIA E IMOVEIS LTDA”, localizadas em Teresina, PI cuja área registrada somada é de dois mil quinhentos e sessenta três (2.563) hectares, que podem não ser propriedade desta família, uma vez que não foi declarada nos bens.

O médico e deputado federal Marcelo Costa e Castro PMDB/PI está no Congresso desde a legislatura de 1999 a 2003 até a atual, foi também Congresso Secretário da Agricultura do Estado do Piauí, este parlamentar declarou nos bens mil cento e cinquenta e um hectares e dois ares (1.151,2), mas não informou a área e a localização exata de vinte e cinco fazendas por ele declaradas. Os imóveis rurais correspondem a 28,19% do valor total dos bens deste parlamentar. Ao INCRA declarou somente a Fazenda Cometa, uma média propriedade improdutiva em Santa Filomena, PI cuja área é de mil (1.000) hectares. Nos bens declarou *"Cotas De Capital Da Mangal Frutas Tropicais De Exportação Ltda",* empresa que no cadastro do INCRA registrou duas propriedades improdutivas.

Figura 55 - Parentes na Política: Ruralista Marcelo Castro

PAI
JOSÉ DE CASTRO

Filiação: ?
Filiação Partidária: ARENA
Cargos Eletivos: Deputado Estadual (1970-1974)

MÃE
CLOTILDE COSTA E CASTRO

PARLAMENTAR RURALISTA
MARCELO COSTA E CASTRO

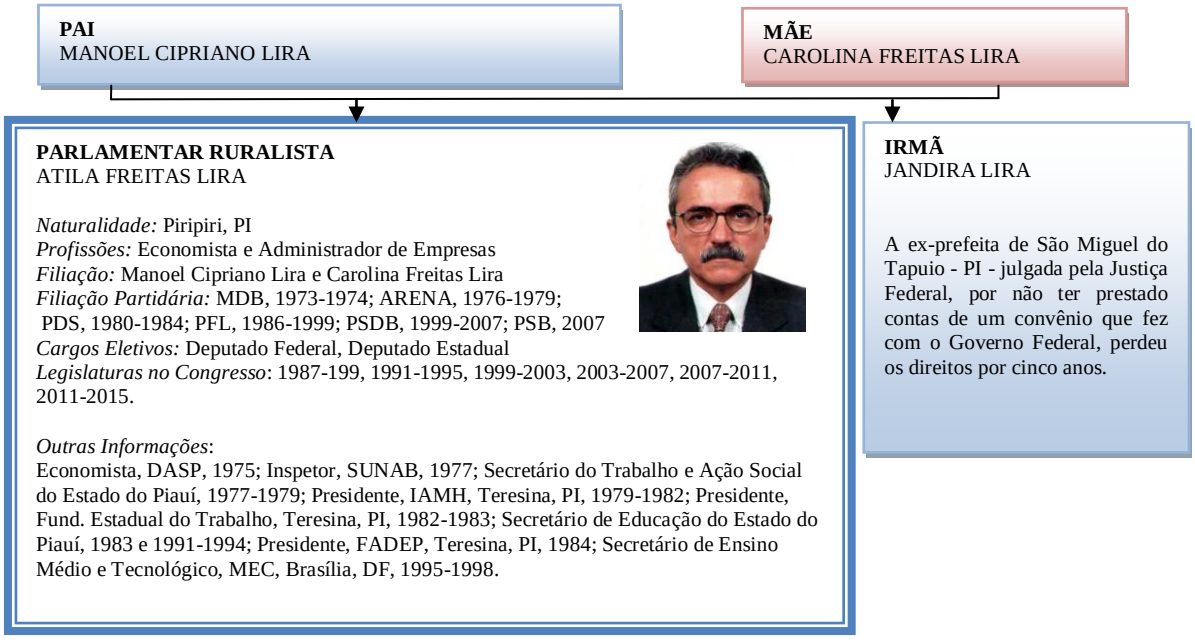
Naturalidade: São Raimundo Nonato, PI
Profissões: Médico
Filiação: José Dias de Castro e Clotilde Costa e Castro
Filiação Partidária: PMDB, 1981-1991; PSDB, 1991; PPR, 1993-1997; PMDB, 1997
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual (1983 a 1987, 1987-1991,1991-1995)
Legislaturas no Congresso: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Secretário da Agricultura do Estado do Piauí, 1999-2001. Professor de Física, Escola Técnica Federal do Piauí, Teresina, 1969-1989; Acadêmico Estagiário, 1974-1975, e Médico-Bolsista, 1975, Hospital Areolino Abreu, Teresina, PI; Estágio de Especialização em Psiquiatria, Hospital Professor Edgar Santos, UFBA, Salvador, 1975; Médico, Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, 1975-1989; Médico-Plantonista, Clínica Psiquiátrica Casa de Saúde Dr. Eiras, 1977, Clínica Psiquiátrica Mayer Gross, 1977-1980, e Clínica Psiquiátrica Sanatório Santa Juliana, 1977-1980, Rio de Janeiro, RJ; Residência em Psiquiatria, UFRJ, Rio de Janeiro, 1977-1978; Professor de Psiquiatria, 1978-1980, Professor, Residência Médica em Psiquiatria, 1978-1980, Coordenador e Professor de Psicopatologia, Curso de Graduação em Serviço Social, 1979, e Coordenador do Internato, 1979-1980, UFF, Niterói, RJ; Coordenador do Plantão Médico, Clínica Psiquiátrica Sanatório Santa Juliana, Rio de Janeiro, RJ, 1979-1980; Professor Adjunto, FUFPI, Teresina, 1980-; Médico, INAMPS, Teresina, PI, 1980-; Presidente, IAPEP, Teresina, PI, 1995-1998;

FILHO
JOSÉ DIAS DE CASTRO NETO

Naturalidade: ?
Profissões: Engenheiro
Filiação: Marcelo Costa e Castro
Cargo Público:Secretário Estadual de Infraestrutura do Piauí

Enquanto isso, Átila Freitas Lira PSDB/PI declarou quatro propriedades rurais que correspondem a 16,82% do seu patrimônio total. Os seus bens incluem casas e terrenos e cotas de empresas. É casado com a ex-prefeita de São Miguel do Tapuio, PI, que perdeu seus direitos políticos por cinco anos, devido a prestação indevida de contas. A Figura 56 mostra o quadro das relações familiares.

Figura 56 - Parentes na Política: Ruralista Atila Freitas Lira



O estado do Rio Grande do Norte pode eleger oito Deputados Federais a cada eleição, e a Bancada Ruralista que representa este estado é composta por oito parlamentares, todos eles fazem parte da lista do DIAP. Duas famílias ruralistas se destacam neste estado, “os Rosado” e “os Maia”.

Analisando a oligarquia formada pela família Rosado no Rio Grande do Norte[32]. foi possível identificar dezesseis pessoas em cargos políticos (conforme apresenta a Figura 57).

A trajetória política inicia com os filhos de Jerônimo Ribeiro Rosado, que nasceu no sertão paraibano em Catolé do Rocha, ele teve muitos filhos e ao dar nome para eles os enumerou em francês. Quatro “Jerônimos” (Dix-Sept, Dix-Huit, Vingt, Vingt-Um), seguiram a carreira política foram Vereadores, Prefeitos (em Mossoró,RN), Deputados Estaduais e Deputados Federais.

Esta família iniciou a saga de poder em Mossoró, na década de 1940, com o pai e tios de Carlos Rosado, eles assumiram cargos desde Vereador até Deputado Federal. Entraram na administração municipal não mais saíram, de lá para cá só governa o município de Mossoró que tem o sobrenome Rosado, a atual Prefeita é Fátima Rosado DEM/RN, também conhecida como “*Fafá Rosado”.* A sabedoria popular potiguar já tratou de cunhar algumas frases de escárnio acerca deste acontecimento eletivo dogmático, tais como *“só dá político na árvore dos Rosado*” ou se não nasceu na família Rosado só alterando o sobrenome no cartório para chegar a administração municipal. Vale destacar que o município de Mossoró é um dos maiores produtores de petróleo em terra e de sal marinho do país.

Carlos Alberto Rosado declarou setecentos e quarenta e quatro hectares (784,8). No INCRA registrou quinhentos e cinquenta e quatro (554) hectares no município de Mossoró. Enquanto, no município de Governador Dix-Sept Rosado (que homenageia seu próprio pai) no estado do Rio Grande do Norte ele possui três propriedades rurais. A sua prima, Sandra Rosado, ex- Senadora e atual Governadora do estado do Rio

32 Mais informações sobre a família Rosado podem ser consultadas nos trabalhos;
FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. Tempo, memória e cidade. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza (Org.). Os Rosado em Tese. Coleção Mossoroense, Mossoró, set. 2001.
Silva, Lemuel Rodrigues da. A Abertura Pós Estado Novo e a Estratégia de Poder no Rio Grande do Norte: O Caso da Família Rosado em Mossoró 1945-1965. Recife, 2001, Mestrado em História UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientadora: Prof. Dr. Maria Gabriela Martins Ávila.

Grande do Norte está na lista dos parlamentares que apoiaram a lista da CPI do MST. Nos bens declarou "*Quotas Da Empresa Marisal Ltda*.", *"Quotas Da Empresa Somapetro - Com. E Transp. Ltda.".*

Além da propriedade de Carlos Rosado, no cadastro do INCRA encontrei em nome da família Rosado terras em nome de Jerônimo Dix Huit Rosado Maia, Jerônimo Rosado Neto, Jerônimo Vingtun Rosado Maia, Isaura Amélia De Souza Rosado Maia, Adalgisa de Souza Rosado, Fernando Antonio Burlamaqui Rosado, são doze propriedades que somam três mil, setecentos e noventa (3.790) hectares. Vale registrar acerca estrutura fundiária do município de Governador Dix-Sept Rosado, que as dezoito propriedades com as maiores áreas de terras são improdutivas.

Figura 57.a– Família, Política e Propriedade: Ruralista Carlos Alberto De Souza Rosado

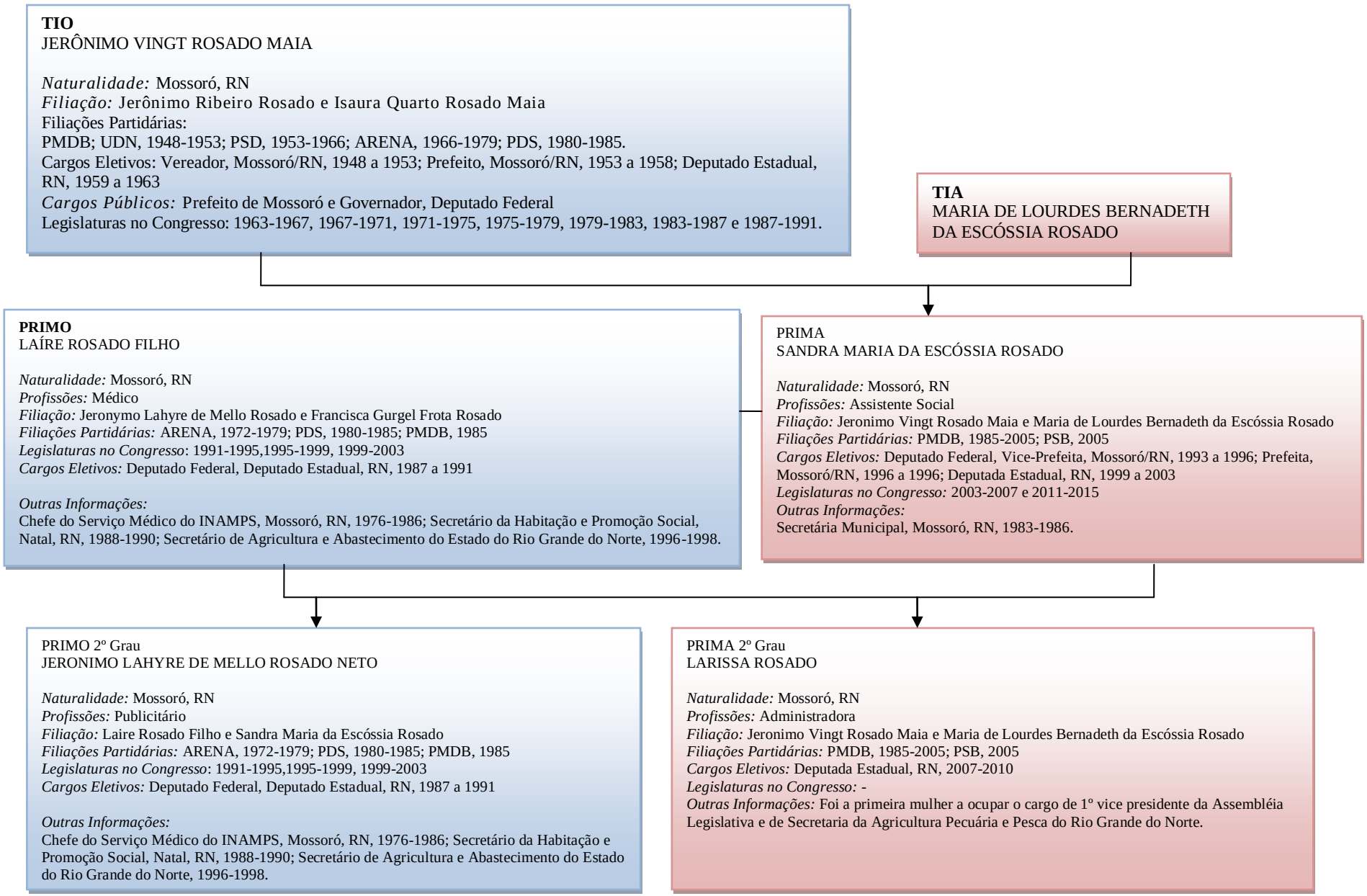


Figura 57.b – Família, Política e Propriedade: Ruralista Carlos Alberto De Souza Rosado (Continuação)

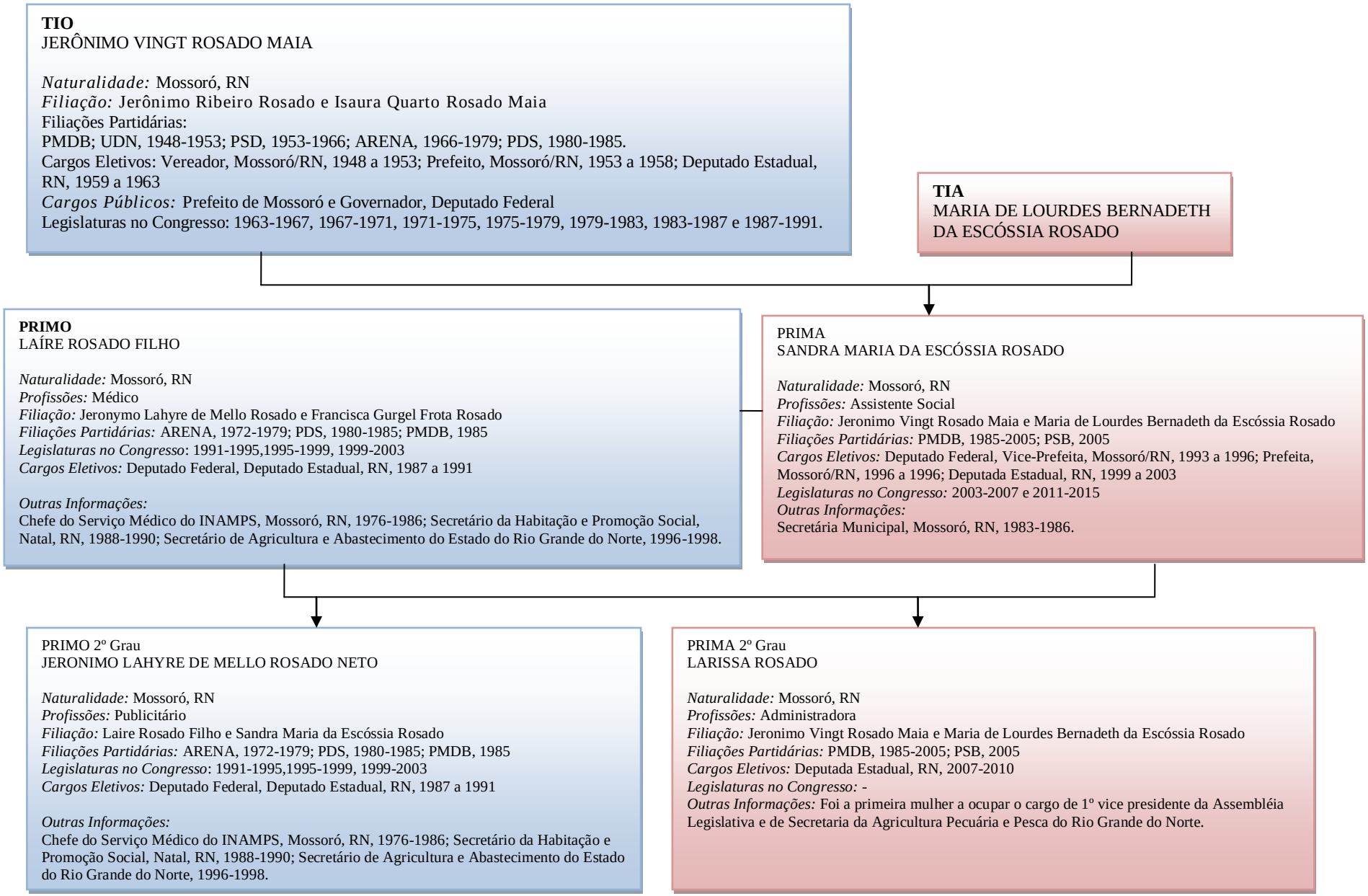


Figura 57.c – Família, Política e Propriedade: Ruralista Carlos Alberto De Souza Rosado (Continuação)

PAI
JERÔNIMO DIX-SEPT ROSADO MAIA

Naturalidade: Mossoró, RN (1911- + 1951)
Filiação: Jerônimo Ribeiro Rosado e Isaura Quarto Rosado Maia
Cargos Públicos: Prefeito de Mossoró e

MÃE
ADALGISA SOUZA ROSADO

PRIMO
CARLOS AUGUSTO ROSADO

Ex- Governador do Rio Grande do Norte.

PRIMA (CASADA COM O PRIMO)

ROSALBA CIARLINI ROSADO
(Atual Governadora do Rio Grande do Norte)

Naturalidade: Mossoró (RN)
Filiação: Clóvis Monteiro Ciarlini e Maria da Conceição da Escóssia Ciarlini
Filiações Partidária: DEM
Cargos Públicos: Senadora, Governadora do RN 2010-2014
*Legislaturas no Congresso:*2007-2010
Outras Informações:
"Primeira mulher presidente da Cooperativa no Brasil, tendo exercido o cargo de 15/12/1980 até 1985. É prima de **Sandra Rosado**, pelo lado do sobrenome Escóssia."

PARALAMENTAR RURALISTA

CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROSADO
"BETINHO ROSADO"

Naturalidade: Mossoró, RN
Profissões: Profissões: Economista, Professor Universitário e Engenheiro Agrônomo
Filiação: Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia e Adalgisa Sousa Rosado
*Filiações Partidárias:*PFL, 1986-2007; DEM, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: -1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015

Outras Informações:
Extensionista Coordenador de Atividades Rurais Projeto Sericicultura, Secretaria Estadual de Agricultura, Ceará-Mirim, RN, 1974; Professor Adjunto, 1977-1994; Vice-Diretor, Escola Superior de Agricultura, Mossoró, RN; 1984-1988, Secretário do Trabalho e Ação Social, Rio Grande do Norte, 1991-1994; Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Rio Gande do Norte, 2003; Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desporto, 2004.
Tesoureiro, 1979-1980, Vice-Presidente, 1980-1981, e Presidente, 1981-1982, Associação Cultural e Recreativa dos Engenheiros Agrônomos, Mossoró, RN.

PRIMO (Casado com a Prima)
LEONARDO DA VINCI LIMA NOGUEIRA

Naturalidade: Mossoró (RN)
Profissão: Médico
Filiação: ???
Filiações Partidária: DEM
Cargos Públicos: Deputado Estadual 2010-2014

PRIMA

FÁTIMA ROSADO

Naturalidade: Mossoró (RN)
Profissão: Enfermeira
Filiação: ???
Filiações Partidária: DEM
Cargos Públicos: Prefeita de Mossoró 2004-2008; 2008-2012
Outras Informações:
Casada com o médico ginecologista Leonardo da Vinci Lima Nogueira, Deputado Estadual

A Figura 58 a seguir, apresenta Jose Agripino Maia DEM/RN que é sobrinho do proprietário rural José Agripino Filho, ex-senador e deputado federal que legislou entre (1946 entre 1966), filho de Tarcísio de Vasconcelos Maia (ex- deputado federal entre 1957 a, 1965, e Governador pelo Rio Grande do Norte entre 1975 a 1979). Seu tio e seu pai, conforme biografia, foram filiados ao partido da Aliança Renovadora Nacional - ARENA e também a União Democrática Nacional – UDN. A tradição da família envolve ainda os irmãos Galbê e Agaciel Maia, como prefeitos e deputado estadual. Além do filho do ruralista, Felipe Catalão Maia DEM/RN que está na segunda legislatura no Congresso Nacional, há a presença de seus primos Rodrigo e César Maia, que também atuam no Congresso Nacional. Também é possível que seja primo de Larvosier Maia Sobrinho do ex – deputado estadual e federal Lavoisier Maia Sobrinho PSB/RN.

Na declaração de bens o senador José Agripino Maia declarou *"parte de propriedade rural denominada Cachoeira, oriunda de herança de seu genitor*" em Mossoró RN, a área não foi informada. Também *"Quotas de Capital da Fazenda São João Ltda., e Quotas de Capital da Empreendimento São João Ltda."* Seu patrimônio também inclui cotas em empresas de comunicação, empreendimentos financeiros e imobiliários. A soma total de seus bens tem o valor de R$ 4.225.168,10. Enquanto seu filho, o jovem político Felipe Maia declarou em 2010, um patrimônio de R$ 7.403.227,92 que envolve bens imobiliários urbanos, investimentos financeiros e em empresas aviação e de radiodifusão.

No cadastro do INCRA não encontrei registros de terras em nome do ruralista Agripino Maia e dos demais políticos e membros de sua família. Somente o registro de Galbê Maia "*FAZENDA PANORAMA*" uma pequena propriedade de cinquenta e um (51) hectares, que tem registrado apenas quatro (4) hectares e, os outros quarenta e sete (47) hectares são declaradas como posse. Esta mesma propriedade foi declarada por Galbê Maia em seus bens (2010), *"1 Propriedade Rural Denominada Panorama, No Municipio De Jardim De Piranhas-Rn, Com 20 Hct"* e, junto com esta *" 01 Propriedade Rural Denominada Bom Lugar, No Municipio De Brejo Do Cruz-Pb"* cuja área não foi revelada.

Figura 58.a – Laços de Família, Política e Propriedade: Ruralista José Agripino Maia

TIO
JOÃO AGRIPINO FILHO

Naturalidade: Brejo do Cruz, PB
Profissões: Proprietário Rural, Professor(a), Servidor Público e Advogado
Filiação: João Agripino Maia e Angelina Mariz Maia
Filiação Partidária: UDN; ARENA
Cargos Eletivos: Deputado Federal - 1946 a 1951, 1951 a 1955, 1955 a 1959, 1959 a 1963 Senador - 1963 a 1966
Governador - 1966 a 1971
Legislaturas no Congresso: 1946 a 1951, 1951 a 1955, 1955 a 1959, 1959 a 1963 e 1963 - 1966

Outras Informações:
Procurador da Prefeitura Brejo da Cruz, Ministro do Tribunal de Contas da União, Ministro de Minas e Energia e Promotor Público Jardim do Seridó;

PAI
TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA

Naturalidade: Brejo do Cruz, PB
Profissões: Médico e Professor
Filiação: João Agripino Maia e Angelina Mariz Maia
*Cargos Eletivos:*Deputado Federal, 1957, 1959-1962, 1963-1965 ; Governador, RN, 1975 a 1979
Filiação Partidária: UDN; ARENA

Outras Informações:
Secretário de Educação e Cultura, RN, 1956-1958; Presidente, IPASE; Professor, Escola Normal, Moçoró, RN; Presidente, Compainha Nacional de Álcalis, Arraial do Cabo, RJ, 1979-1985; Vice-Presidente, Petrobras Química S.A.

MÃE
ANGELINA MARIZ MAIA

IRMÃO
GALBÊ MAIA

Naturalidade: Brejo da Cruz,PB
Profissões: Economista
Filiação: Tarcísio de Vasconcelos Maia e ?
Filiação Partidária: DEM
Cargos Eletivos:
Ex-prefeito de Jardim de Piranhas (RN) ; Vice-Prefeito Jardim de Piranhas (RN) 2008-2012

PARLAMENTAR RURALISTA
JOSE AGRIPINO MAIA

Naturalidade: Mossoró, RN
Profissões: Engenheiro Civil
Filiação: Tarcísio de Vasconcelos Maia e ?
Filiação Partidária:
Cargos Eletivos: Prefeito de Natal 1979; Governador do Rio Grande do Norte, 1982-1986, 1990-1994; Senador
Legislaturas no Congresso: 1987-1990; 1994-1998,1998-2002; 2011-2015; 2015-2019

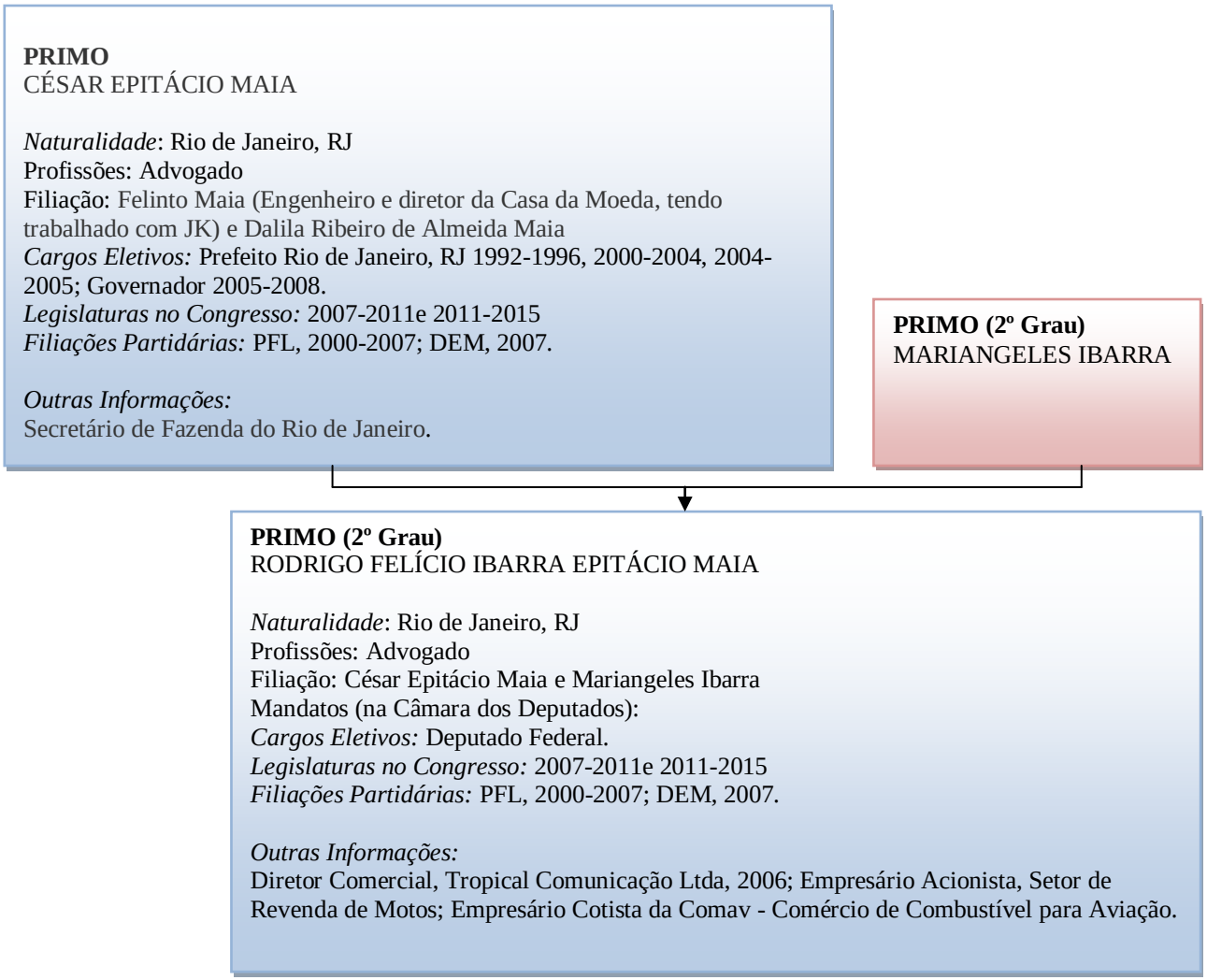
ESPOSA

ANITA LOUISE CATALÃO MAIA

FILHO
FELIPE CATALÃO MAIA

Naturalidade: Rio de Janeiro, RJ
Profissões: Advogado
Filiação: José Agripino Maia e Anita Louise Catalão Maia
Mandatos (na Câmara dos Deputados):
Cargos Eletivos: Deputado Federal.
Legislaturas no Congresso: 2007-2011e 2011-2015
Filiações Partidárias: PFL, 2000-2007; DEM, 2007.
Outras Informações:
Diretor Comercial, Tropical Comunicação Ltda, 2006; Empresário Acionista, Setor de Revenda de Motos; Empresário Cotista da Comav - Comércio de Combustível para Aviação.

Figura 58.b – Família, Política e Propriedade: Ruralista José Agripino Maia (Continuação)



Região Sudeste:

O estado de Minas Gerais pode eleger o segundo maior número de parlamentares, ou seja, cinquenta e três Deputados Federais. A bancada ruralista analisada neste estado é composta por quarenta e sete políticos. Apenas dois, Osmânio Pereira de Oliveira e Mário de Oliveira, não fazem parte da lista do DIAP. Oito parlamentares possuem familiares na política. Aquele que se destaca pela longa tradição é o Bonifacio José Tamm De Andrada PSDB/MG, que legislou na Câmara dos Deputados durante trinta e dois anos consecutivos (1979 a 2011). A trajetória da família tem início com o seu tataravô Coronel José Ribeiro De Andrada que veio de Moinho, Portugal em 1678. Com base na genealogia da família deste parlamentar (JOSÉ BONIFÁCIO – VIDA E OBRA, 2012) apresento na Figura 59 do ruralista Bonifácio de Andrada. Este organograma apresenta as cinco gerações que ao longo dos séculos se consolidou na política em Minas Gerais e no Brasil.

No período analisado o patrimônio de Bonifácio de Andrada teve um crescimento bastante significativo no ano de 1998, seu patrimônio era formado apenas por duas propriedades rurais, um sítio em Barbacena, MG e a Fazenda do Belém, em Antonio Carlos, MG. Em 2002 o total de sua receita foi no valor de R$ 270.842,89 ele declarou as mesmas propriedades e outros bens. Em 2006, já são oito (8) os imóveis e benfeitorias rurais e um patrimônio no valor de R$ 2.162.329,97. Finalmente, em 2010 ele havia aumentado para R$ 9.691.069,66, e para dez (10) o número de propriedades rurais, que correspondem 9,62% de seu atualmente diversificado patrimônio (que reúne aplicações financeiras, ações da Vale, imóveis e empreendimentos urbanos, cotas de empresas da área de educação no Pará e no Tocantins, comunicações em Barbacena, trezentos de dois bovinos de leite e de corte).

No cadastro do INCRA ele declarou cinco propriedades, sendo que três destas, localizadas no município de Antonio Carlos, MG são improdutivas, e suas áreas declaradas são maiores que as áreas registradas, duas são denominadas por Fazenda do Campo Verde e a outra Fazenda do Belém.

No estado de Minas Gerais este político é bem conhecido por ser o “dono da UNIPAC” rede de ensino superior particular, na qual ele assumiu na biografia ser

criador da “Fundação e da Universidade Presidente Antônio Carlos e da Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada e de várias faculdades”.

Seus investimentos em educação expandiram-se também para os estados do Pará e do Tocantins onde ele declarou ser “*Presidente, Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, Araguaína – TO*”; e *“Trinta Mil Quotas de Capital da Empresa IPEC Instituto Paraense de Educação e Cultura Ltda*”.

Nas buscas por terras deste parlamentar no estado do Pará e Tocantins, não localizei propriedades em seu nome, ao que parece os investimentos nestes estados se restringem a empreendimentos de ensino.

Figura 59 – Laços de Família, Política e Propriedade: ruralista Bonifácio de Andrada

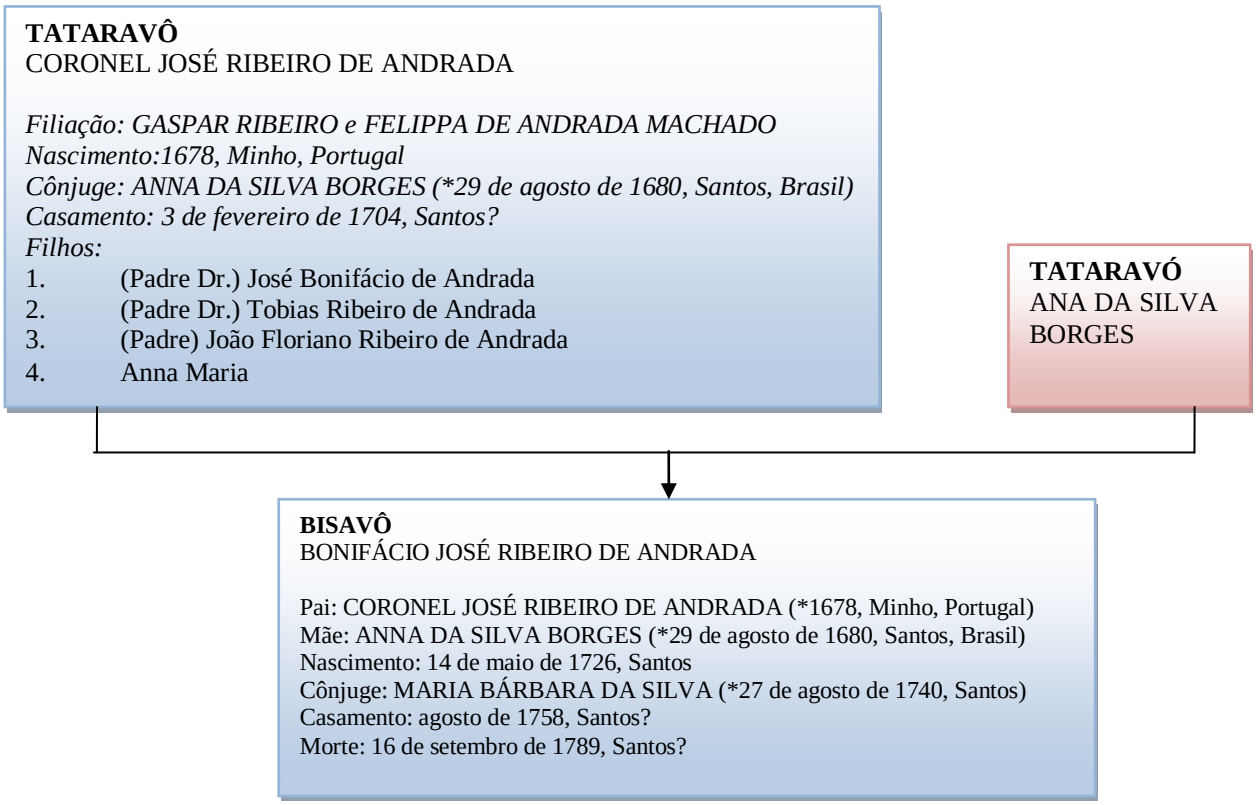


Figura 59 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 1)

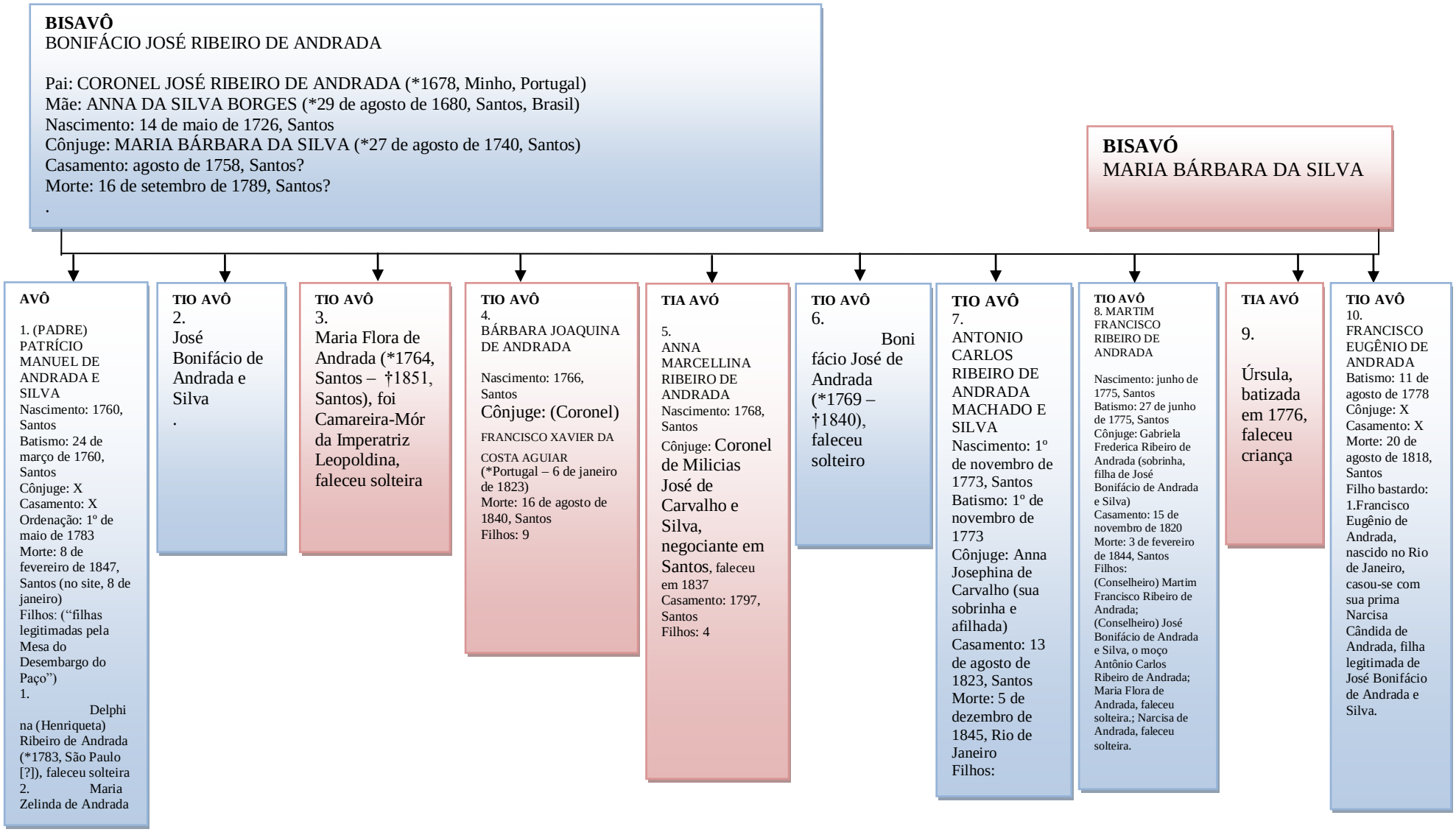


Figura 59 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 2)

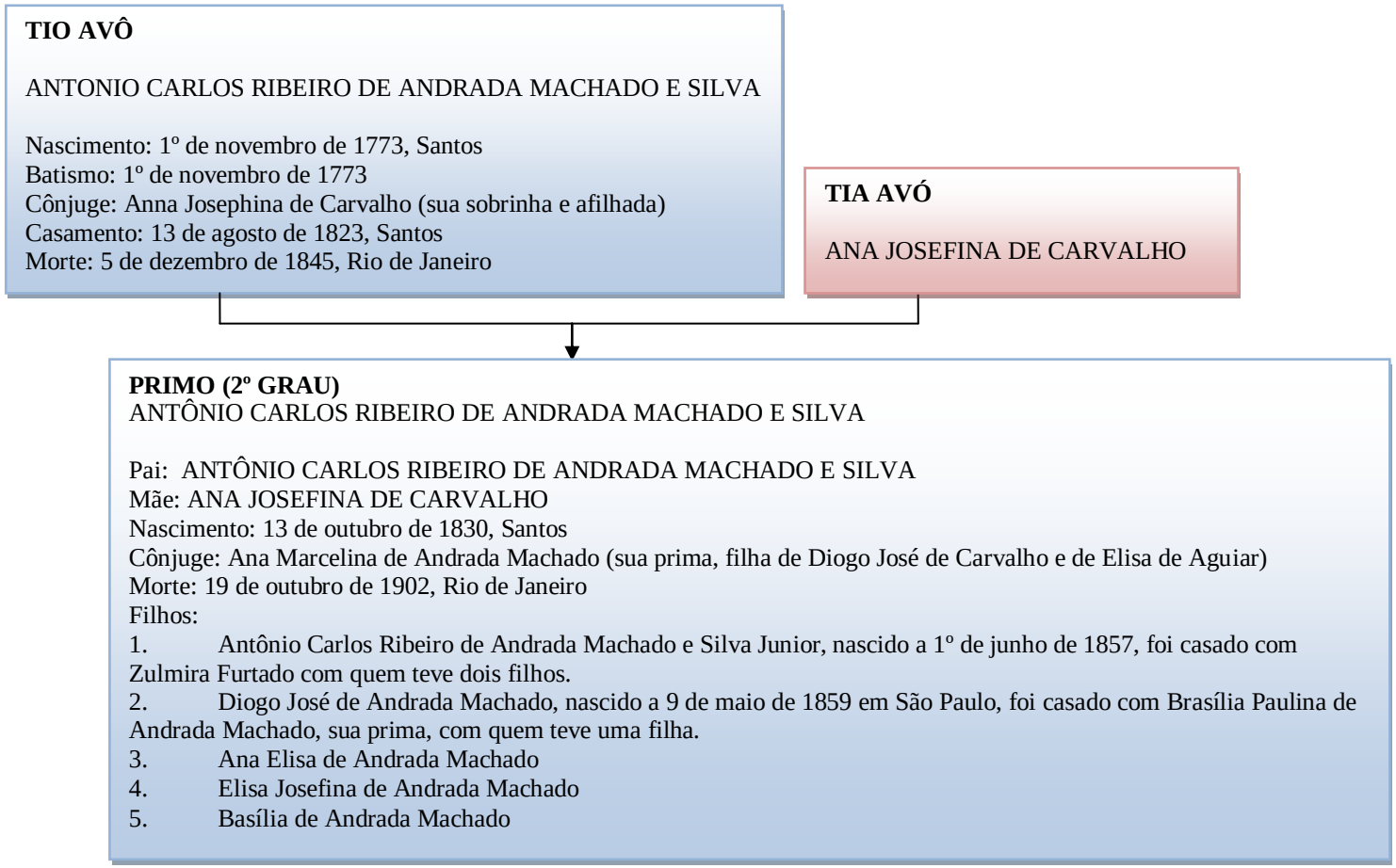


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 3)

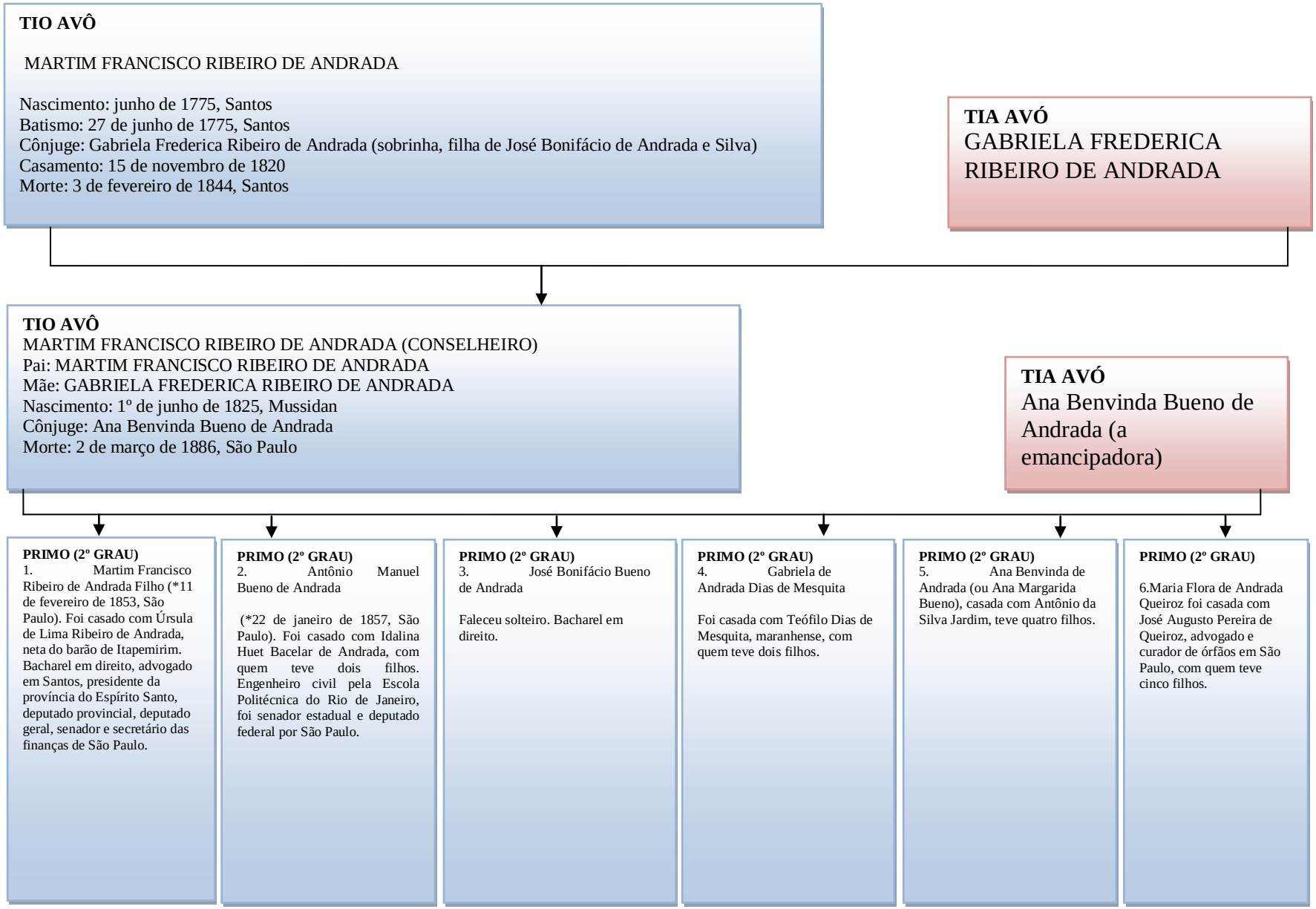


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 4)

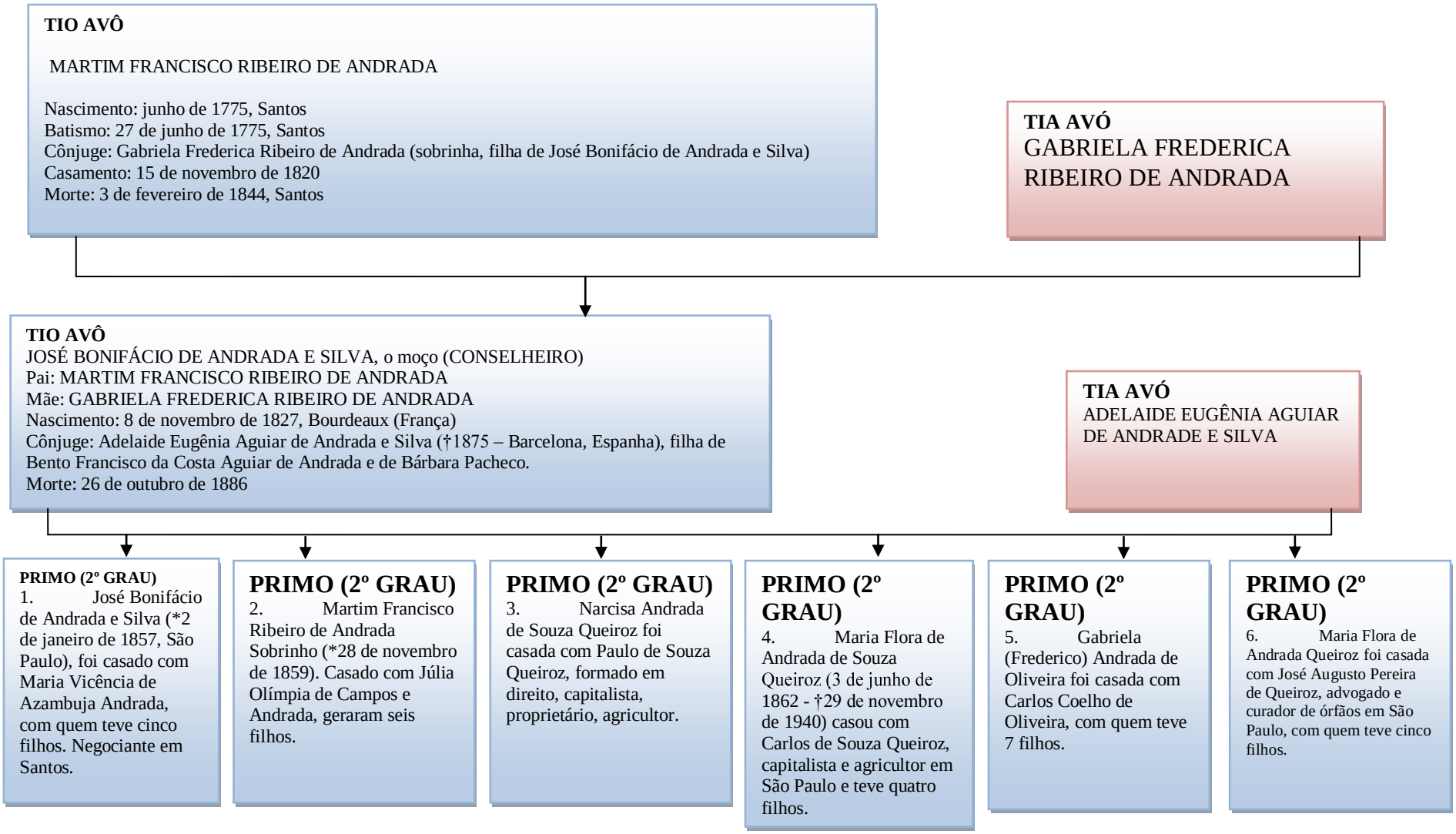


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 5)

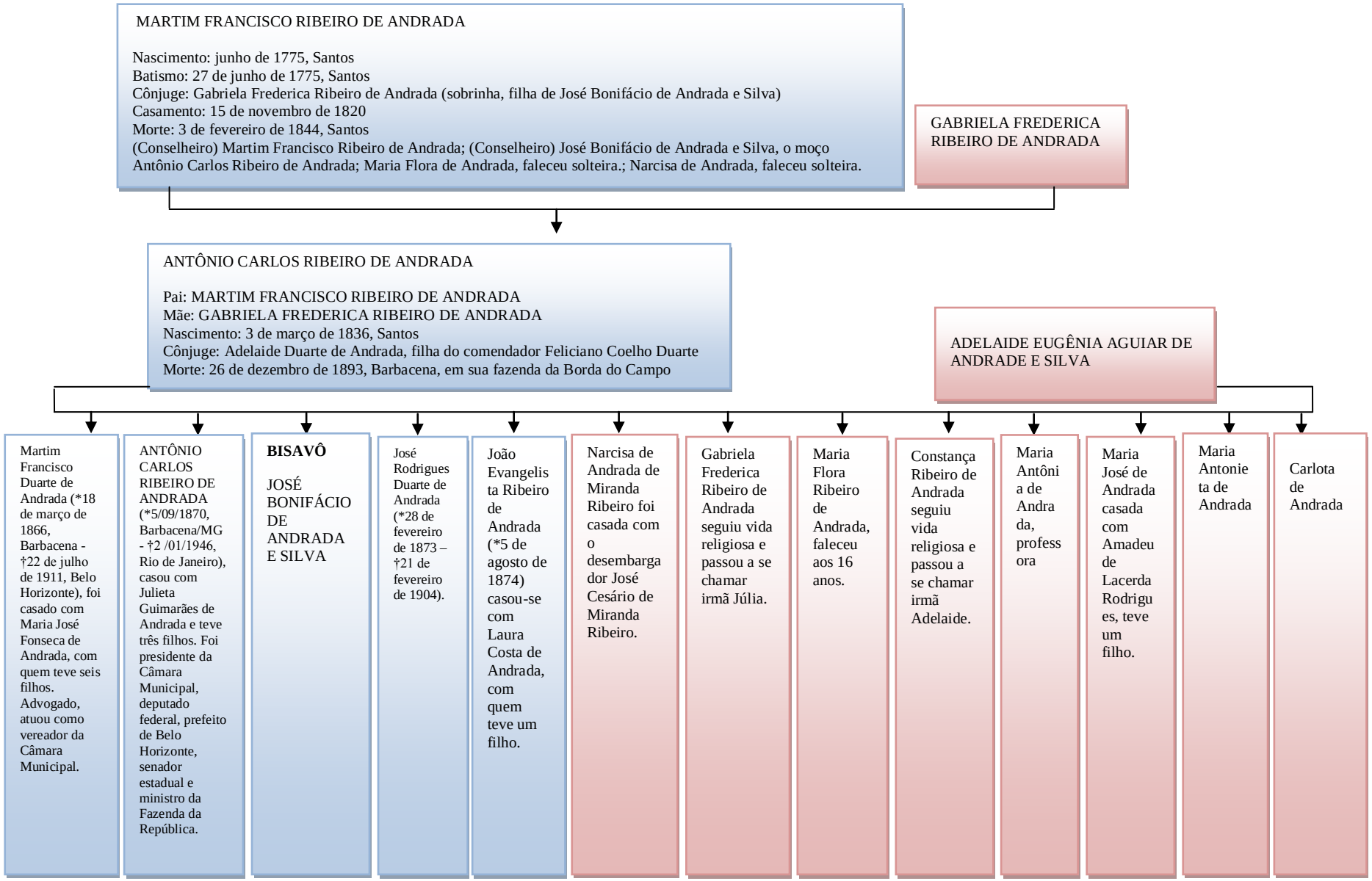


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 6)

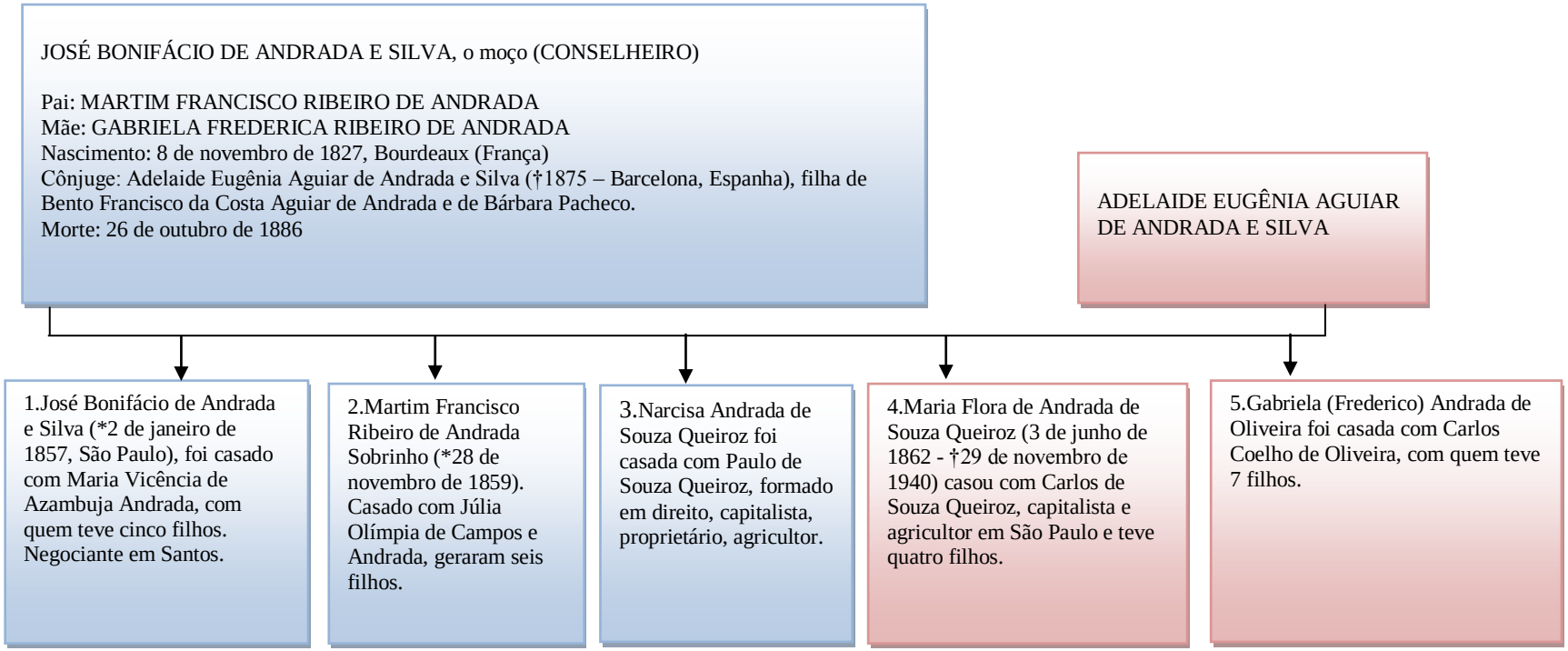


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 7)

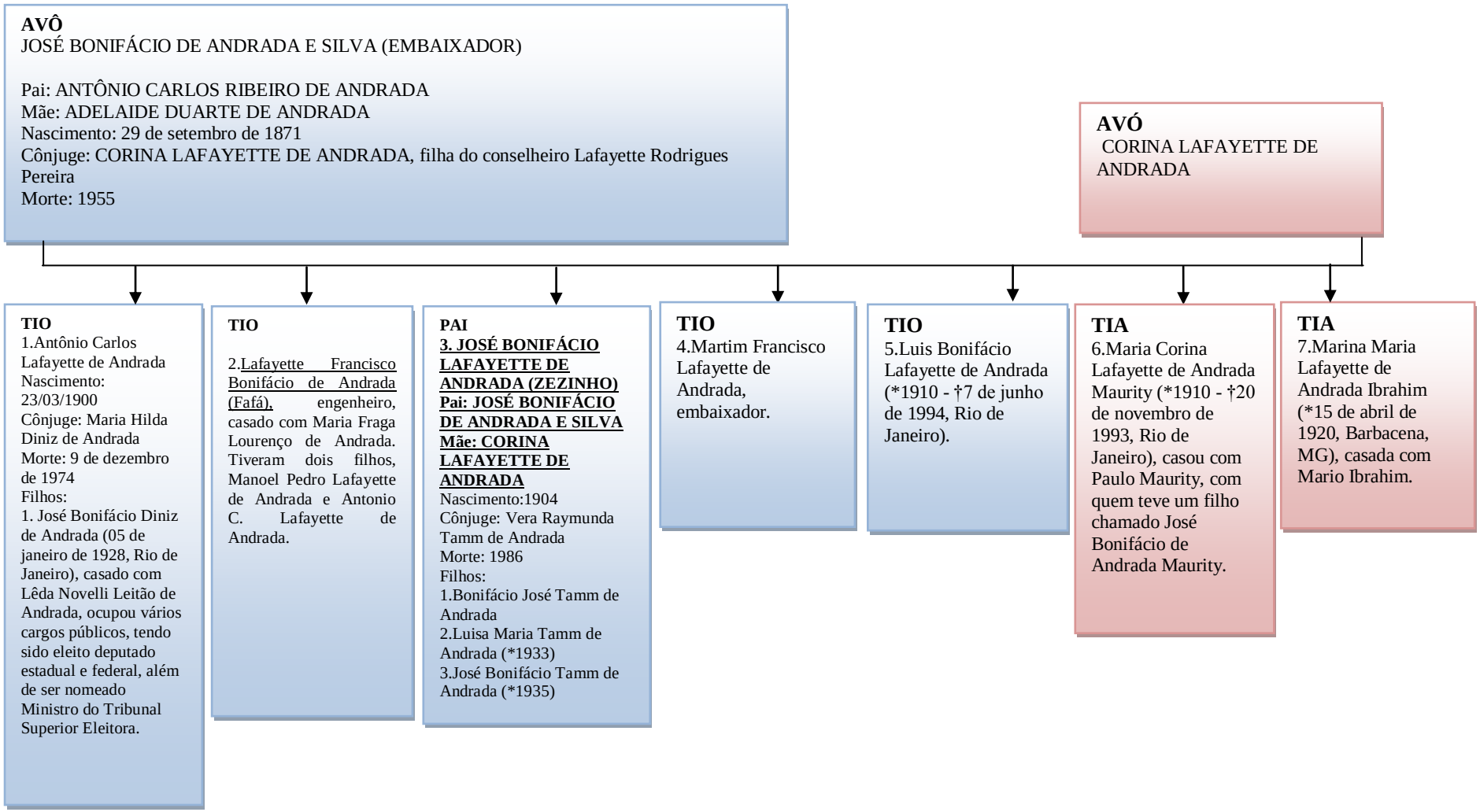


Figura 58 – Laços de Família, Política e Propriedade: Bonifácio de Andrada (Continuação 8)

PARLAMENTAR RURALISTA
BONIFÁCIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA

Naturalidade: Barbacena, MG
Profissões: Advogado e Professor Universitário
Filiação: José Bonifácio Lafayette de Andrada e Vera Raymunda Tamm de Andrada
Cônjuge: Amália Borges de Andrada

Cargos Públicos: Deputado Federal, Vereador, Barbacena/MG, 1954 a 1958 Deputado Estadual, 1959 a 1963, 1963 a 1967, 1967 a 1971 e 1971 a 1975.
Legislaturas no Congresso: 1979-1983, 1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011
Filiações Partidárias: UDN, 1954-1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1993; PTB, 1994-1996; PSDB, 1997.
Outras Informações:
Oficial de Gabinete do Ministro da Agricultura, 1955; Secretário da Educação e Cultura, MG, 1965; Presidente, Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, Araguaína - TO; Presidente, Instituto de Estudos Parlamentares da ALEMG, 1967-1970; Secretário do Interior e Justiça, MG, 1974-1977; Secretário de Administração e Recursos Humanos, 1994-1997; Professor da Escola Agrotécnica de Barbacena, MG; Criador, Fundação e da Universidade Presidente Antônio Carlos e da Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada e de várias faculdades e colégios em Minas Gerais; Membro, Academia Mineira de Letras.

ESPOSA
AMÁLIA BORGES DE ANDRADA

FILHO

1.José Bonifácio Borges de Andrada (*7 de dezembro de 1956, Rio de Janeiro), casado com Bernadete de Lourdes, com quem teve sete filhos. Ocupou vários cargos públicos e atua como Procurador Regional da República, além de exercer outras atividades.

FILHO

2.Antônio Carlos Doorgal de Andrada (*21 de janeiro de 1961), o Toninho Andrada, casado com Paula Oiveira, tem cinco filhos. Advogado e professor universitário, exerceu várias atividades públicas. Foi eleito vereador, prefeito de Barbacena e deputado estadual.

FILHO

3.Martim Francisco Borges de Andrada (*20 de julho de 1964, Barbacena), casado com Ondina Maria de Andrada Couto e Andrada, com quem tem dois filhos. Advogado, foi eleito vereador (2000) e em 2004, prefeito em Barbacena.

FILHO

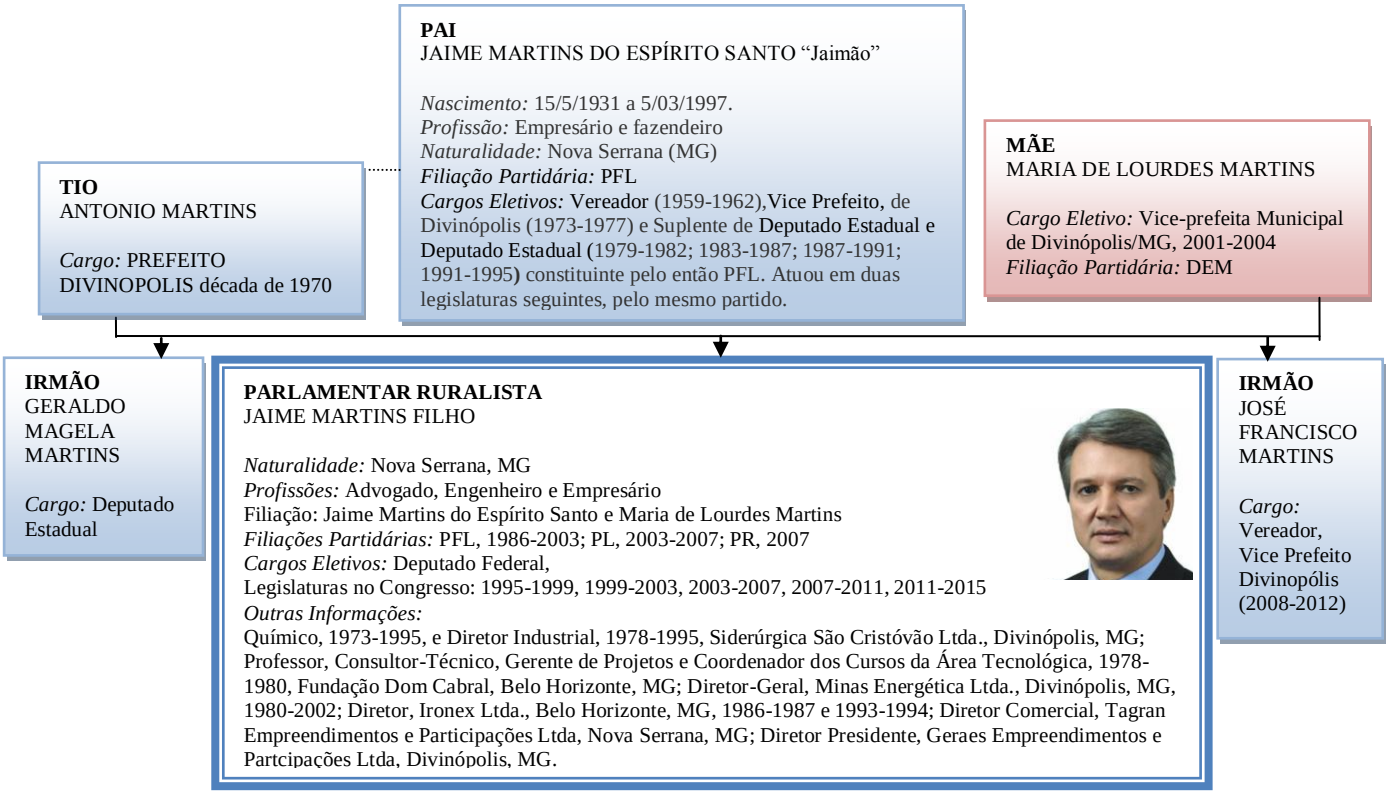
4.Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (*1966), foi vereador em Juiz de Fora

A família do deputado federal Jaime Martins Filho PR/MG (Figura 59) que atua na política no centro-oeste mineiro, teve como patriarca Jaime Martins do Espírito Santo “Jaimão” (ex-deputado estadual por quatro mandatos) e Maria de Lourdes Martins (vice-prefeita municipal de Divinópolis/MG, 2001-2004). Envolve também os irmãos e o tio do ruralista. De acordo com DIAP (1998) Jaime Martins é proprietário de siderúrgica, rádio e fazendas, integra as bancadas comunicação e ruralista. Membro efetivo da OAB, também faz parte do Conselho Fiscal do Sindigusa. Seu pai, ex-prefeito de Divinópolis e ex - deputado estadual, Jaime Martins, foi quadro de destaque no PFL mineiro.

Jaime Martins que atua na agricultura e agroindústria (comércio de carnes), ao cadastro do INCRA declarou seis fazendas “pequenas propriedades” em Itapecirica e Nova Serrana, MG. Os bens declarados envolvem empreendimentos da construção civil, turismo, comércio de veículos, como também “*4750 Quotas Representando 23,75% Capital Social Da Empresa Corrego Novo Reflorestamento Ltda; Adiantamento Para Aumento Do Capital Social Da Empresacorrego Novoreflorestamento Ltda”, e “**estoques de gado”**.*

O deputado segue as orientações do pai e, portanto, vota sempre com o partido. Exerce os mandatos eletivos como Deputado Federal entre 1995 a 2015.

Figura 59 – Parentes na Política: Ruralista Jaime Martins Filho



Na representação seguinte (Figura 60), José Santana é mais um exemplo de pai que deixa a Bancada Ruralista, mas consegue eleger o filho e manter a família na defesa dos interesses de classe. A Figura 60 mostra a tentativa construção de uma tradição através de José Santana e seus filhos Bernardo de Vasconcelos Santana e Gustavo Santana (candidato não eleito a Deputado Estadual).

José Santana PR/MG declarou uma grande propriedade produtiva em Itabira, MG, denominada *"Fazenda da Fortuna*" com seiscentos e quarenta e um (641) hectares. Esta mesma propriedade foi declarada nos bens (2010), mas com uma área de mais de novecentos e cinquenta e oito (958,67) hectares junto com outras duas propriedades, o que indica que houve a expansão de suas terras, ou que na pior das hipóteses elas não foram declaradas no Cadastro do INCRA.

Bernardo Santana PR/MG tem um considerável histórico nas associações que representam os interesses ruralistas; Presidente do Núcleo Mineiro dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil, Belo Horizonte, MG, 1995-1998; Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus do Amparo e Nova União, Nova União, MG, 1997-2000; Diretor da Associação Mineira de Silvicultura, Belo Horizonte - AMS, MG, 2003-2005; Vice-Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2005-2007; Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2007-2010. Com um currículo assim, fica evidente a que interesses ele assumiu um cargo na Câmara Federal. Ademais, possui 46 lotes urbanos, cotas em empresas, e seu "Capital Social Junto a Credirama; Capital Social Coossef; Cota Do Minas Tenis Club - Belo Horizonte" e seu pai também possui um conjunto de ações e cotas em clubes, termas, cadeira cativa em estádio de futebol, bens que representam os privilégios de lazer da elite.

Figura 60 – Parentes na Política: Ruralista José Santana e Bernardo de Vasconcelos Santana

PARLAMENTAR RURALISTA (PAI)
JOSÉ SANTANA DE
VASCONCELOS MOREIRA

*Naturalidad*e: Alvinópolis, MG
Profissões: Advogado, Empresário e Produtor Rural
Filiação: Edmundo Vasconcellos Moreira e Haydeé Vasconcellos Martins
Cargos Eletivos: Deputado Federal (Constituinte)
Legislaturas no Congresso: 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 2003-2007, 2007-2011
Filiações Partidárias:
PSD, 1962-1965; ARENA, 1970-1980; PDS, 1981-1985; PFL, 1986-2003; PL, 2003-2007; PR, 2007.
Outras Informações:
Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal na Legislatura 1999-2003, em 6 de janeiro de 2003.

ESPOSA
LOURDES
ROCHA DE
VASCONCELLOS
MOREIRA

PARLAMENTAR RURALISTA (FILHO)
BERNARDO DE VASCONCELLOS
SANTANA

Naturalidade: Belo Horizonte, MG
Profissões: Advogado
Filiação: José Santana de Vasconcellos Moreira e Lourdes Rocha de Vasconcellos Moreira
Cargos Eletivos: Deputado Federal, 2011-2015
Filiação partidária: PFL, -1998; PRTB, 1998-2009; PR, 2009
Legislaturas no Congresso: 2011-2015.
Outras Informações:
Presidente, Núcleo Mineiro dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil, Belo Horizonte, MG, 1995-1998; Presidente, Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus do Amparo e Nova União, Nova União, MG, 1997-2000; Diretor, Associação Mineira de Silvicultura, Belo Horizonte - AMS, MG, 2003-2005; Vice-Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2005-2007; Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2007-2010.

FILHO
GUSTAVO DE VASCONCELOS

Naturalidade: Belo Horizonte, MG
Profissões: Empresário
Filiação: José Santana de Vasconcellos Moreira e Lourdes Rocha de Vasconcellos Moreira
Cargos Eletivos: -
Filiação partidária: PR
Legislaturas no Congresso: -

Outras Informações
Candidato Inapto a Deputado Dederal em 2010.

O deputado federal ruralista Carlaile Pedrosa PSDB/MG é filho do engenheiro Civil e empresário Ciro Pedrosa que além de Prefeito de Betim foi Deputado Federal entre 2007 a 2011. Vem de uma origem empresarial urbana, mas nos bens do parlamentar foram declaradas três fazendas em Betim, MG, cujas áreas não foram informadas, seu patrimônio soma R$ 4.301.660,18.

Figura 61 – Parentes na Política: Ruralista Carlaile Pedrosa

TIO
CIRO FRANCISCO PEDROSA

Naturalidade: Itatiaiuçu, MG
Profissões: Engenheiro Civil e Empresário
Filiação: Celso Alves Pedrosa e Jalila da Conceição Pedrosa
*Filiações Partidárias***:** PSDB, 2001-2005; PV, 2005
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito de Betim, MG
Legislaturas no Congresso: 2007-2011
Outras Informações:
Técnico Mecânico, Cerâmica Saffran, Betim, MG, 1975-1979; Diretor, Enarpe Engenharia Ltda, Betim, MG, 1979-1998; Diretor, Infrater Engenharia Ltda, Betim, MG, 1998-; Secretário de Infra-Estrutura, Prefeitura Municipal de Betim, MG, 2001-2006; Coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim. Orgão Envolvidos: Banco Mundial, BIRD,

PARLAMENTAR RURALISTA
CARLAILE JESUS PEDROSA

Naturalidade: Itatiaiuçu, MG
Profissões: Comerciante
Filiação: Celso Alves Pedrosa e Jalila Conceição Pedrosa
Filiação partidária: PSDB, 2001
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito, Betim/MG, 2001 a 2008
Legislaturas no Congresso: 2011-2015.
Outras Informações:
Comerciante, Carlaile Sports, Betim, MG, Brasil, 1970

Embora, o parlamentar Carlos Melles DEM/MG tenha apenas a sua esposa identificada como parente na política (Figura 62), a sua ação como liderança em defesa da produção cafeeira merece destaque.

Em sua trajetória participou de vários seminários, conferências e congressos na maioria relativos a produção de café. Também possui obras publicadas sobre este assunto. Recebeu várias condecorações de entidades ligadas ao café e agropecuária, dentre outras honrarias municipais e estaduais. Foi presidente da Cooparaíso, membro-fundador da Credipar, e foi também dirigente de importantes órgãos do cooperativismo e da cafeicultura, como a Organização das Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG) e o Conselho Nacional do Café (CNC).

Todos os mandatos eletivos que exerceu foram como deputado federal pelo DEM (antes PFL). Também se licenciou do mandato de deputado federal para exercer o cargo de Ministro de Estado do Esporte e Turismo, de 9 de maio de 2000 a 21 de março de 2002. Exerceu ainda atividades profissionais e cargos públicos (entre 1970 a 2002) atuando vários cargos ligados à EPAMIG (Programa Estadual de Café, Gerente da Fazenda Experimental, Secretaria de Agricultura, Pesquisador e Coordenador, Projeto Café, Presidente do Conselho de Administração, Membro Representante da Produção pela FAEMG e Conselho Nacional do Café, Diretor Executivo do Conselho Nacional do Café).

Das atividades parlamentares vale destacar a sua participação na Comissão Especial para estudar a autogestão de Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira). De acordo com a Agência Câmara (2006), esta Comissão foi criada por proposta do próprio deputado Carlos Melles ao Presidente da Câmara dos Deputados, que a aprovou com a criação do Conselho Deliberativo da Política de Café (CDPC), através da Medida Provisória 1498-22, relatada pelo próprio deputado. No texto a medida propõe diretrizes como a instituição de um "seguro renda" e a autonomia na gestão do fundo. Na argumentação do parlamentar estes mecanismos vão garantir a renda do produtor, possibilitando também toda a cadeia econômica do café. Além disso, com a gestão autônoma do Funcafé, os recursos poderão ser usados para sustentar financiamentos bancários ou para amparar outros instrumentos de políticas agrícolas, como os programas de opções públicas. O texto recomendou a aprovação do Projeto de Lei 4507/04, da Comissão de

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que delega ao CDPC a decisão sobre os financiamentos com recursos do Fundo Nacional de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE).

Também foi Coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo (FRENCOOP) e membro coordenador do Grupo de Parlamentares para negociação da Securitização das Dívidas de Crédito Rural. Coordenador da área de Cafeicultura na Frente Parlamentar da Agricultura. Membro da Comissão de Avaliação e Acompanhamento da Securitização dos Débitos do Crédito Rural, representando a Frente Parlamentar da Agricultura.

Figura 62 – Parentes na Política: Ruralista Carlos Melles

PARLAMENTAR RURALISTA
CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES

Naturalidade: São Sebastião do Paraíso, MG
Profissões: Empresário e Engenheiro Agrônomo
Filiação: Antonio Carmo Melles e Alice Andrade Melles
Filiação partidária: PFL, 1992-2007; DEM, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal,
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015.

Outras Informações:
Coordenador, Programa Estadual de Café da EPAMIG, Secretaria de Agricultura, 1970-1985; Produtor Rural, São Sebastião do Paraíso, MG, 1973-; Gerente da Fazenda Experimental, EPAMIG, São Sebastião do Paraíso, 1975-1985; Organizador e Coordenador de vários Dias de Campo sobre Café na Fazenda Experimental da EPAMIG, São Sebastião do Paraíso - MG, 1977-1986; Pesquisador e Coordenador, Projeto Café, EPAMIG, 1979-1987; Chefe do Departamento Técnico, 1973-1975, Presidente, 1987-1994, Coordenador de produção do GEPA-Café, do Ministério da Economia, 1990; e; Presidente, CREDIPAR, São Sebastião do Paraíso, MG, 1990-1994; Ministro de Estado do Esporte e Turismo, 2000-2002.

ESPOSA
MARILDA PETRUS MELLES

FOI PREFEITA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG

No cadastro do INCRA ele declarou duas fazendas e um sítio no sul de minas, e nos bens declarou cinco imóveis rurais, sociedade em empresas, cotas em cooperativas de crédito agrícola, automóveis que somam um patrimônio de R$ 2.545.232,43, suas terras correspondem a 16,87% do valor total dos bens declarados.

A Figura 63 mostra mais uma “dobradinha” de pai e filho no Congresso e na Bancada Ruralista, vejam que Danilo de Castro e seu filho estiveram ao mesmo tempo na Câmara. Estes dois políticos têm origem na zona da mata mineira, em uma das regiões com menores indicadores de desenvolvimento, onde também se localizam os onze imóveis rurais dos dois, nos municípios de Ervália, Viçosa e Araponga, também acumulam imóveis urbanos e Rodrigo de Castro também declarou *“Cota De Capital Social Da Empresa Prohjeto Engenharia E Empreendimentos Ltda”.*

Figura 63 – Parentes na Política: Ruralista Danilo de Castro

PARLAMENTAR RURALISTA
DANILO DE CASTRO

Naturalidade: Viçosa, MG
Profissões: Bancário
Filiação: Sebastião da Cunha e Oraida Mendes de Castro
Filiações Partidárias: PSDB, 1994
Cargos Eletivos: Deputado Federal,
Legislatura no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007

Outras Informações:
Técnico em Contabilidade, UFV, MG, 1966-1967; Gerente Comercial, 1981-1983, Gerente de Administração de Recursos Humanos, 1983-1985, e Superintendente, 1989-1992, CEF, Belo Horizonte, MG; Superintendente, CEF, Maranhão, MA, 1985-1989; Auditor, 1986-1988, e Presidente, 1992-1994, CEF, Brasília, DF; Diretor principal, BIAPE, Caracas, Venezuela, 1992-1994; Secretário de Estado de Minas Gerais, 2003-2004-. Membro Representante dos Empregadores da CEF, Equipe de Negociação da EDF, Brasília, DF, 1988

ESPOSA

NEIDE BATISTA DE CASTRO

FILHO
DANILO BATISTA DE CASTRO

Naturalidade: Viçosa, MG
Profissões: Advogado e Administrador de Empresas
Filiação: Danilo de Castro e Neide Batista de Castro
Filiação Partidária: PSDB, 2000
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 2007-2011, 2011-2015
Outras Informações:
Chefe de Gabinete, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2003-2006.

Seguindo a linhagem paterna, o próximo parlamentar faz parte da terceira geração na Câmara Legislativa, Olavo Bilac Neto PR,MG, que é filho do ex-deputado estadual e federal pela ARENA, o fazendeiro e advogado Francisco Bilac Moreira Pinto, e neto de Olavo Bilac Pinto que foi deputado federal a partir de 1950 onde permaneceu até 1970, período em que ocupou outros cargos não eletivos como mostra a Figura 64

O ruralista Olavo Bilac Neto declarou mais de quatrocentos e oitenta e sete (487,76) hectares distribuídos em Unaí, MG e também em Santa Mariana, no estado do Paraná, que corresponde a 0,79% do valor total de seus bens. O maior peso de seu patrimônio (42,76%) vem da declaração de investimentos financeiros e bancários que inclui empresa de agronegócio *"Capital da Jaiba Agroindistrial Ltda; Saldo Credor Contrato de Mutuo Mandtido com a Jaiba Agroindustrial Ltda"*; *"Quotas de Capital da Empresa São Francisco Empreendimentos e Part Ltda" e "Prever Investidor VGBL Progressivo Unibanco"* seu patrimônio total é de R$ 8.877.604,04.

No cadastro do INCRA (2003), este parlamentar declarou somente a Fazenda Unaí, no município de Unaí, MG cuja área declarada como posse é de cento e quarenta e nove (149) hectares.

Figura 64 – Parentes na Política: Ruralista Olavo Bilac Pinto

AVÔ
OLAVO BILAC PINTO

Naturalidade: Santa Rita do Sapucaí, MG
Profissões: Advogado
Filiação: João Pereira Pinto e de D. Laura Pereira Pinto
Cargo Eletivo: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1950-1954; 1954-1960; 1963-1967; 1966-1970

Outras Informações:
1961 - Secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais; 1970 - Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 3 de junho de 1970, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Themistocles Brandão Cavalcanti. Tomou posse em 17 do mesmo mês. 1970 - Eleito Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, tomou posse em 1º de outubro, permanecendo até 19 de setembro de 1974. 1976 - Eleito Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. 1977 - Empossado no cargo de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal

MÃE

MARIA DO CARMO MOREIRA PINTO

PAI
FRANCISCO BILAC MOREIRA PINTO

Naturalidade: Santa Rita do Sapucaí, MG
Profissões: Advogado e Fazendeiro
Filiação: Olavo Bilac Pinto e Maria do Carmo Moreira Pinto
Cargo Eletivo: Deputado Estadual, N/D, Partido: N/D, Período: 1967 a 1971, Deputado Federal, 1975-1979, MG, ARENA.
Legislaturas no Congresso: 1975-1979
Outras Informações:
Secretário de Estado da Administração, 1967; Advogado do Banco Mineiro do Oeste de Investimentos.

MÃE

MARILÉIA FREITAS MOREIRA PINTO

PARLAMENTAR RURALISTA
OLAVO BILAC NETO

Naturalidade:
Filiação partidária: PSD, 1954-1965; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1985
Filiação: Francisco Bilac Moreira Pinto e Mariléa Freitas Moreira Pinto
Filiação Partidária: PFL, 1985-2003; PL, 2003-2007; PR, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal (1967-2007) Deputado Estadual (1995 a 1999; 1999 a 2003 e 2004 a 2007)
Legislaturas no Congresso: 1967-1971; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999;1999-2003; 2003-2007

Na biografia de Newton Cardoso PMDB/MG não encontrei ascendência política, mas, o peso de seu nome na política elegeu Maria Lúcia Cardoso (atualmente não estão mais casados) por três legislaturas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Newton Cardoso está no Congresso a vinte anos consecutivos, mas, antes de ascender ao conforto deste posto, foi Prefeito de Contagem (região metropolitana de Belo Horizonte), Vice-Governador e Governador em Minas Gerais. Seu patrimônio declarado, dentre os ruralistas é o quinto maior, soma **R$ 77.956.890,08**. Em seus bens ele declarou *"Companhia Siderurgica Pitangui; Empresa Nt Alimentos Ltda", "Pitangui Agroflorestal Ltda", "Agropecuaria Rio Do Norte S/A".* Na busca por suas terras no cadastro do INCRA encontrei registros em nome da empresa "COMPANHIA SIDERURGICA PITANGUI", são quinze propriedades que somam área de doze mil, novecentos e sessenta e um (12.961) hectares, sendo que três são improdutivas. O vultoso patrimônio capitalista e fundiário deste parlamentar foi mencionado na reportagem da revista Isto É (2009):

> Cardoso diz ser dono de 145 fazendas distribuídas pelo País e teria até poços de petróleo e imóveis comerciais na Europa, como um hotel em Paris. Ele é proprietário de uma praia na Bahia e uma aprazível ilha em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. O ex-governador é dono de imóveis também nos Estados Unidos. E arrola entre seus bens 150 automóveis. (ISTO É: 2009)

Assim como no artigo da Revista Veja (2001) *"O vice de 150 milhões de reais: a fortuna de Newton Cardoso multiplicou-se por 30 ao longo de sua carreira política "* em que foi exposto que Newton Cardoso:

> (...) tem 52 fazendas, distribuídas entre 25 municípios em Minas e na Bahia. São 145.000 hectares – quase 8.000 estádios do Maracanã –, que valem no mínimo 88 milhões de reais, conforme estimativas de corretores, agrimensores, fazendeiros e donos de cartório. Também foram levadas em conta avaliações de mercado e judiciais contidas em documentos fornecidos pelo próprio Newton Cardoso. Metade das fazendas está em nome da Companhia Siderúrgica Pitangui, a Siderpita, que ele adquiriu há seis anos. É essa empresa, que produz 190.000 toneladas de ferro-gusa por ano, que Newtão gosta de tomar como exemplo da súbita incompetência para negócios que o teria atingido depois de entrar na vida pública. "Vão rir de mim, mas caí no conto-do-vigário", diz. "Quando fui ver, o endividamento da companhia que tinha comprado era enorme." O balanço da siderúrgica referente ao ano de 2000 informa um patrimônio líquido negativo de 4,5 milhões de reais. Ou seja: do ponto de vista contábil, a Siderpita vale menos do que deve. Newtão teria razão? "Trata-se de uma empresa tradicional e de primeira linha, que está funcionando com apenas 70% de sua capacidade", responde o economista Jarbas Loureiro, um dos fundadores da siderúrgica. Na média, ele e mais

> três especialistas calculam que a companhia vale perto de 35 milhões de reais, sem as fazendas que a empresa possui. (REVISTA VEJA: 2001)

Embora, no Cadastro do INCRA (2003) não tenham sido encontrados registros de terras deste parlamentar nos estados citados. O mesmo ocorre com as terras do Grupo Newton Cardoso, que não aparecem nos registros desta fonte em Minas Gerais, na Bahia, e no Mato Grosso, conforme indicam as informacoes desta empresa:

> O Grupo Newton Cardoso possui propriedades rurais nos estados de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, destacando-se as fazendas Motta, em Pitangui (MG), Veredão, no extremo norte de Minas, e Santa Rosa, em Campos Altos (MG), uma das principais regiões cafeicultoras do mundo.
> Nas fazendas, são exploradas diversas atividades produtivas, tais como florestamento e reflorestamento, cafeicultura para exportação e pecuária de alto padrão genético. Para administrar as várias propriedades, foi criada a Rio Rancho Agropecuária, empresa com gestão altamente profissionalizada, voltada para a sustentabilidade de suas atividades. Além de comercializar seus produtos para o Brasil e exterior, a Rio Rancho atua de forma integrada com outras empresas do Grupo Newton Cardoso, fornecendo insumos para suas serrarias, siderúrgicas e laticínios.
> Na área de fruticultura, o Grupo possui ainda uma das principais empresas produtoras e exportadoras de uvas de mesa sem sementes do País, a Frutimag Remplus. São 250 hectares de parreirais irrigados às margens do Rio São Francisco, na cidade de Sento Sé, Bahia. (GRUPO NEWTON CARDOSO, 2012)

Nas declarações de bens entregues ao TSE por este parlamentar, não foi declarada a participação no Grupo Newton Cardoso. Assim, trata-se de um político moderno que oculta na fachada moderna, a sua legitima condição, pois declarou empresas de agronegócio e siderurgia, ao mesmo tempo, que representa na declaração de bens o capitalista bem sucedido, no cadastro do INCRA fica evidente a sua face rentista.

Figura 65 – Parentes na Política: Ruralista Newton Cardoso

PARLAMENTAR RURALISTA
NEWTON CARDOSO

Naturalidade: Brumado, BA
Profissões: Advogado, Empresário, Administrador e Sociólogo
Filiação: Apio Cardoso da Paixão e Adélia da Silva Cardoso
Filiação partidária: MDB; PP; PMDB

Cargos Eletivos: Prefeito, Contagem/MG, 1973 a 1977, 1983 a 1986, 1997 a 1998 Governador, 1987 a 1991 ,Vice-Governador, MG 1999 a 2002
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015.

Outras Informações:
Presidente, N.C. Participações e Consultoria S.A.; Presidente, Siderúrgica Pitangui S.A.; **Presidente, Rio Rancho Agropecuária**. Presidente, Associação dos Municípios da Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG.

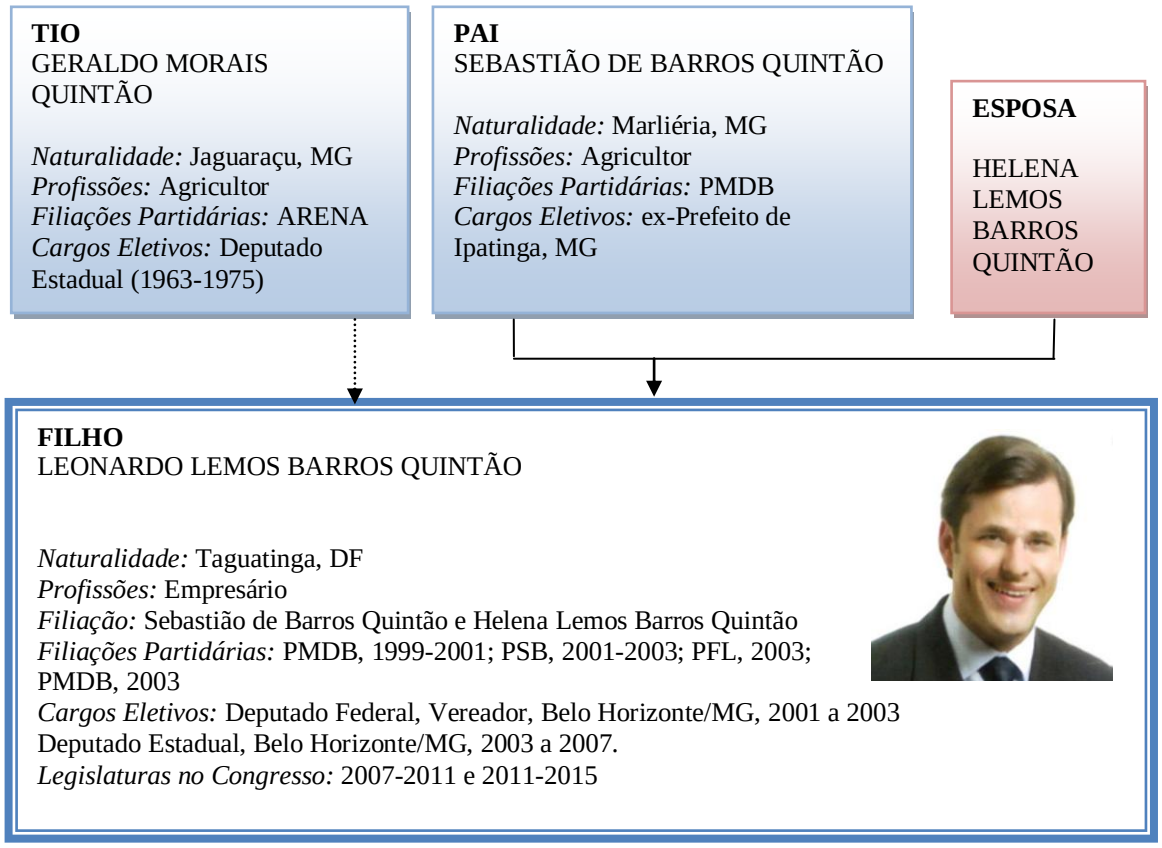
EX- ESPOSA
MARIA LÚCIA CARDOSO

Naturalidade: Japaraíba - MG
Ocupação: Professora e Empresária
Cargos Eletivos: Deputada Estadual 1999-2003, 2004-2006, 2007-2011

Outras Informações:
Secretária do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais (maio de 1999 a fevereiro de 2001). Secretária da Companhia Urbanizadora de Contagem (1978-1979); Assistente Parlamentar da Câmara dos Deputados de Brasília (1979-1982); Presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) de Belo Horizonte (1987-2002); Diretora da Siderúrgica Pitangui, em Belo Horizonte (desde 1994); Diretora da *Road* Hidrologia, em Contagem (desde 1997); Presidente de Honra do Conselho Municipal da Mulher de Contagem (1997); Presidente do Instituto Fênix de Ação Social, em Contagem (1997-1998); Fundadora do Centro de Artesanato de Contagem (1993).

A família do Deputado Leonardo Lemos Barros Quintão PMDB/MG, tem na linhagem política o deputado estadual pela ARENA, Geraldo Lemos Quintão, o pai agropecuarista e ex-prefeito municipal de Ipatinga, MG Sebastião de Barros Quintão PMDB/MG. Na declaração de bens Leonardo Lemos Quintão não declarou terras ou rebanhos, ou algum bem que o vinculasse a questão agrária, mas o seu pai declarou os seguintes bens (ações da Empresa Sinai Agropecuária, 359 cabeças de animais bovinos e 3500 sacas de café). No Cadastro do INCRA Leonardo Quintão não tem propriedades rurais em seu nome, porém, registrados em nome de “SEBASTIAO BARROS QUINTAO” foram identificados três propriedades sendo uma improdutiva, com área de seiscentos e três hectares (603).

Figura 66 – Parentes na Política: Ruralista Leonardo Quintão



O estado de São Paulo tem o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, são setenta parlamentares e, dentre eles estão vinte seis os ruralistas estudados sendo que oito não fazem parte da lista do DIAP. Foram, portanto, identificados como ruralistas, a partir dos bens declarados. Dentre os ruralistas de São Paulo, sete possuem parentes na política, e todos envolvem o vínculo de uma geração de pai para filho.

Primeiramente, busquemos entender o patrimônio do já falecido ex-deputado federal João Hermann PDT/SP, seu filho Gustavo Hermann que na última eleição candidatou-se a Deputado Federal, mas não foi eleito, ocupa atualmente o segundo mandato como vereador em Piracicaba, SP. Neste município estão localizadas vinte (20) das sessenta e oito (68) propriedades da empresa “SANTA BARBARA AGRICOLA SA” declarada por João Hermann, em nome das empresas declaradas por este parlamentar a área registrada é de dezenove mil, quinhentos e noventa e cinco (19.595) hectares. Na declaração de bens Hermann declarou nove propriedades rurais que somam seis mil, trezentos e oitenta e nove hectares (6389,77). Além da sua declaração

de bens evidenciar sua condição de proprietário de terras, na biografia da Câmara consta que ele foi "*Administrador, Fazenda Caiapiá, Piracicaba, e Fazenda Elias Fausto e Diretor-Presidente, Destilaria Guaricanga S.A., Presidente Alves, SP, 1988"* .

Figura 67 – Parentes na Política: Ruralista João Herrmann Neto

PARLAMENTAR RURALISTA
JOÃO HERRMANN NETO (1946-2009)

Naturalidade: Campinas, SP
Profissões: Engenheiro Agrônomo
Filiação: João Guilherme Paz Herrmann e
América Elias Herrmann
Filiações Partidárias:
MDB, 1975-1979; PMDB, 1980-1988; PSB, 1988-1992; PPS,
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Prefeito, Piracicaba/SP
Legislatura no Congresso: 1983-1987, 1987-1991, 1999-2003, 2003-2007, 2009-2011
Outras Informações:
Administrador, Fazenda Caiapiá, Piracicaba, e Fazenda Elias Fausto, 1964-1966, SP; Bolsista, Sociedade Brasileira de Intercâmbio Cultural, Europa, 1966, USAID, EUA, 1967, USP, Uruguai e Argentina; Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Piracicaba, SP, 1974-1976; Diretor, CEBRADE, 1979-1986; Diretor-Presidente, Destilaria Guaricanga S.A., Presidente Alves, SP, 1988-; Secretário de Governo do Estado de Mato Grosso, 1995-1996.

ESPOSA

Não identificada

FILHO
GUSTAVO RANZANI HERRMANN
Profissão: Engenheiro Agrônomo
*Filiação:*João Herrmann Neto e ?
Estado Civil: Casado com Mariana Everaldo R. Herrmann
Carreira Política: Está em seu segundo mandato consecutivo de vereador Piracicaba,SP.
Outras Informações:
Candidato a Deputado Federal não eleito em 2010.

A Figura 68 apresenta outro parlamentar paulista (falecido) Ricardo Nagib Izar PTB/SP, cujo filho, Ricardo Izar Júnior, ao contrário de Gustavo Hermann antes mencionado, já conseguiu ser eleito deputado federal para esta legislatura (2011-2015). Ricardo Izar, o pai, foi filiado à ARENA e ocupou cargos eletivos entre 1964 a 2011. Somente como deputado federal foram vinte e quatro anos. Estes dois parlamentares não assumiram a posição de ruralistas, mas foram identificados devido ao fato de Ricardo Izar ter declarado três propriedades rurais, sendo dois sítios e uma fazenda, ter sido filiado da ARENA e ter legislado durante muito tempo no Congresso.

Figura 68 – Parentes na Política: Ruralista Ricardo Nagib Izar

PARLAMENTAR RURALISTA
RICARDO NAGIB IZAR (28/06/1938 - 02/05/2008+)

Naturalidade: São Paulo, SP
Profissões: Advogado
Filiação: Nagib Izar e Najla Curi Izar
Filiações Partidárias: PL, 1963-1966; ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-1989; PL, 1989-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-1999; PMDB, 1999-2001; PSDB, 2001; PTB, 2001
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Vereador, SP, 1964 a 1967, Deputado Estadual, SP, 1971 a 1975,1975 a 1979, 1979 a 1983,1983 a 1987
Legislatura no Congresso: 1987-1991, 1991-1995; 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011
Outras Informações:
Professor de Legislação Trabalhista no Curso de Segurança e Higiene do Trabalho; Diretor, Centro Educacional do Ibirapuera, São Paulo, SP, 1968-1969; Administrador Regional da Penha, São Paulo, SP, 1969; Administrador Regional de Vila Mariana, São Paulo, SP, 1969-1970; Secretário das Administrações Regionais das Prefeituras do Estado de São Paulo, 1993-1994.

ESPOSA

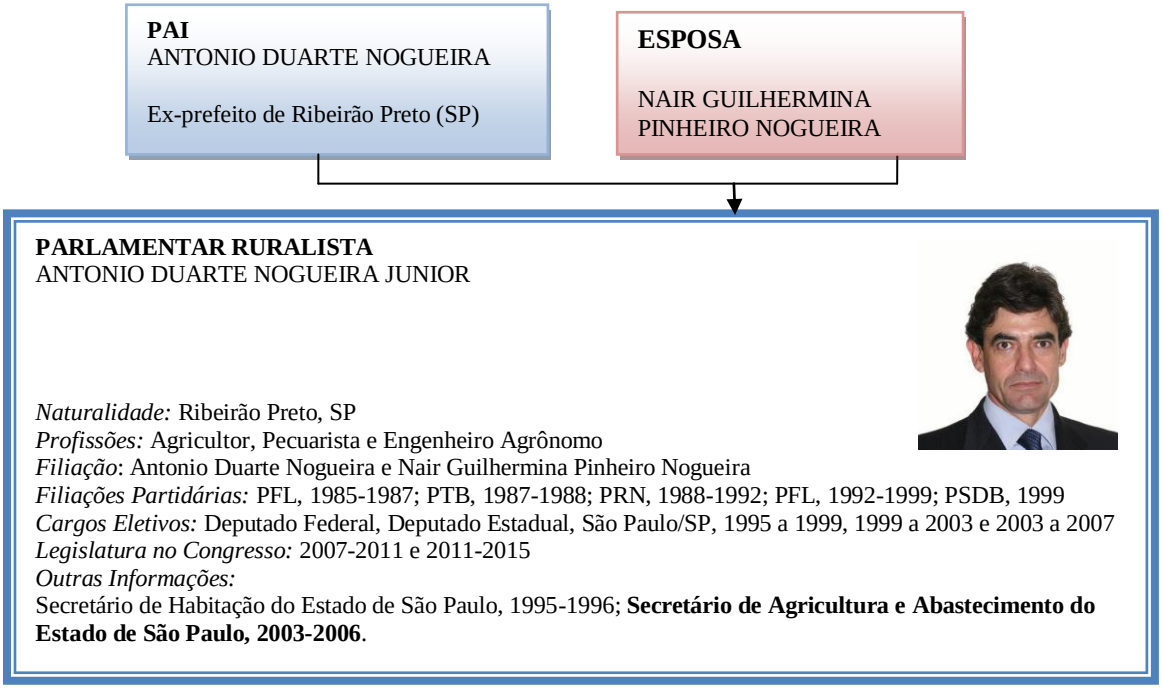
MARISA MAUAD IZAR

PARLAMENTAR RURALISTA
RICARDO IZAR JÚNIOR

Naturalidade: São Paulo, SP
Profissões: Economista e Empresário
Filiação: Ricardo Nagib Izar e Marisa Mauad Izar
Filiações Partidárias: PV, 2009-2011; PSD, 2011
Cargos Eletivos: Deputado Federal *Legislatura no Congresso:* 2011-2015
Outras Informações:
Fundador, Instituto Ricardo Izar, São Paulo, SP, 2009

A Figura 69 mostra o Deputado Federal Antonio Duarte Nogueira Júnior do PSDB/SP, filho do ex-prefeito de Ribeirão Preto, SP. Embora tenha assumido sua posição de ruralista, ter a origem em Ribeirão Preto considerada pelos profissionais do agribusiness como *"a capital do agronegócio"* e as profissões de agricultor, pecuarista e engenheiro agrônomo declarou apenas uma propriedade na região do Triângulo Mineiro em Iturama, MG a área não foi revelada. Este parlamentar ocupou o cargo de Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2003-2006.

Figura 69 – Parentes na Política: Ruralista Antonio Duarte Nogueira Júnior



Filho do ex-prefeito de Fernandópolis Percy Waldir Semeghini, o deputado federal Júlio Semeghini PSDB, SP esta na sua quarta legislatura no Congresso Nacional, ele declarou nos bens três propriedades em Itajá, GO, e *"Cotas Do Capital Da Probit Indústria De Produtos Eletrônicos",* porém, não declarou imóvel no cadastro do INCRA.

Figura 70 – Parentes na Política: Ruralista Julio Francisco Semeghini Neto

PARLAMENTAR RURALISTA
PERCY WALDIR SEMEGHINI

Ex-prefeito de Fernandópolis (SP)

ESPOSA

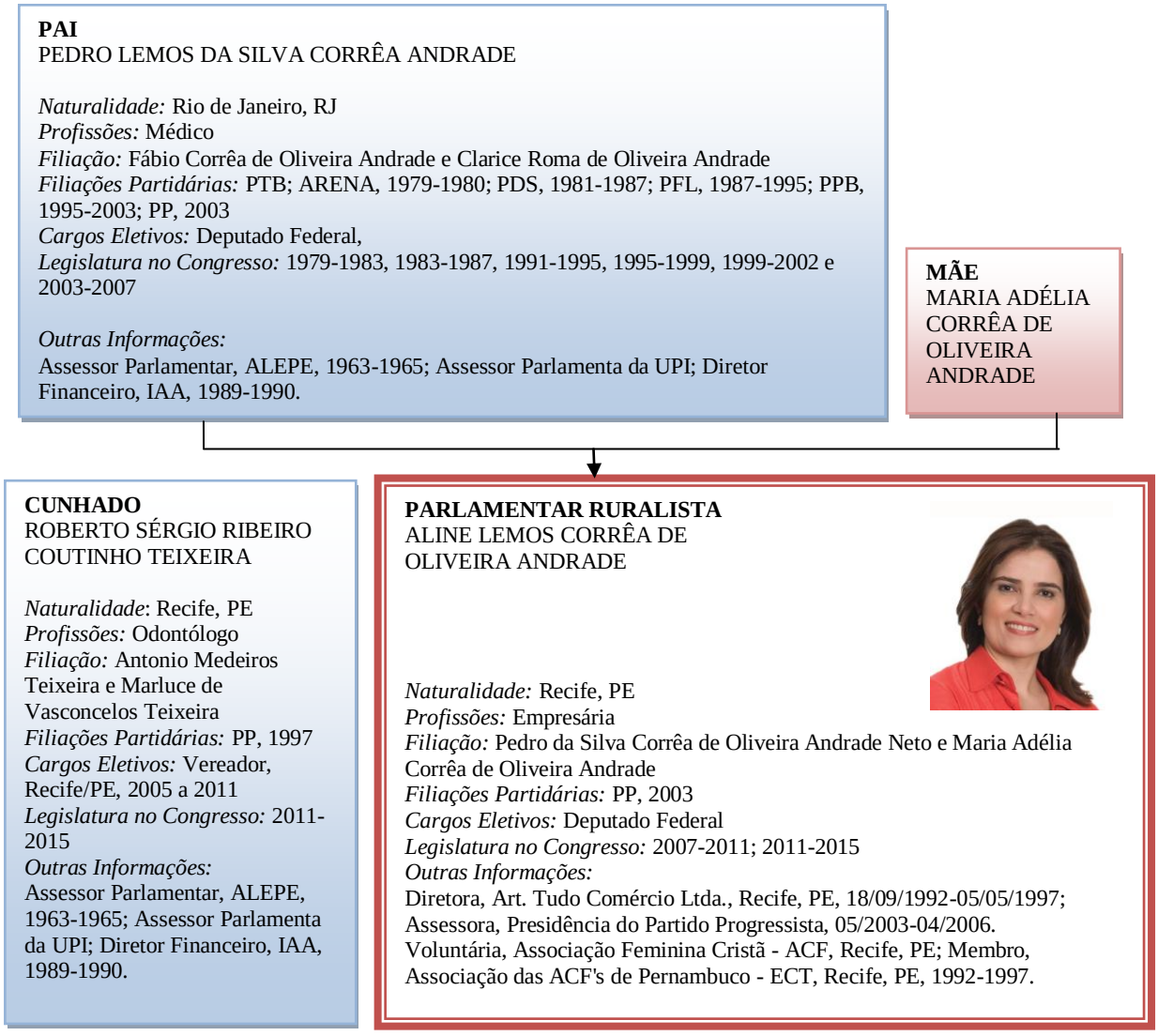
CÉLIA COUTINHO SEMEGHINI

PARLAMENTAR RURALISTA
JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Naturalidade: Fernandópolis, SP
Profissões: Engenheiro Eletroeletrônico
Filiação: Percy Waldir Semeghini e Célia Coutinho Semeghini
Filiações Partidárias: PSDB, 1990
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, São Paulo/SP, 1995 a 1999
Legislatura no Congresso: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, e 2011-2015
Outras Informações:
Diretor-Presidente, Probit Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda., São Paulo, SP, 1986-; Diretor, Probit Tecnologia Educacional Ltda., São Paulo, SP, 1992-1999; Gerente de Qualidade Industrial, Digirede, São Paulo, SP; Diretor Industrial e Comercial, T.D.A. Indústria de Produtos Eletrônicos, São Paulo, SP, 1987-1993; Diretor-Presidente, PRODESP, São Paulo, 1995-1998; Presidente, Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, Softex, 2001-2002.

Com origem no estado de Pernambuco a parlamentar Aline Lemos, é filha do ex-deputado Pedro Lemos da Silva Corrêa Andrade do PPB/PE que legislou entre 1979 a 2007, seu cunhado Roberto Sérgio Ribeiro Coutinho Teixeira foi vereador em Recife entre 2005 a 2011. Aline Lemos foi eleita no estado de São Paulo pelo PP, e, está em seu segundo mandato. Assumiu pertencer a Bancada Ruralista, não declarou terras nos bens e tampouco no INCRA, mas em sua declaração de bens assumiu possuir *"cabeças de gado"* no valor de R$ 480.930,00. Se a parlamentar tem rebanho deve se valer de algum modo para abrigá-los.

Figura 71 – Parentes na Política: Ruralista Aline Corrêa



O deputado Paulo Lima PMD/SP é um parlamentar que se articula com uma linha dura de oposição a justiça social no campo. Ele foi projetado na política por seu pai, Agripino Lima, sempre citado como uma importante liderança ruralista no Pontal do Paranapanema e que foi vereador na Câmara Municipal de Presidente Prudente por duas legislaturas (1972 a1976 e 1977 a 1982). Exerceu o mandato de deputado federal de 1986 a 1990; vice-prefeito prudentino entre janeiro de 1988 a dezembro de 1992. Entre 1993 a 1996 foi prefeito de Presidente Prudente, em 1998 foi eleito deputado estadual, entre 2001 e 2008 exerceu cargo de Prefeito novamente.

Na declaração de bens Paulo Lima declarou nove propriedades rurais distribuídas nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Este político é também proprietário do Grupo Paulo Lima, reúne quatro (4) propriedades que são referência na criação de Gado Nelore as Fazendas Furnas, Indiana, Sol Nascente e a Estância GR). No INCRA declarou oito propriedades que somam um mil e quinhentos e setenta e nove (1.579) hectares, no Pontal do Paranapanema, SP. Enquanto, Agripino de Oliveira Lima declarou três minifúndios em Presidente Prudente ("CHACARA AMANDA LIMA, CHACARA OLIVEIRA LIMA e RANCHO ALEGRE".

Na tese *"Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema* ", já mencionada neste texto, Feliciano (2009) identificou mais propriedades em nome da família de Paulo Lima, faz referência junto com outros casos à Fazenda Nazaré e aos Fazendeiros-réus (Maria Regina de Oliveira Lima, Ana Cristina de Oliveira Lima e Agripino de Oliveira Lima Filho) na comarca de Presidente Venceslau, SP;

> todas as terras foram julgadas como devolutas, em primeira instância. Ou seja, na própria comarca de Presidente, o poder judiciário local declarou como procedente a ação impetrada pelo Estado. Reconheceu que todas as fazendas possuíam vício de origem, e por conseguinte, os títulos deveriam ser cancelados. (FELICIANO, 2010:417)

Em nota Feliciano acrescenta que as *"terras foram julgadas devolutas, no centro de atuação e origem dos latifundiários, assim como dos fundadores da UDR."*

Retomaremos esta questão no último capítulo quando debateremos os conflitos com a classe camponesa.

Figura 72 – Parentes na Política: Ruralista Paulo Lima

PAI
AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO

Naturalidade: Lençóis Paulista, SP
Profissões: Advogado e Professor
Filiação: Agripino de Oliveira Lima e Silvéria do Parado Lima
*Filiações Partidárias***:** ARENA, 1971-1979; PDS, 1980-1981; PTB, 1981-1984; PFL, 1985
Cargos Eletivos: Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991; Vereador, Presidente Prudente/SP, 1973 a 1977; Vereador, Presidente Prudente/SP, 1977 a 1983 Prefeito, Presidente Prudente/SP, 1993 a 1996
Outras Informações:
Professor I, Graça, SP, 1952-1958. Reitor, Universidade de Presidente Prudente; Diretor de Escola, 1958 e Professor III, 1972-1974, Presidente Prudente, Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo.

MÃE
ANA CARDOSO MAIA DE OLIVEIRA LIMA

PARLAMENTAR RURALISTA
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA

Naturalidade: Presidente Prudente, SP
Profissões: Engenheiro Civil, Jornalista, Pecuarista, Empresário e Educador
Filiação: Agripino de Oliveira Lima Filho e Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima
Filiação partidária: PFL, 1986-1999; PMDB, 1999
Cargos Eletivos: Deputado Federal (Congresso Revisor),
Legislaturas no Congresso: 1992-1994, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2008.
Outras Informações:
Presidente, Sociedade Rural Sudoeste Paulista, 2001-2004; Primeiro-Vice-Presidente, ANUP, 2001-2004; Presidente, AGRISHOW de Presidente Prudente, 2001-2003.
Pró-Reitor Administrativo, UNOESTE; Presidente Companhia de Desenvolvimento Nordestino, Presidente Prudente, SP, 1989-1990.

No estado do Espírito Santo são sete os parlamentares ruralistas estudados, com familiares na política identifiquei somente o deputado federal João Miguel Feu Rosa do PP/ES. Este parlamentar iniciou sua trajetória na ARENA, foi deputado estadual e legislou por três vezes no Congresso Nacional conforme mostra a Figura 73, que também apresenta o parentesco com seu irmão também da ARENA que legislou durante o período militar Antônio José Feu Rosa DEM/ES, um dos seus sobrinhos é desembargador no Espírito

Santo, e outro foi prefeito de Serra, ES entre 1977 a 1980. Ele declarou apenas uma propriedade nos bens, não declarou a área.

Figura 73 – Parentes na Política: Ruralista João Miguel Feu Rosa

PARLAMENTAR RURALISTA
JOÃO MIGUEL FEU ROSA

Naturalidade: Vitória, ES
Profissões: Professor Universitário e Engenheiro
Filiação: Pedro Feu Rosa e Leonor Miguel Feu Rosa
Mandatos (na Câmara dos Deputados):
Filiações Partidárias: ARENA, 1974-1980; PDS, 1980-1985; PFL, 1985-1988; PPS, 1993; PSDB, 1993-2003; PP, 2003
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, ES, 1983 a 1987
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2007.
Outras Informações:
Sócio-Gerente de Produção, Laminadora Beca Ltda., Serra, ES, 1967-1969; Professor, 1973-1994, Subchefe do Departamento de Engenharia Industrial, 1974-1976, Diretor do Centro Tecnológico, 1978-1980, e Chefe do Departamento de Engenharia de Produção, 1990-1992, UFES, Vitória; Consultor-Técnico, ENEFER Engenharia e Consultoria, Vitória, ES, 1977-1978; Consultor-Técnico, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Vitória, ES, 1976-1977; Diretor Administrativo, Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1980-1982; Engenheiro de Projetos Ferroviários, Superintendência da Estrada de Ferro Vitória-Minas, 1982-1988.

IRMÃO
ANTÔNIO JOSÉ MIGUEL FEU ROSA

Naturalidade: Vitória, ES
Profissões: Advogado
Filiação: Pedro Feu Rosa e Leonor Miguel Feu Rosa
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, ES, 1963 a 1967
Legislaturas no Congresso: 1967-1971, 1979-1983.
Filiação partidária: ARENA, 1966-1979; PDS, 1980-1985; PFL, 1986-2007; DEM, 2007
Filiação: ARENA; PDS
Cargos Eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, PE, Partido: ARENA, Período: 1967 a 1979
Outras Informações:
Antônio José foi Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

SOBRINHO
PEDRO VALLS MIGUEL FEU ROSA

Desembargador do Espírito Santo.

SOBRINHO

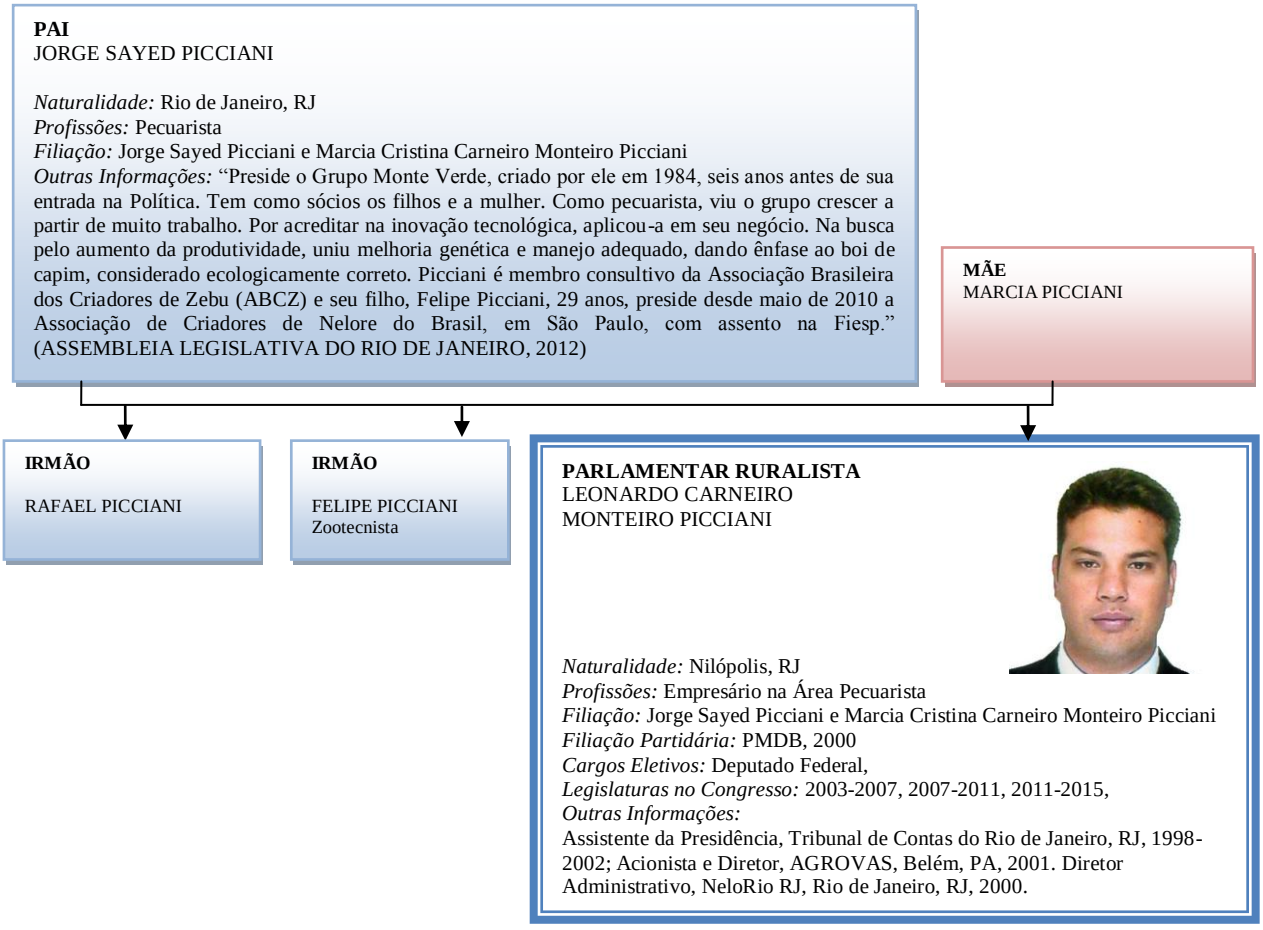
JOSÉ MARIA MIGUEL FEU ROSA.

Prefeito de 1977 a 1980, com mandato prorrogado para os anos de 1981 e 1982. José Maria acabou renunciado ao cargo de Prefeito da Serra/ES por ter sido escolhido para figurar na chapa do Sr. Carlos Von Schilgen, como vice ao governo do Estado.

O estado do Rio de Janeiro tem apenas quatro representantes ruralistas neste estudo, sendo que todos eles assumiram esta posição ao DIAP. O parlamentar que tem parentesco na política é o Deputado Federal Leonardo Picciani PMDB/RJ. Conforme mostra a Figura 74, seu pai é o ex-deputado estadual Jorge Picciani (PMDB-RJ), candidato derrotado ao Senado em 2010, e seu irmão é o deputado estadual Rafael Picciani (PMDB-RJ).

Leonardo Picciani declarou possuir cotas na empresa *"Agrobilara Com. e Part Ltda"*, foi constatado participação desta empresa ExpoZeu do ano de 2008, como expositora no "Campeonato Matriz Modelo" que promove desfile e concurso de animais considerados modelos de qualidade e movimentam cifras vultuosas.

Figura 74 – Parentes na Política: Ruralista Leonardo Picciani



Região Sul

Esta região tem uma particularidade, a tradição da família na política, geralmente não passa de duas gerações. Desta forma os dados serão analisados conjuntamente para esta região. A Bancada Ruralista do sul é formada por cinquenta e quatro parlamentares, sendo que doze destes políticos tem familiares identificados na política. Não mencionarei os dados do INCRA no estado do Paraná por indisponibilidade dos mesmos.

No estado do Paraná, o organograma da Figura 75 se refere à família de Abelardo Lupion DEM/R. Conforme mencionado no item *"1.3. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira*", páginas 44 a 46 deste trabalho, ele é neto do ex-governador Moisés Lupion, e está no seu sexto mandato como Deputado Federal. A ação do seu avô no período das revoltas camponesas no Paraná também já foram mencionadas.

Lupiom foi também fundador e presidente da UDR no estado do Paraná (1987-1990) e foi indicado pelo DIAP, por treze vezes como um dos "100 Cabeças do Congresso Nacional". Seu patrimônio declarado é R$ 5.898.464,13, inclui *"Ações da Sociedade Brasil Agropecuária"*; *"Pecuaria Seletiva Beka Ltda*" e "*Lupion Administradora De Bens Proprios Ltda*" duas propriedades rurais cujas áreas não foram reveladas; "um terço de terras com benfeitorias -Fazenda Boa Vista" e "área de terras" ambas em São José dos Pinhais/PR. O grosso do seu patrimônio tem origem no crédito em conta da *"Pecuaria Seletiva Beka Ltda* (R$ 3.275.000,00). Abelardo Lupion declara como profissão agropecuarista, mas não tem nenhum rebanho declarado.

Figura 75– Parentes na Política: Ruralista Abelardo Lupion

FILHO
MOYSÉS LUPION DE TROYA

Naturalidade: Jaguariaíva, PR
Profissões: Comerciante, Industrial e Contador
Filiação: João Lupion de Troya e Carolina Wille Lupion
Filiação Partidária: PSD
*Cargos Eletivos:*Governador 1947-1951, 1956-1961; Senador
*Legislaturas no Congresso:*1955-1956

Outras Informações:
"Desenvolveu profunda política municipalista, promoveu o parlamento intensivo da terra, fundou a Bolsa de Valores e a Bolsa do Café, duplicou o precário potencial elétrico do Estado, criou o Tribunal de Contas, desenvolveu o projeto da Capivari-Cachoeira, o aproveitamento do xisto-betuminoso, lançou a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná." (CASA CIVIL DO GOVERNO DO PARANÁ, 2012)

PAI
JOÃO FORTUNATO BULCÃO MELLO

MÃE
LEOVEGILDA LUPION MELLO

PARLAMENTAR RURALISTA
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO

Naturalidade: Curitiba, PR
Profissões: Agropecuarista e Empresário
Filiação: João Fortunato Bulcão Mello e Leovegilda Lupion Mello
Filiação Partidária: PRN, 1990-1992; PFL, 1992-2007; DEM, 2007
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1992 e 1994-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015

Outras Informações:
Fundador e Presidente, UDR, PR, 1987-1990

ESPOSA
Não identificada

FILHO
Não Identificado

FILHO
Não Identificado

Na Figura 76 temos Dilso e Dilceu Sperafico, sendo que o primeiro foi eleito pelo estado do Mato Grosso do Sul, se declaram industriais do setor de agricultura além de produtor rural e agropecuarista. Dilceu legisla no Congresso desde 1995 sucessivamente até a atual legislatura. Declarou seis imóveis rurais, declarou patrimônio R$ 7.680.293,03 na declaração de bens. Suas propriedades correspondem a 24,36% do valor de seus bens. Declarou diversos equipamentos agrícolas além de cotas de empresas de vários ramos alimentos, hotelaria e confecções *"Quotas da Sperafico Alimentos em nome de Natan Sperafico"* e *"saldo em aplicaçao Cooperativa de Credito Agropecuário do Oeste – Sicredi". "Cotas da Sperafico Hoteis e Sperafico Alimentos"* e *"Quotas Da Empresa Sn Confecções".* A concentração das terras do Grupo Sperafico nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná será analisada no *"Capítulo 4 – Territorialização da ação ruralista".* No cadastro do INCRA a família Sperafico concentra 15 imóveis no estado do Mato Grosso, sendo que oito são improdutivos.

Figura 76– Parentes na Política: Ruralista Dilceu Sperafico

IRMÃO
DILSO SPERAFICO

Naturalidade: Santa Rosa, RS
Profissões: Engenheiro Agrônomc e Produtor Rural
Filiação: Ismael Vicente Sperafico e Olinda Joanina Rizzi Sperafico
Filiações Partidárias: PFL, 1985-1993; PMDB, 1993-1997; PSDB, 1997
Cargos Eletivos: Deputado Federal,MS
Legislaturas no Congresso: 1995-1999
Outras Informações:
Comerciante e industrial no setor de agricultura.

PARLAMENTAR RURALISTA
DILCEU JOÃO SPERAFICO

Naturalidade: Santa Rosa, RS
Profissões: Agropecuarista, Industrial, Bacharel em Direito e Filósofo
Filiação: Ismael Vicente Sperafico e Olinda Joanina Rizzi Sperafico
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Filiação partidária: PDS, 1980-1993; PP, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003
Legislaturas no Congresso: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2003-2007, 2011-2015

Na Figura 77, 78 e 79 ilustram os outros parlamentares que representam a Bancada Ruralista do Paraná, e cuja relação de parentesco é de pai para filho e que até onde foi identificado só envolve uma geração.

O parlamentar Max Rosenman é Presidente da Associação de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida, PR. Declarou oito imóveis, mas não declarou a área dos mesmos. Seus bens incluem ações em empresas de urbanização, cotas em country clube e tênis clube. Seu filho, Paulo Rosenman foi candidato na última eleição, mas teve a candidatura indeferida.

Figura 77– Parentes na Política: Ruralista Max Rosenmam

PARLAMENTAR RURALISTA
MAX ROSENMAM (29/11/1944 a 25/10/2008 +)

Naturalidade: Curitiba, PR
Profissões: Advogado e Empresário
Filiação: Bernardo Rosenmann e Ottilia Rosenmann
Filiações Partidárias: PRN; PMDB, 1989; PDT, 1993-1995; PMDB, 1995-1997; PSDB, 1997-2001; PMDB, 2001
Cargos Eletivos: Deputado Federal (Constituinte), Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011
Outras Informações:
Diretor-Geral, Casa Civil, PR, 1983; Superintendente, IPE, PR, 1984-1985. Vice-Presidente, Partido Acadêmico Progressista, Fac. de Direito, UFPR; Presidente, Associação de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida, PR; Membro, Diretoria Nacional do CNEC.

ESPOSA
Não Identificada

FILHO
PAULO ROSENMAN (INDEFERIDO);

Naturalidade: Curitiba, PR
Filiação: Max Rosenmann e ?
Filiação partidária: PSD

José Rodrigues Borba declarou ser pecuarista, mas não declarou rebanho. Ele também foi Diretor-Presidente da Cafeeira BCM Ltda, em Jandaia do Sul, PR, 1981-1988. Seu filho Fábio Rodrigues Borba foi candidato a deputado federal, mas não foi eleito.

Figura 78– Parentes na Política: Ruralista Rodrigues Borba

PARLAMENTAR RURALISTA
JOSÉ RODRIGUES BORBA

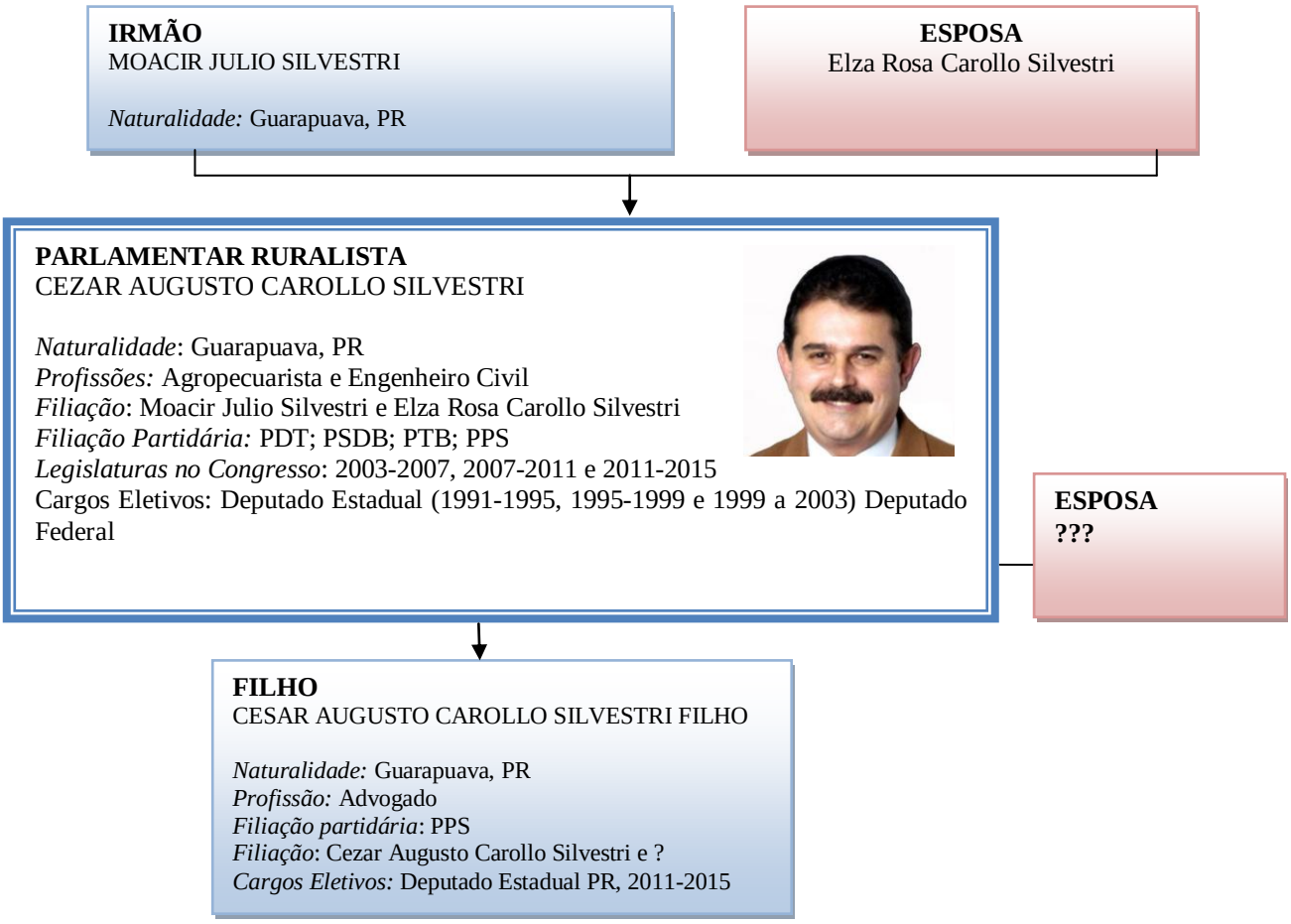
Naturalidade: Mandaguari, PR
Profissões: Pecuarista e Comerciante
Filiação: Luiz Rodrigues Borba e Alzira Maria de Jesus I
Cargos no Eletivos: Vereador, Jandaia do Sul/PR, 1977 a 1982, 1989 a 1993;
Deputado Federal,
*Legislaturas no Congresso:*1995-1999, 1999-2003, 2003-2007.
Filiações Partidárias:
ARENA; PMDB; PTB, 1993-1999; PMDB, 1999-.
Outras Informações:
Diretor-Presidente, Cafeeira BCM Ltda., Jandaia do Sul, PR, 1981-1988.

ESPOSA
MARIA APARECIDA BORBA

FILHO
FÁBIO RODRIGUES BORBA CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL (candidatura indeferida)

O agropecuarista e engenheiro civil Cezar Augusto Silvestri PPS/PR, depois de três legislaturas como deputado estadual, está no terceiro mandado como deputado federal. Enquanto, seu filho, Cesar Augusto Silvestri Filho foi eleito deputado estadual. O pai declarou dez propriedades rurais que somam mil quatrocentos e setenta e oito hectares e quarenta ares (1.478,44) localizados em Guarapuava e Palmital no Paraná. Este agropecuarista também não declarou nenhum rebanho.

Figura 79– Parentes na Política: Ruralista Cezar Silvestri



No estado de Santa Catarina João Pizzolatti declarou cinco propriedades que somam mais de duzentos e quarenta e oito hectares hectares em Anitápolis, Doutor Pedrinho e Pomerodi, em Santa Catarina. Seu filho foi candidato a deputado federal, mas não foi eleito (Figura 80).

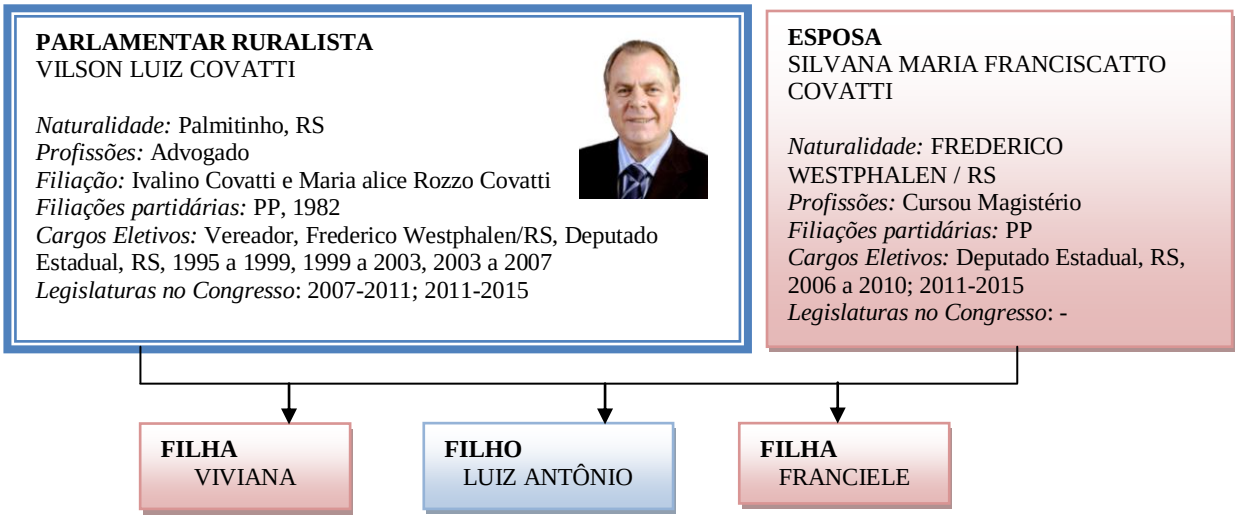
Figura 80– Parentes na Política: Ruralista João Alberto Pizzolatti

Os irmãos Maldaner (Figura 81) ocuparam cadeiras na Câmara Legislativa atualmente Casildo Maldaner ocupa o cargo de senador. Este parlamentar declarou terras no "*Lote de Terras no Projeto Trairão*" em São Félix do Xingu, PA e mais uma propriedade cuja área não foi revelada, seus bens somam o valor de R$ 2.863.731,92.

Figura 81– Parentes na Política: Ruralista Casildo Maldaner

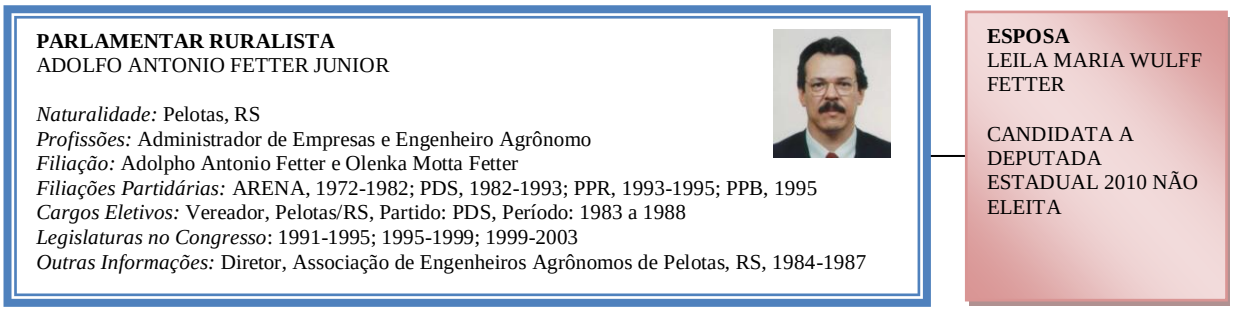
No estado do Rio Grande do Sul, Vilson Covatti PP/RS é outro exemplo que deixa a Assembleia Legislativa para ascender à Câmara dos Deputados, e mantém um membro da família no posto que ocupou anteriormente. A partir da legislatura de 2006 a 2010 Silvana Covatti passou a compor esta casa legislativa (Figura 82). O deputado Vilson Covatti declarou propriedade rural em Frederico Westphalen RS, mas não revelou a área.

Figura 82– Parentes na Política: Ruralista Vilson Luiz Covatti



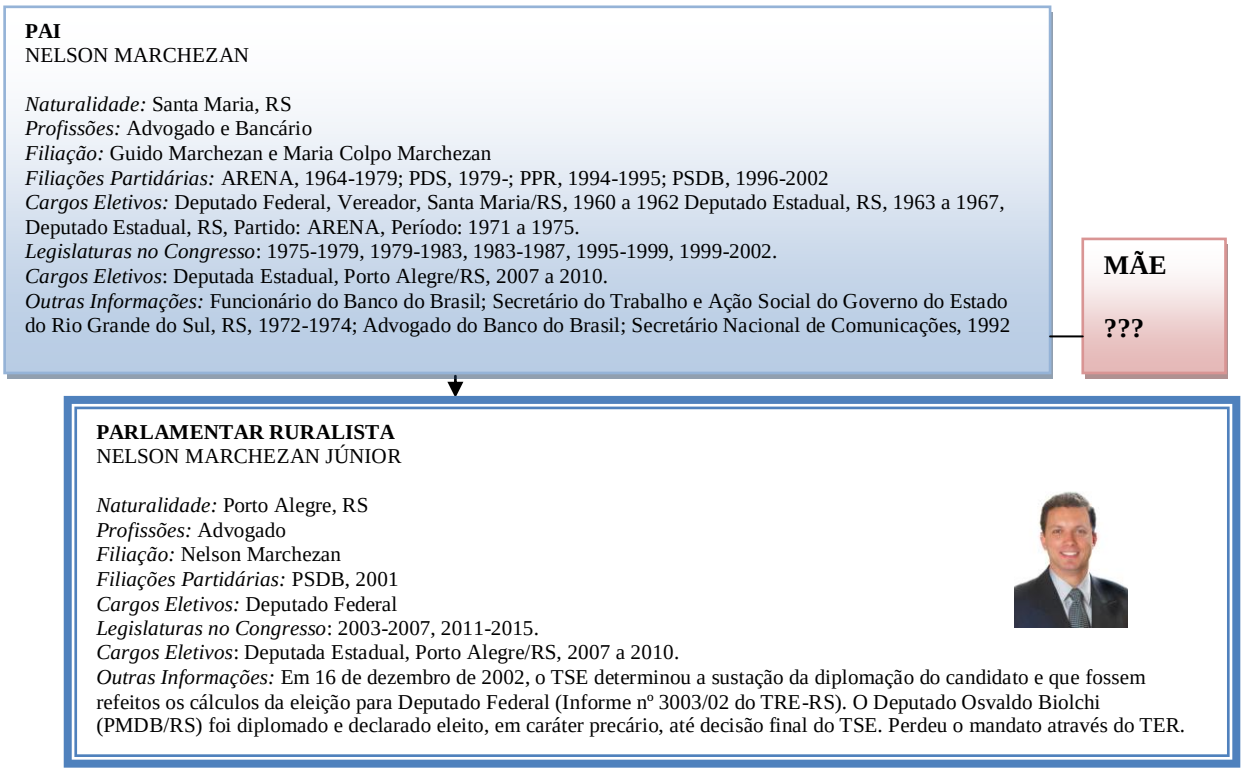
O parlamentar Adolfo Fetter que começou como vereador em Pelotas,RS legislou no congresso entre 1991 a 2003, também tentou eleger a sua esposa como deputada estadual, mas não conseguiu (Figura 83). Declarou duas propriedades rurais em Turuçu, RS, que somam quinhentos e noventa e oito (598,60) hectares que corresponde a 17,14% do seu patrimônio que no total é de R$ 1.287.402,93.

Figura 83– Parentes na Política: Ruralista Adolfo Fetter



Nelson Marchezan Júnior PSDB/RS é filho do político Nelzon Marchezan (Figura 84) que fez carreira durante o período militar, de vereador a deputado federal. O filho ainda não tem um patrimônio grandioso, este soma R$195.533,59, no qual seus cento e seis hectares (106) de terras declaradas correspondem a 63,54% do patrimônio.

Figura 84– Parentes na Política: Ruralista Nelson Marchezan



Os parlamentares Adolfo Fetter, Vilson Covatti e Nelson Marchezan não declararam imóveis no Cadastro do INCRA.

O Deputado Federal João Nardes PP/RS, quando ainda era filiado a ARENA foi vereador no município de Santo Ângelo,RS, deputado estadual e depois deputado federal onde ficou por três legislaturas. Seu irmão Pedro Reus Ribeiro Nardes foi vereador na década de 1980, mas sua atuação mais efetiva foi na representação da produção de soja (Figura 85).

O ruralista João Nardes na declaração de bens assumiu *"terras adquiridas em 28/01/1982*" em Cuibá, MT, duzentos e vinte (220) hectares. Em nome da família Nardes no Cadastro do INCRA foram localizadas dez propriedades (6.703 hectares) no estado do Mato Grosso nos municípios de (Santo Antônio do Leverger, Campo Verde e Primavera do Leste).

Figura 85– Parentes na Política: Ruralista João Augusto Ribeiro Nardes

PAI
ONÉCIMO RIBEIRO NARDES

MÃE
CLENY MARIA RIBEIRO NARDES

IRMÃO
PEDRO REUS RIBEIRO NARDES

Naturalidade: Santo Ângelo, RS
Profissões: Empresário
Filiação partidária: MDB, 1976-1979; PMDB, 1980-1988; PSDB, 1988-; PRN, 1989
Filiação: Onécimo Ribeiro Nardes e Cleny Maria Ribeiro Nardes
Cargos Eletivos: Vereador em Santo Ângelo de 1982 a 1988
Legislaturas no Congresso: -
Outras Informações:
É presidente licenciado da **Associação Missioneira de Produtores de Soja (Amisoja), entidade que serviu de embrião para a criação da Aprosoja-RS (Associação de Produtores de Soja do Rio Grande do Sul).** Seu trabalho à frente da entidade foi reconhecido a nível nacional, guiando Réus Nardes à Secretaria da Associação de Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil). Candidato a Deputado Federal não eleito.

PARLAMENTAR RURALISTA
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Naturalidade: Santo Ângelo, RS
Profissões: Administrador de Empresas
Filiação: Onécimo Ribeiro Nardes e Cleny Maria Ribeiro Nardes
Filiações Partidárias: ARENA, 1970; PDS, 1986-1990; PPR, 1991-1995; PPB, 1995-2003; PP, 2003
Cargos Eletivos: Vereador, Santo Ângelo/RS,1973 a 1977; Deputado Estadual, RS, 1986 a 1990, Constituinte Deputado Estadual, RS, 1991 a 1995
Legislaturas no Congresso: 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007.

Outras Informações: Diretor, Empresa Agrícola Onécimo R. Nardes, Santo Ângelo, RS; Professor de Introdução à Economia, Instituto Lindolfo Collor, Porto Alegre, RS; Diretor, SINE-Núcleo Regional, Santo Ângelo, RS, 1977; Coordenador, Assessoria de Emprego, Secretaria de Trabalho e Ação Social, Porto Alegre, RS, 1982-1983; Assessor, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Porto Alegre, RS, 1984; Secretário-Executivo, FUNDURBANO, Porto Alegre, RS, 1985-1986.

O Deputado Federal Darcísio Perondi PMDB, RS está na sua quinta legislatura no Congresso é irmão de um político de tradição no Rio Grande do Sul o agricultor, industrial e comerciante Emídio Perondi (Figura 86). Nos bens declarados por Darcísio Perondi não consta nenhum bem ligado à produção agrícola, não declarou terras na declaração de bens nem ao INCRA.

Figura 86– Parentes na Política: Ruralista Darcísio Perondi

IRMÃO
EMÍDIO ODOSIO PERONDI

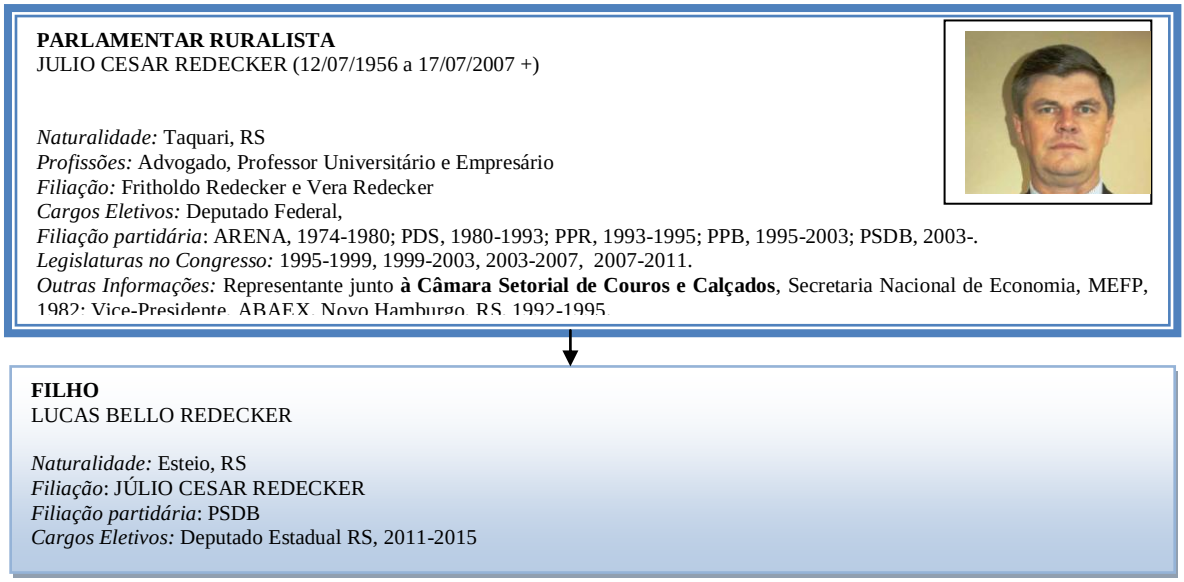
Naturalidade: Tupanciretã, RS
Profissões: Agricultor, Industrial e Comerciante
Filiação: João Perondi e Antonia Zardin Perondi
Cargos Eletivos: Vereador, Ijuí/RS, 1963 a 1969;
Prefeito, Ijuí/RS, 1973 a 1976
Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1979-1983; 1983-1987
Filiações Partidárias ARENA; PDS; PPR, 1993-;
PPB, 1995.
Outras Informações: Um dos fundadores, Jornal da Manhã, Ijuí, RS, 1974.

PARLAMENTAR RURALISTA
DARCISIO PAULO PERONDI

Naturalidade: Ijuí, RS
Profissões: Médico
Filiação: João Perondi e Antônia Perondi
Filiação partidária: PMDB, 1993
Cargos Eletivos: Deputado Federal
Legislaturas no Congresso: 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015
Outras Informações: Médico Pediatra, Ministério da Saúde, Ijuí, RS, 1977-1994; Médico Pediatra, Corpo Clínico do Hospital de Caridade de Ijuí, RS, 1977-1994; Presidente, 1986-2008.

O ex-deputado federal ruralista Júlio Redecker PSDB/RS, faleceu em 2007, seu filho, Lucas Bello Redecker (Figura 87) foi eleito no último pleito deputado estadual. Júlio Redecker atuou no setor de produção de couro, na sua declaração de bens não declarou terras ou bens agrícolas. Enquanto Lucas Redecker declarou *"Banco Real Letra De Credito Imobiliario. Agronegocio – Santander"* e ações na área de mineração (Gerdau, Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce). Não declararam terras ao cadastro do INCRA.

Figura 87– Parentes na Política: Ruralista Julio Cesar Redecker



Diante do quadro apresentado e através da análise destes organogramas, no sentido de resgatar as raízes históricas da tríade patrimônio, parentesco e política recorro mais uma vez aos argumentos de Martins (1994) que assim escreveu:

> É certamente difícil explicar os acontecimentos recentes sem o recurso da história da relação entre o público e o privado na formação do Estado brasileiro (...) O município legitimava a ação política dos que tinham acesso às demais instâncias do poder, embora delas não participasse diretamente a maioria dos eleitores. *Todo o sistema estava, por isso, baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial* (MARTINS, 1994:21-28)

Em síntese, o que demonstramos nesta análise é o controle do Estado pelos proprietários de terra e suas famílias, que transforma o poder de se eleger via herança de um "sobrenome", em um legado patrimonial e político. Assim, para concluir este capítulo, sem contudo ter esgotado esta discussão, recorro a crítica de Engels:

> O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs á sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem " a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando, esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou em uma irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não se pode conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não se consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1975:191)

3. Os proprietários: terras, capital e poder

3.1. As terras dos políticos ruralistas

A partir dos dados declarados no Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2003) foram investigados os registros de propriedade em nome dos deputados da Bancada Ruralista do Congresso Nacional, procedendo a uma busca no banco de dados desta instituição pelo nome do deputado ou senador, no estado por onde se elegeu, e também nos estados em que tenha indicado algum vínculo em sua biografia. No caso do estado do Tocantins a busca também foi realizada em Goiás e vice - versa, e, por não terem sido disponibilizados,os dados investigados neste cadastro não incluem as informações referentes aos estados do Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

A seguir apresento, então, duas condições de concentração das terras ruralistas, de acordo com esta fonte: a primeira condição mostrada no Quadro II concentração das terras dos deputados ruralistas – 2003) e a segunda no Quadro III: Terras em nome das empresas declaradas pelos ruralistas.

Da análise do Quadro II podemos constatar a partir da declaração feita pelos próprios parlamentares ao INCRA que, 42,38% de suas terras são grandes propriedades improdutivas. A soma destas áreas corresponde a cento e setenta e três mil, trezentos e quarenta e nove (173.349) hectares. De um total de quatrocentos e oito mil, novecentos e oitenta e dois (408.982) hectares, dos quais trinta e um mil, oitocentos e dezoito (31.818) hectares, foram declarados como posse, mas a rigor são grilagem de terras declaradas.

Na categoria fundiária grande propriedade improdutiva está a maior fatia da concentração das terras dos ruralistas, seguida de grande propriedade produtiva que representa 28,63% da área somando cento e nove mil, quatrocentos e dez (109.410) hectares. Na média propriedade produtiva e na média propriedade improdutiva concentram respectivamente 12,88% e 9,39% das terras. Ou seja, somando a grande e média propriedade improdutivas, **mais de cinquenta por cento (55,26%) das terras dos ruralistas são terras improdutivas.**

Enquanto isso, o minifúndio e a pequena propriedade juntos correspondem a 6,27% do total das terras dos mesmos políticos, em trezentos e oitenta e sete (387) imóveis rurais concentrando vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e seis (25.696) hectares. A saber, dentre os trezentos e setenta e quatro (374) parlamentares cujos nomes foram verificados no Cadastro do INCRA, cento e cinquenta e três (155) registraram terras em seu nome, como também em nome de alguns familiares. Conforme revela esta investigação, é provável que os mesmos controlem setessentos e trinta e dois (732) imóveis rurais distribuidos na grande, média, pequena propriedade e no minifúndio. Todo este levantamento pode ser consultado no Anexo D: Terras dos Parlamentares Ruralistas, INCRA (2003)

Quadro II - Concentração das terras dos deputados ruralistas – 2003

CATEGORIA FUNDIÁRIA	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL DECLARADA (HA)	ÁREA %	ÁREA REGISTRADA	ÁREA DECLARADA COMO POSSE
GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	87	173.349	42,38%	139.391	31.818
GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	60	117.164	28,64%	109.410	8.828
MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	124	52.693	12,88%	43.828	10.649
MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	72	38.408	9,39%	35.243	2.459
PEQUENA PROPRIEDADE	236	22.475	5,49%	18.904	3.788
MINIFUNDIO	151	3.221	0,78%	2.190	1.349
NÃO CLASSIFICADA ART. 7º LEI 8629/93	1	1.672	0,45%	1.672	0
TOTAL	**732**	**408.982,00**	**100%**	**350.638,00**	**58.891,00**

Fonte: INCRA Org: COSTA, S.H.G.

Esta soma inclui também uma propriedade não classificada de acordo com o Artigo 7º da Lei nº 8.629 de 25 de Fevereiro de 1993, vejamos o que diz esta Lei:

> *Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:*
> *I - seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;*
> *II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente previsto, não admitidas prorrogações dos prazos;*
> *III - preveja que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel seja efetivamente utilizada em, no máximo, 3 (três) anos para as culturas anuais e 5 (cinco) anos para as culturas permanentes; (BRASIL, LEI 8.629/93)*

A propriedade em questão pertence ao empresário do *Grupo Bom Futuro*, considerado o maior produtor de soja e algodão do Brasil, Erai Maggi Scheffer, que possui mais oito propriedades registradas em seu nome no Cadastro do INCRA. Ele é primo do Senador Blairo Maggi PR/MT, este por sua vez além da defesa da classe se ocupa em plenário de questões de apologia ao progresso de sua família explorando o estado do Mato Grosso a partir da década de 1970, como foi constatado na reportagem *"Blairo Maggi homenageia os matogrossenses Gilmar Mendes e Eraí Maggi"* (SENADO, 15/12/2011)

Exemplos como este já dão pistas de que o novelo a ser desenrolado, é bem mais complexo que a leitura fria dos números. Conforme analisaremos a seguir, os dados do Quadro III - Terras em nome das empresas declaradas pelos ruralistas em que são apresentadas as somas das terras, nas categorias fundiárias, a quantidade de imóveis, as áreas declaradas, registradas e "posse" em nome das empresas pertencentes aos parlamentares ou que tenham declararado algum vínculo. Ou seja, neste quadro estão os dados das empresas que atuam no campo, e que os parlamentares declararam algum vínculo quotas, ações, capital, saldo, empréstimo ocuparam cargos como diretoria, ou são os proprietários de fato. Vale ressaltar que nem todas as empresas por eles declaradas tinham registro de terras no INCRA. O Anexo F: Terras das empresas vinculadas aos parlamentares ruralistas, INCRA (2003) mostra todo este levantamento.

No Quadro III abaixo, fica explícito novamente a grande propriedade improdutiva ocupa o topo da concentração fundiária, reproduzindo para o caso dos ruralistas a lógica da concentração das terras no Brasil, a maior fatia está dominada pelo latifúndio improdutivo, 62,25% das terras das empresas ruralistas são grandes propriedades improdutivas.

Quadro III - Terras em nome das empresas declaradas pelos ruralistas

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL DECLARADA (HA)	ÁREA %	ÁREA REGISTRADA	ÁREA DECLARADA COMO POSSE
GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	49	270.374	62,25%	298.940	4.480
GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	87	109.707	25,26%	126.023	4.931
MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	46	8.708	2,00%	9.848	442
MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	92	15.729	3,62%	20.699	1.402
PEQUENA PROPRIEDADE	90	4.467	1,03%	5.803	83
MINIFÚNDIO	45	525	0,12%	641	33
NÃO CLASSIFICADA E NÃO CLASSIFICADA ART. 7º LEI 8629/93	2	24.809	5,71%	0	24.609
TOTAL	**411**	**434.319**	**100,00%**	**461.954**	**35.980**

Fonte: INCRA Org: COSTA, S.H.G.

O total das terras em nome das empresas é de quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e seis (434.391) hectares, concentrados em (411) imóveis rurais. Em quarenta e nove (49) imóveis improdutivos estão concentrados duzentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro (270.374) hectares de terras. O maior número de imóveis (92) está na média propriedade produtiva, que ocupa 3,62% da área total.

Do mesmo modo, reproduzindo a lógica das terras em nome dos políticos, as empresas vinculadas aos ruralistas concentram, além da grande, a média, a pequena propriedade e o minifúndio somando respectivamente, quatro mil quatrocentos e sessenta e sete (4.467) hectares, em quinhentos e

vinte e cinco (525) hectares, distribuídos em cento e três (135) imóveis rurais registrados.

Também no caso das empresas aparecem duas áreas não classificadas, a primeira a “Fazenda Água Amarela”, uma das seis propriedades da empresa “KARSTEN S A” localizada em Rio dos Cedros, SC, na qual o parlamentar Esperidião Amin PP/SC declarou “*142 Ações Da Karsten S/A*”. E o segundo caso, no cadastro só está escrito “NÃO CLASSIFICADA” se refere à “AGRICOLA E PECUARIA MORRO AZUL LTDA” área declarada vinte e quatro mil e quatrocentos (24.400) hectares e área registrada vinte e quatro mil e duzentos (24.200) hectares, em Querência, no Mato Grosso. Mais uma vez, o Senador Blario Maggi PR/MT tem relação com este latifúndio, em sua declaração de bens assumiu *“6,67%Capital Social da Empresa Agricola e Pecuaria Morro Azul, Cnpj 05.139.825/0001-07”.*

O patrimonio da familia Maggi iclui o Grupo Andre Maggi, no livro de *“Partido da Terra: como os politicos conquistam o territorio brasileiro” o autor Alceu Castilho (2012: 17) menciona que “o Grupo Andre Maggi (nome do pai e fundador) plantava graos, na safra 2009/2010, em uma área de 203 mil hectares”. O Grupo* Andre Maggi forma uma trading que terrritorializa a sua ação em estados de todas as regiões brasileiras, conforme explica a própria corporação:

> No Brasil a Amaggi atua nos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **A empresa é apontada pela imprensa especializada como uma das maiores exportadoras do país.** No exterior, a trading está presente com escritórios e representações em países como Argentina, Noruega e Holanda. Com isto, garante uma atuação de destaque no mercado internacional.
> Na produção de sementes soja, a Amaggi investe na qualidade de seus processos, o que garante a seus clientes um produto de alta qualidade. Para garantir também a qualidade na armazenagem da soja, a Amaggi utiliza 41 unidades armazenadoras, capazes de estocar mais de 2,6 milhões de toneladas. A empresa conta com três unidades de esmagamento de soja: duas em Mato Grosso (Cuiabá e Lucas do Rio Verde) e uma no Amazonas (Itacoatiara).” (GRUPO ANDRE MAGGI, 2012)

A localizaçao das fazendas do Grupo André Maggi e respectivas fotografias com indicações de endereços podem ser consultadas no Anexo L: Fazendas do Grupo André Maggi

Atenção, não há coincidência entre as áreas declaradas (434.319 hectares) e as áreas registradas (461.954 hectares), estas execedem em quarenta e quatro mil cento e noventa e quatro (44.194) hectares. Inclusive foram declaradas posses em nome de pessoas jurídicas (empresas) um total de trinta e cinco mil e novecentos e oitenta (35.980) hectares.

Outro levantamento que permite reafirmar a condição de proprietários de terras dos políticos ruralistas aparece na Declaração de Bens entregue à Justiça Eleitoral (1998, 2002, 2006 ou 2010). Tendo em vista que são declarações do patrimônio pessoal, estes dados (mostrados no Quadro IV - Terras dos Parlamentares Ruralistas Declaradas à Justiça Eleitoral) apresentam somente as terras dos políticos em seu próprio nome, não envolve as terras de familiares e empresas conforme foi trabalhado com os dados do INCRA apresentados anteriormente. Uma vez que, os deputados federais e senadores não explicaram na declaração de bens se suas terras são produtivas ou improdutivas as três ccategorias de áreas que aparecem são grande propriedade, média propriedade, e minifúndio e foram classificadas conforme o módulo fiscal de cada município[33]. Como veremos, quinhentos e treze (513) imóveis, não tiveram suas áreas informadas, uma quantidade grande de propriedades que comprometeu a soma total das áreas das propriedades declaradas pelos parlamentares nos bens entregues à Justiça Eleitoral. Todo este levantamento pode ser visto no Anexo E: Terras dos Parlamentares Ruralistas, Declaradas à Justiça Eleitoral (1998, 2002, 2006 ou 2010)

[33] A Lei 8.629 de 25/02/1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista na Constituição de 1998 conceituou em seu artigo 4º, a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1(um) e quatro (4) módulos fiscais; a média propriedade como aquela que possui área superior a quatro (4) módulos e até 15 módulos fiscais; e a grande propriedade como aquela que compreende mais de quinze (15) módulos fiscais. Atualmente, o menor módulo fiscal tem cinco (5) hectares e o maior possui 110 hectares. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, e até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal e entre 440 e menos de 1.540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1.540 hectares ou mais em municípios do Pantanal. (OLIVEIRA, 2003)

O Quadro IV - Terras dos Parlamentares Ruralistas Declaradas à Justiça Eleitoral (1998, 2002, 2006 ou 2010)

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL DECLARADA (HA)	ÁREA %	% DOS IMÓVEIS
GRANDE PROPRIEDADE	156	370.044,80	81,43%	13,40%
MÉDIA PROPRIEDADE	168	66.081,74	14,54%	14,42%
PEQUENA PROPRIEDADE	189	16.263,10	3,57%	16,22%
MINIFÚNDIO	139	1.979,89	0,43%	12,00%
ÁREA NÃO INFORMADA	513	NI	?	43,03%
TOTAL	**1.165**	**454.396,53**	**100,00%**	**100,00%**

Em conformidade com os dados apresentados ao INCRA, é na categoria fundiária da grande propriedade que se concentram as terras dos políticos ruralistas, somam cento e cinquenta e quatro imóveis (156), o quinhão de trezentos e setenta mil e quarenta e quatro hectares, e oitenta ares (370.044,80), que representa 81,43% das áreas de terras reveladas. Na média propriedade estão os cento e sessenta e cinco (168) imóveis declarados que somam sessenta e seis mil, oitenta e um hectares e setenta e quatro ares (66.081,74). A pequena propriedade e o minifúndio representam juntas uma porcentagem pequena (4%) com relação à área total, mas, em grande número de imóveis, são cento e oitenta e sete (189) pequenas propriedades, e cento e trinta e nove (139) minifúndios. Reproduzindo mais uma vez, a lógica da concentração fundiária no Brasil, onde o latifúndio concentra a maior área de terras em um número menor de imóveis, e as pequenas propriedades e os minifúndios concentram pouca área em um número maior de imóveis.

Nos seiscentos e cinquenta e dois imóveis (652) cujas áreas foram reveladas na declaração de bens, **a área total das terras dos parlamentares**

da Bancada Ruralista somam quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis hectares e cinquenta e três ares (454.396,53). Este número inclui os nomes dos parlamentares da lista do DIAP e também os imóveis declarados pelos ruralistas identificados.

Em resumo, setenta e oito (78) parlamentares dentre os trezentos e setenta e quatro (374) estudados não declararam terras na declaração de bens. **Portanto, execetuando as quinhentas e treze (513) propriedades que não tiveram suas áreas informadas, nas mãos de 295 políticos estão concentrados quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis hectares e cinquenta e três ares (454.396,53). Enquanto ao Cadastro do INCRA 155 parlamentares declararam a soma de quatrocentos e oito mil, novecentos oitenta e dois (408.982) hectares.**

Estas duas fontes (INCRA e Declaração de Bens Declarados á Justiça Eleitoral) permitem afirmar a condição de proprietários de terras dos parlamentares ruralistas. Entretanto, o entrave à interpretação da realidade de fato, do cenário fundiário decorre do fato de que os dados foram declarados pelos próprios políticos. Este procedimento, permite ao declarante, sob pena da lei, esconder a realidade sobre suas terras, o que torna necessário em outros trabalhos ou que os órgãos competentes se ocupem desta tarefa que lhes cabe, de fiscalizar os imóveis declarados. Sobretudo destinar as terras improdutivas para a reforma agrária e questionar a contradição entre os dados declarados ao INCRA e aqueles declarados à Justiça Eleitoral. Esta questão também envolve os cartórios de registro de imóveis, nas comarcas onde as terras são registradas, no caso, delas terem sido, de fato, registradas.

Não descarto a hipótese de que muitos dos dados declarados ou omitidos não condizem com a realidade que se impõe para as parcelas do território capitalista no Brasil, onde os deputados e senadores são também proprietários de grandes extensões de terras.

Outra fragilidade inerente a esta questão encontra-se relacionada com as possibilidades “brechas” que os cadastros do INCRA e do Imposto de renda permitem. No caso do primeiro, por exemplo, quando as terras são improdutivas, o cadastro apresenta a seguinte simbologia (***), para substituir a palavra improdutiva. Os dados apresentados pelo declarante demonstram que sua terra é improdutiva e no banco de dados se digita “GRANDE

PROPRIEDADE***” ou “MÉDIA PROPRIEDADE ***”. No caso da segunda fonte utilizada, Declaração de Bens à Receita Federal disponibilizada pela Justiça Eleitoral, não existe um padrão, são declarações feitas de todas as formas, onde alguns deputados declaram somente o valor de seus bens, outros, são específicos em algum tipo de bem móvel, imóvel, urbano ou rural, descrevendo valores, datas de aquisição, para determinados bens e para outros bens não são tão detalhados ou específicos. Quando são mais específicos, no que se refere às declarações de propriedades de imóveis rurais, utilizam várias terminologias (glebas de terras, terreno, terreno rural, imóvel rural, imóvel rural com benfeitorias, fazenda, sítio, chácara) muitos não declaram o tamanho das propriedades, ou as declaram em diferentes unidades de medida de área; Km², hectare, alqueire sendo que esta última unidade de medida pode variar de estado para estado. Em geral não deixam de declarar o valor do imóvel (em reais), mas deixam de declarar a área dos mesmos. Levando em consideração a variação do valor do alqueire, ou hectare de terra de região para região no Brasil foi necessário realizar as devidas conversões de área (de acordo com a Tabela de Medidas Agrárias não Decimais indicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário), além de um entrave para os procedimentos de pesquisa, fica evidente a dificuldade com o trato da questão da propriedade da terra no Brasil. São cadastros que por serem auto declaratórios dificultam ao pesquisador uma imediata análise da questão fundiária. No estudo em questão, os parlamentares utilizam de várias formas de auto declaração que dificultam construir a análise da realidade do que ocorre no campo brasileiro. Além disso, o Cadastro do INCRA, a rigor, teria que ser um instrumento público de análise da realidade fundiária para fins de desapropriação de terras improdutivas, e na demarcação das terras devolutas. Como entender então, este “emaranhado” que se tornaram as declarações “quem é proprietário do quê”?

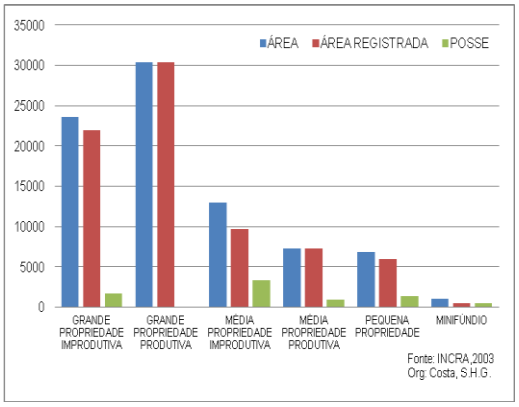
A título de exemplificação, vejamos, o caso da deputada Lucia Vânia (Secretária Nacional de Assistência Social do Governo FHC), que declarou em 2002 e 2010 somente para a Fazenda Santa Rita 1/6 DE 50% de dezessete (17) registros, em várias unidades de medidas. Esta estratégia impossibilitou calcular a área total de suas fazendas, o mesmo ocorre para a Fazenda Caveiras, Anzol, Arranca Toco, Salinas. Também em municípios goianos o

parlamentar cearense Eunício Lopes de Oliveira PMDB/CE declarou setenta e três imóveis rurais cujas áreas não foram informadas. Ocorre que para a maioria dos dados dos estados em questão as propriedades declaradas à receita são sempre em maior quantidade, do que as declaradas ao INCRA. Podemos considerar que uma gigantesca porção de terras dos ruralistas não foram declaradas ao INCRA, ou foram "inventadas" para a Receita Federal. Ou uma segunda hipótese, ainda mais problemática para a questão agrária no Brasil, é de os parlamentares ruralistas terem expandido suas terras durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luis Inácio da Silva, período em que se concentram os dados analisados.

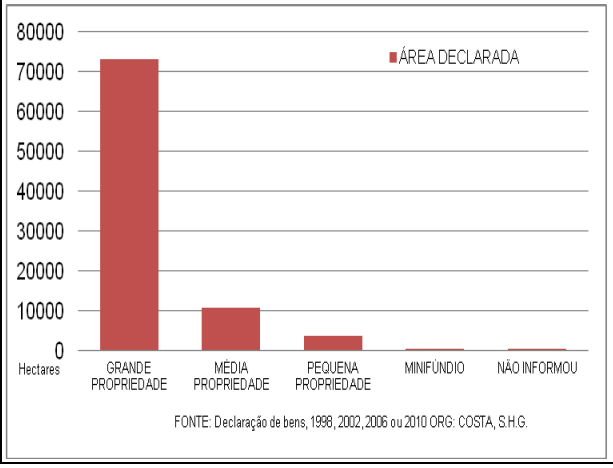
Deste ponto em diante estes dados nacionais serão desmembrados, com foco na concentração das terras nas regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul através da análise dos Gráficos 01, 02, 03, 04 e 05 a seguir.

O **Gráfico 02**- Região Norte: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área

INCRA



DECLARAÇÃO DE BENS

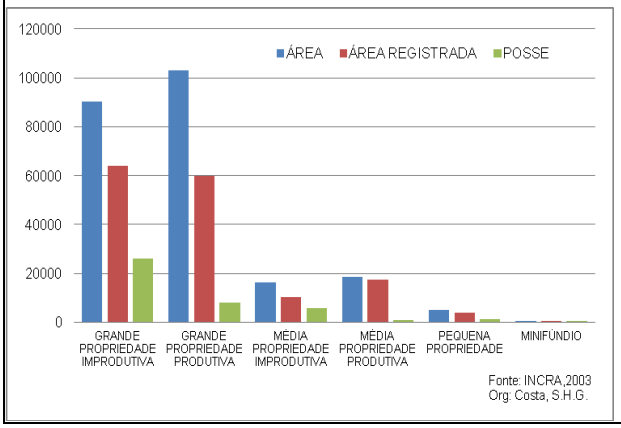


De acordo com o registros no INCRA as terras declaradas pelo ruralistas na Região Norte do país totalizam oitenta e dois mil e sessenta e sete (82.067) hectares de área declarada, a área registrada soma setenta e cinco mil e quinhentos e noventa e cinco (75.595) hectares. E foram declarados como posse, sete mil e oitocentos e um(7.821) hectares. Tanto no INCRA quanto nos bens a grande propriedade ocupa a maior porção das terras ruralistas na

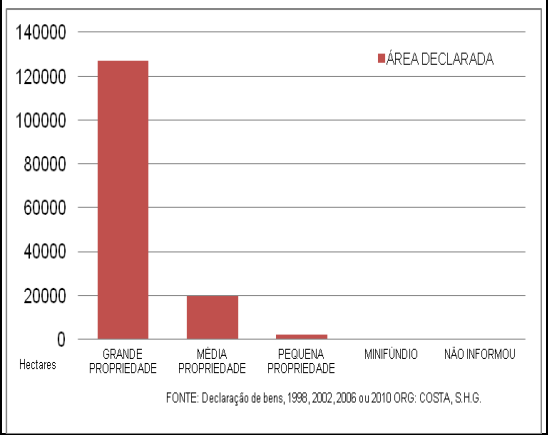
Região Norte. Vale destacar que nesta região, no estado do Amazonas, só foram declarados pelo ex-deputado federal João Thomé Mestrinho PMDB/AM, mil quinhentos e vinte e dois (1.522) hectares referentes aos terrenos na "margem esquerda do Rio Manacapuru" e "margem direita do Parana Sumauma Supia". É o estado com a menor representação ruralista, foram estudados apenas este parlamentar e o deputado federal Atila Sidney Lins Albuquerque PMDB/AM que não declarou propriedade rural. Em trinta e um (31) imóveis a área não foi revelada por doze pelos parlamentares.

Gráfico 03- Região Centro-Oeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área

INCRA



DECLARAÇÃO DE BENS

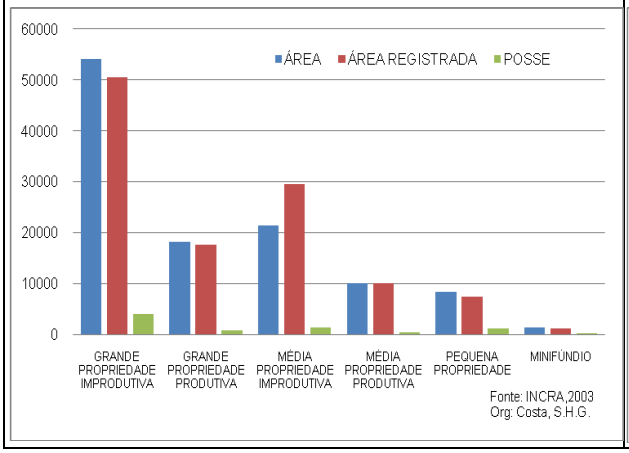
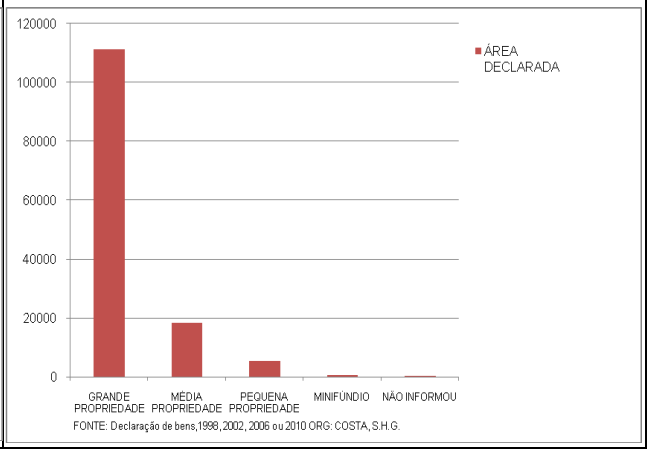


Os ruralistas desta região declaram no INCRA, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e dois (233.842) hectares. Número que faz do Centro-Oeste a maior concentração de terras ruralistas de acordo o INCRA. Nesta região, a área declarada como posse, soma quarenta e dois mil cento e oitenta e nove (42.189) hectares, ou seja, é a região com a maior grilagem de terras pelos ruralistas. Este gráfico também mostra a discrepância entre a área declarada e a área registrada. Na declaração de bens, novamente a grande propriedade ocupa uma porção maior com a soma de cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e dois hectares e quinze ares (126.922,15).

A seguir, o Gráfico 04- *Região Nordeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área,* mostra que as terras ruralistas na Região Nordeste do país totalizam, cento e seis mil e setessentos e sessenta e

dois(106.762) hectares, não fugindo a lógica da acumulação rentista dos ruralista também concentra na grande propriedade o maior número de terras. De acordo com as terras declaradas nos bens, é a região que concentra a segunda maior área de terras ruralistas, foram declarados, nesta fonte nos estados do Nordeste cento e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro hectares (129.554,67).

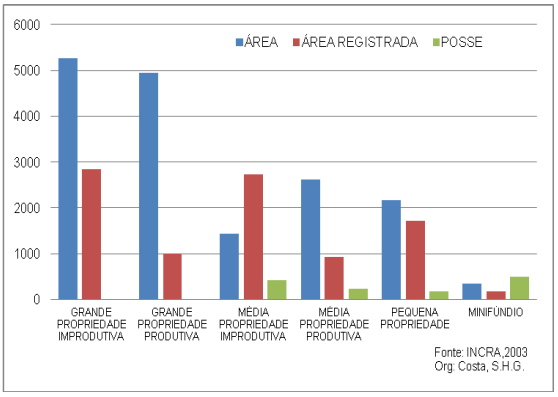
O **Gráfico 04**- Região Nordeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área

INCRA	DECLARAÇÃO DE BENS
	

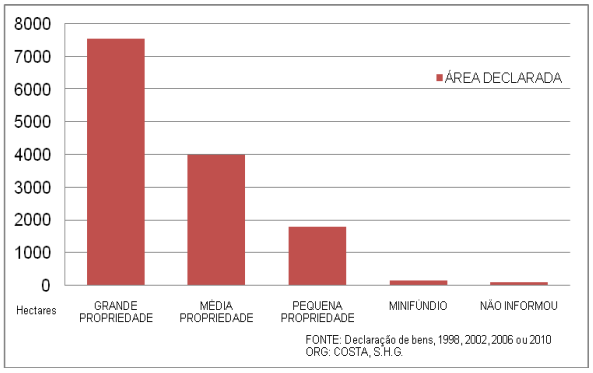
Enquanto isso, na Região Sudeste, como mostra, a seguir, o Gráfico 05- *Região Sudeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área,* de acordo com o INCRA estão sob o poder dos ruralistas dezesseis mil e setecentos e sessenta e três (16.763) hectares. Enquanto nos bens foram declaradas a soma de treze mil e quatrocentos e trinta e cinco hectares (13.435,19). A grande propriedade improdutiva concentra a maior fatia com cinco mil e dezentos e sessenta e sete (5.267) hectares, mas desta área somente dois mil oitocentos e quarenta e nove (2.849) hectares consta como área registrada. O minifúndio e a pequena propriedade soma dois mil e qinhentos e seis (2.506) hectares. Enquanto na Declaração de Bens esta categoria fundiária representa a porção de mil novecentos e dez hectares (1.910,32)

O **Gráfico 05**- Região Sudeste: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área

INCRA



DECLARAÇÃO DE BENS



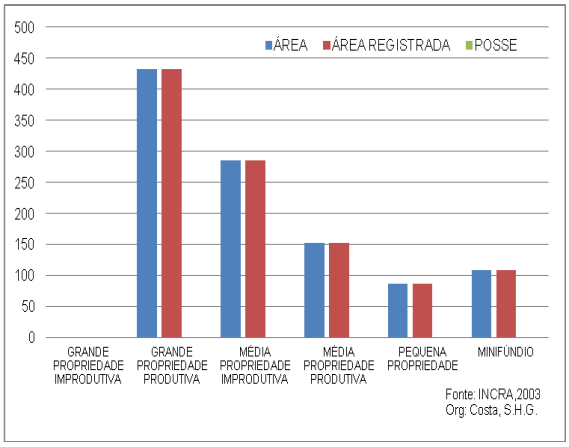
A seguir o Gráfico 06- *Região Sul: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área,* mostra que a estrutura fundiária das terras ruralistas na Região Sul possui uma distinção com relação às demais regiões geoeconômicas. Foi encontrada uma regularidade maior nos dados declarados. Nenhuma posse foi declarada nas terras desta região. Nos dados do INCRA, a relação área dos imóveis com a área registrada coincide para todos os grupos de área. Somam dez mil e sessenta e seis (10.066) hectares, número que também não é tão discrepante quanto os das outras regiões se comparado com as terras declaradas nos bens, por sua vez, perfazem a soma de treze mil e quinhentos e dez hectares (13.510,13).

Este cenário de regularidade para esta região não se esgota na face empresarial moderna dos políticos ruralistas do sul. Pelo contrário, foram encontradas vinte e cinco (25) propriedades distribuídas nos estados do Mato Grosso (Primavera do Leste, Campo Verde e Santo Antônio do Leverger), Rondônia (Vilhena), Tocantins (Formoso do Araguaia) e Pará (São Félix do Xingu) vinculados ou pertencentes aos deputados João Nardes PP/RS, Casildo Maldaner PMDB/SC e o senador Valdir Colatto PMDB/SC (vide Anexo E - Terras dos Parlamentares Ruralistas, INCRA 2003). Foi possível chegar a estes dados através da declaração das terras ou outras pistas encontradas na declaração de bens destes parlamentares, que serviram de indicação para que a busca no Cadastro do INCRA fosse realizada além do estado por onde eles

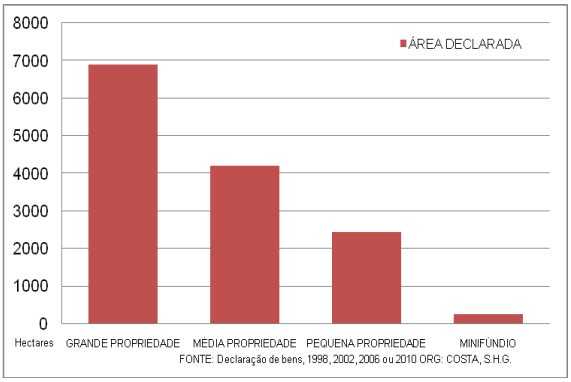
se elegeram. Por exemplo, João Nardes declarou nos bens em 1998 "*terras adquiridas em 28/01/1982"*, uma média propriedade de duzentos e vinte (320) hectares em Cuiabá, MT, esta mesma propriedade aparece na declaração de 2002, com área menor duzentos e vinte (220) hectares.

O **Gráfico 06**- Região Sul: concentração das terras dos ruralistas por grupo de área

INCRA



DECLARAÇÃO DE BENS



No Paraná, os dados INCRA não foram disponibilizados para este estudo. Mas, nos bens entregues a Justiça Eleitoral são seis mil quinhentos e dezesseis (6.516,59) hectares em 83 propriedades, embora em 27 propriedades a área não tenha sido informada. Quem declarou um número maior de propriedades foram Cezar Augusto Carollo Silvestri PPS/PR (8), Iris Xavier Simões PTB/PR (5) e Luiz Carlos Setim DEM/PR (14), Max Rosenman PSDB/PR, Luis Carlos Jorge Hauly PSDB/PR. E três deputados de outras regiões declararam duas grandes propriedades no Paraná, são eles; o ex-deputado federal Sérgio Siqueira de Carvalho PMDB/RO (faleceu em 2003) que declarou uma grande propriedade (624,40) que corresponde a ("*25% imóvel rural flor de maio - havido por partilha")*, o deputado federal mineiro Olavo Bilac Pinto Neto PR/MG que declarou *"cento e vinte oito alqueires em S Mariana PR"* e o Senador Blairo Maggi que declarou seis minifúndios e São Miguel do Iguaçu em Capanema, PR/MT. Como nem todos os parlamentares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deixaram pistas na declaração de bens, seria conveniente em outro trabalho investigar melhor a condição dos

ruralistas que representam estes estados, investigando suas terras em todas as unidades da federação. Pois, ao mesmo tempo que, produz a "modernidade" no sul, conforme exemplificado, recriam o atraso nos estados das outras regiões.

A condição de maiores latifundiários não está circunscrita a representantes de estados de uma única região, a Tabela 05 - Ruralista: os 20 maiores proprietários de terra (Declaração de Bens), mostra o total de terras declaradas, o valor destas terras em real (R$), o valor do patrimônio declarado e a porcentagem que as terras representam no total do patrimônio do político, ou seja, na última coluna fica expresso o peso das terras no valor dos bens. Contudo mais uma ressalva tem que ser feita, foi encontrado nas declarações valores de terras muito abaixo do valor de mercado. As terras podem custar muito além do valor declarado. Assim, de acordo com a auto-declaração de bens, os três maiores proprietários são da Região Centro-Oeste, que tem oito representantes entre os vinte maiores proprietários de terra,. A Região Nordeste tem nove dos ruralistas recordistas em concentração de terras, dois são da Região Norte, e apenas um da região Sudeste.

Tabela 05 - Ruralista: os 20 maiores proprietários de terra (Declaração de Bens)

NOME	PARTIDO	UF	TERRAS DECLARADAS NOS BENS - ÁREA TOTAL EM HECTARES	VALOR DAS TERRAS	VALOR PATRIMÔNIO TOTAL	% TERRAS/ PATRIMÔNIO
FLÁVIO AUGUSTO COELHO DERZI (1951 a +2001)	PMDB	MS	45.572,00	R$ 1.733.734,00	R$ 3.082.056,08	56,25%
DONA IRIS E IRIS DE A. REZENDE MACHADO	PMDB	GO	25.308,90	R$ 2.818.696,47	R$ 14.173.468,69	19,89%
JAYME VERÍSSIMO CAMPOS	DEM	MT	24.796 + (4 não informadas)	R$ 6.794.161,52	R$ 14.142.116,37	48,04%
JOSE LOURENÇO MORAIS DA SILVA	PMDB	BA	19.387,00	R$ 2.455.969,10	R$ 6.383.998,20	38,47%
ROGÉRIO LUCIO SOARES DA SILVA	PP	MT	16.960,44	R$ 463.248,05	R$ 1.309.499,50	35,38%
OSVALDO DE SOUZA REIS	PMDB	TO	13.854,14	R$ 10.320.000,00	R$ 22.737.636,03	45,39%
SANDRO ANTÔNIO SCODRO	PR	GO	10.918,20	R$ 733.793,53	R$ 70.992.163,06	1,03%
MÁRIO SÍLVIO MENDES NEGROMONTE	PP	BA	10.306,80	R$ 5.551,12	R$ 975.074,85	0,57%
JOSÉ VIEIRA LINS	PR	MA	10.147,56	R$ 4.373,45	R$ 8.176.954,00	0,05%
JOSE ARISTODEMO PINOTTI (1934 a + 2009)	DEM	SP	9.094,00	R$ 388.624,38	R$ 7.861.153,23	4,94%
GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA	PMDB	BA	8.900,70	R$ 779.990,24	R$ 3.798.442,64	20,53%
ANTONIO JOAQUIM ARAUJO FILHO	PSDB	MA	8.727,60	R$ 800.000	R$ 1.074.000,00	74,49%
HOMERO ALVES PEREIRA	PR	MT	8.329,90	R$ 1.271.498,00	R$ 2.342.845,21	54,27%
SERGIO SEBASTIÃO DE BARROS	PSDB	AC	8.236,37	R$ 1.228.083,68	R$ 2.555.831,15	48,05%
FRANCISCO DE ASSIS MILHOMEM	DEM	MA	8.165,00	R$ 396.717,00	R$ 1.421.007,00	27,92%
RAMEZ TEBET (07/11/1936-17/11/2006)	PMDB	MS	8.068,64	R$ 2.877.257,00	R$ 4.304.235,43	66,85%
SÉRGIO LUÍS LACERDA DE BRITO	PSC	BA	8.000,00	R$ 1.400.200,00	R$ 1.547.264,95	90,50%
HERACLITO DE SOUZA FORTES	DEM	PI	5.379,11	R$ 0,00	R$ 7.924.463,70	0,00%
RONALDO RAMOS CAIADO	DEM	GO	5.172,20	R$ 1.722.865,50	R$ 5.950.666,62	28,95%
PAULO ROBERTO LUZ BRAGA	DEM	BA	5.062,70	R$ 226.037,58	R$ 714.223,33	31,65%

Fonte: Declaração de Bens à Justiça Eleitoral, (1998, 2002, 2006 e 2010)

Vejamos, agora se estes latifundiários acima, controlam os maiores latifúndios declarados ao INCRA. Para tal, analisaremos a Tabela 06 - Ruralistas: as 20 maiores propriedades da terra de acordo com o INCRA, 2003. Nesta tabela é possível identificar o parlamentar, o imóvel, o município, a área, a categoria fundiária, a área registrada e declarada como posse. Em casos específicos a última coluna mostra o vínculo do parlamentar com o declarante, geralmente um membro da sua família. Estes maiores latifúndios estão distribuidos nos estados da Região Norte (Tocantins e Acre), Região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) e Região Nordeste (Bahia). Os únicos parlamentares que aparecem nas duas tabelas (05 e 06), são Iris Rezende Machado PMDB/GO, José Lourenço Morais da Silva PMDB/BA, Rogério Lúcio Soares da Silva PP/MT e Sandro Scodro PR/GO. A propriedade deste parlamentar, inclusive, encontra-se no topo da Tabela 08, a maior propriedade ruralista declarada Fazenda Santa Luzia, em Cocalinho, MT que tem nove mil (9.000) hectares, e foi declarada como posse. Tal declaração não está em conformidade com a *"legislação agrária vigente que permite a legalização apenas das posses até 50 hectares pela Constituição de 1988, e até 100 hectares excepcionalmente".*

Três destes maiores latifúndios são do ex-senador Iris Resende PMDB/GO sendo que duas são improdutivas. Embora a "Fazenda Estrela" esteja no nome de Ari Goss de Oliveira, há forte indício que ela seja a propriedade declarada por Iris Rezende na Declaração de Bens (2010) com área bem maior, a Fazenda Estrela é a única com este nome no Cadastro do INCRA no município de Canarana, MT. O ex-deputado federal da Bahia José Lourenço Morais da Silva também do PMDB, possui três grandes propriedades improdutivas na Bahia. A família do senador Blairo Maggi também declarou propriedade de grandes fazendas em Rondonópolis e Sapezal , MT. Os dados apresentados na Tabela 07 mostram que há uma grande apropriação das terras no Mato Grosso por fortes lideranças ruralistas (a maioria pecuaristas).

A apropriação das terras pelos políticos no estado Mato Grosso não se restringe aos políticos da Bancada Ruralista, conforme foi constatado por Castilho (2012:24) *"a porcentagem de municípios onde o prefeito ou o vice possuem terras é de 62, 33% no país. No Mato Grosso chega a 78,72%" .* Este autor ainda acrescenta que em sete estados (MT, TO, BA, ES, RO, GO e PI)

mais de 50% dos prefeitos são proprietários de terra, conforme a declaração de bens (2008 e 2010) por ele sistematizadas.

Tabela 06 - Ruralistas: as 20 maiores propriedades de terra (INCRA, 2003)

PARLAMENTAR	PARTIDO	FONTE	IMÓVEL	MUNICÍPIO	UF	ÁREA	CLASSE FUNDIÁRIA	ÁREA REGISTRADA	ÁREA DECLARADA COMO POSSE	REGISTRO EM NOME DE OUTRAS PESSOAS
SANDRO ANTÔNIO SCODRO (SANDRO MABEL)	PR GO	INCRA 2003	FAZENDA SANTA LUIZA	COCALINHO	MT	9.000,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0	9.000	SANDRO ANTONIO SCODRO
JOSE LOURENÇO MORAIS DA SILVA	PMDB BA	INCRA 2003	FAZENDA SIPITUBA	EUCLIDES DA CUNHA	BA	8.883,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	8883	0	
JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS	DEM MT	INCRA 2003	FAZENDA SAO JOSE DO PIQUIRI	BARÃO DE MELGAÇO	MT	8.443,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	8443	0	JULIO JOSE DE CAMPOS
JOSE DOS SANTOS FREIRE JUNIOR	PMDB TO	INCRA 2003	FAZENDA SANTO ANTONIO	ARRAIAS	TO	8.226,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	8.226,00	0	PAI - JOSE DOS SANTOS FREIRE
IRIS REZENDE E DONA IRIS REZENDE	PMDB GO	INCRA 2003	FAZENDA VALE DO XINGU	CANARANA	MT	7.386,00	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	7416	0	IRMÃO - ORLANDO ALVES CARNEIRO (FALECIDO)
BLAIRO BORGES MAGGI	PR MT	INCRA 2003	FAZENDA PONTE DE PEDRA	RONDONÓPOLIS	MT	7.229,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	7229	0	PAI - ANDRE ANTONIO MAGGI
ROGÉRIO LUCIO SOARES DA SILVA	PMDB MT	INCRA 2003	FAZENDA TIETE I	ALTA FLORESTA	MT	4.999,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0	4999	
CARLOS GOMES BEZERRA	PMDB MT	INCRA 2003	FAZ TRES MORROS	PARANATINGA	MT	4.600,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0,00	4600,00	
JOSE G. ROCHA	PSD GO	INCRA 2003	FAZENDA SANTA LUZIA DO RIO BALSAS	BALSAS	MA	4.595,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	4595	0	
CARLOS GOMES BEZERRA	PMDB MT	INCRA 2003	GLEBA CAIAPO	PARANATINGA	MT	4.198,00	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	4198,00	0,00	ANTONIO GOMES BEZERRA (grau do parentesco não identificado)
JOAO CASTELO RIBEIRO GONCALVES	PSDB MA	INCRA 2003	FAZENDA BOA ESPERANCA	PERITORÓ	MA	3.786,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	3781	0	
JOSE NUNES SOARES	DEM BA	INCRA 2003	FAZ BOM JARDIM	EUCLIDES DA CUNHA	BA	3.300,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	3300	0	
JOAO TOTA SOARES DE FIGUEIRREDO	PP AC	INCRA 2003	FAZENDA MORADA NOVA	CRUZEIRO DO SUL	AC	3.206,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	3206	0	
BLAIRO BORGES MAGGI	PR MT	INCRA 2003	FAZENDA SANTA LUZIA	SAPEZAL	MT	3.060,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	3060	0	PRIMO - ERAQUE MAGGI SCHEFFER
BLAIRO BORGES MAGGI	PR MT	INCRA 2003	FAZENDA SANTA LUZIA	SAPEZAL	MT	3.060,00	PROPRIEDADE PRODUTIVA	3060	0	PRIMO - ERAI MAGGI SCHEFFER
KATIA REGINA ABREU	DEM TO	INCRA 2003	2 LOTEAMENTO FAZ STA CATARIN	GOIATINS	TO	2.990,00	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2990	0	*SOLORRICO S A INDUSTRIA E COMERCIO
IRIS REZENDE E DONA IRIS REZENDE	PMDB GO GO	INCRA 2003	FAZENDA ESTRELA	CANARANA	MT	2.906,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2906	0	**ARI GOSS DE OLIVEIRA
CARLOS GOMES BEZERRA	PMDB MT	INCRA 2003	FAZ CACHOERAO	PARANATINGA	MT	2.899,00	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	2999,00	0,00	BERNARDINO GOMES BEZERRA (grau do parentesco não identificado)
IRIS REZENDE E DONA IRIS REZENDE	PMDB GO	INCRA 2003	FAZ MUTIRAMA	BRITÂNIA	GO	2.894,00	GRANDE PROPRIEDADE	2894	0	
JOSE LOURENÇO MORAIS DA SILVA	PMDB BA	INCRA 2003	FAZENDA SAO JOSE	TABOCAS DO BREJO VELHO	BA	2.870,00	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2870	0	
JOSE LOURENÇO MORAIS DA SILVA	PMDB BA	INCRA 2003	FAZ SAO MARTINHO II	BREJOLÂNDIA	BA	2224	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	160	2224	
*SOLORRICO S A INDUSTRIA E COMERCIO - Kátia Abreu declarou LOTE RURAL 02/02, Loteamento Santa Catariana										
**ARI GOSS DE OLIVEIRA - FAZENDA ESTRELA decalrada por IRIS REZENDE em Canarana, 9.558,9 HA, únicA encontrada com este nome neste município										

Fonte: INCRA, 2003

Se verificarmos a relação entre o patrimônio e a acumulação das terras veremos que há sim, uma inter-relação, a maioria dos parlamentares que estão na Tabela 07 – Bancada Ruralista: os 20 maiores patrimônios declarados aparecem na Tabela 05 entre os maiores proprietários de acordo com a declaração de bens, ou como “donos” dos maiores latifúndios. Outro ponto que merece destaque é que entre os vinte ruralistas mais ricos, tem representantes de todas as regiões, mostrando que entre os vinte maiores, a acumulação do patrimônio é mais difusa que a acumulação de terras que é mais concentrada em alguns nomes, principalmente em estados do nordeste e centro-oeste.

No topo da Tabela 07, a seguir está o político João José Pereira de Lyra PTB/AL, trata-se de um usineiro, as terras que acumula estão em nome das suas usinas de açúcar e álcool, seu patrimônio e de sua família já foram mencionados nas páginas 113-115 deste trabalho. Outro representante de Alagoas, Teotônio Vilela PSDB/AL é outro usineiro que acumula volumoso

patrimônio e também já mencionado nos laços de família, política e propriedade.

Ocupando a segunda posição, quem declarou o maior patrimônio foi o pecuarista Etivaldo Vadão Gomes PP/SP ele declarou oito pequenas propriedades em Estrela d'Oeste e uma em Jales, SP, na declaração de bens não revelou as áreas das fazendas declaradas que correspondem a 60, 6% por cento de seu patrimônio. O senador Blairo Maggi PR/MT ocupa a terceira posição no valor do patrimônio declarado, Sandro Scodro volta a aparecer nesta Tabela. O estado de São Paulo tem um número maior de representantes (4), Paulo Lima, Paulo Mansur, Etivaldo Gomes, João Herrmann. Os três primeiros são pecuaristas conforme evidenciam seus bens. João Herrmann atuou na produção sucroalcooleira, ambos estão envolvidos com a dinâmica do agronegócio, além de latifundiários articulam seu capital com empresas ligadas à produção de commodities.

Tabela 07 – Bancada Ruralista: os 20 maiores patrimônios declarados

NOME	PARTIDO	UF	PROFISSÃO	VALOR PATRIMÔNIO TOTAL
JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA	PTB	AL	Industrial e Advogado	R$ 240.395.155,75
ETIVALDO VADÃO GOMES	PP	SP	Pecuarista e Empresário	R$ 192.511.136,64
BLAIRO BORGES MAGGI	PR	MT	Não Informou	R$ 143.272.924,99
JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER	PSDB	PR	Não Informou	R$ 95.728.260,00
NEWTON CARDOSO	PMDB	MG	Advogado, Empresário, Administrador e Sociólogo	R$ 77.956.890,08
SANDRO ANTÔNIO SCODRO	PR	GO	Administrador de Empresas	R$ 70.992.163,06
TASSO RIBEIRO JEREISSATI	PSDB	CE	Empresário	R$ 63.537.081,27
VITTORIO MEDIOLI	PV	MG	Empresário	R$ 36.756.876,28
REINALDO AZAMBUJA SILVA	PSDB	MS	Agropecuarista	R$ 31.907.723,00
IVO NARCISO CASSOL	PP	RO	Empresário	R$ 29.874.832,00
JOÃO HERRMANN NETO (07/03/1946 a 12/04/2009)	PDT	SP	Engenheiro Agrônomo	R$ 27.852.887,52
PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA	PMDB	SP	Eng. Civil, Jornalista, Pecuarista, Empresário e Educador	R$ 26.141.278,84
EUNICIO LOPES OLIVEIRA	PMDB	CE	Agropecuarista e Empresário	R$ 25.639.317,78
OSVALDO DE SOUZA REIS	PMDB	TO	Empresário	R$ 22.737.636,03
CARLOS GOMES BEZERRA	PMDB	MT	Industrial, Advogado e Professor	R$ 18.431.261,49
PAULO ROBERTO GOMES MANSUR	PP	SP	Radialista, Empresário e Engenheiro Eletrônico	R$ 16.229.185,27
ODILLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	Agropecuarista e Empresário	R$ 16.066.180,57
TEOTONIO BRANDÃO VILELA FILHO	PSDB	AL	Economista	R$ 14.623.903,60
IRIS DE ARAUJO REZENDE MACHADO (DONA IRIS)	PMDB	GO	Administrador Público	R$ 14.173.468,69
JAYME VERÍSSIMO CAMPOS	DEM	MT	Não Informou	R$ 14.142.116,37

Fonte: Declaração de Bens à Justiça Eleitoral (2010)

Os dados apresentados permitem reforçar a tese de que os parlamentares ruralistas são proprietários de terras, são também grileiros como esta registrado no cadastro do próprio INCRA, e também ocultam a área total de suas terras, pois neste levantamento totalizam quinhentas e duas (502) propriedades cujas áreas não foram declaradas pelos parlamentares.

Quando comparamos os dados do levantamento declarado pelos políticos ruralistas na Declaração de Bens, fica evidente que a maioria deles declarou mais registros de propriedades nesta fonte que ao INCRA. Ou seja, é possível afirmar que os parlamentares da bancada ruralista do Congresso Nacional são grandes, médios e pequenos proprietários de terras. Mesmo tendo ocultado e escamoteado em suas declarações o registro da área de suas terras. E ao longo de anos na política e na prática da agricultura capitalista tem concentrado a renda fundiária. Embora não tenha sido foco neste estudo são na maioria dos casos proprietários de uma quantidade numerosa de imóveis e empreendimentos imobiliários urbanos, concentram portanto, capital e renda da terra rural e urbana.

3.2. Disputas pelo território e conflitos com a classe camponesa,os indígenas e os quilombolas

A acumulação rentista praticada pelos políticos ruralistas, evidentemente produz e reproduz a face da violência e do conflito com a classe camponesa, o latifúndio tem no seu constructo histórico a dimensão do conflito e das disputas deflagradas com esta classe[34]. A geopolítica ruralista em curso tem na sua concepção a expansão de propriedades pelo território com as mesmas dimensões do atraso e do conflito que culmina em enfrentamentos diretos ou indiretos e disputas por terras com a classe camponesa, em questões ligadas a conflitos com os posseiros e os movimentos sociais organizados no campo, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Envolve também disputas por porções dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas, e a expansão de áreas para o agronegócio e todas as questões socioterritoriais ligadas a este modo de produzir na agricultura.

As políticas públicas que a Bancada Ruralista se reúne para aprovar, são contrários à reforma agrária, perseguem os camponeses, os movimentos sociais e a produção familiar, além de andar na contramão das pautas

[34] Dentre as referências ao estudo do campesinato no Brasil podemos citar Martins (1981); Oliveira (2007); Fernandes (2000); Bombardi (2006).

.

ambientais de nossos dias. Para constatar este enfrentamento político basta acessar as páginas da Câmara e do Senado Federal e tomar conhecimento dos requerimentos, a composição e a relatoria das comissões que envolvem questões ambientais, agrícolas, agrárias e territoriais, e os nomes dos ruralistas estudados estarão lá assinando embaixo no atraso no campo em favor do desenvolvimento capitalista predatório. Neste ponto não me ocuparei de listar os nomes dos parlamentares que tem feito esta defesa, embora esta tarefa deva ser enfrentada para cada política ruralista. Mas farei o esforço de apontar os casos identificados em que houve a ação direta de determinados parlamentares em questões de conflito com a classe camponesa e com os indígenas.

Para melhor exposição, os dados serão agrupados pelas regiões do país: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Serão expostos os conflitos encontrados durante o levantamento dos dados, geralmente informações que vieram a público através de fontes oficiais. É possível que este levantamento não reúna todos os conflitos no qual os membros da Bancada Ruralista tenham se envolvido, inclusive porque podem não ter vindo a público.

REGIÃO NORTE

No estado do Pará o envolvimento de Benito Priante e Jader Barbalho PMDB/PA com pessoas ligadas ao assassinato da irmã Dorothy Stang foram mencionados pela reportagem da Revista Isto É *"Faltam os tubarões: Fraudadores da Sudam podem estar por trás do assassinato de irmã Dorothy Stang em Anapu";*

> (...) O elo entre as gigantescas fraudes na Sudam e os assassinatos de líderes sindicais, trabalhadores rurais e da missionária Dorothy Stang tem nome e endereço definido: Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, que mora em Altamira e, no esquema Sudam, aparece em pelo menos cinco inquéritos como braço direito dos deputados Jader Barbalho e José Priante, ambos do PMDB do Pará. Taradão foi quem teria vendido para o grileiro Bida milhares de hectares de terras pertencentes à União, inclusive a que vinha sendo pleiteada por irmã Dorothy para sediar o assentamento Esperança, integrante do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), menina-dos-olhos da missionária e uma das principais promessas de Lula nos palanques de campanha. (REVISTA ISTO É, 02 de Março de 2005)

O parlamentar ruralista identificado Joaquim de Lira Maia, que é um dos defensores do desenvolvimentismo via projetos de mineração e agronegócio no Amazonas, como subscreve o projeto de Lei de sua elaboração o Projeto de Lei nº 5.418 de 2009 (vide Anexo H) que Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará, e dá outras providências;

> Santarém está no centro da região da Amazônia brasileira mais ameaçada pela degradação ambiental. A cidade, embora seja o mais importante pólo de trocas da região oeste do Pará, influenciando mais de um milhão de habitantes, tem a expansão da sua área produtiva cerceada por reservas ambientais e florestas nacionais, dificultando o desenvolvimento de sua vocação produtiva na área do agronegócio. (...) Ressalta-se ainda que Santarém é o principal fornecedor de serviços e produtos da região oeste do Estado do Pará, com localização estratégica para apoio aos Municípios da região, principalmente aos grandes projetos desenvolvimentistas ali implantados, tais como **projeto** da **Alcoa** em **Juruti**; Mineração Rio do Norte em Oriximiná, Hidroelétrica de Belo Monte em Altamira, dentre outros. (PL Nº 5.418/09)

Este parlamentar também redigiu uma Emenda aditiva (Anexo I) a polêmica Medida Provisória nº 458/09 (que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal). Nela o parlamentar solicita que os municípios possam cobrar pelos serviços medição, identificação, e cadastramento dos lotes e titulação de titulação das terras, justificando arrecadação para os municípios, que recebem pouco repasse constitucional, ou seja, nesta medida aditiva, o parlamentar encontrou um mecanismo de favorecer a arrecadação das prefeituras para quem legisla, um mecanismo que pode fortalecer o seu "curral eleitoral".

No estado de Rondônia: a ação da família Cassol, envolve uma teia de conflitos e relações que abarcam a grilagem de terras, a exploração ilegal de madeira, biopirataria, intervenção em terras indígenas, tais questões foram denunciadas pelo editorial rondoniense, a Revista Painel Político (Ano I, Nº 6-10, 2012);

> A PF também sempre observou a movimentação do senador na reserva indígena Roosevelt, na região de Espigão D'Oeste, que abriga uma imensa e cobiçada mina de diamantes, palco de massacre de garimpeiros e conflitos entre índios e brancos. Um dos principais líderes da terra indígena Roosevelt, cacique Nacoça Pio Cinta Larga declarou ao Jornal Folha de São Paulo em junho de 2005 que o então governador de Rondônia, Ivo Cassol, na época, filiado ao PSDB, pediu uma comissão de 2% sobre a produção de diamantes explorados ilegalmente por índios e garimpeiros em troca de benefícios como estradas, escolas, postos de saúde e até legalização

> da atividade do garimpo dentro da reserva. (...) Em novembro de 2005 o STJ (Superior Tribunal de Justiça) instaurou uma investigação para apurar o suposto envolvimento do Governador Ivo Cassol na extração ilegal de diamantes dentro da reserva Roosevelt" (REVISTA PAINEL POLÍTICO, 2012:28-29)

As acusações também incluem a expulsão de 200 famílias de uma área próxima a Alta Floresta, inclui também a acusação de grilagem de terras para a construção de usina hidroelétrica no sul do estado do Amazonas no município de Lábrea, vide Anexo J – Cassol acusado de grilar terras, 2012.

A reação do deputado federal e agropecuarista Rubens Moreira Mendes Filho DEM/RO frente à organização do movimento camponês realça sua postura na representação dos interesses de seus párias:

> As ações do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) em Rondônia preocupam o senador Moreira Mendes (PFL-RO). O senador citou nesta quinta-feira (dia 20) documento reservado da Superintendência Regional de Rondônia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dando conta de que fatos "da maior gravidade" acontecem nas áreas sob influência do MCC. O senador afirma que as ações da superintendência do Incra em Rondônia avançam *"adiante da programação estabelecida*". Segundo o senador, o Incra promoveu no estado o assentamento de mais de mil famílias de sem-terra desde 1995.Moreira Mendes destaca que o MCC procura convencer os poderes constituídos e a opinião pública de que "seus atos de violência objetivam acelerar as medidas governamentais em curso sobre a reforma agrária e sua implantação". O senador classifica o MCC como *"grupo com tendência guerrilheira, que comete agressões imotivadas, violência e ameaças, entre outros procedimentos de intimidação"*. Diz que o Movimento Camponês Corumbiara, "disssidente, divergente ou concorrente do MST, que tem sua origem no lamentável episódio de Corumbiara" (conflito violento ocorrido em Corumbiara em 1995) vem estendendo sua atuação no estado, "com suspeitas de que possua armamentos pesados". Moreira Mendes cita ainda reportagem publicada na revista IstoÉ da semana passada informando sobre a atuação da Liga Operária Camponesa, que "prega abertamente a luta armada". *"Espero que a Nação e as autoridades reflitam sobre a gravidade das denúncias que aqui faço*", pede. (AGÊNCIA SENADO, 1999)

A utilização do aparelho do estado serve como meio de expandir as terras, é também uma forma dos ruralistas perseguirem os camponeses, um exemplo foi o Requerimento encaminhado ao Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim onde o mesmo requer:

> (...) pedido de informações sobre os conflitos armados no Estado de Rondônia envolvendo a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), nos seguintes termos:

> 1. Grau de informação da situação de eventuais acompanhamentos e das atividades da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) no Estado de Rondônia por este Ministério;
> 2. Estimativa do quantitativo do armamento em poder da LCP;
> 3. Mapeamento de eventuais acampamentos da LCP no Brasil;
> 4. Ações executadas e planejadas pelo Ministério da Defesa para conter a violência gerada pelas ações paramilitares da LCP;
> 5. Razão por que a Força Nacional de Segurança e as Forças Armadas não foram, até o momento, enviadas à região de conflito. (REQUERIMENTO MOREIRA MENDES, SENADO, 2008)

O parlamentar solicitou uma resposta contrária à ação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), no distrito de Jacinópolis, Município de Nova Mamoré, a cerca de 500 quilômetros de Porto Velho, Rondônia.

Apesar de todas as condicionantes históricas, que levam a ação camponesa nos casos citados pelo parlamentar, ainda convém à classe dos proprietários de terra através, do qual também são parte e representação utilizar de um discurso reacionário e ultrapassado no sentido de deslegitimar a organização da classe camponesa. A saber, o parlamentar, Moreira Mendes, na declaração de bens ocultou a área e a localização de suas três propriedades rurais declaradas. Mas, apenas uma destas propriedades foi declarada no Cadastro do INCRA (2003), a Fazenda Três Capelas, no município de Candeias do Jamari, RO com área de oitocentos e setenta e seis (876) hectares, uma média propriedade improdutiva, ou seja, critica, o movimento camponês, com a autoridade de quem dispõe da terra como reserva patrimonial e de valor, e não para o cumprimento da função social para o qual é por lei destinada à produção, moradia e preservação ambiental. Causa estranheza também ter declarado a profissão de agropecuarista e não ter declarado nenhum rebanho nos seus bens.

No estado de Roraíma, a articulação da Bancada Ruralista se deu frente a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que através da PEC 215/2000 pretende retomar esta pauta como foi noticiado pela Câmara Federal na reportagem "*Ruralistas querem rever a demarcação das Terras Indígenas"*:

> Desde a demarcação da Raposa Serra do Sol, que foi contestada até o Supremo Tribunal federal (STF) decidir a favor de sua demarcação em 2009, os ruralistas têm tentado alternativas para rever a situação das terras indígenas. O **presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), disse que, depois da discussão do novo Código Florestal, este será o próximo embate legislativo do setor.**

> O deputado argumenta que está sento proposta a ampliação de áreas indígenas, quando a Constituição foi clara ao dizer que os índios têm direito às terras que ocupavam em 1988. “O que está acontecendo é que a Funai, ou alguém desconhecido, importa índios de um lugar para outro, com o objetivo de justificar a ação antropológica, e o Brasil precisa conhecer isso”, afirma.
> A Raposa Serra do Sol, onde residem índios da etnia Macuxi, alguns considerados sem contato externo, tem 1,7 milhão de hectares e ocupa 7,7% do estado de Roraima. Na região, 6 mil hectares eram cultivados por arrozeiros, que foram obrigados a deixar a área. **Ainda resta saber se a CCJ aceitará o adiamento da votação da PEC 215/00, mas o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) disse que todos os lados estavam representados na reunião com o ministro da Justiça e concordaram com a criação de novas regras de demarcação.** “A comissão é soberana, mas, como relator, usarei todos os mecanismos possíveis para dar esse tempo ao ministro”, disse Serraglio. (CÂMARA FEDERAL, 2012)

O Projeto de Emenda Constitucional PEC 215/2000 tem como proposta *“acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal.”* Não sendo suficiente, os parlamentares ruralistas agirem na ilegalidade na expansão de suas terras, pretendem através desta PEC, inserir na Carta Magna *“as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas;* E ainda pretende estabelecer *“os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.”* A Comissão de Constituição e Justiça que tem o mérito sobre a questão, atualmente é presidida pelo ruralista Osmar Serraglio PMDB/PR.

Outro político ruralista protagonista nesta questão é o Deputado Federal Paulo César Quartiero DEM/RR;

> O deputado federal Paulo César Justo Quartiero (DEM-RR) responde a seis ações penais na Justiça Federal de Roraima. Ex-prefeito do município de Pacaraima (RR), Quartiero ficou conhecido nacionalmente durante o processo de desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, como um dos arrozeiros que questionavam a demarcação continua da área. Na época, chegou a ser preso. (GLOBO.COM, 2011)

Ele que foi Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima entre 2005 a 2007. Estranhamente não declarou nenhuma propriedade rural e nenhum bem ligado a questão agrária em sua declaração de bens, tão pouco ao INCRA.

No estado do Tocantins, a senadora Kátia Regina Abreu, além de figurar como uma liderança radical (presidente da Confederação Nacional da Agricultura, tramita na comarca Goiatins/TO, (ação de usucapião nº 1.356/01 da única vara cível da comarca de GOIATINS-TO) na região do Bico do Papagaio[35] a disputa por terras camponesas griladas em Campos Lindos/TO pela Senadora:

> O camponês Juarez Vieira Reis foi expulso em 2003 da terra onde vivia desde o seu nascimento, em Tocantins, graças a uma intervenção judicial a pedido da senadora Kátia Abreu (DEM/TO). É que ela recebeu as terras de Juarez de presente do ex-governador tocantinense Siqueira Campos. O Projeto Agrícola Campos Lindos, criado em 1999, expulsou dezenas de pequenos posseiros de suas terras para entregá-las a figurões políticos e endinheirados, entre eles, a presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), entidade que aglutina grandes proprietários rurais. Entre as terras "doadas" por Siqueira Campos a Kátia Abreu, estavam os 545 hectares onde Juarez vivia desde o seu nascimento: a fazenda Coqueiro. Em dezembro de 2002, a senadora entrou com uma ação de reintegração de posse da área que lhe havia sido presenteada. Ela passou por cima da ação de usucapião em andamento, que dava respaldo legal à permanência da família de Juarez no imóvel. A Justiça de Tocantins aprovou a reintegração de posse e expulsou o posseiro e seus parentes (...) E, diferentemente dos posseiros expulsos para as reservas do Cerrado, o agricultor decidiu lutar por seus direitos, pelo imóvel no qual sempre viveu. Ele tem em mãos documentos da propriedade, dos quais um data de 1958. O processo está em andamento pela Comarca de Goiatins. (...) Em nota, Kátia afirmou que é proprietária de terras no município de Campos Lindos, devidamente escriturada. Afirma ter "a posse mansa e pacífica da mesma desde a sua aquisição" e que Juarez Reis é "invasor contumaz de terras alheias". (JORNAL BRASIL DE FATO, 2010)

Toda esta complicação iniciou em um dos mandatos de Siqueira Campos, atual governador deste estado e envolve mais representantes ruralistas, inclusive mais políticos de outro estado, como o deputado federal Casildo Maldaner do PMDB/SC, que declarou terras no "Projeto Trairão" em São Félix do Xingu, PA, como mostra a reportagem Reportagem "*Kátia Abreu terá de pagar por terras tomadas em golpe no TO"*:

---

[35] O Bico do Papagaio está localizado nas *"divisas do Pará, Maranhão e Tocantins",* situado na Amazônia Legal, é delineado pelos rios Araguaia e Tocantins. Considerado pelo governo do estado do Tocantins como "*a região estratégica para a integração da Logística no Tocantins"*. Os projetos do governo do Tocantins têm sido voltados para o projeto agroexportador. Enquanto, se aglutina nesta região os conflitos por terra, o "trabalho escravo", superexploração, desrespeito as leis trabalhistas e conflitos por água, conforme levantamento da CPT (2009). Sobre estas questões vide *Conflitos no campo Brasil 2009/CPT*; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 200p. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição 2004. 445 p.

> Produtores serão notificados judicialmente nesta terça-feira (21/9) para que paguem os valores remanescentes de desapropriações da área do Projeto Campos Lindos, no nordeste do Tocantins. Hoje, a dívida total desses 36 proprietários chegaria a R$ 156 milhões, que deverá ser rateada proporcionalmente entre eles. Entre os produtores que terão que devolver o dinheiro estaria a senadora Kátia Abreu (DEM).
> A sentença que determinou o pagamento é do juiz Francisco Vieira Filho, da Comarca de Goiatins, onde a Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai protocolar a ação. O projeto atinge uma área de 105 mil hectares, no município de Campos Lindos, depois da desapropriação feita por decreto do então governador Siqueira Campos (PSDB), em 1996. Na época, a desapropriação foi classificada como de "utilidade pública" e, três anos depois, com a criação do projeto agrícola, os terrenos foram repassados para produtores rurais, políticos, empresários, entre outros, a preço médio de R$ 8,00 o hectare.
> Entre os beneficiados com a desapropriação estão o **ex-ministro da Agricultura Dejandir Dalpasquale; o ex-governador de Santa Catarina Casildo Maldaner; o brigadeiro Adyr da Silva, ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer); além de políticos do Tocantins, como a senadora Kátia Abreu, hoje presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).**
> Segundo a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom), a dívida da senadora hoje representaria mais de R$ 8 milhões, por deter mais de 3,300 hectares no projeto. Pelos cálculos judiciais atualizados, os 36 proprietários dos títulos expedidos pelo Itertins (ainda em 2001), terão que pagar o valor aproximado de R$ 2.420,00 por hectare, ou seja, 300 vezes superior ao valor pago há mais de uma década.(MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010)

Na fazenda do ex-senador João Batista de Jesus Ribeiro PR/TO o Tribunal Superior do Trabalho confirmou escravidão e trabalho análogo ao escravo conforme denunciou a ONG Repórter Brasil;

> Ocorre que o TST não absolveu João Ribeiro, em momento algum, quanto à responsabilidade pela exploração de 35 pessoas em condições de trabalho escravo - na Fazenda Ouro Verde, em Piçarra (PA), de acordo com flagrante registrado em fevereiro de 2004. O acordão, que veio a público no mês passado, revela justamente o oposto: reitera a caracterização do trabalho escravo análogo à escravidão e confirma o envolvimento do político, condenado inclusive a pagar indenização por danos morais.
> (...) Por causa do foro privilegiado do parlamentar, foi dado início a um inquérito para que as 11 autoridades que compõem a Corte máxima do país possam opinar acerca da abertura de um processo criminal contra o senador, que já foi deputado federal por dois mandatos (1995-2003).
> O inquérito 2131/2004 ocupou a pauta do STF em outubro do ano passado. A relatora do caso, ministra Ellen Gracie, votou pela abertura do processo criminal para apuração das graves denúncias. Logo em seguida, **o ministro Gilmar Mendes pediu vistas e o julgamento foi suspenso**. De acordo com levantamento da Transparência Brasil, o senador João Ribeiro responde ainda no STF por outro inquérito (2274/2005) associado a crime contra a ordem tributária, que corre em segredo de Justiça, e por ação penal (399/2005) contra a administração pública - peculato.
> Também denunciado, **Osvaldo Brito Filho** se apresentou como gerente da Fazenda Ouro Verde e foi apontado pelos depoimentos como principal aliciador de mão de obra ("gato") em Araguaína (TO), Ele recebia salário do **governo estadual do**

> **Tocantins e estava oficialmente registrado como assessor especial da Secretaria de Governo - pasta que João Ribeiro comandou por um brevíssimo período de 14 dias em 2002**. (REPÓTER BRASIL, 2011 os grifos são nossos)

As suas outras duas fazendas “Mar Azul” e “Ibiporan” foram declaradas ao INCRA, como duas grandes propriedades improdutivas, em Ponte Alta do Tocantins, TO.

Quando foi governador do estado do Tocantins o senador ruralista Marcelo de Carvalho Miranda PMDB/TO, retomou o Projeto Rio Formoso:

> O Estado buscou estimular esse avanço, por meio de implementação de estratégias para a criação de um ambiente favorável para investimentos privados,incluindo a construção de infraestrutura de suporte, a implementação de hidrelétricas,a ampliação da rede de distribuição elétrica e mais recente também a construção da ferrovia. **Os esforços do Estado incluíram a implementação do Projeto Rio Formoso e do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).** O Projeto Rio Formoso está localizado no município de Formoso do Araguaia na região sudoeste do Estado. O projeto está em funcionamento há mais de vinte anos e resultou na criação de mais que 4 mil empregos e uma produção média de 200.000 toneladas/ano. Está sendo proposta uma reabilitação da infra-estrutura que deverá resultar na criação de mais 2,5 mil empregos e na duplicação da produção anual. O PRODECER começou em 1979 com o objetivo de “estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados”. O Programa que contou com financiamento do Governo Japonês apoiou a implementação da produção de soja no Estado. Está sendo proposta uma terceira fase desse projeto, com a qual, o Estado pretende aperfeiçoar, no município de Pedro Afonso, as técnicas agrícolas, com respeito principalmente à produção de soja, e promover maior rendimento e produtividade. (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ESTADO DO TOCANTINS, 2009)

Esta política do estado para *“aprimorar as condições para a produção resultou recentemente nas seguintes novas iniciativas”:* Programa de Perenização das Águas do Tocantins – (PROPERTINS); Projeto Javaés, que tem uma área útil irrigada prevista de 220 mil hectares na Bacia do Rio Araguaia; Projeto Sampaio, projeto hidroagrícola Sampaio prevê o desenvolvimento regional da região do Bico do Papagaio no extremo norte do Estado, a partir da implantação de um perímetro de irrigação com área útil de cerca de 1.000 hectares.

Como se nota, a política ruralista para o Bico do Papagaio se apropria das condições de reprodução da vida humana e dos ecossistemas, água, terra e vegetação para produção para exportação.

Mas, este projeto revela ainda o maior flagrante da articulação dos políticos ruralistas na escala interestadual, ou melhor, inter-regional conforme informou a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Tocantins, *"Catarinenses poderão ser parceiros na instalação de cooperativas no Tocantins";*

> Referências na área do cooperativismo, os catarinenses poderão ser parceiros do Governo do Tocantins na instalação de cooperativas no Estado. Na tarde desta terça-feira, 19, **o governador Marcelo Miranda recebeu, em audiência em seu Gabinete, os presidentes de quatro cooperativas do Oeste catarinense**, que vieram analisar a proposta do Governo do Estado para uma posterior assinatura de convênio. **Estavam presentes na audiências os presidentes da Cooper Alfa, da Cooper Al, da Cooper Itaipu e da Cooper Campos Novos, juntamente com o secretário de Estado de Articulação Nacional, Valdir Colatto, e presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina, Luiz Hilton Temp**. Eles estavam acompanhados dos secretários da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Raimundo Pires, de Planejamento e Meio Ambiente, Lívio de Carvalho, e da Indústria, Comércio e Turismo, Ângelo Agnolin. Após a audiência, todos se reuniram na Seplan para a elaboração de um convênio entre os dois Estados.**Segundo Valdir Colatto, as cooperativas têm conhecimento, tecnologia, principalmente na produção de grãos, mas também na criação de suínos, aves e industrialização, como o frigorífico Aurora, da Cooperativa Central, que é referência nacional em seus produtos e está localizado em Chapecó (SC).** "Esse é um projeto que nós queremos conhecer e ver se conseguimos implantar trazendo agricultores lá de Santa Catarina aqui para o Tocantins", disse Collato.O secretário Ângelo Agnolin destacou que a implantação dessas cooperativas no Tocantins irá revitalizar vários setores, principalmente o da soja. Ele citou o Projeto Rio Formoso como o grande ponto de produção de sementes no Estado e que será diretamente beneficiado com a instalação de cooperativas. Ele ressaltou que o Tocantins está preparado com infra-estrutura, com destaque para as estradas, para atender às demandas. "Temos condições de expandir na área do agronegócio. É um setor muito promissor e que tem sustentabilidade do Estado", concluiu. (Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Tocantins, 2003)

Em sua declaração de bens o ex-deputado federal Valdir Colatto declarou além de terras em Vilhena, RO também declarou em 2012, *"Gleba A do Projeto Rio Formoso 4, Formoso Do Araguaia/To"* **no valor de nove reais e cinquenta e um centavos R$ 9,51.** Na declaração de 2006 havia declarado **"Uma Gleba A Do Projeto Rio Formoso 4 Etapa do Município de Formoso**

Do Araguaia-To Com 9,51. 37 Hectares Adq. Da Prefeitura Municipal, no valor de R$ 951,37".

Temos evidências o suficiente de que o Projeto Rio Formoso está sobre o controle dos ruralistas, razão pela qual as terras encontradas no Cadastro do INCRA em nome deste projeto foram consideradas nas terras em nome das empresas ruralistas.

Através do DECRETO No 3.057, de 8 de maio de 2007, o então, governador do Tocantins Marcelo Miranda decretou "*Art. 1o São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, três áreas de terreno rural, medindo, respectivamente, 238,48.51, 451,74.86 e 121,30.56 hectares, localizadas no Município de Formoso do Araguaia"*, por se tratar de pequenas propriedades seria conveniente em outros levantamentos, de posse dos limites e confrontamentos averiguar qual a utilidade pública a que estas foram terras foram destinadas, uma vez que neste decreto consta que as referidas propriedades fazem limite com empresas de agropecuária (Terra Morena Agropecuária Ltda.; Agropecuária Barra Grande Ltda. Agropecuária, Lagoa da Égua Ltda., Agropecuária Molha Farinha Ltda, Agropecuária Pitangueira Ltda, Qualiágros, Sup. Agropecuários Ltda, AGROVEL – Agroindustrial Vereda Ltda.)

A estes exemplos da ação ruralista no Tocantins, deve ser acrescentada a ação da UDR, Pará e Rondônia e em Goiás já mencionada neste texto, pois exemplifica o apoio desta entidade frente a episódios de violência contra os movimentos camponeses, como por exemplo, no Massacre de Eldorado dos Carajás, PA e em Corumbiara, RO. No Acre e no Amapá, não identifiquei na representação ruralista destes estados envolvimento com os conflitos agrários, indicaria uma investigação mais profunda sobre a questão nestes estados.

REGIÃO CENTRO-OESTE

No estado de Goiás, além da histórica e truculenta atuação como liderança na UDR, Ronaldo Caiado DEM/GO e em extensão a Bancada Ruralista formam uma ampla coalizão em resistência à aprovação de medidas da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001 a PEC do Trabalho Escravo, incluindo expropriação (sem indenizações) a terra de quem comprovadamente explorar mão de obra escrava. Em janeiro de 2010, na

propriedade de Emival Ramos Caiado Filho, primo de deputado federal Ronaldo Caiado, Fazenda Santa Mônica, em Natividade (TO), o grupo móvel da Polícia Federal lavrou 22 autos de infração referentes à Fazenda Santa Mônica que caracterizaram o trabalho escravo naquela propriedade.

Neste estado um parlamentar que atua na defesa do agronegócio, e, sobretudo, do espetáculo criado em torno da atividade pecuarista nas feiras shows e leilões é o deputado federal Heuler Abreu Cruvinel, nascido em Rio Verde, GO que é filho do pecuarista premiado em leilões de gado Sebastião Alves Cruvinel, De Rio Verde, GO;

> Rio Verde é o maior produtor de grãos do Estado, maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas e centro difusor de novas tecnologias. Quando se fala de sua agricultura, fala-se de grandeza. A produção agrícola do município é cerca de 1,2 milhões de toneladas por ano nas mais variadas culturas, como arroz, algodão, soja, milho, sorgo, milheto, feijão, girassol. O Município é responsável por 1,2% da produção nacional de grãos. A área plantada ultrapassa a 378.853 mil hectares. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, GO: 2012)

Este município reúne uma forte coalizão entre diferentes entidades de representação ruralista como a Associação de Produtores de Grãos (APG), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), Clube dos Engenheiros Agrônomos (Ceagro), Clube Amigos da Terra (CAT), Sindicato Rural de Rio Verde, CEFET de Rio Verde e conta com o apoio tecnológico da Universidade de Rio Verde (Fesurv). Este é apenas um dos exemplos, dentre vários municípios brasileiros, onde a ação ruralista e a expansão descontrolada do agronegócio com mecanização intensa da atividade agropecuária tem forçado a saída dos camponeses para a cidade, ou para outras áreas de expansão agrícola em busca de reprodução da sua existência.

No Mato Grosso o senador Blairo Maggi e sua família concentram terras em quarenta e cinco mil, cento e quinze (45.115) hectares em vinte e nove (29) propriedades rurais de acordo com o INCRA (2003) dentre estas foram declaradas onze (11) propriedades improdutivas.

> (...), Blairo era o 'rei da soja', mas o crescimento vertiginoso do Grupo Bom Futuro, liderado por Eraí e pilotado por seus irmãos, Elusmar e Fernando, e pelo cunhado, José Maria Bortoli, atingiu níveis de produção superiores aos do Grupo Maggi.

> 'O que realmente dá satisfação e orgulho é gerar 4 mil empregos e movimentar a economia do estado e de 20 municípios onde o grupo está presente', diz Eraí. 'Isso é o que importa.' Nesta safra, o Bom Futuro plantou quase 240 mil hectares de soja e, na safrinha, 70 mil hectares de algodão e 70 mil de milho. Também colhe um milhão de sacas de sementes, engorda 40 mil bois em semiconfinamento, por meio da integração lavoura-pecuária, e produz dez toneladas de pescado por ano com outros produtores integrados.
> Mais recentemente, o grupo passou a atuar no setor de energia, prospectando locais apropriados para a construção de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas**).** 'Onde existem condições, a gente usa o rio para gerar energia, as margens para a piscicultura, depois vem a pecuária nas terras arenosas, mais acima a soja, e o algodão é plantado nas terras top', explica Eraí. Cerca de um terço da área cultivada é propriedade do grupo: as outras terras são arrendadas ou plantadas em parceria, um modelo que ele trouxe do Paraná e que lhe permitiu crescer sem muito dinheiro empatado. Faturamento do Grupo Bom Futuro em 2009: perto de 1 bilhão de reais. (REVISTA GLOBO RURAL, 2012)

A prática do desmatamento dos domínios Amazônico, Cerrado e faixas de transição entre estes domínios, para o cultivo de grãos fazem da família Maggi, os maiores produtores de soja do Brasil, além de envolverem nesta dinâmica a apropriação das terras que poderiam ser destinadas à produção camponesa. Blairo Maggi atualmente aderiu ao discurso da "produção verde" dita sustentável, mas já defendeu a derrubada da floresta amazônica para o plantio de soja como foi escrito na mesma reportagem;

> "Mas não foi a riqueza que tornou Blairo célebre. Foi o terror que inspirava nos ambientalistas do Brasil e do mundo. Ele era considerado o mentor, o executor, o defensor da derrubada da floresta mato-grossense em um ritmo chinês para o cultivo de soja. Seu despudor em relação à questão ambiental era tamanho que, quando chegou ao governo, em 2003, ele deu a seguinte declaração ao jornal *The New York Times*: "Um aumento de 40% no desmatamento da Amazônia não significa nada. Não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui". (IDEM, 2012)

Blairo Maggi é acionista e tem capital investido em diversos ramos, desde o agronegócio até a mineração e construção civil. Vale ressaltar na ação deste parlamentar é a aquisição de pequenas glebas de terras de terceiros no estado do Paraná e Mato Grosso, pode haver aí, neste processo a incorporação terras camponesas ao seu patrimônio.

Embora não tenha composto a lista dos deputados ruralistas deste estudo, por não ter legislado no período foco da análise, não podemos deixar de lembrar neste estado a figura do latifundiário Paulo Roberto Cunha PP/GO

(falecido em 2011) ex-prefeito de Rio Verde, GO, candidato a Senador não eleito em 2010, foi deputado constituinte (1987 a 1991). Seu currículo na representação ruralista inclui a fundação e direção da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. (COMIGO); presidência e vice-presidência da Organização das Cooperativas de Goiás (OCG) e vice presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ele declarou em seus bens os imóveis rurais *"Fazenda Santa Maria - Em Santa Terezinha De Goiás (Go), Com 773,17 Ha; - Fazenda São Bento - Em Barra Do Garças (Mt), Com Área De 1.778,71 Ha; Fazenda Santa Maria - Em Barra Do Garças (Mt), Com Área De 1.774,69 Ha; Fazenda São Carlos - Em Barra Do Garças (Mt), Com Área De 508,20 Há"* e também *"86.000 Quotas da Empresa Rinco Participações Ltda., Cnpj 03.545.169/0001-15, 600.000 Quotas da Empresa Agropecuária Campo Alegre Cnpj 00.149.187/0001-90 600.000 Quotas da Empresa Agropecuária Campo Alegre, Cnpj 00.149.187/0001-90, em nome Do Cônjuge*" (Declaração de bens à Justiça Eleitoral, 2010).

De acordo com Castilho (2012:33) o senador Jayme Veríssimo Campos DEM/MT em tribuna questionou a demarcação de uma área de 1 milhão de hectares aos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, na divisa do Mato Grosso com o Pará. O autor ainda menciona que em 2007 uma das fazendas do político (Santa Amália) em Alta Floresta, MT, de 11 mil hectares recebeu R$ 6 milhões de multas por crimes ambientais, nesta mesma fazenda recebeu denúncias por manter trbalhadores e condições degradantes.

No Mato Grosso do Sul a posição ruralista quanto à questão indígena também se mostrou latente no estado, como mostra a reportagem *"MS: Índios e fazendeiros em pé de guerra e comissão da Assembleia que cuida da causa ainda sem comando"*

> (...) Os conflitos recentes estouraram em Dourados, Miranda, Sidrolândia e Paranhos, onde dois professores indígenas desapareceram após confronto com seguranças armados. Suspeita-se de pistolagem até agora não confirmada pela Polícia Federal que investiga o caso.
> Na sessão de hoje, as discussões sobre a questão indígena tiveram destaque em plenário. Porém, não houve sequer a intenção de alguma atitude concreta.
> Membro da comissão de Assuntos Indígenas, Marquinhos Trad mencionou que o caso de Paranhos é grave. Mas, para ele, qualquer atitude que a Casa de Leis queira tomar sobre o assunto depende da Mesa Diretora.

> (...) Porém, **Reinaldo Azambuja (PSDB) ocupou a tribuna para defender os ruralistas.** Segundo ele, a situação recorrente de tensão no Sul do Estado tem espantado investidores. Azambuja frisa que a Justiça e a Polícia Federal têm que resolver o impasse nessa região. “Isso é ruim para a imagem do Estado”, disse.
> Enquanto isso em Paranhos, até hoje pela manhã, os professores Olindo e Genivaldo Verá, eram tidos como desaparecidos. A fazenda São Luiz fica bem perto da linha de fronteira. Do lado paraguaio fica um vilarejo conhecido como Itanarã. Alguns moradores estariam deixando seus sítios por medo de uma reação indígena.
> Em Miranda, índios terena ocupam há duas semanas **a fazenda do ex-governador Pedro Pedrossian**. Já em Dourados, um grupo de índios se manifestaram ontem e tentaram fazer a representante da Funai local a assinar na marra sua renúncia.(ECODEBATE, 2009 os grifos são nossos)

Vale destacar que o político Pedro Pedrossian, que foi governador do Mato Grosso do Sul durante o período militar, quando inclusive foi filiado ao partido da ARENA, e também na década de 1990, poderia constar deste estudo devido à sua ação na representação da classe, mas o mesmo, não conseguiu se eleger Senador em 2002, ou seja, não conseguiu consolidar sua passagem pelo Congresso Nacional. Este parlamentar disputa com os índios Terena a Terra Indígena Cachoeirinha, uma área onde Pedrossian instalou a Fazenda Petropólis, em Miranda, MS, conforme noticiou o Ministério Público Federal em *“Índios terenas podem permanecer na terra em Miranda (MS)”;*

> **Pedido do MPF é atendido e TRF-3 suspende reintegração de posse em fazenda em que Funai já havia demarcado a terra indígena Cachoeirinha**
> Por unanimidade, a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) reformou decisão monocrática proferida pelo desembargador federal Luiz Stefanini e suspendeu os efeitos da decisão de primeiro grau que determinava a reintegração de posse de terras ocupadas por indígenas na fazenda Petrópolis, no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul. Com essa decisão da 1ª Turma, os índios terenas poderão permanecer na área, já delimitada e demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como sendo a terra indígena Cachoeirinha.
> O recurso (agravo legal em agravo de instrumento, este interposto pelo procurador da República Emerson Kalif Siqueira) foi movido pelo procurador regional da República Paulo Thadeu Gomes da Silva em setembro, após o desembargador federal Luiz Stefanini concluir que a saída dos índios de Cachoeirinha, em cumprimento à ordem judicial da 1ª Vara de Campo Grande, motivava a perda de objeto do recurso.
> “A desocupação da Fazenda Petrópolis pela comunidade indígena Terena de Cachoeirinha, embora tenha se dado de forma pacífica, não se revela ato de vontade dessas pessoas, mas apenas e tão somente respeito e obediência às ordens judiciais”, argumentou o procurador em seu recurso. “Se assim fosse, todo cumprimento de determinação judicial implicaria a extinção dos processos por falta de interesse processual, raciocínio este que se revela inadequado”, prossegue Gomes da Silva, ressaltando que os **terenas ainda**

> **disputam judicialmente a posse da terra na fazenda Petrópolis, que tem como proprietários o ex-governador de Mato Grosso do Sul Pedro Pedrossian e de sua filha, Regina Maura Pedrossian.** (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Ano ?)

Neste estado outro parlamentar reconhecido por usar chapéu de fazendeiro durante a campanha eleitoral, e também por ser proprietário de empresa de comércio de alimentos, José Fuscaldi Cesílio PTB/GO, ruralista identificado não faz parte da lista do DIAP chegou a ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal:

> Em uma decisão inédita e unânime, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta segunda-feira, 27, um deputado federal à pena de reclusão. **Os ministros decidiram que José Fuscaldi Cesilio (PTB-GO) deve cumprir pena de sete anos de reclusão em regime inicialmente semi-aberto.** Condenados nesse regime devem cumprir penas em colônias agrícolas. Os ministros também decidiram que o parlamentar, que é mais conhecido como Tatico, deve pagar 60 dias-multa no valor do salário mínimo em 2002, o que totalizaria R$ 6 mil. Tatico foi **acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de cometer os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária de funcionários de uma empresa que ele mantém em sociedade com a filha.** A defesa do político afirmou que ele nunca atuou na gerência da empresa. (ESTADÃO, 2010 os grifos são nossos)

Região Nordeste

Embora seja numerosa a representação ruralista e a tradição oligárquica na região, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco que possuem juntos cinquenta e dois representantes estudados, enfrentei dificuldade para encontrar nas fontes oficiais estudos de caso e denúncias de violência no campo, praticadas pelos ruralistas destes estados. Mas, vale ressaltar que com exceção do estado de Sergipe, todos os demais estados um grande número de parlamentares declararam ações, cotas ou propriedade de empresas de radiodifusão, além de ações em empresas de telecomunicações. Esta pode ser uma estratégia de influência na política local, que merece aprofundamentos mais específicos.

Em Sergipe, a representação ruralista é menos expressiva, são seis parlamentares estudados sendo que dois foram identificados José Carlos Machado DEM/SE e João Bosco da Costa PSDB/SE. As terras ruralistas no Sergipe de acordo com o INCRA estão apenas sobre o poder de José Carlos

Machado e José Cleonâncio da Fonseca PMDB/SE. As demais terras ruralistas neste estado estão sobre o controle de João Bastos Colaço Dias PSB/SE e estão situadas nos municípios de Chã Grande e Pombos, SE.

Na tese de Ramos Filho (2008) na qual analisa o contexto de implementação da Reforma Agrária de Mercado (RAM), menciona o político Albano Parado Pimentel como responsável pela introdução desta política que penalizou os camponeses sergipanos. *"Albano Franco introduziu, primeiramente, a linha de financiamento Banco da Terra (BT)",* diz o autor, no trabalho de campo que realizou ele constatou que esta linha de financiamento promovia o estímulo, na maioria das vezes, à individualização das famílias para ingressarem no programa desarticulando os grupos associativos e, atuava, também, como instrumento voltado à desarticulação de conflitos fundiários, tendo em vista a existência de créditos disponíveis para compara dos imóveis em litígio e ocupadas por famílias de trabalhadores sem-terra. Revelando assim de acordo com Ramos Filho (Idem:43) "*a intencionalidade de realizar uma reforma agrária pacífica, que não traga prejuízos para os latifundiários, mas, que promova a realização da renda da terra em favor destes mediante a venda, à vista, de imóveis ou de partes destes."*

"Albano do Parado Pimentel Franco é industriário e membro de tradicional família canavieira de Sergipe", foi deputado estadual (1967 a 1971) senador (1983 a 1995), governador (1995 a 2003), na eleição de 2010 se candidatou a senador, mas não conseguiu voltar ao Congresso Nacional, portanto não atuou no Congresso durante os governos foco da análise. Albano Franco PSDB/SE não assumiu ser ruralista, portanto não faz parte de lista do DIAP, seus bens foram analisados em 2006 e 2010, e não consta nenhuma vinculação com a questão agrária, assim ele não foi considerado "ruralista identificado" até a fase final de redação deste trabalho, após a sistematização dos dados, que chegando a esta referência bibliográfica (Ramos Filho: 2008) aliada a uma análise da biografia deste parlamentar na Câmara, é que pude constatar que o mesmo atua como empresário e representante ruralista, pois foi Presidente da Associação de Industriais Latino-Americanos - AILA, 1985-1986; Diretor-Superintendente da Empresa Refrescos Guararapes; Vice-Presidente das Empresas Sergipe Industrial S/A e Fiação e Tecelagem Nortista S/A; Gerente das Empresas Comercial Santo Antônio Ltda, e Agropecuária São

José Ltda. Diretor-Superintendente, da Usina São José do Pinheiro S.A, 1973-1990. No cadastro do INCRA não localizei terras em seu próprio nome, mas tem registros de terras nas empresas “Agropecuária São José Ltda” e “Usina São José do Pinheiro S.A” que o mesmo dirigiu. Cujas somas das áreas registradas das propriedades é de cinco mil e quatrocentos e sessenta e cinco (5.465) hectares. Dentre as quatorze propriedades cinco são improdutivas e nome da “Usina São José do Pinheiro S.A” cujo nome está digitado incorretamente no cadastro “USINANSAO JOSE DO PINHEIRO SA”, vale destacar que este tipo de erro é recorrente no Cadastro do INCRA o que dificulta a localização dos nomes dos proprietários e das empresas no banco de dados.

O conjunto de ruralistas que atuam também como usineiros, não se restringe ao estado de Sergipe, se estende para os estados da Paraíba e Alagoas, sendo que a maior concentração de terras das empresas ruralistas foi em nome das usinas de produção de açúcar e álcool.

Embora não tenha constado da soma das propriedades ruralistas, vale levar ao conhecimento que uma das usinas financiadoras da campanha do senador Benedito de Lira PP/AL, foi a Usina Coruripe Açucar e Alcool;

> Fundada em 1925, no município de Coruripe - AL, a Usina Coruripe é uma empresa familiar, de capital fechado, integrante do Grupo Tércio Wanderley, desde 1941. Tem como atividades a produção de açúcar, álcool e energia, através de suas quatro unidades: **a Matriz, com sede em Coruripe - AL, e três filiais localizadas nos municípios de Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste, em Minas Gerais.**
> A Matriz – maior indústria produtora de açúcar e álcool do Norte / Nordeste – tem área de aproximadamente 36 mil hectares de terras próprias. Destes, 28 mil são utilizados para o cultivo da cana-de-açúcar e o restante são áreas de preservação ambiental. As filiais são também complexos industriais de grande importância para a região em que estão inseridas.
> (...) A empresa também é detentora do certificado internacional de respeito ao meio ambiente ISO 14001 para as áreas Industrial, Agrícola e Administrativa. Todos esses investimentos em recursos humanos e tecnológicos fizeram da Usina Coruripe Matriz a maior indústria produtora de açúcar e álcool do norte/nordeste. **Com área de 36 mil hectares de terra própria**, a empresa alia produtividade, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social. (USINA CORURIPE, 2012)

Em nome desta empresa o INCRA tem registrado trinta e um mil e trezentos e dezessete (31.317) hectares, em cento e dezessete (117)

propriedades. Seguindo a lógica da complicação do Cadastro do INCRA, lá registrou-se “SA USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL”

A Fundação Teotônio Vilela, *“uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos”* criada em 17 de Abril de 1984 expõe em um acervo a trajetória e vida de Teotônio Vilela, o pai do Senador Teotônio Brandão Vilela Filho PSDB/AL exaltando sua vida pessoal, política e empresarial, esta fundação tem como um dos seus parceiros a “Usina Reunidas Seresta SA”, além de ter sido declarada nos bens de deste político em 2002. Tal usina tem registradas no INCRA vinte e uma propriedades sendo que onze (11) dentre estas estão situadas no município de Teotônio Vilela, e as demais nos municípios limítrofes de Junqueiro, São Sebastião e Coruripe.

A “USINA LAGINHA AGROINDUSTRIAL URUBA SA” do deputado federal João José Pereira de Lyra PTB/AL, e as “USINAS CAETE SA, USINA CACHOEIRA SA e a VARRELA AGROPECUARIA LTDA” - estas três pertencentes Grupo Carlos Lyra um ex-senador, que é irmão de João Lyra - tem registradas juntas cento e trinta e nove (139) imóveis rurais em quinze municípios alagoanos.

Os impactos socioterritoriais da produção de cana foram analisadas por Carvalho (2009), no estudo das *“Transformações socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro”* na dissertação de este autor analisou que;

> Dentre os novos capitais da regiao do Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba, os maiores investimentos, em instalacao de novas unidades sao de grupos economicos originarios do Nordeste brasileiro e paulista. Esses grupos sao formados com o desenvolvimento dos programas PROALCOOL e PROACUCAR, nas decadas de 1970 e 1990, os quais tiveram investimentos originados de grupos nordestinos, que possuiam experiencia na atividade canavieira, e de capitais paulistas, que desenvolviam atividades ligadas a agricultura. **No Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba, os grupos que se destacam na formacao das novas unidades produtoras sao o grupo Tercio Wanderley – com tres unidades produtivas instaladas ate 2007 (Usina Coruripe – Iturama, Usina Coruripe – Campo Florido e Usina Coruripe – Limeira do Oeste) e outra em processo de implantacao (Usina Carneirinho Agroindustrial) – alem do grupo Carlos Lyra, com duas usinas (Usina Volta Grande e Usina Delta).** (CARVALHO, 2009:84)

Entre os grandes grupos econômicos citados pelo autor incluem o Grupo João Lyra, Tenório, Carlos Lyra e Tércio Wanderley acima mencionados. Ou

seja, há na expansão do setor sucro alcoleiro um conjunto de tramas e articulações intra-regionais que inclui os políticos ruralistas que ao mesmo tempo que são latifundiários, são rentistas, são também empresários e industriais, portanto capitalistas da agricultura e representantes da classe dos proprietários de terra.

No estado da Bahia, o ex-deputado federal Jaime Fernandes Filho e sua família tiveram suas terras improdutivas ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme explicita a reportagem do Jornal do Comércio *"Fazenda de Calmon de Sá volta a ser invadida na Bahia";*

> Cerca de 300 trabalhadores rurais ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) voltaram a invadir, na madrugada de ontem, a fazenda Santa Maria, que pertence ao ex-banqueiro Angelo Calmon de Sá. Os sem-terra haviam sido despejados da fazenda no último dia 1, por determinação do juiz Vilebaldo José de Freitas Pereira. Localizada no distrito de Jaíba, em Feira de Santana (108 km de Salvador), a fazenda tem cerca de 2.500 hectares, segundo informações dos líderes do MST. "A fazenda é improdutiva", disse o coordenador do MST na Bahia, Valmir Assunção.
> Segundo os advogados de Calmon de Sá, a fazenda serve de modelo para universidades e pesquisadores agrícolas. Os advogados pediram, ontem, ao juiz Vilebaldo José de Freitas Pereira a reintegração de posse em favor dos proprietários da fazenda. No documento encaminhado à 1ª Vara Cível de Feira de Santana, os advogados alegam que a fazenda possui um rebanho de 1.700 bovinos e 50 eqüinos. Também na madrugada de ontem cerca de 350 famílias (aproximadamente 1.400 pessoas) invadiram uma fazenda de 4.000 hectares em Itamaraju (BA). Segundo o MST, a fazenda pertence ao deputado federal Jaime Fernandes Filho, que é casado com uma filha de Calmon de Sá. "A fazenda já foi vistoriada pelo Incra e agora estamos aguardando a desapropriação", disse Valmir Assunção. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1998)

No Cadastro do INCRA, Jaime Fernandes declarou quatro propriedades no sul da Bahia, sendo que duas delas estão situadas em Itamaraju, BA. A média propriedade improdutiva, "Fazenda Santo Onofre" possui "zero" (0) hectares registrados e cento e oitenta e sete (187) declarados como posse.

A questão da regularização das terras indígenas e quilombolas neste estado representa uma questão que vai além dos deputados eleitos na Bahia, trata-se de uma pauta ruralista mais ampla que envolve lideranças da Bancada Ruralista como Kátia Abreu e Blairo Maggi, conforme foi noticiado na Gazeta do Povo (2012), "*Ruralistas pedem apoio do governo em conflitos com índigenas na Bahia".*

> A bancada ruralista do Senado pediu apoio do Governo Federal nesta quarta-feira (18), para que seja feita intervenção na disputa entre fazendeiros e índios, que resultou na ocupação de 11 propriedades no sul da Bahia. A senadora Katia Abreu (PSD), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), reivindicou uma audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, visando garantir segurança jurídica aos fazendeiros diante das "invasões" dos índios da etnia Pataxó Hã Hã Hãe.
> De acordo com Abreu, os índios ocuparam nos últimos dias 68 propriedades rurais no sul da Bahia. A senadora acusou os manifestantes de terem destruído plantações de eucalipto e de cacau.
> A senadora afirmou que as reservas indígenas, onde vivem 125 mil pessoas, se estendem por aproximadamente 14% do território do país. **Segundo afirmou a parlamentar o "problema" dos indígenas não seria de caráter territorial, mas sim de "dignidade humana, educação e saúde".**
> No mesmo debate**, o senador Blairo Maggi (PR),** dono da maior produtora de soja do Brasil, criticou o que considera "excessos" na concessão de terras aos índios. Isso, segundo o senador, "causou intranquilidade, antagonismos e guerra, onde antes havia paz".
> Os pataxós iniciaram as ocupações das fazendas no domingo passado, reivindicando que estas são terras de seus antepassados. Na década de 30, o governo criou uma reserva indígena na região, contundo, governantes locais concederam títulos de propriedade destas terras a fazendeiros.
> A região em disputa está situada no município de Pau Brasil, e tem aproximadamente 540 quilômetros quadrados. Os índios denominam o local como "Caramuru Paraguaçu", segundo dados da Funai.
> O conflito de terras chegou se arrasta a 30 anos no Supremo Tribunal Federal. Em 2008 o julgamento foi suspenso e depois de diversas tentativas de retomá-lo, ainda não há data para sua retomada. (GAZETA DO POVO, 30 de Abril de 2012, os grifos são nossos).

Os argumentos dos ruralistas nesta questão evidenciam a pretensão de renegar a questão territorial a um plano secundário na disputa. Embora, seja imprescindível quando se trata da demarcação das terras indígenas debater o controle sobre as terras indígenas, uma vez que sem um território não há condições destes povos reproduzirem a sua existência.

No Estado do Maranhão o envolvimento da família Sarney no processo de *"ocupação das terras por grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão*" já foi mencionado no capítulo 2, páginas 154-158).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2010 mapeou cento de doze (112) conflitos pelo território maranhense contabilizou trinta e oito mil, e seiscentos e vinte e sete (38.627) pessoas envolvidas nos conflitos pela água, trabalho escravo, superexploração e por terra, sendo que o maior número envolve as disputas por territórios quilombolas e posseiros. Vale ressaltar que

embora o estado conviva com uma latente violência no campo, pela quarta vez encontra-se governado pela ruralista Roseana Sarney PMDB/MA.

O agropecuarista e ex-deputado federal José Gomes da Rocha PSD/GO declarou neste estado três propriedades improdutivas em Balsas, Caratupera e Tasso Fragoso. Mais um exemplo de ruralistas de um estado, que se apropriam de terras em outra unidade da federação ampliando o latifúndio e a extensão dos conflitos agrários.

Também no nordeste foram localizadas no Cadastro do INCRA 90 propriedades improdutivas, setenta mil e quatrocentos e quarenta e nove (70.449) hectares concentradas nas mãos de vinte e um políticos ruralistas.

REGIÃO SUDESTE

No estado do Rio de Janeiro o Deputado Picciani do PMDB/RJ declarou possuir cotas na empresa "*Agrobilara Com. e Part Ltda",* como já indicado, foi constatado participação desta empresa na ExpoZeu do ano de 2008, como expositora no "Campeonato Matriz Modelo" que promove desfile e concurso de animais considerados modelos de qualidade e movimentam cifras vultuosas. Também em evento como este são promovidas manifestações de reconhecimento ao trabalho dos parlamentares ruralistas, de acordo com uma entidade de representação dos interesses dos pecuaristas a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), em referência ao ExpoZebu ocorrida neste ano de 2010;

> As mudanças do Código Florestal Brasileiro foram o tema do 4º Encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Durante o evento, o presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes, fez a entrega do Mérito Parlamentar a 27 parlamentares[36] que contribuíram para o agronegócio brasileiro. (ABCZ, 2010)

[36] Os 27 parlamentares homenageados foram os ruralistas: Abelardo Luiz Lupion Mello, Aelton José de Freitas, João Alberto Fraga Silva, Benedito de Lira, Carlos Alberto Sousa Rosado, Carlos Willian de Souza, Dilceu João Sperafico, Eduardo Francisco Sciarra, Felix de Almeida Mendonça, Jairo Ataide Vieira, João Bittar Júnior, João Lúcio Magalhães Bifano , José Carlos Machado, José Santana de Vasconcellos Moreira, Kátia Regina Abreu, Leonardo Moura Vilela, Marcos Guimarães de Cerqueira Lima, Marcos Montes Cordeiro, Rubens Moreira Mendes Filho, Nelson Marquezelli, Osório Adriano Filho, Paulo Piau Nogueira, Ronaldo Ramos Caiado, Raimundo Sabino Castelo Branco Maués, Virgílio Guimarães de Paula, Waldemir Moka Miranda de Britto, Wandenkolk Pasteur Gonçalves.

O deputado Luiz Eduardo Almeida de Oliveira (Luisinho PP/RJ) declarou em 2006 "*Faz Reunidas Boi Gordo*" no valor de trinta e seis mil reais (R$ 36.000,00), não declarou a área e muito menos a localização. O parlamentar declarou terras junto ao fraudulento grupo que possuía Fazendas em São Paulo e Mato Grosso e uma das propriedades, localizada em Itapetininga, no sudoeste do estado de São Paulo, e foi ocupada por 80 famílias do MST. De acordo com a movimentação dos despachos expedidos em *"25-05-07 - Dr. Síndico obtém liminar para tirar o MST da Fazenda Eldorado, em Itapetininga. Presidente Lula assina Decreto disponibilizando a área da referida Fazenda (patrimônio da Massa Falida Boi Gordo) para reforma agrária*." (DESPACHOS EXPEDIDOS PELA ALMEIDA PAIVA ADVOCACIA, 2010)

No estado de São Paulo a família do ruralista Paulo Lima PMDB/SP protagoniza o enfrentamento com a classe camponesa no Pontal do Paranapanema. Em uma análise da ação do MST nesta região, Fernandes e Ramalho (2001) assim discutiram a postura assumida pelo então prefeito Agripino Lima;

> No dia 20 de maio de 2001, em uma entrevista ao jornal *Oeste Notícias*, o prefeito Agripino Lima declarou que uma das razões do crescimento da população urbana de Presidente Prudente é a *invasão* de terras. O prefeito referia-se à intensificação das ocupações de terras realizadas pelos movimentos populares no Pontal do Paranapanema, durante a década de 1990. Na interpretação do prefeito, por causa das ocupações, os fazendeiros deixaram de investir, resultando no êxodo das famílias que trabalhavam nas fazendas.
> Essa é a interpretação da elite que por mais de um século controla o poder político local. Interpreta a realidade segundo os seus privilégios, de modo que toda ação contrária aos seus proveitos é, evidentemente, um estorvo aos seus interesses. O prefeito também é presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Unipontal), onde procura propagar essa leitura da realidade agrária. Tal interpretação dissimula um importante processo de desenvolvimento rural da região: a implantação de assentamentos rurais que tem na luta pela terra o seu principal fator. Sem as ocupações de terra, a maior parte das quase cinco mil famílias assentadas não teria a terra, onde hoje moram e trabalham. (Fernandes e Ramalho, 2001:240)

No estado de São Paulo materializa-se a agressiva dinâmica da expansão dos monopólios globais da agricultura, à revelia das fragilidades ambientais das interações do meio natural[37], como historicamente se deu nas

[37] THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**,** v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

monoculturas sobre o domínio dos mares de morros florestados e continua a expansão monocultora dita moderna sobre o cerrado paulista. Neste estado, são vinte e seis (26) representantes ruralistas no período estudado, dentre estes quatro representantes na bancada, não possuem nenhuma propriedade rural, ou bens declarados relacionados à dinâmica do agronegócio, trata-se de uma característica relevante na bancada ruralista paulista, que reúne proprietários de terras, e apoiadores ideológicos não proprietários de terras.

A expansão do setor sucroalcooleiro por político ruralista, decorre da expansão das terras da empresa “SANTA BARBARA AGRICOLA SA” declarada por João Hermann PDT/SP (07/03/1946 a 12/04/2009), na região de Piracicaba onde também foram localizadas no cadastro do INCRA (68) propriedades em nome desta empresa.

Evidenciando mais uma vez as razões do descontrole sobre as terras do território, do conflito e da exclusão. É pertinente retomar o que escreve Oliveira sobre o conflito e luta em meio ao desenvolvimento capitalista sobre as terras do interior paulista:

> Assim, essa luta contraditória não excluiu nem mesmo o interior do Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Por isso mesmo, é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo e da cidade passaram a negar esta condição. E como produtos desta negação organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho. Reconquistada agora, nas experiências coletivas ensaiadas pelos campos conquistados na luta.
> As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania. (Oliveira, 2007 :139)

O estado de Minas Gerais possui em todas as regiões do estado quarenta e sete representantes na bancada ruralista, uma das maiores representações do país. Os parlamentares que atuam na agropecuária e produção cafeeira são; Aracely de Paula, Carlos Melles, Odelmo Leão, Romel Anísio e Silas Brasileiro, Luiz Fernando Ramos Faria e João Magalhães Bifano.

E, em termos concentração de terras para o agronegócio, duas regiões de Minas (sul e Triângulo Mineiro) merecem destaque na ação ruralista. Contraditoriamente, não encontrei fatos de enfrentamento diretos dos parlamentares da bancada mineira com a classe camponesa. Embora, historicamente, a pecuária extensiva tenha tomado espaço da produção camponesa.

Os conflitos gerados pela mineração e pela produção de celulose e papel têm causado conflitos envolvendo os movimentos sociais de luta pela terra e também os Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Inclusive alguns ruralistas mineiros declararam atuar na mineração e na produção de celulose e papel, a saber, Newton Cardoso PMDB/MG, José Santana e seu filho Bernardo Santana DEM/MG.

Além da concentração de terras pelos ruralistas eleitos em Minas Gerais, as redes inter-regionais traçadas pelos ruralistas também encontram suas territorialidades neste estado. Como decorre da ação do político alagoano Jose Thomaz Da Silva Nono Neto DEM/AL, que declarou no Cadastro do INCRA quatro grandes propriedades improdutivas em nome da Fazenda Monte Alto, em Iturama, MG soma área registrada de mil trezentos e vinte (1.320) hectares. Além, é claro, das suas nove propriedades no estado de Alagoas, situadas nos municípios de Coruripe, Piaçabuçu e Belo Monte. Também da Região Nordeste, José Severiano Chaves PTB/PE, um dos ruralistas identificados declarou, em 2002, terras no Triângulo Mineiro, no município de Veríssimo, MG, esta propriedade não aparece em 2010.

Há também exemplo no sentido oposto da apropriação de terras, o parlamentar Mário de Oliveira PSC/MG, que declarou *"Quinhentas Cabeças De Novilhas/Bezerros, Em Terreno De Terceiro No Estado De Tocantins - R$500,00 Cada*" conforme esta declaração, tais terras podem ter sido arrendadas pelo político mineiro no estado do Tocantins.

No estado do Espírito Santo os representantes ruralistas declararam poucas propriedades rurais, José Carlos Elias PTB/ES declarou dois minifúndios, sendo um em Jacutinga, MG. João Miguel Feu Rosa PP/ES não informou a área da propriedade declarada, os demais declararam ações em empresas de agronegócio, com exceção de Marcus Antonio Vicente PTB/ES que não declarou nenhum bem ligado ao agronegócio e a agropecuária.

Dentre os ruralistas identificados declararam terras o agropecuarista Marcelino Ayub Fraga PMDB/ES e “Nilton Baiano” Nilton Gomes de Oliveira, PPB/ES. Marcelino Ayub Fraga PMDB/ES declarou em 2002, seis propriedades rurais e “463.566,86 AÇÕES DA EMPRESA FAZENDA REUNIDAS CAIADO FRAGA”. Vale ressaltar que além, desta empresa, na declaração de 2010, aparece “*Ações Empresa Quatro Irmaos Agropecuaria SA”.* Além de investimentos em empresa agropecuária este parlamentar declarou investimentos em empresas de mineração e imobiliária, ao declarar *“25 Por Cento Capital Social Da Empresa Pedra Forte Granitos”, “7,50 Por Cento Capital Social Da Empresa M E M Imobiliaria Ltda”* quatro propriedades rurais em Colatina e Mimoso do Sul, ES.

Em sua declaração de bens Camilo Cola PMDB/ES declarou *“credito com a Empresa Complexo Agroindustrial R$ 104.500,00”* e *“credito com a Empresa Agroindustrial R$ 1.102.727,00”.* Este empresário foi denunciado pela prática de “trabalho escravo” conforme informou Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho;

> Vinte e dois trabalhadores rurais empregados de **uma empresa terceirizada do Complexo Agropecuário Pindobas, pertencente ao deputado federal Camilo Cola,** foram encontradas em condições degradantes de trabalho em uma fazenda de Brejetuba, na região Serrana do estado, na manhã desta quinta-feira (6). A fiscalização foi deflagrada pelo Ministério do Trabalho do Espírito Santo, Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo e Polícia Federal.
> Segundo o auditor fiscal do Ministério do Trabalho, Rodrigo de Carvlho, os trabalhadores moravam em uma área alugada, vizinha à propriedade Pindobas. Para ele, a situação é corriqueira pelo país. "É muito comum fazendeiros alugarem um espaço próximo às grandes fazendas para colocar os trabalhadores lá, e tentar burlar a fiscalização", afirma. Nenhuma pessoa responsável pelo local foi encontrada na operação, e ninguém foi preso. O Ministério Público do Trabalho afirmou que vai investigar o caso e que os trabalhadores deverão ser retirados da fazenda.
> O empresário foi procurado pelo **G1**, mas a assessoria do Grupo Itapemirim, pertencente ao deputado, informou que ele não falará à imprensa enquanto o caso não for devidamente apurado. Em nota, a empresa informou que o grupo de funcionários, supostamente submetidos a condições irregulares de trabalho, são contratados de uma empresa terceirizada. O Complexo Agropecuário Pindobas já determinou a imediata suspensão do contrato com a empresa e está apurando essas supostas condições irregulares. (SINAIT, 2011, os grifos são nossos)

REGIÃO SUL

Aliado ao fato de que vários políticos ruralistas dos estados da região sul foram estimulados pelos governos militares a “colonizar” áreas de fronteira no Cerrado e na Amazônia, os ruralistas da região sul (João Nardes PP/RS, Casildo Maldaner PMDB/SC e o senador Valdir Colatto PMDB/SC, Eduardo Francisco Sciarra DEM/PR) tem expandido o latifúndio para aquelas regiões, conforme já especificado na análise da concentração das terras.

No estado do Paraná, Eduardo Francisco Sciarra DEM/PR declarou ações na empresa, *“Paranacre Cia Paranaense de Coloniz Agrop e Ind do Acre”,* no Cadastro do INCRA a área da grande propriedade improdutiva “GLEBA PARANACLE”, em nome da “PARANACRE CIA PARANAENSE DE COLONIZ AGROP E IND DO ACRE” possui cento e noventa e cinco mil, trezentos e nove (195.309) hectares, mas a área registrada é bem maior duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e seis hectares (224.406) em Taruaçá, AC. Trata-se portanto, do parlamentar ser acionista de uma empresa que possui o maior latifúndio dentre as empresas ruralistas.

Como foi demonstrado ao longo deste trabalho, faz parte das práticas ruralistas a utilização de formas não capitalistas na produção, inclusive no contexto atual, que a bancada tem questionado a legislação já consolidada embora as leis não tenham se traduzido, em geral, em uma punição efetiva dos descumpridores que se valem de trabalho infantil, crimes ambientais e trabalho extenuante, para expandir seus cultivos, além de acumularem terras improdutivas, na maioria dos casos, os grileiros são até premiados com as desapropriações. Tal discurso é defendido pelo representante ruralista do estado de Santa Catarina Valdir Colatto;

> Como representante dos produtores rurais, Valdir Colatto (PMDB/SC) afirmou que tem obrigação de se indignar contra essas legislações. Criado com outros 14 irmãos, declarou ter começado a trabalhar aos cinco anos de idade para ajudar os pais na roça e que sempre ouve agricultores se queixando que não podem fazer o mesmo porque a lei não permite. Equipes de fiscalização, a seu ver, deveriam adotar o bom senso em vez de incorporar um viés ideológico e preconceituoso, conforme os seus parâmetros, dos problemas rurais. “Trabalho escravo é agricultor que planta sem saber que vai receber a remuneração do seu trabalho. Esse é o trabalho escravo”, resumiu o congressista catarinense da região de Chapecó (SC). Ele chegou a sustentar que se toda a legislação trabalhista e ambiental fosse respeitada, “não se produz nada”. “É isso que se quer? Acho que não”, emendou. Valdir Colatto repudiou o risco de perda de patrimônio (caso seja aprovada a PEC do Trabalho Escravo) e o

> excesso de detalhes da Norma Regulamentadora (NR) 31, que estabelece regras para o trabalho rural. Esses exageros, no entendimento do deputado, estariam sendo cobrados nas libertações de mão de obra escrava nos segmentos de cultivo de maçã e extração de erva-mate. “A Polícia Federal que vá caçar bandido no morro”. (REPÓRTER BRASIL, 09/02/2012)

Os representantes ruralistas da região sul orquestraram um discurso coeso frente às pautas de interesse da bancada deste estado. Vejamos como agiu o parlamentar segundo a análise da ONG Repórter Brasil (op.cit., 2012), de acordo com esta fonte a revisão do Código Florestal é apenas um dos itens da agenda ruralista:

> Uma vez concluída a modificação das leis ambientais, os grandes produtores rurais almejam intensificar a pressão em outros sentidos. A Repórter Brasil esteve em sessão da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (CAPADR), realizada no final de setembro de 2011, e registrou os pronunciamentos de ruralistas acerca dessas e de outras questões. A audiência pública foi convocada pelo deputado **Onyx Lorenzoni (DEM-RS) para "apurar denúncias de ação abusiva de agentes da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),** do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Polícia Federal (PF) contra associados ao Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras (RS) e contra produtores rurais de todo o Brasil. As falas dos congressistas revelam ambições que vão muito além de alterações ambientais e trabalhistas. A própria Constituição de 1988 é alvo de ataques, respaldando o desejo já manifestado pelo bloco ruralista articulado em torno do recém-criado PSD de convocar nova Assembleia Constituinte. São emitidas sinalizações claras do intuito da retirada, por parte de membros do Congresso Nacional, de prerrogativas do Ministério Público. (...)
> O **próprio Paulo Piau** declarou estar preocupado com a "legislação absolutamente incompatível com a cabeça do brasileiro" e associou o zelo na área trabalhista com "a importância do meio ambiente, que virou um fundamentalismo" por parte de quem tem se colocado contra as mudanças no Código Florestal. "A Constituição de 1988 foi chamada de cidadã, mas, no fundo, criamos um monstro", definiu. Para ele, **agentes públicos que "não tem experiência, mas tem poder de caneta" e exigem a aplicação efetiva da lei estão fazendo "um grande mal para esse país**.

No plenário da Câmara, o deputado federal Valdir Colatto lamentou a publicação do decreto presidencial que criou a reserva quilombola Invernada dos Negros abrangendo os município de Campos Novos e Abdon Batista, no meio oeste catarinense. Conforme mostra a reportagem “*Colatto critica decreto que cria área quilombola no meio oeste catarinense” (ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR ADJORI/SC, 2010):*

> Diante disso e de outras inúmeras ações em Brasília para reverter esta situação, Colatto vai ingressar com decreto legislativo com

> objetivo de anular o ato presidencial que beneficia 34 famílias intituladas quilombolas e desaloja 80 famílias proprietárias das terras e mais uma empresa de celulose com 1,2 mil empregados.
> A decisão presidencial foi publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de junho. A área decretada quilombola compreende oito mil hectares. Segundo o deputado, o decreto afirma expropriação, o que significa que serão pagas aos proprietários legítimos somente as benfeitorias e não as terras. Esta área não será dos 34 ditos quilombolas e sim da União que quer instalar um sistema tribal, de terras coletivas, o que não existe na legislação brasileira, reclama. (ADJORI/SC, 2010)

Os ruralistas catarinenses Valdir Colatto PMDB/SC e Celso Maldaner PMDB/SC são autores de Projetos de Lei que pretendem dificultar a titulação de territórios quilombolas. A saber 1) Projeto de Lei 3654/2008 (arquivado) Efeitos para a titulação dos territórios: Se aprovado, este projeto irá retirar o direito de auto-identificação da comunidade. Também não prevê a desapropriação para titulação do território. 2) Projeto de Decreto Legislativo 326/2007 (aguardando) *Transfere a competência relativa à delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário*. 3) Projeto de Decreto Legislativo 44/2007 (pronto para pauta) *susta a aplicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* Estes três projetos são de autoria de Valdir Collato PMDB/SC 4) Projeto de Emenda à Constituição 161/2007 Autor: Celso Maldaner – PMDB/SC (apensada a PEC 215/2000) e*stabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. Altera a Constituição Federal de 1988.*

Assim, com este discurso afinado e coeso que a Bancada Ruralista, mesmo heterogênea como apresentada no capítulo 2, afina o seu discurso em torno de um interesse comum, manter intocável o latifúndio, e cada vez mais ampliar o controle sobre o território. Disputam este projeto de expansão do agronegócio e acumulação rentista, com a classe camponesa, pretendem tomar as terras dos povos originários e questionar as conquistas da Constituição de 1988, que reconheceu a luta indígena e quilombola garantindo a estas etnias acesso a terra a demarcação de seus territórios.

4. Territorialização da ação ruralista

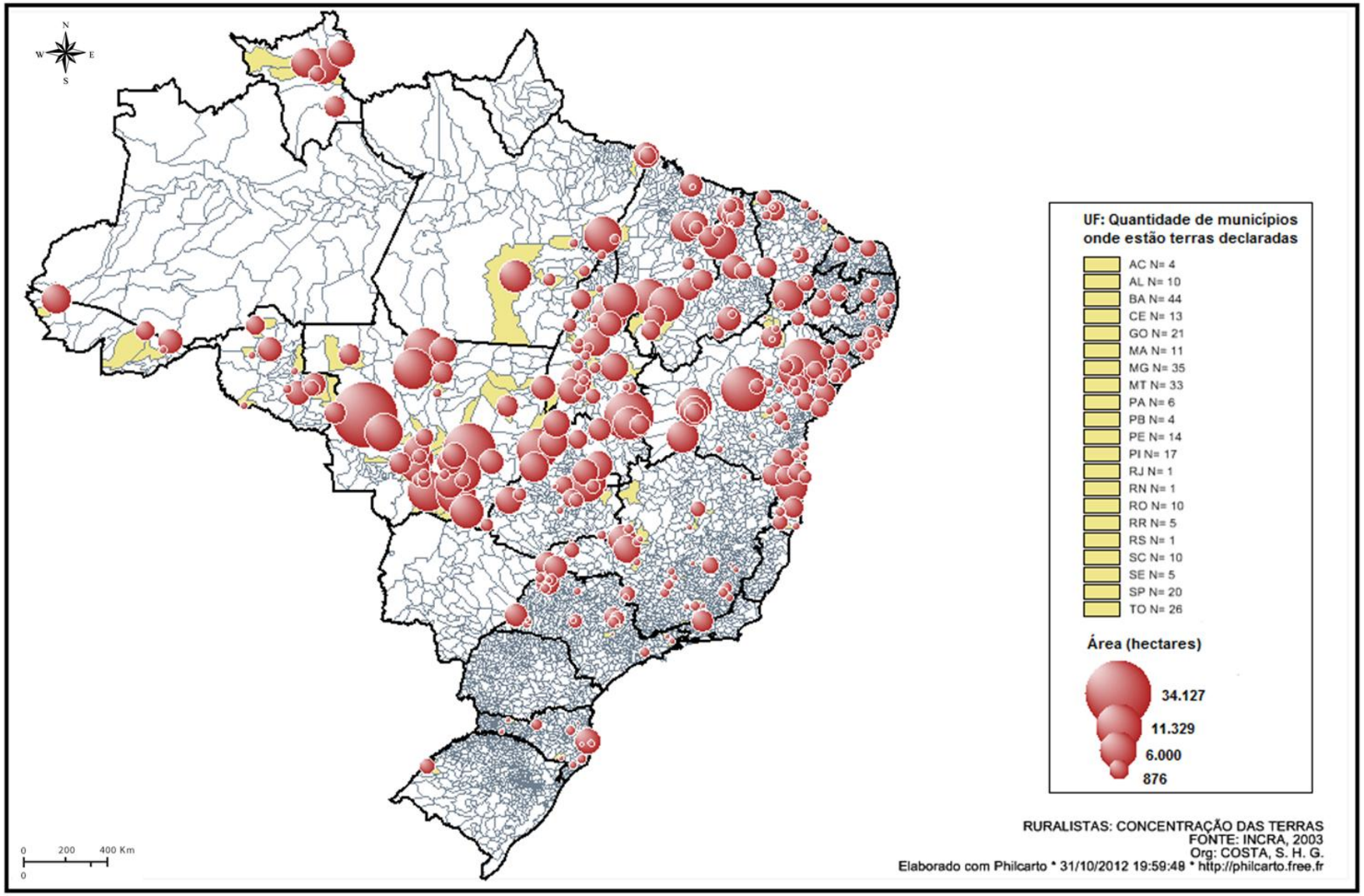
4.1. De terno, chapéu e trator: a extensão do latifúndio ruralista

A ação geopolítica dos parlamentares da Bancada Ruralista tem se efetivado no território capitalista no Brasil através do controle da estrutura burocrático legal do Estado. E, o poder dos políticos que a compõe, se materializa na consolidação de uma rede articulada que aglutina: organizações de representação dos interesses dos proprietários de terra e organizações por atividade produtiva (arrozeiros, sojeiros, silvicultores, citricultores, usineiros, pecuaristas, dentre outras). Envolve relações de parentesco hierarquizadas em vários níveis municipal, estadual, regional e federal, cujas tramas de poder inclui cargos desde vereadores e prefeitos até senador da república, geralmente passando pela política eletiva. Esta estruturação investe o político ruralista de poder para realizar nomeações de cargos estratégicos nas prefeituras, governos estaduais e em agências públicas e ministérios do governo federal.

Uma das formas de concretização do poder é a concentração rentista, ou seja, territorializando o patrimônio fundiário no campo, os ruralistas disseminam suas práticas eletivas, de concentração da renda (inclusive a renda urbana), e de representação da classe. A seguir, através da interpretação dos mapas, verificaremos que os estados, e as regiões dentro dos estados que contam com uma geopolítica ruralista robusta, são também as áreas onde tem se materializado a concentração das terras, sobretudo as terras improdutivas.

Dando sequência ao escopo deste trabalho, os dados das duas fontes Cadastro do INCRA (2003) e Declaração de Bens entregues a Justiça Eleitoral serviram de base para a construção dos mapas e da análise. Novamente, vale ressaltar que a primeira fonte (INCRA), não foram disponibilizados os dados de propriedade dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Distrito Federal e Espírito Santo. Vejamos então como as terras dos ruralistas se concentram nos municípios e distribuem pelo território nacional através da análise do Mapa 01 – Ruralistas: Localização e Área das Terras, INCRA (2003).

MAPA 01 – RURALISTAS: Localização e Área das Terras, INCRA (2003)

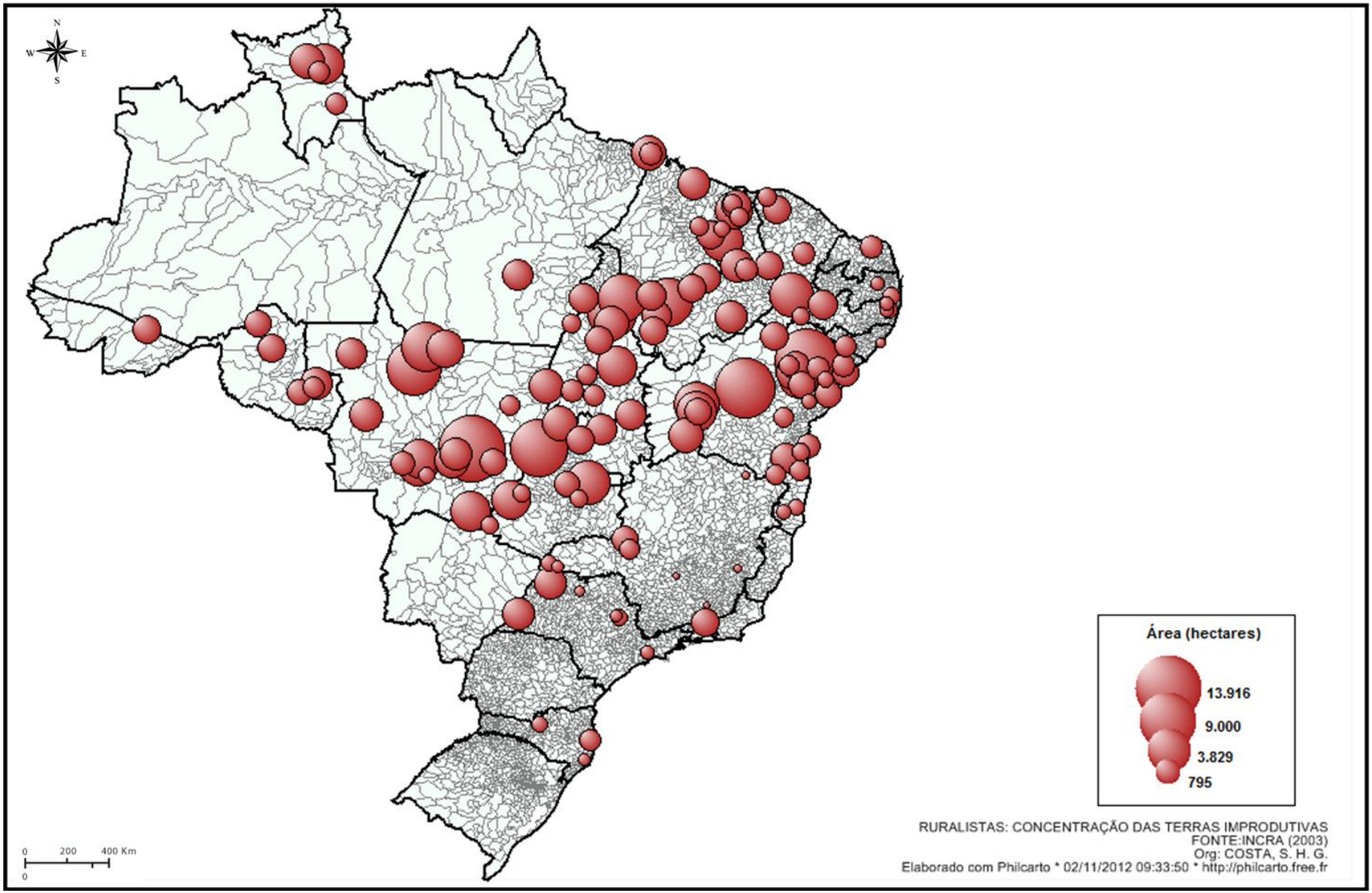


De acordo com os dados analisados, as terras que os ruralistas declararam ao INCRA estão distribuídas em duzentos e noventa e seis (296) municípios brasileiros. Os estados da Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Mato Grosso tem o maior número de localidades envolvidas nesta dinâmica.

Os estados do Amazonas e do Amapá são os que não tiveram terras declaradas em seus territórios, nesta fonte. Este fato decorre de duas condições. A primeira se refere à pequena representação no estado do Amazonas, que tem apenas dois ruralistas na análise Átila Sidney Lins Albuquerque PMDB/AM (que não declarou nenhum imóvel rural) e João Thomé Verçosa Mestrinho de Medeiros Raposo PMDB/AM (que não declarou terras ao INCRA). Enquanto no Amapá, que também tem uma pequena representação apenas quatro políticos ruralistas. Com exceção de Fátima Lúcia Pelaes, os demais possuem propriedades rurais, declaradas nos bens ou em outros estados. Como no caso do expoente ruralista, o senador José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney PMDB/AP) que declarou propriedades no Maranhão e em Goiás. Enquanto Antônio da Justa Feijão na declaração de bens (2006) assumiu "*Imóvel Rural Retiro Ilha Grande Macapá AP*" no valor de R$ 5.630.000,00 que corresponde a 94,37% de seu patrimônio. E o ruralista identificado Benedito de Carvalho Sá PPB/AP declarou *"participação em 50% nas Fazendas São Luiz e Liberdade, Chaves/PA",* (estas propriedades serão mostradas no Mapa 03).

Os dados do INCRA também permitem verificar a concentração da grande e da média propriedade improdutiva. Como mostra o Mapa 02 a seguir.

MAPA 02 – RURALISTAS: Concentração do Latifúndio Improdutivo (INCRA, 2003)



O que se pode apreender da análise comparada entre os Mapas 01 e 02, é que ocorre uma redução da densidade das áreas das propriedades, porque as pequenas propriedades e os minifúndios não aparecem mais no segundo mapa. Porém as áreas mais densas da concentração das propriedades são mantidas, especialmente na extensão contínua que envolve os municípios do Mato Grosso na divisa com o estado de Goiás se estende aos municípios do Tocantins, Maranhão e Piauí.

Em Rondônia as propriedades improdutivas estão em Ariquemes (município do Vale do Jamari, onde confrontam a prática do extrativismo com a pecuária de leite e de corte, extração mineral de cassiterita, e a exploração madeireira); Candeias do Jamari (município do Vale do Rio Jamari, afluente do Rio Madeira, também abriga a Usina Hidroelétrica de Samuel que foi também responsável pela aglomeração de pobreza no entorno da capital Porto Velho) e em Santa Luzia do Oeste. As terras em Ariquemes pertencem aos ruralistas representantes deste estado Confúcio Aires Moura (Fazenda Santa Maria e três imóveis denominados Fazenda São Francisco), Ernandes Santos Amorim PTB/RO (Fazenda Pouso Feliz), em Candeias do Jamari pertencem a Rubens Moreira Mendes Filho e em Santa Luzia do Oeste à família de Reditário Cassol, as fazendas improdutivas “Fazenda Rio Formoso” e “Fazenda Fenix” estão em nome de Darcila Terezinha Cassol e Darcilka Terezinha Cassol, que podem ser a mesma pessoa, devido a mais “um erro de digitação” no Cadastro do INCRA. Em Espigão do Oeste foi registrada a Fazenda Barretos em nome de Joao Raupp de Mattos cunhado da deputada Marinha Raupp de Mattos PMDB/RO. Este mesmo empresário declarou uma média propriedade improdutiva (declarada como posse) em Pimenta Bueno, RO. Por sua vez, o marido de Marinha Raupp, o senador Valdir Raupp declarou posse de dois minifúndios em Nova Brasilândia do Oeste.

No estado do Acre a grande propriedade improdutiva está localizada em Sena Madureira e foi declarada por Márcio Miguel Bittar PSDB/AC.

Em Roraíma, Francisco de Assis Rodrigues possui três propriedades improdutivas em Alto Alegre, Macujaí e São Luis. As fazendas improdutivas do ex-deputado federal Salomão Afonso de Sousa Cruz PTB/RO e do deputado em exercício Raul da Silva Lima Sobrinho PMDB/RO foram declaradas na capital Boa Vista.

No estado do Pará as propriedades improdutivas localizadas em Viseu pertencem a Anivaldo Juvenil Vale PSDB/PA e em São Félix do Xingu ao deputado federal catarinense Casildo Maldaner.

No Tocantins, em nome do senador e empresário João Batista de Jesus Ribeiro PR/TO estão as Fazendas Mar Azul e Ibiporan, no município de Ponte Alta do Tocantins, que se situa na região do Jalapão. O senador Leomar Quintanilha PR/TO declarou uma grande propriedade improdutiva em Arapoema. De acordo com Prefeitura Municipal de Arapoema (2012), o histórico deste município é fortemente vinculado ao processo de ocupação do território pelas grandes fazendas e empresas agropecuárias, no final da década de 1960, mas principalmente nos anos 1970, apoiadas pelos abundantes incentivos fiscais e creditícios oferecidos para a implantação de projetos em toda a região da Amazônia Legal. O que resultou *"deste processo de ocupação econômica a situação atual do município, com estrutura fundiária concentrada nos estratos acima de 1.000 ha e a monocultura do boi."* (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOEMA, 2012). Raimundo Coimbra Júnior PPS/TO declarou em Araguacema uma fazenda improdutiva. Em Formoso do Araguaia o deputado federal Ronaldo Caiado DEM/GO declarou "AGROVILA 3 PROJ R F DO ARAGUAIA". A senadora Kátia Regina Abreu PSD/TO declarou em 2006, *"Lote Rural, Lote 02/02 do Loteamento Santa Catariana"* no valor de setecentos e setenta reais (R$ 770,00) e também "*Uma Área no Loteamento Crixás, Aliança do Tocantins"* no valor de cento e oitenta e sete mil e oito e oitenta e quatro centavos (R$ 187008,84), os registros encontrados podem corresponder às terras desta parlamentar, uma vez que são dados correspondentes nos municípios.

Cogita-se que cinco propriedades de terras improdutivas em Itacajás, Arraias e Peixe possam pertencer ao agropecuarista e deputado federal Aníbal Ferreira Gomes do PMDB/CE, uma vez que este parlamentar declarou nos bens (2010) cinco fazendas no Tocantins, as propriedades listadas estão em nome de pessoas cujo sobrenome é "Ferreira Gomes" que podem ser parentes deste deputado, como podem não ser'. Inclusive há coincidência de nome de uma das propriedades "Fazenda Santa Edwirgens". Em Itacajás Miracema do Tocantins e Santa Luzia do Tocantins, no sobrenome "Pugliesi" e "Pugliesi Tavares" foram localizadas cinco fazendas improdutivas, que também podem

pertencer à família do agropecuarista e Deputado Federal Igor Avelino Pugliesi, ou então ao deputado estadual José Augusto Pugliesi Tavares, este, por sua vez, declarou uma pequena propriedade em Porto Nacional denominada “Fazenda Fortuna”, a outra fazenda neste município pertence a um “Pugliesi Tavares”. Vale registrar que, os dados encontrados não permitem afirmar o parentesco entre Igor Avelino Pugliesi e José Augusto Pugliesi. Com o sobrenome “Pugliesi” há também o político Waldir Pugliesi do PMDB do Paraná.

No estado do Mato Grosso são quarenta e seis (46) propriedades improdutivas. A concentração é densa, nos municípios do norte deste estado. Nos vizinhos Tabaporã, Alta Floresta e Novo Mundo, e em Aripuanã localizei dez (10) entre grandes e médias propriedades improdutivas em nome do deputado federal Rogério Lucio Soares da Silva PP/MT, ele é um ruralista identificado que declarou como profissões empresário e produtor rural. Nos municípios de São Félix do Araguaia, Sapezal e Itiquira estão concentradas as terras ligadas a família de Blairo Maggi. Vinculadas ao sobrenome do Deputado Federal Carlos Gomes Bezerra PMDB/MT são quatro (4) grandes propriedades improdutivas em Paranatinga, uma em nova Brasilândia e outra Fazenda em Novo São Joaquim, este município já no nordeste mato-grossense, pertence à microrregião de Canarana, onde também estão localizadas as fazendas ligadas a Iris Rezende e Dona Iris nos municípios de Querência e Canarana. Júlio José de Campos possui terras em Jangada. E em Barra do Bugres o deputado federal e médico Marcos Montes Cordeiro DEM/MG declarou a “Fazenda Mineira II”, nome bem apropriado para o ruralista eleito por este estado. Em Cocalinho, no médio Araguaia é inevitável mencionar, mais uma vez, a “Fazenda Santa Luzia”, o grilo denominado “posse” pelo deputado Sandro da Mabel PR/GO com nove mil (9.000) hectares.

No estado de Goiás, a maioria das propriedades improdutivas é ligada ao senador e agropecuarista Eunício Lopes de Oliveira PMDB/CE concentradas no município de Corumbá de Goiás. Em nome de outras lideranças, como Demóstenes Torres, Carlos Leréia, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia e Sandro Scodro as terras improdutivas estão em Minaçu, Piranhas, Itaberaí, Mara Rosa e São Miguel do Araguaia.

No estado do Maranhão as propriedades improdutivas dos ruralistas pertencem a cinco políticos, Antonio Joaquim Araujo Filho PPB/MA, Francisco de Assis Milhomem Coelho DEM/MA, José Sarney PMDB/AP e Jose Gomes da Rocha PSD/GO, este representante ruralista de Goiás declarou ao INCRA mais fazendas improdutivas que os demais elas estão situadas em Balsas, Tasso Fragoso, Caratupera. Também em Balsas, no sul maranhense está a propriedade de Francisco Milhomem. Enquanto em Codó a propriedade improdutiva “Boi não Berra” de Antonio Joaquim Araujo Filho PP/MA. No norte maranhense, em Paço do Lumiar está a “Fazenda Curupu” grande propriedade improdutiva do ex-presidente José Sarney.

No estado do Piauí são dezessete (18) propriedades improdutivas, sendo que os maiores concentradores de terras improdutivas são Ciro Nogueira Lima Filho PP/PI, Júlio Cesar de Carvalho Lima DEM/PI e Themistocles de Sampaio Pereira PMDB/PI, cada um possui, respectivamente, quatro, seis e cinco propriedades improdutivas distribuídas na capital Terezina, e nos municípios do centro-norte piauiense em Elesbão Veloso e Valença do Piauí; no sudoeste deste estado em Guadalupe, Antônio Almeida e Santa Filomena; no Baixo Parnaíba as terras estão em Morro do Chapéu, Luzilândia, Joaquim Pires e Batalha, estas localidades incluem a propriedade Marcelo Costa e Castro PMDB/PI. No município de João Costa no Alto Médio Canindé encontra-se também a propriedade de Francisco Paes Landim PTB/PI. Em Baixa Grande do Ribeiro foi registrada em nome de outra pessoa, a Fazenda Economiza IV, grande propriedade improdutiva cuja área é de cinco mil cento e trinta e seis (5.136) hectares, o parlamentar paranaense Ricardo Jose Magalhães de Barros PMDB/PR declarou nos bens (2010) dois registros, neste município, do *“Imóvel Rural Remanescente De Uma Gleba De Terras, Denominada Fazenda Economiza IV”* somando cinco mil e cento e cinquenta e nove (5.159) hectares.

No estado de Pernambuco são dez propriedades improdutivas, sendo que seis pertencem ao político Inocêncio Gomes de Oliveira PR/PE, são seis fazendas cuja localização é nos municípios do sertão pernambucano de Exu e Serra Talhada, e na zona da mata no município de Aliança. Em Petrolina e Limoeiro estão as terras dos deputados federais Jose Mendonça Bezerra, Sérgio Guerra e Luiz Gonzaga Patriota. Em Cabrobró a propriedade

improdutiva do político roraimense ex-deputado federal Francisco de Assis Rodrigues DEM/RR.

Em Sergipe as terras improdutivas que pertencem a João Bastos Colaço Dias PSB/SE estão situadas em Chã Grande e Pombos. A terra de José Carlos Machado DEM/SE está em Itabaiana, e as duas em Itaporanga D'ajuda pertencem a José Cleonâncio da Fonseca. Enquanto no Ceará Francisco Paes Landim PMDB/CE declarou duas propriedades improdutivas em Milhã, no sertão cearense.

Na Paraíba a única propriedade improdutiva localizada no município de Esperança, "Sítio Lagoa de Pedra" média propriedade improdutiva, com sessenta e três (63) hectares que está em nome do ex-deputado federal e médico Armando Abílio Vieira PTB/PB.

No estado da Bahia são quarenta e duas (42) propriedades improdutivas, concentradas em municípios do nordeste, extremo oeste e sul e centro sul baiano. No sobrenome "Cedraz de Oliveira" são doze (12) fazendas incluindo uma em nome do próprio ex-deputado federal Aroldo Cedraz de Oliveira DEM/BA, em Conceição do Coité, Queimadas, Cansanção, Santaluz, Itiúba e Itapicuru, no nordeste baiano. Também nesta região João Carlos Paolilo Bacelar do PL/BA declarou em Jandaíra e Entre Rios quatro fazendas. O ex-deputado federal Colbert Martins da Silva Filho PPS/BA possui uma fazenda em Nova Itarana, no sudoeste da Bahia e outra, em Feira de Santana, no centro norte baiano. Em nome da filha de Fábio Loureiro Souto foram localizadas duas fazendas improdutivas no sul da Bahia, ambas com área total declarada como posse no município de Santa Luzia. Em nome de Geddel Quadros Vieira Lima e de seu pai, são seis fazendas improdutivas uma Macarani, outra em Coribe e as outras quatro em Ibicuí, no centro sul baiano. Neste mesmo município o ex-deputado federal Leuer de Brito Lomanto do PMDB/BA declarou uma propriedade improdutiva. Jaime Fernandes Filho DEM/BA declarou uma fazenda em Itamaraju no sul do estado. Enquanto no extremo oeste, município de Coribe José Alves Rocha "Zé Rocha" DEM/BA declarou três fazendas improdutivas. Outro parlamentar que concentrou latifúndios nesta região é o ex-deputado federal José Lourenço Morais da Silva PMDB/BA que declarou seis latifúndios improdutivos, sendo dois em Brejolândia, um em Tabocas do Brejo Velho e um em Serra Dourada, enquanto

os outros três estão localizados no nordeste deste estado em Euclides da Cunha. Outras duas propriedades neste município são do parlamentar José Nunes Soares DEM/BA. Em Uruçuca e Itaeté, Paulo Sergio Paranhos de Magalhães DEM/BA declarou suas duas propriedades improdutivas. Para concluir este quadro de concentração da propriedade improdutiva na Bahia, o parlamentar pernambucano Osvaldo de Souza Coelho DEM/PE declarou a "Fazenda Cachoeirinha" em Vereda, no extremo sul baiano, a área total desta propriedade (cento e cinquenta e dois hectares) foi declarada como posse.

No estado do Rio de Janeiro as duas fazendas improdutivas estão em nome Jorge Sayed Picciani, pai do deputado federal e "empresário na área pecuarista" Leonardo Picciani PMDB/RJ, a Fazenda Primavera e Fazenda Saudade estão localizadas no município de Rio das Flores, este município integrou a produção cafeeira do Vale do Rio Paraíba do Sul durante o século XIX e com a decadência desta produção passou a concentrar a atividade agropecuária, foco da economia neste município, além do turismo.

No estado de São Paulo as terras improdutivas pertencem ao senador ruralista identificado Aloysio Nunes Ferreira, duas Fazendas Boa Esperança e Santana em Pontalinda e Guapiaçu; Junji Abe DEM/SP que possui uma fazenda em Mogi das Cruzes e Nelson Marquezzelli PTB/SP declarou duas fazendas improdutivas em Pirassununga e Descalvado. Já Paulo César de Oliveira Lima declarou em seu nome a grande propriedade improdutiva Fazenda Indiana em Caiuá, no Pontal do Paranapanema.

Em Minas Gerais, a maior concentração das terras improdutivas, é de José Bonifácio Tamm de Andrada PSDB/MG, na região do campo das vertentes, José Tomaz da Silva Nonô Neto DEM/AL em Iturama no Triângulo Mineiro, e do cafeicultor Silas Brasileiro em Patrocínio, sul de Minas.

Nos estados do sul cuja estrutura fundiária é minifundista, apenas duas médias propriedades improdutivas aparecem nos municípios de Gravatal e Caçador, SC. Elas pertencem aos políticos João Batista Matos e Edson Bez de Oliveira ambos do PMDB/SC.

A questão da apropriação fundiária ruralista torna-se mais intricada se considerarmos a concentração e dispersão da propriedade no território brasileiro, nos dados de bens declarados e entregues a Justiça Eleitoral como mostra o Mapa 03 – RURALISTAS: Localização e Área das Terras, Declaração

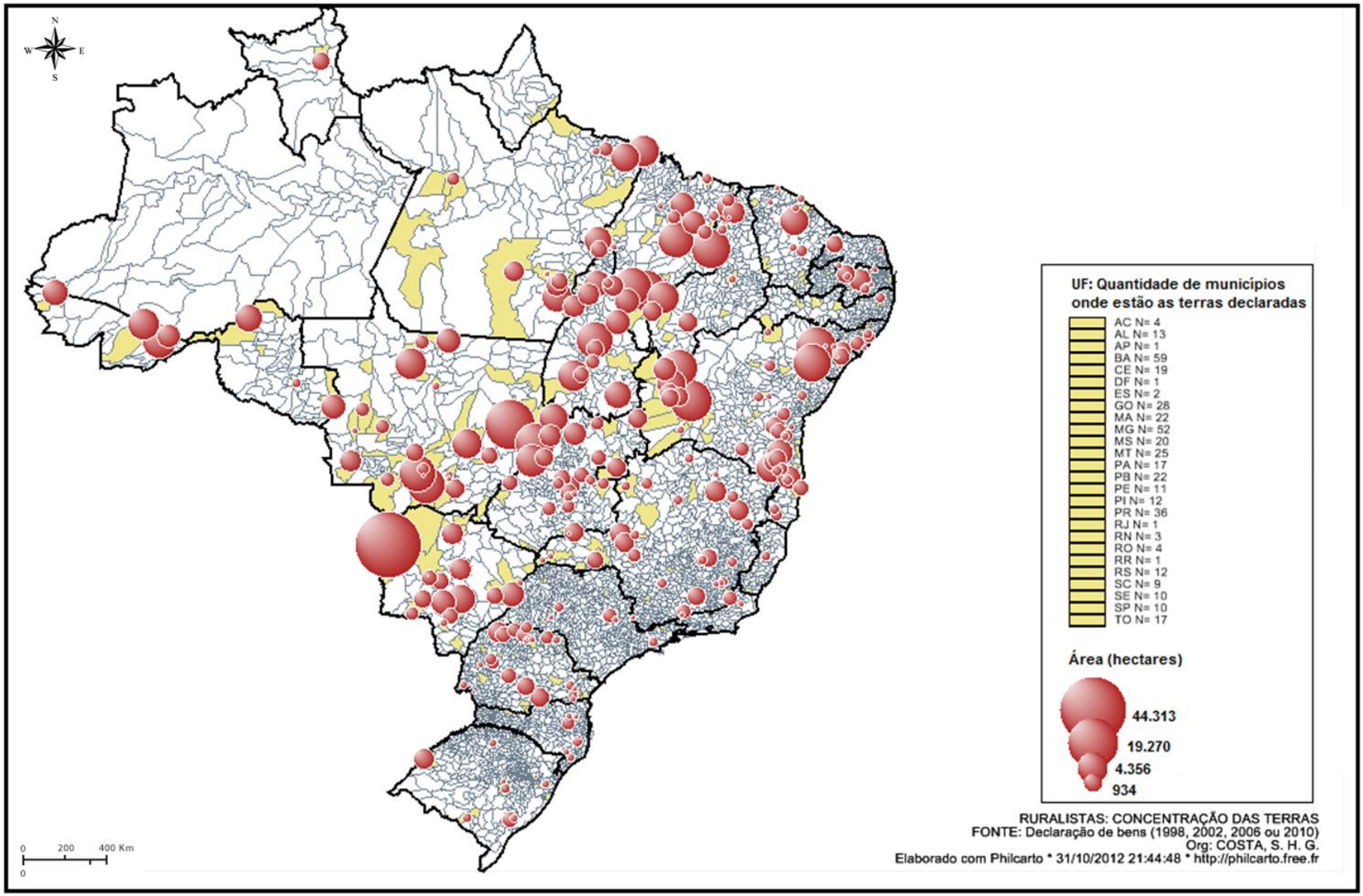
de Bens (1998, 2002, 2006 ou 2010), a seguir. Através da análise deste mapa é possível constatar o adensamento maior das áreas das terras, incluindo um número de duzentos e noventa (290) municípios. Além do grande número de propriedades onde os ruralistas informaram os municípios nos estados, mas não informaram as áreas dos mesmos que são respectivamente, Bahia (85), Goiás (85), Minas (54), Ceará (35), Paraíba (32), Maranhão (20), Pernambuco (18), Piauí (11), Alagoas (14), Mato Grosso do Sul (5), Mato Grosso (10), Pará (16), Brasília (2), Acre (4), Amapá (1) e Paraná (27).

Nas terras do estado do Tocantins, aparecem neste mapa as treze (13) propriedades declaradas por Osvaldo de Souza Reis PMDB/TO em São Sebastião do Tocantins, na região Bico do Papagaio que inclui o município de Xinguara, no Pará, onde também João Batista de Jesus Ribeiro PR/TO declarou uma grande propriedade, inclusive, o mesmo declarou uma área rural “as margens do Araguaia”.

Uma maior concentração de terras foi declarada no Maranhão, inclusive nos municípios contíguos de Balsas, Riachão e Tasso Fragoso, onde o representante ruralista de Goiás, José Gomes Rocha, concentra suas propriedades, ele e Francisco de Assis Milhomem Coelho DEM/MA. Nesta fonte aparecem também as fazendas de Eliseu Barroso De Carvalho Moura PP/MA, que não havia declarado terras ao INCRA.

Na Bahia, as regiões oeste, sul incluindo a zona cacaueira, e nordeste baiano são focos da concentração fundiária ruralista. Somente José Alves Rocha declarou vinte e sete (27) propriedades, sendo vinte e duas (22) em Coribe entre lotes agrícolas e fazendas. De modo geral os grandes latifundiários ruralistas deste estado revelados pelos dados do INCRA, são os mesmos desta fonte (Declaração de Bens), mas merece destaque as terras dos irmãos Geddel e Lúcio Quadros PMDB/BA, este não havia declarado terras ao INCRA, mas nesta fonte declarou doze (12) propriedades concentradas em Ibicuí, Potiragua, Itapebi, Itarantim, Itororó e Macarani.

Mapa 03 – RURALISTAS: Localização e Área das Terras, Declaração de Bens (1998, 2002, 2006 ou 2010)



Este mapa permite visualizar a localização das terras nos estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. No Mato Grosso do Sul em evidência encontram-se as três fazendas que foram declaradas pelo representante deste estado Flávio Augusto Derzi PPB/MS, localizadas em Corumbá, elas somam quarenta e quatro mil e trezentos e treze (44.313) hectares. Nesta soma faz parte a Fazenda Conceição cuja extensão é de trinta e dois mil e oitocentos e oito (32.808) hectares, que ele declarou possuir com outros dois membros de sua família. No município de Guia Lopes da Laguna, no domínio do cerrado na região da Serra da Bodoquena, ele declarou mais uma das suas grandes propriedades, e mais outra fazenda no município de Bela Vista fronteiriço com o Paraguai. Neste mesmo município Reinaldo Azambuja Silva PSDB/MS declarou uma grande propriedade, e outra na riquíssima paisagem das terras de Maracaju. E nos solos férteis de Laguna Carapã, Marçal Gonçalves Leite Filho PMDB/MS declarou uma pequena propriedade. Enquanto Edson Giroto PR/MS e Luiz Henrique Mandetta DEM/MS declararam terras em Dois Irmãos do Buriti, na “porta de entrada” para o pantanal próximo a Aquidauana. Ainda neste estado, os representantes de São Paulo deram conta de territorializar o latifúndio ruralista, e esconder as áreas Edson Edinho Coelho Araújo PMDB/SP, em Aparecida do Taboado. Neste mesmo município e também em Alto Araguaia, Etivaldo Vadão Gomes PP/SP declarou sua fazenda. E, Paulo Cesar de Oliveira Lima PMDB/SP declarou três propriedades em Pedro Gomes, e outra em Coxim, município na borda setentrional da Bacia do Alto do Paraguai que possui um dos maiores rebanhos bovinos do estado. As propriedades que foram passíveis de identificação neste estado se situam nas áreas de solo mais fértil, da rica biodiversidade do Cerrado e Pantanal, além de gozar da abundância hídrica da Bacia do Rio da Prata.

Enquanto no Paraná, as terras dos políticos eleitos em outros estados, estão situadas em Paranavaí, Santa Mariana e São Miguel do Iguaçu, pertencem respectivamente a Sergio Siqueira de Carvalho PMDB/RO (este declarou a maior propriedade no estado), Olavo Bilac Pinto Neto PR/MG, Blairo Borges Maggi, este possui também propriedade em Capanema. E dentre a numerosa representação ruralista do Paraná, com vinte e sete (27) estudados, quinze (15) declararam propriedades. A maior concentração é no noroeste e no

norte paranaense, região de planalto basáltico onde estão as terras mais férteis do estado denominada por solo de “terra rocha”. Nos municípios de Paranavaí, Jaguapitã, Guairaçá, Cambé, Rolândia, Londrina e em Colorado (conhecida atualmente como “capital paranaense do rodeio” e que foi fundada ação da Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva – CIAC), são proprietários Alex Canziani Silveira PTB/PR, Luiz Carlos Setim DEM/PR, Luis Carlos Jorge Hauly PSDB/PR. Em Palmital, município assentado em uma região de pecuária leiteira Alex Canziani declarou uma grande propriedade. Na região da grande Curitiba estão as terras de Abelardo Lupion Mello DEM/PR e Iris Xavier Simões PTB/PR respectivamente, em Mandirituba e São José dos Pinhais.

Os maiores concentradores de terra no estado de Santa Catarina são os parlamentares Ronaldo José Benedet PMDB/SC e João Alberto Pizzolatti Júnior PP/SC, o primeiro declarou cinco terrenos rurais em Siderópolis e outros dois em Bom Jardim da Serra, o segundo tem cinco propriedades declaradas em Pomerode, Anitápolis e no município de Doutor Pedrinho.

No estado de Minas Gerais mais terras foram declaradas na zona da mata mineira, por Danilo de Castro e seu filho o deputado federal Rodrigo de Castro DEM/MG. E, aparecem as terras nos municípios do Triângulo Mineiro (Uberlândia e Uberaba) em nome Paulo Piau Nogueira e Odelmo Leão Sobrinho, e União de Minas as fazendas dos parlamentares alagoanos José Thomaz Da Silva Nonô Netto DEM/AL e Joaquim Beltrão Siqueira PMDB/AL. Outro parlamentar de outra região que declarou terras neste estado no vale do aço, em Caratinga, foi Anivaldo Juvenil Vale PSDB/PA.

Na Paraíba, o senador José Targino Maranhão PMDB/PB, ruralista identificado que não declarou terras ao INCRA nesta fonte assumiu dez (10) propriedades em Araruna e Tacima (município emancipado de Campo de Santana), mas não revelou a área, portando não aparece no mapa a evidência da área nestas localidades. O mesmo acontece para as dezenove (19) propriedades em nome de Adauto Pereira de Lima DEM/PB e Armando Abilio Vieira PTB/PB, distribuídas em municípios do sertão (Remígio, Areia, Esperança, Diamante, Patos e Pombos). Também no Semi-árido Efraim de Araujo Morais DEM/PB declarou suas fazendas, no município de Várzea e Santa Luzia.

No estado de Pernambuco chama atenção a concentração de terras em Petrolina, que foram declaradas por Luiz Gonzaga Patriota e Osvaldo de Souza Coelho, este município encontra-se no vale do Rio São Francisco região de produção da fruticultura irrigada, entretanto a área das propriedades não foi revelada.

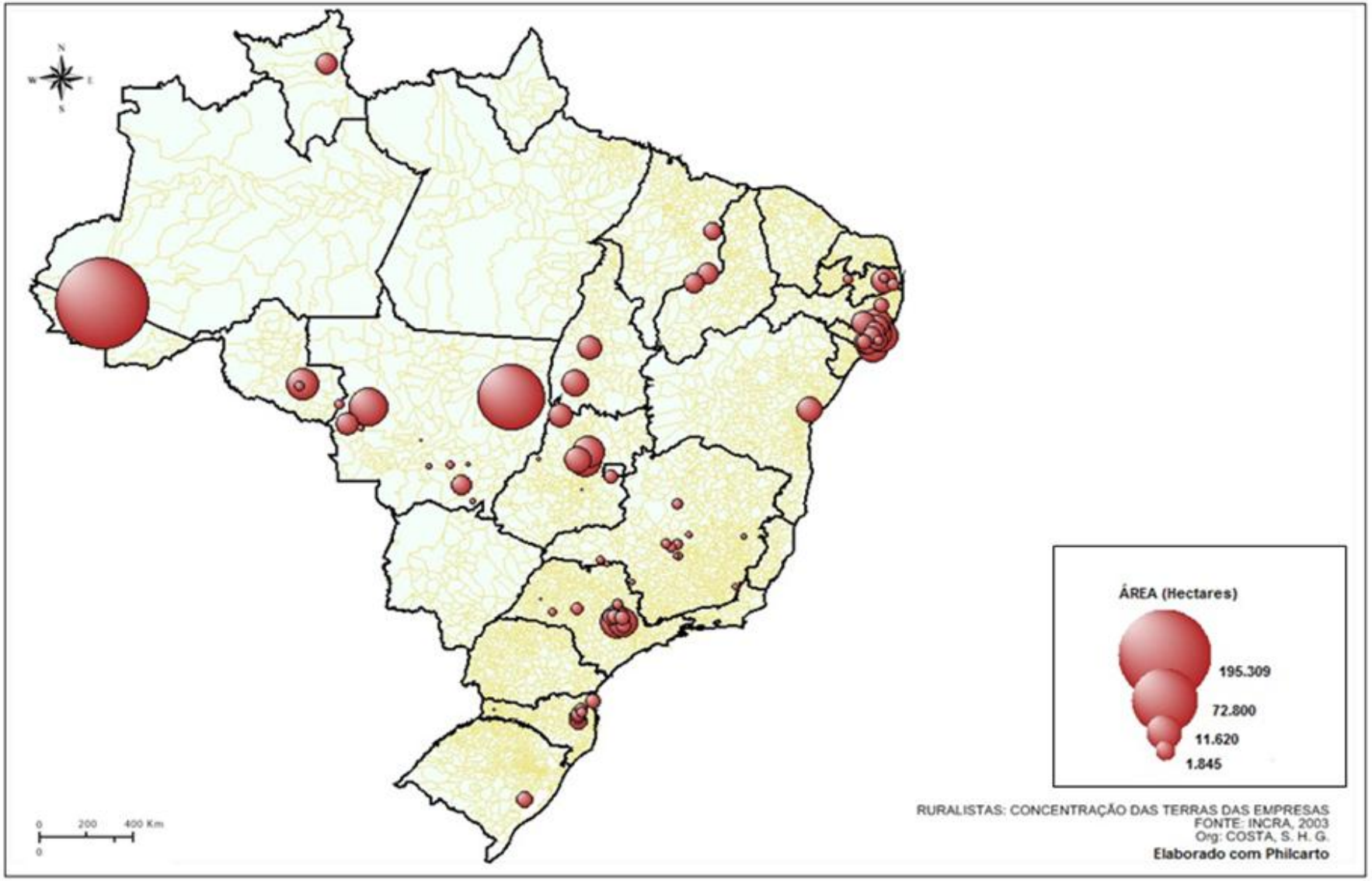
A seguir, o Mapa 04 mostra como se territorializam o capital e o latifúndio ruralistas nas empresas que senadores e deputados federais possuem investimentos, ações ou cotas, ou mesmo são proprietários ou de suas famílias.

O mapa mostra que as empresas territorializam sua ação em todas as regiões do país em alguns focos de concentração onde estão distribuídos os quatrocentos e dezesseis (416) imóveis rurais identificados. Embora não envolva todos os estados inclui oitenta e sete (87) municípios brasileiros.

Novamente, são alvo de uma concentração de terras extensa e contínua, os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Neste estado as terras são do Projeto Rio Formoso, em Formoso do Araguaia, que foi analisado anteriormente (página 250-251). E, em Paraíso do Tocantins a empresa “MONA AGROPECUARIA LTDA”, na qual Igor Pugliesi Avelino PMDB/TO declarou ações.

Além do estado no Tocantins, na Região Norte em Rondônia, estão localizadas as terras da “CASSOL AGROPECUARIA LTDA”, em Santa Luzia do Oeste “ELETROSOL CENTRAIS ELETRICAS CASSOL LTDA” as terras desta estão em Alta Floresta do Oeste e Vilhena. Enquanto, no Acre as terras improdutivas em nome da empresa, “PARANACRE CIA PARANAENSE DE COLONIZ AGROP E IND DO ACRE” já mencionadas neste texto (página 267).

MAPA 04 – RURALISTAS: Concentração das Terras das Empresas (INCRA, 2003)



No estado de Roraima a empresa “AGROPECUARIA PAU RAINHA SA” de Salomão Afonso de Sousa Cruz PTB/RR, cujas terras também são improdutivas.

Na região nordeste as terras das empresas estão no Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas. No Maranhão, em Caxias as terras improdutivas da “ESTRELA AGROPECUARIA E INDUSTRIA LIMITADA” empresa que Paulo Celso Fonseca Marinho PL/MA ocupou o cargo de diretor. No Piauí concentram terras em Teresina a empresa “MANGAL FRUTAS TROPICAIS DE EXPORTACAO LTDA” de Themistocles de Sampaio Pereira PMDB/PI e “TROPICAL FRUTOS CANAA LTDA” onde Júlio Cesar de Carvalho Lima declarou ações, ele também declarou a “AGROLUPE AGROPECUARIA GUADALUPE”. A “USINA TANQUES S/A” declarada por Enivaldo Ribeiro do PP/PB concentra em Alagoa Grande dezesseis propriedades, ainda expande pelos municípios de Areias e Pilar. Em Patos estão situadas as terras da “ALGODOEIRA HORACIO NOBREGA SA” empresa na qual Adauto Pereira de Lima DEM/PB declarou ações. Em Pernambuco aparece no município de Bezerros as terras da “AGROPECUARIA JACANA LTDA” na qual Ricardo Ferreira Fiuza declarou ações. No estado da Bahia apenas uma grande propriedade em nome da empresa “PARANHOS SA AGRICULTURA E PECUARIA” de Paulo Sergio Paranhos de Magalhães DEM/BA, em Muquém de São Francisco.

Em Alagoas a apropriação capitalista e rentista é mais complexa devido ao grande número de propriedades envolvidas e as relações políticas e familiares dos grupos usineiros deste estado, já tratamos neste texto dos laços de parentesco Theotônio Brandão Vilela Filho que possui vínculos com “USINAS REUNIDAS SERESTA SA” e também de João Pereira de Lyra e do seu irmão Carlos Lyra, que tem se apropriado das terras de vários municípios alagoanas para expansão canavieira, além de concentrarem uma grande extensão de terras improdutivas. O grupo Carlos Lyra conforme tratado no capítulo anterior tem se apropriado de terras no Triângulo Mineiro, que envolve um grande número de pequenas propriedades, além das médias propriedades produtivas e improdutivas principalmente das pequenas propriedades, ou seja, os usineiros do nordeste estão se apropriando das terras de produção de alimentos naquela região para a produção dos “*agrocombustíveis*.” Também

concentra terras no município de Pilar a “USINA TERRA NOVA SA” em que o parlamentar Carlos Alberto Moreira de Mendonça Canuto PMDB assumiu na Biografia da Câmara ter sido diretor gerente, entre os anos de 1978 a 1990.

Mas os ruralistas do estado de Minas Gerais também realizam sua “ação empreendedora”, com destaque para a “AGROPECUARIA LAEL VARELLA LTDA” do deputado federal Lael Varella PMDB/MG, na zona da mata. E na região mais central de minas COMPANHIA SIDERURGICA PITANGUI de Newton Cardoso PMDB/MG. Foi incluído o município de Pirapora onde a empresa “UNIAGRO UNIAO AGROPECUARIA PIRAPORA SA” possui a “FAZ VIVEIROS FLORESTA P BRIGIDA” com área de duzentos e setenta e seis (276) hectares, e área registrada de sete mil duzentos e quatorze (7.214) hectares, o deputado federal Romeu Ferreira de Queiroz declarou Fazenda Viveiros em Pirapora, esta foi a única propriedade com este nome no município, pode ser então a mesma deste parlamentar.

No estado de São Paulo estão concentradas as terras da empresa “SANTA BARBARA AGRICOLA SA” declarada por João Hermann Neto PDT/SP, inclui os municípios contíguos de Santa Bárbara do Oeste, Piracicaba, Charqueada, Limeira, Monte Mor e Rio Claro, mas já se expande por São Carlos e Presidente Alves. Os demais registros de empresas neste estado estão em Descalvado a “COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO VALE DO MOGI GUACU” declarada por Nelson Marquenzelli, em Adamantina “COOPERATIVA AGRIC MISTA DE ADAMANTINA” declarada por Paulo Lima do PMDB/SP.

Para concluir a territorialização das empresas ruralistas é indispensável discorrer sobre as terras do “Grupo Sperafico”, do ex-deputado federal Dilso Sperafico PSDB/MS e Dilceu João Sperafico PR/PR.

> O grupo Sperafico iniciou suas atividades com o comércio de secos e molhados em 1957 no distrito de Vila Nova, pertencente a Toledo (PR), onde veio a se instalar anos depois. No final da década de 60 passou a lidar com plantio de soja, trigo e milho, expandindo seus negócios também para outros estados, começando pelo Mato Grosso do Sul (...) Hoje o Grupo Sperafico possui a Clean Farm do Brasil Ltda e controla a Sperafico da Amazônia S.A., além de atuar em quatro estados brasileiros: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo através de suas 49 filiais, muito bem distribuídas nestas principais regiões produtoras de grãos do Brasil. Devido a seu crescimento, a Sperafico Agroindustrial conquistou expressiva participação, tanto no mercado interno, quanto externo (...)Com cinco

> fábricas de esmagamento de soja – instaladas nas cidades de Marechal Cândido Rondon (PR), Ponta Porã (MS), Bataguassu (MS), Cuiabá (MT) e Orlândia (SP)" (GRUPO SPERAFICO, 2012)

Além dos municípios citados no Cadastro do INCRA em nome da "AGRICOLA SPERAFICO LTDA" e "SPERAFICO DA AMAZONIA SA" foram localizados minifúndios no estado do Mato Grosso em Campos de Júlio, Primavera do Leste, Cuiabá e Diamantino. Além de uma grande propriedade improdutiva cuja área declarada foi de dois mil setecentos e trinta e oito (2.738) hectares, declarada como posse, mas a rigor trata-se de uma terra grilada, situada em Comodoro, MT. Como dito anteriormente outras pessoas com sobrenome Sperafico declararam 15 propriedades sendo que oito são improdutivas, todas no Mato Grosso. Não foram localizadas terras no estado de São Paulo no Cadastro do INCRA, e lamentavelmente os dados do Mato Grosso do Sul e Paraná não foram disponibilizados, pois deveriam ser encontrados mais registros desta empresa. Aliás, que inclusive mapeia em sua página virtual as terras das Filiais do Grupo Sperafico nos municípios destes estados, conforme mapas mostrados no Anexo G.

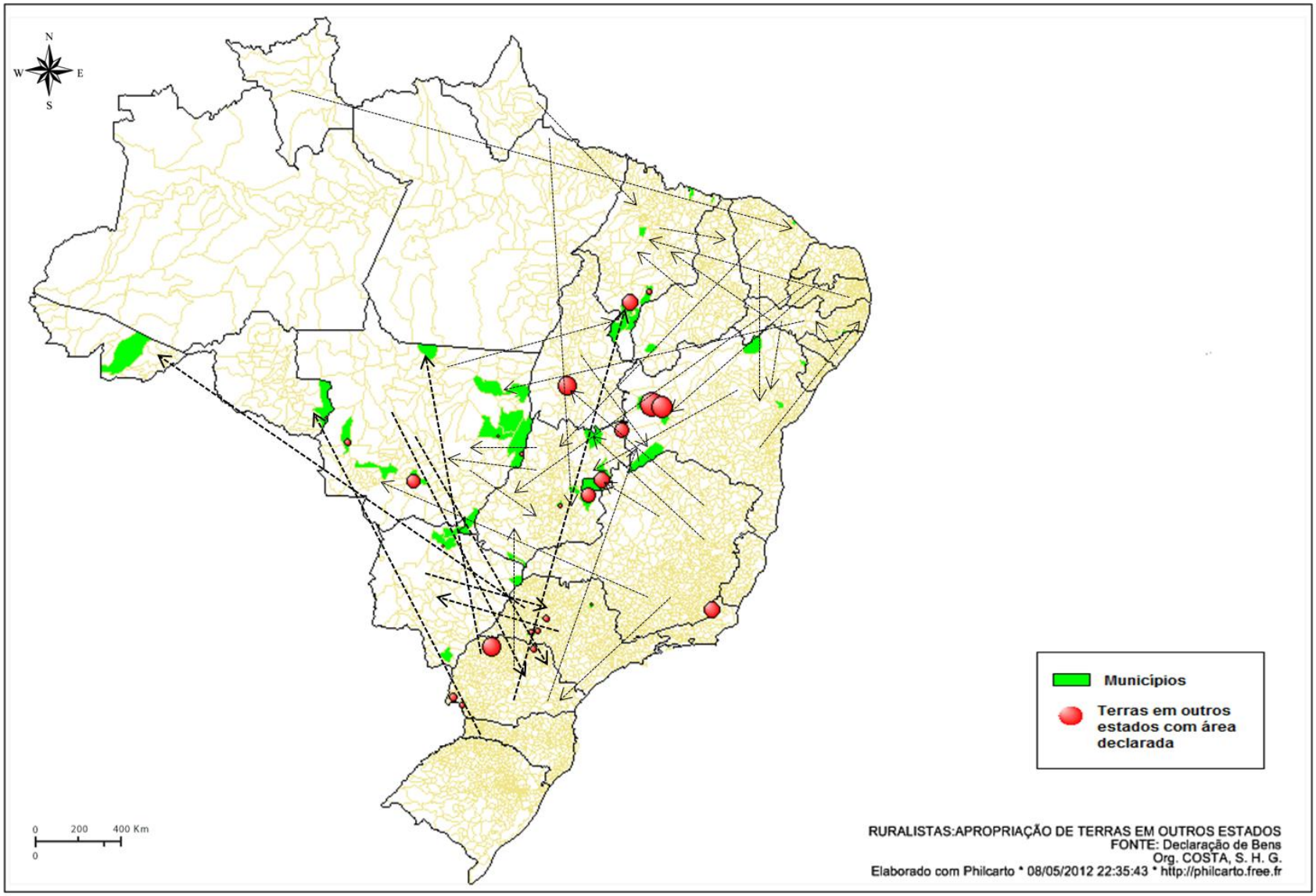
4.2. Deitado nas redes do poder: de onde chegam e para onde levam as tramas dos congressistas

Na análise dos capítulos anteriores é possível construir um retrato da Bancada Ruralista do Congresso Nacional, e as particularidades nas bancadas estaduais. É notório que alguns dos seus representantes têm uma evidência maior dentro do jogo político, e consequentemente na prática da apropriação do território.

Neste ínterim, é pertinente afirmar que o poder dos ruralistas, sobretudo as grandes lideranças conseguem expandir para além dos limites do estado que os elege a sua trama de relações políticas, de produção de capital, latifundistas e também de conflitos por terra. O Mapa 05 – RURALISTAS: Fluxos Estaduais e Regionais de Apropriação de Terras, com base na declaração de bens representa os casos já referidos ao longo texto, de ruralistas que foram buscar terras em outros estados, além de sua ação mais direta como político.

Este mapa permite visualizar que além da apropriação de terras na escala intraestadual, concomitantemente há a expansão da propriedade em nível interestadual e também interregional. A direção predominante do fluxo dos proprietários de terra é para municípios da região Centro Oeste. Inclui Também o oeste da Bahia, nas área de domínio do Cerrado e também da expansão do agronegócio. E no sul do Maranhão área também ameaçada pela monocultura da soja e do milho.

MAPA 05 – RURALISTAS: Fluxos Estaduais e Regionais de Apropriação de Terras

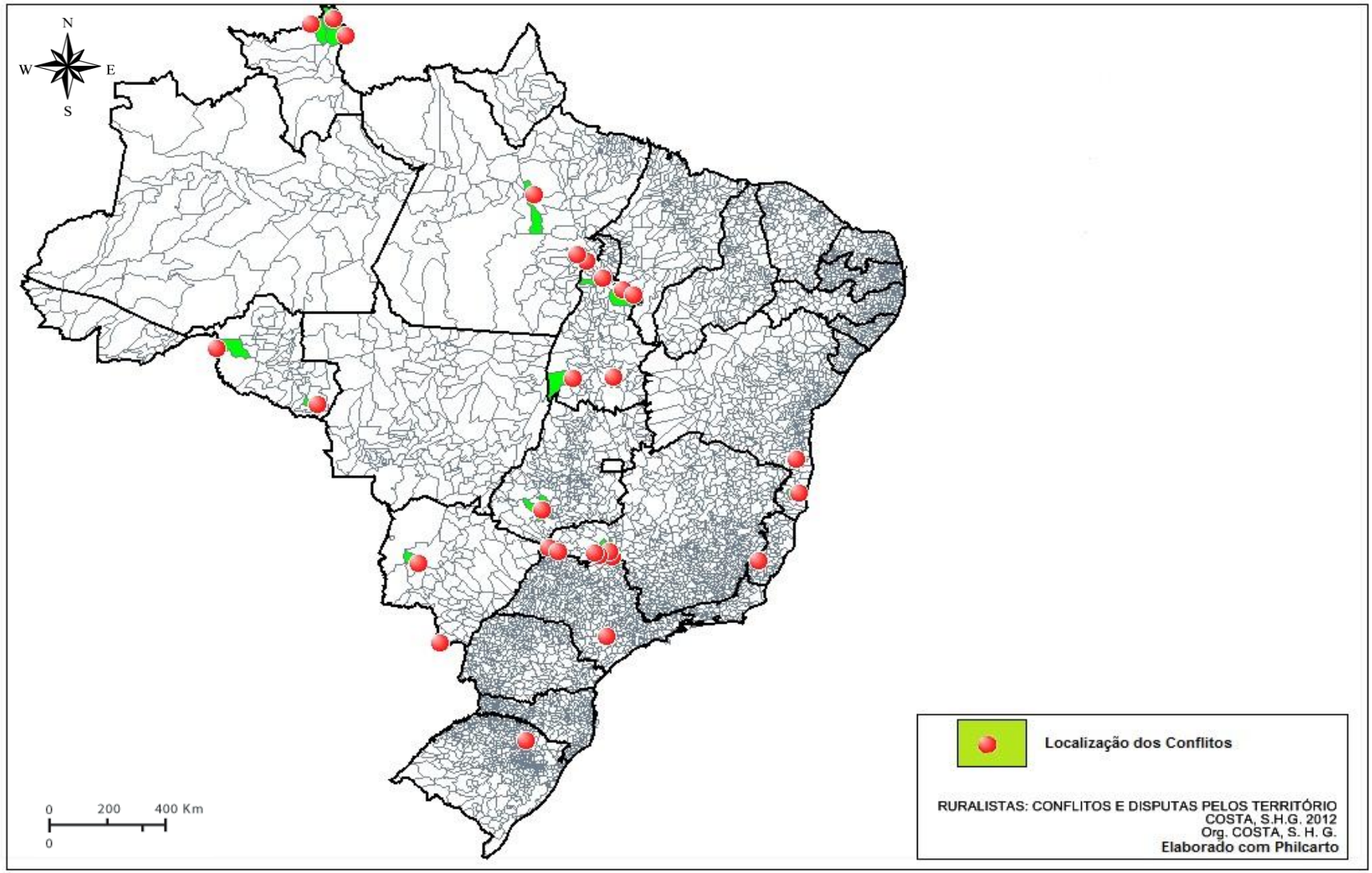


Investidos de poder pelos capitalistas da agricultura nas entidades de representação de interesse patronal, pelos eleitores através do voto (nos cargos públicos eletivos e outras posições na estrutura burocrática do estado), e protegidos pelo sobrenome e pelo patrimônio, os ruralistas tem travado um luta contra a classe camponesa, os povos indígenas e quilombolas e intentam cercear os seus direitos escrevem mais capítulos sangrentos na história da apropriação do território nacional. O Mapa 06 representa a localização dos conflitos no campo e disputas pelo território, trabalhadas no capítulo anterior.

Este mapa representa a localização das áreas onde as práticas ruralistas de grilagem de terras, “escravidão temporária”, enfrentamento direto de deputados e senadores com movimentos sociais organizados, sobretudo, onde tem ocorrido uma disputa geopolítica pelos territórios indígenas para dispor destas terras para a agressiva expansão do agronegócio.

Considerando a reivindicação emergencial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, neste último “Abril Vermelho” pelo atendimento das 186 mil famílias acampadas. Deveriam ser lançados, neste mapa, todos os municípios que vimos no Mapa 02, onde estão situadas as terras improdutivas declaradas ao INCRA pelos ruralistas, elas somam 218.853 hectares, além daquelas terras improdutivas em nome das empresas 279.082 hectares que poderiam resolver parte da demanda das famílias acampadas a mais de uma década, em beira de estrada. Portanto, se há uma omissão do Estado quanto a esta questão, é porque a elite agrária encontra-se organizada em várias frentes e não permite nenhum avanço na regulação do território, pelo contrário, a incursão emergente no discurso da Bancada Ruralista é no sentido de atravancar e retroceder na ampliação dos direitos conquistados pela Constituição de 1988. Assim, esta elite agrária retrógada, que descansa nas tramas da rede de poder historicamente constituída, tem ampliado o capital na agricultura, ora usando o caminho dito “moderno” as práticas mecanizadas dentro da lógica financeira atreladas com os monopólios globais para produção de commodities, agro combustíveis, grãos, carne, para exportação, ao passo que recorrem às práticas mais vis para obter a renda fundiária no campo.

Mapa 06 – RURALISTAS: conflitos no campo e disputas pelo território



5. Considerações Finais

O contexto político do ano de 2009 ao mês de Junho de 2012, fase de elaboração deste trabalho, permite apreender um protagonismo cada vez maior da Bancada Ruralista do Congresso Nacional, na questão agrária no Brasil. Foram pautas nestes anos o conflito no território indígena Raposa Terra do Sol, a ampliação do prazo de averbação da reserva legal, a disputa pela aprovação do Código Florestal ruralista, o Projeto de Emenda Constitucional do Trabalho Escravo, a grilagem de terras públicas na Amazônia, o recente litígio no território da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, no sul da Bahia e o conflito fundiário envovendo a etnia Guarani Kawiowa, na região de Paranhos no Mato Grosso do Sul. As obras da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no Pará e as obras de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, em Rondônia, e os escândalos de corrupção, na maioria deles senão em todos teve um nome de ruralista envolvido.

O contexto foco deste estudo permitiu submeter um número considerável de parlamentares que atuam e atuaram na defesa do projeto de classe em vários momentos decisivos da política agrária, inclusive em contextos que antecederam a formação da Bancada Ruralista. O recorte temporal, que alcança o bojo das transformações neoliberais, um II Plano Nacional de Reforma Agrária que não foi realizado. A disputa silenciosa pela aprovação do Código Florestal ruralista, a expansão da produção de commodities e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento para escoar a biodiversidade, a água, o solo, o subsolo e as riquezas minerais nele abrigadas. Retornando uma balança comercial “positiva”, juros altos, alimentos mais caros na mesa, famílias acampadas em beira de estrada, em barraco de lona a mais de vinte anos, assassinatos no campo e programas sociais que não darão conta de resolver esta questão.

Enquanto a representante mais ilustre da classe, a presidente da Confederação Nacional da Agricultura reproduz, nas Casas Legislativas e na mídia, o seu discurso bestial de que são “eles os produtores de alimentos”. Eles, os mesmos rentistas privilegiados, que os ruralistas se põem a defender, porquanto também fazem parte deste grupo.

Destarte, tive que abandonar uma complexidade de pautas e fazer a opção de expor cada personagem deste conjunto heterogêneo de 374 políticos, para buscar a raiz aglutinadora dos ruralistas, a propriedade da terra e o projeto desta classe. Para isso busquei entender e resgatar sua origem na política, a origem partidária, os laços de família. Entender a fonte da acumulação patrimonial, averiguar a sua renda declarada, os seus bens.

Esta análise possibilitou afirmar que existem vários grupos dentro da bancada que são sojeiros, silvicultores, arrozeiros, cafeicultores, comerciantes, religiosos, industriais, administradores públicos. Embora, os pecuaristas permaneçam como a grande força de representação dentro da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. E, portanto, são protagonistas neste processo de apropriação das terras do território, junto com os produtores de grãos e os usineiros, estes embora em menor número tem se apropriado de grandes porções de terras pelo território de forma avassaladora, expandindo o agronegócio e ao passo que concentram terras improdutivas. Neste ínterim, a produção capitalista na agricultura no Brasil se desenvolve de modo contraditório, desigual e combinado como é notório na ação dos grandes grupos empresariais ruralistas (Grupo Carlos Lyra, Grupo Mabel, Grupo Sperafico, Grupo Andre Maggi, Grupo Paulo Lima, Grupo Newton Cardoso), são grupos que, ao mesmo tempo estão atrelados com a produção para o mercado global de commodities, ao passo que são dirigidos e administrados por políticos que atuam na representação política ruralista que vem nesta prática um meio para se apropriar das terras devolutas e ampliar capital e poder. São portando, injunções históricas que trazem as nuances específicas do atual contexto produção capitalista na agricultura para o mercado global.

A Bancada Ruralista também agrega um grupo de políticos que controla a mídia, dos meios de radiodifusão e telecomunicações local e regional, e que há um interesse pela aquisição de ações neste setor. Outro grupo que acumula ações de títulos bancários, outro grupo que atua na construção civil e na exploração do setor elétrico e de mineração. Há um grupo dos que acumulam todos estes bens, são ruralistas e capitalistas “polivalentes”, se preferir uma analogia ao discurso militar são “biônicos”, porém aqui, não somente no sentido da representação e sim no sentido da acumulação capitalista.

Na análise dos bens também ficou em evidência um grupo ainda maior de ruralistas que acumulam e exploram a renda urbana da terra, e que merece em outros estudos, uma atenção, pois o número de prédios e casas e apartamentos levantados são significativos, neste aspecto. Até porque estes bens tem um grande peso na renda total declarada pela maioria dos parlamentares, em alguns casos é maior que a renda dos imóveis rurais, salvo terem revelado o valor real das terras no campo.

Não é novidade que os parlamentares ruralistas não estão no Congresso Nacional para servir ao Brasil aos brasileiros e a um projeto de nação que parta do povo que os elege. Até porque, é questionável se o povo que os elege tenha um projeto de nação, ou mesmo um projeto de classe. Mesmo quando os movimentos sociais, os cidadãos, clamam pelos seus direitos, pelo cumprimento das leis deste Estado Democrático de Direito, não tem sido atendidos pelos seus representantes. Vivemos uma ditadura velada, a ditadura do capital e do latifúndio, o povo tem direito de escolher quem coloca no Congresso Nacional. E o resto eles decidem. Foi o que ocorreu com a Construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte cujas obras já iniciaram, na ilegalidade. Os instrumentos cidadãos, os espaços de decisão, as normas que vinculam eleitos a eleitores, são esmigalhados nas disputas políticas do Congresso onde a Bancada Ruralista, uma das mais numerosa, consegue sua hegemonia, pois a elite está no poder, e os capitalistas e os proprietários de terra defendem o projeto dos seus párias. Ademais existe uma enorme distância, uma distância de classe social que separa o eleitor do eleito. Muitos dos políticos analisados são ricos possuem ou concentram uma renda enorme além de todos os privilégios de auxílios que o cargo lhe proporciona, muitos declararam jóias, dinheiro em espécie, obras de arte, casa na praia, mais de um belo automóvel.

Assim, velhas questões carecem de resposta, como o que mobiliza o voto popular, de pessoas do campo e da cidade para eleger de forma tão monolítica a elite agrária? A apresentação da trajetória individual dos parlamentares da Bancada Ruralista que possuem parentes na política permite evidenciar que suas carreiras foram construídas a partir de relações gestadas em seus berços políticos em suas localidades de origem, para daí galgarem os mais altos cargos do executivo e do legislativo. O que estes laços trazem à

tona é que as lideranças políticas ruralistas, as suas tradicionais famílias, combinam seus vínculos com as relações que constroem do “curral eleitoral” ao plenário, com os representantes políticos locais, vereadores e prefeitos dos municípios onde constroem suas trajetórias, permitindo assim se perpetuarem na política e aumentar o seu patrimônio. Estaria neste ínterim uma possibilidade de explicação?

O resgate histórico da relação da representação, do controle do poder local adquirido pelo voto e o patrimonialismo puderam ser lidos no estudo de Victor Nunes Leal (1997) *“Coronelismo, Enxada e Voto”*. Examinando os resultados das eleições de parlamentares ruralistas nos pleitos de 1998 e de 2010 (início e término do contexto estudado) constatei que em geral há uma dispersão de votos nos estados que os elege e uma concentração dos votos nos “currais eleitorais”. Os dados apresentados também demonstram que os políticos ruralistas que não vem de uma tradição tem buscado expandir os tentáculos do poder para um número maior de membros da família. Neste contexto, mesmo entre os políticos mais tradicionais a mulher ruralista, tem sido projetada como personagem política, o que não acontecia nas décadas anteriores.

Outra constatação possível nesta análise é da importância do projeto político dos governos militares para a consolidação da propriedade da terra dos políticos ruralistas, que puderam expandir a fronteira agrícola e territorializar o latifúndio improdutivo principalmente em Goiás, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.

Este estudo permite analisar que este sujeito social, a Bancada Ruralista do Congresso Nacional protagonizou e protagoniza cada episódio da economia e da política que possa tocar na questão da terra. A complexa realidade mostrada pela análise dos dados do Cadastro do INCRA, órgão que possui a missão de *“Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”,* é uma instituição fragilizada, desarticulada de outros órgãos da administração pública, a quem não interessa regular as terras e permite os desmandos dos latifundiários ruralistas.

Os parlamentares a grande maioria latifundiários, empresários capitalistas, ou não, se apóiam em novos discursos, e em velhas práticas.

Escondem-se atrás desta fachada da democracia e da participação cidadã, ou mesmo recorrem a uma retórica reacionária e intimidadora e conseguem durante décadas, governar municípios, estados e assentar *"eternamente no berço esplêndido*" do Congresso Nacional.

Ao longo de décadas, no Brasil, a população teve que se submeter a processos de migração para as grandes cidades e até para o exterior, devido à ausência de uma política agrária que se preocupasse em garantir a soberania alimentar e a permanência das famílias no campo. Os episódios recentes mostram que pessoas ainda tem sido assassinadas de forma brutal no campo, inclusive a "tiro de espingarda", e todas as outras formas de violência, coerção e opressão que se pratica todos os dias, expulsão das terras, até descumprimento das leis trabalhistas. Enquanto isso a grande causa dos parlamentares eleitos pelo povo é trabalhar em favor do seu projeto de classe.

A classe dos proprietários de terra não permite que se realize uma reforma agrária, no Brasil, sequer se imponha um limite para a propriedade da terra. Não admitem que a terra sirva como meio de vida e sobrevivência, terra para moradia, terra para produção de alimentos para as pessoas que habitam este território, como praticam os indígenas, os quilombolas e a classe camponesa. O latifúndio fere a dignidade humana, e fazer do poder político um meio para reproduzi-lo é uma forma de opressão e uma perversidade contra o povo brasileiro.

6. Bibliografia

Livros e Artigos

ALBANO, Gleydson Pinheiro e SÁ, Alcindo José de. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 25, n. 2, (58-80) mai/ago. 2008

ALENCAR, Maria Tereza de e MENEZES, Ana Virgínia Costa de. AÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: transformações territoriais. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.4, n.8, p.121-147, ago. 2009.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. "Conflito pela posse da terra, posseiros X a grande empresa Fazenda Pantanal de Cima" In: **Boletim Goiano de Geografia**, 9 e 10 (1-2), 121-126, jan./dez.1989/90.

_____. **"As Políticas Territoriais e a Criação do Estado do Tocantins"**. *Orientador:* Doutorado em Geografia (Geografia Humana) FFLCH/USP (Orient.) Wanderley Messias da Costa. São Paulo, SP, Brasil, 2006

BARCELOS, E. A. S. e BERRIEL, M. C. **"Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro"** XIX ENGA, São Paulo, 2009.

BARCELOS, E. A. S. e BERRIEL, M. C. & PIMENTEL, A. O. **"A Geopolítica do patronato rural no parlamento brasileiro: uma análise da Bancada Ruralista"** XIX ENGA, São Paulo, 2009.

BARREIRA, Irys. **"A eficácia simbólica da memória e seus limites"** Revista Brasileira de Ciências Sociais, RBCS Vol. 22 nº. 63 fevereiro/2007

BATTISTI, Elir AS DISPUTAS PELA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOMBARID, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. Doutorado em Geografia (Geografia Humana) FFLCH/USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orient). São Paulo, SP, Brasil, 2006

Brito, Eliseu Pereira de. **"O papel de Palmas - TO na rede de integração regional."** Orientadora: Profa. Drª. Lisandra Pereira Lamoso Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.Dourados, MS : UFGD, 2009. 260f.

BRUNO, Regina Landim. **UDR: os 'sem-terra' dos patrões (crise de representação e novas formas de poder das oligarquias rurais**)", Pipsa. Faculdades de Ciências Agronômicas, Botacutu, 1987.

_____. **“UDR: para além da violência**” In: Tempo e Presença –Revista do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e informação), Rio de Janeiro, nº221, julho, 1987.
_____. “A ‘besta-fera’ da modernidade” In Tempo e Presença – Cedi, Rio de Janeiro Ano 11, nº239, março de 1989.

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

_____. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284–310, jul./dez. 2003.

_____.. A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma Agrária quando?** Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES. B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83–105.

_____.**“O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na nova república”.** 2002. 316p. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

_____. **“Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil”**. In: Moreira, Roberto José; Carvalho Costa, Luiz Flávio. (Org.). Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 01-316.

_____.**Um Brasil Ambivalente - Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**, Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

BUZANELLO, Edmar João. **“La burguesia agrária: organizacion de clase e representacion de intereses em Brasil (1964-1988)”** – Tese de Doutorado em Estudos Latino – Americanos apresentada no FCPS/Unan, México D.C., 1991.

CAMARGO, Orson José Roberto de. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural: o caso da bancada ruralista.** Campinas, SP: [s. n.], 2009. Orientador: Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de, *Transformacoes socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triangulo Mineiro* / Eduardo Rozetti de Carvalho. -2009. 192 f. : il. Orientador: Joao Cleps Junior. Dissertacao (mestrado) – Universidade Federal de Uberlandia, Programa de Pos-Graduacao em Geografia.

CASTILHO, Alceu Luis, **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro,** São Paulo, Editora Contexto, 2012

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Novos territórios da reforma agrária na campanha gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 194-225.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, **Conflitos no campo Brasil 2009/CPT**; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 200p.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **Do curral ao plenário: a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional,** Monografia de conclusão de curso de bacharelado em Geografia pelo Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, 2007.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder.** São Paulo: Hucitec Editora da Universidade de São Paulo, 1992

COSTA, Wagner C. da, "*Sob o signo da morte*: o poder oligárquico de Victorino a Sarney". São Luis: EDUFMA, 2006

COUTINHO, Milton. Desembargador Sarney: Memória do Primeiro Centenário, Brasília, Charbel, 2001.

CUNHA, Paulo Roberto, *"Os processos de formatação do mecanismo de compensação de reserva legal do Código Florestal Brasileiro: Política Ambiental e Ambiente Político*", Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM-USP) (no prelo)

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva (2007), na dissertação **"Nas trincheiras: luta pela terra em Formoso e Trombas (1968-1964) uma resistência ampliada."** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, UFF, RJ, 2007 Orientadora: Professora Márcia Mária Menendes Motta

FARIAS, Cleilton Sampaio de. MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev., 2010.

FELIPE, José Lacerda Alves. **"A (re) invenção do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró"** – João Pessoa, PB: Grafset, 2001. p. 126-139.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MSTa no Brasil** – Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano e RAMALHO, Cristiane Barbosa. In: **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)** ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001, 239-254 p.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas Territoriais e a reorganização do Espaço Maranhehense (Tese apresentada ao Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Orientador Prof. Drº Antônio Carlos Robert de Morais, São Paulo 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra*:* a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição 2004. 445 p.

FREITAS, Ananias José. "**UDR: formação, ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais".** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Junho, 1992.

FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. **Tempo, memória e cidade**. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza (Org.). Os Rosado em Tese. Coleção Mossoroense, Mossoró, set. 2001

GOMES DA SILVA, José. **Caindo por terra**, São Paulo, Busca Vida Ed. 1987.

_____. **"UDR: surgimento, bandeiras e perspectivas"** In Revista Tempo e Presença, nº239, Ano 11, Cedi, 1989.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa, **A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na política do Maranhão Dinástico**, São Luiz, 2006 285 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Orientadora Profª Drª Maria Elizabete Beserra Coelho

GRAZIANO DA SILVA, José, **"As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: As disputas na transição para a democracia, 1985/1989"**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Campinas, SP 28 de Julho a 1º de Agosto de 1991. ANAIS DO XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Brasília - DF, SOBER, 1991.

_____."Les associations patronales de l'agricultire brésilene moderne: lês controverses au cours dela transition vers Le democratie (1985-1989)" In:**Cahiers do Brésil Contemporain-les organizations em milieu rural: patronat et paysannerie** (org. Chonchol, M. E.) Maison de Sciences de L'Homme, Paris, junho, 1992.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**, UNICAMP, Campinas, 1996.

HEDEGÜS, Adrás, A questão agrária. In: **Historia do Marxismo IV: o marxismo na época da segunda internacional, (terceira parte).** Org. Erick

Hobsbawn, tradução Carlos Nelson e Henriques, Sergio N. . Editora Paz e terra, RJ, 1984, p.149-171

HEINZ, Flávio. "**Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição á reforma agrária (1985-1988)".** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCS/UFRS, Porto Alegre, 1991

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

HOBSBAWN, E.(org.) **História do Marxismo IV**. O marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte) tradução Carlos Nelson e Henriques, Sérgio N. - Ed. Paz e Terra, RJ. 1984. p.149-171

INSTITUTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICOS/INESC. **A bancada ruralista**: **legislatura 1999–2002**. Brasília, 2000.

_____. Bancada ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. **Brasília**, outubro, ano VII, n. 12. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (2003)

KAUTSKY K. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial – são Paulo – 1980.

LEANDRA SILVA, Lilian. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia** 1(2)24-36, dez/ 2000.

LEAL, Juliana Franco *"Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agraria e reforma agraria : um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuaria no Brasil - CNA (1995-2001)*" / Giuliana Franco Leal. Orientador Lourenço, Fernando Antonio, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime de representação no Brasil.–** 3ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.p. 440

LENZ, M. H. . **A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico**:Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007, Aracajú. Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo.* São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E O PAPEL DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO SERTÃO NORDESTINO. IN: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.4, n. 7, p. 140-166, fev. 2009.

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 16(1):29-40, jan./dez.1996.

LISITA, Cyro e FERREIRA, Denise Paiva. A busca de mundos possíveis: democracia e reformas no Brasil. In:**Boletim Goiano de Geografia Goiânia,**17(1):21-31, jan/jun.1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe***.* 31ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MARANHÃO, Jarbas ; ROCHA, Honório. **Dois depoimentos sobre Nilo Coelho**. Recife: Companhia Editora Nacional, [1983].

MARX, Karl. **Theories of surplus value.** London, Lawrence and Wishart, 1969

MARX, K. **O capital**. São Paulo: DIFEL. v.2 - (História crítica do Pensamento Econômico, livro 4), 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista***.* São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de, **Ruralismo Brasileiro** (**1888-1931**). São Paulo: HUCITEC, 1997. 219 p.

_____. '**Ruralismo'**, In: MOTTA, Márcia (org.) Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 410 – 414

_____. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectiva**, Uberlândia: Edufu, v. 32, n. 33, p. 91–132, jan./jul./ago./dez. 2005.

_____. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento. 1964/1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994

_____.**O cativeiro da Terra.** São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas. 1979

_____.*O Cativeiro da Terra*. São Paulo, Contexto, Ed. Revista e ampliada, Contexto, 2010.

_____.**Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2ª edição,1988.

MESQUITA, Helena A. "A modernização da Agricultura: um caso em Catalão", IN: **Boletim Goiano de Geografia**. 11(1). 56-59 jan/dez. 1991

_____. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondonia/Brasil 1995. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova** - Universidad de Barcelona. 2002, Vol. VI, núm. 119 (41)

_____. Os meninos vão à luta; In:**Boletim Goiano de Geografia Goiânia**. 20 (1-2): 09-17. Jan./dez.2000.

_____. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social; In: **Boletim Goiano de Geografia Goiânia** v. 28 n. 1 Pp. 127-142 jan. / jun. 2008ª.

_____. A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995 In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.3, n. 6, Pp. 109-124, ago. 2008b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL -. **Boletim Paulista de Geografia**, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, Pp. 5-64.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____.**A Geografia das lutas no campo**, São Paulo. Contexto 1999. 128 p.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001. Pp. 185-206.

_____. Barbárie **e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil,** Terra Livre, São Paulo, Ano 19, v.2, n° 21 p. 113-156 jul/dez 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições 2007.

_____. **AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, Pp. 5-64, ago. 2010.

_____. "A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula". In: Oliveira et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010** – Rio de Janeiro: Garamond, 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, e FARIA, Camila Salles de, **"O Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil"**, Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevidéu. Anais do 12º EGAL. Montevidéu : Universidade de la Republica, 2009.

PIMENTEL, Vanuccio. Família e Sangue: a desconfiança política e formação de clãs políticos no Nordeste. Anais do Seminário Sociologia e Política PPGSOCIO/UFPR - PPGCP/UFPR Anais do Evento 2011, Volume 2, Trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 02, **Elites Políticas e Instituições,** disponível em www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br Acesso em 26 de Mar. 2012

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 p.189

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 14ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAMOS, Marília Patta. *O novo e o velho ruralismo no Rio Grande do Sul : um estudo sobre os integrantes da UDR*/ Marilia Patta Ramos. Santa Cruz do Sul, RS: Ed. da UNISC, 1995. 263p. ; 21 cm.

RAFFESTIN, Claude. "**Por uma Geografia do Poder**", Ática, São Paulo, 1993.

Ramos Filho, Eraldo Silva, "*Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)".* **Tese de Doutorado em Geografia, Presidente Prudente**, UNESP, 2008 Orientador: Bernardo Mançano Fernandes, 428

RIBEIRO, Raphael Medina e CLEPS JÚNIOR, João. Recente questão agrária e os modelos de desenvolvimento do campo brasileiro. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**, São Paulo, Pp. 927-951, 2008.

RIVAS, Leda. **Nilo Coelho*:* breve roteiro de um visionário**. Recife: A Assembléia, 2001. (Perfil parlamentar. Século XX, v.14).
RODRIGUES, J. C. 2008 *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*, tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente, UNESP.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. AS ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, Pp. 92-122, ago. 2006.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **A Abertura Pós Estado Novo e a Estratégia de Poder no Rio Grande do Norte: O Caso da Família Rosado em Mossoró**

1945-1965. Recife, 2001, Mestrado em História UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientadora: Prof. Dr. Maria Gabriela Martins Ávila.

SILVA, Otávio Barros da, "Breve história do Tocantins e de sua Gente: uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Brasília: Solo Editores, Araguaína, Tocantins, 1996, 262 p.p.

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. **"Os campos dos senhores UDR e elite rural - 1985/1988"**, Londrina, UEL, 1998

SOUZA, Marcos Antonio de. A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 148-167, ago. 2010.

TAVARES, Ricardo, **"Reforma e contra-reforma na transição política, Brasil (1979-1988)"** In: Série Estudos. Iuperj, rio de Janeiro, nº 70, maio 1989, 47p.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

Legislação:

AÇÃO DE USUCAPIÃO nº 1.356/01 - vara cível da Comarca de GOIATINS-TO Disponível em http://www.tjto.jus.br/diario/diariopublicado/1216.pdf

BRASIL, Lei Ficha Limpa - Lei Complementar 135/10 | Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010

BRASIL, LEI Nº 8.629 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993

BRASIL, LEI Nº 10.696 DE 31 DE MARÇO DE 2003

BRASIL, LEI ORDINÁRIA Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

BRASIL, Medida Provisória Nº 114, DE 31 DE MARÇO 2003

BRASIL, Medida Provisória Nº 422, DE 25 DE MARÇO DE 2008

BRASIL, Medida Provisória Nº 458, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009

BRASIL, Medida Provisória Nº 571 DE JUNHO DE 2012

BRASIL, Projeto de Ementa Constitucional nº 438/2001 – PEC Trabalho Escravo

BRASIL, Projeto de Ementa Constitucional nº 265/2004 – PEC Trabalho Escravo

BRASIL, Projeto de Emenda Constitucional PEC 215/2000

BRASIL, Projeto de Lei 3654/2008

BRASIL, Projeto de Decreto Legislativo 326/2007.

BRASIL, Projeto de Decreto Legislativo 44/2007

BRASIL, Projeto de Emenda à Constituição 161/2007

BRASIL, Projeto de Lei Nº1876/99

BRASIL, Projeto de Lei Nº5.418/09

BRASIL, RNQ 13 de 30 de Abril de 2003, CPMI DA TERRA – Requerimento de Criação (2003)

BRASIL, REQUERIMENTO, 2008 (REQUERIMENTO MOREIRA MENDES, SENADO, 2008)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, Lei Nº 6.194, de 10 de novembro de 1994,
Lei n° 6.194 de 10 de Novembro de 1994. Cria o Município de GOVERNADOR EDSON LOBÃO e dá outras providências.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ESTADO DO TOCANTINS, 2009

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – 2012
http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf

Sites Consultados:

ACADEMIA TRINDADENSE DE LETRAS CIÊNCIAS E ARTES
http://www.atleca.com.br/texto_l.php?acao=add&id=5 Acesso em 23 Fev. 2012

AGÊNCIA SENADO, 1999 Reportagem “Ação De Movimento Camponês em Rondônia Preocupa Moreira Mendes”
http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/1999/05/20/acao-de-movimento-campones-em-rondonia-preocupa-moreira-mendes Acesso em 29 de Abril

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS Disponível em: <http://assembleia.go.gov.br/conheca_assembleia/parlamentares/1947_2002/EMIVAL_RAMOS_CAIADO.htm> Acesso em 09 de Abril de 2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
http://www.assembleia.go.gov.br/deputado/perfil/deputado/1848 Acesso em 22 Fev. 2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
http://www.assembleia.go.gov.br/deputado/perfil/deputado/1758 Acesso em 26 Fev. 20112

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS http://www.assembleia.go.gov.br/deputado/perfil/deputado/1848 Acesso em 22 Fev. 2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS http://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/constituicao/aconstituinte/deputados/jaime_martins.jsp Acesso em 29 Fev 2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ http://www.alep.pr.gov.br/hotsites/cesar-silvestri-filho/perfil/

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO http://www.alerj.rj.gov.br/common/deputado.asp?codigo=23 Acesso em 06 de Mar. 2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE http://www.al.rn.gov.br Acesso em 18 Mar. 2012

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU <http://www.abcz.org.br/noticias/2603> Acesso em: 01 Dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA - ADJORI-SC http://adjori-sc.jusbrasil.com.br/politica/5108192/colatto-critica-decreto-que-cria-area-quilombola-no-meio-oeste-catarinense Acesso em 15 de Novembro de 2012

BRASIL. Senado Federal. *Biografia dos Senadores*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2147&li=46...>. Acesso em: 14 mar. 2008.

BRASIL. Senado Federal. Galeria de Presidentes do Período Pós-1964 (1964-1985). Disponível em: <http://www.senado.gov.br*sf/senadores/presidentes/p_pos_64_Nilo_C.>. Acesso em: 31 mar. 2008.

CÂMARA FEDERAL, 2012. Reportagem “Deputados Ruralistas querem rever demarcação de terras indígenas” http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/207954-DEPUTADOS-RURALISTAS-QUEREM-REVER-DEMARCACAO-DE-TERRAS-INDIGENAS.html Acesso em 29 de Abril de 2012

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL http://www.cl.df.gov.br/cldf/parlamentares/paginas/deputada-liliane-roriz Acesso em 27 Fev 2012

CASA CIVIL GOVERNO DO PARANÁ http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57 Acesso em 07 Mar. 2012

CAVALOS DO SUL DE MINAS - Em entrevista, Bahiano fala de sua paixão por cavalos e conquistas
http://www.cavalodosuldeminas.com.br/noticias/747/entrevista_com_josuo_ubaldino_alves_pinto/ Acesso em 12 de Abril de 2012

CONGRESSO EM FOCO
http://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/Parentes_Senadores.pdf Acesso em 27 Fev 2012

COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA - AÇÚCAR NO BRASIL PERSONALIDADES
http://www.cbg.org.br/baixar/acucar_no_brasil_16.pdf Acesso em 11 de Mar. 2012

CORREIO BRAZILIENSE – "Barrado pela Ficha Limpa, Roriz terá desafio para se manter na política"
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/11/07/interna_cidadesdf,222054/index.shtml

ENTREVISTA DE JOÃO SOARES NETO A MAURO BENEVIDES, 2012 Disponível emhttp://www.joaosoaresneto.com.br/entrevistas_mauro_benevides.asp) Acesso em 13 Abril de 2012

DESPACHOS EXPEDIDOS PELA ALMEIDA E PAIVA ADVOCACIA, 2010. Disponível em: <http://www.almeidapaiva.adv.br/novo/template_geral.php?id=588> Acesso em: 10 Dez. 2010.

DECLARAÇAO DE BENS A RECEITA FEDERAL (anos 1998, 2002, 2006 e 2010) – Disponibilizado pela Justiça Eleitoral. Disponível em:
< http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/divulg_cand.htm> acesso entre Acesso entre 28 Ag. 2009 a 29 Jan. 2011.

DIAP – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR
< http://www.diap.org.br/ > Acesso entre: Acesso entre 28 Ag. 2009 a 29 Jan. 2011.

DISCURSO DO DEPUTADO LUIS BITTERNCOURT EM HOMENAGEM A ORLANDO ALVES CARNEIRO
http://www.camara.gov.br/sileg/integras/406057.pdf Acesso em 27 de Abril de 2012
ECODEBATE, 2009 "MS: Índios e fazendeiros em pé de guerra e comissão da Assembleia que cuida da causa ainda sem comando" Acesso em 08 de Já. 2011

FAZENDA FURNAS. Disponível em:
<http://www.neloregr.com.br/furnas/localizacao.php> Acesso em 29 dez. 2010.

FAZENDA VARELLA – GRUPO CARLOS LYRA
http://www.carloslyra.com.br/conteudo/?id=M2082002111048&idioma=PT
Acesso em 11 Mar. 2012
GLOBO.COM, 2011 Reportagem “Paulo César Quartiero DEM/RR)
http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/paulo-cesar-quartiero-dem-rr.html

GAZETA DO POVO - “*Ruralistas pedem apoio do governo em conflitos com índigenas na Bahia”.*
http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1245655
Acesso em 30 de Abril de 2012

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
http://www.rn.gov.br/ Acesso em 18 de Mar. 2012

GRUPO CARLOS LYRA
WWW.grupocarloslyra.com.br Acesso em 11 Mar 2012

GRUPO MABEL
www.mabel.com.br Acesso em: 10 de Novembro de 2012

GRUPO NEWTON CARDOSO
http://www.gruponc.com.br/agropecuaria.html
http://www.gruponc.com.br/ Acesso em: 10 de Novembro de 2012

GRUPO PAULO LIMA, Disponível em:
<http://www.grupopaulolima.com.br/historia.php> Acesso em: 10 Dez.2010

GRUPO SPERAFICO
http://www.sperafico.com.br/empresa.html Acesso em 28 de Maio de 2012
INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS - ITERTINS
www.itertins.to.gov.br Acesso em 08 de Abril de 2012

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA - ITV
http://www.itv.org.br/

JORNAL BRASIL DE FATO. Disponível em:
<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/um-campones-contra-katia-abreu/view> Acesso em 15 Out.2010

JORNAL DO COMÉRCIO – Reportagem Fazenda de Calmon de Sá Volta a ser Invadida na Bahia
http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1205/br1205f.htm Acesso em 30 de Abril de 2012

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - Reportagem *“Criação do Estado do Tocantins leva a UDR ao poder”, São Paulo, p. a5, 27/06/ de 1988* disponível em
http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/121551/1/1988_26%20a%2030%20de%20junho_031.pdf Acesso em 30 Mar 2012

JORNAL PEQUENO – “NEPOTISMO EM GOVERNADOR EDSON LOBÃO - Nelma Sarney dá liminar para prefeito não demitir parentes” http://www.jornalpequeno.com.br/2006/6/6/Pagina35693.htm Acesso 13 de Abril de 2012

JORNAL PEQUENO - SANTO AMARO DO MARANHÃO – “Família Sarney pressiona lavradores a vender terras” http://www.jornalpequeno.com.br/2007/12/2/Pagina68803.htm Acesso em 27 de Abril de 2012

JOSÉ BONIFÁCIO – VIDA E OBRA http://www.obrabonifacio.com.br/genealogia/ Acesso em 24 de Mar. 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Notícia: *“Índios terenas podem permanecer na terra em Miranda (MS)”* http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/tribunal-reforma-decisao-de-desembargador-e-indios-terenas-podem-permanecer-na-terra-em-miranda-ms Acesso em 30 de Abril de 2012

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010 Reportagem “*Kátia Abreu terá de pagar por terras tomadas em golpe no TO”* http://www.mst.org.br/node/10609 Acesso em 04 de Abril de 2012

PALESTRA *“OS CAIADOS EM GOIÁS*”,
Ministrada pela professora Doutora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG) Lena Castello Branco Ferreira de Freitas no dia 20 de outubro de 2011 no Cine UFG em Goiânia. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=2zItm-jZVXo&feature=relmfu Acesso em 08 de Abril de 2012.

PECUÁRIA.COM.BR Disponível em: http://www.pecuaria.com.br/info.php?ver=1747). Acesso em 08 dez. 2010.

PERNAMBUCO de A/Z. *Biografia*. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/biografias/nilo_souza_coelho.htm>. Acesso em: 14 mar. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOEMA
http://www.arapoema.to.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100117015 Acesso em 06 de Maio

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, GO
http://www.rioverde.go.gov.br/i.php?si=aci&id=5 Acesso em 30 de Abril de 2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO PIAUÍ
http://www.saomigueldotapuio.pi.gov.br/noticias.php?id=579 Acesso em 16 de Abril de 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOTONIO VILELA
http://www.prefeiturateotonio.com.br/interna.php?pagina=2 Acesso em 30 de Abril de 2012

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA – "MPF/BA: ex-prefeito de Cardeal da Silva (BA) acionado por improbidade administrativa" http://www.prba.mpf.gov.br/mpf-noticias/mpf-ba-ex-prefeito-de-cardeal-da-silva-ba-acionado Acesso em 13 Mar. 2012

RENAN CALHEIROS PERFIL BIOGRÁFICO
http://www.renancalheiros.com.br/index.php/renan-calheiros/perfil-bioGráfico/162-perfil
Acesso em 26 de Junho de 2011

REPÓRTER BRASIL, 2011 - Reportagem "*TST confirma escravidão na fazenda do senador João Ribeiro"*
http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1870 Acesso em 22 de Novembro de 2011

REPÓRTER BRASIL, 09/02/2012 - Reportagem *"Ruralistas miram além do código florestal"* http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1944

REQUERIMENTO MOREIRA MENDES NO SENADO, 2008
http://www.camara.gov.br/sileg/integras/550335.pdf

REVISTA ISTO É, 02 de Março de 2005. Reportagem *"Faltam os tubarões: Fraudadores da Sudam podem estar por trás do assassinato de irmã Dorothy Stang em Anapu"* http://www.istoe.com.br/reportagens/2565_FALTAM+OS+TUBAROES Acesso em 29 de Abril de 2012

REVISTA ISTO É, 08 de Abril de 2009. Reportagem: "Certidão Bilionária" http://www.istoe.com.br/reportagens/10929_CERTIDAO+BILIONARIA Acesso em: 10 de Novembro de 2012

JORNAL GOYAZ -ORGAO DEMOCRATA
http://www.jornalgoyaz.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125 Acesso em 23 Fev 2012

REVISTA VEJA 19 de Dezembro de 2001, reportagem *"O vice de 150 milhões de reais"*

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2003. *"Catarinenses poderão ser parceiros na instalação de cooperativas no Tocantins"*
Disponível em: http://secom.to.gov.br/noticia/2003/8/19/catarinenses-poderao-ser-parceiros-na-instalacao-de-cooperativas-no-tocantins/ Acesso em 01 de Maio de 2012

SENADO, 15/12/2011- Reportagem "Blairo Maggi homenageia os matogrossenses Gilmar Mendes e Eraí Maggi" Disponível em:

http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/12/15/blairo-maggi-homenageia-matogrossenses-gilmar-mendes-e-erai-maggi

SILEG - Sistema de Informações Legislativas Câmara dos Deputados Federais. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/> Acesso entre 28 Ag. 2009 a 29 Jan. 2011.

SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT Reportagem "Trabalhadores são flagrados em condições degradantes no ES"
http://www.sinait.org.br/noticias_ver.php?id=4181 Acesso 01 de Maio de 2012

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – BIOGRAFIA OLAVO BILAC PINTO
http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=224 Acesso em 24 de Março 2012

TERRA DE DIREITOS - ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
http://terradedireitos.org.br/linhas/projetos-de-lei-podem-dificultar-a-titulacao-de-territorios-quilombolas/ Acesso em 15 de Novembro de 2012

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - http://www.tse.gov.br
http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/index.jsp
http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_2010.htm

USINA CORURIPE http://www.usinacoruripe.com.br/ Acesso em 25 de Abril

Vídeos

HOMENAGEM DE BLAIRO MAGGI A SEU PRIMO ERAI MAGGI
http://www.blairomaggi.com.br/videos/senador-blairo-maggi-homenageia-os-mato-grossenses-erai-maggi-scheffer-e-gilmar-mendes Acesso em 24 Jan. 2012

MEMÓRIA RODA VIVA PARTICIPAÇÃO DE RONALDO CAIADO NO PROGRAMA RODA-VIVA TV CULTURA
www.rodaviva.fapesp.br/.../entrevistados/ronaldo_caiado_1986.htm Acesso em 24 de Abril de 2012

PALESTRA *"OS CAIADOS EM GOIÁS"*,
Ministrada pela professora Doutora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG) Lena Castello Branco Ferreira de Freitas no dia 20 de outubro de 2011 no Cine UFG em Goiânia. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=2zItm-jZVXo&feature=relmfu Acesso em 08 de Abril de 2012.

7. Anexos

EMAIL PARA CONTATO:

sandrajequi@yahoo.com.br